

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VICTOR DOUTEL PASTORE

Imprensa negra e imprensa operária: experiências, diálogos e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932)

Versão Corrigida

São Paulo

2020

VICTOR DOUTEL PASTORE

Imprensa negra e imprensa operária: experiências, diálogos e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932)

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Antonia Terra de Calazans Fernandes

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P293i Pastore, Victor
 Imprensa negra e imprensa operária: experiências,
 diálogos e tensões entre trabalhadores negros e
 imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932) /
 Victor Pastore ; orientadora Antonia Terra de
 Calazans Fernandes. - São Paulo, 2020.
 304 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
 História Social.

 1. Negros. 2. Imigrantes. 3. Trabalhadores. 4. Pós-
 abolição. 5. Primeira República. I. Fernandes,
 Antonia Terra de Calazans, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Victor Doutel Pastore

Data da defesa: 06/11/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Antonia Terra de Calazans Fernandes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/12/2020

A handwritten signature in blue ink, reading 'Antonia Terra de Calazans Fernandes'.

(Assinatura do (a) orientador (a))

PASTORE, Victor D. **Imprensa negra e imprensa operária**: experiências, diálogos e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre.

Aprovado em: 06/11/2020

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Antonia Terra de Calazans Fernandes

Julgamento: Não votante

Instituição: FFLCH - USP

Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a Edilene Teresinha Toledo

Julgamento: Aprovado

Instituição: Unifesp

Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a Ynaê Lopes dos Santos

Julgamento: Aprovado

Instituição: UFF

Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Cortez Wissenbach

Julgamento: Aprovado

Instituição: FFLCH - USP

Assinatura _____

A todas as pessoas que, assim como os personagens centrais deste trabalho, lutaram e lutam para entortar a roda da História através de suas palavras e ações

À memória do Vô Laerte, colecionador apaixonado das memórias da Pauliceia, que não pôde conhecer o lado historiador do neto, mas com certeza deixou pegadas profundas

AGRADECIMENTOS

Finalizo o longo processo da pesquisa de mestrado em um momento turbulento da História da humanidade, em meio a uma pandemia há muito tempo sem igual. Nessa conjuntura, fica cada vez mais clara a importância do investimento público em todos os campos da ciência, na produção e difusão dos saberes acadêmicos e na educação. Nesse sentido, agradeço à bolsa de estudos concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado São Paulo (FAPESP - Processo 2017/13039-3), auxílio sem o qual não teria sido possível dedicar-me a este trabalho, pelo menos não de forma tão assídua – “as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade exclusiva do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP”.

Agradeço à Prof.^a Antonia Terra de Calazans Fernandes, minha orientadora, pelos longos anos de trabalho e amizade, desde os tempos da graduação (lá se vão 8 anos!). Sua atuação foi essencial para minha formação em vários níveis. Primeiro, como professor, por sua dedicação ao Ensino de História, seus conhecimentos na área e sua crença no potencial transformador da educação. Em seguida, como historiador, pelas leituras sempre cuidadosas dos meus textos, interlocuções e apontamentos enriquecedores. Finalmente, como pessoa, pois aprendo constantemente com suas posturas, valores e atitudes, sempre muito coerentes. Apesar de algumas inevitáveis discordâncias, sempre foi muito aberta e me tratou com liberdade intelectual e autonomia. Agradeço também por ter sido paciente e sempre disponível.

Agradeço às professoras Edilene Toledo, Ynaê Lopes dos Santos e Maria Cristina Wissenbach, integrantes da banca de defesa desta dissertação, pela leitura cuidadosa e pelas críticas e sugestões. Seus comentários foram essenciais para a versão final do trabalho e ainda mais para os meus próximos passos. À Cristina Wissenbach agradeço também pelas contribuições no exame de qualificação, e pelos ensinamentos no estágio da disciplina “História dos Afrodescendentes no Brasil” e nas imersões quilombolas – experiências marcantes na minha trajetória. Ao Prof. Michael Hall agradeço a participação na banca de qualificação, com críticas e apontamentos que certamente melhoraram os rumos desta pesquisa.

Em um momento em que as universidades públicas e principalmente as Ciências Humanas sofrem constantes ataques, não posso deixar de registrar a importância do trabalho dos professores e professoras do Departamento de História da USP, os grandes responsáveis pela minha formação ao longo dos anos. Agradeço especialmente a: Carlos Zeron, Raquel Glezer, Sean Purdy, Rafael Marquese, João Paulo Pimenta, Zilda Iokoi, Marlene Suano, Miguel

Palmeira, Eduardo Natalino, Jorge Grespan e Marcos Napolitano. De alguma forma e mesmo sem saber, vocês influenciaram na pesquisa. Obrigado, mestres!

Aos trabalhadores das diversas bibliotecas, bandejões e unidades da USP, sobretudo os da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, e mais ainda, ao Marcola, o cara que faz tudo funcionar no LEMAD. Meus agradecimentos também aos trabalhadores dos arquivos onde pesquisei - IEB, CEDEM, AEL, Biblioteca Mário de Andrade, Museu da Imigração e Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Não poderia deixar de registrar meus agradecimentos aos diversos amigos pesquisadores com os quais dialoguei nos grupos de estudo e ambientes acadêmicos, principalmente nos Seminários de Escrita Acadêmica em História e no Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD). Destaco também os editores da Revista Angelus Novus, por encararem comigo a missão de colocar a periodicidade em dia, mantendo a qualidade da publicação. Fica uma menção especial a: Liah Belmonte, Luma Prado, Eva Santos, Danilo Eiji, Adriano/Adrigol Sousa e Bia Alvarenga. Ao André Carvalho e à Karla Hegeane, futuro da intelectualidade pernambucana, pelo acolhimento a um paulista perdido nos “turismos acadêmicos” no Nordeste. E à Júlia Rabahie pelos cafés, rolês, conversas de quarentena e parcerias carnavalescas, além, é claro, da revisão cuidadosa da dissertação.

Aos queridos do “quase-talvez-extinto” NALPORU, Grupo de Estudos do Materialismo Histórico: Gustavo Velloso, Felipe Alfonso, Bia Nowicki, Felipe Cotrim, Ailton Teodoro, Karina Fernandes, Paulo Mota, Danilo Mendes e Jônatas Pantoja. Os diálogos em bibliotecas, atos, pizzarias e bares contribuíram muito para o meu amadurecimento intelectual/teórico.

Aos educadores e educadoras do Cursinho Popular Laudelina de Campos Mello – o Lauds, para os íntimos – por fazerem História na prática, no dia a dia da militância nos movimentos sociais de educação popular, dando sentido à máxima de que não basta interpretar o mundo... é preciso transformá-lo! Uma lembrança especial aos que dividiram os desafios comigo mais de perto: Bruno Pessa, Grazi Chirosse, Livs Púglia, Camilla Fontes, Tiaguinho, Luli, Carol Caetano, Gabs e Malipa. Meu carinho por vocês vai muito além da luta. Finalmente, aos alunos e alunas que passaram pela minha sala de aula, oficinas e círculos de debate, com quem aprendi tanto quanto ensinei, e nessa troca encontrei mais sentido na vida. No final das contas, eles são os sujeitos da história dos trabalhadores do presente e do futuro.

Costuma-se dizer, não sem razão, que o mundo da pesquisa acadêmica é frequentemente pesado e solitário. Realmente, em alguns momentos o caminho foi tortuoso, com imprevistos e perdas importantes (que venham os ganhos!). Porém, se tem uma coisa que a História Social me ensinou, é que sozinho ninguém constrói nada. No final do processo me vem à tona um

turbilhão de memórias em que aparecem amigos e familiares cujo papel foi fundamental, muitas vezes pela simples presença ao meu lado em alguma parte, ou durante todo o processo. Não poderiam ficar de fora: Pedro Adario, mesmo entocado nas montanhas mágicas, ainda me estende a mão sempre que preciso; Marcelo/Bitcho Alves e Flávio Kabelo pelas aventuras no Condado; Rodolfo Cocão; Aline Rocha; Rafael Dyer; Laura Stoppa; Bia Coppi; Thiago Kanecadan (vida longa ao antifascismo palmeirense!); Lucas Blotta e Victor Tavares.

Por último, mas não menos importante, aos meus familiares: meu irmão Breno, por ter garimpado um livro importante em Florença, me ajudado em algumas traduções do italiano e, principalmente, por ser parceiro; meu vô Helder e Eliane; e minha vó Dedete, principalmente na reta final da escrita, quando cuidamos um do outro no olho do furacão da pandemia, dividindo o lar, as refeições e os cachorros.

Finalmente, agradeço aos meus pais Laerte e Miriam, por sempre terem me apoiado material e emocionalmente, contribuindo para minha formação intelectual e humana, e respeitado minhas escolhas. Por serem pessoas grandiosas e não terem torcido o nariz quando eu disse que seria historiador. Enfim, sem vocês nada teria sido possível.

A todos amigos e familiares: peço desculpas pelas possíveis faltas quando o tempo me engoliu e os compromissos me embruteceram. Sou muito grato por existirem ao meu lado, compartilhando um pouco do seu afeto, carinho e amor. Vocês tornaram as coisas mais leves!

De tal modo o estranhamento se impunha e era difuso, que envolvia a própria identidade da cidade. Afinal, São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados.

Nicolau Sevcenko (1992)

Negro da usina,
forçado da mina,
ilhota do campo,
povo, ergue-te duma vez:
Operário, toma a máquina!
Toma a terra, camponês!

A Plebe (27/03/1920)

A carne mais barata do mercado não tá mais de graça
O que não valia nada agora vale uma tonelada

Elza Soares e Rafael Mike (2019)

RESUMO

PASTORE, Victor D. **Imprensa negra e imprensa operária**: experiências, diálogos e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932). Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

A presente dissertação tem como objetivo analisar as relações, tanto de diálogo quanto de tensão, entre as lideranças militantes do movimento negro e do movimento operário — este formado majoritariamente por imigrantes e seus descendentes —, na Primeira República em São Paulo. Para isso, parte-se dos periódicos produzidos por ambos os grupos, convencionalmente chamados de imprensa negra e imprensa operária. Considera-se que a partir desses escritos é possível identificar as experiências, atuações políticas e conflitos entre os diferentes grupos de trabalhadores que habitaram a cidade no pós-abolição. Embora situados no mesmo contexto, convivendo nos mesmos territórios e compartilhando posições de classe, negros e imigrantes ocuparam diferentes postos de trabalho e foram confrontados com realidades discrepantes, sobretudo em função de questões étnico-raciais em uma São Paulo que ambicionava embranquecer. Em linhas gerais, os estrangeiros inseriram-se nos setores mais dinâmicos da incipiente industrialização paulista, enquanto os afrodescendentes esbarraram no racismo para ingressar no mercado de trabalho em reestruturação. Tais diferenças condicionaram múltiplas formas de fazer política entre os trabalhadores, com base em noções de etnia, nacionalidade, raça e classe, resultando em projetos, interpretações, expectativas e identidades plurais, diretamente canalizados em seus jornais. Neste trabalho, as imprensas produzidas pelos movimentos sociais são comparadas a partir de suas consonâncias e dissonâncias, mas também inter-relacionadas. A investigação indicou que a relação entre esses trabalhadores, em geral, foi tensa e impôs obstáculos para a formação de classe. Fatores como o racismo, o nacionalismo e a abundância de mão de obra disponível ofereceram dificuldades para potenciais atuações coletivas entre esses grupos contra as classes dominantes, alimentaram conflitos e distanciamento, e criaram dificuldades para o estabelecimento de laços de solidariedade no interior da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Imprensa negra. Imprensa operária. Imigrantes. Negros. Trabalhadores. Pós-abolição. Primeira República. São Paulo.

ABSTRACT

PASTORE, Victor D. **Black press and labor press: experiences, dialogues, and tensions between black and immigrant workers in post-abolition São Paulo (1915-1932).** Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

This master's thesis main aim is to analyze the relations, based on dialogue but also on conflicts, between the leaders of the black movement and the labor movement — the latter formed mostly by immigrants and their descendants — in the First Republic in São Paulo. In order to do so, I analyzed the newspapers produced by both groups, usually called the “black press” and the “labor press”. From these writings it is possible to identify experiences, agencies, politics and conflicts between the different groups of workers that have inhabited the city during the post-abolition period. Even though they were placed in the same context and lived in the same territories and shared social class positions, black people and immigrants have occupied different working places and have been confronted with discrepant realities, mainly due to racial aspects in São Paulo, a city that pursued the whitening of its population. In general, foreigners entered the most dynamic areas of São Paulo's incipient industrialization, while Afro-descendants had to face racism in order to ingress the restructuring labor market in the post-abolition period. Such differences conditioned multiple ways of engaging in political action among workers, based on notions of ethnicity, nationality, race and class, which resulted in different projects, interpretations, expectations and identities, disseminated by their newspapers. In this master's thesis, the presses produced by social movements are compared, based on their consonances and dissonances, but are also interrelated. The investigation indicated that the relationship between these workers, generally, was tense and imposed obstacles to social class formation. Factors such as racism, nationalism and the great labor force supply in that period posed difficulties to these groups in achieving potential collective actions against the ruling classes, and fueled conflicts and gaps between them, making harder for them to establish bonds of solidarity within the working class.

Keywords: Black press. Labor press. Immigrants. Blacks. Workers. Post-abolition. First Republic. São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Convocação para os comícios de 1º de maio	81
Imagem 2 - Cortejo fúnebre de José Martinez na Rua XV de Novembro (1917)	82
Imagem 3 - Despejo de trabalhadores	96
Imagem 4 - Cabeçalho de <i>O Clarim d'Alvorada</i>	128
Imagem 5 - Oficina de <i>O Clarim d'Alvorada</i> , na residência de José Correia Leite (década de 1930)	130
Imagem 6 - Cabeçalho de <i>Alba Rossa</i>	142
Imagem 7 - Capa e “segunda capa” de <i>A Obra</i>	143
Imagem 8 - Anúncio do <i>Festival Pró-A Plebe</i>	144
Imagem 9 - Capa da edição comemorativa de 13 de maio, de <i>O Clarim d'Alvorada</i>	164
Imagem 10 - Escola da <i>Frente Negra Brasileira</i>	165
Imagem 11 - Anúncio da <i>Escola Moderna</i> nº1	168
Imagem 12 - Estudantes da <i>Escola Moderna</i> com o Prof. João Penteado (1913)	168
Imagem 13 - “Prefere-se branca”	183
Imagem 14 - “Prefere-se branca” (detalhes)	184
Imagem 15 - Cabeçalho de <i>O Menelick</i>	194
Imagem 16 - O 13 de maio na imprensa operária	246
Imagem 17 - Cabeçalho de <i>Gli Schiavi Bianchi</i>	249
Imagem 18 - Cabeçalho de <i>La Bestia Umana</i>	249
Imagem 19 - Cabeçalho de <i>La Difesa</i> , em homenagem a Luiz Gama	279

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento Populacional da Cidade de São Paulo (1872-1940)	59
Tabela 2 - Variação Percentual da População da Cidade de São Paulo (1872-1940)	59
Tabela 3 - População de São Paulo - Estrangeiros e Nacionais (1872-1940)	60
Tabela 4 - Italianos em São Paulo (1886-1940)	62
Tabela 5 - População da Cidade Segundo a Cor (1872-1893)	67
Tabela 6 - População da Cidade nos Setores da Economia (1893)	104
Tabela 7 - População da Cidade nos Setores da Economia (1920)	106
Tabela 8 - Periódicos da Imprensa Negra (1915-1932)	127
Tabela 9 - Periódicos da Imprensa Operária (1915-1932)	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
CCP	Centro Cívico Palmares
CEDEM	Centro de Documentação e Memória
FHC	Federação dos Homens de Cor
FNB	Frente Negra Brasileira
FOSP	Federação Operária de São Paulo
FUA	Frente Única Antifascista
IC/Comintern	Internacional Comunista
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
MNU	Movimento Negro Unificado
PCB	Partido Comunista do Brasil
PRP	Partido Republicano Paulista
UTG	União dos Trabalhadores Gráficos

Observações:

- Todas as citações de jornais em idioma italiano foram traduzidas para o português sob minha responsabilidade. Quando citações desse tipo foram retiradas do texto de outro historiador, sem consulta direta às fontes, optei por seguir a tradução do autor, indicando a devida referência.
- As citações diretas de fontes primárias, sobretudo no caso dos periódicos de imprensa negra e operária, foram transcritas com a grafia adaptada ao português contemporâneo, no intuito de tornar o texto mais fluido para o leitor. As únicas exceções são os nomes próprios, mantidos na forma original como aparecem nos jornais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O COTIDIANO COERCITIVO: NEGROS E IMIGRANTES NO PÓS-ABOLIÇÃO PAULISTANO (1888-1930)	31
1.1. Antecedentes históricos na província de São Paulo: abolição, imigração e branqueamento	34
1.2. Presença negra, presença imigrante na cidade	58
1.3. O cotidiano coercitivo: condições do viver e do morar na Paulicéia do pós-abolição.....	72
1.4. A formação do mercado de trabalho racializado	102
2. BUSCANDO SOBREVIVÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÕES E IMPRENSAS NEGRA E OPERÁRIA EM SÃO PAULO	121
2.1. Caracterizando as imprensas negra e operária	125
2.2. Origens e trajetórias de militantes negros, imigrantes e operários	148
2.3. Arautos da raça e da classe: pontos em comum	161
3. IMIGRAÇÃO, RAÇA E NAÇÃO NOS ESCRITOS DAS LIDERANÇAS NEGRAS.....	173
3.1. “Na terra onde não há preconceitos de cor... Estrangeiros indesejáveis sim, negros não”.....	178
3.2. Dos racismos, o pior	189
3.3. “Exigimos respeito, pois não somos colônia, mas sim, metade da nacionalidade”.....	202
3.4. Mudanças e continuidades no alvorecer da década de 1930	214
4. TRABALHADORES NACIONAIS, NEGROS E A QUESTÃO RACIAL NA IMPRENSA OPERÁRIA	226
4.1. As cisões entre o “proletariado indígena” e o “proletariado imigrado”	232
4.2. Permanências etnocêntricas: o negro na imprensa operária	243
4.3. Uma história das ausências	262
CONCLUSÃO	285
REFERÊNCIAS	290

INTRODUÇÃO

Tratar da heterogeneidade que atravessa a classe, que pode até mesmo alimentar formas de preconceito e opressões, é um desafio inevitável para quem sustenta a validade analítica do conceito de classe trabalhadora e tanto ou mais para quem aposta na potencialidade transformadora desse sujeito histórico.

Marcelo Badaró Mattos (2019, p. 57)

Em 1933, o periódico *O Homem Livre*, escrito por intelectuais antifascistas e principal porta-voz da recém-fundada *Frente Única Antifascista* (FUA), reunia diversos grupos de esquerda e do movimento operário - entre eles muitos estrangeiros - para confrontar o fascismo, representado principalmente pelos integralistas. Entre seus alvos preferenciais, os articulistas do jornal incluíram também a *Frente Negra Brasileira* (FNB), associação surgida havia pouco tempo, após anos de acúmulo do ativismo negro em São Paulo. Em suas publicações, *O Homem Livre* disparou acusações de segregacionismo contra o projeto da FNB e de suas lideranças, afirmando que a pretensão de uma “união política e social da raça”, lema da organização negra, em um país como o Brasil geraria divisões inexistentes e significava a “autovalorização da raça, em oposição ao valor da outra raça, ou das outras raças existentes em fusão no amálgama étnico do país”.¹

A FNB, por sua vez, além de colocar-se contra a esquerda, rebatia tais críticas defendendo que seu objetivo era promover a integração do negro na sociedade brasileira, de modo que cidadania plena e igualdade de direitos, já garantidas constitucionalmente, fossem concretizadas na prática. No bojo de seu projeto, porém, a associação radicalizava uma posição anti-imigrantista enxergando nos estrangeiros um dos principais problemas para a população afrodescendente. Segundo um escritor de *A Voz da Raça*, veículo de comunicação da FNB,

Vêm aqui os estrangeiros, arrogam-se direitos iguais aos nossos, metem-se na política nacional como filhos da terra, fazem atos reprováveis, criticam-nos em seus jornais, dizem desaforos contra nós dentro de nossa casa, mandam reportagens desaforadas para a sua terra, cospem no prato em que comem. Em São Paulo, há uma infinidade de negros desempregados: os lugares são ocupados por estrangeiros.²

As posições expostas a partir dessas fontes do início da década de 1930, contudo, não eram exatamente novas dentro do movimento de trabalhadores e do associativismo negro em São Paulo. Tratavam-se, na realidade, da resultante de antigas discussões e tensões no interior

¹ HOMO. Frente Negra. “União política e social da raça”. *O Homem Livre*, São Paulo, 03/06/1933, p. 4.

² R. Preocupação de proteger a estrangeiros. *A Voz da Raça*, São Paulo, 29/12/1934, p. 1.

das classes populares e dos movimentos sociais, as quais perpassaram todo o período da Primeira República sem que, no entanto, fossem resolvidas.

Na capital paulista, a reorganização do mundo do trabalho ocorrida entre o final do século XIX e o início do XX envolveu processos como o fim da escravidão e as políticas de importação de mão de obra imigrante, os quais, por consequência, dotaram os setores populares de grande heterogeneidade étnico-racial e nacional, a partir do encontro entre imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, entre outros, com os nacionais pobres, em sua maioria negros e mestiços, recém-egressos da escravidão.³ Essa característica tornou-se um desafio para a luta e organização dos trabalhadores, frequentemente acirrou conflitos e compôs um obstáculo adicional na construção de identidades de classe (HALL, 1975; MARAM, 1979). Imigrantes engajados nos primeiros sindicatos e associações classistas questionavam-se acerca das divisões internas dos próprios trabalhadores, ao passo que afrodescendentes e estrangeiros confrontavam-se cotidianamente na busca por trabalho e sobrevivência, além de tecer laços de solidariedade nos territórios pobres da cidade. Tais preocupações fizeram parte da constituição dos movimentos sociais de negros, imigrantes e trabalhadores na Pauliceia do início do século XX.

Os interesses dos trabalhadores nacionais e dos imigrantes divergiam em decorrência das diferentes situações sociais vivenciadas por cada grupo. Ainda que ambos fizessem parte das classes trabalhadoras e fossem explorados pelo capital, fatores internos como “cor”, gênero, etnia e nacionalidade condicionaram de forma distinta suas experiências. Em São Paulo, ao contrário do ocorrido em outras localidades do país, negros e imigrantes, sobretudo italianos, ocuparam espaços diferentes na estrutura inicial do mercado de trabalho, a qual se constituía de forma racializada. Devido à abundância de mão de obra decorrente da imigração subvencionada e ao racismo das classes dominantes, dos intelectuais e do próprio Estado, os europeus eram alocados nos setores mais dinâmicos da economia industrial incipiente, enquanto negros e mestiços enfrentavam obstáculos ainda maiores para se integrar na estrutura produtiva. O destino destes últimos frequentemente foi reduzido aos trabalhos mais precarizados, fator de

³ Nos debates do final do século XIX e início do XX, o termo “trabalhador nacional” - e, por vezes, “trabalhador brasileiro” - era usado de forma genérica em oposição ao trabalhador estrangeiro. Apesar de nem sempre aparecer de forma explícita, o termo trata de populações cuja cor e etnia eram bem definidas: eram negros e mestiços, descendentes de africanos e indígenas, pertencentes ou egressos da escravidão. Portanto, conforme historiadores têm notado, quando as fontes do período falam em “trabalhadores nacionais”, ou simplesmente “nacionais”, referem-se aos afrodescendentes - seja nos documentos oficiais, relatos de viajantes, cronistas ou em escritos da imprensa negra. No decorrer deste trabalho, o termo “nacional”, quando associado aos trabalhadores ou à população pobre, será empregado em referência aos negros e mestiços, respeitando o universo lexical das fontes, mas sem a carga ideológica que estas carregam. Ver: NAXARA, 1991, p. 2; DOMINGUES, 2000, p. 56.

manutenção do caráter racial da desigualdade brasileira, originária da sociedade escravista e perpetuada sob as novas estruturas no pós-abolição (ANDREWS, 1998).

Esta pesquisa foi iniciada com o objetivo principal de analisar e discutir as relações - tanto de diálogo quanto de conflito - entre trabalhadores negros e imigrantes europeus na cidade de São Paulo no trecho final da Primeira República, utilizando como fonte principal os conjuntos de periódicos produzidos por sujeitos que se constituíram como lideranças desses grupos, convencionalmente chamados de imprensa negra e imprensa operária.⁴ No entanto, a escolha de tais fontes como objeto central da análise e os primeiros contatos com elas impuseram uma readequação dos objetivos. Os sujeitos que escreviam nesses jornais faziam parte de uma camada seleta das classes trabalhadoras que era letrada, intelectualizada e envolvia-se em movimentos coletivos. Tinham visão aguçada da situação social vivida pelo grupo que representavam e elaboraram propostas para transformar essa realidade. Porém, seus valores, pensamentos e agência não podem ser generalizados como representativos da totalidade ou mesmo da maioria do seu grupo. Para trabalhar com a relação ampla entre negros e imigrantes *em geral*, seria necessário um conjunto maior e mais diverso de fontes, para além das imprensas porta-vozes dos militantes.⁵ Afinal, a história completa dos grupos sociais não pode ser reduzida à história de suas lideranças, associações e sindicatos (HOBBSAWM, 2000, p. 17; THOMPSON, 2015, p. 67).⁶

Dessa forma, o objetivo da pesquisa aparece devidamente reposicionado: trata-se de analisar as relações, tanto de diálogo quanto de tensão, entre as lideranças militantes do

⁴ A confluência entre os imigrantes e a imprensa operária é um movimento comum na historiografia sobre imigração e trabalho na Primeira República, para o caso de São Paulo. Tal articulação justifica-se pelo fato de os estrangeiros serem maioria dentro da classe trabalhadora e terem fundado ou participado da maioria dos jornais produzidos no meio operário, seja na língua do seu país de origem, seja em português, quando se encontravam mais integrados com os brasileiros (FERREIRA, 1978, p. 90-94; MARAM, 1979, p. 21-22). A título de exemplo, considerando apenas os periódicos de viés anarquista de São Paulo, em um total de onze, apenas três eram redigidos totalmente em português, abdicando do italiano e do espanhol (ALVARENGA, 2020, p. 72).

⁵ Essa relação mais ampla foi estudada, por exemplo, por Marcus V. de Freitas Rosa (2014), para o caso de Porto Alegre. No tempo maior de um doutorado foi possível ao autor investigar desde arquivos criminais, legislações, documentos da administração pública, memórias, relatos de viajantes, jornais oficiais, até a imprensa negra local para entender as percepções e relações da população negra da capital gaúcha com os imigrantes. No intervalo mais curto de um mestrado, tive de me contentar com um *corpus* documental mais restrito. Para São Paulo, outras pesquisas ajudam a completar essa história, ao analisar aspectos das classes populares nos territórios da cidade a partir de outros tipos de fontes, caso de Maria Inês Borges Pinto (1994), George R. Andrews (1998), Carlos José F. dos Santos (2017), Maria Cristina Wissenbach (2018), Fábio D. Rocha (2019), entre outros referenciados em meus capítulos.

⁶ Ainda sobre a amplitude das fontes, apesar de a imprensa operária ser uma fonte privilegiada para estudar a parcela dos imigrantes que se envolveu na militância, a escolha deixa de lado os “desmobilizados” e a camada aburguesada das colônias. Uma análise completa desse grupo étnico demandaria incluir outros tipos de documentos, como os periódicos estritamente étnicos e os de tendência liberal ou conservadora.

movimento negro⁷ e operário na Primeira República, através de suas imprensas. Evidentemente isso não invalida por completo a questão inicial, uma vez que aqueles que escreveram nos jornais compartilharam muito da vivência e das mazelas enfrentadas pelo restante de seu grupo. Analisar a história por meio da ação e do pensamento dos militantes não implica que se faça uma história exclusivamente sobre eles.

Interessa a esta pesquisa que as diferentes experiências de trabalhadores negros e imigrantes, condicionadas pelas relações e estruturas de produção, resultaram em múltiplas formas de se fazer política, a partir de projetos, interpretações e expectativas plurais, expressos nas fontes da imprensa negra e da imprensa operária. De acordo com as proposições de E. P. Thompson sobre a experiência humana como mediadora entre o ser social, a consciência social e a agência humana:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (1981, p. 182).

De um lado, as lideranças imigrantes, empregadas nas fábricas, oficinas e no comércio, buscavam enfrentar o Estado e a burguesia a partir de uma identidade de classe e das ideias da esquerda global - o anarquismo, o socialismo e o sindicalismo revolucionário - reelaboradas em diálogo com a realidade local. De outro lado, os militantes negros, embora conscientes da exploração de classe de que eram alvos, também vivenciaram o racismo cotidiano. Em decorrência disso, perceberam e representaram sua realidade através do prisma da raça, buscando construir uma identidade que permitisse unir a população afrodescendente em prol de

⁷ Algumas interpretações atuais optam exclusivamente pela categoria “associativismo negro” para se referir às formas de organização dos afrodescendentes do início do século, talvez para diferenciá-los do *Movimento Negro Unificado* (MNU) surgido posteriormente e com características diferentes. Com base em autores como Regina Pahim Pinto (2013) Amílcar Pereira (2010) e Petrônio Domingues (2007), sustento que tais organizações podem ser pensadas a partir da ideia de “movimento negro”, dentro das teorias dos movimentos sociais. Tais movimentos são organizados por práticas coletivas fora dos aparelhos institucionais, sob uma liderança ou não, lutando por mudanças sociais para seu grupo específico, a partir de demandas e objetivos em comum. No caso do movimento negro, Domingues (2007, p. 101-102) define-o como “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”, mediada pela noção/identidade de “raça” como fator determinante da mobilização. Claro que é necessário considerar a historicidade do movimento e perceber que suas formas de luta, projeto e demandas mudaram ao longo do tempo, apresentando continuidades e descontinuidades (PEREIRA, 2010, p. 27). Porém, longe de constituir anacronismo, os próprios militantes da imprensa negra chegaram a referir-se a essas experiências como “movimento da raça negra”, “movimento associativo do negro” e “o nosso movimento” e, um deles, José Correia Leite, em suas memórias registradas na década de 1980, trata sua experiência e a dos militantes do MNU como diferentes etapas de uma mesma luta de “longa duração”. Ver, por exemplo: **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 14/07/1929, p. 2.

sua integração completa na sociedade brasileira, com igualdade de direitos, cidadania plena e o fim do racismo. Tais projetos raramente foram considerados em conjunto ou em confronto pela historiografia, ainda que isoladamente tenham sido objeto uma infinidade de pesquisas. Portanto, caberá a este trabalho compará-los, considerando as consonâncias e dissonâncias entre os dois movimentos sociais, buscando seus pontos de diálogo e tensão.⁸

Nas últimas décadas, a historiografia sobre os trabalhadores na Primeira República em São Paulo tem analisado de forma competente as atuações desses sujeitos, aprofundando o conhecimento sobre a relação entre imigração e movimento operário; as associações étnicas e de socorro mútuo; as relações familiares e de gênero; as múltiplas perspectivas dentro da esquerda e suas atuações; o desenvolvimento de diferentes redes de militantes e suas articulações transnacionais; os embates internos da classe trabalhadora, principalmente étnicos e políticos, entre outras questões.⁹ Alargando suas categorias e metodologias, as pesquisas passaram a enfocar os mundos do trabalho através de campos antes relegados, como os da cultura, do cotidiano e do lazer, ampliando também as noções de “classe trabalhadora” e de “trabalhador” para além do mundo das fábricas (NEGRO; GOMES, 2006; CHALHOUB; TEIXEIRA, 2009).¹⁰

⁸ Em meus levantamentos encontrei uma única pesquisa que se utilizou de ambas as fontes de forma sistemática e comparada. Trata-se da tese da antropóloga Marina Pereira de Almeida Mello (2005), cujo objetivo foi identificar a construção de identidades e discursos etnicizantes de negros e imigrantes em São Paulo no início do século XX, em relação com as ideologias de nacionalidade e paulistanidade elaboradas pelas elites. Além das preocupações e da perspectiva antropológica da autora serem diferentes das minhas, seu recorte também foi outro, 1900 a 1924. Ao eleger este último ano como limite, Mello deixa de lado o período de maior radicalização da imprensa negra - a partir da inauguração de *O Clarim d'Alvorada* -, e de acirramento dos diálogos com os imigrantes. Outro autor que utilizou ambas as impressas foi George Reid Andrews (1998), em um dos capítulos de sua obra clássica, *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Sua intenção ao investigar essas fontes foi entender a estruturação do mercado de trabalho paulista no pós-abolição, no que diz respeito à competição entre negros e imigrantes, a partir das ações do Estado, dos patrões e do movimento operário.

⁹ Apenas para citar alguns exemplos nesse sentido, que serviram de base para esta pesquisa, ver os trabalhos de Margareth Rago (1985), Tânia de Luca (1990), Carlo Romani (1998), João Fábio Bertonha (1998), Edilene Toledo (2004), Sabrina Mendes (2010), Luigi Biondi (1998; 2011), Kauan Santos (2017), Ivan Oliveira (2018).

¹⁰ Neste ponto, faz-se necessário um esclarecimento teórico-metodológico sobre as categorias de “classe trabalhadora” e “trabalhador”. Neste trabalho emprego-as em sentido ampliado, orientado mais para incluir do que excluir os diferentes sujeitos, considerando também sua heterogeneidade, conforme tem sido a prática da historiografia atual, desde os trabalhos de E. P. Thompson até a mais recente História Global do Trabalho. Se antes a ideia de trabalhador estava associada às “formas específicas de exploração do trabalho”, sobretudo ao trabalho livre assalariado e ao operariado fabril, atualmente uma possível definição destaca “todo portador de força de trabalho, cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa, sob compulsões econômicas ou não-econômicas [...], independentemente de o portador ou portadora da força de trabalho vender ou alugar ele mesmo sua força de trabalho, e independentemente de possuir meios de produção” (LINDEN, 2013, p. 41). Dessa forma inclui-se na categoria analítica os escravizados, artesãos, camponeses, trabalhadores por conta própria, do setor de serviços e comércio, domésticos, entre inúmeros outros - aproximando-a da classe trabalhadora real. Em geral, evitei o termo “operário” devido à associação que o vocábulo adquiriu com o trabalhador de fábrica. Quando emprego o termo, é também em sentido amplo. Acredito que a própria “imprensa operária” não utiliza a palavra de forma enrijecida, principalmente no caso dos anarquistas, que sempre foram universalistas e jamais limitaram suas ações aos trabalhadores industriais. Conforme historiadores vêm defendendo, esse já era o sentido presente nos escritos de Marx e Engels, sobretudo na categoria de “proletariado”, que foi engessada posteriormente por

Também são notáveis os diálogos empreendidos entre a chamada História Social do Trabalho e a historiografia da escravidão e do negro, principalmente a partir da inclusão destes - na condição de escravizados ou não - na categoria de trabalhador, levando em conta suas culturas, experiências e lutas. Além disso, houve avanços em superar as divisões rígidas entre trabalho escravo e trabalho livre assalariado, e os períodos pré e pós-abolição, atendendo às inquietações de Silvia Lara (1998) em texto clássico sobre a ausência dos negros nos estudos sobre os trabalhadores. Desde então, a agenda de pesquisas tem ameaçado os velhos “muros de Berlim historiográficos” que separavam os trabalhadores livres dos escravizados, negros e brancos, entre outras dicotomias cristalizadas anteriormente (CHALHOUB & SILVA, 2009).

Porém, chama a atenção que a historiografia do trabalho no período republicano - principalmente no caso paulista, do qual trato aqui - ainda tenha dado pouca ênfase ao fator “cor” para analisar as relações entre os próprios trabalhadores. Em recente balanço historiográfico, Álvaro Pereira do Nascimento (2016) reconhece sinais positivos de mudança nessa direção, mas reforça a crítica ao que chama de “paradigma da ausência” do negro, termo emprestado de Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009, p. 15). Segundo Nascimento, o paradigma perdura e o tal “muro de Berlim” ainda resiste:

Em termos metodológicos, os autores abraçavam-se a categorias profissionais, étnicas e nacionais, mas quase nada discutiam acerca dos conflitos e solidariedades no tocante à cor dos trabalhadores, chave fundamental para incluir o racismo como um problema histórico na historiografia dos mundos do trabalho (2016, p. 613).

Em uma avaliação ainda mais recente através de um extenso levantamento da produção historiográfica sobre os mundos do trabalho, Fabiane Popinigis e Paulo Terra (2019) confirmaram os avanços e lacunas em relação às provocações pioneiras de Lara e às mais recentes de Nascimento, feitas quase vinte anos depois.¹¹ Para eles,

uma parte do trabalho dos pesquisadores nessa pauta – a de superar a dicotomia entre trabalho escravo e trabalho livre, desassociar a periodização da história da ação dos trabalhadores do assalariamento e levar em conta as experiências de luta dos trabalhadores escravizados [sugestões de Lara] – tem estado consistentemente nas agendas de pesquisa, enquanto que a outra parte – sobre os efeitos do racismo no mercado de trabalho e as relações raciais na organização dos movimentos sociais, nos sindicatos e nos períodos mais adiantados da República [sugestões de Nascimento] – ainda precisa de estímulos consistentes” (POPINIGIS; TERRA, 2019, p. 310)

leituras ortodoxas e ahistóricas. Para uma discussão de fôlego sobre essas categorias desde Marx até o nosso tempo, ver: MATTOS, 2019, p. 15-43.

¹¹ Segundo eles, “enquanto Lara sugere que olhemos para trás, em busca da compreensão das formas de organização social e econômica dos escravos e libertos ainda durante a escravidão para seguir os rastros de sua influência nos movimentos dos anos iniciais da República, Nascimento reivindica que os pesquisadores se perguntem sobre a “cor” dos indivíduos no período do pós-abolição” (POPINIGIS; TERRA, 2019, p. 310).

A presente pesquisa pretende contribuir no preenchimento dessa segunda lacuna. Para aqueles que se enveredaram na história dos trabalhadores, os jornais da imprensa operária e imigrante tornaram-se fontes privilegiadas em que transparecem inúmeros aspectos das mobilizações e do cotidiano dos trabalhadores. Partindo delas, as tensões étnicas dentro da classe trabalhadora em formação, cuja participação de estrangeiros era numericamente majoritária, foram bastante analisadas. Porém, a relação mais específica do trabalhador imigrante e do movimento operário organizado com os trabalhadores nacionais *a partir do recorte de cor* ainda foi pouco explorada e não compôs problema central nessas pesquisas.¹²

Se, conforme notou Nascimento (2016, p. 615), “a própria pesquisa somente em jornais operários e da grande imprensa limita a investigação sobre a cor dos indivíduos”, incluir a imprensa negra pode contribuir para tais questões. Porém, ela não figurou como fonte no campo da história do trabalho, talvez por seus periódicos não terem sido considerados “jornais de trabalhadores”, já que, do ponto de vista simbólico, atuam na construção de uma identidade distinta da de classe. Igualmente não foram considerados dessa forma por estudiosos do pós-abolição e da história do negro, que os abordaram somente pelo viés de imprensa étnico-racial. Apesar disso, proponho que tais jornais podem ser pensados como “de trabalhadores”, pois os sujeitos que os escreveram, devido às suas condições sociais e materiais concretas, eram “trabalhadores” e pertenciam à “classe trabalhadora”, em sentido amplo.¹³ Afinal, conforme afirmou Cláudio Batalha (2006, p. 101) sobre o associativismo negro, “é a condição objetiva de trabalhadores de seus membros que torna essas sociedades de trabalhadores, pouco importando o fato de que nenhuma delas se expressasse nesses termos, pois se definem pela sua origem étnica ou racial”. Seguindo essa lógica, os jornais negros podem ser pensados lado a lado com os da imprensa operária, em busca de suas semelhanças e diferenças nas relações internas à classe trabalhadora.

Paralelamente, a análise sobre o negro após a emancipação por muito tempo foi pautada pela perspectiva da exclusão dessa população do mercado de trabalho assalariado e pelos

¹² Essa lacuna foi identificada também por Luigi Biondi (2010), historiador da imigração e do movimento operário. Considerando o Brasil como um caso de “comunidades operárias que se formam e se repensam em ambientes multinacionais e multiétnicos”, o historiador apontou que “a componente que provinha de um passado escravagista não pode deixar de ser considerada, com tudo o que implica na visão do trabalho e da cultura organizacional dos trabalhadores e de sua história”. Por esse motivo, segundo ele, a problemática deveria compor a agenda historiográfica atual: “novas pesquisas poderiam esclarecer quais as relações ocorridas entre a nova classe operária paulista, dominada por brancos europeus, e os negros que viviam em diversos bairros populares que progressivamente tornaram-se uma minoria durante a Primeira República” (BIONDI, 2010, p. 38-39).

¹³ Essa questão será aprofundada no Capítulo 2, a partir da exposição das origens e trajetórias socioeconômicas dos militantes da imprensa negra. Sua condição de trabalhadores foi um tanto obscurecida pelo fato de possuírem um emprego mais regular e estarem melhor posicionados economicamente do que a maioria da população negra, fato que levou os pesquisadores a considerá-los uma “elite” dentro desse grupo.

projetos da elite, dos políticos e dos intelectuais sobre o que fazer com os egressos da escravidão (RIOS & MATTOS, 2004, p. 170-171). Até poucas décadas atrás uma outra parte da história estava completamente por ser contada: refiro-me às organizações, expectativas e projetos dos próprios negros nesse contexto de desagregação da ordem escravista e reestruturação social no período republicano.

Essa lacuna tem sido gradualmente preenchida por pesquisadores que reivindicam o campo historiográfico do pós-abolição, cuja proposta fundamental é analisar como esses sujeitos - negros livres, libertos e seus descendentes - agiram e colocaram em jogo suas visões e demandas por cidadania, liberdade e direitos (RIOS & MATTOS, 2004, p. 175). Enfim, trata-se de remar contra a invisibilidade usual dos afrodescendentes na historiografia e evidenciar as formas como experienciaram as situações de liberdade.

A imprensa negra tornou-se fonte recorrente dessas pesquisas, afinal, escrever jornais para denunciar o racismo, exigir igualdade de tratamento, divulgar as associações negras e propor alternativas de educação, união e inserção social, foi uma importante experiência de liberdade dos afrodescendentes. Para o caso de São Paulo, além dos trabalhos que teceram um amplo panorama do associativismo negro e da experiência dos intelectuais que escreviam os jornais (FERRARA, 1986; DOMINGUES, 2000; CARVALHO, 2009; PINTO, 2013; REIS, 2017), alguns se aprofundaram em diversas questões presentes nos periódicos, como a formação da identidade racial e seus contatos com a identidade nacional; as relações com o movimento negro norte-americano; as representações da África; as biografias de militantes, entre outras.¹⁴ Nessas pesquisas, os historiadores não puderam deixar de comentar sobre a relação e os contatos dos negros com a população imigrante, visto que muitos artigos da imprensa negra tocam no tema. Contudo, também aqui, raramente essa questão foi o problema central das pesquisas.

Os estudos sobre a imprensa negra apontaram a importância dos imigrantes para o projeto dos ativistas negros e identificaram o pouco envolvimento destes com o movimento operário, porém, não incorporaram fontes dos próprios imigrantes e operários em sua análise, para entender mais a fundo o que estes diziam a respeito dos negros. Assim sendo, há espaço para explorar os contatos políticos e sociais entre a população negra, sobretudo a partir de seus ativistas, e os brancos pobres, considerando uma perspectiva multiétnica. A potencialidade desse movimento reside no fato de que a compreensão do racismo estrutural e da exclusão, bem como da constituição da identidade negra e da branquitude, tem muito a ganhar se analisarmos

¹⁴ Para exemplos de autores que pesquisaram os recortes indicados, ver: Marina Mello (1999), Paulina Alberto (2017), Flávio Francisco (2010), Rael Santos (2012) e Teresa Malatian (2015). Petrônio Domingues tem vasta obra sobre o mundo negro paulista no período, abordando seus diversos aspectos a partir da imprensa negra.

as relações étnico-raciais considerando seus dois polos, ou seja, incluindo os agentes da discriminação - principalmente quando esses sujeitos são da mesma classe social.

Minha intenção não é criticar um dos campos historiográficos comentados para reivindicar o outro. Proponho simplesmente utilizar dos avanços e acúmulos de ambos para estabelecer vínculos e diálogos entre eles, na aposta de que esse cruzamento pode render bons resultados. Se, conforme apontou Karl Monsma (2016, p. 23-24), a historiografia da escravidão e da imigração dialogaram pouco, sempre utilizando-se uma da outra como *contexto*, mas pouco integrando-a como *objeto* na análise, essa prática parece estender-se para o período do pós-abolição, em relação à história do negro e dos imigrantes. Esta pesquisa situa-se, portanto, em uma “encruzilhada historiográfica”, entre a história da imigração, do pós-abolição e do movimento operário, utilizando da historiografia sobre as classes populares em São Paulo como base para o estabelecimento de seu cenário.¹⁵

Entretanto, acredito que seja insuficiente apenas reunir a imprensa negra e a imprensa operária na mesma pesquisa através de uma análise meramente formal que ressalte as diferenças e semelhanças entre elas, mas as mantenham isoladas uma da outra. Faz-se necessária uma análise cruzada, conectada, que inter-relacione os grupos e suas lideranças militantes em suas visões de mundo, expectativas, identidades, projetos e formas de fazer política. Deve-se destacar, na medida do possível, os momentos em que dialogaram e interagiram, e o que pensavam uns dos outros. Ou seja, entender o papel que o grupo imigrante ocupou no projeto das lideranças negras, mas também o oposto, como o negro aparecia no projeto dos militantes do movimento operário. Afinal, tais grupos não eram “mônadas” isoladas em seus territórios e colônias étnicas, como quer a memória hegemônica que crava o Bexiga como “lugar dos italianos”, a Liberdade como “lugar dos japoneses”, entre outras associações étnicas à geografia da cidade. No complexo cotidiano paulistano, tais sujeitos viveram e circularam nos mesmos locais, competiram por trabalho, brigaram, fizeram amizades e até se casaram - enfim, se relacionaram. E nessa relação com o “outro” as identidades e o sentido dos grupos étnicos e

¹⁵ Nos artigos de balanço historiográfico citados, os autores listam uma série de obras que empreenderam essas interseções. Contudo, elas concentram-se no Rio de Janeiro, onde brancos, imigrantes e negros foram numericamente mais próximos, e na Bahia, onde os negros foram maioria. As lacunas que aponto são para o caso de São Paulo, onde fatores como o peso demográfico dos imigrantes e espaços de trabalho mais demarcados - com poucos negros integrando o proletariado de fábrica - certamente contribuíram para que negros e brancos fossem estudados isoladamente. Vale citar alguns trabalhos que analisaram as relações entre imigrantes e negros, nas regiões Sul e Sudeste, tais como Sidney Chalhoub (1986), Maria C. Velasco e Cruz (2005) e Marcelo Badaró Mattos (2008) para o Rio de Janeiro; o já citado Marcus V. Rosa (2014) para a capital gaúcha; Karl Monsma (2016) para a região cafeeira do Oeste Paulista; Maria Lúcia Gitahy (1992) para Santos. Para a capital paulista, além das pesquisas já citadas em notas anteriores, destaco o trabalho de Marcelo Chaves (2005).

sociais foram criados, reelaborados e fortalecidos (PINTO, 2013, p. 47-49). Em suma, o interesse desta pesquisa é no encontro, seja ele pacífico ou conflituoso.

Em relação à população negra, é inevitável que ganhe especial importância a análise das múltiplas dimensões do racismo, evidenciadas nas fontes da imprensa negra a partir das relações tanto com os trabalhadores imigrantes quanto com as classes dominantes e as instituições. Baseado na perspectiva teórica de intelectuais como Silvio Almeida (2020), o racismo será pensado a partir de uma concepção estrutural/sistêmica, não como anomalia ou desvio de caráter dos indivíduos. Nessa chave, o racismo estrutural é parte integrante e fundamental da ordem econômica e política da sociedade, constituindo sua manifestação normal, e construído historicamente ao longo do processo de formação da modernidade capitalista, como um dos componentes orgânicos de seus modos de socialização. Nas palavras do autor, nessa sociedade o racismo é um dos elementos que “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2020, p. 21). Embora possa ser categorizado de acordo com suas diferentes dimensões de manifestação – a individual, expressa pelos sujeitos nas relações cotidianas, e a institucional, materializada por espaços institucionais, *locus* de poder (sistema judiciário, empresas, Estado) – essa perspectiva sustenta que todo racismo é estrutural, pois está vinculado às entranhas profundas da organização social. Junto aos conflitos e mudanças da sociedade, o racismo também se transforma e a problemática aqui estudada é peça-chave para compreender, no caso paulista, suas reformulações após o crepúsculo da ordem escravista.

No aspecto cronológico, concentrei-me no trecho final da Primeira República, nos anos entre 1915 e 1932, invadindo um pouco o período posterior à derrubada da oligarquia paulista do governo federal. Tais balizas temporais justificam-se pela cronologia das próprias fontes - é o período em que as imprensas alternativas construídas pelos ativistas negros e pelo movimento operário coexistem. Se esta última teve uma produção permanente desde a década final do século XIX, embora tenha passado por certa decadência ao longo dos anos 1920 (TRENTO, 2013, p. 103-104), a imprensa negra paulista viveu um hiato nos anos iniciais do século XX, ressurgindo apenas em 1915, com a fundação de *O Menelick*. Portanto, é nesse intervalo que as maiores conexões entre os movimentos podem ser buscadas. Em 1932, há o encerramento das atividades de *O Clarim d'Alvorada*, jornal negro de maior longevidade e influência no período, marcando também o final do meu recorte.¹⁶

¹⁶ Na verdade, *O Clarim d'Alvorada* tentou um breve retorno com o lançamento de uma edição solitária em 13 de maio de 1933, exatamente um ano após ter encerrado suas atividades. Depois disso, ele voltaria a ser publicado em 1940. Esse marco não significou o fim da imprensa negra no período, pois logo em seguida surgiu o periódico

Considerando esses limites, foi analisada a totalidade dos jornais negros, que somam 13 títulos, cada um com número variável de edições publicadas ou que sobreviveram à ação do tempo. Atualmente estão disponíveis em microfilme no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, com a maior parte já digitalizada e disponível também na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *O Clarim d'Alvorada*, jornal fundado pelos militantes Jayme de Aguiar e José Correia Leite, ganhou destaque no trabalho devido ao maior número de publicações e de seu protagonismo dentro do próprio *corpus* documental.

Do lado da imprensa operária, a análise centrou-se em *A Plebe*, principal jornal anarquista do primeiro pós-guerra em São Paulo, além de *A Obra* e dos periódicos em língua italiana *Guerra Sociale* e *Alba Rossa*. Tais jornais reuniram as principais redes de militantes libertários e sindicalistas estrangeiros e brasileiros da época, como Primitivo Raymundo Soares (Florentino de Carvalho/João Crispim), Adelino de Pinho, Gigi Damiani, Angelo Bandoni, Isabel Cerruti, Edgard Leuenroth, Rodolpho Felipe e Astrojildo Pereira. Os jornais encontram-se microfilmados ou em forma original nos acervos do Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp), e do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEM/UNESP), parcialmente digitalizados.

Evidentemente, os marcos cronológicos não devem ser tomados com rigidez limitadora aos objetivos da pesquisa histórica. Por isso, nos momentos em que julguei válido, analisei alguns jornais operários e étnicos de períodos anteriores, seguindo pistas da bibliografia, ou edições de jornais posteriores para indicar as permanências e mudanças no problema após o estabelecimento de Getúlio Vargas no poder. Neste último caso, destaco os jornais antifascistas *La Difesa* e *O Homem Livre*, que estabeleceram diálogos e confrontos com as lideranças negras, a FNB e o jornal *A Voz da Raça*. Para os períodos anteriores foram importantes algumas publicações de *A Rebelião*, *La Battaglia* e *La Barricatta-Germinal!*, para um entendimento mais amplo da influência italiana dentro do anarquismo e do mundo dos trabalhadores em São Paulo. Algumas edições do *Fanfulla*, principal jornal dessa colônia, ainda que de viés liberal na maior parte de sua trajetória, também foram incluídas.

Pelo menos desde a década de 1970, a utilização dos variados tipos de imprensa como fonte para o historiador generalizou-se, em contraposição a um período em que eram

oficial da FNB, *A Voz da Raça*, cujas atividades seguiram até a oficialização da censura do Estado Novo. Contudo, incluir esse jornal traria muitas questões adicionais à pesquisa. A imprensa operária e libertária, por sua vez, segue em atividade ao longo da década de 1930, embora com menor variedade de jornais. As trajetórias de ambas as imprensas são reconstruídas em maiores detalhes no Capítulo 2.

consideradas perigosas e suspeitas, devido ao alto grau de subjetividade em suas páginas (CRUZ; PEIXOTO; 2007, p. 254). Atualmente, levando em conta que todo tipo de documento histórico é dotado de intencionalidade, os jornais adquiriram centralidade na produção historiográfica, tornando-se uma das fontes que mais permitem a “medida aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas” (CAMARGO, 1969, p. 225). Conforme alertou Ana Maria Camargo, os relatos e informações dos jornais não são “a realidade passada”, são o que determinados grupos pensaram sobre ela, mas “a realidade inclui o que se pensa sobre ela” (1969, p. 225).

Na esteira das metodologias de análise de imprensa, considero os jornais como elementos por meio dos quais os grupos que os produzem interferem e atuam no processo histórico, disputando os corações e mentes dos demais indivíduos na batalha cotidiana das ideias (CAPELATO, 1994). Nas palavras de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007, p. 258), a imprensa “modela formas de pensar e de agir, define papéis sociais” e em sua atuação “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”. Suas páginas são, por conseguinte, espaço onde ocorre a articulação de projetos de diferentes forças sociais (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

As imprensas negra e operária, ao contrário dos jornais da classe dominante, defendem o interesse de grupos específicos que são cotidianamente invisibilizados na imprensa hegemônica. Integram, portanto, a categoria das imprensas alternativas, cujo caráter principal não é comercial, mas de formação ideológica e identitária, promovendo projetos alternativos à lógica dominante. Caracterizam-se como órgãos “de protesto”, cujas páginas geralmente carregam contrapontos à visão laudatória do progresso estampada na imprensa oficial (COHEN, p. 119-120) - afinal, os grupos aos quais buscaram dar voz sofriam os efeitos nefastos da imposição da modernidade capitalista. Por isso, tais imprensas frequentemente incomodavam a ordem e eram vistas com maus olhos pelo Estado e pelas classes dominantes em sua busca pela produção de consensos hegemônicos.

Apresentadas as fontes, a problemática, os objetivos e os diálogos com a historiografia, resta apontar a maneira como foi estruturada esta dissertação. Minha opção foi partir do geral - estabelecer os processos históricos amplos que colocaram afrodescendentes e imigrantes para compartilhar o cenário da Pauliceia, descrever as condições de vida e de trabalho na cidade, e apresentar os movimentos sociais e suas imprensas - ao particular - as questões problemas principais da pesquisa, sobre a forma que as lideranças militantes de cada grupo enxergaram-se umas às outras, como interagiram e influenciaram-se mutuamente. Sendo assim, nos dois

primeiros capítulos o leitor encontrará mais consonâncias entre os grupos e, nos dois últimos, mais dissonâncias.

No Capítulo 1, *O Cotidiano coercitivo: negros e imigrantes no pós-abolição paulistano (1888-1930)*, apresento a contextualização e a montagem do cenário onde se desenrolou a trama de atuação dos militantes que compõem o objeto da pesquisa. Na busca por unificar na mesma análise a bibliografia sobre os imigrantes, os trabalhadores e a população negra, abordo os processos de abolição e as políticas de imigração; a composição demográfica e territorial da São Paulo do pós-abolição; e a reestruturação do mercado de trabalho, que tomava forma racializada a partir da complexidade dos elementos demográficos, econômicos e ideológicos em jogo. Além disso, apresento um panorama da situação vivida por toda a camada mais pobre da população, incluindo a perspectiva dos próprios articulistas da imprensa negra e da imprensa operária. Apesar de suas diferenças, a partir de recortes étnicos e de classe, os escritores desses jornais teceram análises críticas sobre a cidade, destoando da narrativa hegemônica do progresso e da modernidade. Seus escritores foram verdadeiros cronistas da vida urbana, na medida que informaram e refletiram acerca dos territórios e condições de moradia, saúde, alimentação, violência policial, entre outros aspectos, pautando em suas análises tanto o mundo do trabalho quanto o da reprodução social. Foi em confronto com essa situação que os militantes elaboraram seus projetos de luta em suas impressas e no ambiente associativo, os quais serão foco dos capítulos seguintes. Para esse capítulo, também fiz uso de uma miríade de outras fontes, dentre as quais figuram relatos de viajantes, cronistas, cartas de imigrantes, obras literárias, relatórios de Estado, registros de História Oral, dados demográficos, entre outros.

No Capítulo 2, *Buscando sobrevivência e transformação social: associações e impressas negra e operária*, apresento a caracterização geral das impressas negra e operária, inseridas no mundo das associações étnicas e de classe, mapeio as principais questões que permeiam tais fontes e destaco preocupações em comum de ambos os movimentos em seus projetos, notadamente nos aspectos da educação, união e diretrizes de comportamento. Seguindo as proposições dos estudos históricos sobre imprensa (CRUZ; PEIXOTO, 2007), além de analisar o projeto ideológico dos jornais, busco apontar seus aspectos gráficos, editoriais, de produção, distribuição e circulação - a partir de elementos como cabeçalho, títulos e subtítulos, tamanho, número de páginas, seções, anúncios, preço, tiragem, locais de distribuição. Torna-se especialmente relevante investigar as duas pontas da cadeia de produção-circulação dos periódicos - ou seja, escritores e leitores. Sobre os primeiros, elaboro pequenas biografias, por meio das quais é possível perceber pontos em comum em sua experiência,

origem e trajetória. Sobre os leitores, reflito acerca da incidência dos jornais nos bairros, associações e demais ambientes populares.¹⁷

No Capítulo 3, intitulado *Imigração, raça e nação nos escritos das lideranças negras*, investigo como o imigrante foi representado no projeto da imprensa negra. Se, por um lado os ativistas negros tomaram os jornais e as associações dos imigrantes como exemplo de mobilização a ser seguido pela comunidade negra, por outro, enxergaram-nos como concorrentes a serem enfrentados. Basicamente, os estrangeiros aparecem como sujeitos privilegiados pelo Estado e pelos empregadores, tanto no espaço urbano quanto no mercado de trabalho. Além disso, são acusados de rapidamente assimilar o racismo da elite branca brasileira contra os negros, acentuando a exclusão destes na cidade. Argumento que o confronto com o imigrante foi fundamental na elaboração da identidade racial negra, a qual se dava em diálogo com os projetos e ideias de nação que estavam em jogo, em um momento de franca ascensão do nacionalismo.

Finalmente, o Capítulo 4, *Trabalhadores nacionais, negros e a questão racial na imprensa operária*, é uma análise das discussões e representações sobre os nacionais e negros nas páginas daqueles jornais do movimento dos trabalhadores, sobretudo de tendência anarquista. Apesar de nunca terem sustentado uma postura segregacionista em relação aos afrodescendentes, os militantes enxergaram o coletivo de trabalhadores a partir da divisão entre nacionais e estrangeiros, demonstrando em seus escritos a permanência de ideais positivistas, racialistas e etnocêntricos, mesclados com o repertório libertário. Os militantes tentavam reelaborar os conteúdos trazidos da esquerda europeia para o novo contexto, de maior heterogeneidade, ao mesmo tempo em que enfrentavam o desafio de unificar os trabalhadores sob a identidade de classe, contrapondo-se aos nacionalismos e regionalismos. Ao final, analiso a ausência de reflexões sobre a luta racial nos jornais operários, bem como a “quase ausência” de diálogos entre o movimento negro e o dos trabalhadores.

Com isso, espero que a análise destaque ao leitor as múltiplas vivências de negros e imigrantes na cidade de São Paulo, bem como as respostas que buscaram dar a esses problemas através de seus movimentos sociais. Em linhas gerais, o trabalho mostra que apesar de

¹⁷ Faço a ressalva de que não empreendi uma apresentação aprofundada do movimento negro e do movimento operário, com suas múltiplas associações e heterogeneidade ideológica e política, tampouco fiz uma caracterização individualizada de cada periódico. Uma vez que os considero como coletividades construídas por redes de militantes, optei por uma caracterização geral da imprensa negra e da imprensa operária de ideologia libertária como grupos de imprensa alternativa. Em outras palavras, apresento um panorama que situe o leitor para as questões específicas da pesquisa, as quais são alvo dos últimos dois capítulos. Individualmente, cada periódico, movimento social e grupo de militantes têm sido largamente estudados em diversos aspectos e a bibliografia indicada ao longo do capítulo serve ao leitor que queira mergulhar nos temas.

unificados pela questão de classe, negros e imigrantes foram confrontados com problemas distintos devido à questão étnico-racial. Fatores como o racismo estrutural em suas variadas dimensões, o nacionalismo e a abundância de mão de obra disponível ofereceram dificuldades para potenciais atuações em conjunto desses sujeitos contra as classes dominantes, alimentando uma relação de maior tensão, conflito e distanciamento do que de solidariedade no interior da classe trabalhadora que se formava. Acredito, portanto, que o leitor encontrará uma pequena contribuição ao desafio enunciado por Marcelo Badaró Mattos na epígrafe desta introdução, bem como na derrubada dos ainda persistentes “muros de Berlim historiográficos”.

Por fim, cabem alguns esclarecimentos terminológicos e metodológicos. O primeiro é que a ideia de “raça”, empregada ao longo deste trabalho para discutir as relações entre negros e brancos, não possui sentido biológico, mas sociológico, referindo-se ao campo da cultura e das identidades (GUIMARÃES, 2003). Trata-se de uma construção histórica e ideológica sobre a origem dos grupos e constitui as relações sociais concretas entre eles, sobretudo de poder - ou seja, raça integra o mundo social. Também pode ser utilizada pelos próprios grupos racializados para reivindicar pertencimento e como elemento de mobilização, como ocorre com o movimento negro. Desde a década de 1970, seguindo os movimentos sociais, estudos acadêmicos resgataram o termo como categoria de análise ao perceber que o fator racial cumpre um papel importante na estratificação social brasileira (HASENBALG, 2005).¹⁸

Algo parecido ocorreu com o termo “negro”, que vem sendo utilizado acadêmica e politicamente para designar a unidade das diferentes tonalidades de cor de pele preta e parda da população de ascendência africana. Os ativistas da imprensa negra já haviam optado por reivindicar esse termo, positivando-o no confronto com os significados pejorativos impostos pela sociedade dominante. Passaram cada vez mais a se referir como “negros”, ao invés de “pretos” ou “homens de cor”, termos mais recorrentes nos primeiros anos dos jornais. Neste trabalho, a não ser em citações das próprias fontes, também emprego “negro” para me referir a pretos e pardos, em geral. Por vezes, utilizo como sinônimo as palavras “afrodescendente” ou “afro-brasileiro”, em voga mais recentemente, para evitar repetições na escrita. Contudo, vale a observação de que não integravam o vocabulário corrente na época.

Já a noção de “imigrante” foi utilizada com significado expandido, de modo a incluir pelo menos a primeira geração de filhos de imigrantes nascidos no Brasil (HALL, 2004, p. 123; BIONDI, 2010, p. 26). Evidentemente, esses sujeitos tinham a cidadania e os mesmos direitos de qualquer brasileiro, porém, eram vistos no cotidiano como estrangeiros e não raro

¹⁸ Quando o termo tiver outro significado nas fontes - como o de “povo” ou “nação” - será devidamente explicado.

reivindicavam a identidade de seus pais, ainda que simultaneamente à identidade brasileira (ou euro-brasileira) em construção (LESSER, 2015, pp. 22-25).¹⁹ Vale a ressalva de que, devido à preocupação central da análise recair sobre as relações entre negros e brancos estrangeiros, foi inevitável certa homogeneização desse último grupo, especialmente sob sua variável italiana, maior nacionalidade imigrada. Não desconheço nem nego as rivalidades e tensões internas entre as colônias estrangeiras, ou mesmo entre sujeitos de diferentes regiões de um mesmo país, porém, não houve espaço para uma análise aprofundada dessas demais relações étnicas que compunham o mosaico social paulistano do período – empreitada que certamente resultaria em um recorte demasiadamente amplo para o contexto desta dissertação. Os significados de “classe trabalhadora”, “trabalhador”, “trabalhador nacional” e “operário” foram explicados anteriormente em nota e encerram o conjunto de categorias da pesquisa.

¹⁹ Essa questão será discutida de forma aprofundada no Capítulo 1.

CAPÍTULO 1. O COTIDIANO COERCITIVO: NEGROS E IMIGRANTES NO PÓS-ABOLIÇÃO PAULISTANO (1888-1930)

O Brasil abria imigração para a Itália. Íamos receber seis mil italianos, dois mil iam para São Paulo [...]. Eles vinham para ser colonos, iam arrendar as terras dos fazendeiros para plantações. E os brasileiros tinham que respeitá-los. Quando os italianos chegaram, viram que o único braço ao seu alcance para auxiliá-los era o braço do negro.

*Carolina Maria de Jesus (1977)**

Eu me lembro que a gente saía com samba, outros com marcha, por aí afora. A gente rodava São Paulo todo e era uma tradição daquelas famílias italianas. Passava um bloco, eles diziam: “Vem cá, nego, vamos lá em casa”. Chegava lá, tinha uma mesa posta com comida, vinho e tudo. Isso no Brás, no Bixiga, nos lugares fortes da colônia italiana. Então se comia bem na casa deles, saía brincando, aí entrava outro bloco, eles cantavam com a gente, acompanhavam até a esquina, depois voltavam pra casa, entende?

*Geraldo Filme (1992)***

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo passava por grandes transformações e começava a apresentar o rosto que a define até os dias atuais. Caótica, superpovoada e complexa, desde aquele período a urbe paulistana tornou-se o cenário em que se desenrolaram tramas e vivências de uma multiplicidade de grupos sociais e étnicos. Conforme notou a antropóloga Teresinha Bernardo (1998, p. 169-170), a partir de suas entrevistas com idosas e idosos negros e italianos, São Paulo nas primeiras décadas do século passado “apresentava uma polifonia intensa” e surgia de diversas formas na memória de seus interlocutores, de acordo com a experiência ímpar dos grupos a que pertenceram - podia ser uma cidade escura, desconhecida e perigosa, ou a cidade do trabalho e do progresso. As vozes desses indivíduos misturavam-se com inúmeras outras, de portugueses, japoneses, sírios, espanhóis, indígenas - enfim, formando um mosaico multiétnico que ainda hoje é identificado por qualquer um que transite pelas ruas da cidade, agora também habitadas por pessoas de outras nacionalidades e ascendências, como haitianos, bolivianos, angolanos, coreanos, entre muitos outros.

Essa polifonia na virada do século passado foi fruto do processo histórico de reestruturação da ordem político-econômica no Brasil, desencadeada pela crise do sistema escravista e do Império. Simultaneamente, tal processo, ao menos no Sudeste, foi sustentado

* JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP, 2014, p. 44.

** FILME, Geraldo. **A música brasileira deste século por seus autores e intérpretes**. São Paulo: Sesc – Serviço Social do Comércio, 2000. CD (53 minutos). Trata-se de registro de áudio retirado do programa de entrevistas e apresentações musicais *Ensaio*, da TV Cultura, originalmente exibido em 1992. Ver *link* na bibliografia.

pelo *boom* da economia cafeeira e pela entrada de enormes contingentes de europeus e, pouco mais tarde, de asiáticos na região. Parte desses sujeitos, que a princípio se dirigiram às lavouras, logo teria como destino as cidades, principalmente a capital paulista, tornando-se mão de obra para a industrialização incipiente, impulsionando o crescimento demográfico e transformando as feições da província.

Desde a segunda metade do século XIX, esses fatores levaram São Paulo a uma profunda “transformação urbanística, econômica, étnica e política” (ROLNIK, 2017, p. 20), de simples vila comercial, local de passagem de tropeiros, para o que se convencionou chamar de “metrópole do café” e, em seguida, em um novo centro industrial e financeiro, despontando em importância equivalente à do Rio de Janeiro dentro do cenário nacional, então capital do país.²⁰ “Da pequena Piratininga de Anchieta pouco ou nada resta”, descreveu a equipe do periódico negro *Progresso* em um de seus artigos, quando a mudança já havia se consolidado, em 1931.²¹

Esse processo colocou no mesmo cenário os negros já nascidos livres ou recém-libertos após o 13 de maio de 1888, e imigrantes europeus, sobretudo italianos. Em sua maioria, foram os indivíduos desses grupos que viveram em condição subalternizada, compondo as diferentes frações da classe trabalhadora, fosse no campo, principalmente servindo de braços para as fazendas, ou na cidade, como mão de obra para o capital industrial e comercial, mas também nas inúmeras ocupações não-assalariadas, irregulares e intermitentes, buscando sobrevivência em um cotidiano extremamente coercitivo. Porém, longe de apenas trabalhar e serem coagidas, essas pessoas elaboraram identidades coletivas e sociabilidades que se misturaram e se chocaram naqueles espaços.

Memórias como a da escritora Carolina Maria de Jesus ou a do sambista Geraldo Filme, ambos negros, muitas vezes trazem à tona a convivência complexa entre aqueles dois grupos nos bairros populares das cidades e na zona rural. Em alguns momentos, o contato entre sujeitos tão diferentes resultou em solidariedades e amizades, como mostram ambos os trechos que abrem este capítulo. Carolina de Jesus narra a chegada de novos contingentes de italianos no campo, anunciada nos jornais, no avançado ano de 1925. Ao contrário de silenciamentos e apagamentos geridos na memória e mesmo na historiografia, que cravaram a completa

²⁰ Desde a primeira década do século XX, viajantes estrangeiros notavam e ressaltavam o aspecto da industrialização paulistana, comparando-a em importância com a capital do país e com outros centros urbanos da América Latina (PETRONE, 1955, p. 127). Não à toa, o período em que se inaugura esse processo, a partir da década de 1880 e da imigração europeia, é comumente referido como uma “segunda fundação” da cidade, em uma articulação ideológica que busca desvincular a nova metrópole, “locomotiva do país”, de seu passado rural e periférico, tentando apagar tudo aquilo que simbolizava o atraso, na perspectiva das elites paulistas - sobretudo a escravidão e a presença de indígenas e negros.

²¹ FUNDAÇÃO de São Paulo. *Progresso*, São Paulo, 01/1931, p. 2.

substituição do negro pelos estrangeiros, o relato da escritora sugere o trabalho de negros lado a lado com os colonos imigrantes nas lavouras, “auxiliando” e “respeitando” uns aos outros.²² Já os relatos do músico sobre suas andanças pela cidade revelam o contato amistoso entre os negros e as famílias italianas que, hospitaleiras, abriam suas portas para compartilhar uma refeição fraterna ou saíam de suas casas para caírem com os primeiros, juntos, no samba. Os contatos entre esses grupos certamente envolveram outros espaços e aspectos do cotidiano para além do trabalho, como moradia, comércio, festas, religião e futebol.

Porém, apenas uma linha tênue separava a coexistência pacífica e solidária da rivalidade e do conflito entre os grupos étnico-raciais. Conforme o argumento que pretendo desenvolver ao longo desta pesquisa, a maior parte dos contatos entre negros e imigrantes durante a Primeira República foram marcados por tensões na disputa por espaços e, principalmente, por emprego, numa cidade marcada pelo racismo e por um mercado de trabalho incapaz de absorver o enorme contingente populacional que ganhava corpo.

Neste capítulo, no entanto, pretendo descrever mais detalhadamente o processo que colocou indivíduos e grupos tão distintos para conviver em um mesmo cenário, bem como mostrar as condições que marcaram o cotidiano de coerção e pobreza vivido por eles nos territórios em que puderam habitar, além de tentar captar um pouco de sua experiência, que levou à elaboração de identidades e sociabilidades diversas nos espaços da cidade. Destoando do restante do trabalho, as páginas a seguir apontam consonâncias nas vivências dos grupos negro e imigrante, advindas do fato de circularem nos mesmos bairros, serem pobres e, muitas vezes, não terem trabalho em uma São Paulo que contraditoriamente se constituía como “a cidade do trabalho” (SANTOS, 2017, p. 43) – porém, sem deixar de marcar as especificidades no viver de cada grupo. Analiso também a reestruturação do mercado de trabalho e as peculiaridades do caso paulistano, em que a racialização teve papel crucial.

²² O sociólogo Karl Monsma e o grupo de pesquisadores sob sua orientação vêm mostrando a coexistência de colonos negros e europeus em partes da região cafeeira conhecida como o Oeste Novo de São Paulo, principalmente nos municípios de São Carlos, Rio Claro e em seu entorno. Esses estudos vêm contestando certo imaginário acadêmico de que a década da abolição representou a virada para um contexto em que era muito rara a presença de colonos negros em São Paulo. Ainda assim, acredito ser difícil generalizar as conclusões de Monsma para a situação de todo o Oeste Paulista, algo que demanda novas pesquisas. É curioso, porém, como algumas passagens dos relatos de Carolina de Jesus apontam para a mesma direção, ao evidenciarem uma memória negra de trabalho no campo junto aos italianos em Minas Gerais e São Paulo, a começar por uma curta experiência de sua própria família - sua narrativa corresponde mais ao final da Primeira República, enquanto os trabalhos de Monsma chegam apenas até a metade da década de 1910. Em outros trechos da obra de Carolina, é possível identificar negros trabalhando para colonos italianos que, por sua vez, estão subordinados a um grande proprietário. Se a escritora rememorou casos de amizade entre italianos e negros, as pesquisas empíricas de Monsma enfatizaram situações em que o conflito sobressaiu nessas relações. Ver: MONSMA, 2016, p. 89-90, 96-101; JESUS, 2014, p. 44-45, 53, 63-64, 134.

Como é típico do processo de modernização capitalista, juntamente do que costuma ser propagado pelas classes dominantes como “progresso” e “desenvolvimento”, vem o reverso da moeda - adensamento populacional, multiplicação da pobreza, pouca infraestrutura e precárias condições de vida para os trabalhadores pobres, em geral (WISSENBACH, 2018, p. 84). Evidenciar essas “astúcias da ordem” e “ilusões do progresso”, para seguir os termos de texto consagrado de Nicolau Sevcenko (1998), é o objetivo deste capítulo, essencial para situar o cenário e a conjuntura em que se desenvolveram os personagens e movimentos sociais que serão foco do restante deste trabalho.

1.1. Antecedentes históricos na Província de São Paulo: abolição, imigração e branqueamento

Desde a metade do século XIX, as elites agrárias de São Paulo debatiam qual seria a melhor forma de resolver o que chamavam de “questão dos braços para a lavoura” ou a “questão de mão de obra”. Isso, porque a partir da abolição do tráfico negreiro em 1850, mas sobretudo com a sanção da Lei do Ventre Livre em 1871, ficou claro para os escravistas que o regime do trabalho forçado tinha seus dias contados. Além disso, a cafeicultura já despontava como eixo central da economia do país e seu desenvolvimento expansivo, no caso da província paulista rumo ao oeste, gerava demanda crescente por mão de obra.

Durante as décadas anteriores à abolição, a discussão sobre como contornar essa questão foi intensa nos jornais e no parlamento, ocupado principalmente pelas próprias elites agrárias. Diversos projetos de imigração, de que maneira proporcioná-la, qual o sistema de trabalho seria adotado e quais imigrantes seriam os ideais para serem trazidos foram algumas das questões amplamente debatidas e colocadas em prática no período (STOLCKE; HALL, 1983; RIBEIRO, 1985; FERNANDES, 1989; AZEVEDO, 2004).

No começo, a iniciativa dos próprios fazendeiros em financiar a viagem dos trabalhadores e submetê-los ao sistema de parceria naufragou devido, entre outros aspectos, à resistência que os próprios imigrantes passaram a demonstrar, rebelando-se contra as dívidas que lhes foram impostas para quitar os custos do traslado e que os deixavam presos ao patrão, contra as péssimas condições de trabalho e a exploração intensa de toda a sua família, incluindo as mulheres e crianças (STOLCKE; HALL, 1983, p. 82-95). Em suma, os contratos e os pagamentos aos poucos passaram a ser vistos como injustos pelos imigrantes, e movimentos coletivos começaram a estourar, como foi o famoso caso da fazenda Ibicaba, propriedade do

senador Nicolau Vergueiro, palco de uma revolta de trabalhadores suíços e alemães (DAVATZ, 1980, p. 188-191).

Aos poucos, o aprendizado a partir do conflito com os trabalhadores foi que o custo da implementação de mão de obra imigrante era muito alto para ser tomado pelos próprios fazendeiros. Segundo Verena Stolcke e Michael Hall (1983, p. 88), “a introdução de trabalho livre implicava um investimento de capital cuja amortização exigia um nível de exploração que os fazendeiros não tinham condições de impor”. Ou seja, a questão nunca foi apenas número de braços, mas que fosse viabilizada uma forma de exploração do trabalho, sem violência ou coerção direta, que proporcionasse lucros tão grandes quanto aqueles advindos do trabalho escravo.

A frustração inicial dos fazendeiros gerou a diminuição de experiências com o trabalho livre imigrante entre as décadas de 1860 e 70, e o número de pessoas que adentraram o país decaiu, mesmo que vagarosamente (STOLCKE; HALL, 1983, p. 95).²³ No entanto, a maioria dos proprietários sabia que utilizar outros tipos de trabalhadores, não escravizados, não era mais mera questão de escolha, mas de tempo - o movimento abolicionista, as revoltas escravas e as pressões internacionais cresciam e geravam medo nos fazendeiros.

Alguns elementos contribuíram para que essa transformação pudesse ser atrasada por mais algum tempo: a implementação das ferrovias, que poupava tempo e trabalho no transporte de gêneros do interior aos portos; novos maquinários e novas técnicas agrícolas; o tráfico interno que trazia escravizados das regiões Norte, Nordeste e do Vale do Paraíba decadente para as novas regiões cafeeiras, além da vitória política das elites agrárias em retardar a abolição, sancionando leis graduais e limitadas, como foi a de 1871 (STOLCKE; HALL, 1983, p. 102-103). Com a chegada da década de 1880, no entanto, a intensificação da rebeldia escrava e a maior organização e radicalização dos movimentos sociais conduzidos pelos setores explorados da sociedade indicaram que não seria mais possível retardar a abolição.²⁴

²³ Para uma análise detalhada dos diferentes sistemas adotados pelos fazendeiros paulistas na tentativa de generalizar o trabalho livre a partir da mão de obra dos imigrantes, tais como a parceria, os contratos de locação de serviços e o colonato, bem como os problemas encontrados em cada um, ver: STOLCKE; HALL, 1983.

²⁴ Pelo menos desde o agora clássico *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, de Maria Helena P. T. Machado, a abolição deixou de ser vista apenas como um processo “de brancos”, ou seja, “um evento produzido pelas elites e para as elites” (2010, p. 227-229). Ganham destaque as lutas e organizações dos setores médios urbanos e dos homens livres pobres, envolvidos em torno do abolicionismo e, principalmente, dos escravizados rebeldes nas fazendas. Buscando relacionar de forma integrada os condicionantes estruturais e conjunturais com a agência dos sujeitos históricos, em recente balanço sobre a escravidão no século XIX, Rafael Marquese e Ricardo Salles (2016, p. 99-161) também enfatizaram que, se a ação dos cativos não encaminhou o fim da escravidão em momentos anteriores, no novo quadro de forças que se desenhava na década de 1880 - com o Brasil cada vez mais isolado internacionalmente após a Guerra Civil dos Estados Unidos e pressionado pelo liberalismo e abolicionismo interna e externamente -, ela foi decisiva para o resultado final.

Nesse processo de disputa pelos futuros do trabalho no Brasil, as elites agrárias logo encontraram a solução ideal para minimizar quaisquer perdas: implementar uma política de imigração em larga escala que fosse subvencionada pelo Estado.²⁵ Dessa forma, os particulares se livrariam do alto custo de importar a mão de obra do outro lado do Atlântico, proporcionando uma enxurrada de braços para a formação de um mercado de trabalho em que o excesso de trabalhadores seria a condição impositiva para que estes se sujeitassem aos intensos ritmos de trabalho e exploração desejados pelos proprietários.

Lúcio Kowarick (2019, p. 18), em seu livro sobre as origens do trabalho livre no Brasil, adota a postura teórica segundo a qual em qualquer lugar em que se estabelece o capitalismo, “a exploração da força de trabalho diretamente engajada no processo produtivo relaciona-se dialética e contraditoriamente com um exército de reserva,²⁶ disponível para ser mobilizado pelo capital”. Segundo ele,

a abundância de mão de obra é um dos fatores responsáveis pelo preço que os proprietários pagam pela compra de força de trabalho. É claro que fatores como a organização sindical e política, bem como a própria composição orgânica do capital, também interferem nos níveis salariais da classe trabalhadora. Mas o fato de haver abundância de braços, desde que materialmente e culturalmente expropriados, cria

²⁵ Apesar de terem existido algumas experiências de subvenção estatal à imigração na década de 1870, elas foram pontuais e, em geral, malogradas. Em 1881, o governo da província paulista passou a pagar metade dos custos de viagem dos imigrantes e, em 1884, liberou uma verba generosa para o custeio integral das passagens de um grande contingente de europeus (KOWARICK, 2019, p. 93-94). Porém, foi sobretudo a partir de 1885 que passou a existir uma política imigratória bem definida, com a criação da Sociedade Promotora da Imigração (1886). Essa instituição era privada, mas recebia generosos apoios do Estado e responsabilizava-se por “informar os trabalhadores europeus das oportunidades de empregos disponíveis em São Paulo, pelo pagamento de sua passagem, coordenação de sua chegada no Brasil e por seu deslocamento até os campos de café” (ANDREWS, 1998, p. 97). Vigente até 1895, a Sociedade passou suas funções ao Departamento de Agricultura do Estado. Nesse período de política imigratória sistemática, os italianos tornaram-se a nacionalidade dominante entre os imigrantes até 1902, quando passam a ser mais atraídos pelo mercado de trabalho norte-americano. Sigo aqui a periodização sobre os fluxos migratórios proposta por Zuleika M. F. Alvim (1986, p. 21).

²⁶ “Exército de mão de obra de reserva” é entendido aqui como o “segmento de superpopulação relativa diretamente mobilizável pelo capital” (BARBOSA, 2008, p. 206). Bastante generalizado, tal conceito parte das análises de Karl Marx, que o toma como regra geral do capitalismo: “[...] a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e de seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias da valorização do capital e, portanto, supérflua”. Segundo ele, ao mesmo tempo em que essa população excedente é produzida pelo desenvolvimento da base capitalista e da acumulação, torna-se alavanca dessa acumulação e “até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista” (2013, p. 705, 707). No caso estudado por Marx, a Inglaterra, esse excedente foi criado inicialmente não apenas por um desenvolvimento “natural” ou “normal” das forças produtivas, mas também por processos violentos conduzidos pela burguesia e pelo Estado, como foi o caso dos cercamentos (*enclosures*) das terras no campo, os quais obrigaram a massa camponesa a migrar para os centros urbanos, criando condições de exploração do trabalho nas indústrias. Esses elementos fazem parte do que Marx denominou “acumulação primitiva (ou originária) de capital” - conceito desenvolvido no célebre capítulo 24 do primeiro volume de *O Capital*. Porém, conforme ele próprio apontou, a história da acumulação primitiva “assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas”, sendo a Inglaterra apenas o que ele chamou de “forma clássica”, jamais uma regra (MARX, 2013, p. 787). Acredito que, no caso específico do Brasil, um dos componentes desse processo forçado e violento correlato foi justamente a imigração contínua e massiva, conduzida também pela burguesia e pelo Estado. Os estrangeiros que chegaram para trabalhar no campo depois tornaram-se exército *industrial* de reserva ao rumar para as cidades e compor a mão de obra barata e sobrando no comércio, nas fábricas e nas oficinas.

condições para deteriorar os salários. Cria, ademais, condições para desarticular a resistência da mão de obra, pois acirra a concorrência intertrabalhadora (KOWARICK, 2019, p. 91-92).

Nesse sentido, as atas da Câmara de São Paulo revelam que os fazendeiros e seus representantes entendiam plenamente essa lógica econômica do processo de produção e buscaram agir politicamente para garantir as condições mais favoráveis possíveis para sua classe. Desde a década de 1870, as motivações por trás das experiências e projetos de imigração aparecem bastante claras, sendo exemplar a fala de José Vergueiro de que “os trabalhadores devem procurar os proprietários, e não os proprietários procurar os trabalhadores” (BEIGUELMAN, 2005, p. 100). Na década seguinte, nos discursos de outros fazendeiros deputados, é comum encontrar afirmações como “é evidente que precisamos de braços... no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e, mediante a lei da oferta e da procura, diminuir o salário”, ou que seria “impossível obter salários baixos, sem violência, havendo poucos braços e muitos que queiram empregá-los”. Eles deixavam claro também ser necessário que os imigrantes que desembarcassem no Brasil não viessem para ser proprietários - ainda que sonhassem com isso, deveriam ser despossuídos. Conforme afirmou Martinho Prado, membro de uma das maiores famílias de cafeicultores em 1888, “imigrantes com dinheiro não interessam a nós” (STOLCKE; HALL, 1983, p. 106).

Sobre a condição de os imigrantes não se tornarem proprietários teve peso fundamental a Lei de Terras de 1850, que regulamentou os direitos de propriedade privada da terra, determinando que a única forma de adquirir terras públicas seria por meio da compra. Essa legislação foi responsável por afastar libertos e imigrantes das possibilidades de obterem posses de terra por meio de ocupações ou doações do Estado, obrigando-os a empregarem-se como colonos ou assalariados.²⁷ Para se tornar proprietário, seria necessário primeiro acumular algum pecúlio ou capital, algo distante da realidade desses sujeitos - ainda que seja de conhecimento geral que uma parcela dos estrangeiros veio provida de capital e foi proprietária, além de outra parcela que ascendeu a essa condição tendo começado como colona, é evidente que não são representativas da experiência majoritária do grupo. Nos embates institucionais, alguns parlamentares acusaram a legislação de absurda, propondo que a função da imigração era colonizar o país, repleto de espaços vazios, e não suprir os fazendeiros de trabalho (COSTA, 1977, p. 128-129, 133-136).

²⁷ Kowarick (2019, p. 88-89) resume a questão ao afirmar que, para generalizar um regime em que os trabalhadores são livres, é necessário que a terra seja presa - condição geralmente imposta por meio de legislações do Estado burguês -, enquanto que nos contextos em que a terra é livre (e sem valor de mercado), o regime de trabalho predominante é a escravidão ou outras formas que privam a mobilidade dos trabalhadores.

Já sobre os "imigrantes sem dinheiro", desejados pela família Prado, a conjuntura ajudou. As levas de estrangeiros que chegaram - à exceção da pequena parcela detentora de capital - e somaram-se à população livre pobre e aos recém-libertos da última década da escravidão vinham extremamente pauperizadas. No caso dos italianos, fossem advindos do norte ou do sul,²⁸ emigraram para fugir dos efeitos da crise agrária que assolou seu país entre 1873 a 1895 e foi resultado da penetração do capitalismo no campo. Concentração de propriedades, altas taxas de impostos sobre a terra e queda do preço dos principais gêneros exportadores (notadamente o trigo) eram alguns componentes do contexto vivido por aqueles sujeitos e, até certo ponto, transformaram os camponeses (pequenos proprietários, meeiros e arrendatários) em “proletários rurais” ou mão de obra para a indústria nascente. No entanto, não havia sequer condições de absorver tamanho excedente de mão de obra gerado em tal processo. Daí a emigração restar como única alternativa daqueles que se tornavam vítimas de uma “Itália expulsora”, nas palavras de Alvim (1986, p. 21-22). Migrar para “fazer a América”, apesar do verniz idealizador que a expressão acrescenta à história da imigração, foi uma opção para poucos em um grupo cuja maioria deixou seu país como último artifício para não morrer de fome, sem grandes esperanças de voltar a ver a terra natal um dia (ALVIM, 1986, p. 28).

Entre a segunda metade do século XIX e pelo menos a Primeira Guerra Mundial, o deslocamento de italianos através do Atlântico em direção ao Brasil, Estados Unidos e Argentina foi tamanho que o período é frequentemente referido como “Grande E[I]migração” (BIONDI, 2010, p. 23). Estima-se que, de 1880 a 1924, cerca de 3.600.000 imigrantes adentraram o Brasil, sendo os italianos a nacionalidade dominante, correspondendo a 38% do total. Considerando-se apenas até o ano de 1904, os italianos foram 57,4% (TRENTO, 1989, p. 19).

No processo de imigração como um todo, o estado de São Paulo teve grande destaque, sendo o território que mais recebeu estrangeiros, de todas as nacionalidades (LESSER, 2015, p. 105-106). Os dados variam a depender da fonte,²⁹ mas é certo estimar que, praticamente no

²⁸ Segundo Alvim (1986, p. 22, 30, 36, 54), num primeiro momento, os que emigraram da Itália eram oriundos das regiões do Norte, principalmente do Vêneto (mas também de Trento, Lombardia e Piemonte), e eram pequenos proprietários, meeiros ou arrendatários cuja produção era autossuficiente. Esses sujeitos viveram na iminência de tornar-se *braccianti*, ou seja, proletários rurais, desprovidos da posse da terra e obrigados a trabalhar para outros proprietários mais abastados. A indústria, no Norte, também era uma opção. Posteriormente - a partir de 1885, mas principalmente no século XX - emigraram os italianos do Sul (Calábria, Campânia, Abruzzo e Molise), muitos dos quais já eram *braccianti* e só dispunham de sua força de trabalho para vender.

²⁹ Toda a série de dados neste parágrafo e no seguinte condensa informações obtidas de múltiplas fontes, entre elas o dossiê temático “A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945”, organizado pelo CPDOC-FGV, cuja base foi a obra de Leslie Bethell, *The Cambridge History of Latin America*, v. 4, e está disponível para acesso público ([link na bibliografia](#)); além de RIBEIRO, 1985, p. 46; ANDREWS, 1998, p. 93; e SANTOS, 2017, p. 35-41. Outras fontes podem destoar em alguns números, mas as conclusões apontam sempre para o mesmo caminho: São Paulo

mesmo período citado acima, entre 1888 e 1928, 2,1 milhões tiveram o estado de São Paulo como destino, representando 57% do total que migrou ao Brasil - sendo que, no primeiro ano deste recorte, esse destino correspondeu a 70% do total desembarcado no país. Os italianos, novamente, foram o grupo de maior peso, correspondente a um terço do montante que entrou na província, seguidos de espanhóis, portugueses e japoneses.

Considerando o total de imigrantes na região paulista, quase metade teve as passagens pagas pelo governo. Se recortado apenas o período auge da imigração, de 1890 até 1914, das 1,5 milhões de pessoas que desembarcaram em São Paulo, 63,6% receberam subsídios.³⁰ A título de ilustração, o valor aplicado pelo estado de São Paulo por meio dessa política correspondeu a 14,5% de seu orçamento anual em 1894, e 10,8% em 1901, quantias nada desprezíveis para os cofres públicos (DOMINGUES, 2000, p. 43). Os números ajudam a entender o peso que a política de intervenção estatal teve no processo, sendo essencial para romper com o trabalho cativo e socializando com toda a população os custos de formação do mercado de trabalho. Essa típica política de classe, em que o Estado defendeu os interesses dos dominantes - no caso, os fazendeiros -, é apenas mais um exemplo histórico da distância entre a real prática liberal e seu discurso de não-intervenção estatal na economia.

Junto dos negros e mestiços, livres e libertos, os imigrantes formaram a massa desprovida de condições para ser proprietária e ter negócios próprios. Parte deles foi diretamente “cooptada pelo capital e engajada na disciplina do trabalho”, enquanto outra parte “foi mantida disponível de forma *latente*”³¹ nos campos e cidades, até o momento em que o avanço da acumulação precisasse do seu concurso no processo produtivo” (KOWARICK, 2019, p. 18).

Sobre esse cenário, é consenso entre os pesquisadores que nunca faltaram braços para os cafezais ou para a indústria nascente nas cidades. Basta ver que, entre 1893 e 1900, por exemplo, cinco vezes mais estrangeiros adultos chegavam na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo do que a quantidade necessária para trabalhar nas fazendas de café. Já na década seguinte, entre 1901 e 1910, os que entraram eram nove vezes mais que o necessário (HOLLOWAY, 1984, p. 104-106). É lícito supor que essa situação de excedente perdurou durante toda a Primeira República, visto que, apenas em cinco anos desse período, as saídas de

como epicentro da imigração; destaque dos italianos no cômputo geral, principalmente para a região paulista; e o peso dos subsídios estatais na criação das condições para sustentar os fluxos migratórios.

³⁰ E no período mais agressivo dessa política, entre 1887 e 1901 - antes da proibição do governo italiano à emigração, portanto - os subsidiados chegaram a somar 74% dos ingressantes no território (HALL, 2004, p. 121).

³¹ Definida em Marx (2013, p. 717-718) como a parcela da população “liberada” do campo em decorrência da mecanização da produção agrícola e do excesso de trabalhadores nesses locais. Parte dessas pessoas tendem a dirigir-se aos centros urbanos em busca de oportunidades, mas está sempre com um “pé no pauperismo”.

estrangeiros do Brasil superaram as entradas (RIBEIRO, 1985, p. 44). Nesse sentido, a própria memória de Carolina de Jesus, citada na abertura do capítulo, ajuda a entender como a imigração fazia parte do repertório dos assuntos da época e era estimulada ainda na década de 1920 - mesmo que se queira contestar os números colocados via memória e literatura.

Esse inchaço forçado e permanente do mercado de trabalho no campo cumpriu perfeitamente sua função de baratear os salários, mantendo-os sempre em patamar de fome, mediante a ameaça da concorrência. Maria Inês Borges Pinto (1994, p. 43) mostra, por meio de uma tabela de remuneração pelas carpas e pela colheita de café que, entre 1884 e 1914, a tendência do período foi o rebaixamento do valor absoluto dos salários. Inclusive, a perda real do poder de compra desses trabalhadores deveria ser ainda maior, já que os cálculos da autora não incluem o aumento do custo de vida. Os artigos escritos por militantes italianos no periódico *La Barricata*, de 1913, em que denunciam os baixos salários e as péssimas condições de trabalho, tanto dos colonos no campo quanto dos operários na cidade, trazem informação semelhante:

É verdade, ou não é verdade, que o colono ganha o mesmo salário hoje que vinte anos atrás? Que os aumentos arrancados de alguns fazendeiros são miseráveis, que não têm relação proporcional com a valorização do café e com a enorme inflação das necessidades básicas?³²

Desde que chegavam ao Brasil e se estabeleciam na Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás, a relação dos futuros colonos com os empregadores e os funcionários do governo era tensa. No mesmo artigo citado, *La Barricata* descrevia o local de forma crítica, afirmando que os imigrantes “assim que desembarcam são isolados, presos, [...] sendo amontoados em uma hospedaria que tem a aparência de uma prisão e na qual apenas os incineradores de carne humana têm entrada livre ou seus compradores”.³³ Apenas um ano após a abolição, o imigrante Donato Zambon relatara, em carta à família, a eclosão de uma revolta dentro da Hospedaria. Segundo ele,

há algum tempo, em S. Paolo, na casa da emigração, os italianos fizeram uma grande rebelião contra os agentes brasileiros [funcionários do governo na hospedaria], porque esses pobres italianos foram enganados por eles, nos quais os chamados corretores de carne humana fizeram tantas promessas aos pobres emigrantes, e quando estavam nas moradias destinadas a eles, não havia nada realmente feito; uma grande parte dos emigrantes teve que voltar daqueles lugares inconvenientes e retornaram à casa da emigração, e esses eram precisamente os revoltosos, que amedrontaram a superioridade de São Paulo.³⁴

³² MAGRO, Adolfo. É vero, o non é vero? **La Barricata-Germinal**, São Paulo, 06/04/1913, p. 1.

³³ Ibidem.

³⁴ Carta de Donato Zambon. Campinas, 03/03/1889 (FRANZINA, 1979, p. 166-171). Todas as cartas de imigrantes foram retiradas de uma compilação organizada pelo historiador italiano Emilio Franzina (1979). Diversas delas

Após a chegada e o estabelecimento nas fazendas a situação piorava. Os imigrantes encontravam péssimas condições de moradia, higiene e saúde; a presença de médicos, instituições educacionais ou religiosas eram raras. Além disso, a alta demanda de trabalho, o controle rígido dos horários, o pouco tempo para descanso e lazer, os maus tratos e punições físicas, financeiras e morais são elementos bastante conhecidos do cotidiano do trabalhador imigrante no campo (LESSER, 2015, p. 139-141). Fugas, revoltas, greves, enfim, uma ampla gama de ações coletivas de resistência e enfrentamento aos fazendeiros eclodiram naquele contexto e envolviam tanto solidariedades de classe quanto étnicas. Entre os inúmeros episódios dessas lutas, um dos mais famosos foi o “caso Longaretti”, quando colonos italianos iniciaram uma greve em apoio a um companheiro preso por contestar os padrões fazendeiros que tentavam seduzir e abusar de suas filhas (LESSER, 2015, p. 122-124).

Os protestos e reclamações dos colonos costumavam enfatizar as semelhanças de suas condições de trabalho com as do período da escravidão. Tais queixas são facilmente localizadas nos jornais das imprensas alternativas do interior e da capital, produzidos por membros das colônias, ou nas cartas escritas por eles aos seus familiares do outro lado do oceano. Nas publicações de *La Barricata*, os articulistas escreviam que “nós acusamos-lhes [os fazendeiros] de considerar o colono de hoje como um sucessor do negro de ontem”, e denunciavam, inclusive, o uso do tronco para a imposição de castigos físicos. Segundo o jornal, “o trabalho na fazenda é uma verdadeira opressão, pois do amanhecer à noite prega o colono no cafezal”.³⁵

De forma semelhante, Sante Paparoto, imigrante italiano, reclamou da vida nas fazendas de São Paulo nas cartas que enviou à sua esposa, mais de duas décadas antes. Seu relato resume bem a desilusão vivida por muitos italianos no Brasil:

Depois de uma longa e tormentosa travessia de mar, chegamos à América, onde se acreditava encontrar as delícias da terra, isto é, trabalhar pouco e ganhar muito, mas não é assim, ao contrário, trabalha-se muito e ganha-se pouco, e come-se também mal porque as comidas não têm substância como as da Itália. Aqui onde agora eu me encontro a cultura predominante é o café, e é necessário levantar-se antes de raiar o dia para ir ao trabalho, e nos recolhemos tarde, com a noite avançada, assim é o método brasileiro [...]. No final, diz-se que, primeiro a América, e depois a Itália são ricas de fortuna e, em vez disso, são ricas em vermes e trabalho. A América de hoje em dia não é mais a América, aqui a fortuna está perdida [...].³⁶

destacam o horror da experiência vivida na Hospedaria, onde os imigrantes costumavam ficar até cinco dias em quartos lotados, esperando pela contratação. Era comum que muitos adoecessem e morressem naquele ambiente. Para outro documento com exemplos de episódios como esse, ver a carta de Bortolo Rosolen (FRANZINA, 1979, p. 171-174).

³⁵ G. D. Un ripiego che non attacca; MAGRO, Adolfo. É vero, o non é vero? *La Barricata-Germinal*, São Paulo, 06/04/1913, p. 1.

³⁶ Carta de Sante Paparoto. Guabiobas, 06/01/1889 (FRANZINA, 1979, p. 154-155).

Alguns contavam aos seus conterrâneos o arrependimento de ter migrado para a América, de forma a dissuadir os colegas de sua vila natal a tomarem o mesmo destino. Foi o caso de Bortolo Rosolen, que

se tivesse o poder não teria ficado na América nem mesmo uma hora, como espero que se Deus me der vida e saúde, o mais rápido que puder conduzirei o resto dos meus filhos à Itália, e pelo meu conselho não vai partir pessoa alguma da Itália para vir na América porque eu desejaria mil vezes a morte antes de partir.³⁷

As reclamações e descrições sobre a trágica situação dos trabalhadores do campo acabavam chegando até a Itália e geraram, em 1901, a visita de Adolfo Rossi, funcionário a cargo do Ministério de Relações Exteriores, ao Brasil. O relatório produzido por ele causou certo incômodo diplomático, resultando no Decreto Prinetti, em 1902, que barrava a emigração de italianos subsidiada pelo governo brasileiro. A Espanha, ocupante do posto de segundo maior fornecedor de imigrantes para o Brasil, acabou por tomar a mesma posição alguns anos depois, em 1910 (RIBEIRO, 1985, p. 39-40). Apesar de isso ter ajudado na diminuição no fluxo, principalmente dos italianos do Norte, a corrente migratória do Sul ainda se manteve e aumentou. O Brasil investiu em propagandas no exterior para continuar estimulando a imigração e aproveitou-se de constantes burlas ao decreto (ALVIM, 1986). Ao mesmo tempo, porém, os militantes italianos buscavam contato com os conterrâneos de modo a alertá-los da situação do país e dissuadi-los de emigrar. Diversas campanhas contra a emigração foram deflagradas na Itália por alguns retornados do Brasil, muitas vezes com apoio da imprensa operária paulista, porém, com efetividade limitada.³⁸

No entanto, os dados confirmam que a partir desse momento, a imigração italiana para o país declinou - ainda que nunca tenha cessado no período - e logo foi superada por outras nacionalidades: as elites procuraram até mesmo em grupos não-brancos, como os japoneses, possíveis formas de continuidade de sua política. Muitos italianos passaram a evitar o Brasil, priorizando a Argentina e os Estados Unidos, e os números de repatriações anuais desse grupo começou a superar os de chegada (ALVIM, 1986, p. 58-60; TRENTO, 1989, p. 57-68). Outros, já inseridos no país e revoltados com as condições de vida e trabalho, pulavam de fazenda em fazenda, em busca de melhores cenários, ou seguiam rumo aos núcleos urbanos do interior do estado ou à capital, aderindo à intensa mobilidade das populações, sem se fixar, “contaminados pelas formas plásticas do sobreviver, impostas pelas contingências do mercado de trabalho” (WISSENBAACH, 2018, p. 102). A condição de trabalhador livre impunha que fosse respeitado

³⁷ Carta de Bortolo Rosolen. Santa Tereza de Cordeiros, 09/03/1889 (FRANZINA, 1979, p. 171-174).

³⁸ Ver, por exemplo, sobre a campanha de 1906 do jornal anarquista *La Battaglia* (BIONDI, 1998).

o direito de mobilidade dos trabalhadores, o que obrigava a existir uma corrente contínua de novos imigrantes adentrando o país (PINTO, 1994, p. 41).³⁹

No mais, houve imigrantes que não encontraram trabalho nas fazendas, tamanho era o excedente populacional no estado. Logo, foram em direção às cidades, compondo o cenário que estamos propondo para esta pesquisa:

Em consequência de sua posição estratégica, como fonte de suprimento de trabalho barato para a cafeicultura, a cidade sofre as repercussões diretas da política imigrantista da burguesia do Oeste Paulista, caracterizada pela criação de uma superoferta de trabalhadores, passando a contar com uma imensa população estrangeira de proletários, muitos dos quais engrossam as fileiras do subemprego e do desemprego temporário (PINTO, 1994, p. 44-45).

Esse êxodo do campo para os centros urbanos existiu e foi constante durante todo o período da Primeira República, principalmente nas fases de depressão da cafeicultura, constituindo uma espécie de “segunda migração” e fornecendo contingente suficiente de mão de obra barata também para o setor industrial que nascia em São Paulo (FAUSTO, 2016, p. 43-44; BIONDI, 2010, p. 29), além de gerar uma explosão demográfica na cidade. Segundo Hall (2004, p. 122), “com exceção dos judeus e sírios-libaneses, uma grande parte de praticamente todos os grupos de imigrantes passou pela experiência do trabalho nas fazendas antes de chegar à cidade”. No entanto, a capital não havia desenvolvido estrutura suficiente para absorver esse grande contingente de pessoas, embora a gama de atividades urbanas estivesse em expansão, principalmente em setores comerciais. Conforme argumentou Maria Inês Borges Pinto,

a migração repentina de intensas levas de trabalhadores rurais pobres para a metrópole paulistana, devido às limitações crônicas da estrutura ocupacional urbana em absorvê-las, em inúmeros casos, apenas transferia a pobreza das áreas rurais para a cidade, sobrecarregando a força de trabalho da capital, particularmente o setor terciário, com trabalhadores ocupando empregos temporários e instáveis ligados a tarefas informais, flutuantes, vendedores de rua e mendigos disfarçados (1994, p. 47).

Ou seja, no fim das contas, formou-se um exército de mão de obra de reserva também no contexto urbano, alimentado pelas mesmas imigrações que forneceram braços para a grande lavoura. Devido a essa situação, o setor do trabalho urbano que realmente absorveu esses sujeitos foi o irregular, intermitente, “das vendas ambulantes nas ruas aos pequenos negócios de fundo de quintal” (WISSENBAACH, 2018, p. 93, 101; PINTO, 1994, p. 65).

Assim como no campo, os trabalhadores assalariados da indústria e do comércio nas cidades também sofreram com o rebaixamento dos salários e o risco constante de perder o

³⁹ Verena Stolcke e Michael Hall (1983, p. 113) estimaram que “entre 40% e 60% dos trabalhadores abandonavam as fazendas a cada ano” e que “mesmo em um estabelecimento bem dirigido, metade dos colonos permanecia menos de 4 anos e meio, entre 1895 e 1930”.

emprego, devido à enorme concorrência gerada pelo permanentemente renovado excedente populacional. Esse foi, inclusive, um dos principais elementos responsáveis pelo enfraquecimento e pela limitação das organizações e lutas dos trabalhadores (MARAM, 1979, p. 119-121; FAUSTO, 2016, p. 47-48; HALL, 1975, p. 406). Portanto, a burguesia conseguiu não apenas criar as possibilidades de desenvolvimento da sua produção capitalista na zona cafeeira, como, de quebra, facilitou a formação de um mercado de trabalho urbano-industrial inchado e favorável à expansão industrial.

Os militantes organizados que escreveram jornais para a classe trabalhadora entenderam perfeitamente todo esse cenário, e denunciaram a política de imigração como estratégia do patronato para a precarização do mundo do trabalho. No periódico anarquista *A Rebelião*, publicado na capital do estado, por exemplo, os escritores percebiam a chegada constante de novos estrangeiros nos portos, que depois rumavam para as fazendas e cidades. Esse foi apenas um dos muitos artigos desses jornais que tratam do tema. Para eles, os fundamentos e consequências do fenômeno migratório para os trabalhadores estavam claros:

Todos os dias chegam aos portos brasileiros, vapores carregados de emigrantes [sic] subsidiados, quer dizer, enganados, iludidos, ludibriados na sua boa fé a abandonarem as suas terras natais, deixando a Europa e aportando a “este abençoado torrão”. Pois apesar da crise ser intensíssima e ninguém a ignorar, nem por isso suspenderam a vinda constante desses desgraçados. É que o que o capitalismo quer é mão de obra mais barata, é que os operários se comam uns aos outros para gáudio interesse dos exploradores. Havendo muitos braços paralisados não há perigos de greves, de pedido de aumento de salário, de diminuição de horas de serviço, porque há quem os substitua em mais vantajosas condições para a empresa.⁴⁰

Até aqui abordei as origens da imigração, algumas motivações para esse processo na perspectiva das elites e um pouco da situação dos imigrantes no campo.⁴¹ Porém, sempre que os processos de transformação do final do século XIX são discutidos, fica uma pergunta incômoda a ser respondida, a respeito dos motivos pelos quais os libertos e livres, negros e mestiços não foram os principais grupos utilizados como mão de obra na reconfiguração da estrutura produtiva. Vinculada a essa questão há uma outra, sobre o que houve com os negros,

⁴⁰ PINHO. Sem título. *A Rebelião*, São Paulo, 01/05/1914, p. 1.

⁴¹ Vale deixar claro que o processo descrito neste tópico diz respeito exclusivamente ao modelo paulista de formação do mercado de trabalho livre. Em outros estados e regiões do Brasil, projetos distintos vigoraram, sendo que no plano nacional os cafeicultores de São Paulo sofreram resistência de outras oligarquias (principalmente as do Nordeste) pelo fato de que seu projeto era claramente oneroso aos cofres públicos. Parte das elites cariocas, mineiras e mesmo paulistas defenderam o aproveitamento dos ingênuos, libertos e trabalhadores nacionais, desde que passassem por um processo de educação para a disciplina do trabalho, mas, em São Paulo, foram derrotadas politicamente (DOMINGUES, 2000, p. 36-41; AZEVEDO, 2004, p. 25). Além disso, mesmo em terras paulistas, a vitória do projeto imigrantista só se consumou de fato, tornando-se consenso entre os fazendeiros, na última década da escravidão (AZEVEDO, 2004, p. 140).

sobretudo aqueles que até então estavam na condição de escravizados, e para onde foram, se não foram aproveitados nas fazendas.

Por muito tempo, a memória hegemônica e depois a historiografia invisibilizaram esses sujeitos, sendo que esta última contentou-se com afirmações abstratas como “eles não foram integrados à nova ordem”. Richard Morse (1954, p. 185-191), por exemplo, vincula a expansão econômica da cidade diretamente à imigração e descreve como os estrangeiros constituíram “a fonte das novas ocupações comerciais e técnicas” e como aqueles que migraram pobres formaram o corpo de mão de obra industrial, mas também investiram em comércio - em sua visão, “o estrangeiro que fosse empreendedor, descobria que a sociedade paulistana oferecia então considerável capilaridade econômica e mesmo social”. Morse identifica também aqueles que migraram com capital em mãos e se tornaram parte da burguesia industrial, caso de Matarazzo, por exemplo, como novos integrantes das “mais orgulhosas linhagens paulistas”, em suas palavras.

Em relação aos negros, a única menção feita pelo autor é que vinham das fazendas do interior e acabavam por trabalhar nas ocupações rejeitadas ou consideradas mais indignas pelos brancos. Além disso, questiona se os negros aumentavam o número de alcólatras, criminosos e vagabundos nas ruas da cidade, ou se, na verdade, tal grupo era composto majoritariamente por imigrantes com os quais a Pauliceia não foi tão generosa (MORSE, 1954, p. 190-191).

Felizmente, porém, muitas pesquisas empreendidas nas últimas décadas descortinaram o destino e os projetos das populações afrodescendentes na desagregação do regime escravista e após a abolição, de modo que, atualmente, não é mais possível passar por cima da questão.⁴² Como apontam os relatos de Geraldo Filme e Carolina de Jesus, por exemplo, os negros não desapareceram nem do campo, nem das cidades, e vivenciaram experiências plurais, inclusive se relacionando com os estrangeiros que vinham chegando. Para o escopo dessa pesquisa, será essencial responder brevemente essas questões no restante deste capítulo.

Autores como Célia Azevedo (2004) e George Reid Andrews (1998, p. 73-91) discutiram o primeiro dos problemas colocados, sobre a não incorporação dos indivíduos já habitantes na região. Ambos dão papel de destaque à crescente rebeldia escrava nas fazendas nos últimos tempos da escravidão - a “onda negra” que gerou grande medo nos proprietários e levou-os a ceder a certas demandas dos escravizados. Por sua vez, o grupo crescente de libertos

⁴² É o caso das pesquisas de Maria Cristina Wissenbach (2018), José Carlos Gomes da Silva (1990), Amailton Azevedo (2006), Hebe Mattos (2013), Petrônio Domingues (2000), Regina Pahim (2013), Carlos José F. dos Santos (2017), George R. Andrews (1998), Ana Flávia M. Pinto, entre inúmeros outros que nas últimas três décadas aumentaram e consolidaram um campo de estudos destacando as vivências da população negra após 1888.

claramente não estava disposto a aceitar quaisquer condições de vida e trabalho que lhes fossem oferecidas para continuar como subalternos nas plantações.

Séculos de uma economia organizada em torno da escravidão levaram os proprietários a crer que os trabalhadores nacionais não trabalhariam sob as condições impostas por eles, a menos que fossem obrigados. E até certo ponto eles tinham razão. A historiografia vem mostrando como os diferentes projetos de vida elaborados e levados a cabo pela população negra e mestiça ultrapassavam em muito o âmbito do “produzir para alguém em troca de salário para subsistência” (RIOS; MATTOS, 2004).

Tais projetos envolveram, por exemplo, a formação de comunidades cuja produção era autossuficiente e o modo de vida autônomo e independente do mercado. Muitas trazem elos de continuidade até os dias de hoje, nas chamadas “comunidades remanescentes de quilombo” - cada qual com uma história própria originada de ocupações, arranjos com latifundiários, heranças ou doações de terras aos ex-escravizados e seus descendentes, mas todas determinadas a viver sem uma incorporação total ao mercado ou subordinação à dinâmica das cidades (ALMEIDA, 1999).

Outra parte dos ex-escravizados viveu experiências de intensa mobilidade em busca de novas terras em que pudessem se estabelecer como posseiros ou conseguir roças próprias para viver de subsistência com suas famílias, escapando das lógicas de controle e vigilância das grandes fazendas. Ao que parece, entretanto, algo comum a essas experiências era a vontade de autonomia e o significado da liberdade para além das noções de “ser trabalhador assalariado”. Ou seja, tratam-se de projetos cuja lógica e disciplina de trabalho diferem das concepções hegemônicas, impostas pela sociedade dos ex-senhores.⁴³

Com a iminência da abolição uma nova pergunta somava-se nos debates da elite paulista, atizando as preocupações acerca de seus interesses de classe: o que aconteceria “quando os libertos, assim educados [com liberdade], formarem paredes para impor condições de salários, de horas de trabalho, de proteção para seus filhos”? Nessa linha, os historiadores destacam que o verdadeiro perigo colocado no horizonte pela abolição aos fazendeiros era o provável poder de organização da população negra para barganhar e impor limites à exploração do trabalho, caso a alternativa da imigração houvesse malogrado (ANDREWS, 1998, p. 84).

De fato, os negros e mestiços que continuaram nas fazendas ou se viram obrigados a trabalhar para outrem nos centros urbanos ofereceram maior resistência e exigiram mais dos patrões, buscando fazer valer sua posição de sujeitos livres. Andrews (1998, p. 135-139) afirma

⁴³ Para detalhes sobre diferentes destinos dos ex-escravizados em muitas regiões do Sudeste - excetuando-se a fronteira mais produtiva do café no Oeste Paulista - ver: RIOS; MATTOS, 2005.

ter havido menor insubordinação e resistência dos trabalhadores estrangeiros do que dos nacionais, pelo menos nos primeiros anos do pós-abolição,⁴⁴ e elenca alguns motivos claros para isso: o imigrante chegava da Europa vulnerável e pauperizado, sem propriedade ou capital, obrigado a se sujeitar aos patrões brasileiros por um mínimo de subsistência; vinham em unidades familiares, geralmente com crianças, aspecto que impunha a necessidade de trabalhar para a subsistência da família toda, diminuindo as chances dos adultos confrontarem de forma direta seus patrões; o trabalho infantil e feminino era generalizado e, em muitos setores industriais (como nas têxteis), até priorizado pelos empregadores, fator que rebaixava ainda mais os salários e tornava insuficiente que apenas o homem adulto fosse provedor de todo o grupo familiar.⁴⁵

Vindos diretamente da experiência da escravidão, os negros buscaram novas configurações de trabalho que lhes fossem mais favoráveis. Do ponto de vista do homem negro houve insistência “em se libertar da violência e da coerção no local de trabalho, e no direito de afastar suas mulheres e filhos do mercado de trabalho” (ANDREWS, 1998, p. 139). No entanto, os fazendeiros não estavam dispostos a aceitar negociações, já que conseguiram formar uma situação de abundância de trabalhadores precarizados a partir da imigração subsidiada.⁴⁶ Assim, conseguiram o privilégio de não precisar mudar muito suas atitudes em relação aos trabalhadores, o que explica muito dos relatos sobre a elevada exploração do imigrante e as acusações de que os patrões brasileiros continuavam com mentalidade dos tempos da escravidão, comentados anteriormente.

Para os negros que permaneceram na estrutura de produção paulista, a experiência também era árdua e os fazendeiros tinham a fama negativa de tiranos. Maus tratos somados ao

⁴⁴ É verdade que muitos imigrantes ofereceram resistência e se engajaram em movimentos revolucionários, organizando lutas por direitos e melhores condições de trabalho. No entanto, ao contrário de discursos ainda circulantes no senso comum e mesmo na academia, a imagem mitológica do “imigrante radical”, engajado nas associações de classe e determinado a construir o socialismo ou o anarquismo por meio de movimentos e ações revolucionárias, não condiz com a realidade histórica de uma parcela significativa desses sujeitos, os quais optaram pela indiferença em relação às organizações de classe. Em todo o caso, a questão do envolvimento dos trabalhadores imigrante no movimento operário será aprofundada mais à frente, no Capítulo 2. Ver: HALL, 1975.

⁴⁵ Segundo Marcelo Badaró Mattos (2019, p. 62), “das mulheres e crianças nas fábricas de tecidos dos primeiros tempos da expansão industrial, discutidas por Marx em *O Capital*, às trabalhadoras altamente qualificadas em empreendimentos estratégicos para o capital na atualidade [...], o trabalho feminino sempre teve remuneração inferior e foi tratado de forma discriminatória em relação ao masculino. Em todos esses casos, a divisão no interior da classe trabalhadora, legitimada pela ideologia patriarcal, é funcional como forma de rebaixar o custo médio da força de trabalho”.

⁴⁶ Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2004, 2005) demonstraram como na região do Vale do Paraíba houve condições de novos arranjos contratuais com os antigos senhores ou com outros patrões que fossem mais favoráveis aos libertos, ainda que com óbvias limitações de manutenção das hierarquias e relações de poder. Porém, as autoras entendem que na região da cafeicultura paulista, na passagem para o pós-abolição, a situação foi encaminhada de forma diferente. Segundo elas, em acordo com Andrews, o vertiginoso crescimento daquela lavoura e sua sustentação em imigração subvencionada foi justamente o que permitiu aos ex-senhores ignorar as reivindicações dos libertos e retomar relações de exploração mais intensa (2004, p. 174-175).

racismo e à preferência pelo imigrante ocasionaram na fuga de contingente significativo de afrodescendentes para outros estados. Lúcia Helena O. Silva (2016) explorou essa problemática ao perceber o montante de negros que viviam no Rio de Janeiro e haviam chegado a partir do interior de São Paulo, mesmo que essa região fosse “vendida” nos discursos como a mais promissora do país. A esperança era sempre de encontrar menos violência vinda de patrões, proprietários e polícia, além de melhores condições de vida e oportunidades de emprego.

Vale retomar que o grande imbróglio, do ponto de vista dos proprietários, não era a falta de mão de obra em termos numéricos absolutos, mas sim uma mão de obra que se submetesse à disciplina e intensidade do trabalho imposta por eles. Além disso, não bastava o emprego de trabalhadores para a produção já existente, mas uma abundância que permitisse a expansão prolongada da produção, visto que ela se inseria em uma dinâmica capitalista, cujo objetivo é sempre a reprodução ampliada. Conforme notou Beiguelman (2005, p. 152), havia um volumoso estoque de mão de obra nacional disponível, e “as reservas de trabalho livre e liberto na área rural já eram suficientes para atender às necessidades da grande lavoura que, no setor de vanguarda, se supria de braço italiano”.⁴⁷ A suposta “falta de braços” existia, portanto, apenas na visão das elites, nos termos de seu projeto político-econômico.

Em termos ideológicos, na perspectiva das classes dominantes, o problema da reestruturação da ordem do trabalho aparecia por meio das teorias da vadiagem. Construídas ao longo dos séculos no imaginário senhorial, essa ideologia afirmava que os brasileiros eram indolentes, preguiçosos, não gostavam de trabalhar e, por isso, a escravidão se fazia necessária e o trabalho livre estaria condenado nesta terra. Esse discurso ancorava-se no fato de que a população livre e pobre mantinha distância do trabalho nas grandes lavouras e eixos centrais da economia, sinal de que “só trabalhariam se fossem obrigados” (KOWARICK, 2019, p. 114-119; 121-124). Já aqueles que fossem libertos com a provável abolição também entrariam nessa lógica, preferindo “dormir descuidoso o sono tranquilo da indolência, à sombra da árvore da liberdade”, que seria construída pela filantropia dos proprietários, segundo discurso do deputado João Penido em 1884 (FERNANDES, 1989, p. 10-11).

Na perspectiva da população livre e pobre, de fato, há muito tempo havia a recusa de trabalhar nos grandes latifúndios de exportação - fosse de café, no século XIX, ou nas *plantations* canavieiras do Nordeste colonial. No entanto, faziam-no pois sabiam das condições

⁴⁷ Kowarick (2019, p. 97) chegou a confrontar os dados da imigração e abolição: em 1888, 107 mil escravos estavam registrados na província de São Paulo e foram libertados, ao passo que 90 mil imigrantes foram encaminhados às fazendas do interior. Longe de propor que houve uma mera “substituição” de um grupo pelo outro, os números sugerem o excedente de trabalhadores gerado na somatória final dos dois grupos, pois sabemos que muitos ex-escravizados mantiveram-se na lavoura. Ver também: AZEVEDO, 2004, p. 117-118.

da exploração nesses locais e buscavam afastar-se ao máximo da lógica escravista que reinava naquele cotidiano, não porque eram naturalmente preguiçosos. Pelas lentes do discurso dominante, tal aspecto aparecia como exigência em excesso, insubordinação e não confiabilidade (AZEVEDO, 2004, p. 119).

A ideologia da vadiagem ocupou lugar de destaque nos discursos da época e contribuiu como argumento para a imigração. Se o brasileiro era, por natureza, vadio, os europeus seriam idealizados como detentores da disciplina do trabalho. Nasceram no lugar de ponta da economia mundial e eram representantes dos ideais de civilização. Em fins do século XIX, porém, a teoria da vadiagem, que antes tinha caráter cultural e social, passou a incorporar um cunho racial, em sentido biológico. Falamos de tempos em que o racismo científico fazia parte do repertório das elites europeias, motivava a exploração imperialista na África e Ásia, e chegava ao Brasil, compondo um amálgama com as ideologias autóctones. O caráter indolente do brasileiro passou a ser vinculado às suas origens afro-indígenas e à presença de elementos não brancos no processo de mestiçagem (NAXARA, 1991, p. 53).

Essa fusão entre as ideologias da vadiagem e do racismo científico integraram os discursos de alguns imigrantistas e, por vezes, serviram de justificativa ideológica para seus projetos. Célia Azevedo (2004, p. 52) analisou essa transição ideológica:

ao invés de simplesmente constatar aquilo que já era secularmente de senso comum - a inferioridade de negros e mestiços - e passar em seguida a tratar de sua incorporação social, estes reformadores tentaram compreender o que reconheciam como diferenças raciais e a partir daí derivar suas propostas. A implicação disto é que a ideia da inferioridade dos africanos, vista até então em termos do seu “paganismo” e “barbarismo” cultural, começou a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências.

A ideia de “raça” vigente no período relacionava aspectos biológicos e sociais, explicando diferenças, supostas inferioridades e superioridades dos povos, a partir de suas origens naturais e, conseqüentemente, servindo a ações políticas de dominação - sobretudo na corrente intelectual do “darwinismo social” (SCHWARCZ, 1993, p. 74-75). Segundo tais teorias, a mistura entre as raças era causa da degeneração dos povos e deveria ser evitada pelos brancos, pois esses já ocupavam o mais alto grau na escala da evolução social. No caso brasileiro, em que a presença dos nativos indígenas somada à grande penetração de africanos via tráfico transatlântico ao longo de séculos gerou uma infinidade de “misturas raciais”, a mestiçagem tornava-se componente chave das análises sobre os rumos da nação e as possibilidades de sua concretização nos moldes hegemônicos de modernidade e civilização.

Porém, diferentemente do que ocorreu na Europa, aqui a mestiçagem nem sempre foi pensada sob carga negativa, no sentido de inviabilizar a nação. A despeito de diferenças em

suas teorias, os intelectuais e cientistas brasileiros, em geral, acreditavam que o branqueamento e a europeização da população trariam melhorias à “raça brasileira”,⁴⁸ livrando-a das chagas de supostas raças inferiores. O meio, por excelência, para atingir esse resultado seria justamente a miscigenação, pois, dentro de algumas gerações de cruzamento entre raças, promoveria uma “limpeza étnica”, diluindo o sangue negro no dos brancos (DOMINGUES, 2000, p. 19). Portanto, não se tratava mais de incorporar os negros aos moldes de civilização desejados por meio de processos disciplinares e educativos, pois eles não representavam mais um problema “cultural”. Agora eram um problema de ordem “natural”, portanto imutável. Logo, as propostas de solucionar a questão só poderiam ser postas no sentido de livrar-se deles.

Na perspectiva das classes dominantes, os europeus, além de não portarem o germe da vadiagem, eram brancos e, de acordo com os estereótipos que circulavam sobre eles, simbolizavam os ideais de progresso e desenvolvimento rumo ao futuro; liberdade; cultura e civilização; moral. Em oposição direta, os negros simbolizavam atraso e o passado; imaginário da escravidão; barbárie e selvageria de uma condição primitiva; devassidão (DOMINGUES, 2000, p. 39). Portanto, sobretudo a partir da década de 1880, a imigração em massa seria pensada e articulada também como meio para cumprir o propósito do branqueamento populacional, aumentando o número absoluto de brancos, mas também potencializando a mistura racial. Frequentemente eram feitas estimativas a partir de relatórios populacionais a respeito de quando o Brasil seria finalmente um país fenotipicamente branco, caso seguisse tais políticas. Uma das mais sintomáticas de tais previsões é provavelmente o discurso de João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no I Congresso Nacional de Raças, realizado em Londres, no ano de 1911. Na ocasião, Lacerda cravou que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”. Segundo ele, em 2011, a população negra e até mestiça teria desaparecido por completo do país (SCHWARCZ, 1993, p. 15-16).⁴⁹

Dentro dos projetos imigrantistas e suas discussões no parlamento, foi comum o confronto entre diferentes ideias sobre quais imigrantes seriam aceitos no país. Assim, propostas de investir em asiáticos ou africanos foram recusadas pelos votantes, enquanto a entrada de italianos e sul-europeus, em geral, eram aceitas e elogiadas. Sobre um projeto de

⁴⁸ Lília M. Schwarcz (1993) analisa o pensamento racial do período a partir das transformações e adaptações específicas que ocorreram com as teorias europeias no Brasil. A autora destrinchou a pluralidade de correntes de pensamento que surgiram nos museus e nas faculdades de direito e medicina, que disputaram espaço e influências nas políticas do Estado, em diferentes regiões do país. Apesar das diferenças, a hierarquização dos grupos de acordo com características raciais, o tratamento de problemas sociais sob o prisma biológico da raça e a preocupação em branquear a população eram componentes de todas elas.

⁴⁹ Para outros exemplos desse debate de previsões, ver também: NASCIMENTO, 2017, p. 85-92.

imigração de porto-riquenhos discutido em 1892, por exemplo, Herculano de Freitas, à época deputado estadual em São Paulo, deixava claro o viés racista do debate, mostrando-se favorável à imigração, mas não a qualquer imigração:

Porque ao mestiço seria negado o progresso? Porque, por razões atávicas, estava preso ao atraso, enquanto o italiano, por essas mesmas razões, poderia desenvolver-se quando lhe fossem oferecidas boas condições [...]. Precisa-se de muita gente, mas nem por isso há que se importar mestiços, eis que a Europa não mesclada tem capacidade de fornecê-los (apud RIBEIRO, 1985 p. 62-65).

Outro que tinha posições semelhantes era Antônio Francisco de Paula Souza, ministro do Exterior e da Viação no governo de Floriano Peixoto. Em seu discurso contrário àquele mesmo projeto, Paula Souza discorreu sobre a superioridade cultural dos europeus e suas virtudes naturais vindas do fator racial:

Essa gente [europeus] vem de uma região onde a civilização ocidental organizou-se e desenvolveu-se; e ainda que certos indivíduos sejam embrutecidos pela miséria, pela falta de desenvolvimento intelectual, tem sempre o atavismo da raça e do meio em que cresceram, que lhes dá aptidão, o pendor natural para o progresso, para o adiantamento. Não devemos desviar uma corrente assim tão boa e útil de indivíduos que se adaptam perfeitamente ao nosso meio [...]. Em qualquer época da história da civilização humana é possível encontrar um italiano na vanguarda do progresso. É um povo civilizado sem prejuízos nenhuns e é de toda a conveniência que acoroçoemos o mais possível a imigração dessa procedência (apud RIBEIRO, 1985 p. 61-62).

Já no avançar dos anos 1920, alguns parlamentares continuavam apresentando projetos que eram frutos das mesmas discussões. Em 1921, Andrade Bezerra e Cincinato Braga propuseram a proibição da entrada de negros no Brasil, e em 1923 correu o famigerado projeto de lei de Fidélis Reis, cuja proposta era barrar a entrada de colonos negros, além de restringir a entrada de amarelos ao equivalente a 5% da população dessa etnia já estabelecida no Brasil. Ambos foram vetados (RIBEIRO, 1985, p. 160-161; SKIDMORE, 1976, p. 212-213). O debate em torno desse último teve incidência na sociedade e causou revolta inclusive no meio negro organizado, não só pelo teor racista do projeto, mas também pelas justificativas colocadas pelos favoráveis, cujo embasamento eram as teorias científicas de branqueamento e eugenia.⁵⁰

Evidentemente, as representações do imigrante europeu como habilitado para o trabalho e superior culturalmente não passavam de discursos ideológicos para justificar os projetos imigrantistas da política econômica de mão de obra. Esse discurso teve boa incidência no senso comum e foi reproduzida por algum tempo no meio acadêmico, em que o maior exemplo é, provavelmente, Florestan Fernandes. Desprovido do caráter de racismo científico que

⁵⁰ Para alguns artigos publicados na imprensa negra com críticas a esse projeto, ver: CAMARGO, T. Echos do Projecto F. Reis. *Elite*, São Paulo, 20/01/1924, p. 1; MORAES, E. Brancos, negros e mulatos. *O Getulino*, Campinas, 30/12/1923, p. 1.

compunha o argumento das classes dominantes - que naturalizavam a suposta inferioridade do negro -, em diversos momentos de sua famosa obra *A integração do negro na sociedade de classes*, o sociólogo assume que a mão de obra importada da Europa era “com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais” (2008, p. 31).⁵¹ Nessa linha de argumentação, o trabalhador negro perdia na competição capitalista para trabalhadores que chegavam mais preparados e portando a “mentalidade do trabalho livre assalariado”. Enquanto isso, os negros traziam vícios de modelos escravistas de relações e estavam desprovidos de meios materiais e morais para se adaptar de forma independente a uma economia competitiva (FERNANDES, p. 29, 34-35). Em geral, esse argumento ganhava ainda mais ênfase quando o objetivo era explicar a exclusão do negro no meio urbano-industrial, onde o nível exigido do trabalhador era supostamente maior.

Tal raciocínio tem sido refutado academicamente há algum tempo.⁵² Sem entrar em pormenores desse debate, acredito ser fundamental pontuar que, longe da visão romantizada do trabalhador imigrante disciplinado, habilidoso e com experiência industrial, o estrangeiro real, conforme já apontado, veio de regiões pauperizadas, geralmente rurais, do sul da Europa. Raramente esses sujeitos possuíam experiência industrial prévia e tal visão apaga o fato de que eles vieram, em sua maioria, como braços para a agricultura, justamente porque eram camponeses. Segundo Hall (2004, p. 151), “ninguém no começo do século XX estava especialmente impressionado com o nível de experiência industrial dos imigrantes”. Se depois o processo histórico levou-os a migrar para a cidade e inserir-se no meio fabril, foi necessário o mesmo aprendizado que teria sido exigido dos libertos e trabalhadores nacionais.

Fora isso, destaca-se que o nível de habilidade exigido por esse setor naquela época pouco tinha de especializado. Segundo dados de 1894, apenas 4,5% do total de trabalhadores industriais na cidade eram “técnicos” (mestres, contramestres, responsáveis pela manutenção do maquinário), sendo o restante dos trabalhadores “meros elementos adicionais às máquinas” (SANTOS, 2017, p. 54). June Hahner (1993, p. 208) concluiu que, em 1911, quase metade dos trabalhadores da tecelagem - um dos setores mais plenamente fabris na época - não lia nem escrevia, o que leva a crer que aquele universo não exigia muita qualificação.

⁵¹ Afirmações desse tipo permeiam a obra toda e compõem o argumento central de Fernandes. Ver, sobretudo, o capítulo que abre o primeiro volume.

⁵² As refutações às teses de Florestan Fernandes têm início com os trabalhos de Carlos Hasenbalg (2005), e, em seguida, são discutidas por outras perspectivas em outros autores, como George Reid Andrews (1998), Carlos José Ferreira dos Santos (2017), Petrônio Domingues (2000), entre outros. A desmistificação da suposta qualificação industrial do imigrante aparece de forma pioneira em Michael Hall (1975), Sheldon Maram (1979) e Boris Fausto (2016), sem um debate direto com Fernandes. No que pesem as críticas, todos os autores reconhecem os méritos dos trabalhos do sociólogo e incorporam suas inegáveis contribuições.

O grande número de crianças e jovens empregados sem pudor na indústria têxtil, um dos principais setores daquele cenário, fortalece esse argumento. A generalização do trabalho feminino, cujos salários eram menores, também corrobora a ideia de que o fator chave para a contratação era o custo da mão de obra, não a exigência de qualquer requisito técnico.⁵³ Ou seja, a preferência era por mulheres e crianças de origem europeia, muito mais do que adultos de qualquer gênero da população nacional pobre (SANTOS, 2017, p. 54-56).

O “nível cultural” dos trabalhadores imigrantes também não era nada surpreendente. Estima-se que, em 1920, 80% dos brasileiros na capital de São Paulo sabiam ler e escrever, enquanto apenas 62% dos estrangeiros eram alfabetizados. Tomando os grupos das nacionalidades específicas, entre 1908 e 1936, as estimativas de analfabetismo indicam 32% dos italianos, 53% dos portugueses e 65% dos espanhóis (HALL, 2004, p. 134, 151).⁵⁴ Para o contexto de São Carlos, na região cafeeira, Karl Monsma (2016, p. 317-324) traz diversos dados a respeito do letramento dos trabalhadores, concluindo que os estrangeiros geralmente eram mais alfabetizados do que negros. Porém, seus números apontam que o número de escolarizados estrangeiros, de qualquer nacionalidade, não chegava sequer à metade do total desse grupo. Logo, é válido inferir que o letramento não era uma característica fundamental da população que migrou. Sheldon L. Maram (1979, p. 14), por fim, resume bem a questão:

A marginalização do operário brasileiro foi um processo complexo. Não pode ser atribuída às diferenças culturais inatas entre nativos e estrangeiros, pois ambos usufruíram de características culturais comuns. Ambos haviam migrado das zonas rurais para as cidades, lá chegando com um baixo nível de qualificação para o trabalho urbano. Os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis também eram considerados ignorantes, fatalísticos, e retrógrados pelas elites de seus países. Entretanto, no Brasil, os empregadores viam os europeus do sul como gente trabalhadeira, ambiciosa, muito mais adaptável à vida urbana do que o próprio brasileiro.

Ao que pese toda a representação e a força do projeto de branqueamento nas políticas públicas e ações das elites, é necessário um esclarecimento historiográfico. Tem sido comum em alguns autores a afirmação de que a força motriz de todo o projeto da imigração subvencionada foram os ideais racistas das classes dominantes paulistas. Um dos autores que

⁵³ Em 1912, o Departamento Estadual do Trabalho fez um estudo sobre a composição da força de trabalho de 31 fábricas do setor têxtil em São Paulo, além de uma em Santos e outra em São Bernardo do Campo. O levantamento indicou que apenas 19,4% (ou 1825) de 9449 operários identificados eram homens adultos (maiores de 16 anos). Os 80,6% restantes eram mulheres (crianças e adultas) ou meninos (menores de 16 anos). Ver: *Condições de trabalho na indústria têxtil no estado de São Paulo. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912* (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 86-87).

⁵⁴ Curiosamente, os imigrantes mais letrados foram os japoneses, cuja taxa de analfabetismo era apenas de 10% (HALL, 2004, p. 134). Esse grupo também era estigmatizado à época como raça inferior, o que talvez torne esse dado em um banho de água fria na ideologia europeizante. Vale destacar também que, a depender da região, o perfil cultural do imigrante era distinto – afirmação que tem peso sobretudo no caso dos italianos, pois os oriundos do Norte do país eram frequentemente mais letrados em relação aos do Sul (GONÇALVES, 2008, p. 99).

assumem essa perspectiva é, por exemplo, Petrônio Domingues (2000, p. 58-59), ao afirmar que “a classe dominante paulista escolheu o europeu e rechaçou o africano e o asiático [...] por ter sido movida por uma mentalidade racista”, ou seja, o projeto de imigração tinha “nítida intenção de depuração da raça (DOMINGUES, 2000, p. 53-59). Não se trata de negar que é impossível analisar o processo imigração em massa de populações brancas de forma dissociada de seu caráter racial, de substituição étnica da força de trabalho com objetivo de branqueamento da nação. Contudo, tal fato não pode ser levantado como explicação única ou suficiente para política imigrantista e para a reorganização da ordem do trabalho.

Outros autores, como Karl Monsma (2016), têm questionado diretamente esse argumento, lembrando e enfatizando que o branqueamento foi o projeto central das elites urbanas ilustradas, porém não dos cafeicultores, conforme demonstraram trabalhos históricos anteriores, sobretudo o de Alencastro (1988). Para os fazendeiros, a maior preocupação era viabilizar a reestruturação do sistema produtivo sem perdas - ou seja, garantindo a propriedade da terra e a disponibilidade de mão de obra barata e abundante. Para isso, não importava a cor ou a raça do trabalhador, desde que ele fosse submisso. De outro lado, para a *intelligentsia*, a discussão era sobre a construção da identidade nacional, transformar o estatuto social da nação com base nos moldes civilizatórios europeus. Portanto, os debates sobre a questão do trabalho e a questão da nacionalidade confundem-se e sobrepõem-se o tempo inteiro (ALENCASTRO, 1988; NAXARA, 1991). Embora os agentes políticos em questão tenham ambos defendido a política imigratória, seus encaminhamentos seriam objeto de intensos embates.

No parlamento, o grupo social determinante para a vitória do imigrantismo foi o dos fazendeiros, não o dos intelectuais. Foram os primeiros que hegemonizaram o Estado no fim do período escravista e aumentaram ainda mais seu poder na transição para a Primeira República, com a queda da monarquia. Sobre a composição do Legislativo paulista na última década do século XIX, por exemplo, Ribeiro (1985, p. 9-10; 58) constatou que a maioria das cadeiras estava nas mãos dos proprietários rurais ou de pessoas sob sua influência.

Segundo Monsma (2016, p. 23, 82), enquanto boa parte da intelectualidade urbana do país, não só de São Paulo,⁵⁵ queria eliminar os negros, os fazendeiros lutaram com unhas e dentes para assegurar a vigência da escravidão até os últimos momentos, na década de 1880,

⁵⁵ O projeto de branqueamento era desejo de intelectuais de todas as regiões do país, não exclusivamente dos paulistas, ainda que este tenha sido o estado onde foi colocado em prática com mais afinco. Basta ver quem foram os principais cientistas e as instituições que elaboraram e investiram nas teorias racistas. Dentre eles, os maiores cânones vieram de outras regiões: Sílvio Romero, da Faculdade de Direito de Recife, e Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia, apenas para citar alguns exemplos. Para uma análise de fôlego sobre os pensadores do racismo científico e suas instituições, ver: SCHWARCZ, 1993.

além de terem tentado reabrir o tráfico transatlântico de africanos e investido no tráfico interno de outras regiões do Brasil.⁵⁶ Para ele, presumir que a imigração foi desejada pelos fazendeiros “principalmente para branquear o país é desconsiderar o que eles diziam sobre o tema”.⁵⁷

Ainda na década final do XIX, portanto, após a abolição, as discussões parlamentares sobre quais imigrantes trazer e como misturavam argumentos econômicos e étnico-raciais, agregando interesses culturais e de classe. Dependendo do legislador que falava e do contexto, o discurso assumia diferentes feições, ora enfatizando a questão da raça, ora a questão da mão de obra. Para defender a vinda de chineses em 1893, José de Almeida Vergueiro, deputado, médico e dono de fazenda de café, abriu o jogo sobre as reais motivações da proposta, deixando claro que não nutria absolutamente nenhuma simpatia pelas ditas raças inferiores, mas que precisava de trabalhadores:

não sou infenso à imigração europeia. Encontro nela os elementos para o povoamento do solo, para a conservação da raça e mesmo para concorrer com outros melhoramentos; mas entendo que essa é uma questão que a imigração poderá resolver em muitíssimo largo tempo, em séculos. Ninguém trata de contestar que o europeu é vigoroso e forte; não, ninguém trata disso, e sim duma questão econômica: trata-se de resolver a questão do trabalho (apud RIBEIRO, 1985, p. 71).

Portanto, o centro do debate acabou sendo, às claras ou não, a mão de obra barata, mesmo que italianos e outros europeus fossem os tipos mais desejados por serem símbolos ideológicos de civilização e progresso (RIBEIRO, 1985, p. 66-67). Mais do que proibir determinados grupos raciais e estimular outros de forma fechada, o que parece ter ocorrido foi uma “hierarquização das raças”, com o europeu como “imigrante do tipo ideal” no topo da escala e os outros em posições reservas, que poderiam ser aceitos ou não dependendo do contexto e da necessidade de mão de obra.⁵⁸ Parece lícito afirmar que a maioria dos fazendeiros

⁵⁶ Hebe Mattos (2013, p. 222) também afirma que em 1884, a maioria das câmaras municipais em São Paulo ainda era desfavorável à abolição imediata, sinal de que continuavam inseguros em abrir mão do trabalho dos negros.

⁵⁷ Fora isso, os fazendeiros debatiam imigração e outras formas de trabalho há muitos anos, como destaquei no início deste capítulo, ao passo que, o pensamento do racismo científico brasileiro e o projeto de branqueamento tem origem na década de 1880, mas adquire peso dentre as elites a partir de 1889 até 1914, declinando definitivamente ao longo da década 1920, segundo a abordagem de Skidmore, em sua obra principal (1976, p. 81). Esta é apontada por Monsma como a provável origem do equívoco historiográfico que trata a política de imigração como algo criado pelo pensamento racista. No entanto, destaco que, mesmo em Skidmore, os cafeicultores aparecem como aqueles que, de forma muito pragmática, comandaram a referida política com vistas na obtenção de mão de obra para o campo e o desenvolvimento econômico. Nas palavras dele, “a contribuição étnica [dos europeus] para a população brasileira seria muito bem-vinda, mas como subproduto” da imigração (1976, p. 156-158). Tal passagem é um dos raros momentos em que o autor diferenciou a prática social do plano das ideias, pois sua proposta é fazer uma história intelectual das teorias sobre raça e nacionalidade. Petrônio Domingues propõe um recorte maior do que o de Skidmore para datar a hegemonia do projeto de branqueamento, de 1880 a 1928, data em que é decretado o fim da imigração subsidiada.

⁵⁸ Talvez isso justifique tantas idas e vindas nas políticas de imigração, nas diferentes instâncias, principalmente na última década do século XIX. Se em 1890 “era permitida a entrada de todas as pessoas que não tivessem processos criminais, exceto africanos e asiáticos”, apenas dois anos depois o senado proibiu a entrada de qualquer

estava disposta a abrir mão de critérios raciais rígidos para conseguir trabalhadores, mas caso pudessem escolher, prefeririam os europeus.⁵⁹

Obviamente, essa leitura não significa crer ingenuamente que a política de imigração não teve teor racista, tampouco que os fazendeiros não eram racistas. Eles o eram, nutriam desprezo pelos negros e os consideravam inferiores. A questão é que o racismo nunca impediu que esses proprietários explorassem o trabalho do negro, pelo contrário, não se importavam em tê-los lado a lado, desde que na condição de escravizados ou de trabalhadores submissos. Aliás, esses sujeitos descendiam de europeus brancos que, desde que colocaram o primeiro pé na África ou na América, duvidaram da própria condição humana de negros e indígenas. Portanto, seu imaginário sempre foi racista, e não deve ser buscado como motivação principal para o projeto imigrantista.

Vale retomar e insistir na ideia: o ponto de virada na classe dos fazendeiros de São Paulo foi o momento de descontrole sobre os cativos na última década da escravidão - somado, é claro, aos inúmeros fatores da conjuntura nacional e internacional, apontados anteriormente. Só a partir daí que a maioria capitulou ao projeto imigrantista, apoiando de última hora a abolição.⁶⁰ Esquecer esse fato gerador de uma onda de pânico nos proprietários e colocar exagerado peso no projeto de branqueamento vindo de uma camada de intelectuais é desconsiderar a importância decisiva da própria agência dos escravizados e das classes populares e médias na luta pela abolição. É desconsiderar, de certa forma, a gama de elementos que levaram à abolição, já discutidos desde o início deste capítulo.

Além da rebeldia direta, essa agência era composta pelos projetos alternativos e autônomos que parte dos escravizados e libertos conseguiram realizar. Identificar a preferência dos trabalhadores nacionais por esse tipo de projeto e sua recusa a servir à grande lavoura não

africano e, no mesmo ano, um decreto federal liberou a entrada de qualquer imigrante (SCHWARCZ, 1993, p. 241). O único aspecto que se mantém é que continuam entrando pessoas, independentemente de quem fossem.

⁵⁹ Não por acaso, em 1908 começa a entrada em massa de japoneses no estado, quando o fluxo dos italianos era menor.

⁶⁰ Fontes policiais conhecidas atestam que alguns delegados já se recusavam a mandar seus praças atrás de escravos fugidos e que o número de revoltas e fugas era tão elevado que a polícia admitia sua incapacidade em contê-las, confessando a falta de guardas suficientes para realizar o trabalho (MACHADO, 2010, p. 85-92). Célia Azevedo (2004, p. 133-138) também propõe que, conforme o “medo branco” dos escravistas aumentou devido a essa “onda negra” de revolta, os escravistas foram convertendo-se em imigrantistas e até abolicionistas, além de mais abertamente racistas, vendo nos trabalhadores brancos estrangeiros sua possível salvação. Em sua obra, ela diferencia os “jovens ilustrados” dos cafeicultores, propondo que os políticos paulistas não aceitaram o projeto imigrantista “por uma questão de pura adesão aos ideais racistas ou às modernas teorias científicas raciais trazidas na bagagem de diversos jovens de elite que faziam seus cursos superiores na Europa. Longe de constituir uma mera importação de ideias, esta adesão ao racismo científico transcorreu na medida mesma da exacerbação das lutas entre escravos e senhores” (p. 225). Outra historiadora que vai nessa direção é Hebe Mattos (2013, p. 221), ao propor que a insubordinação dos escravizados foi o elemento que produziu o “estranho encontro entre abolicionistas e antigos lavradores escravistas, no interesse comum de organizar o trabalho”.

significa, necessariamente, comprar o discurso da classe dominante de que esses sujeitos eram vadios e indolentes. Ademais, a necessidade de um exército de reserva aumentava a medida que os proprietários identificavam certa hostilidade e insubordinação dos libertos, bem como seu potencial organização para negociar condições de trabalho. Dessa forma, a imigração em massa cada vez mais aparecia como saída para livrar os fazendeiros da dependência dos negros, baratear salários e discipliná-los.

Esposar esse argumento também não significa ignorar que os projetos de branqueamento e todo o racismo reinante na sociedade foram elementos convenientes também para as elites rurais paulistas, informando o repertório de seus debates, sobretudo no pós-abolição imediato. Para essa classe, casou-se o útil com o agradável, unificando seus interesses de raça e classe, já que o único ponto em que concordavam intelectuais e fazendeiros imigrantistas era a respeito da superioridade dos europeus frente aos brasileiros natos (SKIDMORE, 1976, p. 158).⁶¹ Apesar de não ter sido o motor originário da política de imigração, em discussão desde a metade daquele século, o branqueamento e as teorias raciais assumiam papel importante conforme se adentrava o século XX, e deram suporte para que tal política tenha sido tão longa e possa ser caracterizada como racista.

Concluindo, é necessário distinguir dois momentos e elementos que são confundidos entre si muitas vezes: um primeiro elemento é o processo de instauração da imigração subvencionada, ou seja, a viabilização de permanência da estrutura de produção com a manutenção das posições hierárquicas e da exploração do trabalho; outro, diferente, é a forma como se dá a concorrência e a formação do mercado de trabalho em solo paulista, quando os trabalhadores já se estabeleceram aqui. Quero dizer que, concomitantemente à configuração do excedente de trabalhadores com a vitória do projeto dos cafeicultores, ocorre a formação de um mercado de trabalho em que há predomínio dos estrangeiros nos setores mais dinâmicos e nas melhores ocupações, seja no campo ou na cidade. Esses sujeitos sobressaíram-se então como “vencedores” de uma competição que, no discurso liberal da classe dominante, ilusoriamente aparece como igualitária, mas não o era de fato – sua vantagem era representar um ideal de civilização determinado, a partir de noções hierárquicas bem definidas. Acredito que, para esse segundo elemento do problema, o racismo estrutural em sua versão ideológica do

⁶¹ Essa ideia tem acordo com Azevedo (2004, p. 225-226), que afirma que “na medida mesma do crescimento dos temores destes deputados, formulava-se todo um conjunto de projetos, que, vistos à distância, dão a ideia de um plano genérico de branqueamento da população. [...] Contudo, não havia obviamente um plano racista firmado *a priori*, embora muito se tenha aproveitado da farta literatura científica sobre o assunto que circulava na época. Apenas os representantes políticos dos fazendeiros de São Paulo tiveram de tomar uma posição diante de uma situação de grande instabilidade social e acabaram assumindo uma postura imigrantista”.

branqueamento terá papel ainda mais fundamental para determinar a exclusão do negro, regulando a disputa capitalista entre os trabalhadores brancos e negros, sobretudo na constituição de um mercado de trabalho racializado - tema a ser discutido mais à frente neste capítulo.

1.2. Presença negra, presença imigrante na cidade

A grande imigração, apesar de ter sido pensada para a área da cafeicultura, implicou a chegada de muitos estrangeiros na cidade de São Paulo, em busca de trabalho e melhores condições do que as das plantações. A maioria dos autores que estudaram o período são categóricos ao relacionarem as grandes transformações pelas quais a cidade passou na virada do século XIX para o XX e a imigração em massa. De fato, a presença dos estrangeiros na cidade teve peso significativo, transformando-a rapidamente em uma das maiores cidades de imigração no mundo (HALL, 2004, p. 121).

No aspecto demográfico, a Pauliceia foi palco de um vertiginoso crescimento, observado em dados estatísticos. De meros 26.020 habitantes em 1872, a cidade saltou para uma população de 581.435, em 1920 - uma multiplicação de 22 vezes em 48 anos (SANTOS, 2017, p. 32-33). Pensando a partir do período republicano, São Paulo aumentou seus habitantes em praticamente 200 mil pessoas somente na última década do oitocentos, dobrando ao longo dos 20 anos seguintes, principalmente na década de 1910. Percentualmente, os números revelam aumentos aproximados de 122,8% (1872-1890), 242,9% (1890-1900), 70,71% (1900-1910) e 85,17% (1910-1920). Disso decorre o fato que a população da capital passou a representar 12,66% do total do Estado neste último ano, em contraste com os meros 3,11% de 1872 ou os 5,05% de 1890, dados que indicam o aumento de importância do meio urbano em relação ao campo - mesmo que a sociedade da época ainda fosse claramente rural (SANTOS, 2017, p. 34).

Em 1930 não houve recenseamento demográfico, ainda que estivesse previsto por decreto, provavelmente por motivos de ebulição política no final da Primeira República.⁶² Essas informações seriam de grande valia nas análises da presente pesquisa, já que o recorte temporal que proponho avança na terceira década do século. Com essa ausência informativa, temos de nos contentar em ao menos saber que no censo seguinte, ocorrido em 1940, a população da Pauliceia atingiu os 1.326.261 habitantes, um aumento percentual de 128,1% em relação a 1920,

⁶² Informação dada pelo próprio IBGE, em seu site oficial (*link* na bibliografia).

dado que ajuda a perceber a continuidade da tendência geral do crescimento intenso.⁶³ As tabelas abaixo ilustram essa situação:

Tabela 1: Crescimento Populacional da Cidade de São Paulo (1872-1940)

Crescimento Populacional da Cidade de São Paulo (1872-1940)	
Ano	Número de Habitantes
1872	31.385
1890	69.934
1893/1894	120.775
1900	239.820
1905	300.000
1910	409.420
1915	500.000
1920	581.435
1922	~637.000
1925	~800.000
1940	1.326.261

Fontes: EMPLASA e Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos (apud SANTOS, 2017, p. 32); Rangel Pestana e Egas (apud PETRONE, 1955, p. 142, 143); PINTO, 1994, p. 35.

Tabela 2: Variação Percentual da População da Cidade de São Paulo (1872-1940)

Variação Percentual da População da Cidade de São Paulo			
Ano	População	Período	Percentual
1872	31.385	-	-
1890	69.934	1872 - 1890	122,80%
1900	239.820	1890 - 1900	242,90%
1910	409.420	1900 - 1910	70,71%
1920	581.435	1910 - 1920	85,17%
1940	1.326.261	1920 - 1940	128,10%

Fonte: Cálculo com base nos dados da EMPLASA na tabela anterior, obtidos na obra de Santos (2017).

⁶³ Segundo os dados da Prefeitura de São Paulo, ligeiramente diferentes dos que utilizei aqui, entre 1890 e 1900 a média do crescimento anual do município foi de 14%. Entre 1900 e 1920, foi de 4,5% e, entre 1920 e 1940 a média praticamente se mantém, em 4,2%. Os dados estão disponíveis para acesso público ([link](#) na bibliografia).

Quando complementados com os dados da imigração, alguns já expostos anteriormente neste capítulo, fica clara a participação estrangeira em certa “metamorfose” étnica e populacional da cidade. Em 1886, os estrangeiros eram 25% do total de habitantes da cidade, quase metade deles de nacionalidade italiana, e menos de dez anos depois já haviam dobrado em número, compondo mais da metade (54,6%) da população em 1895 e mantendo-se nessa faixa nos anos seguintes. Nesse período, o aumento demográfico dos estrangeiros foi maior que o aumento demográfico da parcela nacional na cidade, com os italianos correspondendo a mais de 60% daqueles (SANTOS, 2017, p. 35; HALL, 2004, p. 121).⁶⁴ Esse foi o padrão da última década do século XIX, em que a parcela de nacionais decaiu de 74,23% para 45,38%.

Nas duas primeiras décadas do século XX, há uma grande lacuna nos dados de estrangeiros na cidade - que pode apenas ser imaginada, devido aos dados da imigração e dos relatos da época. Conseguimos compreender que eles tiveram considerável participação na cidade pois, em 1920, após alguns anos de redução da imigração, ainda formavam 35% dos habitantes da cidade, sendo que, neste ano, entre os maiores de 15 anos, a população estrangeira ainda era ligeiramente maior que a nacional - 188.045 contra 186.077, ou seja, 50,26% (HALL, 2004, p. 121).

Tabela 3: População de São Paulo – Estrangeiros e Nacionais (1872-1940)

População de São Paulo - Estrangeiros e Nacionais			
Ano	Brasileiros	Estrangeiros	Total
1872	23.938 (92%)	2.082 (8%)	26.020
1886	35.407 (74,23%)	12.290 (25%)	47.697
1895	59.000 (45,38%)	71.000 (54,62%)	130.000
1920	377.933 (65%)	203.502 (35%)	581.435
1934	744.144 (72%)	289.058 (28%)	1.033.202
1940	1.034.483 (78%)	291.777 (22%)	1.326.261

Fontes: SANTOS, 2017, p. 35; BASSANEZI, 2000, p. 302, 483, 554; HALL, 2004, p. 121; ARAÚJO, 1940; PINTO, 1994, p. 35.⁶⁵

Se considerados os dados levantados por Fábio Dantas Rocha (2019, p. 106-114), a partir dos registros de assistência médica da cidade, temos ligeiras variações na estimativa de

⁶⁴ Segundo Hall, os organizadores desses levantamentos consideravam o número de estrangeiros que conseguiram identificar inferior à realidade.

⁶⁵ De cada autor foi utilizada parte dos dados, ora de porcentagem, ora de números absolutos, com base em diversas fontes primárias. Os dados que faltaram foram completados segundo meus próprios cálculos.

imigrantes, mas que levam a conclusões parecidas. Suas análises, contudo, avançam na década de 20, mostrando decréscimo na população estrangeira das principais nacionalidades europeias - portugueses, italianos e espanhóis. Há um pequeno aumento nos números de imigrantes das demais etnias e nacionalidades, incluindo japoneses, sírio-libaneses, armênios, húngaros. Para o autor, isso se dá por causa das diminuições do investimento público na imigração - os estrangeiros subsidiados eram 75% do total, em 1899, e passam a representar em 1911, 1918 e a partir de 1920, respectivamente, 31%, 27,54% e cerca de 5% -, e do aumento das migrações internas de brasileiros de outras regiões. A imigração espontânea (sem auxílio do governo brasileiro ou paulista), no entanto, aumentou, fator que impede uma queda mais brusca da cota de estrangeiros.⁶⁶

Já a população considerada nacional teve seu crescimento retomado a partir dos primeiros anos do século XX, mas diretamente relacionado à taxa de natalidade impulsionada pela imigração (ROCHA, 2019, p. 113). Em 1906, por exemplo, 73,1% dos nascimentos registrados na cidade eram de pais estrangeiros. O discurso do relatório demográfico mostrava que aquilo não representava um ano atípico, pois “*como sempre*, dominaram em 1906 os nascimentos de filhos de pais estrangeiros”. Anos depois, em 1920, a participação dos estrangeiros na taxa de natalidade de São Paulo ainda era alta, em torno de 57% (FERNANDES, 2008, p. 150).⁶⁷

Voltando o foco para os italianos, maior categoria de estrangeiros imigrados e que terá peso significativo na produção das fontes analisadas nesta pesquisa, é possível identificar sua presença e relevância na população: em 1893, eles correspondiam a 35% (45.457) da população da cidade e entre 1906 e 1911 eram em torno de 25% (600 mil) (BIONDI, 2011, p. 26-27). Apesar da diminuição de 10% na participação do total de habitantes, é impactante perceber que houve a chegada de mais de 500 mil italianos e italianas à cidade em cerca de apenas quinze anos. No decênio seguinte, o grupo ainda correspondia à parcela de 15%. Para Luigi Biondi (2011), as fontes flutuam, mas é seguro afirmar que esse grupo compunha entre um terço e metade da população da Pauliceia ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

⁶⁶ Para dados completos sobre a quantidade de imigrantes subsidiados ou espontâneos, além dos registros numéricos e percentuais de cada nacionalidade específica que desembarcou em São Paulo, ver as tabelas de Alexandre de Freitas Barbosa (2008, p. 300-302).

⁶⁷ Vale registrar que esse tipo de dado é bastante frágil para os períodos que estamos estudando. Basta lembrar que a maioria dos indivíduos nem sequer nascia em instituições como hospitais e maternidades até a década de 1930, o que certamente resultava em lacunas nos registros (MOTT, 2002).

Tabela 4 – Italianos em São Paulo (Cidade; 1886-1940)

Italianos em São Paulo (Cidade)			
Ano	Italianos	Porcentagem Relativa ao Total de Estrangeiros	Porcentagem Relativa ao Total da Cidade
1886	5.717	46,51%	11,90%
1893	44.854	~ 63,17%	34,20%
1900	~ 90.000	-	37,50%
1905	~ 150.000	-	50%
1910	~ 130.000	-	34,60%
1916	187.450	-	36,90%
1920	91.544	44,98%	15,70%
1934	85.782	29,67%	8,20%
1940	74.000	25,36%	5,50%

Fonte: BIONDI, 2010, p. 25. A coluna com a porcentagem de italianos sobre o total de estrangeiros é cálculo meu, a partir dos dados das tabelas anteriores.⁶⁸

Segundo Biondi (2010, p. 25), esses dados não refletem o peso da experiência italiana ou estrangeira por completo, pois desconsideram a primeira geração de filhos de imigrantes nascidos no Brasil, computados, evidentemente, na categoria dos “brasileiros”, segundo critério censitário que definia nacionalidade a partir do território de nascimento (*jus solis*) e era assim seguido pela polícia em seus boletins, por exemplo. Tais indivíduos, se tratados nos termos de uma “comunidade (i)migrante alargada” ou “expandida”, podem ser incluídos no grupo de estrangeiros a que pertencem seus pais devido ao fato de que “mesmo sendo brasileiros para todos os efeitos, cresceram numa cidade que por quase trinta anos teve um terço de sua população estável composta por compatriotas de seus pais, cujos filhos, por direito, também eram italianos” (BIONDI, 2010, p. 25).

Evidentemente, essa geração de filhos da imigração possuía uma identidade italiana (ou das outras nacionalidades e etnias, em geral) mais fraca que a de seus pais - afinal, nem sequer haviam conhecido o local de suas raízes -, trazendo-a de certa forma diluída ou sob maior influência do ambiente multiétnico encontrado no Brasil.⁶⁹ No entanto, essa identidade

⁶⁸ Valor de 1893 foi calculado com base no total de estrangeiros de 1895, resultando, portanto, em mera aproximação. Fiz essa opção pois não encontrei o dado de estrangeiros do mesmo ano. Julgo que a proximidade das duas datas permite esse movimento, apenas para uma estimativa, embora não corresponda ao cenário real.

⁶⁹ No caso italiano, tornou-se conhecida a relativa facilidade de assimilação no contato com os brasileiros. Porém, Michael Hall (2004, p. 123, 128-129,) demonstra que os argumentos para essa constatação são frágeis e concentraram-se nos italianos da década de 1940, já afetados pelo forte clima nacionalista e repressor do Estado Novo. O autor apontou que metade dos imigrantes naquele período ainda falavam a língua materna dentro de casa,

estrangeira não se perdia com a mesma intensidade que ocorria ao longo das gerações seguintes, pois, muitos daqueles jovens falavam o idioma de seus pais, integraram associações étnicas, circularam com pessoas das mesmas nacionalidades e, talvez o mais significativo, eram vistos por outros brasileiros como estrangeiros, carregando a continuidade de um estigma.

Sobre esse último aspecto, há uma passagem em um periódico de jornalistas negros bastante reveladora, escrita sob a rubrica de “Matuto”. Com o objetivo de explicar que as associações negras estavam abertas a receber os estrangeiros em seus eventos, ele fazia um convite ao leitor:

Percorrei as sociedades dos homens de cor e nelas encontrarei, sócios, sócias ou convidados de diversas nacionalidades, especialmente italiana e portuguesa, e a cada um cumpre o solene dever de falar bem de sua pátria, ainda mesmo que sejam nascidos no Braz, na rua Carneiro Leão, em Santos, ou no Rio de Janeiro.⁷⁰

Curiosamente, os indivíduos descritos são simultaneamente “de diversas nacionalidades” e nascidos em território brasileiro, como o bairro operário do Brás. Apesar da sutileza, o trecho sugere que, ao contrário de dados oficiais do Estado, dos recenseamentos e da polícia - cujo critério de nacionalidade estava vinculado ao local de nascimento - nas relações sociais do cotidiano isso se dava de forma diferente e os parâmetros da identidade nacional eram outros, bem mais relacionados a aspectos como ancestralidade direta, manifestações culturais ou outras expressões de pertencimento.

Fora isso, os filhos de estrangeiros também aproveitavam de redes de parentesco, afinidade e solidariedade étnica que se formava nas comunidades imigrantes, beneficiando-se de indicações para trabalhos em que outros de seu grupo já haviam se inserido anteriormente, sobretudo nas fábricas - questão abordada mais à frente, nas reflexões sobre o mercado de trabalho. Por todas essas razões, quando abordo questões relativas aos “imigrantes” ou “estrangeiros” de modo geral, incluo aqueles sujeitos de origem estrangeira de primeira geração, ainda que nativos do Brasil.⁷¹

onde conviviam muitas vezes com filhos que nunca conheceram a Europa. Mostrou também que os casamentos de italianos com brasileiras, que aparecem como dominantes nas pesquisas sobre aquele tempo, eram, na verdade, entre italianos e filhas de imigrantes nascidas no Brasil - ou seja, as uniões ainda ocorriam dentro de certos limites de uma comunidade estrangeira. Por fim, os dados de naturalização indicam que, no ano de 1920, apenas 1,2% do total de imigrantes decidiu naturalizar-se brasileiro - mesmo isso sendo critério para tornar-se eleitor -, o que sugere certo desinteresse em assumir a nova pátria como definitiva. Tudo isso leva a relativizar a ideia de uma “assimilação” poderosa e rapidamente neutralizadora da identidade italiana ou estrangeira. Como Hall trouxe a problematização para a década de 1940, acredito que, se transposta para a década de 1920, ela fica ainda mais pertinente. Parece mais adequado entender que esses indivíduos viveram sob identidades fluidas que se reformulavam historicamente na convivência com as culturas locais, mas mantinham certa base do país de origem. Ver também: LESSER, 2015, p. 21-25.

⁷⁰ MATUTO. Vagando. **A Liberdade**, São Paulo, 14/12/1919, p. 1-2.

⁷¹ Caso avançasse bastante na década de 1930, o uso da noção ampliada da comunidade estrangeira precisaria ser repensado, visto que ao longo do entreguerras ocorre o que o historiador João Fábio Bertonha (1998, p. 64) apontou

Apesar de a imigração subsidiada ter seu ponto final apenas em 1927, havia tempos que a chegada de italianos era diminuta, conforme atestado nas tabelas anteriores. Tal fato poderia levar-nos a relativizar o peso da presença desses sujeitos e dos imigrantes, em geral, na década de 1920, ou a partir do primeiro pós-guerra. No entanto, ao adentrar aquela década, período em que se concentra a maior parte deste trabalho, atentando-se às estatísticas e à permanência de relatos diários e literários que destacam esses sujeitos, é possível concluir que sua presença ainda era grande e significativa. Além dos dados já fornecidos sobre a maioria da parcela adulta da cidade ainda ser estrangeira em 1920, no avançado ano de 1934, quando os estrangeiros somavam somente 28% da população citadina, o recenseamento revelou que 39% eram filhos deles (com pai e mãe estrangeiros) - somando, nos termos de uma comunidade migrante alargada, 67% (HALL, 2004, p. 121).

Extrapolando a seara das estatísticas, os relatos de viajantes, memorialistas e cronistas que transitaram por São Paulo naquele período são bons indicadores da presença estrangeira, apesar de todo o teor de idealização contido em suas narrativas, o qual deve ser problematizado - afinal, nessas fontes, “a cidade moderna devia ser entendida como uma cidade sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado” (WISSENBACH, 2018, p. 89), como se houvesse uma ruptura e a nova etapa estivesse desvinculada de vivências anteriores. Com frequência esses indivíduos relataram a sensação de estar em uma cidade estrangeira, ou em uma “Itália Ultramarina”.⁷² Viajantes italianos registraram que por toda a parte da cidade ouvia-se os “dialetos da Península [Itálica]”, que se falava “mais o idioma de Dante que o de Camões”, e um jornalista português recém-chegado à Pauliceia perguntava se “por um estranho fenômeno de letargia em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à Cidade do Vesúvio” (apud BRUNO, 1954, p. 58-59). A maior parte desses relatos, claro, não são neutros, pois supervalorizam aquilo que lhes é comum - a Europa - e a sensação de estar em casa.

Tão ideológicos quanto e, provavelmente ainda mais problemáticos, são os documentos oficiais das classes dominantes paulistas, que identificavam entusiasmados o aumento da presença europeia, comemorando a transfiguração cultural que, na perspectiva deles, era

como uma transição geracional em que o grupo de italianos nascidos em solo brasileiro superou numericamente seus pais pela primeira vez. Acredito que o caso dos italianos é paradigmático das demais comunidades estrangeiras cuja migração remete ao mesmo período. Com maior identificação em relação ao Brasil e já sem grandes pretensões de migrar “de volta” à Europa, com o passar do tempo e sobretudo na década de 1930, as preocupações desses indivíduos com questões essencialmente italianas parecem tornar-se cada vez mais secundárias. Para Bertonha (1998), esse foi um dos principais elementos que distanciaram a massa de trabalhadores brasileiros de origem italiana da adesão ao fascismo de sua pátria ancestral, a despeito de todo o esforço empreendido pelo governo do Dulce para angariar apoio na comunidade da “diáspora italiana”.

⁷² *Italia d’ Oltre Mare* foi o título escolhido pelo viajante italiano Alfredo Cusano (1911) para a obra com os relatos dos cinco anos que passou em São Paulo.

sinônimo de desenvolvimento e civilização. Segundo Carlos José F. dos Santos (2017, p. 31), os italianos apareciam nos relatórios de Estado como “os elementos indiscutíveis do nosso progresso”. Os pareceres dos Anuários Estatísticos da Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de 1910 e 1911 traziam, na seção denominada “Progresso, civilização e imigração”, respectivamente, conclusões como “isto se tem reproduzido sempre em São Paulo, desde que a sua colonização pelo elemento italiano se acentuou, trazendo para esta cidade força e energia nova, levantando seu progresso e concorrendo para o seu grau de civilização” ou “mesmo o progresso de São Paulo é evidentemente devido à influência do elemento estrangeiro, que concorre com o seu espírito adiantado para a multiplicação de nossa população”. Em 1917, o Almanaque da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas do Estado (ASENACOPESP) identificava o aumento da taxa de natalidade proporcionada pelos imigrantes e elogiava esses indivíduos, “geralmente moços e robustos” (SANTOS, 2017, p. 37).

Santos (2017, p. 42) conclui que a chegada do europeu, portanto, não era comemorada apenas pelo aumento demográfico e crescimento vegetativo da cidade, algo bastante enfatizado nos relatórios, nem tampouco pela disponibilidade de mão de obra gerada. Na verdade, havia um caráter laudatório das alterações culturais e sociais que eram proporcionadas pela imigração desses novos sujeitos, nitidamente associadas aos critérios de raça vigentes na época. Para Henrique Raffard (apud BRUNO, 1954, p. 60), cronista da época, “o elemento estrangeiro e sobretudo o italiano exerceu favorável influência sobre a classe baixa da população paulistana, cujo nível intelectual se elevou, e algum efeito produziu também sobre a classe média e mesmo a alta”. Aqueles eram os responsáveis por estarem “formando nossa nacionalidade e constituindo nossa raça” no limiar da modernidade republicana - expressões encontradas no Anuário Demográfico de 1906-1907 (apud SANTOS, 2017, p. 42). Tal pensamento levava em conta que não havia ainda uma raça paulista ou mesmo brasileira, mas que esta se encontrava em processo de formação naquele tempo presente, processo que implicava no esquecimento ou apagamento do que houve antes - um passado de atraso vinculado à escravidão, monarquia, presença negra e indígena.

O mesmo tipo de pensamento expressou-se na produção literária do período através, por exemplo, da obra de um dos expoentes do modernismo, Antônio de Alcântara Machado. Cronista da vida ítalo-paulistana, o autor dedicou sua principal obra, *Brás, Bixiga e Barra Funda* (1927), aos estrangeiros que, segundo ele, ao misturar-se com os habitantes da cidade “impulsionam e nobilitam neste momento a vida espiritual e material de São Paulo”, formando aquilo que chamou de a “nova fornada mameluca”. Esse termo, usado por ele como sinônimo de qualquer mistura racial, adianta o destaque dado na obra não aos “imigrantes puros”, mas

aos seus filhos, frutos da mestiçagem que poderiam identificar no Brasil uma nova nacionalidade (MACHADO, 2012, p. 68).

Para Alcântara Machado, os brasileiros eram de uma raça triste, pois formada pela mescla de outras três raças tristes - o índio, o africano e o português. Entusiasmado, o escritor acreditava que os italianos, desembarcados no Brasil junto a outras “raças aventureiras”, trariam alegria a sua “nova Pátria”. Em suas palavras, “a raça alegre italiana pisou na terra paulista cantando e na terra brotou e se alastrou como aquela planta, também imigrante, que há duzentos anos veio fundar a riqueza brasileira”. A planta em questão era o café, o que explicita ainda mais a identificação positiva entre imigração, café, riqueza e desenvolvimento do Brasil e de São Paulo (MACHADO, 2012, p. 65-68).

A epígrafe escolhida por Machado para sua obra não poderia ser mais coerente: trata-se de uma passagem escrita pelo Conde Francisco Matarazzo, identificando o Brasil como “a pátria dos nossos descendentes”, a representação típica da burguesia italiana sobre o país onde aumentaram seu patrimônio, bem diferente das impressões que os trabalhadores italianos teceram da nova terra, diga-se de passagem (MACHADO, 2012, p. 61). Apesar das crônicas na obra tratarem do cotidiano de gente simples, sua dedicatória especifica uma série de italianos “ilustres”, dentre os quais figuram industriais, literatos, jornalistas, políticos e artistas - algo revelador da escolha ou da identificação de classe do autor.

Outro literato do modernismo que também deixou transparecer em sua obra a presença estrangeira, desta vez em tom nada animador, possivelmente mais realista e menos idealizado, foi Mário de Andrade, em *Macunaíma* (1928), texto publicado apenas um ano depois da obra supracitada. Sem esconder o incômodo e certo preconceito, o autor identificou os italianos com a classe trabalhadora superexplorada e a pobreza urbana, ao descrever que “nos bairros miseráveis, surge anualmente uma incontável multidão de rapazes e raparigas barulhentos, a que chamamos de ‘italianinhos’; destinados a alimentarem as fábricas dos áureos potentados, e a servirem, escravos, o descanso aromático dos Cresos” (ANDRADE, 2017, p. 101-102).⁷³

Seguindo a trilha de Carlos José F. dos Santos (2017), acredito ser essencial marcar que, apesar do peso numérico dos estrangeiros ser incontestável, foram os discursos dominantes e a memória, embebidos no racismo estrutural, além da própria historiografia, que durante décadas impuseram o imaginário de uma São Paulo onde tudo era italiano ou pelo menos estrangeiro. Tal ideia tornou-se um véu ideológico que tentou encobrir as marcas de negritude e a origem indígena na cidade, invisibilizando esses outros sujeitos, trabalhadores nacionais - mamelucos,

⁷³ Cresco foi o último rei da Lídia, no século VII a.C. O escritor utiliza o personagem como metáfora para os ricos que encontraram a perdição em sua própria ganância e ambição.

caipiras, caboclos, pretos, pardos e mestiços, em geral -, que contribuíram para a construção da Pauliceia, além de resistir à ação excludente e, em grande medida, exterminadora do Estado e das elites paulistas.

Durante a Primeira República chegou-se a aventar teses de desaparecimento da população negra, que animavam os partidários do branqueamento. As dificuldades advindas do abandono do pós-abolição, inferioridade psicológica e até uma suposta inadaptabilidade biológica eram motivos apontados para justificar a aparente regressão dos negros nos dados censitários, bem como os altos números de óbitos (FERNANDES, 2008, p. 121-122).

De fato, a proporção relativa desses sujeitos diminuía à medida que a cidade crescia com base na chegada dos imigrantes. No entanto, os analistas das classes dominantes pouco percebiam que a população negra teimava em manter-se estável em números absolutos e até mesmo a crescer vagarosamente. Entre 1872 e 1893, a chamada população nacional aumentou em 35.062, frente ao aumento de 68.918 dos estrangeiros, segundo a tabela exposta anteriormente. Quando esses dados são depurados por cor, é certo que a população negra, somando as categorias “pretos”, “caboclos” e “pardos”, praticamente manteve-se no mesmo patamar, na casa dos 10 a 15 mil antes da virada do século:

Tabela 5: População da Cidade Segundo a Cor (1872-1893)

População da Cidade Segundo a Cor		
Ano	Brancos	Não Brancos
1872	14.341 (55,12%)	11.679 (44,88%)
1886	36.829 (77,22%)	10.868 (22,78%)
1890	53.204 (81,92%)	11.730 (18,07%)
1893	105.726 (87,54%)	15.049 (12,46%)

Fonte: SANTOS, 2017, p. 39.⁷⁴

Uma importante consideração a se fazer é que, muito provavelmente, era mais difícil para os recenseadores coletar dados sobre a população nacional pobre, faixa populacional em

⁷⁴ Conjunção e adaptação minha de quatro tabelas montadas pelo autor. Classifiquei como “não brancos” a união das diferentes categorias abstratas dos vários levantamentos, tais como “pretos”, “negros”, “mestiços”, “pardos” e “caboclos”. Dentro dessa categoria, nas duas primeiras linhas estão incluídos escravizados e livres, categorias especificadas separadamente na fonte original, mas que não interessam à presente análise, que trata do critério de cor. Da mesma forma, os estrangeiros europeus estão incluídos na categoria “brancos”. Entendo que o período abordado na tabela é insuficiente para esta pesquisa, porém, o recenseamento de 1920 não foi desmembrado em critérios de cor e esse dado não consta em nenhum outro lugar - apenas em aproximações que serão consideradas na continuidade do texto.

que se concentravam os não brancos. Lucia Helena Silva (2016, p. 72-73) percebeu que diversas formas de controle sobre a população imigrante não estavam disponíveis para os nacionais ou eram bem mais precárias. Como exemplo é possível citar a Hospedaria dos Imigrantes, onde havia registros de entrada e saída dos indivíduos, bem como o local para onde se dirigiram; o mesmo ocorria em alguns portos e companhias agrícolas, uma vez que estavam envolvidos na dinâmica de subsídios de agências privadas ou do governo. Além disso, havia grande concentração da população negra em locais periféricos, como a Penha de França, Nossa Senhora do Ó e São Miguel Paulista (SILVA, 2018, p. 117), pontos que provavelmente escapavam dos controles demográficos mais rígidos.

Outra questão é o caráter de itinerância e transumância da população nacional, frequentemente em condição instável de moradia e trabalho autônomo, sobrevivendo às margens do monopólio da terra e das imposições da modernidade (WISSENBACH, 2018, p. 38-40). Por vezes, tem-se o imaginário equivocado de que a população negra em São Paulo pós-abolição era sempre um mesmo grupo, solidificado e paralisado no tempo. Entretanto, da mesma forma que a população estrangeira, os nacionais também se movimentavam constantemente entre o mundo rural e o urbano, formando levas de migrantes de outros estados, sobretudo do Nordeste, e do interior paulista, indo e vindo para as cidades. Ainda que essa migração interna supere a imigração estrangeira apenas após 1930, ela é frequentemente desconsiderada em análises sobre a Primeira República, como se não houvesse existido.⁷⁵

Santos (2017, p. 39), responsável por compilar os dados da tabela anterior, ainda nos alerta para um elemento adicional: a dificuldade dos recenseadores em definir a cor dos indivíduos, o que gera certa fluidez nas categorias de brancos, quase brancos, não brancos, pardos, pretos ou quase pretos. Essa observação é importante, pois coloca no radar a hipótese de que aqueles dados devem ter escamoteado indivíduos pardos e mestiços claros dentro do grupo branco, destoando do que seria a realidade histórica.

Longe de ser algo isolado, esse tipo de confusão é recorrente ao longo de toda a história dos censos no Brasil, pois a identificação pelo olhar do outro, ou mesmo a autoidentificação como negro (ou outra categoria racial) é um processo plural, depende da experiência social dos indivíduos e do contexto, ou seja, é conceito social e historicamente construído. É comum ainda hoje que certos mestiços claros não se identifiquem enquanto negros e também não sejam assim

⁷⁵ Kowarick (2019, p. 122, 125) traz dados dos migrantes de outras regiões do Brasil no estado de São Paulo para o período de 1910 a 1923, revelando uma tendência já crescente desse movimento, ainda que fosse pequeno se comparado à entrada de imigrantes - algo em torno de um quinto e um quarto - em cada um dos anos mencionados. Segundo ele, o projeto das oligarquias paulistas de trazer mão de obra do Nordeste do país começou a solidificar-se já no primeiro ano do pós-guerra.

identificados pelos brancos - o que não quer dizer que não sofram racismo em determinados ambientes (NASCIMENTO, 2017, p. 89-92).

Voltando ao período deste trabalho, aos olhos de uma ideologia ansiosa por ver uma cidade habitada por uma raça embranquecida, penso que não seria fora da realidade imaginar indivíduos pardos, de pele mais clara, em determinadas posições sociais - funcionários públicos ou profissionais liberais em cargos de maior prestígio, talvez -, sendo enxergados como brancos e assim classificados nos recenseamentos. Conforme afirmou Santos (2017, p. 40), é possível identificar nos discursos oficiais uma “vontade de que a população da urbe paulistana fosse de origem europeia e branca”, fator que provavelmente “cegou” ou, ao menos, direcionou o olhar desses sujeitos. Ou seja, os discursos, na verdade, mostram muito mais a intenção daqueles enunciadorees do que a realidade concreta da cidade.

José Correia Leite, uma das maiores lideranças do movimento negro de início do século XX, refletiu sobre essas mesmas questões, comentando sobre mestiços de pele mais clara que não se identificavam no grupo negro e, até certo ponto, conseguiam adentrar o meio branco sem grandes polêmicas:

Tinha muito negro que se considerava mestiço. O mulato tinha facilidade de passar pro outro lado e viver muito bem, desde que ele correspondesse ao meio branco. [...] Nós, d'O *Clarim d'Avorada* [jornal fundado por ele], incluíamos o mulato como negro. E a gente sabia que no Brasil, pela ética brasileira, o mulato sempre teve oportunidade de passar pro lado de lá e muitas vezes não ser molestado pela cor. Mas nós tínhamos aquela mesma ideia de que “deixou de ser branco, é negro” (CUTI; LEITE, 2007, p. 20).

Florestan Fernandes (2008, p. 133) corrobora essa ideia, ao argumentar que um dos motivos da queda do número de negros foi que

os “mestiços mais claros”, especialmente quando se deparam com condições econômicas e socioculturais favoráveis, mudam de categoria racial, classificando-se como brancos e sendo, também, muitas vezes aceitos como tal inclusive para fins relacionados com o casamento ou o amasiamento com brancos. Existe, doutro lado, em contraposição, a tendência inversa, que consiste na identificação de “mulatos escuros” e até de “mulatos claros” com o grupo negro, a qual leva muitos “indivíduos de cor” a se classificarem pura e simplesmente como “pretos”.

Fernandes acredita, no entanto, que “esses casos têm sido negligenciados e não existem meios para avaliar sua significação estatística” (2008, p. 133). Para não ficar apenas em divagação, a história do próprio José Correia Leite fornece exemplos concretos sobre essa questão. Em suas memórias, Leite, que era mestiço, conta que os italianos, após algumas discussões entre si, acabavam permitindo que ele jogasse em seus times de futebol e, com menor frequência, que até participasse de alguns bailes da colônia. O argumento que prevalecia para que fosse aberta uma exceção era que “ele não era assim tão negro”. Obviamente, Correia Leite,

que ainda não havia entrado no meio da militância negra, se incomodava, e contou que “não queria ficar no meio termo. Ou sou, ou não sou!”. No entanto, pelos afrodescendentes em suas associações étnicas, isso nunca foi posto em dúvida: “eu nunca sofri no meio negro. Todos me tinham em conta de negro” (CUTI; LEITE, 2007, p. 26-27).

Já quando apresentado a um estudante baiano, sua experiência prova a variação da noção de raça em relação aos contextos. O estudante, espantado, disse que o havia imaginado como um negro, ao que ele retrucou “eu sou negro!”, mas o rapaz continuou dizendo que “em Salvador não. Em Salvador muita gente que discrimina negro é da sua cor”. Leite, contrariado, rebateu que “aqui em São Paulo, eu, e tem muitos outros, me assumo como negro. Eu sou estigmatizado pela cor. Porque se a mestiçagem não estigmatizasse a pessoa pela cor, não haveria razão. Mas o sujeito que é filho de negra com branco fica do lado negro” (CUTI; LEITE, 2007, p. 20).

Voltando à composição da população paulistana por cor, Florestan Fernandes também analisou o que chamou de “déficit negro” - a aparente tendência ao desaparecimento da população afrodescendente no início do século XX -, com base nos levantamentos de S. H. Lowrie. Enquanto ideologicamente a teoria apoiava-se na crença no potencial branqueador da mestiçagem, em termos estatísticos o argumento era que havia mais óbitos do que nascimento nessa parcela da população além, é claro, do aumento da população branca. Porém, para Lowrie,

a seleção negativa estaria operando em condições tão morosas que os óbitos ainda seriam representativos como amostra de toda a população e que, embora a imigração tenha reduzido a porcentagem da população de cor, ela é, em todo o estado, apenas pouco menor do que se poderia esperar (apud FERNANDES, p. 121-122).

Para Fernandes, os analistas da época não compreenderam que o rápido aumento do grupo branco, gerado pela imigração, somado ao cruzamento racial que resultava em diferentes padrões de cor, não significava “tendência ao desaparecimento” da população negra. O autor ainda identificou como eram constantes e crescentes os fluxos migratórios internos no estado, das zonas rurais para a cidade, não só daqueles que haviam entrado como imigrantes, mas também de afrodescendentes (2008, p. 145-148, 158-159). Esse movimento resultou no fato de que o crescimento de negros acompanhou a tendência de crescimento geral da cidade.

No entanto, Florestan Fernandes entendia ser alarmante a superação do número de nascimentos daquela população pelo de óbitos, indicativa de uma situação terrível na cidade, de pouca expectativa para os afrodescendentes. Esses indivíduos eram renovados constantemente pelo estoque da migração, porém, dentro da cidade operava uma engrenagem de extermínio, um genocídio da população negra, nos termos de Abdias Nascimento (2017).

Fernandes identificou a partir daí alguns dos múltiplos aspectos da marginalização do negro no pós-abolição, mas equivocadamente interpretou-os também como incapacidade desses sujeitos em integrar-se à sociedade competitiva, de classes, praticamente culpabilizando eles próprios - ponto já bastante desconstruído pela literatura acadêmica. Para o sociólogo, o desajustamento do negro era estrutural e persistente, corrigido apenas demograficamente pela migração. Entretanto, qualitativa e sociologicamente essa população permanecia estagnada em uma suposta incapacidade de adaptação à sociedade urbano-industrial, correspondendo a “uma forte massa de trabalhadores rústicos, distanciados culturalmente do mundo da cidade” (FERNANDES, 2008, p. 148).

Nos períodos em que houve diminuição da imigração, principalmente a subsidiada pelas políticas de Estado, verifica-se a tendência de “correção” no montante de negros e brancos, o que derruba de vez as teses do déficit negro. A década de 1920 foi o ponto chave desse movimento. Naqueles anos, o grupo negro passou a aumentar sua participação dentro do total dos habitantes de São Paulo, crescendo mais do que as etnias imigrantes e chegando a ficar atrás apenas do grupo de brasileiros brancos (que inclui filhos de imigrantes).

Tais conclusões ficam claras no trabalho de Fabio Rocha (2019, p. 131-134), cujas estimativas da população por cor e nacionalidade baseiam-se nos prontuários médicos e registros da segurança pública. Na ausência do recenseamento geral, esses dados ajudam a entender a dinâmica demográfica da cidade, mesmo que não contemplem toda a população. Os boletins, entre 1911 e 1930, mostram uma São Paulo que “vai, gradativamente, tornando-se mais negra, enquanto que a proporcionalidade de brancos permanece numa constante, tendendo a diminuir a partir do intervalo de anos entre 1926-1930” (ROCHA, 2019, p. 131). A conclusão natural do autor é que o desvio na rota normal de crescimento da população negra e branca foi gerado artificialmente pela intervenção da política imigrantista:

o aumento do número de etnias europeias em São Paulo coincide com o período de funcionamento da SPI [Sociedade Promotora da Imigração]. Tempos depois, entre 1921 e 1925, esse quadro se modificou, voltando os negros a ocupar o segundo lugar no conjunto [posto que ocupavam nos censos de 1894], atrás somente dos italianos, cujo número diminuiu progressivamente até que os negros se tornam o principal grupo étnico no município (ROCHA, 2019, p. 134).

Em suma, é possível conjecturar que entre 1893 e 1934 o grupo branco aumentou entre 9 e 10 vezes, o branco estrangeiro entre 6,5 e 7 vezes, o grupo negro e mestiço aproximadamente 6 vezes (FERNANDES, 2008, p. 158). A maior presença negra na década final da Primeira República provavelmente teve relações com a proliferação dos movimentos e associativismos negros, que já existiam antes, mas ganharam força naquele momento, como sugere a própria

existência de uma imprensa negra mais ativa, politizada e com maior incidência entre essa população.

1.3. O cotidiano coercitivo: condições do viver e do morar na Pauliceia do pós-abolição

Da composição demográfica da cidade discutida no tópico anterior, podemos imaginar para a São Paulo do pós-abolição um cenário em que houve uma mistura crescente entre os grupos étnicos, principalmente nos bairros populares da cidade, onde se encontraram em contato cada vez mais filhos de estrangeiros, com identidades fluidas entre a brasileira e as de seus pais imigrantes de diversas regionalidades e nacionalidades, não apenas europeias, além de afrodescendentes, pretos, pardos e mestiços. Este tópico trata da espacialidade da cidade em relação a esses grupos e da vivência deles nestes locais, em um cotidiano nada fácil.

Diferentemente de cidades em que se formaram enclaves étnicos, em alguns casos até regulados pela legislação - como as *Chinatown* e *Little Italy* em Nova York -, na Pauliceia não existiu esse tipo de bairro exclusivo e os grupos étnicos imigrados nunca foram tão fechados em si mesmos. Ainda que tenham fomentado a vida associativa e a identidade cultural das colônias, geralmente os indivíduos se misturaram com os demais grupos das classes trabalhadoras no interior dos bairros populares, espalhados por toda a cidade. Tais ambientes urbanos passaram a formar “microcenários”, com alta densidade populacional, dotados de formas distintas de ocupação e vivência decorrentes da heterogeneidade de origens de seus habitantes (ROLNIK, 1997, p. 81).

Esse foi, principalmente, o caso dos italianos, que se estabeleceram em quase todos os lugares, mas sobretudo nas regiões vizinhas às linhas férreas, onde se instalaram também as fábricas - Mooca, Brás, Belenzinho, Bom Retiro, Água Branca e Barra Funda foram algumas delas. Se, de acordo com Biondi (2010, p. 26), “bairro italiano em São Paulo era sinônimo de bairro popular e operário”, estes englobavam muito mais que apenas os italianos.⁷⁶

No entanto, a memória sobre a Pauliceia no período cristalizou-a como a cidade dos imigrantes, colando essa imagem em alguns bairros, consagrando alguns grupos e invisibilizando outros, principalmente a população negra. Alcântara Machado, por exemplo, perpetuou os bairros do Brás, Bexiga e Barra Funda⁷⁷ como *lócus* da identidade italiana, sem

⁷⁶ Não pretendo aqui negar ou diminuir a relevância da incontestável presença italiana, muitas vezes representada pela maioria esmagadora de até 80% dos habitantes em alguns bairros (BIONDI, 1998, p. 136). A ideia é apenas evidenciar a heterogeneidade e os contatos entre os grupos étnicos, sem apagar sua presença.

⁷⁷ Bairro que também teve grande presença de portugueses desde o início, mas a marca italiana continua hegemônica na memória. Os espanhóis, em geral, moraram nos mesmos bairros operários que os italianos, mas

dar atenção aos outros sujeitos que existiram e tiveram vivências significativas nesses espaços, as quais, por vezes, remetiam ao passado imperial ou até colonial. É significativo que em poucos momentos de sua obra apareçam personagens negros, geralmente apenas compondo o cenário - como serventes nas casas dos italianos ou bêbados no armazém -, sem nome ou ação nas historietas, mas com o estigma racial marcado pelo autor (MACHADO, 2012, p. 63, 69).

Porém, a simples existência desses indivíduos na cena já faz transparecer algumas das convivências entre negros e italianos. Pelo menos dois dos territórios consagrados na obra de Machado tiveram forte presença negra, tanto antes quanto depois da imigração em massa e do fim da escravidão: o Bexiga e a Barra Funda - considerados por pesquisadores como verdadeiros “quilombos urbanos” (ROLNIK, 2017, p. 202). Já no Brás, de fato essa presença é bem menor, mas não inexistente, como alguns relatos mais a frente atestarão.

Com o objetivo de marcar essa presença dos afrodescendentes e mostrar suas experiências, a tradição acadêmica mais recente passou a destacar o conceito de “território negro”, revelando algumas histórias que ficaram escondidas por baixo da narrativa oficial contada sobre a Pauliceia (SILVA, 1990; ROLNIK, 2017; SANTOS, 2017; WISSENBAACH, 2018). Longe de inverter a lógica para guetos negros homogêneos ou reivindicar exclusividade dos afrodescendentes nesses locais, os territórios negros foram pensados como “espacialidades marcadas por laços sociais, estruturas de parentesco e expressões culturais singulares que se revelaram fulcros significativos do processo de resistência à dominação escravista e à discriminação social que lhes seguiu” (WISSENBAACH, 2018, p. 89).

Portanto, mais do que um conceito relacionado ao espaço físico, eles remetem às identidades, sociabilidades e repertórios culturais que grupos negros grafaram naqueles locais - ou seja, o conceito não nega a heterogeneidade de tais espaços. Segundo Raquel Rolnik (2017, p. 196), “ao falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum”.

Para a autora, tais territórios marcam “a constituição de uma comunidade afro-brasileira” e remetem aos tempos da escravidão, enquanto locais de moradia, trabalho, encontro e rito dos escravizados e libertos (ROLNIK, 2017, p. 196). Os negros não apenas moraram nesses locais, mas constituíram ali os cordões e escolas de samba, como Vai-Vai e Lavapés, terreiros, casas de reza, associações culturais e dançantes. Aqueles também foram os principais espaços em que se articularam as redações da imprensa negra. Alguns desses territórios no pós-

raramente tem sua presença lembrada. Ver como exemplo as descrições de Jacob Penteadó sobre o Belenzinho (1962, p. 226-232).

abolição foram claramente o Bexiga, a Barra Funda e a Liberdade (Sul da Sé/Lavapés),⁷⁸ além do Cambuci e do Glicério.

Amailton Azevedo (2006) em sua tese sobre o sambista Geraldo Filme compreende esses espaços sociais a partir da noção de “microáfricas”, onde os negros redefiniram as práticas culturais herdadas de seus ancestrais ao longo do processo de urbanização da cidade. Pelo fato de tais práticas não serem desejadas hegemonicamente, a vivência desse grupo ganha caráter, simultaneamente, de resistência sociocultural. Nas palavras de Azevedo (2006, p. 34), foram “vivências dissonantes que desobedeceram certos limites estabelecidos do que deveria ser a cidade, para construir e operar outras cidades e outras memórias”. Um pouco diferente da noção de territórios negros, essas microáfricas não se configuravam como lugares fixos como os bairros, podendo corresponder a locais menores ou móveis, onde foram impressas as marcas da população afrodescendente. Poderiam ser praças, bares, ruas, trajetos de cordões, por exemplo (AZEVEDO, 2006, p. 187-188).

Na atualidade, entendemos as localidades mencionadas como parte do centro expandido de São Paulo. No entanto, naquele momento elas eram consideradas espaços mais afastados. Conforme comentou o militante José Correia Leite em suas memórias, o negro “era o pessoal da periferia, que não ficava tão longe como hoje. Barra Funda, Bixiga, Liberdade, Bom Retiro, Brás eram bairros longes” (CUTI; LEITE, 2007, p. 45). A mesma percepção desses bairros como “periféricos” aparece em um jornal italiano na virada do século, que destacava a presença desses estrangeiros: “é justamente nos bairros distantes do centro que se aglomera a grande maioria dos trabalhadores italianos”.⁷⁹

⁷⁸ Vale lembrar que dois desses territórios são descritos por Alcântara Machado (2012) na perspectiva dos italianos. Por se tratar de bairros heterogêneos, caso o autor imprimisse outro olhar às suas crônicas poderia ter destacado outros sujeitos. Chamo atenção para a recente pesquisa de Marcelo Silva (2018) que incorporou a Penha de França no mapa dos territórios negros. Mostrando as sociabilidades e redes de contato que se estabeleceram entre a população negra daquele espaço com o centro e os bairros já citados, o autor apontou a necessidade de retirar alguns territórios ainda mais periféricos do ostracismo historiográfico em relação aos casos já bastante pesquisados dos três bairros que mencionei, por exemplo. Em seu levantamento demográfico, Silva (2018, p. 117-118) mostrou que a Penha tinha cerca de 10% de negros em 1893, contingente maior do que a maioria dos bairros mais próximos ao centro da cidade. Carlos José F. dos Santos (2017, p. 105-107) analisa uma das raras fotografias do final do século XIX sobre os distritos mais suburbanos, em que um carroceiro negro puxa um carro de boi e se desloca desde um desses territórios até o centro para vender seus alimentos nos mercados caipiras. Geraldo Filme (2000) também destacou em entrevista “a zona leste que, por ser distante, tem uma história negra muito interessante” e comentou o quanto era demorado e trabalhoso fazer o trajeto da Penha ao centro - chegava a levar alguns dias, mas era um caminho corriqueiro devido às tradições festivas e religiosas que aconteciam por lá, mencionadas também por Jacob Penteado (1962, p. 253-254). Marcelo Silva (2018) referenciou outras regiões periféricas (Nossa Senhora do Ó e São Miguel) como territórios negros no período. No levantamento estatístico de 1890, foi registrado que a presença negra em Nossa Senhora do Ó correspondia a 40% dos habitantes (ROLNIK, 1997, p. 75). Portanto, há terreno historiográfico para investigações sobre esses outros espaços.

⁷⁹ DA S. PAULO a S. Paulo e vice-versa - *Al Braz*. **Fanfulla**, São Paulo, 14/03/1899, p. 2 (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 23-25).

Costuma-se destacar que, alocados majoritariamente no centro da cidade durante o período escravista, os negros foram expulsos desses locais no processo higienista e segregacionista da remodelação urbana empreendido pelo poder público e pelas classes dominantes entre o fim do século XIX e o início do XX (ROLNIK, 1997). São Paulo foi o estado que mais incorporou os ideais racistas de branqueamento, e sua capital, vislumbrando o sonho de tornar-se uma cidade europeizada, foi palco de reformulações urbanas no espaço público, de mudanças legislativas disciplinadoras e, por fim, da tentativa de exclusão e limpeza social de todos que não se enquadravam nos novos ideais da modernidade.

Sob essa ótica, era necessário desmontar os territórios negros e apagar os traços dessa comunidade na região central, de modo a intensificar as aparências europeias e “modernas” da Pauliceia. Mais do que apenas um desejo arquitetônico e urbanístico, as reformas possuem uma perspectiva de intervenção cultural e física, contida na nova estética. Para as elites, tratava-se de “inscreverem-se como classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transformá-lo em fonte de lucro nos novos termos definidos pela economia urbana” (ROLNIK, 1997, p. 66).

Dentre as reformas que mais ficaram marcadas na cidade estão as da gestão do “Conselheiro” Antonio Prado (1899-1911).⁸⁰ Menos chamativas do que as de Pereira Passos no Rio de Janeiro, suas intervenções urbanísticas tiveram intenções semelhantes, inclusive com a mesma inspiração no modelo francês de Hausman. Sob suas políticas houve “efetivamente o processo de renovação da paisagem paulistana, substituindo a imagem da cidade colonial e imperial pela nascente metrópole do café” (SEGAWA, 2004, p. 373), contudo, sem levar em consideração as pessoas que já viviam ali e, muito menos, seus modos de vida.

Sob o pseudônimo de Moysés Cintra, o escritor negro Jayme de Aguiar registrou suas impressões sobre o processo de “mudança que tem sofrido nossa capital”, no ano de 1924 - portanto, posteriormente ao grosso das reformulações que apontei:

Já se não notam como nos tempos idos, aqueles casarões antigos, feitos de barro socado; as ruas, que eram estreitas e mal calçadas, hoje as contemplamos asfaltadas algumas centrais e outras bem arborizadas. Novas construções encontramos em todos os recantos: palacetes riquíssimos, bungalows, bairros chics, etc.; lugares que há pouco eram rejeitados devido à distância do centro hoje estão com belas construções; tudo quanto noutros tempos era desprezado e sem proveito, hoje vemos aproveitado. Avenidas, alamedas e ruas centrais vemo-las completamente tomadas pelos automóveis; os carros que restavam nas estações ferroviárias e nas praças públicas são substituídos pelos táxis e fords, e, daqui há pouco as carroças que estacionavam em

⁸⁰ Também se destacam nesse sentido as gestões de Raimundo Duprat (1911-1914) e Washington Luís (1917-1919).

seus pontos prediletos, serão dali banidas para outros lugares distantes... E o progresso tudo vai modificando.⁸¹

Porém, Aguiar não tratava essas transformações de forma laudatória. Ele conseguia identificar que, devido àquele processo, os trabalhadores pobres já não podiam morar perto do centro da cidade, sofrendo com o aumento abusivo nos preços de aluguéis e gêneros alimentícios, além de remoções arbitrárias causadas pelas reformas urbanas. Naquele momento, “na prática, a grande massa operária vagava pelas margens da cidade formal” (SEGAWA. 2004, p. 352), ocupando sobretudo as várzeas dos rios, que incharam demograficamente, as imediações das fábricas e das linhas férreas - onde essa população encontraria trabalho também na limpeza dos trilhos e no carregamento das cargas -, ou ainda nos territórios adjacentes aos novos bairros das elites, as tais regiões arborizadas, asfaltadas e com belas construções, mencionadas por Aguiar. Esse foi o caso da Barra Funda, adjacente à linha férrea, aos Campos Elíseos e Higienópolis, e do Bexiga, zona popular contígua à área burguesa que se formava com a abertura da Avenida Paulista (ROLNIK, 2017 p. 201-202).

Segundo Rolnik, esse contexto significou a reconquista do “centro velho” pela classe dominante e remete a 1877, quando houve as primeiras tentativas de remover as quitandeiras que trabalhavam naquele espaço (1997, p. 67). Nos anos posteriores, o processo acentuou-se, com o caso paradigmático da remodelação do Triângulo Central - formado pelas ruas Direita, 15 de Novembro e São Bento -, transformado durante a gestão de Antonio Prado em polo financeiro, comercial e de lazer com seus cafés, restaurantes, lojas de moda e bancos. Foram feitos o realinhamento e o alargamento das ruas, construídos viadutos e praças, de modo a priorizar a intensa circulação de pessoas e veículos.

A praça que foi coroada com o nome do próprio prefeito foi palco da instalação da bolsa de valores, construída após a desapropriação e demolição da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que ficava no mesmo local - esta, historicamente consagrada como espaço de manifestações religiosas do povo negro, claramente não poderia permanecer situada no coração da nova modernidade paulistana.

O relato do cronista Raimundo Menezes (1969, p. 99-105) sobre os moradores e frequentadores da região elucida bastante o quanto a presença desses sujeitos era incômoda. Segundo ele, ali “viviam em casas imundas, numa promiscuidade medonha”, em habitações cujo “mal cheiro era insuportável”, “pretos africanos que haviam conseguido libertar-se do cativeiro e viviam do mister de quitandeiros, vendendo doces, milho verde cozido, frutas,

⁸¹ CINTRA, M. A vida. **O Clarim d'Alvorada**, São Paulo, 12/10/1924, p. 2.

legumes, hortaliças”, entre outros alimentos, e “vendiam tudo isso ali mesmo, em frente às suas nojentas casas”.

Porém, quando descreve os festejos de Nossa Senhora do Rosário, Menezes (1969, p. 99-105) era obrigado a admitir que “São Paulo inteira vinha apreciá-las. Afluía gente de toda parte. Ricos e pobres, pretos e brancos, estrangeiros e nacionais. Meio mundo, enfim”. O cronista projetava um olhar folclorizado e exotificante sobre aquelas festividades dizendo que se postavam “bem em frente ao templo um bando colossal de negros”, mas que “valia a pena vê-los. Tinham um sabor bem característico, bem africano”.

De forma a valorizar mais a tradição das comunidades afrodescendentes, os escritores da imprensa negra também rememoraram aquele antigo território como importante centro de reunião dos negros da cidade até os fins do século XIX. Seus relatos no jornal *Progresso* descrevem a festa de Nossa Senhora do Rosário como “magnífica de grande pompa que se realizava, uma vez por ano, no Largo do Rosário, que era ali onde é hoje a praça Antonio Prado”.⁸² Após a missa - “cerimônias pomposas, regidas pela liturgia com severidade solene” - tinha lugar uma procissão festiva, com direito a samba, percussão e danças que remetiam às tradições africanas de longa data, com elementos de congada, por exemplo. A passagem é longa, mas vale a citação que, vinda de um jornal de letrados negros não tão velhos,⁸³ sugere como a memória daquele local permaneceu viva e transmitida oralmente para as novas gerações:

Mas os festejos se tornaram célebres porque, a seguir às cerimônias pomposas, regidas pela liturgia com severidade solene, se realizava a procissão dos irmãos de N. S. do Rosário dos Homens Pretos. E esta procissão se fez memorável nesses dias de pacatez e abundância. Depois da missa numerosos pretos se reuniam no largo da igreja executando apreciadas danças ao som da música de “tambaque”. E, cantando em voz alta, voltavam com rapidez, soltando gritos guturais que lhes enchiam as almas de prazer. A esse ruído juntava-se os ribombardos, “tambagues”, bombos enormes que produziam um som medonho. E as parceiras músculos flácidos de rodilha de pano branco à cabeça, pulseira barata, e saia arrepanhada, acompanhavam-nos naquele bailar delirante que empolgava os assistentes. E para não faltar a tradição das danças africanas, as jovens bailarinas balançavam as ancas pulando de vez em quando - um salto semi-bárbaro, cheio de graça, já parecido com o “black-bottom”, que deveria surgir muitos anos depois. O que prova que tanto na América do Sul, como na do Norte o africanismo continuava a manifestar-se.

Terminado o samba uma revoada de palma se fazia ouvir. E as mulheres idosas, com longos rosários de contas vermelhas e ouro ao pescoço, exclamavam, cheias de admiração:

- Ué! Minha Nossa Senhora! Como eles sabem dançar!

⁸² SÃO PAULO de Anquinhas e Bandós. **Progresso**, São Paulo, 24/11/1929, p. 3.

⁸³ Se considerarmos que a publicação do texto é do final de 1929 e que os escritores da imprensa negra costumavam ter entre 20 e 40 anos, podemos concluir que ou eles não eram nascidos ou então eram muito pequenos na época em que a igreja foi removida do Largo do Rosário, ainda no século XIX. Lino Guedes, o editor principal do *Progresso*, por exemplo, nasceu em 1897, logo, tinha seis anos quando da desapropriação do templo original. Portanto, meu palpite é que a descrição que faziam daquelas festas partiu de leituras dos memorialistas, jornais, cronistas e principalmente da tradição oral passada pelas famílias da comunidade afro-brasileira.

Era costume também eleger um “rei” e uma “rainha”. Geralmente um casal tanto abastado. E, acompanhados com música e pela sua “corte”, caminhavam os soberanos ao longo das ruas, com lentidão e majestade, até o lugar onde era servido, a sua custa, um jantar opíparo - o que de certo modo já demonstrava as inconveniências que há em reinar.

A meio do jantar, os convidados improvisavam brindes cheios de ternura... E no final do “régio” banquete, sua majestade mandava distribuir, magnanimamente, licores pelos tocadores de “tambaque” e sambadores.

Retiravam-se depois os convidados, porque deviam acompanhar a procissão de N. S. do Rosário pelas ruas estreitas, como eram as de São Paulo, no século XVIII.⁸⁴

Com a reformulação do centro, a Igreja foi transferida para o Largo do Paissandu, região considerada perigosa pelas autoridades, periférica e cujo terreno pantanoso ofereceu dificuldades para a construção (SANTOS, 2017, p. 126). Em alguns anos, no entanto, conseguiu-se erguer “um moderno templo”,⁸⁵ cuja obra terminou em 1906, e ali se tornou mais um local importante de memória e associativismo negro na cidade, com a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos atuando até os dias de hoje. Segundo uma nota em outra edição do *Progresso*, em janeiro daquele mesmo ano havia ocorrido a grande festa da Oraga no novo espaço da igreja no Paissandu, “abrilhantadas por uma grande orquestra”.⁸⁶

O episódio de Nossa Senhora do Rosário é apenas um dos que evidenciam a atuação de um poder disciplinar que tentava extirpar a todo o custo os modos de vida e as atividades das populações pobres de determinados espaços. Nesse processo foram decretados uma série de Códigos de Posturas desde fins do século XIX que, entre outras coisas, proibiam naqueles espaços centrais os “batuques”, mercados de rua, as quitandeiras e os vendedores ambulantes, as manifestações religiosas não católicas ou sincréticas, e designavam como vagabundos e criminosos todos aqueles cujas práticas culturais e sociais não se relacionavam às hegemonicamente aceitas (ROLNIK, 2017, p. 201; SANTOS, 2017, p. 116-118, 131) - ou seja, práticas e tradições de populações não brancas, como era o exemplo da capoeira, criminalizada no código penal republicano de 1890, considerada vadiagem.⁸⁷

Muitas dessas pessoas se aglomeravam nas áreas ao redor da região nobre central, em locais como a Várzea do Carmo - atual Parque D. Pedro II e que separava os bairros industriais da zona financeira e comercial. Nos discursos da classe dominante, tais espaços eram vinculados diretamente à criminalidade, sujeira e doença, e seriam alvos de perseguição policial e sanitária, pois, nas palavras do então prefeito e futuro presidente Washington Luís, se

⁸⁴ SÃO PAULO de Anquinhas e Bandós. **Progresso**, São Paulo, 24/11/1929, p. 3.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ FESTA N. S. do Rosário. **Progresso**, São Paulo, 24/02/1929, p. 2. Festa de Oraga era a festa que celebrava a padroeira da igreja.

⁸⁷ Código Penal, 1890. Capítulo XIII, Art. 402. Ver *link* na bibliografia.

“opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo” (SANTOS, 2017, p. 90).

Dessa forma, os moradores e frequentadores dessas áreas eram percebidos pela elite como integrantes das chamadas “classes perigosas”, conceito que equiparava arbitrariamente pobreza à criminalidade - e inclui os pobres e marginalizados das grandes cidades, em geral, além dos trabalhadores organizados nos movimentos sociais (CHALHOUB, 1996). O inchaço demográfico sem qualquer acompanhamento de infraestrutura para as camadas populares transformava-os, no olhar das classes dominantes, em uma “multidão indisciplinada” e homogênea que gerava temor social e deveria ser controlada a qualquer custo (WISSENBACH, 2018, p. 84-85, 97)⁸⁸ - fenômeno típico das metrópoles industriais modernas.

Em célebre discurso de 1916 sobre a Várzea do Carmo, em defesa da construção de um parque no local, de modo a expulsar a população que morava e trabalhava nas bordas do rio, Washington Luís escancarou o racismo e as reais vontades da elite sobre a tal “multidão”:

É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano à moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita (apud SANTOS, 2017, p. 90).

Através de análises fotográficas, o historiador Carlos José F. dos Santos (2017) identificou como, porém, esses sujeitos resistiram e continuaram marcando sua presença no centro. Nas imagens - feitas sob o olhar de alguém cuja intenção era destacar “a beleza da modernidade”, os prédios e estabelecimentos elegantes, e as pessoas trajadas de ternos e vestidos, circulando nas ruas - sempre aparecem em posição marginal, destoando da narrativa dominante, vendedores ambulantes, carroceiros, ervanários, quitandeiras, com aparatos religiosos pendurados e muitas vezes descalços. Comumente são negros e, via de regra, estão trabalhando no largo rol das atividades irregulares e autônomas, ao contrário do discurso que os taxava de vagabundos e preguiçosos que não gostavam de trabalhar.

⁸⁸ Segundo Wissenbach (2018, p. 85), se antes eram os escravizados que geravam o temor das classes dominantes, agora, no pós-abolição, o grupo de marginalizados perigosos para o sistema aumentou consideravelmente, além de ter se tornado multifacetado: eram diferentes etnias e composições de mestiçagem, somadas aos estrangeiros brancos, com diversidade cultural e de modos de vida. Com certeza, essa nova situação ofereceu desafios à ordem dominante.

Outras transformações no espaço urbano ocasionaram a construção de avenidas importantes, da rede de saneamento básico e de iluminação, além de novos espaços como o Trianon. Tudo isso gerava a sensação de massificação e aceleração da vida na cidade, presente na metáfora de Mário de Andrade de uma *Pauliceia desvairada* e na descrição de escritores da imprensa negra acerca da “agitação de vida pelo trabalho em que São Paulo, vive e cresce, do meio desse rodamoinho fatalizado da sociedade, na larga expressão de seu pujante dilatamento”, do “tumulto ininterrupto das ansiedades em que vivem os negros desta Babilônia brasileira que se chama São Paulo”.⁸⁹

Todo esse cenário descrito até aqui evidencia as disputas dos grupos sociais pelo espaço, sobretudo no centro antigo, em uma São Paulo que se redefinia territorialmente conforme essas lutas, tendo na segregação racial e de classe um elemento estruturante. Conforme apontou Rolnik, o espaço era constituído de forma hierarquizada, de modo que “cada um sabe seu lugar, qualquer um identifica onde pode e onde não pode circular”, e as zonas urbanas aparecem diferenciadas por grupos que as ocupam: “os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitaram, de tal modo a definir ‘territórios’ distintos. *Grosso modo*, os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais” (1994, p. 97). Existiam também zonas de mediação, onde os grupos acabam se misturando - via de regra, as zonas populares vão se expandindo em direção às áreas burguesas, que se afastam e constituem novos espaços. Cada espaço nesse processo vai sendo marcado por identidades e experiências dos grupos que ali viveram.

Por ter se tornado o espaço de poder, material e simbolicamente, o centro era o alvo a ser ocupado nos momentos de protestos e revoltas urbanas. É uma região de tensão social, por excelência. Por mais que as associações, os sindicatos e as agitações se dessem nos ambientes dos bairros, onde era feito o trabalho de base permanente mesmo em períodos de aparente calma, quando estouravam os conflitos mais diretos as mobilizações tomavam as ruas, seguindo rumo à região central. Os textos de jornais operários que informavam sobre as greves e ações dos trabalhadores são indicadores dessa característica dos movimentos. Na efeméride do 1º de maio de 1917, *Guerra Sociale*, um dos jornais anarquistas de língua italiana de São Paulo, descreveu em suas páginas que

a quase totalidade das entidades anarquistas, socialistas e operárias de São Paulo, arrabaldes e subúrbios se reuniram e decidiram aproveitar a comemoração de 1º de

⁸⁹ NO DESFILE da fé. **Auriverde**, São Paulo, 13/05/1928, p. 2.

maio para realizar uma manifestação contra a guerra [mundial], promovendo comícios nos arrabaldes e um geral no centro da cidade.⁹⁰

Segundo os registros, realizaram-se comícios na Lapa, no Brás, em São Caetano (o tal “subúrbio”), e no Cambuci, Bom Retiro, Mooca e Pari, referidos como “os arrabaldes”. De acordo com o texto, “os *meetings* foram promovidos com o intuito de tornar mais imponente o comício geral no largo da Sé, fazendo com que os operários dos bairros para ele acessem em colunas”. Pela descrição dos militantes do jornal, o ato foi bem sucedido e levou uma “volumosa massa” de duas mil pessoas ao marco zero da cidade, onde “armada e improvisada a tribuna, a ela subiram sucessivamente três anarquistas, um socialista, uma jovem camarada, um estudante e um moço de cor”. Quando deu dez horas da noite, o grupo fez uma passeata cujo trajeto basicamente contornava o Triângulo Central: iniciou pela Rua 15 de Novembro “em grande coluna, a cuja frente iam as duas bandeiras vermelhas. E assim cantando os hinos revolucionários, dando morras à burguesia”, seguiu pelas ruas Boa Vista, São Bento, Direita e encontrou de volta o Largo da Sé, onde ocorreram as falas finais.⁹¹

Imagem 1: Convocação para os comícios de 1º de maio



Fonte: **Guerra Sociale**, São Paulo, 29/04/1916, p. 3.

As classes dominantes vigiavam as manifestações de perto - tanto que o jornal identificou que “a passeata foi acompanhada por numerosas praças e secretas. Quase toda a cavalaria esteve nas imediações do Largo da Sé”.⁹² Nos momentos em que o conflito estava mais escancarado, os comícios chegavam a ser reprimidos nos próprios bairros de partida, abortando a ação antes mesmo de saírem em passeata (ROLNIK, 1994, p. 105, 109).

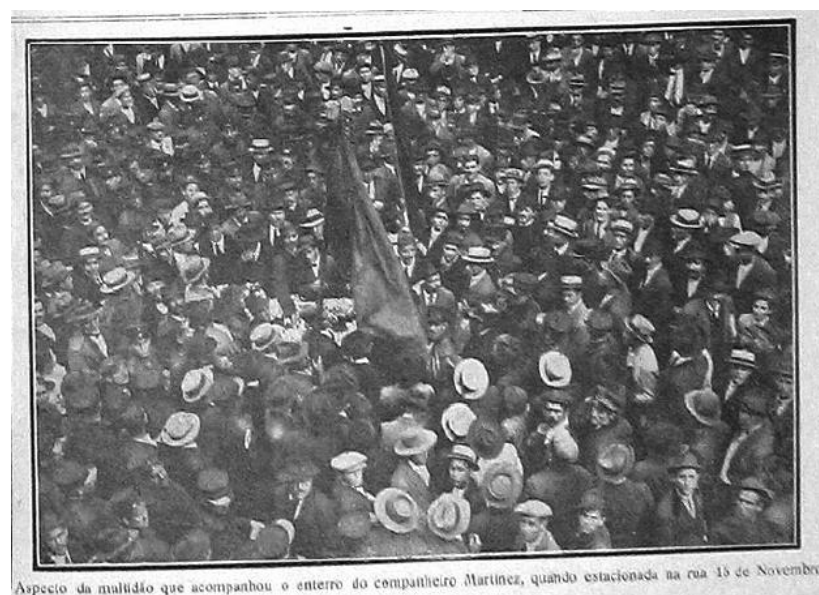
⁹⁰ GUERRA à guerra! **Guerra Sociale**, São Paulo, 12/05/1917, p. 2.

⁹¹ Ibidem; SINCERITÁ giornalistica. **Guerra Sociale**, São Paulo, 12/05/1917, p. 2.

⁹² Ibidem.

Outro momento bastante significativo e mais conhecido, inclusive registrado por fotografias, foi na explosão da greve geral, naquele mesmo ano, após a morte do sapateiro José I. Martinez. Seu enterro foi precedido de um cortejo fúnebre de protesto que “as autoridades tentaram desviar do centro da cidade”, mas sem sucesso, pois a multidão “atravessou as ruas principais antes de se dirigir ao cemitério do Araçá”. Segundo os militantes operários do jornal *A Plebe*, “a enorme massa que formava o cortejo seguiu por onde muito bem quis, contra a vontade expressa dos mandões”.⁹³ Nesse relato, fica claro o significado de ocupar o centro, lugar vinculado à classe dominante e aos negócios capitalistas: “foram tomadas de ponta a ponta as ruas 15 de novembro e São Bento, onde os aristocráticos vendilhões exercitam o seu lucrativo comércio”.⁹⁴ Muitas das demais agitações do movimento de julho de 1917 seguiram o mesmo itinerário, preparando comícios nos bairros e depois partindo em cortejo até o coração da cidade (BIONDI, 2011, p. 336).

Imagem 2: Cortejo fúnebre de José Martinez na Rua XV de Novembro (1917)



Fonte: **A Plebe**, São Paulo, 21/07/1917, p. 1.

Nesse processo de reorganização dos territórios e da cidade, os locais que se tornaram os principais espaços de convivência e habitação das populações negras e também dos imigrantes aparecem rememorados em seus relatos. Os sujeitos que escreveram em jornais negros, das colônias estrangeiras ou do movimento operário e que posteriormente foram entrevistados em trabalhos acadêmicos muitas vezes descreveram a vida, as sociabilidades e

⁹³ O ENTERRO do infortunado Martinez. **A Plebe**, São Paulo, 21/07/1917, p. 4.

⁹⁴ *Ibidem*.

agitações culturais em tais bairros, atuando como verdadeiros “cronistas”, ainda que não tenham passado para a história sob essa perspectiva ou essa não fosse sua intenção imediata.

Além disso, eles abordaram tanto as questões do mundo do trabalho, principal preocupação, quanto temáticas urbanas e de reprodução social - alimentação, moradia, transporte, higiene e saúde, por exemplo -, sem uma separação rígida entre os dois âmbitos. A convivência e interconexão entre os grupos sociais e étnicos nos ambientes das classes populares pode ser verificada em seus relatos, que apontam para uma situação em que viveram a sanha do poder modernizador e do progresso.

Entre os espaços lembrados pelos “cronistas” negros e imigrantes está, por exemplo, o Bexiga, bairro “solidário, coeso verdadeiro paraíso terreal da miscelânea popular”, segundo escritor da imprensa negra.⁹⁵ De ocupação originária nas fugas de escravizados, posteriormente o bairro “congregou a diversidade social e étnica da população pobre da cidade, ilustrando ainda o compartilhar de meios de sobrevivência informal entre imigrantes e negros”, trabalhadores intermitentes, tarefeiros e de prestadores serviços, “não proletarizados”, composição distinta de locais como a Mooca e o Brás, em que predominaram as primeiras aglomerações operárias (WISSENBAACH, 2018, p. 104-105). Esse caráter de coexistência entre as diferentes comunidades e efervescência cultural, de um verdadeiro “mundo afro-italiano”, aparece, por exemplo, em relatos do sambista Geraldo Filme sobre a escola de samba Vai-Vai:

Aquilo era um núcleo... eu saía, entrava no Bixiga numa sexta de noite, saía no domingo, segunda de manhã... era festa, era música, dorme, come na casa de fulano, dorme aqui, dorme ali, era... uma cidadezinha, um território livre, aquilo. Manifestação de todo lado, cantava as italianada de um lado, os crioulos de outro, um não cuidava da vida do outro, todo mundo cantava, um bairro alegre (FILME, 2000).⁹⁶

Já o ex-militante da *Frente Negra Brasileira* (FNB), Francisco Lucrécio, mapeava toda a região do entorno do Bexiga/Bela Vista, onde morou quando se mudou de Campinas, em 1930. Ele identificava as sub-regiões onde ficavam mais os negros - principalmente o Saracura, “pedaço da África” (WISSENBAACH, 2018, p. 105) -, e onde estavam os italianos:

São Paulo ainda era uma província. [...] Era completamente diferente, mas não me senti muito deslocado aqui porque tinha muitos negros também e, na verdade mesmo, os negros foram que povoaram inicialmente a Bela Vista. Desde a Brigadeiro Luís Antônio até aquela parte da Saracura Grande que é pra lá da Nove de Julho residia grande número de negros. Já no triângulo da Paulista moravam muitos italianos. Mas na Marques Leão, principalmente, lá onde passava o Rio Anhangabaú, naquela baixada morava o maior contingente negro.⁹⁷

⁹⁵ É HOJE o dia! **O Clarim da Alvorada**, São Paulo, 02/03/1924, p. 1-2.

⁹⁶ Rever também o trecho que abre este capítulo e trata justamente dessa questão.

⁹⁷ Depoimento de Francisco Lucrécio, em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 37).

Segundo o jornal *Fanfulla*, principal periódico da comunidade italiana, o local deveria ser valorizado pela municipalidade - e não abandonado da forma que vinha ocorrendo -, devido ao seu alto potencial por situar-se próximo ao centro, além de contar com belos “pequenos palacetes”, com um dos melhores institutos de educação da cidade e ser um ambiente de “ar balsâmico”, algo incomum em outras regiões. As ruas, porém, eram esburacadas e de difícil circulação, principalmente para automóveis. A presença imigrante é destacada pelo jornal, que afirmava que “o pequeno comércio, sem exceção, está nas mãos de nossos compatriotas e isso basta para dar ao ambiente aquele ar de festa e de alegria”.⁹⁸

Além de Lucrécio, vários foram os militantes negros que moraram no Bexiga, como Jayme de Aguiar, José Correia Leite e Marcelo Orlando Ribeiro.⁹⁹ Todos relatam relações com os italianos e, em menor medida, com os portugueses. Lucrécio comentava que “quando cheguei em São Paulo, eu estranhei porque a colônia italiana era forte no Bexiga, mas o que eu notei foi que os italianos não hostilizavam negro, se davam bem, jogavam futebol juntos e contavam histórias nas ruas, de noite, embaixo dos lampiões”.¹⁰⁰ Casamentos entre os dois grupos também existiam, ainda que mais raros.¹⁰¹ Conforme propôs o historiador Amailton Azevedo (2006, p. 74):

O samba dos afrodescendentes e a comida dos italianos, ao que parece, eram os signos pelos quais se estabelecia uma política de coexistência cultural. Coexistência essa motivada, sobretudo, pela festa e pela alegria. [...] O papel de imigrantes italianos foi marcante na organização do samba e do carnaval em São Paulo, pois quase nunca se recusavam a participar do samba, seja cantando, dançando, contribuindo financeiramente com os cordões carnavalescos e até mesmo ajudando a arrecadar fundos.¹⁰²

Esses registros vão ao encontro do depoimento do calabrês José Scaramuzza, filho de alfaiate, morador do bairro desde que tinha um ano de idade, em 1890. Ele contou que teve contato com os negros principalmente nas festividades do 13 de maio, na rua que ficou batizada

⁹⁸ DA S. PAULO a S. Paulo e vice-versa - Campos da Bela Vista (A Bexiga) - L’Ospedale Italiano. **Fanfulla**, São Paulo, 25/04/1899 (PINHEIRO; HALL, 1982, p.26-28).

⁹⁹ Depoimentos de José Correia Leite (CUTI; LEITE, 2007, p. 23, 26) e Marcello Orlando Ribeiro (BARBOSA, 1998, p.95).

¹⁰⁰ Depoimento de Francisco Lucrécio, em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 36-37).

¹⁰¹ Os militantes relembram a existência de negros com sobrenomes italianos construindo a Frente Negra Brasileira (BARBOSA, 1998, p. 95-97), bem como o historiador Amailton Azevedo (2006, p. 74), que enfatiza essa integração, identificando o relacionamento interétnico entre o italiano Francisco Papa e Dona Eunice, fundadora da escola de samba do Lavapés. Para José Correia Leite (2007, p. 24), porém, a ligação de mulher negra com o brasileiro branco ou português foi até recorrente, mas com o italiano não.

¹⁰² Francisco Lucrécio, no entanto, chegou à cidade após a Revolução de 1930 e teve uma percepção mais amena da relação com os estrangeiros, quando estes estavam mais integrados. Geraldo Filme também teve sua experiência mais marcada na década de 1940. Conforme abordarei no capítulo 3, a relação durante as décadas mais imediatas do pós-abolição também foi repleta de conflito e a experiência de outros afrodescendentes – como Leite e os escritores da imprensa negra, em geral - com os imigrantes não foi tão pacífica quanto esses relatos transparecem.

com essa data. Segundo ele, “os moradores italianos do bairro prestigiavam a festa, colocando mesinhas na calçada, com comida e bebida para os foliões. Era uma mistura de fogazza e batuque”, pois “os italianos do sul também gostavam de festa” (ROLNIK, 1997, p. 84). A Igreja de Nossa Senhora da Achiropita, construída em 1926 naquela mesma rua, constituiu-se como importante marco de sociabilidade e religiosidade da comunidade italiana. Nas comemorações da igreja, tradicionalmente no mês de agosto, também aconteciam sambas que reuniam gente de todo o bairro (AZEVEDO, 2006, p. 148).

Outro território híbrido marcado com os traços de sociabilidades e culturas negras mas também estrangeiras foi a Barra Funda. Segundo Rolnik (2017, p. 203), no início do século XX aquele era o local “mais caracteristicamente negro de São Paulo. Suas habitações coletivas abrigavam várias tias africanas com seus clãs, que praticavam o jongo, a macumba ou o samba de roda como extensão da própria vida familiar”, além de serem sede de muitos cordões carnavalescos e consideradas berço do samba paulista (SILVA, 2018, p. 57). Segundo o historiador José Carlos Gomes da Silva, mulheres como Tia Olímpia, “uma das tias africanas mais populares na Barra Funda”, foram “fundamentais no sentido de assegurar nos espaços coletivos dos terreiros, porões e cortiços a continuidade das trocas culturais e simbólicas no interior do grupo” (SILVA, 1990, p. 52).

A linha férrea e os armazéns do entorno do bairro eram elementos atrativos a essas populações, em busca de trabalho como carregadores das mercadorias nos trens, principalmente no extinto Largo da Banana.¹⁰³ A chegada das locomotivas cheias de café e outras produções do interior paulista exigiam mão de obra braçal para transportar os estoques - o que coube aos homens negros. Enquanto isso, as mulheres negras empregavam-se em casas nobres na Santa Cecília e no Higienópolis. Assim, a região da Barra Funda constituiu-se um atrativo para classes populares nas oportunidades de trabalho (SILVA, 1990, p. 54), e italianizava-se rapidamente com a imigração em massa. Segundo um italiano entrevistado por Silva (1990, p. 67), “não havia animosidade entre negros e brancos nem harmonia, os dois grupos se toleravam”.

Em termos de infraestrutura, a situação do local era alarmante. O *Fanfulla* escreveu uma série de artigos sobre os bairros da cidade, em tom um tanto quanto moralista, lamentando as condições precárias a que estavam sujeitos seus compatriotas pobres. Um dos textos trata justamente da Barra Funda, destacando seu caráter alagadiço e repleto de barro, devido à proximidade das margens do Tietê:

¹⁰³ A importância do Largo da Banana para a população negra na Barra Funda é ímpar, tanto como local de trabalho quanto como ponto de congregação para as festas, sambas e lazer, em geral. Para aprofundamento nos significados desse território, ver a tese de José Carlos Gomes da Silva (1990), principalmente o primeiro capítulo.

Na Barra Funda, ao invés, falta tudo. Até nas ruas principais não há um metro de calçamento, nem um palmo de calçada, nem um conduto subterrâneo, nem, enfim, um cano para água corrente que não esteja roto. [...] o ar se torna pestilento e as febres dominam. A água que se bebe é impura e tem uma cor amarelada. Existem várias fábricas. [...] Existem quatro escolas italianas para ambos os sexos. A Barra Funda entretanto, embora habitada em grande parte por italianos, fortes e honestos trabalhadores, não têm em geral aspecto atraente.¹⁰⁴

Junto com a descrição, era comum que o *Fanfulla* criticasse as gestões municipais por embelezar o centro, mas não ter nenhum projeto habitacional para os operários (SILVA, 1990, p. 49). Na mesma série de artigos, o *Fanfulla* descreveu o Brás, também enfatizando as precariedades infraestruturais. Conforme a descrição do jornal, o bairro era “uma fonte de riqueza, pelos seus depósitos, pelas suas fábricas, pelas suas indústrias, por sua importância comercial”, mas, por outro lado, tinha “as ruas feias, cheias de lama, sujas, fétidas, impraticáveis”. Algumas das ruas principais, como a do Gasômetro, das mais frequentadas da cidade, estavam “cheias de poças, fossas e precipícios de todo gênero”. Por tudo isso, se tinha no Brás “sede pestilente endêmica, a escarlatina, a varíola, as febres palustres, as febres tifóides e vários outros benefícios do Senhor”.¹⁰⁵

Importante esclarecer que não devemos imaginar as tais “fábricas” do período como grandes indústrias, repletas de máquinas movidas à eletricidade e com muitos operários trabalhando. O cenário daquele contexto era de uma industrialização incipiente, dispersa, em que era possível encontrar “galpões atijolados emparelhados às casinhas nos distritos populares” perto das linhas férreas, frequentemente com ligação direta para estas no fundo. Por vezes surgia “uma pesada e característica fachada de fábrica ou, então, de pequenas oficinas e fabriquetas”, no máximo de médio porte, muitas vezes de caráter doméstico e artesanal, que empregavam em torno de cinco trabalhadores.¹⁰⁶ As fábricas um pouco maiores eram como lampejos da modernidade capitalista rodeados por “vegetação de sítios e roças, o terreno salpicado aqui e ali de casas operárias e camponesas”, numa espécie de hibridização entre o rural e o urbano (WISSENBACH, 2018, p. 101-102).

O Brás logo tornou-se o bairro mais marcadamente estrangeiro da cidade, habitado pelos imigrantes “principalmente os oriundos da Itália meridional e, mais tarde, por espanhóis, que se localizaram nas ruas Caetano Pinto, Carneiro Leão, Gasômetro e no velho Beco do Lucas”. Ali estabeleceram-se muitas de suas sociedades beneficentes, mercados, bandas e fanfarras,

¹⁰⁴ DA S. PAULO a S. Paulo e vice-versa - A Barra Funda. **Fanfulla**, São Paulo, 16/03/1899 (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 23-24).

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Segundo Rolnik (1997, p. 78), ainda em 1920 o setor têxtil era o único que podia ser considerado realmente industrial, com grande número de trabalhadores, energia elétrica e alto grau de mecanização.

além de um “carnaval monumental”, cujos carros alegóricos partiam desde o Parque D. Pedro II, conforme as descrições de Jacob Penteadó (1962, p. 57, 60-61). Vale apontar que a região encontrava-se fora da lei urbanística,¹⁰⁷ o que evidencia como os imigrantes pobres também eram deixados à margem pelas políticas das classes dominantes (ROLNIK, 1997, p. 77).

Ao contrário da descrição do *Fanfulla*, alguns imigrantes que viveram lá guardaram lembranças diferentes e sublinharam aspectos positivo e, principalmente, a respeito da chegada de infraestrutura na região. A italiana D. Carmen relembrou a existência dos cortiços, mas fez questão de marcar que “o Brás era muito bom, tinha lojas, alfaiatarias, confeitarias” e até cinema, além da Hospedaria dos Imigrantes e do carnaval que ocorria no Largo da Concórdia, na Rangel Pestana. Segundo outras italianas, a festa durava até duas horas da madrugada, recebia gente dos bairros adjacentes e “era o [carnaval] mais alegre, era o nosso carnaval, falava-se o italiano. Era o carnaval da gente” (BERNARDO, 1998, p. 75, 87).

Porém, a vivência no bairro também era dos afrodescendentes. Algumas idosas negras entrevistadas por Teresinha Bernardo (1998, p. 52-53) fizeram questão de lembrar sobre os cortiços e o carnaval do Brás. Sobre este último, a autora comenta com certa surpresa que, apesar de a festa acontecer de forma marcante em outros bairros onde aquelas senhoras moravam - como Bexiga, Pinheiros, Barra Funda e Freguesia do Ó - “é o carnaval do Brás o mais recorrente na memória delas”. Raramente os pesquisadores incluíram os sujeitos negros no carnaval daquele território, pensado como uma festa do imigrante europeu, mas, segundo aquelas idosas, “no carnaval do Brás, às vezes, até se via negro pulando com italiano”.

O caso do Belenzinho, narrado pelo cronista Jacob Penteadó (1962) a partir do cotidiano dos operários - ocupação profissional de sua mãe e dele próprio quando criança -, também é significativo. Ali conviviam fábricas de vidro, vilas operárias que eram “verdadeiras pequenas cidades industriais”, chácaras, sítios e vazios. Em sua narrativa, Penteadó marcou também os “tipos populares” que viviam e trabalhavam ali, pintando um cenário de mosaico multiétnico: “havia o Prajá, um velho caboclo”, “a preta Bernardina”, que “dormia nos casebres do preto Barnabé, na Rua Conselheiro Cotegipe”, o “velho Mundo, um italiano que rachava lenha a domicílio” e morava em cortiço, um outro italiano que era uma espécie de pizzaiolo itinerante “que trazia as pizzas numa enorme lata redonda”, o pipoqueiro era “um negro retinto, que usava bigode e falava fino”, havia “os típicos vendedores ambulantes”, cujas inúmeras mercadorias e nacionalidades também são mencionadas, incluindo “vendedores de leite de vaca ou de cabra com os animais puxados por uma corda”, e os espanhóis que “constituíam uma fauna a parte.

¹⁰⁷ Até pelo menos 1920, para termos de alvarás e controle da oficialidade, o distrito do Brás também incorporava as regiões da Mooca e Belenzinho (ROLNIK, 1997, p. 77).

Quando não vendiam bilhetes, apareciam comprando ferro velho, garrafas, sacos vazios, chumbo, metal e cobre”, além de “cegos portugueses, tocando guitarra e cantando as mais tristes canções de sua terra” (PENTEADO, 1962, p. 226-232).

Sobre a presença da população negra naquele local, o cronista conta que “todos os anos, os moradores das ruas Conselheiro Cotegipe, Dr. Clementino e Passos, aguardavam, com justificado aborrecimento, o dia em que se comemorava a Lei Áurea, ou seja, o 13 de maio, que então, era feriado nacional” (PENTEADO, 1962, p. 215-220). Na véspera daquele dia, os negros que habitavam as ruas no bairro armavam uma grande festa com samba e outras manifestações culturais que varava a madrugada: “à boca da noite, começavam a chegar negros que nem formiga. Vinham sozinhos ou em magotes, todos empurrando os mais variados instrumentos”. O autor claramente se incomodava com o evento - bem como, provavelmente, os demais habitantes do bairro que não se identificavam com a festa dos negros -, e o descreve na crônica de forma extremamente pejorativa e racista.

Finalmente, vale uma menção à Liberdade, mais um dos bairros que, apesar de ter sido bastante habitado por italianos e outros europeus no início do século XX e ser uma região negra desde os tempos coloniais, foi vinculada na memória paulistana aos imigrantes orientais, sobretudo os japoneses. A história do território, inicialmente conhecido apenas como “Sul da Sé”, tem ligação com a vivência nos arredores do centro antigo, o abastecimento de água nos rios e bicas, além dos ranchos para pouso de tropeiros. Também foi marcada pelo primeiro cemitério da cidade, fundado em 1774 - que abrigava mortos negros, indígenas e animais -, e a Capela dos Aflitos, além da construção da forca, no mesmo período, que estabeleceu a região como local de punição dos escravizados, criminosos e “indigentes”. A referida capela sempre foi local de culto da população africana e afro-brasileira, bem como todo o território era habitado por esse grupo (SEVCENKO, 2004, p. 19-21).

No século XIX, ocorreu o famoso episódio do condenado Chaguinhas, marinheiro negro que liderou uma revolta em Santos: ao tentarem executá-lo na forca, a corda arrebentou três vezes. Apesar de o feito ter sido considerado milagre pela população que assistia ao episódio, ele foi executado de outra forma, mas a história forneceu subsídio para a narrativa do futuro nome da região como “Liberdade”. Chaguinhas foi beatificado e o local passou a receber peregrinações (SEVCENKO, 2004, p. 19-21). Posteriormente, já em fins daquele século, deu-se a remoção da forca e a construção da Capela da Santa Cruz das Almas Enforcadas, surgida “por iniciativa de um preto de nome Olegário”, segundo relatos da imprensa negra.¹⁰⁸

¹⁰⁸ NO TEMPO da forca. *Progresso*, São Paulo, 20/04/1930, p. 3.

Importantes locais de associativismo negro foram estabelecidos na região, como o *Centro Cívico Palmares* (CCP), na Rua Lavapés (mais próximo ao Cambuci) e a segunda sede da FNB, na própria Avenida da Liberdade, onde hoje é a Casa de Portugal. Cordões, blocos e escolas de samba também povoaram o território.

Outros bairros poderiam ser trabalhados em detalhe e, na mesma chave, destacar as presenças plurais dos grupos étnicos. Faço menção ao Ipiranga e à Mooca, duas regiões de fábricas, além da Casa Verde, espaço mais afastado, mas que teve grande presença negra desde aquele período. Entretanto, o intuito não é fazer uma descrição exaustiva da cidade, mas sinalizar a convivência multiétnica nos bairros populares, sublinhando as trocas e relações entre afro-brasileiros e imigrantes em tais espaços.

Devido à questão de classe, esses sujeitos experienciaram alguns aspectos semelhantes em um cotidiano bastante coercitivo como era (e ainda é) o da Pauliceia. Jayme de Aguiar, no mesmo artigo em que havia descrito como o progresso avançava pela cidade, notou também a outra face da moeda, a contrapartida inevitável da modernização capitalista.¹⁰⁹ Segundo ele,

O pobre trabalhador já não pode morar perto da cidade; vive lutando sempre para manter a sua família. O salário que recebe em pagamento do seu árduo trabalho poderia chegar para manter a sua prole; mas, devido serem aumentados de momento em momento os gêneros de primeira necessidade, tudo lhe chega às mãos por elevados. O dono da casa em que mora, sem compaixão lhe aumenta o aluguel. Tudo lhe torna difícil; e assim vai o pobre trabalhador lutando com mil dificuldades. De nada lhe vale um aumento no salário porque tudo quanto necessita para a vida lhe é aumentado. [...]

Feliz daquele que tem a sua casa; porque não padecerá tanto como os que a não tem. De que modo poderemos viver nestes tempos a não ser morando em casas mal acomodadas e sujeitando-nos às irregularidades do proprietário inconsciente? [...]

É justo que se diga que, nestes tempos não se consegue enriquecer com o simples trabalho honesto; devido às dificuldades que ora se nos apresentam; porquanto, a riqueza depende também da sorte.¹¹⁰

Poucos meses depois, o mesmo autor, novamente por meio de seu pseudônimo Moysés Cintra, descrevia que entre a população negra “uns vivem sem moradia, dormem em albergues, casebres e outros lugares horríveis; outros, são perseguidos pela polícia, e morrem muitas vezes nos hospitais”.¹¹¹ Tais queixas sobre a precariedade estrutural do viver em São Paulo povoaram as análises sociais nas páginas dos jornais negros, mas também eram denunciadas nos periódicos das colônias imigrantes e dos operários organizados. Em *A Obra*, o militante Alfio Tomasini, provavelmente um italiano, narra que após a Primeira Guerra Mundial a situação dos

¹⁰⁹ Retomar p. 75-76.

¹¹⁰ CINTRA, M. A vida. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 12/10/1924, p. 2.

¹¹¹ CINTRA, M. De que necessitamos. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 22/06/1924, p. 1-2.

trabalhadores vinha piorando sistematicamente. Os elementos que o articulista destaca são similares aos do relato de Aguiar/Cintra, inclusive o congelamento dos salários:

O custo da vida [antes da guerra] era relativamente favorável, em relação ao de hoje. [...] depois de cinco anos ou mais em que os gêneros, o vestuário e o alojamento vieram sofrendo constantes encarecimentos, chegando [ao] excesso, à exorbitância, sendo os salários os mesmo de então! O aluguel da casa atingiu um preço fabuloso, os gêneros conseguem-se por preço exorbitante, e são de péssima qualidade; o preço do vestuário triplicou, e é de ínfima espécie; o calçado é caríssimo. É indispensável revelar também que nós não podemos, como não pode o operário habitar uma baiuca; [...] somos roubados pelos proprietários das casas, pelos açambarcadores de gêneros.¹¹²

Ao longo daquela década, os jornais negros apontaram a mesma carestia gerada pela guerra. Já em 1929, em publicação do *Progresso*, tem-se a evidência de que o preço dos alimentos jamais retornou a patamares minimamente razoáveis na Primeira República. Os autores comentavam que as feiras livres de rua haviam sido criadas como forma de “baratear a vida, que depois da guerra, subiu mais do que o prédio Martinelli”, mas não pareciam estar cumprindo seu propósito, pois os gêneros alimentícios continuavam caros, como se fossem importados do exterior.¹¹³

Tal situação era agravada pelos constantes açambarcamentos - quando os proprietários monopolizam um tipo de mercadoria e aumentam o preço ou quando estocam para gerar falta no mercado e aumentar o preço artificialmente -, a falsificação e o envenenamento dos alimentos. No contexto da greve geral de 1917, os trabalhadores abordavam a questão, explicando que

os roubadores e intermediários escondem as utilidades para elevar-lhes o preço e isso determina a fome e a fome determina a revolta. A firma Matarazzo, em S. Paulo, é uma das grandes açambarcadoras que compraram as colheitas de Minas, S. Paulo e Rio para, pelo monopólio, determinarem o preço.¹¹⁴

Nas reivindicações do movimento, colocavam como condição que os salários aumentassem e os preços dos alimentos estagnassem e mesmo baratassem, para que houvesse ganho real e melhoria de vida para os trabalhadores, além de quebrar a lógica dos açambarcadores. Propunham também que fossem tomadas medidas pelo governo para conter a adulteração e falsificação dos alimentos. Nos próprios jornais operários é possível identificar a persistência do problema pois, alguns anos depois, *A Obra* lançou uma coluna em que o Dr. Alberico Roth, diretor do Laboratório de Medicina Homeopática, explicava como os

¹¹² TOMASINI, A. Os empregados do comércio e da indústria. *A Obra*, São Paulo, 13/05/1920, p. 6.

¹¹³ SEM TÍTULO. *Progresso*, São Paulo, 26/09/1929, p. 1.

¹¹⁴ UM COMITÊ dos operários e soldados do Brasil; O QUE reclamam os operários. *A Plebe*, São Paulo, 21/07/1917, p. 3.

trabalhadores poderiam identificar, com instrumentos domésticos e métodos práticos, os alimentos adulterados do mercado, uma vez que a fiscalização era correntemente fraudada.¹¹⁵

Além dos alimentos, talvez um dos problemas mais graves pelos quais passavam as classes populares de São Paulo - e que apareceram esboçados nos trechos de jornais há pouco citados - era de moradia. O cortiço foi a habitação mais antiga e comum dos trabalhadores em São Paulo, durante boa parte dos últimos dois séculos (KOWARICK; ANT, 1994, p. 73). São caracterizados como habitações coletivas, formadas pela divisão de um lote de terreno em inúmeros quartos, onde, em geral, as famílias e indivíduos se sobrepõem em cômodos e dividem banheiro, torneiras, tanques e outras áreas comuns. Geralmente são considerados locais insalubres e não-higiênicos, com seus quartos pouco arejados, apertados e superlotados (KOWARICK; ANT, 1994, p. 86).

Nas últimas décadas do XIX e no início do XX, houve iniciativa das gestões políticas para desencortiçar o centro da cidade, na lógica do embelezamento e modernização já comentada. As legislações municipais de 1886 estipulavam a proibição de construção de cortiços, casas de operários e cubículos no perímetro comercial (SEGAWA, 2004, p. 352). Essas operações urbanísticas até certo ponto foram um dos fatores que espalharam as classes populares para os outros bairros da cidade, e os cortiços proliferaram basicamente em todos eles, agregando todo o tipo de trabalhador, desde os imigrantes de diferentes nacionalidades até mestiços, caboclos, ex-escravos e afrodescendentes (BARBOSA, 2008, p. 96).

Porém, mesmo nas regiões próximas ao centro velho, como a Santa Efigênia, os cortiços continuaram marcando presença significativa. Uma publicação do *Fanfulla* estimou que um terço das habitações de São Paulo ainda eram desse tipo em 1904.¹¹⁶ Segundo Segawa (2004, p. 352), “nenhuma legislação foi capaz de disciplinar a localização e a qualidade das habitações operárias ante a tática de sobrevivência das camadas de baixa renda da crescente população paulistana”, fato comprovado pelas constantes queixas em artigos daquele mesmo jornal em anos subsequentes. Em 1913, o articulista do jornal lamentava que “a capital não tem casas suficientes para abrigar a população pobre e o proletariado” e, em decorrência disso, o centro ia ficando belo e os bairros populares continuavam os mesmos de 10 anos antes, cheios de cortiços, consideradas por ele como habitações tradicionais do Brasil e mesmo da América Latina.¹¹⁷ Tempos depois, em 1934, o estudo de Oscar Egídio de Araújo (1940, p. 228) trouxe

¹¹⁵ A primeira publicação dessa coluna é: ROTH, Dr. A. Ressurreição physica. Hygiene e chimica popular. **A Obra**, São Paulo, 03/06/1920, p. 9.

¹¹⁶ CRONACA il “cortiço”. *Fanfulla*, São Paulo, 11/10/1904, p. 2.

¹¹⁷ IL PROBLEMA dell’abitazione: i “cortiços”. *Fanfulla*, São Paulo, 03/04/1913 (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 96-99).

a mesma e persistente conclusão, ou seja, em todos os bairros populares “a forma de habitação predominante era o cortiço”.

As análises de sociólogos como Kowarick e Ant (1994, p. 75-80) apontam que os cortiços tornaram-se elementos indissociáveis da sociedade industrial em formação, essenciais para que o capitalismo se desenvolvesse, uma vez que tais habitações tornavam viável a manutenção do baixíssimo custo da mão de obra. Segundo os autores, “periferizar os trabalhadores se mostrava impraticável devido à pauperização reinante e à extremamente longa jornada de trabalho”, além de ser impossível devido à inexistência de infraestrutura de mobilidade nos subúrbios e pelo tempo (e dinheiro) que seria gasto no traslado de longa distância. Portanto, era necessário que os trabalhadores residissem próximo às fábricas, fator que levou pequenos, grandes e médios proprietários de imóveis a explorar também os cortiços e as moradias populares como forma de obter lucro extra.

Após a epidemia de febre amarela que atingiu São Paulo nos primeiros anos da década de 1890, a preocupação higienista dos dirigentes da cidade levou à criação de uma comissão de inspeção nas habitações populares, para que fossem impostas necessidades de melhorias aos proprietários para que novos surtos de doenças fossem evitados. Entre as recomendações que apareciam com frequência estavam o aumento do pé direito, a cimentação ou o aumento da área de alguns cômodos, a limitação de moradores, a construção ou reforma de latrinas, entre outras. Para alguns, era pedida interdição ou demolição.¹¹⁸

Em um período em que aumentavam as medidas higienistas e sanitaristas, além da vigilância sobre as classes pobres, os cortiços se tornaram alvo de intensa fiscalização das autoridades, como artifício para disciplinar e controlar os indivíduos. As moradias coletivas passaram a ter frequentemente a vigilância da polícia, que acompanhava a entrada e saída dos moradores (REGO, 2018, p. 150), afinal, eles eram componentes das classes perigosas.

Os escritos de operários, imigrantes e negros, sempre destacaram a insalubridade e a necessidade de luta por moradias melhores. Não era raro que esses articulistas emitissem discursos muito parecidos com a lógica hegemônica, vinculando não só a habitação, mas também seus moradores à sujeira, doença e promiscuidade. Um exemplo é o depoimento do italiano Fra Ghiego no periódico *La Battaglia*, em que compara a vida nos cortiços com o modelo de moradia ideal, a unidade familiar higiênica:

¹¹⁸ CORTIÇOS de Sta.Ifígenia: sanitarismo e urbanização. Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Districto de Sta. Ephigenia ao Secretário de Negócios do Interior, Cesário Mota, 1893. Documento aberto para consulta no acervo digital do APESP ([link](#) na bibliografia).

Na Europa toda família operária tem sua modesta casinha (alugada, se entende) composta de, pelo menos, três cômodos feitos de pedras ou de tijolos, coberta por um sólido teto, discretamente limpa e arejada e por cujas paredes não entram, inoportunamente, ar, chuva e vento. Aqui, nas várzeas do Brás, do Cambuci, da Barra Funda, do Bom Retiro e nos bairros populares, se comprime na mais horrível promiscuidade de sexos e de idade, um gado humano no meio do qual não se descobrem mais distinções de família, de nacionalidade ou de raça [...] famílias inteiras, de sete ou oito pessoas, vivem num quarto que serve ao mesmo tempo de dormitório, de sala de visitas e de cozinha. Ali dentro se sufoca, se embrutece, se morre!¹¹⁹

Para além do juízo moral do autor, é possível identificar a heterogeneidade das classes populares aglomeradas no cortiço, o que converge com um relato de fiscalização policial datado de 1888, coletado por Yracê Rego (2018), em que composições bem diferentes de “famílias” estavam reunidas: em um cortiço de quatro quartos habitavam 13 moradores, sendo três menores, a proprietária, um doente e seis trabalhadoras domésticas; outro de 37 quartos abrigava 124 indivíduos, todos imigrantes, quase metade crianças. As entrevistadas negras de Teresinha Bernardo (1998, p. 46, 58, 91) relataram vivências em cortiços, bem como uma de suas entrevistadas italianas.

Relatos da imprensa negra também enfatizaram o caráter insalubre daquelas habitações de “acanhados cubículos das misérrimas moradias nos cantos da cidade. [...] Cortiços, onde milhares de vítimas passam os dias envergonhados de suas fraquezas”.¹²⁰ Em 1929, a leitura do *Progresso* nos permite evidenciar o quanto esse tipo de moradia ainda era corriqueiro em São Paulo, apesar do tom moralizante e higienista que lembra bastante o texto anterior do jornal italiano:

Assim como no Rio de Janeiro teve e ainda tem suas favelas, São Paulo conserva no meio do rápido desenvolvimento da sua expansão urbanista, núcleos bárbaros, ou antes, quase selvagens de uma vida que contrasta como frisante anacronismo com o progresso da capital paulista. São os cortiços. Trata-se de habitações ainda mais rudimentares e menos compatíveis com qualquer forma de vida civilizada do que os casebres análogos que sobrevivem no Rio de Janeiro.¹²¹

O artigo ainda ilumina a continuação da guerra entre as reformas urbanas e as classes populares, com a dinâmica de expulsão das famílias pobres do centro funcionando ainda a todo vapor no final da década de 1920: “Agora para a abertura da Avenida S. João, a Prefeitura demoliu o Trezentos, o mais célebre ‘cortiço’ da capital, acabando, assim, com a mais feia mácula que destoava do progresso da beleza do moderno S. Paulo”.¹²² Impossível não relacionar tal episódio com o da demolição do cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro, sob

¹¹⁹ FRA GHIEGO. *La Battaglia*, São Paulo, 09/1910 (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 53-54).

¹²⁰ MORAES, G. Dominicaes. *O Clarim d’ Alvorada*, São Paulo, 25/04/1926, p. 1.

¹²¹ CORTIÇOS - Favelas Paulistanas. *Progresso*, São Paulo, 24/11/1929, p. 5.

¹²² Ibidem.

administração de Barata Ribeiro. Lá, as pessoas desalojadas se espalharam pelos morros, construindo barracões com os escombros do próprio cortiço, dando origem ao início do processo de favelização na então capital do país (MARTINS, 1998).

Segundo o autor do artigo no *Progresso*, que optou por não se identificar, “os ‘cortiços’ são focos de moléstias epidêmicas e relevante foi por certo o seu papel nas recentes incursões da pandemia gripal, que tanto mal fizeram a S. Paulo”.¹²³ Ele fazia referência à gripe espanhola que acometeu a Pauliceia entre 1918 e 1919 e deixou inúmeros mortos em valas coletivas (SEVCENKO, 2014, p. 24-25). Pouco mais de dez anos depois, a história ainda se repetia, desta vez com o tifo exantemático, doença bacteriana transmitida por piolhos, pulgas e insetos:

Nos últimos dias do mês pretérito, apareceram nesta capital, alguns casos do typho exanthematico. A terrível e contagiosa moléstia, felizmente, foi jugulada em tempo pelo Serviço Sanitário. Nas habitações coletivas, de que S. Paulo é farta, é que costuma ter início aquele mortífero mal, que não encontrará campo propício, aonde as mais mezinhas prescrições de higiene, sejam cumpridas à risca.¹²⁴

Jornais da esquerda organizada faziam a mesma ligação entre as condições de moradia e as doenças: “se a habitação operária é um antro lúgubre, onde as trevas e a umidade operam milagres como é possível a vida e a saúde?”. Geralmente, seus argumentos identificavam que a única forma de resolver o problema das doenças e da saúde na cidade seria resolvendo os problemas socioeconômicos, sua causa última. A solução viria, portanto, no terreno da disputa de classes: “Urge, pois, aplicar a profilaxia política, e econômica, isto é, combater a bubônica social, para tornar efetivo o desaparecimento da bubônica física.”¹²⁵

Apesar dos discursos sobre a suposta barbárie dos moradores de cortiço e outras habitações populares, a vivência daqueles sujeitos pode revelar outras formas de privacidade e de lares possíveis - experiências que levam em conta a coletividade, ao contrário da privacidade burguesa. Sem negar que o cotidiano nessas habitações era marcado por tensões e conflitos, tanto pela dificuldade social e econômica daquelas pessoas, quanto da proximidade entre uns e outros, Wissenbach (2018, p. 93-94) apontou que nelas havia espaço para outras formas de privacidade e lar, que extrapolavam o âmbito dos cômodos, fundindo-se às ruas e calçadas:

o quintal coletivo, para onde davam as portas e janelas, onde se localizavam os tachos, as tábuas de bater e os aparadores de folhas de zinco para o trato das roupas, era o local onde se compartilhavam aflições, do cuidado das crianças e dos ensinamentos passados de geração em geração.

¹²³ CORTIÇOS - Favelas Paulistanas. **Progresso**, São Paulo, 24/11/1929, p. 5.

¹²⁴ TYPHO Exanthematico. **Progresso**, São Paulo, 31/12/1929, p. 2.

¹²⁵ CARVALHO, F. A bubônica physica é uma consequência da bubônica social. **A Obra**, São Paulo, 10/06/1920, p. 6.

Mais do que isso, sujeitos de diferentes procedências, falantes de diversas línguas, praticantes de muitas religiões, poderiam se ajudar nas difíceis tarefas do cotidiano. Dona Flora, uma idosa negra, relatou à pesquisadora Teresinha Bernardo (1998, p. 58) que nunca lhe faltou quem cuidasse de suas crianças nos horários de trabalho. Já o *Fanfulla*, em um artigo sobre a vida nos cortiços do Brás, deixa transparecer a solidariedade das ditas classes perigosas quando se tratava de driblar ou enfrentar a ordem. Segundo o jornalista, o cortiço investigado era habitado por uma população heterogênea, com uma “multidão de crianças, brancas, pretas, mulatas”. Um morador entrevistado, descrito apenas como “um mulato barrigudo”, contava que os aluguéis na cidade mais que dobraram no período e, portanto, a procura por cômodos no cortiço era enorme, “quando vaga um cômodo, não fica nem dois dias vazio”. Para uma habitação superlotada como era aquela, o morador considerava que a mortalidade era baixa, embora no último mês, “um dos piores”, tivessem morrido cinco pessoas. Ainda que o entrevistado admitisse que havia rixas entre os moradores de um cortiço com os de outros, além de tensionamentos entre os moradores do mesmo cortiço, ele relatou um caso de solidariedade significativo, quando houve uma batida policial na rua. Os moradores basicamente expulsaram os agentes da polícia e, por isso, “nestes arredores não se enxerga nem sombra de policial”.¹²⁶

Com o avançar dos anos na Primeira República, junto com o preço dos alimentos, o preço dos aluguéis também subiam e tornavam ainda mais excludente o morar na cidade. O crescimento demográfico, sempre impulsionado pelas levas de migrações e imigrações, era maior do que a expansão das ofertas de habitações e isso, evidentemente, beneficiava os proprietários. Um relatório do Estado apontava o problema: ou o operário comia pouco e mal, ou morava em cortiço. As vilas operárias eram poucas e as casas higiênicas, unifamiliares, tinham aluguel caro.¹²⁷ Os relatores identificavam o problema na sanha de lucro dos capitalistas imobiliários, que não queriam fazer preços acessíveis, mesmo com benefícios estatais, como isenções. O parecer propunha que a questão da moradia tinha duas faces: precisava ser higiênica e barata. Em São Paulo se verificava casas insalubres e caras, com o aluguel absorvendo boa parte dos ganhos da família.¹²⁸

¹²⁶ IL PROBLEMA dell’abitazione: i “cortiços”. *Fanfulla*, São Paulo, 03/04/1913 (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 96-99).

¹²⁷ As vilas operárias são definidas como cidadelas edificadas pela própria fábrica, onde os patrões acabam por controlar rigidamente o trabalhador. Esse modelo foi raro na cidade de São Paulo - Vila Maria Zélia, de Jorge Street e Vila Clark, da Cia. de Calçados Clark, são exemplos -, mas criaram a imagem de um trabalhador ideal, domesticado pela classe dominante e ideologicamente identificado com ela. Frequentemente os moradores das vilas não aderiam às greves e nutriam pouca simpatia com os trabalhadores organizados. Era a “a fantasia burguesa de heteronomia e sujeição operária” por excelência (ROLNIK, 1994, p. 101; BLAY, 1985, p. 140-145, 149-150).

¹²⁸ **Boletim do Departamento Estadual do Trabalho**. “O problema das casas para operários”. São Paulo, 1916, p. 373-380 (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 105-108).

Anos depois desse relatório de 1916, a imprensa negra criticava o alto preço da moradia, dizendo que “os proprietários de casas de aluguel tem especulado com as propriedades as misérias da classe desprotegida da fortuna; e a coisa não é só isso: aumentam o aluguel de 40\$ para 100\$, e assim sucessivamente”.¹²⁹ Em outro caso, indicavam que os proprietários poderiam resolver o problema com a revisão de suas posturas: “Possuímos terrenos de sobra para estendermos a Piratininga por todos os lados. Nesse prolongamento acaso não ficariam bem alguns bairros com casas modestas? Pensem no assunto os nossos capitalistas”.¹³⁰ Evidentemente, de bom grado os capitalistas não tomariam atitudes desse tipo. Preferiam pedir a ordem de despejo dos inquilinos. Tanto os aumentos quanto os despejos eram arbitrários, sem regulamentação ou aviso prévio, e geraram revoltas. Conforme se queixava uma das edições do jornal libertário *A Obra*, que trazia inclusive uma ilustração de capa abordando a questão, “sem nenhum impedimento, com inteira impunidade aumentam da noite para o dia, os aluguéis, num cento por cento e, depois, que o inquilino deixe de atender a manutenção da família, e pague, se não quiser ver os seus trastes confiscados ou atirados à rua”.¹³¹

Imagem 3: Despejo de trabalhadores



Fonte: **A Obra**, São Paulo, 10/06/1920, p. 1.

¹²⁹ MATUTO. Vagando. **A Liberdade**, São Paulo, 09/05/1920, p. 1.

¹³⁰ CRISE de habitação. **Progresso**, São Paulo, 24/11/1929, p. 4.

¹³¹ EM PROL da salvação pública. Inquilinos e consumidores: é preciso organizar a revanche. **A Obra**, São Paulo, 10/06/1920, p. 12.

Juntamente às exigências de diminuição dos preços dos alimentos, a diminuição do preço dos aluguéis também foi uma das reivindicações nas greves de 1917 e 1919.¹³² Além disso, uma das ações organizadas pelos trabalhadores foi justamente a formação das Ligas de Inquilinos, “movimentos populares apoiados nas populações dos bairros operários, não se limitando aos sindicatos” (BLAY, 1985, p. 148), que propunham enfrentamento aos locatários, de modo a conquistar o barateamento dos aluguéis. Inspirados na experiência de trabalhadores argentinos que conquistaram a diminuição em 30% daquele valor, essas ligas foram organizadas em 1907, 1911-1912 e 1920 (BLAY, 1985, p. 118-121, 135-136, 146-150).

Para a população negra, ainda houve outra forma de morar muito comum, que não os cortiços - os porões das casas. Segundo José Carlos Gomes da Silva (1990, p. 50), o porão era o nível mais baixo da hierarquia habitacional da época, abaixo inclusive dos cortiços. O autor chama a atenção para as coletividades, sociabilidades e manifestações culturais que se estabeleceram ali. No caso da Barra Funda, muitas vezes os porões chegavam a abrigar mais de uma família, tornando-se de caráter coletivo, transformando-se em “vastíssimo quilombo”, “ligados e interligados, convertendo-se em intrincados labirintos subterrâneos para onde [os negros] eram impelidos pela pressão econômica e buscando apoio nas fraternidades de cor. Ali se instalaram, celebraram suas raras alegrias e carpiram tristezas muitas” (SILVA, 1990, p. 54).¹³³

Diversos ex-militantes do movimento negro do período relataram terem morado em porões ou mantido contato com amigos que viveram isso. José Correia Leite morou no porão da casa de italianos no Bexiga, lugar onde ele e Jayme de Aguiar decidiram criar aquele que se tornou o principal jornal negro da época, *O Clarim d’Alvorada* (CUTI; LEITE, 2007, p.29); Francisco Lucrécio em seu depoimento apontou que, no Bexiga e na Barra Funda, “os negros moravam em sua maioria nos cortiços, e os italianos tinham suas casas próprias, moravam em cima e alugavam os cortiços para os negros. Ali todos os casarões tinham os porões e os cortiços”.¹³⁴ Henrique Cunha também relatou que sua família “morava no porão da casa, porque negro não conseguia alugar casa de jeito nenhum”. (ROLNIK, 1997, p. 75).

Nos jornais dos militantes negros eram bastante comuns anúncios de venda de terreno nos subúrbios da cidade, em locais extremos e ainda semirrurais, como o Guapira, a Cantareira

¹³² O QUE reclamam os operários. **A Plebe**, São Paulo, 21/07/1917, p. 3.

¹³³ Longe de romantizar a vida do pobre no porão, o autor problematiza as questões sociais, mas também enfatiza a sociabilidade e cultura gerada naquele contexto, escapando da lógica de taxar tais sujeitos apenas como vítimas do sistema, em condição de anomia ou de vazio de experiência.

¹³⁴ Depoimentos de Francisco Lucrécio e Marcello Orlando Ribeiro (BARBOSA, 1998, p. 37, 95).

e a Vila Mazzei.¹³⁵ Também a FNB empreendeu uma importante campanha, comprando lotes de terrenos periféricos para doá-los aos negros, sobretudo nas regiões da Casa Verde, Vila Formosa e Bosque da Saúde, estimulando a autoconstrução das casas, com objetivo de que os negros deixassem os cortiços e porões nas regiões mais próximas ao centro (MALATIAN, 2015, p. 208).¹³⁶ Essa ação acabou integrando o processo que os pesquisadores denominaram de padrão periférico de expansão horizontal da cidade. Apesar de eliminar o gasto com aluguel e possibilitar aos pobres uma casa própria, tal expansão seguiu rumo a locais sem nenhuma infraestrutura - demanda em torno da qual as lutas urbanas se constituíram ao longo das décadas seguintes -, onde o Estado pouco se preocupou em atuar (ROLNIK, 2017, p. 33-36; 205).

Vale apontar que sobre a população negra, além das penúrias econômicas, pesava a questão racial em diferentes âmbitos da realidade, inclusive na busca por moradias, também atravessada pelo racismo. O caso mais significativo que encontrei nesse sentido foi sobre proprietários que não alugavam seus imóveis para negros, denunciados no periódico *A Liberdade*, em 1920. Segundo o articulista, Matuto,

proprietários há, como o da Villa Conde de Sarzedas, que diz ou quer banir dali o elemento de cor. Ora, alguns anos atrás, davam graças em alugar seus prédios (porões) para as cozinheiras, porque não paravam em casa e havia muitas casas para alugar; hoje esquecem que esse elemento muito ajudou a pagar as dívidas para a edificação, porque o elemento mais elevado na sociedade há bem pouco tempo não iria residir em vilas e porões; hoje, porém, que as coisas estão bicudas, não é descrédito, porque muita gente boa sujeita-se a isso pela necessidade¹³⁷

Chama a atenção no artigo o fato de que os brancos e imigrantes, descritos como “o elemento mais elevado”, pareciam se recusar a habitar os porões em períodos anteriores, mas a crise vinda do pós-guerra generalizou a precarização. Matuto aponta a hipocrisia dos proprietários que um dia precisaram do negro para bancar seus prédios, e, depois, com o aumento da procura por aluguéis, passaram a rejeitá-los como inquilinos, de forma racista.

Um último aspecto da vivência das classes populares em São Paulo que vale a pena ser comentado é a vulnerabilidade perante à violência policial. A imprensa negra e a imprensa operária fornecem relatos muito parecidos sobre a atuação arbitrária e violenta da polícia contra os pobres da cidade. Evidentemente, a ênfase dada por cada jornal é diferente, sendo que escritores negros apontam o negro como mais vulnerável às prisões e abordagens feitas pelos agentes da ordem pública, enquanto escritores operários destacam a repressão contra todo o tipo

¹³⁵ PRETO não gosta de terreno? *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 15/01/1927, p. 4.

¹³⁶ Depoimento de Francisco Lucrécio, em *Frente Negra Brasileira: Depoimentos* (BARBOSA, 1998, p. 50).

¹³⁷ MATUTO. Vagando. *A Liberdade*, São Paulo, 09/05/1920, p. 1. A rua Conde de Sarzedas situa-se entre a Sé e a Liberdade. Supondo que a vila referida por Matuto estivesse na rua de mesmo nome, é possível imaginar o episódio narrado como parte do processo de branqueamento e limpeza étnica em curso na cidade.

de associação e organização coletiva dos trabalhadores, além de destacar as investidas da ordem contra os estrangeiros, taxados como os responsáveis por quaisquer ações subversivas na cidade.

Em um periódico negro de 1919, dois artigos narram um caso em que quatro negros foram abordados arbitrariamente por policiais na volta de um enterro, recebendo voz de prisão. Em um deles, o autor D'Alencastro comenta que prisões como aquela eram “uma injustiça praticada contra homens simples e trabalhadores, contra homens de cor” e que eram “muito naturais”, ou seja, o episódio não configurava caso isolado.¹³⁸ No outro artigo, Gastão R. da Silva discorre a partir da mesma ideia, criticando a violência histórica com que os negros eram tratados, mesmo quando eram “gente vezada ao trabalho das oficinas”, e, portanto, não correspondiam à figura clássica da “vadiagem”:

os homens de cor preta nesta terra sempre foram as vítimas dos secretas e agentes da polícia. Dezenas de barbaridades estes mantenedores da ordem pública têm cometido, prendendo, esmurando os pobres homens de cor, que às vezes não tem uma pessoa que lhes possa acudir ou mesmo lavrar um protesto contra esses indivíduos bárbaros. [...] só porque se tratava de gente de cor, pobre, vezada ao trabalho das oficinas e sem relações nenhuma com a polícia. [...] Os agentes da polícia estão exorbitando dos poderes que lhes foram conferidos. As prisões sucedem-se, sem motivo algum.¹³⁹

D'Alencastro comentou também que algumas associações negras chegaram a criar um “fundo especial para socorrer os enfermos e necessitados”, mas também “aqueles que fossem encarcerados injustamente”, evidência do quanto o problema mobilizava os coletivos de afrodescendentes.¹⁴⁰ Ao encontro desses artigos, está o relato de Raul, um dos idosos entrevistados por Teresinha Bernardo (1998, p. 115), o qual declarou que “nós não podíamos nada porque não tínhamos dinheiro e porque sempre que tinha um ajuntamento de preto era visto como desordem e a polícia dava em cima”. Quando da criação da FNB e da expansão de sua atuação e seu reconhecimento na cidade na década de 1930, um ex-militante contou que se associar à instituição dava certa segurança, pois “a carteirinha da Frente intimidava até policiais. Negros sócios eram melhor tratados pela polícia”¹⁴¹.

Alguns desses “ajuntamentos” mencionados por Raul provavelmente eram as festas de associações ou membros das comunidades, em que era comum a abordagem da polícia. Em uma historieta publicada no jornal negro *O Clarim d'Alvorada* aparece o alerta de um músico ao ser contratado para tocar em um daqueles eventos: “Sebastiana, você arrume bem essa festa

¹³⁸ D'ALENCASTRO. Em ferro frio. **O Bandeirante**, São Paulo, 04/1919, p. 2.

¹³⁹ SILVA, G. R. Os agentes da polícia em ação. **O Bandeirante**, São Paulo, 04/1919, p. 2.

¹⁴⁰ D'ALENCASTRO. Em ferro frio. **O Bandeirante**, São Paulo, 04/1919, p. 2.

¹⁴¹ Depoimento de Marcello Orlando Ribeiro, em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 87).

de modo que os Homens da Lei não vá nos fazer parar no X!”. Ao que a contratante respondeu que havia convidado um capitão para a festa, subterfúgio para que nenhum incidente com a lei ocorresse.¹⁴²

Segundo o historiador Marcelo Martins (2012, p. 258), o relatório policial de 1927 registrava que “na campanha saneadora dos costumes e da moral pública, atentou-se particularmente para os chamados bailes públicos”, sendo que duzentas sociedades dançantes, “antros de desonra e perdição”, foram fechadas. Segundo consta, “não foram esquecidos também os falsos espíritas, os intrujões, os curandeiros, os charlatães, os cáftens, os cartomantes e os pederastas”. Portanto, os principais locais de aglomeração e sociabilidade das classes populares eram alvos da polícia, tanto as reuniões festivas como as religiosas.

De fato, em pesquisa de Boris Fausto (1984, p. 52-54), o número de negros presos entre 1904 e 1916 foi mais de duas vezes maior do que sua participação na população global da cidade.¹⁴³ Entre as conclusões do historiador estão a identificação do viés discriminatório nas autoridades e a vinculação entre os negros e o ócio, a vadiagem e a permissividade sexual - definições abstratas que compreendem uma gama de práticas que faziam parte das experiências de afrodescendentes e, naquele período, eram enquadradas como contravenções.¹⁴⁴ Fausto aponta também para a estigmatização do negro presente nos processos crime, sempre caracterizado de forma depreciativa, o que já os guiava para a provável incriminação. Para ele, o número maior de prisões do que de processos envolvendo negros também é indicativo de abuso das autoridades, uma vez que parte das prisões eram contravencionais, e atestam que “negros e mulatos eram ‘gente suspeita’, objeto de um controle social específico” (1984, p. 59).

Da parte do imigrante, também é clara a perseguição por parte da ordem e da polícia. Boris Fausto (1984, p. 59-62) mostrou em suas análises que este grupo também representava maior número de prisões do que sua proporção na população global da cidade, especialmente nos anos iniciais de sua presença em São Paulo. Há fartos relatos em cartas, jornais e relatórios de cônsules sobre o que consideravam uma atitude clara de afronta ao estrangeiro, dotada de preconceito. Era comum que, no contexto de manifestações anti-italianas na última década do século XIX, os relatos dos imigrantes acusassem a polícia de privilegiar os nativistas, aproveitar a ocasião para persegui-los, ou tratar suas queixas com descaso (ROVINA, 2012, p. 55).

¹⁴² BALISA, Zé. Diálogo. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 22/08/1926, p. 2.

¹⁴³ Segundo ele, os negros correspondiam a 28% da população presa e cerca de 10% da população de São Paulo.

¹⁴⁴ Marcelo Q. Martins (2012, p. 134) mostrou que a maioria das prisões na última década do século XIX na cidade não foi motivada por crimes contra pessoas ou patrimônios, mas devido a padrões de comportamento. As prisões por “vadiagem”, por exemplo, correspondiam a 27% em 1916 (p. 164).

O *Fanfulla* chegou a mencionar a atuação policial ostensiva em determinados bairros, como na Barra Funda, onde “o destacamento da polícia tornou-se famoso nestes últimos tempos pelo costume de agredir a gente do bairro”.¹⁴⁵ Parece clara a existência de um conflito latente entre os moradores e as autoridades. Nos relatos anarquistas sobre as violências policiais era comum que os abusos fossem vinculados não somente ao fato de pertencerem à classe trabalhadora, mas também por serem estrangeiros, em uma sobreposição de identidades nacionais e de classe (BIONDI, 1998, p. 136).

Maria Janine Ribeiro (1985) mostrou, a partir dos discursos do parlamento, o quanto o imigrante, ao mesmo tempo em que era desejado como mão de obra barata, tornou-se temido, sobretudo em se tratando dos que se dirigiram aos centros urbanos. Segundo a autora, havia oposição no imaginário das elites entre o estrangeiro “bom camponês” e o “vagabundo das cidades”, muitas vezes acusado de infiltrar no país as ideias subversivas do anarquismo (RIBEIRO, 1985, p. 112).

Em se tratando dos imigrantes envolvidos nos movimentos de classe, a repressão era maior, obviamente. Os conflitos são evidenciados nos escritos da imprensa operária, mas também a partir das campanhas anti-estrangeiros empreendidas pelo Estado. A própria legislação previa deportações dos contraventores que fossem estrangeiros e penas mais duras do que para nacionais. Entre os inúmeros exemplos disponíveis, cito uma edição de 1920 do periódico *A Obra*, onde era comentada a repressão ao movimento dos tecelões:

Na prática já os operários tecelões tem experimentado o garrote burguês. As suas sedes apesar, de estar a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, devidamente legalizada, foram fechadas pela polícia, durante dois meses. Centenas de homens, mulheres e menores trabalhadores foram levantados dos seus leitos e conduzidos, - muitas vezes debaixo de chanfallo [espécie de espada] - para as fábricas ou para os postos policiais. Muitos foram deportados ou confinados.¹⁴⁶

Os discursos da classe dos industriais e da própria polícia também são bons indicadores da relação direta entre imigração e movimento operário no olhar das elites e autoridades, não apenas no período inicial da imigração em massa, mas também em anos avançados da década de 1920. Greves e mobilizações eram sempre pensadas como manobra conspirativa de alguns indivíduos estrangeiros que corrompiam o espírito do trabalhador brasileiro, “inventando” e importando conflitos de classe inexistentes no país (FAUSTO, 2016, p. 262-272). Para os proprietários, o conflito era culpa da “escumalha social rejeitada pelas velhas civilizações da Europa” (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 202), e isso justificava as campanhas contra os

¹⁴⁵ DA S. PAULO a S. Paulo e vice-versa - A Barra Funda. *Fanfulla*, São Paulo, 16/03/1899 (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 23-24).

¹⁴⁶ OS OPERÁRIOS tecelões açoitados pela polícia. *A Obra*, São Paulo, 13/05/1920.

estrangeiros, as quais buscaram identificar os elementos atuantes nos movimentos e expulsá-los do país.

A experiência de ser pobre e trabalhador na São Paulo da Primeira República, portanto, reunia aspectos como moradias precárias, falta de acesso à saúde, violência policial, e poder aquisitivo real cada vez mais baixo, com o aumento de preço de todas as necessidades básicas, sobretudo dos alimentos e de vestuário. Apesar das semelhanças de classe, é evidente que a questão racial atuou sobre os negros, bem como os estigmas de estrangeiridade sobre os imigrantes, fazendo com as experiências desses grupos na Pauliceia fossem distintas – ambos experienciaram pobreza, mas não do mesmo tipo.

Na linha dos autores abordados, busquei assinalar que

ao contrário dos projetos urbanísticos característicos dessa época que tentam organizar a paisagem urbana numa imagem única, ela oferece centenas de meandros, ressurgindo multifacetada especialmente ao se levarem em conta outras estratégias de sobrevivência, outras formas de sociabilidade que não as das classes dominantes (WISSENBACH, 2018, p. 107-108).

Em todos esses territórios, os imigrantes e negros formaram suas coletividades e associações para tentar driblar ou, ao menos, amenizar esse cotidiano coercitivo. Construíram também experiências de jornais próprios, para divulgar seus eventos e demandas. Longe de pensar essas articulações como meros reflexos da estrutura social precária na cidade, é inegável que as questões urbanas, bem como a questão do trabalho, inter-relacionadas, forneceram o material para as lutas empreendidas por esses sujeitos, em coletividades e movimentos sociais - articulação que será tema do capítulo seguinte. Porém, antes de embarcar no mundo associativo desses grupos, é necessário entender, além da questão urbana, um último aspecto, chave na organização de suas vivências: o mundo do trabalho, que se reformulava no limiar do século XX a partir dos processos históricos descritos.

1.4. A formação do mercado de trabalho racializado

A partir do momento em que se configurou o excedente populacional no Estado e na cidade de São Paulo, com maciça presença imigrante, de acordo com o discurso liberal seria de se esperar uma competição capitalista pelos postos de trabalho, mediada principalmente pela qualidade técnica dos trabalhadores. Entretanto, durante seu processo de formação, o mercado de trabalho paulistano contou com uma peculiaridade: o excesso demográfico gerado pela imigração, tratado aqui nos termos de um exército de reserva de mão de obra, somou-se ao

racismo vigente nas classes dominantes paulistas - intelectuais, políticos e a burguesia, em geral -, o qual naquele contexto era emoldurado pelo *status* de ciência.

Se as teorias raciais e o desejo de recriar uma São Paulo branca não foram o motor originário das políticas de imigração, elas decerto compuseram tais projetos e foram importantes elementos para acentuar o racismo - este que teve peso determinante sobre quem seriam os trabalhadores ideais e preferidos para ocupar as melhores funções da economia. Assim, tais elementos hierarquizaram o mercado de trabalho segundo critérios racializados. Novamente será necessário recorrer a alguns dados e tabelas que atestam a predominância esmagadora dos estrangeiros e seus descendentes nas indústrias e no comércio, considerados os melhores setores para a classe trabalhadora.¹⁴⁷ Em seguida, trago alguns casos e relatos sobre o mundo do trabalho que demonstram como isso não se deu ao acaso, mas foi produto de escolhas geralmente conscientes dos empregadores e governantes, guiadas pelo imaginário racista de que o trabalhador ideal deveria ser branco e europeu.

Ainda no século XIX, os estrangeiros compunham pouco mais da metade da população da cidade (55%) e estavam super-representados em algumas das principais ocupações urbanas, correspondendo a 86% dos artistas (artesãos), 81% no setor de transportes, 79% na área manufatureira, 72% no comércio (ANDREWS, 1998, p. 111). No total, eles eram 68% dos trabalhadores empregados na cidade (BARBOSA, 2008, p. 203-204).

¹⁴⁷ Longe de querer com isso idealizar tais ocupações, entendo que a situação do trabalho industrial e as funções mais próximas do que seria um trabalho “formal” na São Paulo do período eram bastante precarizadas, com superexploração, baixa remuneração e praticamente nenhum direito ou garantia de continuidade no emprego. No entanto, é necessário perceber que esses trabalhadores vivenciaram situações um pouco melhores do que os demais. Devido a esse caráter de precariedade estrutural do mundo do trabalho paulistano da Primeira República, evitei expressões como “trabalho/mercado formal”, preferindo “trabalho flutuante, irregular, itinerante ou precário”, em contraposição à experiência do assalariamento. A ideia de um mercado de trabalho “formal”, em geral, define-se por relações mediadas por um contrato, com algum vínculo de regularidade e direitos, elementos ausentes à época e que tornam o conceito anacrônico. Ver discussão semelhante em: Barbosa (2008, p. 205-206).

Tabela 6: População da Cidade nos Setores da Economia (1893)

População da Cidade nos Setores da Economia (1893)			
Setor de Trabalho	Brasileiros	Estrangeiros	Totais
Artísticas (Artesanato)	1.481 - 14,46%	8.760 - 85,54%	10.241
Manufatureiras	774 - 21,11%	2.893 - 78,89%	3.667
Total Industrial (Artesanato + Manufatura)	2.255 - 16,21%	11.653 - 83,78%	13.908
Comércio	2.680 - 28,34%	6.776 - 71,66%	9.456
Transportes	1.998 - 18,98%	8.527 - 81,02%	3.667
Totais	6.933 - 20,46%	26.956 - 79,54%	33.889

Fonte: Relatório Apresentado ao Cidadão Dr. Cesário Motta Júnior, Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo pelo Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo Dr. Antonio de Toledo Piza, em 31/07/1894 (SANTOS, 2017, p. 48).

Para a década seguinte, as estimativas variam, mas, segundo George Reid Andrews (1998, p. 111-115), em 1902, a força de trabalho industrial na cidade era composta em mais de 90% por estrangeiros. Para o mesmo autor, nas duas primeiras décadas do século XX, considerando-se os setores de indústria e comércio, a presença imigrante dominou entre 70% e 90% dos espaços. Corroborando esses dados e entrando em setores mais específicos, Luigi Biondi (2011, p. 26-27) verificou que, em 1912, 60% dos operários da indústria têxtil, a principal do setor secundário, eram de origem italiana – independentemente de gênero e idade, pois, como vimos, a maioria era mulheres e crianças -, e 80% estrangeira. Um dado do ano seguinte informa que 80% dos trabalhadores do setor de construção eram italianos.

Sobre os trabalhadores deste último segmento, vale destacar que foram considerados por Boris Fausto (2016, p. 152-156) como uma espécie de “elite da classe trabalhadora”, que pôde aproveitar-se do crescimento urbano gerador de demanda quase constante de serviços para construção de novos prédios, vias e ferrovias. Essa categoria - que inclui pedreiros, canteiros, marmoreiros e pintores - foi uma das primeiras a conseguir a jornada de oito horas de trabalho, já em 1907, além de ganharem praticamente todas as greves que iniciaram, obtendo ajustes salariais maiores do que a média dos outros trabalhadores.

Enquanto categoria, os trabalhadores da construção civil formaram considerável cultura associativa e sindicatos coesos, eram qualificados e muitos deles letrados - fatores que os tornavam menos substituíveis ou dispensáveis nos momentos de mobilização. Apesar disso, ao fim de um trabalho podiam enfrentar instabilidade ocupacional, até surgir contratação para nova obra. Nesse meio tempo era comum que se virassem com pequenos negócios próprios. Após a

Primeira Guerra, esse setor sofreu queda de investimentos e a situação desses trabalhadores piorou: houve diminuição do número de trabalhadores empregados para um mesmo serviço, sobrecarregando-os; aumento, na prática, da jornada de trabalho a partir de 1913; diminuição dos salários médios e diminuição da participação sindical da categoria, fatores que levaram muitos a abandonar o ramo e a ingressar em outras atividades, principalmente inaugurando um comércio (FAUSTO, 2016, p. 152-156; PINTO, 1994, p. 90-93).

O fato de que, na considerável duração de 1885 e 1940, os italianos foram a maior parte da força de trabalho urbana nos centros do Estado de São Paulo, formando entre 60 e 90% dos trabalhadores em muitos setores industriais, tornou-os essenciais para a formação do movimento operário (BIONDI, 2010), ainda que muitos não houvessem se engajado nessas lutas. De fato, o levantamento de Santos (2017, p. 48-50) das várias indústrias da cidade indicam, em 1911, trabalhadores imigrantes em mais de 60% dos postos em todas elas, ultrapassando os 80% em algumas. Mostram também que, enquanto representavam 73% dos trabalhadores industriais da cidade, no restante do Brasil isso não ocorria na mesma proporção. As análises de Sheldon Maram (1979, p. 20-22) também apontam para o mesmo caminho, ao revelar a nacionalidade das lideranças sindicais em São Paulo, entre 1890 e 1920. Entre os 44 indivíduos cuja nacionalidade foi identificada, 36 eram imigrantes - 22 italianos, 6 portugueses, 6 espanhóis, 1 alemão e 1 polonês -, ou seja, 82%, sendo 61% italianos.

Seguindo a cronologia estatística, a década seguinte, última da Primeira República, ao mesmo tempo em que é vista recorrentemente como período da diminuição da influência estrangeira, também é considerada como o início de uma tímida nacionalização do mercado de trabalho regular e do assalariamento em São Paulo. Em geral, essa constatação baseia-se no recenseamento de 1920, o qual reflete o período em que afrodescendentes ingressaram aos poucos na indústria e que os estrangeiros - a essa altura estigmatizados sob a pecha do anarquismo e do “bolchevismo” - não despertavam mais absoluta simpatia das classes dominantes. Ao mesmo tempo, a política de estímulo à imigração perdia terreno, até findar definitivamente em 1927.

No entanto, esse processo não deve ser superestimado, uma vez que o recenseamento de 1920 ainda mostra o peso considerável dos estrangeiros naqueles mesmos setores industriais e comerciais, em que agora correspondiam aproximadamente à metade dos trabalhadores em cada. Concomitantemente, os brasileiros apareciam sobrerrepresentados nos setores de serviços domésticos (aqui, a maioria eram negros), nos serviços públicos (especialmente na polícia e no exército, ocupações mal remuneradas) e nos ditos serviços “informais”, trabalhando por conta própria no que fosse possível. Chama a atenção que os estrangeiros ainda somavam quase

metade do total da população empregada na cidade (49,5%), ou seja, sua participação dentro do recorte de trabalhadores era consideravelmente maior do que sua participação no total da população (35,5%). Com os brasileiros ocorria o inverso.

Tabela 7: População da Cidade nos Setores da Economia (1920)

População da Cidade nos Setores da Economia (1920)			
Sector de Trabalho	Brasileiros	Estrangeiros	Número Total
Sector Primário	37,5%	62,5%	14.494
Indústria (Manufatura + Artesanato)	48,9%	51,1%	100.375
Comércio	36,4%	63,6%	28.628
Bancos e Serviços Financeiros	54,0%	46,0%	1.952
Serviço Doméstico	63,1%	36,9%	15.467
Transporte	41,1%	62,7%	12.820
Força Pública	90,7%	9,3%	5.782
Correios, telégrafos e telefonia	85,5%	14,5%	1.092
Administração Pública	78,2%	21,8%	4.974
Administração Privada	56,5%	43,5%	3.999
Profissões Liberais	70,8%	29,2%	13.975
População Sem Trabalho	50,3%	49,7%	36.486
População Economicamente Ativa	50,4%	49,6%	240.045
Total da População	64,5%	35,5%	581.435

Fonte: Barbosa, 2008, p. 304-306 (a partir do Recenseamento de 1920).¹⁴⁸

Aqui, novamente, a inclusão dos filhos de imigrantes na categoria de brasileiros pode causar confusão. Nos termos de uma comunidade imigrante expandida, a aparente paridade entre nacionais e estrangeiros nos postos de trabalho é ilusória - principalmente na indústria.¹⁴⁹ Outros dados mostraram que os tais “brasileiros” ingressantes nas fileiras industriais eram, na verdade, aqueles filhos de imigrantes, geralmente brancos. Andrews (1998, p. 113), por exemplo, identificou que nos quadros de funcionários da têxtil Jafet, nas décadas de 1910 e

¹⁴⁸ Segundo Barbosa (2008, p. 206), na metodologia do censo a “População Sem Trabalho” às “atividades mal definidas”, que se diferenciam do “trabalho por conta própria”. Provavelmente, os sujeitos assim categorizados não estavam parados, mas transitavam entre os pequenos serviços e a inatividade. Já a categoria da “Força Pública” inclui militares, policiais e bombeiros.

¹⁴⁹ Vale apontar que a fonte original desdobra o setor industrial em seus diversos segmentos, em que os estrangeiros somavam 52,2% na metalurgia, 53,4% na de produtos químicos, 69,9% na alimentícia, e 64,3% na edificação.

1920, a maioria dos jovens trabalhadores tinha sobrenome de origem italiana, sendo que muitos eram parentes de empregados italianos mais velhos. Nos censos do avançado ano de 1934, os indivíduos que tinham pai e mãe estrangeiros formavam 73,3% da força de trabalho industrial da cidade, e, acrescidos dos 8,1% que tinham apenas pai ou mãe estrangeira, totalizavam 84,5% (ANDREWS, 1998, p. 156). Segundo Andrews,

Apresentados aos chefes e aos proprietários das fábricas por seus parentes, eles em geral recebiam preferência na contratação, obtendo como resultado que os imigrantes adultos continuavam a dominar seu segmento de idade no mercado de trabalho industrial (trabalhadores industriais imigrantes com 21 anos de idade ou mais excediam seus contrapartes brasileiros em uma proporção de quase dois para um) e seus filhos também dominavam o grupo de idade mais jovem (1998, p. 113).

Uma das idosas italianas entrevistadas por Teresinha Bernardo em sua pesquisa pode nos dar uma ideia do peso das indicações e das relações familiares nas indústrias. Dona Cesira chegou à cidade em um sábado de 1920, com a mãe e três irmãs, e na segunda-feira já estava empregada na têxtil Jafet. Segundo suas próprias palavras, “meu pai já trabalhava lá, foi o Jafet que emprestou dinheiro para as nossas passagens e descontava dos nossos salários”. Percebe-se também os permanentes investimentos feitos pelo patronato nos imigrantes, nesse caso sem o custeio do Estado, bancando as passagens e cobrando posteriormente das próprias trabalhadoras.

Portanto, a exclusão dos nacionais e, principalmente, afro-brasileiros em relação a essa comunidade estrangeira parecia já estar profundamente intrincada na trama das relações sociais entre burguesia e classe trabalhadora e, por isso, ainda guardava semelhança com os períodos auges da imigração. Andrews (1998) também demonstrou como, nas décadas seguintes, na conjuntura do mercado de trabalho dito nacionalizado, o número de negros aumentou pouco a pouco nas empresas e indústrias, mas sempre se concentrando em cargos de baixo escalão, frequentemente braçais, raramente atingindo as chamadas “posições de colarinho branco”.¹⁵⁰ Para além das fábricas, a tabela mostra que a maioria estrangeira também concentrava-se, dentro do setor de serviços, em segmentos como os transportes e o comércio.

O recenseamento de 1920 não trouxe dados depurados por cor, apenas por nacionalidade, o que impede de cravar qualquer certeza sobre a ocupação dos negros incluídos no montante de “nacionais/brasileiros” da tabela. Entretanto, fontes qualitativas podem ajudar a identificar o cenário geral dos setores em que essa população se inseriu.¹⁵¹ Elas indicam que, no setor de serviços, os afrodescendentes encontravam-se principalmente na área doméstica,

¹⁵⁰ Aprofundei a questão da entrada do negro no mercado de trabalho pós-1930 no tópico 3.4 desta pesquisa. Parte da análise apoia-se no capítulo 4 da obra de Andrews (1998).

¹⁵¹ As histórias de vida dos militantes negros contadas no próximo capítulo elucidam bastante essa diversidade.

nas casas das elites. No funcionalismo público aparecem em cargos de pouco prestígio como porteiros, trabalhadores da limpeza pública, ajudantes de construção ou de escritório, mensageiros, entre outros (ANDREWS, 1998, p. 199). Outros tantos faziam parte das forças armadas, policiais e bombeiros, funções de parca remuneração e péssimas condições. Além disso, encontravam-se em grande parte em ocupações flutuantes, da chamada “economia invisível ou subterrânea” (PINTO, 1994, p. 109-110), ou seja, o setor irregular, difícil de ser mensurado em quantidade e de ter todas as atividades enumeradas. Eram quitandeiras, ervanários, lavadeiras, vendedores ambulantes, carroceiros, costureiras, catadores: em geral, alvos do poder público higienista.

A exclusão dos negros do mundo fabril aparece no adiantado ano de 1929, nos relatos de Jules Humbert Droz, enviado da Internacional Comunista na América Latina, sobre sua breve passagem pelo Brasil. O militante relatou suas impressões através de cartas enviadas à esposa, em que chamou a atenção para o fato de que “os *coolies* brasileiros, os trabalhadores da estiva, os homens de trabalho pesado são todos homens de cor, enquanto que os comissários, os contramestres, aqueles que manejam a pena e os funcionários, as mulheres bem vestidas, etc., são todos brancos” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 310). Anos antes, em 1922, o cônsul norte-americano visitara algumas fábricas de São Paulo e, bastante convencido das ideologias do patronato, comentara que “o elemento italiano é um pouco mais independente [que o português], mas juntamente com os espanhóis, são considerados pelos empregadores como mais confiáveis que a mão de obra nativa” (PINHEIRO; HALL, 1982, p. 125).

Outros inúmeros relatos poderiam ser incluídos para atestar “a preferência” do empregador pelo imigrante, mas acredito ser desnecessário. Importa saber que essa escolha por parte dos patrões foi interpretada por pesquisadores como prova do suposto melhor preparo dos imigrantes para a sociedade competitiva capitalista e industrial em relação aos negros - estes considerados “incapazes de assimilar os novos padrões de vida, associados às ocupações urbanas mais promissoras e rendosas” (FERNANDES, 2008, p. 161). Essa perspectiva, na realidade, acabou incorporando os discursos das classes dominantes da época, os quais eram informados pela ideologia da vadiagem e por teorias raciais de branqueamento.

Conforme já argumentei anteriormente, essa superioridade técnica ou de qualificação do imigrante não se sustenta, nem no contexto das fazendas, nem nas fábricas. No entanto, tais indivíduos foram considerados representantes de um modelo de civilização, disciplina e produtividade. Eram sujeitos idealizados e, seja como elemento cultural, social ou econômico, promoveriam o desenvolvimento do país em todos os sentidos. Segundo Santos,

isso sugere que a preferência pelos trabalhadores estrangeiros estava associada a uma rejeição em relação aos modos de viver da parcela nacional pobre, descritos como inadequados a uma cidade que procurava se desenvolver seguindo os moldes europeus de comportamento (2017, p. 43).

Uma vez que os imigrantes foram considerados como os agentes do trabalho industrial por excelência, a estruturação do mercado de trabalho se deu de maneira combinada com a ideologia racista, a qual cumpriu papel fundamental em determinar quais grupos venceriam a competição capitalista por emprego. Essa ideologia, solidificada nos costumes da população branca, por vezes escondia-se atrás de outros discursos que não faziam menção à cor, mas apontavam de forma vaga a “aparência”, a “vagabundagem”, o “despreparo profissional”, entre outros termos. Porém, em outros momentos, ela aparecia escancarada, como no caso dos anúncios de vagas de emprego nos jornais que traziam indicações como “prefere-se branco”, “prefere-se italiano” ou “prefere-se estrangeiro” (DOMINGUES, 2000, p. 76, 82, 88).

No setor comercial, o racismo impedia os negros de assumirem cargos em que ficassem visíveis, ou seja, que envolvessem atendimento ao público, nos balcões das lojas, restaurantes, hotéis e bancos (DOMINGUES, 2000, p.76-77). Apenas eram aceitos para trabalhar na limpeza desses locais, onde estariam distantes do contato com os clientes. Recorrendo aos dados da última tabela, é possível identificar a maior participação dos estrangeiros na categoria “comércio”, fato que envolvia essa problemática.

Sobre isso, é significativo o depoimento de Francisco Lucrécio, militante da FNB nos anos 1930, que, lembrando do racismo sofrido na cidade, comentou: “a pressão era tão forte que muitos jornais publicavam: “Precisa-se de empregado mas não queremos de cor”.¹⁵² Outro relato, desta vez de um interlocutor negro da pesquisa de Teresinha Bernardo (1998, p. 119), diz respeito aos empregadores estrangeiros que davam preferência, quando podiam, àqueles de mesma nacionalidade:

Trabalhei com o Stacchini durante 15 anos. Sou até hoje um bom cortador e modelista. Às vezes, ainda me divirto em casa, cortando e modelando, mas tive que sair de lá. O Stacchini preferia os italianos como ele. Era 1927 lembro como se fosse hoje; eu aguentei todos aqueles anos as investidas dos italianos, porque praticamente eu tinha sido criado na loja, mas, chovia italiano no Bom Retiro e aí o preto saiu mesmo; acabou o lugar dos pretos nas sapatarias e nas alfaiatarias. O que sobrou foi pouca coisa; fui ser motorista de caminhão, saí para a rua e não quis mais saber. Ainda hoje não ponho os pés no Bom Retiro.

Em relação à camada estrangeira da burguesia, proprietários de indústrias e grandes comércios, a opção por empregar seus compatriotas ao invés dos brasileiros não se dava apenas por racismo, mas frequentemente também por uma estratégia de classe. Travavam contatos e

¹⁵² Depoimento de Francisco Lucrécio em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 37-38).

teciam redes com grupos populacionais de mesma nacionalidade que aguardassem uma oportunidade do outro lado do Atlântico e promoviam sua migração, com os contratos pré-estabelecidos e os trabalhadores já desembarcando endividados. Empregando uma maioria de sujeitos seus conterrâneos, os patrões estrangeiros acreditavam poder controlá-los mais facilmente, além de apelarem para identidades e solidariedades étnicas como artimanha para arrefecer a os conflitos entre capital e trabalho. Em geral, não funcionou, conforme atestam as inúmeras greves ocorridas ao longo do período em todas as fábricas. Provavelmente o caso mais emblemático tenha sido a reivindicação dos trabalhadores italianos na greve geral de 1917 pelo fim da “colaboração Pró-pátria”, taxa exigida pelos patrões como auxílio à Itália na Primeira Guerra (BERTONHA, 1998, p. 57-58).

Segundo Bernardo (1998, p. 118), “trabalho” foi o tema principal das lembranças de seus entrevistados negros de sexo masculino. No entanto, a experiência comum relatada por eles é a de começarem a trabalhar cedo, com 8 ou 9 anos, em qualquer tipo de serviço intermitente ou irregular, e, ao mesmo tempo, terem dificuldade imensa para encontrar trabalho nos estabelecimentos, ou passarem longos períodos sem nenhum emprego. Em geral, esses sujeitos flutuavam entre qualquer atividade possível, mas muitas vezes não tinham ocupação definida e ficavam com as “sobras do mercado”: eles “trabalharam. Trabalharam muito, em qualquer tipo de serviço, e, para conseguir trabalho, tiveram muito trabalho”. Foram engraxates, entregadores de marmita, jornaleiros, aprendizes de sapateiro, meninos de recado. Segundo um deles, “consegui um emprego fixo só com 28 anos. Trabalhava em tudo até essa época, esperando conseguir um trabalho em que me levassem a sério; fui menino de recados, limpava casa na Rua São João, levava marmita de pensão”. Outro traz experiência parecida ao contar que só arranjou emprego fixo com 30 anos. Essa era a média de idade com que obtiveram o sonhado emprego fixo - entre os 25 e 30 anos -, possivelmente na proximidade da década de 1930, quando passaram a ingressar em empresas e estabelecimentos com maior regularidade (BERNARDO, 1998, p. 118-122).

Essas histórias se repetem em outras fontes. Militantes históricos do movimento negro como Orlando Ribeiro e Francisco Lucrécio explicaram o que eram os chamados “trabalhos de negro”:¹⁵³

o homem ou trabalhava na rua como carregador, como carroceiro ou sempre nos trabalhos servis. A maioria trabalhava em Santos, no Cais, ou como carregadores de

¹⁵³ Termo racista, pejorativo, bastante internalizado pela população brasileira durante longas décadas, aparece em alguns relatos desses indivíduos, de forma crítica.

caminhão, em mercados [...]. Alguns já trabalhavam como motoristas, como empregados. Trabalhavam com carros de praça, outros como motoristas de família.¹⁵⁴ Naquela época, a maior parte dos homens negros trabalhava na Barra Funda, descarregando mercadorias que vinham de trem do interior. Outros trabalhavam na Light assentando dormentes e também na estrada de ferro.¹⁵⁵

No setor de transportes público, em geral, os negros ficavam na parte de manutenção e limpeza, como atesta a fala anterior. Raramente eram os condutores do bonde ou motorneiros, posições que ficavam com estrangeiros. Isso se devia, novamente, à atitude racista em relação à aparência, pois quando foi necessário desarticular greves dos condutores, os negros passaram a ser empregados sem problemas. Na Light, empresa frequentemente citada nos relatos de homens negros, eles geralmente desempenhavam papel de colocação e limpeza dos trilhos, em contratos temporários, “assentando dormentes” (SANTOS, 2017, p. 163-165; ANDREWS, 1998, p.109, 157-158).

Segundo outro militante, José Correia Leite, “alguns [homens negros] tinham uma boa condição social. Mas era questão de ser chofer, cozinheiro ou funcionário público (situação que dificilmente passava de contínuo)” (CUTI; LEITE, 2007, p. 44-45). Os contínuos eram homens de recado e verdadeiros “faz-tudo”, auxiliares de diversos outros profissionais. Portanto, mesmo nos cargos públicos, considerados espaços onde os trabalhadores nacionais conseguiram adentrar, os negros ocuparam posições baixas, notadamente com relação à segurança ou à limpeza - rondantes de rua, guardas de quarteirão, praças da força policial, bombeiros, carroceiros da limpeza pública, varredores de rua, desinfetadores dos locais contaminados, acendedores de lampião (PINTO, 1994, p. 96).

Para aqueles que já estavam empregados em algum cargo fixo, os relatos dos afrodescendentes indicam que praticamente não existia a possibilidade de mobilidade ocupacional, havendo uma espécie de barreira racial para a ascensão desses indivíduos. Conforme escreveu o militante Abílio Rodrigues, no jornal *O Kosmos*, “nota-se em toda carreira da vida que o preto carece de um esforço triplo para chegar a conseguir uma posição melhor [...] Há corporações em que se impede que o negro suba aos postos de destaque e de comando”, e a razão disso era “o preconceito que exclui, que humilha e que esmaga o homem de cor”.¹⁵⁶

Quando confrontados com essa realidade, os brancos tendiam a negá-la, sem reconhecer sua parcela de responsabilidade no processo. Contra essa atitude, ao comentar a situação de

¹⁵⁴ Depoimento de Marcello Orlando Ribeiro em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 37-38).

¹⁵⁵ Depoimento de Francisco Lucrécio, em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 37-38).

¹⁵⁶ RODRIGUES, Abílio. Preto e branco. **O Kosmos**, São Paulo, 18/04/1923, p. 1.

uma moça negra que não conseguia trabalho, Isaltino Veiga dos Santos ironizou, no espaço de outro periódico:

Tendes razão jovem negra, é misérrima a nossa condição dentro do nosso próprio país, porém não querem encarar assim os nossos patrícios de epiderme clara, mas a esses eu responderei dizendo: - Pintem-se de preto, e, tentem arranjar um emprego público; porém, a saber; que não seja de contínuo ou de porteiro.¹⁵⁷

Portanto, o fato de haver tantos negros desocupados era uma situação gerada pela competição desigual daquele mercado de trabalho, que não tem nada a ver com questões como vadiagem ou desqualificação. As políticas de Estado e as escolhas conscientes dos empregadores foram essenciais para moldar as condições em que se daria a concorrência. Conforme interpretou Domingues (2000, p. 77), o racismo foi o que

provocou a expulsão do negro das novas e antigas oportunidades profissionais. Não havia igualdade de oportunidades para negros e brancos. A noção de igualdade de oportunidades e de tratamento significa que uma vez provido das mesmas qualificações, dois indivíduos são considerados somente em razão do seu preparo técnico. Nesse sentido nenhum deles são avaliados negativamente devido a uma marca distintiva: a cor da pele. No entanto o quesito cor era um critério que selava a sorte do candidato às ocupações.

Um ponto importante relatado pelos homens negros é que, em relação a eles, as mulheres negras conseguiam empregos fora de casa mais facilmente. Frequentemente, eram elas as provedoras da família – e esse era um fato independente de existir ou não um homem adulto em casa. Militantes da FNB contaram que “lá na Bela Vista, por exemplo, se você chegasse à tarde, num dia da semana, encontrava os homens negros nos bares, desempregados, enquanto as mulheres é que trabalhavam”.¹⁵⁸ A experiência majoritária dessas mulheres era a do emprego doméstico, nas casas das mulheres brancas. Segundo outro militante:

As mulheres trabalhavam como domésticas, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, enfim. A maior parte das mulheres era que arcava com as despesas da família, porque eram importantes na época as empregadas domésticas, principalmente as negras, pois sabiam lidar com a cozinha, com a limpeza. Elas encontravam emprego mais facilmente que os homens.¹⁵⁹

As idosas negras entrevistadas por Teresinha Bernardo (1998, p. 53-55) também contaram que começaram a trabalhar com uma média de oito anos de idade, auxiliando a mãe ou outro membro da família. Muitas vezes não recebiam pagamento, pois eram consideradas “como filhas” e moravam nas casas dos brancos – fato que revela a perpetuação de práticas

¹⁵⁷ SANTOS, Isaltino Veiga dos. A uma jovem negra que aspira pela liberdade d'uma Raça. **O Clarim d'Alvorada**, São Paulo, 12/08/1928, p. 2.

¹⁵⁸ Depoimento de Aristides Barbosa, em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 33).

¹⁵⁹ Depoimento de Francisco Lucrécio, em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 35).

escravistas. Uma delas lembrou que em 1930 ainda havia patroas que usavam chicote e aplicavam castigos físicos nas trabalhadoras negras. Apesar de terem trabalho, o salário era muito baixo e quase não dava para pagar os aluguéis de quartos em cortiços, a comida e os bondes. A interlocutora de Bernardo que conseguiu casa própria nos arrabaldes da cidade ao longo da vida indignava-se com a desigualdade: “Engraçado, agora com você aqui e eu lembrando, é que percebo como eu ganhava pouco e trabalhava muito. Você imagina que, na casa em que trabalhava, a mulher nunca fez nada e tinha um banheiro bonito, e eu consegui só um buraco”.

Já Dona Risoleta, entrevistada por Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade* (2003, p. 382-384), trabalhou a vida toda como doméstica e conta como praticamente todo o dia e toda hora eram voltados para os afazeres da casa:

Quem trabalhava não tinha direito a nada [...], nem férias. Descanso, domingo, só depois que fazia todo o serviço e deixava a mesa do lanche pronta, era muito difícil eles comerem fora. Então saía para passear, mas de noite já estava lá porque segunda tinha que levantar às quatro horas. [...] Tinha que acordar todo dia às quatro horas para acender o fogão de lenha e levar o café a gente ficava seis meses sem ver a cara da rua! Sempre tinha serviço e sábado e domingo era o dia que se trabalhava mais.

Quando adultas, as mulheres que não moravam no local de serviço cumpriam duplas jornadas, trabalhando primeiramente na casa das brancas e, depois, nos afazeres do próprio lar. O relato de D. Risoleta vai ao encontro do que denunciou a imprensa negra, a respeito da superexploração das domésticas. Segundo esses jornalistas, uma doméstica fazia o serviço que deveria caber a várias trabalhadoras, “lavar, engomar, cozinhar, encerar, servir de copeira de arrumadeira de quartos, mensageira, etc.”, mas recebia um ordenado só, para cumprir todas as tarefas. Através dessa artimanha, os patrões poupavam dinheiro e, como se não bastasse, viviam reclamando que aquelas mulheres “são umas vagabundas, não querem trabalhar”. Se as domésticas recebessem o equivalente a todos os serviços que prestavam separadamente, teriam condições de amparo quando idosas ou de serem proprietárias em alguns anos.¹⁶⁰

A discrepância entre o tanto que trabalhavam e o pouco que recebiam comprometia a saúde dessas mulheres, obrigando-as a trabalhar durante a velhice para sustentar a prole. Tal situação das mulheres gerava revolta nos escritores negros, que em seus jornais criticavam “o que tinha que lhes pertencer [às domésticas], até mesmo a saúde, pertence ao seu patrão, que a cada dia lucra mais, a mais à custa da empregada para todos os serviços”.¹⁶¹

¹⁶⁰ SOUZA. Não querem trabalhar. *O Kosmos*, São Paulo, 16/11/1924, p. 3.

¹⁶¹ Ibidem.

A informalidade, em geral, era interpretada pelos militantes do movimento negro da época como uma das causas da pobreza e exploração dos negros. Por isso, propunham que serviços como os das domésticas fossem regularizados profissionalmente:

devia mesmo haver as cadernetas de identificação, porque seria melhor, uma vez que houvesse obrigações recíprocas evitando o excesso de trabalho por pouco dinheiro, pois as criadas não tem lei (...) a criada sempre é mais infeliz que os operários que trabalham 8 horas em determinados serviços.¹⁶²

Por ser destino bastante comum para as mulheres e homens negros, o trabalho doméstico era assunto constantemente abordado nos jornais desta comunidade, porém considerado um dos símbolos do desprestígio, uma questão a ser superada para a “evolução da raça”.¹⁶³ Dessa forma, os escritores indicavam que tais trabalhos fossem evitados, que os negros recusassem a submeter-se àquelas condições: “procuremos, portanto, viver honestamente do nosso trabalho nem tampouco procurar devemos ocupações domésticas, cujos trabalhos muito concorrem para o nosso desprestígio; são eles o pródromos dos nossos atrasos”.¹⁶⁴ No entanto, na maior parte dos casos, a “economia subterrânea” ou irregular era o único meio que restava para sobreviver, não se tratando exatamente de uma escolha.

Ainda sobre as mulheres negras, vale marcar que, diferente das estrangeiras, que foram empregadas até nas fábricas têxteis, “poucas conseguiram se qualificar no trabalho como costureiras, por exemplo, e, mesmo nas fábricas, poucas conseguiram se especializar” (BERNARDO, 1998, p. 54). Até a década de 1920, foi bastante comum que as mulheres imigrantes trabalhassem nas fábricas, possivelmente ingressando quando crianças de aproximadamente oito anos. Das idosas italianas entrevistadas por Bernardo, por exemplo, com oito anos uma já era funcionária de fábrica de chapéu, outra com nove era aprendiz de costureira e outra, já mencionada anteriormente, trabalhou na têxtil Jafet desde os quinze anos, idade com a qual emigrou da Itália. Em geral, elas relatam a facilidade em obter empregos e enxergavam São Paulo com esperança e crença no progresso (BERNARDO, 1998, p. 104). Porém, longe de constituir um privilégio, o ambiente que tais mulheres encontravam nas fábricas era de jornadas

¹⁶² ASUOS (Azuos). Reparando. **O Alfinete**, São Paulo, 25/09/1921, p. 3. Importante lembrar que, ao contrário do que pode parecer pela assertiva do articulista, a jornada de 8 horas para a maioria dos operários e trabalhadores de qualquer tipo ainda era bastante rara no período. Porém, algumas categorias já haviam conquistado esse direito e serviam de exemplo para a luta dos demais trabalhadores. Além dos já comentados trabalhadores da construção civil, em 1907, “dependendo da empresa também conseguiram as 8 horas de jornada os chapeleiros, costureiras, gráficos, sapateiros” (BARBOSA, 2008, p. 211-212). No contexto da greve geral de 1917 e nos anos seguintes, expandir essa conquista para todos os trabalhadores da cidade foi a principal demanda de caráter econômico do movimento, registrada pelos jornais operários. Ver: CADETE, A. As 8 horas de trabalho. **A Plebe**, São Paulo, 01/09/1917, p. 4.

¹⁶³ LEITE, J. C. Incorrecto. **O Clarim d’ Alvorada**, São Paulo, 27/09/1925, p. 3.

¹⁶⁴ Ibidem.

igualmente extenuantes às dos homens – em média dezesseis horas de atividade, incluindo períodos noturnos – com menores salários e uma especificidade de gênero: maior desrespeito e frequentes assédios morais e sexuais de patrões e feitores (FRACCARO, 2016).¹⁶⁵

Outras das italianas entrevistadas pela autora viveram na década de 1930 em diante e tiveram a experiência de começar a trabalhar mais tarde, com cerca de dezoito anos, às vezes usufruindo da possibilidade de estudar. A autora toma isso como evidência da ascensão social da colônia italiana, cujas mulheres passaram a vivenciar empregos melhores fora das fábricas - contadoras, musicistas, farmacêuticas -, ajudando nos negócios próprios do marido e, principalmente, tornando-se donas de casa e gerindo um modelo típico de família de classe média. Segundo Bernardo, elas “trabalharam muito, mas em suas próprias casas” (1998, p. 103-105).¹⁶⁶

Porém, também foi comum que elas experienciassem trabalhos domésticos na casa de outros. Ao que parece, o peso desse tipo de serviço dentro do mosaico do “setor terciário” foi enorme e atingiu as mulheres de forma generalizada, conforme afirma Maria Inês Borges Pinto (1994, p. 97), dando uma boa ideia da diversidade do cenário profissional na cidade:

Mulheres casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais, pretas, brancas e mulatas, acompanhadas por um ou dois filhos ou sozinhas, ainda crianças ou adolescentes, empregavam-se como cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, copeiras, pajens, ajudantes nas casas das famílias abastadas e de médios recursos, de fazendeiros, comerciantes, financistas, profissionais liberais, pequenos funcionários públicos, pequenos vendedores e de pequenos trabalhadores autônomos que haviam conseguido uma modesta ascensão social, como era o caso de muitos ferreiros, sapateiros, marceneiros, etc.

Para Alexandre Barbosa (2008, p. 204), um setor grande de serviços domésticos é uma evidência tanto do excedente de força de trabalho na cidade quanto da concentração de renda. Havia gente sem outro tipo de emprego que aceitaria esses trabalhos, ao mesmo tempo que havia um número razoável de pessoas em condições de pagar por ele. Conforme reparou esse autor, a capital paulista tinha as duas pontas do mercado de trabalho mais inchadas relativamente ao restante do Brasil: os operários assalariados da indústria, setor mais dinâmico, e o trabalho doméstico, setor mais fragilmente integrado, tinham maior peso em relação à população economicamente ativa em São Paulo do que nas outras cidades e no total do país. Isso indica o contexto de transformação da cidade naqueles anos, agora se desenhando como

¹⁶⁵ Para uma análise aprofundada do mundo fabril paulistano sob a perspectiva de gênero, conferir a pesquisa de Glaucia Candian Fraccaro (2016).

¹⁶⁶ A ascensão social dos italianos aparece também nas entrevistas da autora com o público masculino. Até a década de 20, eles adentravam as fábricas com sete ou oito anos. Depois, passam a trabalhar com quatorze. Ela enxerga que a referida ascensão teve lugar, provavelmente, entre 1925 e 1935 (BERNARDO, 1998, p. 139-140).

uma “metrópole de serviços com base industrial”. Barbosa interpreta essa característica como a “especificidade da estrutura social paulistana”, ao que acrescento que, em geral, o atributo “cor” desempenhava papel fundamental nessa mesma estrutura, uma vez que os negros concentravam-se no elo mais frágil e os brancos de origem estrangeira dominavam o outro elo.

Sobre o “elo mais frágil”, o trabalho doméstico, já comentamos. Vale ainda dar uma palavra sobre o tal “elo mais dinâmico”, os assalariados da economia industrial, também dotado de precariedade. Conforme adiantei em outro momento, o operário assalariado estava o tempo todo ameaçado pelo excedente de trabalhadores disponíveis. Esse fato tornou-se um trunfo nas mãos do patronato, que conseguia desmobilizar as greves e mobilizações sem grandes esforços, apostando na condição de insegurança dos trabalhadores. Os militantes percebiam isso, como atesta um artigo de *A Plebe* em 1917:

Sabemos à última hora que a Superintendência da S. Paulo Railway, que vem diariamente demitindo antigos empregados sob o pretexto de haver falta de trabalho, quando é certo que ao mesmo tempo vai admitindo outros novos, fez afixar ontem nas suas oficinas boletins aconselhando os operários a dissociarem-se do respectivo sindicato de classe.¹⁶⁷

Também por causa dessa situação, guardadas as devidas diferenças de cada categoria, as condições de trabalho no mundo fabril eram extremamente desfavoráveis para os operários. Fazia parte do pacote dessa experiência: baixos salários; trabalho infantil, feminino e noturno; jornada de trabalho extensa (dez a doze horas, nas têxteis, por exemplo); vigilância e controle do ritmo de trabalho pela gerência; por vezes, violências físicas; inexistência de indenização para acidentes, de aposentadoria e de qualquer seguridade em casos de doenças ou outras fatalidades; repressão aos movimentos e associações de luta. Essas linhas gerais são bastante conhecidas e correspondem mais ou menos à experiência do operariado de qualquer parte em que o capitalismo industrial tenha se instalado e introduzido a maquinaria e a disciplina fabril - seja na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, descrita por Marx e Engels, seja nos centros urbanos em formação na América Latina na passagem do XIX para o XX.

Todas essas condições formam o conteúdo das reivindicações do movimento dos trabalhadores. Na greve de 1917, por exemplo, uma lista com as exigências foi publicada em *A Plebe*. Ali é possível identificar a luta por uma jornada de oito horas de trabalho, pela liberdade e manutenção dos postos de trabalho dos grevistas, pelo fim do trabalho dos menores de 14 anos, pela abolição do trabalho noturno das mulheres, pelo aumento salarial sem aumento do

¹⁶⁷ MAIS uma infâmia. *A Plebe - Suplemento*, São Paulo, 15/09/1917.

preço dos gêneros alimentícios básicos para que tivessem um ganho real nas condições de vida e pelo pagamento sem atraso dos salários a cada quinze dias.¹⁶⁸

Nem mesmo o crescimento do setor terciário, baseado nos serviços domésticos e na prestação de serviços urbanos, inclusive temporários, foi o suficiente para absorver o contingente populacional gerado naquela conjuntura. A demanda de trabalho por parte da população pobre foi maior do que a oferta e a multiplicação das ocupações daquele setor e do setor fabril, o que ocasionou desemprego crônico. Basta reparar, recorrendo novamente à Tabela 6, que a população registrada como “sem trabalho” batia os 15% do que foi considerada a “população economicamente ativa”. Em relação ao restante do país, esse percentual era muito maior que a média nacional, que ficava em 4,4%, ou ao das outras capitais, como Rio de Janeiro (7%) ou Salvador (9,4%) (BARBOSA, 2008, p. 206-207).

Já mencionei a falta de emprego como elemento recorrente nos relatos de negros, principalmente nos homens. Teresinha Bernardo criou uma oposição entre eles e os homens italianos, a partir das memórias que coletou. Para estes, São Paulo aparecia como “a cidade do trabalho”, jargão vinculado a uma terra de oportunidades onde era fácil encontrar emprego e progredir dentro das profissões ou empresas. Motivada por falas como “eu não procurava trabalho, o trabalho que me procurava” e “eu sempre fui um bom marceneiro, e trabalho sempre teve, trocava de emprego como queria”, a autora conclui que “o desemprego parece não fazer parte das memórias dos velhos italianos” (BERNARDO, 1998, p. 139-143) – embora ela reconheça que a narrativa pessoal contada por esses sujeitos seja de ascendência social e a experiência do desemprego possa ter sido propositalmente ocultada ou involuntariamente esquecida por significar uma quebra na trajetória.

De fato, a historiografia abordada até aqui considera a experiência do “desemprego”,¹⁶⁹ da instabilidade e da irregularidade do trabalho na cidade como algo generalizado, independentemente de cor ou nacionalidade. Acredito que, para a presente discussão, importa perceber que o “desemprego” vivido pela população italiana não foi criado por motivos étnico-raciais ou nacionais, como frequentemente foi o caso para a população negra. A xenofobia não estruturou o mercado de trabalho, o racismo antinegro sim. Não encontrei relatos de perdas de oportunidades por causa da origem nacional em jornais italianos ou operários, nem na

¹⁶⁸ O QUE reclamam os operários. **A Plebe**, São Paulo, 21/07/1917, p. 3.

¹⁶⁹ Com base nas análises de Alexandre Barbosa (2008, p. 208), vale destacar que a categoria de “desemprego” em um mercado de trabalho tão precarizado e saturado, em que o emprego fixo e o assalariamento eram exceções e não regra, torna-se frágil ou, no mínimo, sem muita validade analítica. Esses “desempregados” geralmente realizavam atividades esporádicas, temporárias e pontuais para conseguir se manter minimamente e, em relação ao assalariamento, configuraram reserva de mão de obra.

bibliografia que os estudou, enquanto a imprensa negra e outras memórias de afrodescendentes são bem conscientes do racismo como elemento determinante de seu destino no mundo do trabalho. Sobre essa questão é relevante o depoimento do barbeiro italiano Carmino:

Como sempre fui um bom profissional, nunca fiquei desempregado, pelo contrário, sempre procurei trabalhar onde me pagassem mais, até me estabelecer por conta própria, e ofertas, graças a Deus, não me faltaram. [...] Às vezes, alguém falava “Não faço a barba com aquele carcamano”, mas eu não ligava, nunca perdi emprego por isto. Nunca fiquei desempregado; mudava de emprego, quando já tinha um melhor (BERNARDO, 1998, p. 142).

Importante reparar como, no caso do barbeiro italiano, a qualificação ganha destaque e é o que determina o sucesso ou não do profissional, diferentemente dos relatos de indivíduos negros citados anteriormente, sobretudo aquele que trabalhou por quinze anos para o patrão italiano Stacchini, que o dispensou para privilegiar o compatriota.¹⁷⁰ Nota-se em muitas das experiências relatadas por negros que os italianos ora eram seus patrões, ora eram donos de oficinas ou estabelecimentos comerciais que lhes negavam emprego ao privilegiarem laços de amizade, parentesco e pertencimento à comunidade étnica. Por estarem em maioria na cidade e preferirem empregar seus conterrâneos, por quaisquer que fossem os motivos, os proprietários estrangeiros acabavam contribuindo, voluntariamente ou não, para a segregação racial no mercado de trabalho, o que constituiu uma situação bastante desvantajosa para negros.

Toda essa análise leva a compreender como o racismo fez parte fundamental da estrutura construída na cidade após a abolição. Ele foi reajustado e dinamizado no novo sistema, combinando diferenças étnico-raciais dentro da divisão de classes. Conforme afirmou Carlos Hasenbalg (2005, p. 262), “em nenhum outro lugar do país [além de São Paulo] foram os imigrantes brancos tão claramente os “ganhadores” e os negros os “perdedores” no processo do desenvolvimento econômico e da prosperidade”, e o racismo foi fundamental nisso, tendo sido talvez acentuado no pós-abolição, como ferramenta necessária das classes dominantes para a segregação do negro e a manutenção das hierarquias raciais e de classe. É fundamental perceber que a desigualdade racial e o racismo não são simples remanescências ou heranças da escravidão. Pelo contrário, são frutos de um processo histórico em que há transformação de elementos anteriormente existentes, rearranjados de outras formas sob um novo contexto.¹⁷¹

¹⁷⁰ Caso descrito na p. 109.

¹⁷¹ Esse é basicamente o cerne do debate entre as obras de Florestan Fernandes, que interpretou a desigualdade racial como herança escravista (“o legado da raça branca”, subtítulo do primeiro volume de sua obra) e anomalia na sociedade de classes, e Carlos Hasenbalg, que a entende transformada no pós-abolição, apesar de ter suas origens no período colonial e imperial. Apesar de academicamente esse elemento da análise de Florestan ser considerado datado, o discurso é dominante na sociedade brasileira, em grupos de variadas posições ideológicas.

O racismo à paulista, como denomina Petrônio Domingues (2000, p. 141-143), por vezes constava nas leis, e em outros momentos estava intrincado nos costumes, ditando as ações, mesmo que escamoteado nos discursos. Ele atuava colocando barreiras aos negros dentro das instituições, dos postos de trabalho e dos espaços da cidade e regulava as disputas na ordem republicana, liberal e burguesa entre indivíduos livres e em suposta igualdade. Segundo Domingues (2000, p. 71),

o mercado de trabalho da República Velha em São Paulo materializava, de certo modo, o resultado do processo histórico que moldou a sociedade. Nele persistiam situações de desigualdade racial, dentre as quais destacava-se a exclusão dos negros. [...] foi diante da competitividade engendrada no mercado de trabalho onde o racismo antinegro à paulista apresentou seus efeitos mais negativos.

O processo histórico paulista de constituição desse mercado apresenta elementos significativos para entender como o próprio capitalismo é dotado de mutabilidade para se impor dentro de cada contexto, apropriando-se das especificidades já existentes em cada situação. No processo clássico da formação do mercado de trabalho e da classe trabalhadora inglesa no século XIX, estudado por Friedrich Engels (2010), a questão étnica e as migrações também tiveram participação fundamental, uma vez que a presença do trabalhador irlandês nos centros industriais ingleses, expulso de sua terra natal em decorrência das crises agrícolas e da fome, tornou-se determinante para rebaixar os salários e constituir o exército de mão de obra de reserva, em situação semelhante à descrita nesta pesquisa sobre São Paulo. Conforme migraram para as cidades industriais inglesas, os irlandeses formaram a “classe mais baixa da população”, morando nas piores habitações e recebendo os piores salários. Sua presença ali ameaçava os que ocupavam outros postos de trabalho, possibilitando o rebaixamento dos salários dos operários ingleses a partir da lógica da concorrência, acentuando o ressentimento étnico dos ingleses sobre os irlandeses e acirrando os conflitos internos à própria classe trabalhadora. Ou seja, o inchaço populacional também foi, naquele caso, fator indispensável para o capital e a industrialização. Nas palavras de Engels (2010, p. 131), “o rápido desenvolvimento da indústria britânica não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse de uma reserva – a numerosa e pobre população da Irlanda”.

A imigração, em tese, cumpre o mesmo papel em São Paulo. Porém, com uma diferença: o excesso de mão de obra gerada somou-se ao racismo e às lógicas higienistas de branqueamento e europeização. Disso resultou certa “inversão” do caso analisado por Engels: os que já estavam em São Paulo ou chegavam pelas migrações internas é que foram excluídos e constituíram, em geral, a parte mais empobrecida da classe trabalhadora, enquanto os que chegavam no novo território, advindos do além-mar, tiveram a preferência inicial dentro do

mercado de trabalho. No contexto de excedente de trabalhadores, “os empregadores ‘preferiam’ - porque podiam optar e haviam elaborado uma política pública nesse sentido - trabalhadores brancos, pobres, pouco exigentes e cuja família também fizesse parte da população economicamente ativa” (BARBOSA, 2008, p. 224). Faço essa breve digressão apenas para mostrar a fragilidade de se pensar os processos estruturantes e globais a partir de grandes modelos, sem se ater na relação dialética existente entre eles e as realidades locais, específicas. Em cada caso em que houve imigração em massa, a história deu-se de maneira diferente, ainda que o desfecho tenha sido o semelhante.

Se a intervenção estatal na política de mão de obra a partir da imigração era inicialmente desprovida de uma causa originária “racial”, apesar deste elemento permear o discurso ideológico da época, o racismo de fato estruturou todo o novo mundo do trabalho paulista. Não foi o único fator estruturante, mas um dos principais. De acordo com Andrews (1998, p. 99-100), “optando por investir recursos em trabalhadores europeus e se recusando a realizar investimentos comparáveis nos brasileiros, os fazendeiros da província, e o aparato do Estado que eles controlavam, tornaram claras como cristal suas preferências étnicas e raciais”. Exploração do trabalho e discurso ideológico racista caminharam juntos na construção da ordem burguesa em São Paulo.

Além de segmentar o mercado de trabalho paulista, a questão racial acabou por desarticular as relações entre os trabalhadores brancos e negros ao criar uma competição desigual em que a cor ganhava peso considerável, dificultando perspectivas de solidariedade e luta em conjunto entre esses dois grupos, pelo menos em um primeiro momento. Assim que os sujeitos dos diferentes grupos étnicos confrontaram-se no mercado e nos espaços da cidade, o preconceito deu as caras. Os movimentos sociais dos quais participaram esses trabalhadores revelam muito de tal separação, evidenciando ressentimentos, invisibilizações, preconceitos e tensões entre eles. É dentro desse contexto que os movimentos devem ser entendidos e é sobre sua formação que trata o próximo capítulo, enquanto o restante do trabalho aprofundará nas tensões existentes no projeto dos sujeitos que exerceram lideranças nesses grupos.

CAPÍTULO 2. BUSCANDO SOBREVIVÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÕES E IMPRENSAS NEGRA E OPERÁRIA EM SÃO PAULO

Poucos dias após a virada para o ano de 1929, no número 131 da Rua Major Diogo, no Bexiga, José Correia Leite sorria satisfeito. Ali em sua residência também funcionava a oficina de *O Clarim d'Alvorada*¹⁷² e acabava de ficar pronta a edição que completava mais um aniversário do periódico ao qual dedicava sua energia, seu tempo e seu dinheiro havia anos, não como profissão, mas sim como “uma grande missão, um enorme compromisso”, nas suas palavras.¹⁷³ Em suma, uma militância.

Na equipe, junto com Leite, diversos “homens de cor” - como eles próprios chamavam uns aos outros na época¹⁷⁴ - dirigiram e editaram o jornal, com o intuito de relatar o cotidiano e a vida social das associações e famílias negras, denunciar o racismo e a discriminação, além de lutar por melhorias na condição de vida do negro. Sob o título de *Cinco annos de Clarinadas*, o editorial escrito por Leite fazia um balanço da atuação e do crescimento do jornal no meio negro ao longo de sua trajetória, reafirmando seus objetivos e projetos para o futuro:

“O Clarim da Alvorada” tem procurado e tem sido, no seio da raça, o sementeiro dessas ideias, das sãs ideias; tem apregoado incansavelmente a congregação necessária da nossa gente; tem procurado empolgar as inteligências para fundir, numa força única, a formação definitiva da nossa consciência social e idealística. [...] A função do nosso jornal foi sempre franca e sem interesse pessoal. A sua opinião é a opinião de todos, baseada no ponto único: a Congregaçāo da raça para a raça.¹⁷⁵

O *Clarim*, no entanto, apesar de protagonista nunca carregou o fardo da missão sozinho. Pertencente a um grupo de jornais que os pesquisadores convencionaram chamar de “imprensa negra” (BASTIDE, 1951; MOURA, 1983; FERRARA, 1986), ele e os outros periódicos escritos por negros, para negros e com discurso racializado, foram expressão da mobilização desse grupo étnico no início do século XX. Uma série de órgãos desse tipo foram fundados em São Paulo durante a Primeira República até o Estado Novo, quando a ditadura varguista passou a censurar imprensas e cercear movimentos da sociedade civil. Muitos desses jornais eram ligados às associações negras cujo caráter era recreativo, literário, dançante e/ou beneficente e fizeram parte do agitado mundo da sociabilidade dos trabalhadores negros. Juntos, compuseram uma página essencial da história do movimento negro no Brasil.

¹⁷² A partir de agora pode aparecer apenas como *Clarim*, por motivos de abreviação.

¹⁷³ LEITE, J. C. Cinco annos de clarinadas. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 06/01/1929, p.1.

¹⁷⁴ Apesar de os militantes utilizarem o termo, não o reproduzo no restante deste trabalho, pois ao longo da história ele foi carregado de sentido pejorativo na sociedade brasileira. Com exceção deste único trecho, em que o empreguei para evidenciar o sentido de pertencimento dos próprios coevos, fiz a opção política pelos termos “negros” ou “afrodescendentes”.

¹⁷⁵ LEITE, J. C. Cinco annos de clarinadas. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 06/01/1929, p.1.

Pouco antes, em 1927, não muito longe dali, nos arredores da Sé, no centro da cidade, havia sido reinaugurado o periódico anarquista *A Plebe*, a partir dos esforços de muitos trabalhadores militantes. Entre eles, estavam o diretor gerente Rodolpho Felipe e outros que tinham longa trajetória no movimento operário - como Edgard Leuenroth e Isabel Cerruti -, muitos deles imigrantes e seus descendentes de primeira geração.

A edição marcava o retorno do lendário jornal que havia sido criado no calor das movimentações grevistas de 1917 e agora entraria em seu décimo ano de atuação, apesar das várias interrupções que sofreu por conta de dificuldades materiais e da repressão contra os trabalhadores. A última delas havia ocorrido em 1924, no contexto das revoltas tenentistas em São Paulo, quando houve também intensas agitações operárias e os movimentos sociais tornaram-se alvo de perseguições policiais. Uma delas culminou no empastelamento da redação de *A Plebe*. Em todos aqueles anos, o jornal teve sua sede em variados pontos do centro da cidade, próximos à Praça da Sé, recebendo correspondências por meio da famosa caixa postal 195, a qual esteve “a serviço do anarquismo desde 1900” (SILVA, 2018, p. 115).¹⁷⁶

Durante sua existência, jornais como *A Plebe* registraram as ações de trabalhadores em fábricas, comércios ou mesmo no meio rural; divulgaram atos, reuniões, aberturas de sindicatos e outras organizações; publicaram textos críticos à situação vivida pelos trabalhadores no Brasil e textos doutrinários sobre anarquismo, sindicalismo revolucionário, socialismo, enfim, as diversas correntes ideológicas de esquerda. Em seu retorno, a equipe do jornal anunciava que voltava ao “campo de luta para sustentar a causa libertária”, combatendo “todas as formas de tiranias e de opressões e pelo triunfo da liberdade e do bem-estar para todos”.¹⁷⁷ Declaravam estarem

dispostos a dedicar o melhor de nossos esforços para que o baluarte do anarquismo possa ressurgir cheio de vida, pleno de vigor e para que ele prospere na peleja em prol dos princípios pelos quais tantos dos nossos companheiros sofreram toda sorte de suplícios.¹⁷⁸

Assim como *O Clarim* para a imprensa negra, *A Plebe* não foi o único jornal operário ou com atuação de imigrantes. Ele compôs um grupo maior de periódicos caracterizados por

¹⁷⁶ Essa caixa postal, nos correios do centro da cidade, foi o meio pelo qual diferentes grupos anarquistas receberam contribuições, cartas e também jornais vindos do exterior, ao longo das quatro primeiras décadas do século XX. Desde 1917 ela estava sob o nome de *A Plebe*. Em 1941, em um momento em que o jornal já não era mais publicado, o DEOPS/SP confiscou um pacote com publicações “subversivas” destinadas àquela caixa e passou a investigar a fundo a rede de militantes que a utilizava, prendendo e julgando alguns, dentre os quais estavam Rodolpho Felipe e Edgard Leuenroth. Atualmente, a caixa postal 196 consta como pertencente a novos grupos anarquistas. Sobre essa história ver: SILVA, 2018.

¹⁷⁷ “A PLEBE” - Voltando ao campo da luta. *A Plebe*, São Paulo, 12/02/1927, p. 3.

¹⁷⁸ Ibidem.

pesquisadores como “imprensa operária”, o principal veículo de comunicação que compunha a estratégia para a agitação dos trabalhadores (FERREIRA, 1978).

Os imigrantes que desembarcaram em São Paulo tiveram uma vida associativa intensa, criando e integrando organizações de base étnica e de classe, associações recreativas, culturais, mutualísticas, ligas de bairro e sindicatos. Geralmente vinculados a esses ambientes, produziram jornais de diferentes matizes, desde os nacionalistas que buscavam fortalecer a identidade étnica e aglutinar-se enquanto grupo imigrante, construindo a ideia de uma “colônia” - caso do *Fanfulla*, por exemplo -, até os jornais operários, cuja preocupação, na maioria dos casos, era superar os sentimentos de nacionalidade e focar na luta contra a exploração capitalista, a partir de uma identidade de classe.

O contexto do final do século XIX e início do XX assistiu a importantes inovações da modernidade, que impulsionaram o fazer jornalístico de modo geral. Elementos como luz elétrica, telefone, cinematógrafo, bondes elétricos, automóvel, máquina de escrever, novos maquinário gráficos, além de telégrafos submarinos e sem fio vinham otimizando a circulação de informações, proporcionando maior simultaneidade das publicações em diferentes pontos do mundo e aumentando o papel da imprensa, que se profissionalizava e se tornava também um negócio (MARTINS; LUCA, 2008, p. 11). Diversificação das ilustrações, melhor qualidade de impressão, menor custo e aumento das tiragens são elementos desse processo de ascensão da comunicação de massa, bem como a alfabetização de públicos mais amplos de leitores (ELEUTÉRIO, 2008, p. 83).

Para além do impulsionamento das imprensas tradicionais, essas inovações permitiram que outros grupos se utilizassem do fazer jornalístico como forma de divulgar suas ideias e aspirações. Daí nasceram jornais de oposição aos governos, bem como as chamadas “imprensas alternativas”, que se apropriaram desse meio de comunicação como instrumento de luta política, dando voz às demandas específicas de grupos sociais que não tinham espaço na grande imprensa (COHEN, 2008, p. 104). Os escritos desses grupos - geralmente formados por sujeitos que não são jornalistas de profissão, e exercem essa atividade como militância em suas “horas vagas” - fornecem contraponto às posições laudatórias do progresso e da modernidade propagadas nos discursos de imprensa hegemônica, evidenciando as contradições daquele processo.

Segundo Maria Helena Capelato (1994), jornalistas críticos encontraram nas imprensas alternativas o espaço para o combate político e para o uso de suas potencialidades criativas, muitas vezes podadas nas grandes redações. Geralmente, o formato desses jornais segue o modelo jornalístico clássico que se consolidava naquele momento, mas subvertendo os

conteúdos, tornando-se órgãos de protesto. A ótica burguesa costuma classificar essas imprensas como “más”, pois fogem do cenário político ideológico almejado por ela e geralmente reproduzido nos grandes órgãos de imprensa.

Tanto os escritores da imprensa operária quanto da imprensa negra notavam o caráter ideológico da mídia tradicional e entenderam que deveriam encontrar seus próprios meios para romper o silenciamento e tratar de seus debates de maneira digna. Florentino de Carvalho,¹⁷⁹ tipógrafo e imigrante espanhol, escreveu em *A Obra* sobre a importância de quebrar o monopólio da informação das classes dominantes, pois “enquanto [elas] mantiverem esse monopólio a mentalidade humana será, a seu talante, domesticada, plasmada, escravizada”. Carvalho entendia ser necessário que surgisse “na arena da luta a imprensa livre, alheia ao espírito do lucro aos interesses das classes detentoras”, ou seja, uma imprensa que colocasse “em evidência os males sociais, todas as infâmias” do mundo burguês, para poder transformá-lo.¹⁸⁰

Da mesma forma, os militantes negros percebiam que as páginas dos jornais “brancos” geralmente silenciavam sobre o cotidiano e a situação da população afrodescendente ou tratavam-na segundo estereótipos negativos vinculados a criminalidade, desordem, alcoolismo, vadiagem e prostituição, enfim, como sinônimos de problemas sociais e policiais (PINTO, 2013, p. 70-71; DOMINGUES, 2008, p. 30). Segundo Jayme de Aguiar, um dos fundadores do *Clarim*, “o negro ficava de lado porque ele não tinha meios de comunicação. Então esse meio de comunicação foi efetuado através dos jornais negros da época”. Seu depoimento fornece pistas sobre a diversidade do mundo das imprensas alternativas na cidade pois, para ele, mobilizar uma imprensa negra seria fazer como “os jornais dos brancos que existiam naquela época: jornal das costureiras, jornais das moças que trabalhavam nas fábricas, etc.”.¹⁸¹

Neste capítulo, o objetivo é apresentar e caracterizar de forma geral as imprensas alternativas dos negros, imigrantes e operários, como meios de divulgação de projetos e atuações de seus movimentos sociais. No contexto extremamente desfavorável desenhado durante o capítulo anterior, estes grupos buscaram se organizar para superar as mazelas do cotidiano coercitivo da Pauliceia. Os mundos associativos e suas imprensas foram expressões dessa busca por sobrevivência e transformação social, seja a partir de um recorte puramente de classe ou étnico-racial. Estabelecer as características dos jornais, sobretudo quem foram seus escritores, leitores e suas ideias gerais, é necessário para ingressar nos principais debates dos

¹⁷⁹ Pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares.

¹⁸⁰ CARVALHO, F. A nossa razão de ser. *A Obra*, São Paulo, 01/05/1920, p. 4.

¹⁸¹ Depoimento registrado por Clóvis Moura (1983, p. 149).

próximos capítulos, cujo objetivo será inter-relacioná-los. Aqui também serão mapeadas as principais questões presentes no universo dessas fontes – embora não haja espaço para grandes aprofundamentos nelas – e destacados alguns pontos em comum entre os dois tipos de imprensa, consonâncias que iluminam características importantes sobre o modo de atuação das classes populares e seus projetos.

2.1. Caracterizando as imprensas negra e operária

Do período delimitado para esta pesquisa, de 1915 a 1932, 13 jornais negros de São Paulo sobreviveram à ação do tempo. De um modo geral, pode-se dizer que o principal objetivo deles era o combate ao racismo e a divulgação dos eventos do mundo associativo negro. Segundo Domingues,

enfocando as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do mercado de trabalho, da habitação, da educação e da saúde, os jornais da “classe dos homens de cor” serviam de veículo denunciatório do regime de segregação racial que incidia na cidade de São Paulo no pós-abolição, impedindo o negro de ingressar em determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais, religiosos, algumas escolas, ruas e praças públicas. As páginas daqueles jornais tornaram-se uma tribuna privilegiada para pensar em soluções para o problema do racismo na sociedade brasileira (2008, p. 21).

Após estudos pioneiros de Roger Bastide (1951), a antropóloga Miriam Nicolau Ferrara (1986) inaugurou, sob orientação de Clóvis Moura, uma leva de pesquisas que se debruçaram profundamente sobre os jornais negros, analisando-os em vários aspectos. A autora, cuja análise vai até 1964, propôs uma divisão temporal bastante simples para os periódicos (FERRARA, 1986, p. 45). Para ela, os jornais entre 1915 e 1923 concentravam-se claramente em comunicar os fatos da comunidade negra e sua vida social, com foco nas associações étnicas. Também tinham a preocupação de indicar como a população negra deveria se portar, de acordo com os valores e normas culturais vigentes na sociedade burguesa, como meio de integração social. Os artigos de reivindicação política da raça eram incipientes, mas indicavam o início de um processo de formação de consciência racial que se aprofundaria com o passar dos anos no seio da comunidade negra.

A partir de 1924, José Correia Leite, juntamente com Jayme de Aguiar, iniciou a publicação de *O Clarim d'Alvorada*, jornal que se tornou um marco na trajetória da imprensa negra e simbolizou o começo de nova fase desses periódicos, na qual há um perfil de reivindicação política e combate ao racismo mais acentuado. Nessa fase, segundo Ferrara (1986, p. 111), “questões relativas ao negro são abordadas de forma mais enfática, colocando

em relevo o preconceito e a discriminação, buscando a elevação moral do negro, mas também apontando seus erros e os daqueles que tentam obstruir o seu caminho para a construção de uma identidade”.¹⁸² Até o final do recorte escolhido para a presente pesquisa (o ano de 1932), outros jornais com essa característica surgiram, como o *Progresso*, além dos anos finais de *O Kosmos*.

Esse segundo período da imprensa negra ainda se estende para além do referido recorte e comporta outro marco importante para a história do movimento negro: a fundação da *Frente Negra Brasileira* (FNB) em 1931, maior associação de afrodescendentes formada até então, cujo porta-voz seria o jornal *A Voz da Raça*, inaugurado em 1933. O fechamento da FNB e de seu jornal marcam o término da segunda fase da imprensa negra, em 1937, quando teve início a ditadura varguista e a associação caiu na ilegalidade, obrigada a fechar suas portas pouco tempo depois, junto aos partidos políticos e outros espaços de articulação de movimentos sociais que sofreram a repressão do Estado Novo.¹⁸³

Na tabela da página a seguir estão detalhados os periódicos que foram objetos de minha análise, contendo informações relevantes como o período de atuação e os fundadores de cada um, bem como as associações a que alguns estavam vinculados.

¹⁸² Importante apontar que a periodização comentada vale para o século XX, mas antes já haviam existido jornais passíveis de serem categorizados como “imprensa negra”. Tratando-se do Brasil todo, o registro mais antigo de que se tem notícia é *O Mulato ou o Homem de Cor*, datado de 1833, na cidade do Rio de Janeiro. Em sua tese, Ana Flávia Magalhães Pinto (2006) analisou a imprensa negra no século XIX, a partir de jornais de várias regiões do território nacional, mostrando que a atuação jornalística dos negros vinha de longa data, desde o surgimento da própria imprensa no país. Para a cidade de São Paulo, é possível que o primeiro deles tenha sido *A Pátria: Órgão dos Homens de Côr*, de 1889. No entanto, as experiências de imprensa negra paulista entre esse periódico e o ano de 1915 foram intermitentes e bastante pontuais. Considera-se a publicação de *O Menelik* (1915) como o marco de ressurgimento desses jornais ao longo da Primeira República na capital paulista. Fica também o alerta de que não se deve confundir a imprensa negra do século XIX com a imprensa abolicionista. Embora nesta última houvesse negros compondo algumas de suas equipes, inclusive na função de jornalistas, esse aspecto não basta para definir um jornal como imprensa negra. Esta caracteriza-se também pela abordagem de assuntos do mundo negro, com publicações voltadas especificamente para esse grupo e, principalmente, por ter discurso racializado, fortemente marcado pela construção de uma identidade racial negra. Esse último aspecto é, grosso modo, ausente no projeto da imprensa abolicionista.

¹⁸³ Posteriormente, o historiador Gilmar Carvalho (2009), pensando o estado de São Paulo como um todo, propôs que essa segunda fase fosse adiantada para 1923, passando a incluir *O Getulino*, de Campinas. Tal jornal pode ser considerado o “equivalente” ao *Clarim* no interior, devido ao tom de seus discursos. Não por acaso ambos estabeleceram uma sólida rede de contatos entre si. Na periodização de Ferrara (1986) haveria ainda uma terceira fase, delimitada entre 1945, quando há um ressurgir dos jornais negros após o fim da censura do Estado Novo, e 1964, quando a ditadura militar força uma nova retração dos movimentos da sociedade civil. Nesse período, o diferencial é a atuação efetiva dos negros na política institucional e partidária. Atualmente diversos portais na internet e páginas de redes sociais gerenciadas por pessoas negras e voltadas para esse público exercem a função que outrora foi da imprensa negra e, portanto, podem ser apontados como a mais nova página dessa mesma história, da comunicação negra no país – verdadeiras experiências de “afro-ativismo digital”. Ver, por exemplo, *O Menelick – 2º Ato*, revista digital que faz referência direta à tradição da imprensa negra em seu nome e proposta, porém com foco no campo das artes: <<http://www.omenelick2ato.com/>>. Acesso em ago. 2020.

Tabela 8: Periódicos da Imprensa Negra (1915-1932)¹⁸⁴

Periódicos da Imprensa Negra (1915-1932)			
Periódico	Período em Atividade	Periodicidade	Fundadores e/ou Associação
O Menelik	1915-1917	Mensal	Deocleciano Nascimento e Geralcino de Souza
A Rua	1916	Semanal	Domingos José Fernandes e Oliveira Paula
O Xauter	1916	Mensal	Deoclécio Miné
O Alfinete	1918-1921	Quinzenal/Mensal	Augusto Euzébio de Oliveira
O Bandeirante	1918-1919	Mensal	Antonio dos Santos, J. D'Alencastro e Joaquim Cambará Grêmio Recreativo Bandeirantes
A Liberdade	1919-1920	Quinzenal	Gastão Rodrigues da Silva
A Sentinella	1920	Quinzenal	Ernesto A. Balthasar e B. Lazaro
O Kosmos	1922-1925	Mensal	Frederico Baptista de Souza, Abílio Rodrigues, Joaquim Domingues, João M. M. Baptista Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos
Elite	1923-1924	Mensal	Alfredo Eugenio da Silva, Olívio Cardoso, Frederico Baptista de Souza, Abilio Rodrigues Grêmio Dramático, Recreativo e Literário Elite da Liberdade
O Clarim d'Alvorada	1924-1933	Mensal	Jayme de Aguiar e José Correia Leite
Auriverde	1928	Semanal	João Augusto de Campos
Progresso	1928-1932	Mensal	Argentino Celso Wanderley e Lino Guedes
A Chibata	1932	Mensal	José Correia Leite

Fontes: Informações tiradas dos próprios jornais, além dos trabalhos de Mello (2005, p. 14, 74-109) e Domingues (2008, p. 33-35).

¹⁸⁴ Outros periódicos de fora do recorte temporal ou geográfico desta pesquisa foram analisados pontualmente, a partir de diálogos encontrados nos próprios jornais ou por alguma informação importante na bibliografia. Foram os casos de *A Voz da Raça* (São Paulo), órgão oficial da FNB, de 1933; e de *O Getulino* (Campinas), de 1923-1925. Sabe-se da existência de outros jornais negros dentro do presente recorte, a partir de menções de militantes em depoimentos ou nos próprios periódicos analisados. É o caso de *Princesa do Norte* (1923) e do *Nosso Jornal* (1924), citados em entrevistas de ex-militantes (MOURA, 1983, p. 150-151). Porém, até o momento essas edições não chegaram às mãos dos pesquisadores.

De modo geral, os jornais da imprensa negra não tinham uma padronização de tamanho, tiragem ou mesmo de seções. Em média, tinham quatro páginas, mas algumas publicações, sobretudo em datas comemorativas como o 13 de maio, eram mais extensas, chegando a até 16 páginas. Seus cabeçalhos seguiam o formato clássico jornalístico, indicando o editor e o administrador, data e cidade, endereço da redação, numeração, título e subtítulo. Este último revelava o enfoque do jornal e o caráter de imprensa específica, com dizeres como “Órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor” (*O Menelik*), “Órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor” (*O Bandeirante*), ou remetiam à associação de que eram porta-voz, como *O Kosmos*, “Órgão oficial do grêmio recreativo e dramático Kosmos”. *O Clarim d’Alvorada* passou por diversos cabeçalhos ao longo de seus quase dez anos, mas fixou-se a partir de 1928, em sua segunda fase, como o “Legítimo órgão da mocidade negra - Pelo interesse dos homens pretos - noticioso, literário e de combate”.

Imagem 4: Cabeçalho de *O Clarim d’Alvorada*



Fonte: *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 04/03/1928.

Quanto às seções dos periódicos, é difícil identificar alguma regularidade. Em geral, tem-se alguns artigos maiores na primeira página, de opinião e crítica, intercalados ao longo das demais páginas com textos literários, contos e poesias. Artigos que constroem memórias sobre efemérides e personagens da história do negro também são recorrentes, sendo as datas mais retratadas o 13 de maio, data da abolição e o 28 de setembro, dia da lei do ventre livre, apropriado pelo movimento negro de então como o “Dia da Mãe Preta”. Os personagens não eram restritos aos negros, também era dado espaço a sujeitos brancos que tiveram algum destaque na história do negro: Joaquim Nabuco e Princesa Isabel eram recorrentes, ao lado de Luís Gama, José do Patrocínio, Zumbi dos Palmares, entre outros.

Na maior parte de seus textos a imprensa negra não se ocupava em relatar notícias da sociedade hegemônica. Acontecimentos políticos e econômicos do Brasil e do mundo aparecem apenas de forma esporádica nesses jornais, característica que fortalece a noção de “imprensa específica”, cujo objetivo é abordar acontecimentos restritos ao mundo negro.

Nas últimas páginas costumavam figurar colunas informativas de eventos ocorridos ou que estavam a ocorrer no mundo associativo - bailes, comemorações, romarias cívicas, concursos literários e de beleza, jogos de futebol, ensaios teatrais ou de bandas, entre outros -, uma parte sobre vida social – em que eram mencionadas as efemérides de indivíduos do meio negro, como aniversários, morte, nascimento e formaturas - e anúncios de produtos ou serviços. Estes últimos não eram necessariamente voltados para o público negro, eram propagandas de produtos gerais, provavelmente para levantar fundos para o jornal. Em alguns jornais da primeira fase era possível encontrar uma seção de mexericos, onde a equipe do jornal denunciava e expunha os sujeitos que não se comportavam adequadamente, segundo a moral. Tais jornais colocavam-se como uma espécie de vigia dos costumes da população negra.¹⁸⁵

Como fica claro pela tabela, a maior parte dos órgãos de imprensa negra teve vida bastante curta, metade deles nem sequer completou um ano de existência. Além disso, tiveram periodicidade irregular, nem sempre cumprindo as metas definidas de periodicidade (geralmente quinzenal ou mensal). Nesse aspecto, o *Clarim* - que completava cinco anos na ocasião do trecho citado na abertura deste capítulo e, posteriormente, ainda completaria mais três - pode ser apontado como uma exceção, mas também não passou ileso pelas dificuldades típicas desse tipo de imprensa: vivenciou inúmeras interrupções em sua história, às vezes ficando meses sem lançar uma única edição.

Tais dificuldades devem-se às características intrínsecas a esse tipo de publicação: são órgãos de imprensa alternativa, cujo objetivo não era de mercado, mas político e ideológico. Sua missão era divulgar os ideais dos militantes negros ao restante da comunidade, cooptando os indivíduos para sua causa e promovendo a identidade racial. Por essa razão, os preços cobrados eram baixos e muitas vezes os jornais eram distribuídos gratuitamente nas associações (DOMINGUES, 2008, p. 36), afinal, o que importava era a mensagem chegar ao público alvo.

Como vimos, esse público, tanto para a imprensa negra quanto para a imprensa operária, não vivia as melhores condições financeiras - eram trabalhadores pobres. Por isso, muitas vezes os custos acabavam sendo arcados pela própria equipe do jornal ou pela associação da qual faziam parte. Conforme declarou José Correia Leite, seu periódico, assim como os demais dessa categoria, “não contava com a burguesia endinheirada”, era “um jornal da classe mais pobre, da camada social mais baixa” (CUTI; LEITE, 2007, p. 97). Não costumava haver estrutura ou patrocínio, nem sedes próprias. Em muitos casos, as oficinas e tipografias eram improvisadas nas associações ou na residência de algum editor - como foi o caso do *Clarim*, na casa de Leite,

¹⁸⁵ Ver, principalmente, as edições dos jornais *A Sentinella* (1920), *A Rua* (1916) e *O Alfinete* (1918). Essa temática do moralismo nas imprensas será abordada em tópico mais à frente.

no Bexiga, ou d'*O Menelik*, na casa de Deocleciano Nascimento, no Bom Retiro.¹⁸⁶ Por vezes, os jornais organizavam eventos, festivais e bailes para arrecadar fundos para sua continuidade. Em suma, tais jornais não se caracterizavam como “empresas profissionais”, nem tampouco seus escritores viviam dessa atividade: era um jornalismo militante, não remunerado.

Imagem 5: Oficina de *O Clarim d'Alvorada*, na residência de José Correia Leite (década de 1930)



Fonte: CUTI; LEITE, 2007, p. 98.

Dentro do meio negro, o principal canal de difusão dos jornais foram as associações, fossem as dançantes, recreativas, literárias ou beneficentes. Petrônio Domingues (2000, p. 261) computou a existência de 85 dessas associações em São Paulo entre 1897 e 1930, “sendo 28 dançantes, 9 beneficentes, 4 cívicas, 11 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários, além de 12 cordões carnavalescos”. Já Regina Pahim Pinto (2013, p. 86) encontrou 120 delas, entre 1907 e 1937, prova de que os negros mantiveram intensa vida social no período - o que corrobora a afirmação de Clóvis Moura (1983, p. 143), de que o negro sempre foi um organizador, desde os tempos de escravidão.

As características dos frequentadores das associações eram bastante heterogêneas: havia os solteiros, as famílias, uns com certo poder aquisitivo, outros mais pobres, mulheres, homens, idosos e a juventude. Mas uma coisa era certa: impedida de frequentar muitos clubes de brancos

¹⁸⁶ A história da fundação de *O Menelik* é contada em uma de suas edições, em que é possível descobrir os detalhes sobre sua sede. **O Menelik**, São Paulo, 17/10/1915, p. 1.

e imigrantes,¹⁸⁷ era nesses espaços que a população negra exercia laços de sociabilidade, fortalecia sua identidade e orgulhava-se de sua raça, encontrando seus iguais, valorizando-se esteticamente e culturalmente. Se além da pobreza - mal do qual parte da população branca também sofria - esses sujeitos ainda eram alvos de desrespeito, discriminação e segregação nos espaços devido à cor da pele, era natural organizarem-se e associarem-se a partir do critério étnico-racial.

Algumas dessas associações publicaram seus próprios jornais, como foi o caso d'*O Kosmos*, porta-voz do *Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos*, d'*O Bandeirante*, pertencente ao “Grêmio Bandeirantes”, e do *Elite*, periódico do *Grêmio Dramático, Recreativo e Literário Elite da Liberdade*. A divulgação de estatutos, hinos, eventos (desde bailes, blocos carnavalescos, jogos de futebol e peças dramáticas até romarias cívicas e atos públicos), enfim, do cotidiano das entidades como um todo era função cara aos jornais.

José Correia Leite deixou clara a importância das associações em diversos momentos, afirmando que “o Clarim é feito para se distribuir nos salões de bailes da gente negra, isso é certo”, e agradecia a elas pela longevidade de seu periódico: “às sociedades dançantes desta capital e às do interior os nossos agradecimentos, não só pelo acolhimento [...] como pelo interesse e o reconhecimento”.¹⁸⁸ Foi esse público solidário da comunidade e o espírito associativo que mantiveram vivos muitos dos jornais da imprensa negra, em estratégia típica de mutirão (MOURA, 1988, p. 215), pois as pessoas da própria comunidade empenharam-se em divulgar e vender os exemplares nas associações e nas ruas.¹⁸⁹

As principais associações negras no período foram *Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos*, fundado em 1908 e atuante até meados da década de 1920, com enfoque em atividades teatrais e literárias; o *Centro Cívico Palmares* (CCP), atuante entre 1926 e 1929, sempre lembrado por ter fundado uma biblioteca e oferecido cursos de alfabetização e o secundário; e, no início da década de 1930, a *Frente Negra Brasileira* (FNB), que durou até 1937.¹⁹⁰ Na verdade, essa última deve ser considerada como o resultado de todo o acúmulo de experiência do associativismo negro nas décadas anteriores (DOMINGUES, 2005, p. 39; PEREIRA, 2010, p. 83-90), afinal, diversas tentativas foram feitas por militantes negros para criar uma

¹⁸⁷ A história sobre a dificuldade dos italianos aceitarem a entrada de José Correia Leite em seus bailes e associações, contada no segundo tópico do capítulo 1, é um bom exemplo dessa problemática.

¹⁸⁸ LEITE, J. C. A resposta do Prof. Vicente Ferreira. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 04/03/1928, p. 2; LEITE, J. C. Muito agradecido. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 15/01/1927, p. 1.

¹⁸⁹ LEITE, J. C. Cinco anos de clarinadas. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 06/01/1929, p.1.

¹⁹⁰ Não cabe aqui adentrar os detalhes de cada uma dessas associações. Não são raros os trabalhos que já trataram desse mundo organizativo negro. Portanto, julgo positivo indicar alguns deles, que focaram principalmente nas associações citadas: PINTO, 2013, p. 77-123; SILVA, 1990, p. 102-147; MALATIAN, 2015; DOMINGUES, 2005. Para aprofundar nas redes de associativismo negro em São Paulo e suas interconexões, ver: SILVA, 2018.

organização grande e coesa como foi a FNB. Ela atuou em muitas frentes e contou com inúmeros departamentos, tais como de esportes, música, imprensa, artes e ofícios, dramático, médico, da “boa vontade” (responsável por organizar mutirões), jurídico-social, entre outros. Foi a maior articulação de negros até então e extrapolou o território de São Paulo, com sedes em outros estados, como a Bahia e o Rio de Janeiro. No final de sua trajetória, a FNB transformava-se em partido político, logo fechado pela ditadura de Vargas.

Vale notar que uma longa tradição de pesquisa, a partir do trabalho de Florestan Fernandes (2008), desconsiderou todo esse mundo associativo como expressão política da população negra, e afirmou que esses indivíduos viviam sob “anomia social”. Por mais que muitas das associações negras tivessem caráter de lazer, deve-se considerar que a política ultrapassa o âmbito dos sindicatos, partidos e da ação direta. Conforme apontou José Carlos Gomes da Silva (1990, p. 106-107), essas organizações permitiram que negros e negras “experimentassem dimensão da vida pública”, tecendo em coletivo sociabilidades e expressões culturais para além do espaço do lar. Essa dimensão lhes era negada nos ambientes da população branca, causando o que a antropóloga Marina Mello (2005, p. 18, 35) chamou de “subjetividade de deslocamento”, derivada da experiência de estar no “lugar de fora - fora do centro da cidade, fora das fábricas, fora das escolas, fora das casas, fora das instituições”, ou seja, de viver sob o racismo estrutural. Daí a importância e o caráter político das associações.¹⁹¹

No entanto, os locais de circulação dos jornais de imprensa negra não ficaram restritos apenas às associações. Com o tempo, eles ganharam o espaço dos bairros e dos lares das famílias afro-brasileiras, conforme trecho publicado no *Clarim*, em que Correia Leite declarou que “devido à difusão crescente no seio dos lares e das famílias, nas ruas e com toda parte, a nossa folha criou logo uma simpatia geral”.¹⁹²

Apesar de alguns discursos nos próprios jornais darem a impressão de que havia enorme circulação de suas edições, deve-se questionar tal ideia. Sabe-se que a tiragem total d’*O Clarim* variava entre 1000 e 2000 exemplares (FERRARA, 1985, p. 202), a do *Getulino*, em Campinas, era em média 1500 exemplares, e *A Voz da Raça*, órgão de maior visibilidade porque representava a FNB, atingiu a marca de 4000 por edição (DOMINGUES, 2018, p. 269). Esses números não são desprezíveis para os padrões da época, mas, considerando o montante baixo de negros alfabetizados na cidade, Petrônio Domingues estimou que 4% a 8% dessa população

¹⁹¹ A crítica à tese da “anomia social da população negra”, de Florestan Fernandes, já tem longa tradição no meio acadêmico e acredito não ser necessário repeti-la mais uma vez neste trabalho. Uma boa problematização dessa tese, inclusive comparando o mundo associativo negro e o dos imigrantes e revelando grandes semelhanças entre eles, pode ser encontrada em ANDREWS, 1998, p. 118-134.

¹⁹² LEITE, J. C. Cinco anos de clarinadas. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 06/01/1929, p.1.

era leitora d'*O Clarim*.¹⁹³ Cabe atentar que cada exemplar poderia ser lido por mais de uma pessoa, passando de mão em mão entre as famílias, e que a própria informação lida por alguém poderia ser difundida oralmente e em leituras compartilhadas em voz alta entre amigos, familiares e nas associações. Isso era muito comum no meio negro, conforme propõe Wissenbach:

muitos dos segmentos sociais não letrados e sem acesso a uma escolaridade formal tinham consciência do potencial dessa forma de expressão, e aderiram direta ou indiretamente ao universo da linguagem escrita e da leitura. Viviam-se num mundo em que “uns leem, outros escutam, ou simplesmente veem, mas todos se aproximam bem ou mal da escrita, todos a percebem e experimentam sua presença”. [...] Ouvir as notícias da imprensa lidas em voz alta em espaços públicos era outro meio de contornar a situação de não letramento, e permaneceu como hábito cultural entre muitos segmentos sociais, difundidos tanto em clubes literários quanto informalmente em praças de pequenas cidades do interior (2018, p. 309-311).

Por esse motivo, Ruan Reis (2017, p. 47-48) estimou que o alcance dos conteúdos do jornal excedia em ao menos 4 ou 5 vezes a tiragem. Essa consideração leva a imaginar que até 10 mil negros e negras tiveram acesso a esse conteúdo, em um universo de pouco mais de 50 mil, no território paulista.

Com o tempo, alguns jornais atingiram notoriedade e extrapolaram as fronteiras da cidade e do estado de São Paulo, como foi o caso d'*O Clarim*, que circulou em Botucatu, Taubaté, Campinas, Santos, Rio de Janeiro e Salvador, para citar alguns locais.¹⁹⁴ Contatos transnacionais também chegaram a ocorrer, a partir de trocas e redes de conexão entre os movimentos negros de Brasil e Estados Unidos.¹⁹⁵ *A Voz da Raça* teve alcance no Sul do Caribe, em países da América do Sul e até do outro lado do Atlântico, chegando a ser lido em Moçambique (DOMINGUES, 2008).

De qualquer maneira, pode-se concluir que os debates nessa imprensa ficaram restritos a um público pequeno, não atingindo a totalidade da população afrodescendente de São Paulo,

¹⁹³ Os próprios militantes da imprensa negra estavam cientes dessa limitação de seus escritos, até porque consideravam o analfabetismo um dos piores problemas que acometiam a população negra, e lutavam para saná-lo. Oliveira, em *O Alfinete*, fez referência ao “analfabetismo que predomina em mais de dois terços de tão infeliz raça”, indicando uma estimativa bem mais vaga de iletrados, mas que dialoga com as conclusões da bibliografia. OLIVEIRA. Para os nossos leitores. *O Alfinete*, São Paulo, 22/09/1918, p. 1.

¹⁹⁴ O CLARIM d'Alvorada no norte do paiz. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 01/04/1928, p. 4; O CLARIM em Santos. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 01/04/1928, p. 4; O CLARIM em Botucatu. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 03/02/1929, p. 2.

¹⁹⁵ Já existem alguns trabalhos que exploraram esses contatos transnacionais no movimento negro. Provavelmente, os principais são o de Flávio Thales Francisco, *Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal “O Clarim da Alvorada” (1924-1932)* (2010) e o artigo *The Transnational Imagined Community of the Black Press of São Paulo and Chicago, 1900 – 1940s*, de Cristián Castro (2017). De forma menos aprofundada também abordei a questão em uma comunicação intitulada *A imprensa negra paulista frente à experiência dos negros nos Estados Unidos: diálogos transnacionais, imprensa e circulação de ideias (1915-1932)*, cujo texto encontra-se disponível nos anais eletrônicos do evento (ver link na bibliografia).

muito menos a população geral da cidade. Mesmo no mundo dos intelectuais, jornalistas e escritores brancos esses textos chegavam de forma muito restrita, não gerando uma discussão mais ampla entre os diversos meios. Um outro aspecto que fortalece essa hipótese é a frequente queixa dos escritores da imprensa negra de que a população afrodescendente “vivía em dispersão”, era desinteressada, desmobilizada, desunida e não dava a devida atenção às suas palavras. Para o militante D’Alencastro, o protesto dele e de seus colegas “perdia-se no deserto” e ninguém em seu meio os ouvia.¹⁹⁶

Pesquisadores costumam apontar a influência do mundo associativo dos imigrantes para as organizações de afrodescendentes. De certa forma, as colônias estrangeiras foram vistas pelos militantes negros como exemplos de mobilização e solidariedade étnica, devido às suas associações beneficentes e mutualísticas, naquele momento já relativamente consolidadas. Do mesmo modo, a ideia de publicações jornalísticas negras também seria tributária das imprensas das colônias estrangeiras e do movimento operário, sobretudo no que diz respeito ao formato e estilo dos periódicos (GOMES, 2005, p. 33-34; DOMINGUES, 2008, p. 55-56). Segundo Ubirajara Motta, “o negro percebe nos imigrantes, além do rival que lhe toma chances de sobrevivência, um exemplo a ser seguido para melhorar seu nível de vida” (MOTTA, 1986, p. 78 apud DOMINGUES, 2008, p. 23-24). As memórias do militante José Correia Leite corroboram essas afirmações, comparando as comunidades em diversos momentos:

A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro de certa forma era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte (CUTI; LEITE, 2007, p. 33).

Correia Leite também lamentara que naquela época não havia leis trabalhistas, nem quaisquer direitos de justiça social, o que tornava a caridade e a beneficência umas das únicas formas de amenizar a desigualdade e a pobreza. Segundo ele, em tempos de crise e maiores dificuldades, o imigrante era amparado por suas associações e o negro deveria espelhar-se nessa mobilização:

as colônias estrangeiras resolviam isso [pobreza] formando associações beneficentes e de mútuo socorro. Os italianos tinham essas associações. Quando eu estava em uma roda de negros, eu procurava discutir isso: “Mas por que nós também não podemos ter uma associação assim?” Formavam-se sociedades beneficentes, mas logo se tornavam sociedades de baile e já ia tudo por água abaixo (CUTI; LEITE, 2007, p. 55).¹⁹⁷

¹⁹⁶ D’ALENCASTRO. Em ferro frio. **O Bandeirante**, São Paulo, 04/1919, p. 2.

¹⁹⁷ Uma das crises a que se referiu o militante foi no contexto da revolta tenentista paulista de 1924. A confusão gerou meses de dificuldade para a população mais pobre, devido ao desabastecimento e aumento do preço dos

Trechos como esse não eram raros nas páginas da imprensa negra e compuseram um número considerável de artigos em que as lideranças tomavam as associações étnicas dos imigrantes, sobretudo dos italianos, como exemplo ideal de união. Os militantes negros percebiam esse movimento associativo como o principal suporte para a ascensão socioeconômica do imigrante na penosa vida da capital paulista, conforme publicado no *Clarim* por D'Alencastro: “em esta Capital, o elemento nacional se confunde com o estrangeiro e, como este tem seus centros de socorros e de assistência geral, nós, os nacionais, cada um na sua esfera, devemos-nos agremiar a fim de prestarmos mútuos auxílios”.¹⁹⁸

As tais sociedades de socorro mútuo e associações beneficentes dos imigrantes eram criadas com funções que, via de regra, incluíam fornecer assistência médica, fazer caridade e amparar desempregados, idosos, aposentados e viúvas. Algumas também fundaram escolas e ofereciam cursos e atividades culturais. No entanto, não se deve exagerar na dimensão e nos resultados da ação associativa imigrante. O historiador Luigi Biondi (2011, p. 59) identificou, entre 1900 e 1920, 14 associações italianas de mutualismo na cidade. Porém, é necessário considerar que muitas delas tiveram dificuldade em sobreviver e foram efêmeras. Além disso, apenas uma pequena parcela das comunidades imigrantes realmente participava desses espaços, cuja adesão não costumava ultrapassar as poucas centenas de sócios (LUCA, 1990, p. 132). Em relação aos italianos, a estimativa é que 3% tenham integrado alguma associação - para fins de comparação, em Buenos Aires esse número correspondeu a cerca 20% (HALL, 2004, p. 129).¹⁹⁹

Se retomarmos o levantamento das associações negras citado anteriormente neste capítulo, fica evidente que o total de 9 beneficentes negras surgidas entre 1897 e 1930 é um número que não fica muito distante das organizações italianas. Se é certo que as associações das colônias foram mais robustas e coesas, essa ressalva leva a crer que houve relativo exagero na avaliação das lideranças negras sobre a suposta desmobilização e desunião de seu grupo étnico-racial. Fica a hipótese de que foi mais uma estratégia do discurso militante para incentivar a formação de espaços desse tipo do que uma realidade histórica.²⁰⁰

Tal discurso acaba por invisibilizar a longa tradição de associativismo negro desde os tempos da escravidão. Da mesma forma, considerar a imprensa negra como mero

alimentos. Segundo ele, nessa ocasião, as associações de socorro mútuo foram extremamente importantes para os estrangeiros. Ver: LEITE, J. C. O verbo do preto. **O Clarim d'Alvorada**, São Paulo, 07/12/1924, p. 3.

¹⁹⁸ D'ALENCASTRO. Grave erro. **O Bandeirante**, São Paulo, 09/1918, p. 2-3.

¹⁹⁹ Em outro texto, Hall (2010, p. 50) fortalece o argumento com o dado de que, em 1924, todas as associações italianas do estado de São Paulo somavam 7807 membros, num universo de cerca de 850 mil. Um número bastante aquém do esperado para a forte estrutura organizacional descrita por militantes negros (aparentemente a estatística inclui filhos brasileiros dos italianos, e tem como base dados do consulado da Itália).

²⁰⁰ Na própria imprensa negra é possível encontrar divulgação das atividades e organizações beneficentes negras, como foi o caso da Sociedade Beneficente Grupo 13 de Maio ou da Associação dos Homens Unidos.

“espelhamento” das imprensas operária e imigrante é apagar as experiências de jornais negros que existiram em diversos pontos do país desde o século XIX, como mostram pesquisas recentes.²⁰¹ Além disso, afrodescendentes atuaram no meio jornalístico divulgando suas ideias desde, pelo menos, a imprensa abolicionista.

Dentro da militância negra, principalmente em seus periódicos, a figura dos imigrantes aparece como inspiradora de muitas propostas. A história e a condição desses sujeitos eram idealizadas e retratadas como um caminho ideal a ser seguido pelos negros. Aspectos como união e solidariedade a partir de associações beneficentes, investimento em trabalho e na educação eram apontados como meios pelos quais os estrangeiros conseguiram ascender socialmente. O militante negro Horácio da Cunha, em 1926, escreveu:

Vejamos, bondosos patrícios, o belo exemplo que nos dá uma numerosa colônia estrangeira, nesta capital que, com seu trabalho incessante e proveitosos conseguiu já reunir a sua economia e é a que atualmente adquire por compra, casas e terrenos nesta capital e mesmo no interior.²⁰²

No entanto, essa imagem construída dos imigrantes é exagerada, pois corresponde apenas à experiência de uma pequena parcela da população imigrante, visto que boa parte dessa comunidade integrou a classe trabalhadora e vivenciou um cotidiano de exploração e pobreza. Essa representação positiva dos estrangeiros nas páginas dos jornais negros conviveu com outras de viés crítico e negativo, as quais serão tema de análise mais adiante neste trabalho.²⁰³

Continuar a análise a partir da caracterização da imprensa operária, formada em grande parte por imigrantes e seus descendentes, nos ajuda a iluminar inúmeras semelhanças entre essas publicações e as da imprensa negra - seja na forma, nos aspectos gráficos, ou nas dificuldades enfrentadas. Afinal, todas as colônias produziram seus próprios jornais e tiveram membros atuando no movimento operário, no qual também desenvolveram atividades jornalísticas.

Segundo o levantamento feito pelo historiador Angelo Trento (1983, p. 185), especificamente sobre a imprensa de língua italiana, existiram pelo menos 295 periódicos desse tipo só na capital paulista, de fins do século XIX até 1940. Considerando que havia italianos

²⁰¹ Sobre a imprensa negra no século XIX, retomar a nota 181, no início deste capítulo. Sobre a longa história do associativismo negro, ver: MOURA, 1983; RIBEIRO, 2019.

²⁰² CUNHA, Horácio. Evolução. **O Clarim d'Alvorada**, São Paulo, 24/07/1926, p. 1.

²⁰³ Ver o Capítulo 3.

atuando em jornais que eram publicados em português ou em jornais bilíngues, pode-se ter ideia do enorme peso que teve a participação desse grupo no universo das imprensas alternativas.²⁰⁴

Para o mesmo historiador, os jornais da colônia tinham o objetivo de “formar mais do que informar, de modelar consciências, de ‘fazer os italianos’, de reforçar uma identidade étnica, um espaço de identidade”, além de ter feito chegar até a Itália algumas reivindicações dos que haviam emigrado (TRENTO, 2013, p. 31-34). Dentro desse grupo, é provável que o *Fanfulla* tenha sido o principal periódico, com duração e tiragem que o caracterizam como exceção - foi de 1893 até a década de 1960, chegando a mais de 40.000 exemplares impressos diariamente, atingindo italianos de todas as classes sociais. Sua orientação ideológica era liberal e tornou-se fascista no decorrer da década de 1920. Diferentemente desse jornal, os periódicos das colônias estrangeiras também tinham “altas taxas de mortalidade” e poucas tiragens, em fenômeno muito parecido com o vivenciado pela imprensa negra. Os jornais étnicos de orientação burguesa tendiam a durar mais do que os de esquerda, até pelo público que o patrocinava e lia, indivíduos de maior renda (TRENTO, 2013, p. 17).

Para este trabalho, importa principalmente o grupo de jornais operários em que os imigrantes participaram. Segundo Trento, ainda utilizando o exemplo da maior nacionalidade emigrada, a atuação dos italianos em periódicos classistas foi de grande importância qualitativa e quantitativa, pelo menos até 1920, quando houve diminuição geral de publicações desse tipo. Maria Nazareth Ferreira (1978) em seu estudo clássico sobre a imprensa operária também a relaciona com a entrada no Brasil de trabalhadores gráficos já militantes, vindos da Europa. Para ela, que registrou 127 jornais operários na cidade de São Paulo entre o último quartel do XIX e 1920 (de um total de 343 encontrados no país todo, dos quais 60 eram em idioma estrangeiro, sendo 55 em italiano), a proliferação da imprensa operária foi o “ponto alto da atividade de liderança imigrante” - atividade que resultou em 35% dos jornais operários da cidade serem em língua estrangeira (FERREIRA, 1978, p. 88-96). Novamente, se levarmos em conta que o imigrante fundava ou participava de muitos periódicos escritos em português, seu peso fica maior.²⁰⁵

²⁰⁴ Jornais que eram publicados em português frequentemente traziam alguns artigos em italiano, mesmo na década de 1920, quando os imigrantes encontravam-se mais integrados, como pode ser verificado em edições de *A Obra* e *A Plebe*.

²⁰⁵ *A Rebelião*, publicação anarquista em português de 1914, por exemplo, trazia uma “Sezione Italiana” e uma “Seccion Española” para atender aos trabalhadores das duas maiores colônias estrangeiras da época; já o *Germinal* e o *La Barricata* tiveram uma experiência de união, formando um jornal misto em português e italiano, para atingir um público mais amplo e diverso. Os primeiros jornais libertários no Brasil foram articulados por imigrantes italianos - *Gli Schiavi Bianchi* (1892) e *L'Asino Umano* (1893). Vale destacar que os italianos foram considerados os “grandes missionários do ideário anarquista”, responsáveis por espalhar via imigração esse movimento por diversas partes do globo, como a Argentina, os EUA e o Brasil. Na condição de imigrantes ou exilados, eles

Em termos dos objetivos gerais dessas publicações, Trento destaca que

Elas se propunham como meios de comunicação acessíveis aos leitores e, principalmente, tinham objetivo de fazer propaganda e promover agitações, na tentativa de incorporar elementos de uma consciência operária comum. [...] um trabalho de sensibilização e proselitismo, voltado a garantir, por isso mesmo, a dignidade às classes populares e prepará-las para a desforra, abrindo-lhes os olhos para as causas das condições em que se encontravam e alimentando-lhes o espírito de rebelião (2013, p. 71).

Assim como a imprensa dos imigrantes de viés mais burguês, ou mesmo a imprensa negra, a imprensa operária informava pouco sobre acontecimentos da sociedade ampla e concentrava-se em formar seu público, de forma didática. Só que, neste caso, a formação era para a identidade e consciência de classe trabalhadora, e não de uma colônia estrangeira. Segundo Edilene Toledo (2004, p. 44), fundar um jornal era passo habitual de todos os grupos porque a imprensa era o veículo de comunicação de maior alcance. É importante destacar que, apesar da historiografia ter consagrado o termo “operária” para definir essa imprensa, os participantes e mesmo o público alvo da mensagem da maioria desses jornais não se restringia aos trabalhadores de fábricas, mas buscava adesão na totalidade da classe trabalhadora, registrando e articulando ações de empregados do comércio, de bares, restaurantes, cafés e mesmo da zona rural - como fica claro neste escrito de Edgard Leuenroth em *A Plebe*:

Vem este jornal ser um eco permanente das lamentações, dos protestos e do conchamar ameaçador dessa plebe imensa que desde os seringais da Amazônia aos pampas sulinos, em terra, no mar, nas escuras galerias do subsolo, nos ergástulos industriais ou nos ínvios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos, para manter na opulência os ladrões legais [...].²⁰⁶

Os jornais englobavam as variadas correntes ideológicas dentro da esquerda, incluindo diferentes posições táticas e estratégicas dentro do anarquismo, do socialismo e do sindicalismo revolucionário. Segundo Toledo (2004), essa última foi a posição que hegemonizou o movimento operário paulista até a Primeira Guerra Mundial, com o anarquismo como seu “concorrente” secundário.²⁰⁷ No pós-guerra é possível identificar o anarquismo ainda ocupando

certamente contribuíram para que o anarquismo viesse a se tornar a corrente hegemônica na esquerda global desde a morte de Marx, em 1883, até pelo menos a Revolução Russa, em 1917 (ANDERSON, 2014, p. 20, 97).

²⁰⁶ LEUENROTH, Edgard. Rumo à Revolução Social. *A Plebe*, São Paulo, 09/06/1917, p. 1. Vale notar que o anarquismo tem larga tradição em considerar todos os “deserdados do sistema” como “sujeitos da revolução”, uma visão universalista e diferente das avaliações e rumos de parte do movimento operário global, que deu primazia ao trabalhador das fábricas, sobretudo na primeira metade do século XX. No caso desse periódico, a própria escolha de seu título parece muito coerente, pois indica de antemão uma ampla inclusão de todos os oprimidos. Sobre esse caráter do anarquismo, ver: RAGO, 1985, p. 156-157.

²⁰⁷ Pode-se definir o sindicalismo revolucionário a partir da ênfase dada aos sindicatos como base da sociedade futura e do peso dado às lutas por questões imediatas, “econômicas”, ou seja, a busca de ganhos materiais na disputa cotidiana contra os patrões. Tais lutas deveriam ser conciliadas com as de longo prazo, que preparavam a revolução que derrubaria definitivamente o capitalismo. O sindicalismo revolucionário propunha-se como neutro

espaço considerável no movimento operário até o final da Primeira República, com grupos que tiveram protagonismo na mobilização das grandes greves, mas perdendo terreno paulatinamente para o socialismo de matriz mais próxima ao soviético, sobretudo após a Revolução Russa e a fundação do *Partido Comunista do Brasil* (PCB) em 1922, e muito afetado pelo recrudescimento da repressão naquela década e pela expulsão de militantes estrangeiros.²⁰⁸

De todo esse enorme universo de periódicos, seria impossível analisar todos no contexto de uma pesquisa de mestrado. A tabela a seguir indica os jornais que foram analisados, correspondentes ao período entre 1915 e 1932, para o confronto com a imprensa negra. Nela estão identificados os principais atuantes da equipe editorial de cada um, o período de atividade do periódico e outros detalhes:

em relação às correntes político-ideológicas, de modo a unificar ao máximo os trabalhadores em torno dos sindicatos, os quais deveriam ser autônomos - “os trabalhadores podiam ser anarquistas ou socialistas, mas dentro do sindicato deveriam ser apenas sindicalistas”. Essa posição destoa do anarquismo, cujo objetivo também é construir uma sociedade sem classes, porém autogerida por federações de indivíduos, entre outras diferenças. Ver: TOLEDO, 2004b, p. 29-33.

²⁰⁸ Em geral, a historiografia marcou o enfraquecimento da esquerda durante a década de 1920, principalmente sob o governo repressor de Artur Bernardes, o que, naturalmente, afetou a quantidade de jornais operários surgidos ou mantidos na época (TRENTO, 2013, p. 103). A historiografia marcou também esse período como de suposta derrocada do anarquismo. No entanto, novas pesquisas mostram a insistente e importante presença de grupos desse viés ideológico articulando movimentos em todo o Brasil, sobretudo fora do eixo Rio-São Paulo. Mesmo nessa região, a longevidade do grupo de *A Plebe* e as páginas desse jornal fornecem pistas da atuação anarquista e sua considerável influência ainda nessa década. Ver: SANTOS, 2019.

Tabela 9: Periódicos da Imprensa Operária (1915-1932)²⁰⁹

Periódicos da Imprensa Operária (1915-1932)				
Periódico	Período em Atividade	Periodicidade	Corrente ideológica	Principais integrantes e articuladores
Guerra Sociale	1915-1917	Semanal/ Quinzenal	Anarquista	Angelo Bandoni, Gigi Damiani, Alessandro Cerchiai, Florentino de Carvalho (Primitivo Raymundo Soares) e Francesco Cianci
A Plebe	1917; 1919-1922; 1924; 1927; 1932	Semanal	Anarquista	Edgard Leuenroth, Benjamin Motta, Isabel Cerutti, Astrojildo Pereira, Florentino de Carvalho, João Penteado, Neno Vasco, Maria Valeska, Pedro A. Mota e Rodolpho Felipe
Alba Rossa	1919-1923	Semanal	Anarquista	Angelo Bandoni, Silvio Antonelli, Francesco Escudellario, E. Ferreira, C. Borgomoni
A Obra	1920	Semanal/ Quinzenal	Anarquista	Florentino de Carvalho; Antonio de Oliveira e Cecilio Martins

Fontes: Informações tiradas dos próprios jornais, além dos trabalhos de Trento (2013) e Santos (2017).

²⁰⁹ Outros periódicos, dentro do recorte temporal ou não, foram usados pontualmente a partir de diálogos encontrados nos próprios jornais ou indicações na bibliografia. Foram os casos de: *Gli Schiavi Bianchi* (1892-1893), primeiro jornal libertário italiano da cidade de São Paulo, fundado por Galileo Botti; *Avanti!* (1901-1919), principal periódico socialista italiano de São Paulo, cujo diretor era Alcibiade Bertolotti; *La Battaglia* (1904-1912), periódico anarquista em língua italiana, articulado por Gigi Damiani e Oreste Ristori; *La Barricata-Germinal!* (1913), periódico anarquista organizado por Gigi Damiani, Alessandro Cerchiai e Rodolpho Felipe, resultante da fusão entre o *La Barricata* (herdeiro de *La Battaglia*) e o *Germinal*, tornou-se uma publicação coletiva com duas páginas em italiano e duas em português; *La Propaganda Libertaria* (1913-1914) também fundado por Gigi Damiani; *A Rebelião* (1914), periódico anarquista organizado por João Crispim (pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares); *La Difesa* (1923-1934), principal periódico antifascista italiano, articulado por Luigi Garascio, Antonio Piccarolo, Riccardo Gradilone, Antonio Cimatti, Francesco Frola, Mario Mariani, Nicola Cilla e Bixio Picciotti; e *O Homem Livre* (1933-1934), porta-voz da *Frente Única Antifascista* (FUA), que reunia diversos grupos de intelectuais, trabalhadores e militantes de esquerda com o objetivo de lutar contra a ascensão do fascismo no Brasil.

Todos os jornais escolhidos encontram-se dentro do espectro ideológico do anarquismo e, em sua maioria, eram construídos por grupos que, na época, defendiam uma estratégia organizacionista, propondo articulações dentro dos sindicatos e das associações de classe (SANTOS, 2017).²¹⁰ Apesar de haver menor incidência de imigrantes e contando com muitos filhos deles já nascidos no Brasil, é possível sentir ainda o peso dessa categoria étnica/nacional nos jornais operários. Os articulistas de *Guerra Sociale* buscaram em determinado momento extrapolar o público italiano, a partir do entendimento de que havia quantidade razoável de brasileiros nas classes trabalhadoras que não podiam ser deixados de lado pela militância do jornal. No entanto, eles ressaltaram a contínua importância do trabalhador italiano, já quase adentrando o pós-guerra:

A necessidade de uma edição portuguesa da “Guerra Sociale” cada dia se faz mais sentida. Renunciar, porém, à edição italiana é impossível e por razões econômicas, visto serem italianos a maior parte dos nossos assinantes e também por que é indispensável, num estado onde a imigração italiana constitui mais da metade da classe proletária ter um órgão que neutralize a propaganda nacionalista e de outras tendências, a um público italiano.²¹¹

A partir daí o periódico aumentou seu número de páginas e recebeu mais contribuições de militantes de outras nacionalidades, quase dobrando de tamanho. Os trabalhadores brasileiros agora seriam estrategicamente essenciais, pois, em tese, não viviam sob o risco de leis de expulsão do país, às quais estavam submetidos os subversivos estrangeiros. Em 1919, *Alba Rossa*, outro jornal libertário em língua italiana de destaque, também chegou a admitir que os esforços de mobilização deveriam convergir para a língua do país e, por tal razão, uniu-se com *A Plebe*. Porém, em 1921, o periódico ressurgiu de forma independente, voltando ao idioma italiano sob o argumento de que havia necessidade “de se contar com uma publicação na língua falada pela maioria dos proletários da cidade de São Paulo”.²¹² Por outro lado, *O Amigo do Povo* e *A Plebe*, dois dos mais relevantes jornais de trabalhadores em língua portuguesa, sempre cederam espaço para colunas, artigos, anúncios ou intervenções em língua italiana (TRENTO, 2013, p. 73). É sintomático que até mesmo no final do período estudado,

²¹⁰ Dentro do anarquismo, a estratégia *organizacionista* admite a disputa dos sindicatos e outras associações de classe como parte de sua atuação. Em oposição, o *antiorganizacionismo* aposta apenas no levante espontâneo das massas e critica o envolvimento de anarquistas em órgãos sindicais. É comum também encontrar o termo *dualismo organizacional* para caracterizar os grupos anarquistas que apoiam as lutas essencialmente econômicas em prol de ganhos materiais imediatos para os trabalhadores e, ao mesmo tempo, procuram influenciar os órgãos classistas a atuar também politicamente pela superação radical da sociedade capitalista. Essa última estratégia parece ter sido os casos de *Guerra Sociale* e *A Plebe*. Sobre essas diferenças, ver: SANTOS, 2017, p. 137-138, 207.

²¹¹ SEM TÍTULO. *Guerra Sociale*, São Paulo, 27.01.1917, p. 1.

²¹² RICOMINCIANDO. *Alba Rossa*, São Paulo, 22/01/1921. Citado em: TRENTO, 2013, p. 103.

em 1927, os comícios de trabalhadores ainda contassem com discursos nos três idiomas mais falados na capital - português, italiano e espanhol.²¹³

No aspecto gráfico, os jornais operários assemelhavam-se aos jornais negros. Contando também com uma média de quatro páginas, traziam em seus cabeçalhos o mesmo formato clássico jornalístico, indicando o editor e o administrador, data e cidade, endereço da redação (ou caixa postal), numeração, título e subtítulo.²¹⁴ Os subtítulos geralmente expressam a orientação político-ideológica pela qual o próprio grupo se definia. Assim, *Alba Rossa* era “Periódico semanal libertário”; *Guerra Sociale* era um “Periódico anárquico”; *A Obra* era um “Semanário de cultura popular”, e depois passou a incluir em seu cabeçalho frases como “Combate todos os males sociais” e “Propaga as ideias modernas”; *A Rebelião* era “Escrito por trabalhadores e para trabalhadores”; *A Plebe* curiosamente não se definiu em subtítulo, apenas em alguns números mais adiantados, de 1922 ou 1927, em que se identifica por “periódico libertário” ou “periódico comunista libertário”.

Imagem 6: Cabeçalho de *Alba Rossa*



Fonte: *Alba Rossa*, São Paulo, 10/01/1922.

Dentre esses órgãos de imprensa, a exceção em termos de projeto gráfico é *A Obra*: contém número maior de páginas, em média 12, uma capa bem elaborada, com ilustração grande, uma segunda página com um texto extenso, seguida de uma “segunda capa”, esta sim muito parecida com a dos demais jornais operários. A partir daí a publicação traz muitos textos, às vezes intercalados com ilustrações de página inteira e, no final, uma página de anúncios.

²¹³ A COMEMORAÇÃO do primeiro de maio. *A Plebe*, São Paulo, 14/05/1927, p. 2.

²¹⁴ Fisicamente, os jornais operários eram maiores. Seu tamanho variava em torno da média de 32cm de largura por 47 de altura. Já os jornais negros tinham em média 25 de largura por 32 de altura, um tamanho entre os atuais A3 e A4. Tais medidas não são aleatórias, respeitam as das prensas mecânicas da época, enquadrando-se, portanto, nos modelos jornalísticos gerais vigentes (ALVARENGA, 2020, p. 79; MELLO, 2005, p. 14).

Imagem 7: Capa e “segunda capa” de *A Obra*



Fonte: *A Obra*, São Paulo, 01/05/1920.

Em se tratando do conteúdo, Angelo Trento fez um interessante levantamento dos jornais anarquistas italianos, onde identificou que

mais de 40% do total era dedicado à doutrina, à propaganda e polêmicas com outras correntes de esquerda; 15% ao proletariado e movimento operário no Brasil, na Itália e no mundo; 10% ao clero, à maçonaria e aos militares; 7% à imigração e à coletividade italiana no Brasil; 7% a acontecimentos políticos na Itália e Europa; 5% a denúncias, injustiças e abusos; o restante [16%] a correspondências do interior do estado, colunas, listas de subscrição, poesias, contos e romances de folhetim (2013, p. 254).

Vale apontar a existência de seções como “Mundo Operário”, em *A Plebe*, onde eram publicadas notícias dos movimentos grevistas pelo estado de São Paulo e mesmo pelo país inteiro, além de registrar o nascimento de novos sindicatos e associações, bem como o andamento das greves. Por vezes, os periódicos dedicavam uma coluna a notícias internacionais, em que falavam sobre a situação do movimento operário em várias partes do globo. Manifestos, atas de congressos e propostas associativas e de unificação dos movimentos também apareciam publicados nesses jornais. A existência de anúncios publicitários nem sempre era regra, mas existia em alguns periódicos, como *A Obra*, provavelmente com a mesma pretensão dos jornais negros, de angariar fundos para a continuidade das publicações.

Assim como a imprensa negra, os jornais da imprensa operária também davam destaque às efemérides e personagens de destaque da história anarquista, do movimento operário contemporâneo e de levantes populares. Entre outras datas, eram lembrados o 14 de julho,

comemoração da tomada da Bastilha e o 18 de março, aniversário da Comuna de Paris. A principal efeméride era o 1º de maio, dia do trabalhador, data em que ocorriam comícios e passeatas, além de festivais, divulgados e articulados nas páginas dos jornais. Finalmente, o 13 de maio também era bastante lembrado, como data significativa para a luta dos trabalhadores, já que representava um capítulo à parte da história de luta dos oprimidos. Em jornais italianos era recorrente a memória do 15 de agosto - dia de Nossa Senhora de Achiropita, padroeira dos calabreses no Brasil - e a data nacionalista do 20 de setembro, celebração da unificação italiana, porém, muito criticada nos jornais operários, cujo viés era internacionalista.

Em relação à duração, difusão e tiragem desses jornais é preciso destacar que também eram bastante restritas, ainda que os muitos momentos de mobilização ao longo da Primeira República deem a impressão de uma adesão generalizada dos trabalhadores à militância dos grupos de esquerda e sindicatos. Em geral, essas publicações duravam poucos meses ou anos, e ressurgiam algum tempo depois com outro nome, refundado por um grupo parecido de indivíduos.²¹⁵ O trabalho de produção e difusão dos periódicos era árduo e dependia, em grande medida, do esforço e da disposição voluntária dos militantes. Uma leitura rápida nas páginas de qualquer um deles evidencia as dificuldades financeiras e a permanente busca por angariar fundos, através de listas de subscrição dos leitores, de recursos de sindicatos e grupos de bairro, de doações ou da organização de eventos e festivais - caso do *Festival Pró-A Plebe*, articulado pela equipe desse periódico em 1920.

Imagem 8: Anúncio do *Festival Pró-A Plebe*



Fonte: *A Plebe*, São Paulo, 13/03/1920, p. 4.

²¹⁵ Trento (2013, p. 19-20, 71-81) pinta um quadro sombrio sobre a imprensa étnica em geral, e ressalta que o mesmo fenômeno era ainda mais intenso para as publicações operárias: era um "número tão elevado de publicações anêmicas, que penavam para decolar e estavam sempre prontas para desaparecer e depois, talvez, ressurgir com outro nome (o que contribuía a inflar o elenco dos cabeçalhos) ou com o nome antigo, depois de meses de silêncio".

As tiragens giravam em torno de 1000 a 3000 exemplares - casos de *Alba Rossa* e *Guerra Sociale* -, números parecidos com os da imprensa negra. Mesmo assim, no caso dos jornais operários é possível encontrar mais experiências de publicações longevas e de grande tiragem: *La Battaglia* - jornal do grupo que depois organizou o *Guerra Sociale* - teve tiragem de 3 a 5 mil cópias, durante 10 anos; *Il Messaggero*, primeira gazeta socialista, ainda no século XIX, superou os 4 mil exemplares; *Avanti!* atingiu 8 mil cópias e durou quase 20 anos; e *A Plebe* chegou a 10 mil exemplares semanais, a despeito das várias interrupções sofridas em sua trajetória (TRENTO, 2013, p. 17, 198, 200; SANTOS, 2017, p. 147). Muitos desses jornais circularam transregionalmente, do norte ao sul do país, como foi o caso de *A Plebe*, “um dos maiores periódicos operários a rodar o Brasil na primeira metade do século XX” (ALVARENGA, 2020, p. 73).²¹⁶

Se o aspecto da difusão era parecido com o da imprensa negra, deve-se considerar que a visibilidade da imprensa operária perante o todo da sociedade era bem maior. Essas publicações coordenavam, divulgavam e agitavam ações de enfrentamento à ordem capitalista ou aos patrões, incomodando e chamando atenção destes e do Estado. Por tal razão, essa imprensa sempre foi alvo de maiores ações de repressão e censura, com várias de suas redações sendo fechadas ou empasteladas pela polícia.

No artigo que marca a volta de *A Plebe* às atividades, a equipe revelou algumas das estratégias de divulgação do periódico, evidenciando, também neste caso, a importância do mundo associativo, bem como a busca por ocupar todos os ambientes onde a classe trabalhadora circulava:

Para a divulgação do jornal formem-se grupos de bairros, cidades, entre os associados dos sindicatos obreiros. Os grupos existentes que encomendem pacotes para fazer propagandas nos sindicatos, nas fábricas, e oficinas, nos trens populares, em todos os meios operários.²¹⁷

No entanto, também no caso dos jornais operários e nos das colônias imigrantes em geral, não se deve exagerar em sua influência e incidência no total da população de seus grupos. Primeiro porque o letramento dessa população consistia igualmente em um obstáculo, conforme admitiu o militante Astrojildo Pereira, em 1921: “a ignorância alfabética é um grande mal pois que dificulta imenso a difusão das ideias pelos meios mais fáceis - os impressos de toda a ordem”.²¹⁸

²¹⁶ Por exemplo: O CORRESPONDENTE. Do Pará proletário. **A Plebe**, São Paulo, 25/06/1927, p. 2; A PLEBE em Rio Grande do Sul; A PLEBE em Santos. **A Plebe**, São Paulo, 06/08/1927, p. 4.

²¹⁷ “A PLEBE” - Voltando ao campo da luta. **A Plebe**, São Paulo, 12/02/1927, p. 3.

²¹⁸ PEREIRA, A. Problemas de organização. **A Plebe**, São Paulo, 11/06/1921, p. 2.

Em seguida, porque é preciso notar que a mobilização entre imigrantes e trabalhadores nas associações e movimentos também não foi generalizada. Para o caso italiano, Michael Hall (2010, p. 50-51) elencou diversos registros de lamentações generalizadas dos militantes sobre a baixa adesão de seus pares às suas ideias - contestando os mitos de um “poderoso associativismo italiano”. Segundo ele, regionalismos e conflitos de classe foram grandes empecilhos à construção de uma colônia mais coesa. *Fanfulla*, por exemplo, reclamava da “deplorável desunião da colônia italiana” e afirmara que “falta-nos o espírito associativo que saiba esquecer as diferenças de casta, de opinião, de política, de lugar de nascimento”.²¹⁹

Os militantes do movimento operário, por outro lado, recorrentemente traziam lamentações semelhantes. Tudo indica que parte considerável dos trabalhadores imigrantes via maior vantagem em usar seus esforços para ascender individualmente do que lutar coletivamente pela transformação social. Segundo Hall,

a frequência do tema [desmobilização dos imigrantes] na imprensa operária sugere que, de fato, uma parte significativa dos imigrantes encarou com ceticismo, se não com hostilidade, a possibilidade de sua participação em estratégias políticas baseadas em ação coletiva (2004, p.262).

Esse autor e outros, como Sheldon Maram (1979), desconstruíram a imagem de que a maioria dos imigrantes era formada por militantes radicais e participava ativamente dos movimentos de trabalhadores. Na realidade, tal perfil era minoritário em relação a uma “debilidade e desorganização geral e predominante, superada apenas por uma capacidade organizacional espontânea da própria classe operária imigrada nos momentos mais intensos do conflito”, a qual até foi explorada mas não hegemonizada pelos grupos de esquerda (BIONDI, 2010, p. 32).²²⁰

Em momentos de maior irritação com a baixa adesão ao movimento, as lideranças operárias chegavam a proferir queixas violentas e ofensivas contra o grosso dos trabalhadores. Em 1914, o português Adelino de Pinho publicou em *A Rebelião* que as péssimas condições da classe trabalhadora se davam devido à “cordeiresca submissão, passividade e resignação dum operariado abastardado e incoerente que abandona a luta de todos os dias, fiado nas palhaçadas

²¹⁹ **Fanfulla**, São Paulo, 24/08/1896 e 12/08/1902, citado em Hall (2010, p. 50). Para uma abordagem semelhante dessa questão, com outros exemplos de queixas italianas, ver: TRENTI, 2013, p. 36-37.

²²⁰ Dentre os motivos da baixa adesão dos imigrantes ao movimento operário, Hall (1975) aponta: a origem campesina da maioria deles; sua falta de experiência urbana industrial e de contato com sindicatos e movimentos grevistas; os conflitos entre as identidades étnicas e regionais dessa população (pelo menos até o final da Primeira Guerra); o objetivo de “fazer a América”, ou seja, enriquecer individualmente e retornar à pátria natal; o alto grau de mobilidade dos imigrantes, seja os que retornaram, os que migraram para outro país, ou os que migraram internamente no Brasil; a dificuldade de criar raízes e o distanciamento da política brasileira; o alto desemprego e abundância de mão de obra, ocasionados pela própria política de imigração paulista; o rigor da repressão sobre o movimento operário.

e promessas de seus exploradores”.²²¹ Dois anos depois, os articulistas italianos de *Guerra Sociale* retratavam São Paulo como uma cidade em que “o jogo, o álcool, a ganância dos imigrantes nojentos [‘piolhentos’], o cálculo, o egoísmo e, acima de tudo, a bestialidade patriótica de origens diferentes, mantêm a classe trabalhadora na brutalidade mais repugnante, na indolência, inconsciência, servidão vil e doentia”.²²² Mais significativo é a identificação que fazem especificamente dos imigrantes como um problema à parte dentro da classe, por suas identidades nacionais e seu desejo de enriquecer e voltar ao país de origem:

Em São Paulo, não há povo, há um amálgama de detritos de todas as nações e, especialmente, de refugos italianos, espanhóis e portugueses; corja que olha apenas para o tostão que vai recolher com a boca, mesmo na merda, se com outros esforços humildes e sujos não lhes dessem a mesma esmola.²²³

Mesmo em momentos em que houve maior agitação no mundo operário, tais reclamações continuaram aparecendo nos periódicos. Logo após os desfechos da greve geral de 1917, nos balanços d’A *Plebe* sobre a luta, o militante R. Soares comentava que “dentre a enorme multidão dos deserdados apenas uma minoria ínfima dava crédito à nossa crítica, aos nossos ensinamentos”.²²⁴ Em 1920, no periódico *A Obra*, o espanhol José Galáan também expressou opinião semelhante de que “o atual movimento operário desenvolve-se com uma orientação pouco eficaz pois que os trabalhadores não se atrevem a reclamar o que de direito lhes pertence”.²²⁵

Enfim, parece que o mais sensato é não superdimensionar a influência dos anarquistas ou de outros grupos militantes de esquerda, nem tampouco subestimá-la, conforme propõe Edilene Toledo (2004, p. 46-47):

É difícil estabelecer com precisão quantos eram os anarquistas nesse período em São Paulo. Provavelmente, não eram muitos, caso contrário teria sido mais próspera a vida dos jornais, embora algumas vezes afirmassem o inverso. Os anarquistas constituíam um grupo excepcional entre os operários, mas é certo que, como em outros países, havia grande interesse pelo anarquismo. Devia haver simpatias entre os trabalhadores por um ou outro aspecto da filosofia libertária. É provável que vários trabalhadores aderissem ao anarquismo inspirados pela leitura de algum jornal. Certamente os mais instruídos liam para os demais e é bem possível que um mesmo jornal passasse por várias mãos e fosse conservado e relido. Mas havia uma grande diferença entre um

²²¹ PINHO. Sem título. **A Rebelião**, São Paulo, 01/05/1914, p. 2.

²²² LA NOSTRA manifestazione. **Guerra Sociale**, São Paulo, 04/09/1916, p. 2.

²²³ Ibidem.

²²⁴ SOARES, R. A revolta proletária - Lição dos fatos. **A Plebe**, São Paulo, 28/07/1917, p. 1. Acredito que esse autor seja Primitivo Raymundo Soares, que geralmente assinava com os pseudônimos Florentino de Carvalho e João Crispim.

²²⁵ GALÁAN, J. A conquista da sociedade futura - Aos operários tecelões. **A Obra**, São Paulo, 15/09/1920, p. 8. Queixas semelhantes são encontradas nos anos finais do período estudado. Ver, por exemplo: AO OPERARIADO em geral. **A Plebe**, São Paulo, 14/05/1927, p. 4.

simpatizante e um militante. Talvez muitas pessoas não fizessem mais do que comprar um ou outro jornal e ir a algumas festas.

Portanto, as adesões da classe trabalhadora e da população afrodescendente aos movimentos operário e negro, respectivamente, tinham claras limitações. Esse aspecto é importante para entender uma outra característica dos jornais: quem eram seus escritores e participantes dos movimentos - ponto crucial para qualquer trabalho que utilize órgãos jornalísticos como fonte e, por isso, é o tema do próximo tópico. Também é um ponto importante para explorar de que forma os próprios militantes enxergavam-se.

2.2. Origens e trajetórias de militantes negros, imigrantes e operários

Tomando como certo que os participantes dos movimentos negro e operário eram minorias dentre o total desses grupos étnicos e sociais, os subgrupos que participavam das imprensas eram ainda mais restritos. No fundo, falamos sobre pequenas e médias redes de militantes, que circulavam nos mesmos ambientes e compartilhavam debates que não necessariamente estavam na ordem do dia para o restante de seus pares. Apesar de vivenciarem as mazelas e a precariedade típica do restante de sua classe e de seu grupo étnico, seu tipo social era mais uma exceção do que regra. Tais militantes diferenciavam-se principalmente por serem letrados e intelectualizados, acumularem vasto repertório de leituras - seja no campo da esquerda, seja em cânones da literatura e do pensamento universal e brasileiro - e eram bastante antenados no cotidiano do país e da cidade. Em geral, eram mais politizados do que o restante, independentemente de qual fosse esse posicionamento, e tinham propostas de intervenção na realidade, para transformá-la. Pode-se dizer que se constituíram como lideranças dentro dos meios a que pertenciam, espécie de “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1982).

Para a imprensa negra, ainda que houvesse muitos colaboradores e os jornais fossem abertos à contribuição de qualquer indivíduo do meio negro, apenas um pequeno grupo de indivíduos tinha atuação efetiva, geralmente participando em mais de um jornal. Segundo Regina Pahim Pinto (2013, p. 69), eram cerca de 15 os principais indivíduos que circulavam entre esses periódicos e eram mais atuantes, desempenhando várias funções nas redações. Juntos conseguiam ativar uma rede maior de pessoas, mas, ainda assim, com limites quantitativos claros.

No caso da imprensa operária e também na imprensa étnica dos imigrantes, verifica-se um fenômeno parecido. Angelo Trento apontou que dos 472 diretores e proprietários de jornais italianos, localizados entre 1890 e 1940 no Brasil, 130 estiveram ligados a mais de uma

publicação (2013, p. 20). Para a imprensa operária, o autor identificou que esse fenômeno era ainda mais acentuado: Gigi Damiani, por exemplo, atuou em 10 jornais; Alessandro Cerchiai, em 8; Edgard Leuenroth, em pelo menos 10; Primitivo Raymundo Soares (sob seus pseudônimos Florentino de Carvalho e João Crispim) participou muito ativamente em 4 dos periódicos analisados aqui. Grupos semelhantes encerravam uma publicação e começavam outra pouco tempo depois, como foi o caso dos organizadores de *La Battaglia* (1904), que foi desdobrando-se em várias outras experiências de imprensa operária ao longo da Primeira República, em *La Barricata* (1912), *La Propaganda Libertaria* (1913), *Guerra Sociale* (1915) e *Alba Rossa* (1919) (SANTOS, 2017).

Para entender melhor quem eram esses indivíduos, vale adentrar um pouco no perfil individual de alguns deles. No entanto, para os escritores negros verifica-se uma diferença social maior em relação ao restante da população afrodescendente que não ocorria nos escritores imigrantes e operários. Portanto, é necessário localizá-los brevemente em relação ao seu grupo étnico-racial, antes de prosseguir.

Em geral, a bibliografia indica que os militantes da imprensa negra viveram uma situação social diferente do grosso da população afrodescendente do período e não pretendo negar isso. No entanto, os rótulos com que as pesquisas tentaram categorizar esses militantes nem sempre tiveram precisão conceitual, mostrando-se um pouco vagos e autoexplicativos. Fundamentalmente, os termos variaram entre “elite negra”, “(incipiente) classe média negra”, ou mesmo “pequena burguesia negra” (BASTIDE, 1951; ANDREWS, 1998, p. 201; MELLO, 2005, p. 75-76; PINTO, 2013, p. 63, 73; MALATIAN, 2015, p. 18; ALBERTO, 2017, p. 49-53), sempre com o objetivo de evidenciar a distância existente entre as lideranças militantes e o restante daquela população. Não raro os autores recorreram a mais de um dos termos, de forma flutuante, intercambiável, como sinônimos.

No entanto, o “aburguesamento” citado se dava muito mais no plano cultural do que propriamente econômico, a partir da tentativa desses indivíduos em criar um universo associativo negro que se baseasse nos padrões e nas etiquetas da sociedade hegemônica. Por esse caminho, Petrônio Domingues (2000, p. 163-164) explicou que o termo “elite negra” não poderia remeter a qualquer conotação econômica, de classe social ou de “detentores de meios de produção”, mas justifica-se por outras acepções: eram uma elite política, por exercerem liderança dentro de um grupo da sociedade; elite formal-cultural, por serem alfabetizados e intelectualizados; e elite ideológica, por reproduzirem parte das ideologias da sociedade dominante branca, buscando inserção em seus moldes de vida. Para o autor, as lideranças tentavam impor seus valores e projetos a uma “plebe” ou “massa” negra. Kim Butler adota essa

linha ao afirmar que elas constituíram uma “elite da opinião” no meio negro (1998, p. 90), mas considerá-los como qualquer tipo de “burguesia” seria exagero.

Se aqueles homens foram chamados de classe média ou elite negra em termos materiais e econômicos, foi porque a maioria da população negra vivia de trabalhos precarizados, irregulares, flutuantes, por conta própria, ou no setor de serviços, principalmente como empregados domésticos. Conforme destacou George Reid Andrews, “para se qualificar alguém como membro da classe média negra ‘não precisava ser doutor. Bastava ser funcionário público ou ter aquele outro emprego de caráter fixo’” (1998, p. 201). Na realidade, a maioria desses indivíduos eram “homens de baixas posses, se não todos, a maioria” (MOURA, 1983, p. 149). Portanto, muito mais do que a renda em si, a *estabilidade* era o que definia a diferença daqueles homens para o restante de seu grupo.

Por outro lado, considerando-se o plano econômico da totalidade da sociedade, não é possível enquadrar os militantes como uma “elite” ou mesmo uma “classe média”, em igualdade com os brancos dessas posições. Nessa estrutura, as lideranças negras não eram indivíduos privilegiados, eles ocupavam uma diversidade de posições dentro de um espectro amplo da classe trabalhadora.²²⁶ Em suas histórias, salta aos olhos a heterogeneidade de experiências da população negra dentro dessa classe. Ao analisar mais de perto quem eram esses sujeitos por meio de um breve perfil deles, a discussão fica bastante clara. Faço a ressalva de que essas apresentações serão expostas de forma bastante desequilibrada devido à dificuldade de encontrar informações e detalhes de muitos dos militantes.²²⁷

Começaremos pela trajetória de José Correia Leite, que pode nos adiantar muito nesse aspecto. Nascido em 1900, órfão de pai e filho de uma doméstica, Leite trabalhou na infância como entregador de marmitas, menino de recados e ajudante de carpintaria. Quando jovem, trabalhou para um imigrante italiano como ajudante de lenheiro, cocheiro e fazendo “bicos” para outros membros dessa mesma família. Além do salário, recebia comida e a permissão para morar no porão da casa desses italianos no Bexiga, bairro em que nasceu e viveu por muitos anos. No restante da vida trabalhou como auxiliar de farmácia e dedicou-se aos jornais e às

²²⁶ Essa posição permite pensar os jornais de imprensa negra também como “jornais de trabalhadores”, pois são feitos por trabalhadores, o que cria um elo de comparação com a imprensa operária, mesmo que ideologicamente não fossem “jornais de esquerda”, tampouco se expressassem a partir de identidades de classe, visto que seu projeto era estritamente racial. Nesse sentido, retomar a citação de Batalha (2006), na introdução deste trabalho.

²²⁷ Os perfis dos militantes nas páginas que seguem foram elaborados a partir de inúmeros trechos nos próprios jornais analisados, no relato memorialístico de José Correia Leite (2007) e em alguns trabalhos historiográficos sobre a imprensa negra. Citações pormenorizadas iriam resultar em um número enorme de notas de rodapé. Deixo indicados os autores, para fazer jus às pesquisas prévias: MALATIAN, 2015; DOMINGUES, 2000; MELLO, 2005; ALBERTO, 2017; PINTO, 2013. Alguns nomes recorrentes que assinam diversos artigos nos periódicos não puderam sequer ser descritos, por falta de informação a seu respeito nas fontes – por exemplo, Horácio da Cunha, Luis Souza e D’Alencastro.

associações negras. A necessidade constante de trabalhar afastou José Correia Leite da formação escolar, seu grande desejo de infância e juventude, e restringiu seu contato com as letras a algumas experiências fragmentadas e curtas, sempre interrompidas por questões materiais imediatas. Quando tinha cerca de vinte anos, reencontrou o amigo de infância Jayme de Aguiar em um baile de clube negro, com quem finalmente aprendeu a ler e escrever. Juntos criaram *O Clarim d'Alvorada*, em 1924, que se tornou a principal experiência de imprensa negra da época em São Paulo.

Para além da militância e atuação intelectual, José Correia Leite impactou a produção acadêmica sobre a situação dos negros no Brasil ao participar da pesquisa sobre as *Relações entre brancos e negros em São Paulo* (1955), patrocinada pela UNESCO e, em seguida, tornou-se o principal informante de Florestan Fernandes na obra clássica *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Seu depoimento teve peso determinante nas teses do autor e logo despertou interesse de outros pesquisadores, como Miriam Ferrara (1986), Clóvis Moura (1984) e o poeta Cuti (1992). Um fator adicional que concedeu visibilidade a Correia Leite foi o enorme acervo de jornais do meio negro guardado em sua casa. O “velho militante” é lembrado até hoje como o principal nome do movimento negro de então.

Jayme de Aguiar, o principal parceiro de Leite e co-fundador de *O Clarim d'Alvorada*, teve trajetória diferente. Quando menino, fora apadrinhado por uma rica família branca de passado escravista e teve oportunidade de boa formação escolar. Desde o Império era prática comum que alguns patronos brancos investissem na educação de negros, fossem egressos do cativeiro ou não (WISSENBACH, 2018, p. 312), e Aguiar foi mais um exemplo disso. Na vida adulta, tornou-se funcionário público estadual, na Seção de Datiloscopia do Gabinete de Investigação.

Assim como Jayme de Aguiar, ser funcionário público foi um perfil comum entre os militantes da imprensa negra – mas, em geral, ocuparam posições modestas na hierarquia estatal. Foi o caso também de Gastão Rodrigues da Silva, fundador do jornal *A Liberdade*, que era fiscal municipal e ocupou cargos nas diretorias de várias associações negras. Fundou três delas, incluindo o clube dançante *Centro Smart*, que também propôs iniciativas de beneficência. Joaquim Domingues, redator nesse mesmo jornal e de *O Kosmos*, foi funcionário da repartição municipal; Alfredo E. da Silva, fundador do *Elite*, trabalhou na recebedoria de rendas; Augusto Oliveira, editor de *O Alfinete*, era da Força Pública de São Paulo, antes de se tornar solicitador; e Joaquim Cambará, dirigente do *Grêmio Recreativo e Dramático Kosmos* no biênio 1917-1918 e fundador do periódico *O Bandeirante*, era militar, mais especificamente soldado de infantaria.

Argentino Celso Wanderley, fundador do *Progresso* e presidente do *Cordão Carnavalesco Campos Elíseos*, também era funcionário público, na Companhia Telephonica. Argentino foi sujeito importante que transitava por diferentes ambientes do meio negro - das associações recreativas e carnavalescas até as literárias, educativas e na imprensa negra - e liderou a comissão para construção de uma herma em homenagem a Luís Gama, no Largo do Arouche.

Frederico Baptista de Souza foi um dos fundadores e membro da diretoria *Kosmos* e dirigiu o jornal *Elite* por um período. Era ativo em muitos clubes negros e trabalhou como funcionário da Faculdade de Direito de São Paulo, na função de bedel e, em seguida, de amanuense, espécie de escrevente ou copista. Deocleciano Nascimento, fundador de *O Menelik*, depois redator responsável pelo *A Sentinella*, era um literato notável por suas poesias publicadas em inúmeros jornais negros. Começou trabalhando como fundidor, no ramo da metalurgia, enquanto cursava contabilidade no Liceu Salesiano e, após formado, trabalhou como guarda-livros, espécie de contador.

Havia também uma parcela desses sujeitos formada por bacharéis, professores ou jornalistas, provavelmente mais bem colocados que os demais no quesito financeiro. Teophilo Booker Washington, correspondente do *Clarim*, formou-se em direito. Benedicto Florêncio, Lino Guedes e Gervásio de Moraes foram articulistas de *O Getulino*, principal periódico de imprensa negra de Campinas, mas trabalhavam como jornalistas também para órgãos da mídia hegemônica. Florêncio tinha sua própria coluna crítica em *Diário do Povo*, principal jornal campineiro, e já havia articulado outros periódicos negros na cidade, além de ser lembrado por José Correia Leite como um “grande orador que tinha influência e todo mundo respeitava” (CUTI; LEITE, 2007, p. 38). Os três contribuíram com frequência no *Clarim* e em outros jornais, enviando textos do *Getulino* e poemas inéditos para serem publicados pelos jornais da capital.²²⁸ Moraes e Guedes ainda ajudaram a fundar mais um jornal negro quando mudaram para São Paulo - o *Progresso*, em 1928, junto com Argentino Celso Wanderley. Ambos também foram poetas, e Lino Guedes foi considerado o primeiro escritor do século XX a fazer da defesa da negritude a base de sua produção literária (DOMINGUES, 2000, p. 293).

Arlindo Veiga dos Santos era professor, formou-se em filosofia e trabalhou como secretário na Faculdade de Filosofia e Letras. Anos depois teve oportunidade de lecionar em colégios. Teve espaço considerável no *Clarim*, antes de brigar com os outros membros, e no

²²⁸ Em relação ao restante dos personagens, esses sujeitos são exceções no sentido de terem trabalhado profissionalmente como jornalistas em órgãos de imprensa oficial. Quando tinham oportunidade, levavam os debates de um ambiente ao outro. A regra, no entanto, era a ocupação oficial dos militantes não ser a de jornalista.

Progresso. Ocupou o cargo de dirigente da FNB e publicou constantemente em seu órgão de imprensa oficial, *A Voz da Raça*. De formação religiosa e filiado à congregação mariana, participou do movimento Pátria-Nova. Suas posições ultranacionalistas, conservadoras, monarquistas e até fascistas causavam polêmica no meio negro, mas obtinham muitos adeptos. Seu irmão, Isaltino, também teve cargo importante na FNB, como secretário-geral. Juntos, os “Irmãos Santos”, como eram chamados ironicamente, hegemonizaram parte do movimento negro em São Paulo (MALATIAN, 2015).

Houve outros militantes negros de importante atuação nas imprensas e associações que vieram de fora do trabalho “intelectual”. Um deles era Dionísio Barbosa, marceneiro e fundador do periódico *Nosso Jornal*; outro, Antonio dos Santos, apelidado de “Tio Urutu”, foi cozinheiro no Instituto Disciplinar (espécie de reformatório da época), diretor de *O Bandeirante* e, posteriormente, fundador do *Princesa do Norte*. Do meio artístico vinham sujeitos como Abílio Rodrigues, do *Kosmos*, diretor e ator cênico, e Benedito Vianna, que dirigia uma orquestra de negros que se apresentava nas associações.

Por último, vale mencionar Vicente Ferreira, consagrada liderança e figura sempre presente nas associações. Não trabalhava e tampouco teve vida boa: nunca teve casa, quando veio do Rio de Janeiro para São Paulo dormia em hotéis baratos ou até mesmo na rua, recebia algum dinheiro de amigos negros. Não escrevia, porém era autodidata e aprendeu a ler, tornando-se muito culto e frequentando rodas de intelectuais. Seus textos nos jornais negros eram ditados para alguém que os escrevia. Adquiriu fama de gênio e de “professor”, além de ter sido um dos mais famosos oradores e mobilizadores no meio negro, organizou passeatas, debates, eventos e participou da fundação da FNB. No fim, porém, arranjou desavenças com outros militantes, foi perseguido pela polícia em São Paulo e mudou-se para Petrópolis, onde faleceu pouco tempo depois. Nos periódicos contribuiu principalmente com farta variedade de poemas e contos, mas raramente publicou artigos opinativos.

Essas pequenas “biografias” mostram que os sujeitos que se colocavam na posição de lideranças no meio negro tiveram vivências singulares em relação ao restante da população negra, porém, simultaneamente, são representativos de experiências heterogêneas deste grupo, sobretudo no aspecto do trabalho. Em geral, circulavam por vários “mundos”, desde associações negras de baile, recreativas, clubes de futebol, cordões carnavalescos, mas também em faculdades, associações educativas e literárias, palestras, redações de jornal, círculos intelectuais - enfim, teceram redes negras de sociabilidade, militância e cultura, não ficaram restritos a espaços intelectualizados, isolados do restante da população afrodescendente (SILVA, 2018).

Um obituário publicado em *O Alfinete* deixa muito clara essa característica dos frequentadores do mundo associativo negro. A publicação informa sobre a morte de um jovem operário negro, empregado de uma fábrica de chapéus na Vila Prudente, que frequentava desde campeonatos de futebol a clubes negros dos mais “elitizados”, como *O Kosmos*. Sobrinho de Frederico Baptista de Souza, tinha contatos com os escritores negros e no mundo associativo, de modo a ser lembrado nos jornais da imprensa negra. Possivelmente também atuou em sindicatos, pois a nota indica que em seu velório compareceram “operários de diversas fábricas”.²²⁹ Não deixa de chamar a atenção a semelhança com certa experiência de redes de sociabilidade dos imigrantes, os quais também transitavam entre os mundos do trabalho (fábrica), o lazer (futebol e bailes) e a militância (associações étnicas e de classe).

No lado da imprensa operária, as trajetórias de alguns dos principais militantes podem iluminar aspectos como a vasta experiência dentro do movimento operário e das associações de classe, o contato com diversos grupos articuladores de jornais, bem como as experiências da imigração e a perseguição que os estrangeiros sofreram das classes dominantes.²³⁰

Talvez o principal exemplo nos jornais aqui analisados seja Primitivo Raymundo Soares, conhecido também pelos pseudônimos Florentino de Carvalho e João Crispim. Ocultar o próprio nome provavelmente foi atitude recorrente nos militantes do movimento operário, como estratégia para driblar a repressão e vigilância das classes dominantes. Soares nasceu na Espanha em 1883 e migrou para o Brasil ainda criança, onde teve formação católica e trabalhou na força pública. Por meio de leituras teve contato com ideias anarquistas, abandonou a carreira na polícia e foi trabalhar no porto de Santos, onde se envolveu no movimento sindical e fundou o periódico *A Revolta*. Mais tarde atuou como tipógrafo em São Paulo. Chegou a ir fugido para a Argentina e de lá, novamente perseguido sob ordens de deportação para a Espanha, retornou ao Brasil. Sua atividade jornalística foi vasta: contribuiu com artigos em *A Plebe*, *Guerra Sociale*, *Germinal!*, *La Barricata*, entre outros. Foi fundador do semanário anarquista *A Obra* e de *Escolas Modernas*, na Argentina e no Brasil. Em São Paulo, atuou como diretor da primeira dessas experiências. Primitivo Raymundo Soares foi um dos mais ativos anarquistas do período e travou contatos com outros nomes importantes do movimento de trabalhadores, compondo intensas redes de militância.

²²⁹ NEGROLÓGICO. *O Alfinete*, São Paulo, 22/09/1918, p. 2.

²³⁰ Assim como no caso da imprensa negra, muitos dos artigos nos jornais operários foram escritos por pseudônimos ou por militantes não identificados. Dessa forma, será traçado o perfil de apenas poucos sujeitos mais assíduos, que adquiriram maior fama e que em alguns casos chegaram a ser estudados academicamente. Em sua maioria, as informações foram tiradas das próprias fontes jornalísticas e dos trabalhos: KHOURY, 1997; NASCIMENTO, 2000; RODRIGUES, 2004; MENDES, 2010; AHANGON, 2015; SANTOS, 2017; BIONDI; TOLEDO, 2018; OLIVEIRA, 2018.

Luigi (ou Gigi) Damiani era imigrante italiano e, em 1897, já chegou ao Brasil com 21 anos, experiências de militância na bagagem e adepto do anarquismo, com passagens pela prisão. Provavelmente veio fugido da polícia. Passou um tempo em Itu, São Paulo e Curitiba. Originalmente torneiro mecânico, Damiani exerceu a função de pintor e decorador. No Brasil, participou de jornais importantes de imprensa operária e em 1909 foi diretor do *La Battaglia*, principal periódico anarquista em língua italiana do país, depois fundou *La Propaganda Libertaria* e *Guerra Sociale*. Reuniu principalmente círculos de militantes anarquistas italianos, entre eles Oreste Ristori e Alessandro Cerchiai, fundadores de *La Battaglia*. Em geral, Damiani era adepto do antiorganizacionismo, mas com o tempo ampliou sua atuação a partir dos contatos com os redatores de *A Lanterna* e *A Plebe* - em geral, simpáticos ao sindicalismo -, e tornou-se um “personagem que transitava entre os militantes das mais variadas estratégias e táticas, dos ambientes sindicais e com respaldo social de diversos níveis”, atingindo “uma posição especial de articulação e mediação nos espaços de militância” (SANTOS, 2017, p. 124). A partir do *La Battaglia*, Gigi foi importante nas campanhas contra a continuidade da imigração italiana, que reverberaram do outro lado do Atlântico. Em seus artigos e no livro que escreveu, buscava desmistificar a imagem de um Brasil atraente para os italianos, com o objetivo de dissuadi-los de migrar e mostrando a verdadeira face da exploração sobre os trabalhadores. Em 1919 acabou expulso do país e voltou à terra natal, onde continuou a militar em ambientes sindicais - inclusive, ao lado de Malatesta -, além de redigir importantes jornais da esquerda italiana. Entre exílios - sobretudo no período de ascensão de Mussolini - e retornos, terminou sua vida na Itália do segundo pós-guerra.

Outro importante militante foi Edgard Leuenroth, fundador e principal diretor de *A Plebe*. Diferente dos personagens anteriores, Leuenroth já nasceu no Brasil, em Mogi Mirim, filho de imigrante austríaco, no ano de 1881. Com a morte de seu pai, mudou-se com a mãe e os irmãos para São Paulo, onde trabalhou como caixeiro e menino de escritório e, na adolescência, iniciou a carreira de tipógrafo. Nessa época, com apenas dezesseis anos e morando no Brás, fundou seu primeiro jornal, *O Boi*, que já continha críticas sociais e posicionamento anticlerical. Em seguida criou junto com seus irmãos a *Folha do Brás*, para tratar dos problemas dos trabalhadores de seu bairro.

Leuenroth envolveu-se em entidades de imprensa, como por exemplo a *União dos Trabalhadores Gráficos* (UTG), e, por meio de sua atuação como jornalista, teve contatos com o movimento operário e com as ideologias de esquerda, até tornar-se anarquista. Trabalhou para jornais de imprensa tradicional, como *O Comércio de São Paulo*, e participou de inúmeros

jornais de classe, como *A Terra Livre* e *A Lucta Proletária*.²³¹ Leuenroth fundou e dirigiu o anticlerical *A Lanterna* ao lado de Benjamin Mota, que depois foi sucedido por *A Plebe*, no qual teve atuação importante para a ampliação da proposta editorial, passando a abordar o contexto sindical e grevista e os problemas da classe trabalhadora em geral, para além do embate com a Igreja. Sempre foi adepto das táticas organizacionistas, a favor da atuação dentro e a partir dos sindicatos. No contexto da greve de 1917, foi um dos membros do *Comitê de Defesa Proletária*, órgão que coordenava o movimento e representava os trabalhadores nas negociações. Preso duas vezes, continuou atuando em jornais operários e anarquistas até o fim de sua vida, na década de 1960.

Assim como José Correia Leite no movimento negro, Leuenroth foi um verdadeiro arquivista, pois coletou e compilou jornais, atas, panfletos, peças teatrais, enfim, todo o tipo de documentos referentes aos movimentos sociais e ao anarquismo, tornando-se importante para a preservação da memória e história social da classe trabalhadora, organizados posteriormente no arquivo que leva seu nome na Unicamp (KHOURY, 1997, p. 114-115).

Angelo Bandoni foi outro que já veio da Itália com experiência militante e passagem pela prisão. Adepto do anarquismo *antiorganizacionista*, articulou diversos jornais no Brasil, como *La Battaglia*, *Germinal*, e foi editor de *Guerra Sociale* e de *Alba Rossa*. Atuou também como educador e palestrante nas entidades de classe e ligas dos bairros. Já Adelino de Pinho, imigrante português, trabalhava como motorneiro e guarda-livros, era anarquista e autodidata nas letras, e dedicou boa parte de sua atuação à educação dos trabalhadores, primeiro em Campinas na *Escola Social* e depois dirigindo uma das *Escolas Modernas* em São Paulo. Pinho contribuiu com artigos em *Germinal*, *A Rebelião*, *A Voz do Trabalhador* e *A Plebe*, sobretudo na temática da educação racionalista, do antimilitarismo e anticlericalismo. Escrevia também como Pinho de Riga e Demócrito.

Dois anarquistas espanhóis importantes foram José Romero e Everardo Dias, com muitos pontos em comum em suas trajetórias. O primeiro veio criança para o Brasil, nos anos 1890, e, após a morte de sua família em decorrência de doenças, logo começou a trabalhar nas fábricas de tecido e nos armazéns, como pintor e gráfico. Militou em jornais no Rio de Janeiro e em São Paulo. Foi expulso do Brasil nos processos contra estrangeiros em 1919, refugiando-se na Espanha e em Portugal. Everardo Dias também chegou ao país ainda criança, na década

²³¹ Assim como na imprensa negra, não era regra que os escritores da imprensa operária trabalhassem oficialmente no setor de comunicação. Porém, houve casos, Leuenroth provavelmente o principal, de militantes jornalistas, tipógrafos e trabalhadores gráficos em geral.

de 1880, trabalhou como operário e jornalista, e foi expulso no mesmo contexto de Romero. No entanto, retornou ao Brasil no ano seguinte e durante a década de 1920 integraria o PCB.

Por fim, vale mencionar a militância de Isabel Cerruti, de quem se tem poucas informações sobre o nascimento ou a vinda para o Brasil, mas seu nome indica que era imigrante italiana ou descendente de imigrantes. Em São Paulo, participou desde 1910 no periódico *A Terra Livre* e depois em *A Plebe* e *A Obra*, assinando também como Isabel Silva, Isa Ruti, Rutt e variações semelhantes. Junto com outras anarquistas como Maria Valeska e Emma Mennocchi, Cerruti compôs o *Centro Feminino Jovens Idealistas*, organização que lutava pela causa feminina e classista.

A menção a esta militante traz à tona um último aspecto sobre os jornais, tanto negros quanto operários, que não pode passar batido: a ausência ou pouca participação de mulheres. O ocultamento das militantes do sexo feminino na caracterização dos personagens neste capítulo não foi uma decisão arbitrária da minha parte. Na realidade, ambas as imprensas foram espaços predominantemente masculinos, ainda que a atuação feminina nos movimentos sociais e associativos tenha sido significativa, conforme a historiografia tem mostrado (RAGO, 1985; MELLO, 2005; MENDES, 2010). Portanto, há que se fazer essa diferenciação entre o ambiente das imprensas e o dos movimentos em si. Tudo indica que militantes homens invisibilizaram a atuação feminina nas redações dos jornais, principalmente no caso da imprensa negra. Tal fator traz uma dificuldade a mais para os que buscam captar a experiência feminina através dessas fontes e impõe que, para isso, os pesquisadores abranjam uma variedade maior de documentos.

No caso da imprensa negra, checando a composição das equipes dos jornais nos cabeçalhos e editoriais, percebe-se que eram formadas sempre por homens, assim como a maioria dos cargos importantes das associações, verificados nos informes dos periódicos. De um total de 235 colaboradores nos jornais negros do estado de São Paulo entre 1907 e 1935, Regina Pahim Pinto (2013, p. 69) identificou apenas 15 mulheres (6,3%). Ela ressalta que uma única mulher chegou a integrar essas redações: Eunice de Paula, secretária do *Clarim d'Alvorada* durante o curto ressurgimento desse jornal, em 1935. Já ao observar a autoria dos artigos, é possível encontrar esporadicamente publicações de mulheres, principalmente em textos literários, com temáticas de amor ou religiosas. Chama a atenção o fato de praticamente não haver artigos de opinião crítica com a voz feminina.

Em 1928, o *Clarim* chegou a publicar durante um curto período uma “Seção Feminina”, com poemas e contos escritos por mulheres, porém sem muita continuidade. Segundo os editores, houve pouca contribuição das mulheres, resultando no fim da coluna. Tal justificativa é duvidosa, a meu ver, pois durante toda a sua história o jornal publicou textos literários de

autoria feminina.²³² Além disso, há algumas edições o jornal já havia deixado de publicar a seção argumentando simplesmente “motivos de força maior” e, em pouco tempo, esse espaço havia perdido o recorte exclusivo de gênero na autoria: homens passaram a também publicar poesias e contos sobre ou dedicados às mulheres, de conteúdo amoroso. Tudo isso leva a crer que a participação das escritoras negras foi consideravelmente limitada pelo filtro masculino dessas redações.

As discussões da imprensa negra também adquiriam recorte de gênero muitas vezes, para além da temática racial. Em geral, a mulher negra aparece “circunscrita aos papéis idealizados burgueses do amor romântico”, alvo da ética moralista masculina. Marina Mello (2005, p. 134-144), que analisou especificamente a representação da mulher na imprensa negra, compilou algumas das regras que apareciam prescritas para o público feminino. Havia proibições de “ficar na rua até altas horas”; “namorar fora de casa; namorar com homens brancos”; “maquiar-se exageradamente”; “vestir-se de forma indecorosa ou aparentando desleixo”; “fumar e beber”; “dançar determinados estilos de música considerados lascivos ou inconvenientes”. Ela argumenta que há um embate nesses jornais entre uma mulher negra real - que bebe, namora, trabalha fora de casa e dança - e uma mulher negra ideal, sob a ótica masculina, que deveria submeter-se à posição de esposa e mãe.²³³

Por outro lado, a presença das mulheres negras nas associações fez-se constante, podendo ser notada tanto nos jornais como em depoimentos de ex-militantes. Elas foram organizadoras das festas, leilões, cursos, eventos, jantares e formaram grupos femininos, como a *Sociedade Brinco de Princesa* e o *Grupo das Margaridas*. O *Grêmio Kosmos* chegou a ter uma “Diretoria de Sócias” e a FNB teve o *Grupo das Rosas Negras*, formado por mulheres para organizar os grandes bailes da associação, segundo os depoentes, “os melhores e maiores do período”. Para o militante Francisco Lucrécio, as mulheres encontravam emprego mais facilmente e acabavam engajando-se mais no meio negro - “na associação [FNB] faziam todo o tipo de trabalho”. Quando as escolas da FNB conseguiram alguma oficialização perante o Estado, houve a nomeação de professoras negras para lecionar.²³⁴ A imprensa negra costumava anunciar esses cursos e grupos em suas páginas.

²³² SECCÃO Feminina. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 01/04/1928, p.3; PÁGINA Feminina. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 21/10/1928, p. 5.

²³³ Alguns exemplos desse tipo de artigo podem ser encontrados em: OBSERVANDO. **O Kosmos**, São Paulo, 11/1922, p. 1-2; DECADÊNCIA. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 12/10/1924, p. 1. Encontrei um único artigo que se aproxima genericamente de um “feminismo”, escrito por uma mulher chamada Thomazia F. Teixeira, no qual ela afirma que as mulheres podem estar em todos os lugares nas atividades sociais e não apenas no lar: TEIXEIRA, T. F. A mulher na actividade social. **Progresso**, São Paulo, 31/01/1932, p. 3.

²³⁴ Depoimentos de Aristides Barbosa, Francisco Lucrécio e Marcello Orlando Ribeiro em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 2008, p. 18, 39-42 e 91).

Também a imprensa operária foi um espaço majoritariamente masculino, ainda que seja verificado um número maior de artigos assinados por mulheres do que na imprensa negra. Angelo Trento (2013, p. 89), no entanto, destaca que havia a prática comum de militantes homens assinarem sob pseudônimos femininos - fato que torna o “número real” de mulheres escritoras nesses jornais ainda menor do que o que aparece. Sua experiência no movimento operário, portanto, acaba frequentemente captada através da ótica dos militantes homens (RAGO, 1985; MENDES, 2010).

Devido a esse predomínio masculino, assim como nos jornais negros, a imprensa libertária também reproduziu a “intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o lar”, demandando que a mulher retornasse às funções domésticas e da maternidade, até porque nela argumentavam que a presença feminina nas fábricas gerava desvalorização do trabalho masculino pela burguesia (RAGO, 1985, p. 63). Ainda que exaltassem a participação da mulher nas entidades de classe e nos movimentos, era mais comum que as representassem como meras vítimas do capitalismo, passivas, frágeis e incapazes de lutar por conta própria. Enfim, sua imagem aparecia submetida ao homem de forma paternalista. Nos idos de 1917, *Guerra Sociale* publicou que

Certamente, a mulher, fisiologicamente e psicologicamente, por designação natural, tem seu lugar, que é um excelente lugar na família, como dona de casa e como mãe! Ela é graça, ela é o amor, que alivia a fadiga do homem e faz os pensamentos florescerem! Mas a mulher também sempre foi de ajuda direta nas obras do homem. Alguns trabalhos menores e complementares são particularmente adequados para ela.²³⁵

Nos artigos assinados por mulheres, a imagem feminina que surge é outra e contrapõe-se diretamente ao discurso hegemônico e dos militantes homens. As anarquistas - como Isabel Cerruti, Emma Mennocchi e as irmãs Paula e Maria Antonia Soares - foram responsáveis por reelaborar o discurso libertário “tradicional”, adicionando a esse repertório as críticas à posição da mulher na família e em relação ao homem. Em seus artigos, as mulheres aparecem como combativas, independentes e fortes na luta contra a exploração capitalista. Segundo Mendes (2010, p. 181), a principal contribuição das militantes foi a necessidade de emancipação da mulher do casamento, priorizando a união livre com base unicamente no amor, libertando-as moral e economicamente do jugo masculino.

Porém, mesmo o discurso militante masculino foi obrigado a reconhecer que as mulheres participaram e lideraram boa parte dos movimentos grevistas, obtendo diversas conquistas frente aos patrões e ao Estado - a começar pela lendária greve geral de 1917, cujo

²³⁵ L'AVVENIRE. Le donne e la guerra. **Guerra Sociale**, São Paulo, 26/07/1917, p. 2.

início se deu com a revolta das trabalhadoras têxteis da Crespi. Para além da atuação nos grandes movimentos, as mulheres organizaram diversas associações femininas de classe, em que promoveram reuniões, palestras, teatro e atividades educativas - muitas vezes divulgadas nas páginas da imprensa operária. Entre tais associações, destacam-se a *Associazione Femile*, fundada por Emma Mennocchi, imigrante italiana, anarquista e companheira de Gigi Damiani; o *Centro Feminino de Jovens Idealistas*, em atividade desde 1917 até o final da década de 1920, que contava com famosas militantes como Cerruti e Mennocchi e debatia demandas específicas das mulheres, além de incentivar sua instrução e atuação no movimento operário – o centro também associava-se aos sindicatos e demais órgãos classistas em eventos e passeatas; a *União das Costureiras de São Paulo*, de 1919, que congregou as trabalhadoras da categoria para lutar por melhorias e direitos; e a *Federação Internacional Feminina*, cujo objetivo era unir as demais associações de mulheres. É digna de nota a mobilização das militantes do *Centro Feminino Jovens Idealistas* para arrecadar e promover festivais em prol de demitidos, presos ou perseguidos por atuar em movimentos grevistas, e auxílio aos estrangeiros em vias de serem deportados (MENDES, 2010, p. 187-198).²³⁶ Conforme os militantes de *A Plebe* notavam:

multiplicam-se as reuniões, nas quais participa o elemento feminino – As iniciativas sucedem-se umas às outras [...]. Também as operárias já concorrem àquela sede [da Liga Operária da Mooca], dando com isso a prova de que até as mulheres se vão interessando pela causa da libertação dos escravos modernos.²³⁷

Para além do espectro do anarquismo, mesmo no ambiente partidário da esquerda as mulheres fizeram-se presentes, como indicou o depoimento da italiana D. Maria à antropóloga Teresinha Bernardo:

meu marido era do Partido Comunista, lembro que sempre tinha reuniões lá em casa, mas eu não participava, tinha era raiva. Todo dinheiro que ele ganhava ia para o Partido [...]. Lá em casa não ia só homem não, iam mulheres também: Olga, Leonor, Cristiana, às vezes, até dormiam lá. Eu morava na Lapa, naquela época era um lugar bom para se esconder (1998, p. 106).

Concluída a exposição sobre os jornais, suas relações com os mundos associativos e os perfis dos participantes desses ambientes, o próximo tópico concentra-se em alguns pontos em comum dentro dos projetos negros e operários. Tais consonâncias se dão mais pela forma do discurso e pelos temas abordados do que propriamente pelo conteúdo, visto que o próprio recorte dos jornais é diferente, sob o foco de raça ou de classe. No entanto, permitem descortinar

²³⁶ Para adentrar nas ideias das militantes anarquistas de São Paulo e suas atuações dentro do movimento operário, ver a dissertação de Samanta Colhado Mendes (2010), sobretudo o último capítulo. E para aprofundar nas organizações e atuações das mulheres trabalhadoras no período, ver a tese de Glaucia Candian Fraccaro (2016), especialmente o segundo capítulo.

²³⁷ AS LIGAS operárias trabalham - Liga Operária da Mooca. *A Plebe*, São Paulo, 11/08/1917, p. 3.

um pouco das preocupações que envolviam a população trabalhadora em geral na Pauliceia e que os movimentos sociais buscaram abordar para transformar.

2.3. Arautos da raça e da classe: pontos em comum

Na posição que ocupavam dentro de seus grupos, é possível identificar em seus escritos que esses militantes se enxergavam como “sujeitos detentores da razão”, portadores de uma mensagem que iluminaria a consciência de seus grupos, de um ideal a ser seguido para melhorar sua situação. Apesar de possuírem projetos distintos, cujo foco era a raça ou a classe, o discurso da militância e da forma como esta percebia-se dentro do contexto social era semelhante em ambos os casos estudados: os articulistas consideravam-se imbuídos de uma missão pedagógica e mesmo civilizacional em que deveriam disseminar suas ideias ao restante do grupo.

No caso dos militantes da imprensa negra, eles consideravam como seu objetivo máximo convencer e ensinar os demais negros a remediar sua situação de precariedade. Principalmente por serem letrados e cultos, mas também por terem empregos considerados mais dignos e conseguirem circular em mais ambientes, enxergavam-se à frente do restante da comunidade, conhecedores dos caminhos para “vencer na vida”. Os redatores do *Clarim*, por exemplo, assim descreveram sua tarefa, em diferentes momentos: “devemos tratar em primeiro plano, do aperfeiçoamento da nossa gente, indicando-lhes o verdadeiro caminho a trilhar”, “apresentar aos nossos leitores os necessários princípios para a nossa evolução”, “empolgar as inteligências para fundir, numa força única, a formação definitiva de nossa consciência social e idealística”.²³⁸ Já o jornal *Progresso*, em sua edição de estreia apresentou-se com a função de “semear os germes do Progresso”, “elevar o nome da raça [negra]” que se encontrava “oprimida” e “vilipendiada”.²³⁹ Dizer que se consideravam praticamente como “missionários da raça” não é exagero, conforme fica claro em escrito onde o militante Gervásio Moraes empregou tal metáfora religiosa, exaltando os dois fundadores do *Clarim*:

Desse gesto repassado de nobreza com que esses dois batalhadores insígnies que são, Jayme de Aguiar e José C. Leite, hade irradiar-se a luz aclaradora da vontade por todos os recantos desta Capital tumultuosa, do mesmo modo que os doze apóstolos do

²³⁸ UM MONUMENTO. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 18/06/1927, p. 2; LEITE, J. C. Nosso mandato. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 24/01/1926; LEITE, J. C. Cinco annos de clarinadas. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 06/01/1929, p. 1.

²³⁹ O “PROGRESSO”. *Progresso*, São Paulo, 23/06/1928, p. 1.

evangelho espalharam entre os delírios orgíacos dos pagãos, os ensinamentos do Cristianismo.²⁴⁰

Sem o conteúdo religioso, é possível encontrar na imprensa operária discursos muito parecidos. Afinal, em sua visão, os articulistas enxergavam-se como aqueles que detinham o conhecimento ideológico necessário para a emancipação da classe trabalhadora, pois conheciam a crítica radical ao capitalismo e ao Estado burguês e os caminhos para a revolução. Consideravam-se, portanto, encarregados de uma “bendita missão que nos faz portar de tão utilíssimo sacrifício a bem da comunidade”, de “preparar uma opinião favorável a essa revolução, despertando o espírito de rebeldia nos indivíduos, a desobediência às leis, o desrespeito ao princípio de propriedade, a repulsa ao militarismo”, para tornar possível a libertação social das “massas escravizadas”. Em *A Plebe*, José Romero chegou a definir os militantes anarquistas, grupo em que se incluía, como “novos arautos”, responsáveis pela obra “grande, humana e equitativa” de redenção.²⁴¹

Os militantes italianos de *Guerra Sociale* também revelaram esse mesmo tipo de pensamento ao justificar a distribuição de um panfleto doutrinário no periódico, com o objetivo de mostrar didaticamente as ideias anarquistas para a libertação. Segundo os articulistas do jornal, a maioria dos trabalhadores encontrava-se em estado de ignorância dos assuntos que mais os interessavam, mesmo com o aumento da tirania e da exploração dos patrões a cada dia. A leitura do panfleto os faria despertar para o conhecimento da “bela, pura e sublime doutrina anarquista”:

Não podemos reter, por mais tempo, dentro em nosso peito, as palavras de protesto e de revolta, com que pretendemos fazer-vos chegar ao caminho da verdade, e despertar-vos da profunda inércia em que vos achais. Sentimos ardente desejo de conversar convosco, de explicar-vos as belezas da doutrina que vos há de emancipar, talvez dentro deste mesmo século, quebrando os grilhões que vos prendem à servidão.²⁴²

Portanto, para as militâncias dos movimentos sociais, seus grupos deveriam dar atenção aos seus projetos e às suas orientações. Em ambos os casos analisados existem alguns elementos em comum, ao menos formalmente, no “caminho a ser seguido”. Chama a atenção que tanto a imprensa negra quanto a imprensa operária dedicaram muito de sua tinta para, cada qual a sua maneira, defender a importância da educação - seja no sentido do letramento, do saber técnico ou do conhecimento intelectual -, condenar de forma moralista os excessos de lazer - nos bailes

²⁴⁰ MORAES, G. Uma trajetória audaz. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 15/01/1927, p. 2.

²⁴¹ PROF. C. C. Dous pesos, duas medidas. *A Obra*, São Paulo, 15/08/1920, p. 4; ROMERO, J. Há muito que fazer. *A Plebe*, São Paulo, 12/06/1920, p. 4.

²⁴² O QUE os anarquistas querem. *Guerra Sociale*, São Paulo, 30/12/1916 p. 1.

das associações, no uso do álcool, nas relações amorosas - e clamar pela união da coletividade em prol dos mesmos interesses.²⁴³

Na imprensa negra havia o diferencial, de ditar certas condutas em consonância com os valores da ordem burguesa, com a adesão aos ideais dominantes de trabalho, família e pátria. Já nos anarquistas, havia a construção de outras noções para esses mesmos termos a partir de críticas aos ideais pré-estabelecidos no mundo burguês. Ainda assim, não estavam isentos de certo moralismo nos costumes, bastante compatível com os já vigentes. Por não ser o foco deste trabalho, não adentrarei de maneira aprofundada essas questões e esses debates, mas fecho o capítulo indicando alguns trechos que tocam nesses pontos, evidenciando certas consonâncias no discurso desses movimentos - principalmente no âmbito da educação e das condutas morais. Acredito que um desses pontos, a busca por união em torno dos projetos dessas lideranças, já apareceu de forma clara nas outras discussões levantadas ao longo deste capítulo sobre os associativismos e a dificuldade de mobilização, de modo que não me deterei nisso novamente.

Em relação à educação, os escritores negros identificavam-na como uma carência histórica de seu grupo, vinda desde a escravidão, mas principalmente do processo de transição para a liberdade. Para eles, naquele momento o Estado e as classes dominantes omitiram-se da responsabilidade de instrução dos libertos, abrindo mão de qualquer projeto que promovesse integração da população negra na sociedade ou que lhes criasse condições para tal. Em *O Kosmos*, Benedicto Florêncio negava que a culpa pela “inércia do povo negro” fosse deles próprios, identificando a verdadeira causa nos “quatrocentos anos do ferrenho cativo” e do “regime de obscurantismo” posterior. Segundo ele, para os negros do Brasil “o livro foi a chibata e a escola foi a senzala”.²⁴⁴

Tomando a experiência deles próprios como exemplo, os militantes negros enxergavam na educação a principal ferramenta de ascensão social de seu grupo, para que conseguissem “sair do mundo dos trabalhos domésticos e manuais” (MALATIAN, 2015, p. 185). Por isso, propagandeavam a necessidade de os pais colocarem seus filhos nas escolas, insistirem na educação formal e no aprendizado de ofícios - respeitando as respectivas posições de gênero da época - para garantir, por meio do saber e da técnica, qualificação para o trabalho:

Mandae vossas filhas, para aprenderem costura e bordados e engomados; vossos filhos, depois que saírem do Grupo Escolar, mandae-os aprender ofício de sapateiro,

²⁴³ Para o movimento negro daquele momento, cuja proposta não era de revolução da sociedade, mas principalmente de integração do negro na estrutura já colocada, a partir do fim do racismo, esses pontos são os pilares fundamentais do projeto. Somente por meio deles a população negra atingiria a inserção completa na sociedade, em pé de igualdade com os brancos.

²⁴⁴ FLORENCIO, B.. Os pretos em São Paulo. *O Kosmos*, São Paulo, 19/10/1924, p. 1.

funileiro, mecânico encadernador e tipógrafo, etc. Só assim é que todos os nossos irmãos de cor deixarão de ser cozinheiros, copeiros e arrumadores de quartos.²⁴⁵

Para garantir o progresso só havia um caminho, portanto: era necessário “que se multipliquem diariamente, as parcelas componentes dos nossos homens que leem, escrevem e que pensam com reflexão”. Por isso, os jornais negros sempre apoiaram ações educativas e literárias, criação de centros de cultura e atividades nas associações que possibilitassem experiências formativas à população. Gervásio Moraes indicava que era fundamental que se erguessem “castelos de cimento armado, transformando-os em Templos educativos, aonde haja luz, mas muita luz”.²⁴⁶ A educação era entendida como a grande obra civilizatória para que o negro atingisse a “redenção e afirmação da raça” (MALATIAN, 2015, p. 192).

Em uma das edições comemorativas da abolição, o *Clarim* estampava em sua capa uma ilustração bastante significativa do papel da educação em seu projeto político. Tratava-se de um negro que acabara de se libertar, com as correntes quebradas ainda penduradas em volta do punho, parado à beira-mar, olhando o horizonte no momento da alvorada. No sol, está gravado “13 de maio”. Sob seus pés, o objeto mais importante: um livro aberto. Com isso, o periódico afirmava que a libertação - a “segunda abolição” - só poderia ser completa com o letramento e a educação.

Imagem 9: Capa da edição comemorativa de 13 de maio, de *O Clarim d’Alvorada*



Fonte: *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 13/05/1927.

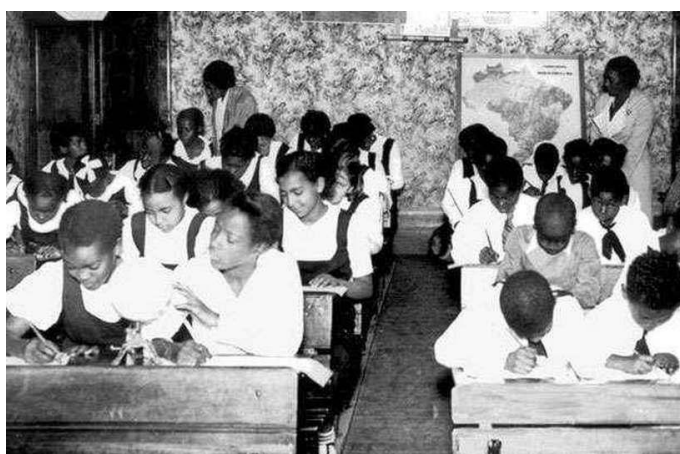
²⁴⁵ MARTINS, J. B. Os pretos e o progresso. *O Alfinete*, São Paulo, 03/09/1918, p. 2.

²⁴⁶ FLORÊNCIO, B. Os pretos em São Paulo. *O Kosmos*, São Paulo, 19/10/1924, p. 1; MORAES, G. Carta de um negro. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 13/05/1927, p. 9.

A imagem poderia ser muito bem acompanhada dos dizeres proferidos por José Correia Leite na edição de aniversário de “cinco anos de clarinadas”, que abriu este capítulo: “Pra frente, pois. Mocidade Negra, com o livro e a pena na destra, para a conquista da nova era; para o prosseguimento da luta iniciada por Patrocínio, Luiz Gama e Cruz e Sousa”.²⁴⁷ Não deve passar batido que as três inspirações citadas por ele foram homens letrados e exerceram profissões intelectuais, para além de toda sua contribuição histórica - um jornalista, um advogado e um literato, respectivamente.

Porém, nem só nas palavras ficaram os militantes negros. Iniciativas importantes no âmbito da educação foram apoiadas por eles e realizadas nos espaços associativos. Dentre elas, as mais importantes foram a criação da biblioteca e o oferecimento de cursos no CCP e, posteriormente, a experiência das escolas da FNB. A partir de seu *Departamento de Instrução e Cultura*, a FNB buscou suprir a demanda dos negros por escolaridade, driblando a exclusão causada pela ausência de vagas e o racismo nas escolas públicas e de elite, além de tentar superar a tendência das famílias de enviarem precocemente as crianças para o mundo do trabalho (MALATIAN, 2015, p. 188-189). As principais experiências bem sucedidas nesse sentido foram os cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos, mas havia também cursos de “formação social” ministrados por militantes do meio negro, abordando temas sociais, políticos, cívicos e morais. Para a historiadora Teresa Malatian (2015, p. 191), a partir da prática escolar as lideranças e a FNB esperavam “preparar o negro para enfrentar as injustiças no mundo do trabalho, obter nele melhor inserção e competir em pé de igualdade com trabalhadores estrangeiros na cidade povoada por grandes contingentes de imigrantes”.

Imagem 10: Escola da Frente Negra Brasileira



Fonte: BARBOSA, 1998, p. 43.

²⁴⁷ LEITE, J. C. Cinco anos de clarinadas. *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 06/01/1929, p.1.

Os imigrantes, por sua vez, também fundavam suas próprias escolas, voltadas a ensinar parte dessa população que não tinha oportunidades nos grupos escolares paulistas, mas também para difundir as culturas nacionais específicas, bem como as línguas estrangeiras. Por meio de iniciativas de indivíduos patriotas, professores, religiosos ou das próprias associações, eram oferecidos cursos específicos nesse mesmo sentido. Para o caso dos italianos, talvez o exemplo mais marcante tenha sido o *Instituto Dante Alighieri*, surgido na década de 1910 - cuja escola funciona até hoje, porém nos padrões brasileiros de ensino (TRENTO, 2013, p. 36-37).

Dentro do campo da esquerda, os militantes percebiam o potencial da educação e abordavam o tema, porém, de forma a construir uma prática pedagógica diferente da escolarização burguesa tradicional. Em sua visão, era necessário, para além do saber técnico e do letramento, que o ensino fosse crítico e formasse política e culturalmente a classe trabalhadora, de modo a escapar da ideologia e moral do Estado, das classes dominantes e da Igreja Católica - era necessário “formar um homem novo”. Se a escolarização tradicional formava indivíduos padronizados, dóceis, disciplinados a aceitar os valores e normas já estabelecidas - nos dizeres de *A Plebe*, “a escola é muito boa só quando tem o fim de fortalecer o pedestal da exploração burguesa”²⁴⁸ -, uma pedagogia que se propunha libertária deveria ir “contra o exercício do poder nas relações que se produzem em todos os espaços de sociabilidade: escola, casa, trabalho, lugares de lazer” e “criar relações baseadas em cooperação, confiança e respeito mútuo” (RAGO, 1985, p. 147).

A reprodução em *A Plebe* de um texto do militante brasileiro Octávio Brandão, publicado originalmente no Rio de Janeiro em 1920, atesta a importância dada pelo movimento dos trabalhadores à educação, tanto doutrinária quanto de letramento. Este último era essencial para o avanço político e moral dos trabalhadores, além de ser o responsável pelo aumento do público dos jornais e do alcance de suas mensagens:

Quantas escolas já foram fundadas pelas associações operárias? Quantos cursos? Quantas bibliotecas? [...] enquanto não surgirem escolas livres, cada um vá sendo o professor de si mesmo; [...] Ah, ainda existe muita coisa por fazer. Não! Não será com operários analfabetos e inconscientes que faremos a Revolução Social. [...] Organizae-vos, ó trabalhadores da terra, trabalhadores dos rios, trabalhadores do mar! Educae-vos! Alcae-vos as vossas almas a fim de compreenderdes as maravilhas da ideia anarquista!²⁴⁹

²⁴⁸ P. A Escola Moderna ou racional. *A Plebe*, São Paulo, 28/02/1920, p. 4.

²⁴⁹ BRANDÃO, O. Apelo à nacionalidade brasileira. *A Plebe*, São Paulo, 07/08/1920, p. 3. Poucos anos depois, esse militante tornou-se um dos mais importantes integrantes do PCB. No início de sua trajetória, porém, era anarquista.

Em relação às primeiras perguntas de Brandão, muitos grupos de estudo, teatro, literatura, cursos, escolas e bibliotecas haviam sido fundados por diferentes grupos militantes, de várias matizes ideológicas e apoiados pelos diversos jornais da imprensa operária (TOLEDO, 2004, p. 43-47) - de forma semelhante ao que buscou fazer o movimento associativo dos afrodescendentes. Segundo Margareth Rago (1985, p. 154), para os anarquistas o esforço educativo figurava como uma ação moral e um dos meios da ação direta, tão importante quanto qualquer boicote ou greve, já que era essencial para superar a alienação a que estavam submetidos os trabalhadores.

As principais experiências nesse sentido provavelmente foram as *Escolas Modernas*, fundadas por grupos de anarquistas, maçons, liberais progressistas, libertários e livres pensadores ao longo da Primeira República em diversas regiões do Brasil. Suas propostas tinham como base as experiências de ensino racionalista e integral de Francisco Ferrer y Guardia, em Barcelona. A primeira dessas escolas foi fundada em 1912 no bairro do Belenzinho, após longas campanhas de arrecadação de fundos desde 1909, articuladas em vários jornais (OLIVEIRA, 2018). Segundo o historiador Ivan Oliveira,

Trazendo em sua constituição as proposições de Bakunin e Robin com a educação integral e de Ferrer com o ensino racionalista, a Escola Moderna nº1 tinha como horizonte romper com a lógica da dominação calcada na cisão entre quem pensa e quem executa, entre trabalho intelectual e trabalho manual (2018, p. 124).

Assim, a prática pedagógica dessas escolas buscava desenvolver o ser humano de forma completa: intelectual, física e moral. Nesse último campo, encontrava-se a necessidade de ruptura com a moral burguesa e desenvolvimento de uma nova moral - referida anteriormente. Os currículos dessas escolas compreendiam saberes das ciências naturais e físicas, matemática, caligrafia, higiene, treinos corporais, história e geografia, aliados a estudos do meio ao ar livre na cidade, para observações da realidade social do trabalhador e discussões junto à comunidade, sobre “questões relativas à economia, condições de trabalho, a situação da mulher na sociedade de classes, tudo isso em uma perspectiva classista e internacionalista” (OLIVEIRA, 2018, p. 124). Tais experiências foram afetadas pela intensa repressão aos espaços organizados por trabalhadores na passagem para a década de 1920, mas continuaram surgindo em todo o país. Os anúncios de abertura das matrículas muitas vezes eram publicados nos jornais operários, contendo informações relevantes sobre o currículo, a perspectiva pedagógica e o funcionamento das escolas:

Imagem 11: Anúncio da *Escola Moderna n.º 1*

Escola Moderna N. 1

Instituto de Instrução e Educação para menores e adultos de ambos os sexos

Aulas diurnas e nocturnas

Ensino theorico e pratico, segundo os methodos da pedagogia moderna, com os quaes se ministra aos alumnos uma instrução que os habilita para o inicio das actividades intellectuaes e profissionais, assim como uma educação moral baseada no racionalismo scientifico

CURSO PRIMARIO — Rudimentos de Portuguez, Arithmetica, Calligraphia e Desenho.

CURSO MEDIO — Grammatica, Arithmetica, Geographia, Principios de Sciencias, Calligraphia e Desenho.

CURSO ADEANTADO — Grammatica, Arithmetica, Geographia, Noções de Sciencias Physicas e Naturaes, Historia, Geometria, Calligraphia, Desenho, Dactylographia.

Para as alumnas haverá tambem trabalhos manuaes: costura, bordado, etc.

Aulas diurnas

Horario: das 11 1/2 ás 16 1/2 (das 11 1/2 da manhã á 4 1/2 da tarde).

Mensalidades: Curso primario ou medio, 4\$000; curso adeantado, 5\$000.

Aulas nocturnas

Horario: Das 19 ás 21.

Mensalidades: Curso primario ou medio, 5\$; curso adeantado, 7\$

DIRECTOR — PROFESSOR FLORENTINO DE CARVALHO

Avenida Celso Garcia, 262 - Belemzinho - S. Paulo

Fonte: *A Plebe*, São Paulo, 09/07/1917, p. 4.

Imagem 12: Estudantes da *Escola Moderna n.º 1* com o Prof. João Penteadó (1913)



Fonte: ROMANI, 1998, p. 173.

No texto abaixo, do militante Amilbar em *A Plebe*, os três elementos mencionados - necessidade de união nas associações, educação e regramentos morais - aparecem de forma clara, nas diretrizes de ação para os trabalhadores. Sobre os dois primeiros já falamos, resta alguma menção ao último:

Organizae-vos em associações de classe, que, unidas às federações locais, venham tornar-se um bloco uno e inquebrantável na Confederação forte e capaz de fazer tremer em seus alicerces esses governos carcomidos pela politicagem réles que infelicitam o planeta, que é a pátria também do operariado. E isso só se conseguirá quando vos convencerdes de que as associações não deverão ser criadas para divertimento de seus associados. Isso é próprio para a burguesia que, não sabendo o que fazer do ouro ganho com o vosso suor, organiza associações onde possa dançar e jogar e também beber para aliviar ou esquecer os gritos da consciência carcomida pelos crimes horrorosos de lesa-humanidade. Vós deveis criar associações para vos elevar não só intelectualmente como moralmente na leitura de livros sadios de doutrina, em vez de romances tolos e sem proveito prático, bem como no exercício sublime do amor que devemos a todos os desprotegidos da sorte nesta sociedade maldita [...]. Uni-vos e sereis fortes. Em cada associação criareis também uma escola, onde vossos filhos possam se instruir isentos dos preconceitos falazes que essa sociedade corrompida nos impõe.²⁵⁰

Conforme aparece na passagem, havia preocupação de que os trabalhadores não desperdiçassem tempo e dinheiro em “coisas supérfluas” ou divertimentos, mas que se dedicassem à luta e à formação crítica, para poder combater o sistema. Margareth Rago (1985) ao abordar essa questão analisou o que chamou de “práticas condenáveis” pelo discurso anarquista, as quais guardam certa semelhança com representações burguesas, ainda que os objetivos fossem outros. Tais práticas eram consideradas pelos militantes como enfraquecedoras da classe trabalhadora, como desvios viciosos de sua missão histórica revolucionária. Dentre elas enquadravam-se, principalmente, o álcool, o fumo, o carnaval, os bailes e o futebol. Portanto, havia nos jornais operários uma “intenção pedagógica de controlar as formas de lazer” (RAGO, 1985, p. 111).

Se o carnaval significava imoralidade, perda de dignidade, gasto de energia e salário em atividades nocivas, os bailes também eram locais de perdição, bem como os bares e as tavernas, espaços de alienação política onde os trabalhadores contraíam o vício do álcool. Este era visto como o maior flagelo das classes trabalhadoras, responsável por enriquecer a burguesia da indústria de bebidas ao passo que degradava o trabalhador. Diversos artigos propondo uma verdadeira “guerra aos vícios” eram comuns nos periódicos operários:

O homem que se deixa dominar pelos vícios do álcool, do jogo, da política e da religião deve ser esclarecido pelos trabalhadores conscientes [...] ele é um dos maiores obstáculos que se opõem à internacional aspiração dos trabalhadores. [...] Em cada esquina tropeça-se com uma casa de libertinagem, de jogos, demasiadamente

²⁵⁰ AMILBAR. Organizemo-nos. *A Plebe*, São Paulo, 25/08/1917, p. 4.

abarrota das de viciosos [...] Se abandonassem os vícios e lutassem contra tão hipócritas filantropias, confraternizados todos os homens produtores, teriam forças para extinguir tudo que é desnecessário e prejudicial no mundo. Só assim deixariam de existir miseráveis, jovens e velhos, seres somente dignos de lástimas, com o corpo inchado – efeito do álcool e outras chagas pustulentas que corroem a pobre humanidade.²⁵¹

Já sobre o carnaval, o mesmo jornal escrevia que eram “três dias consagrados pela burguesia à ostentação verdadeira do que ela é: um regabofe e uma farsa”, “uma válvula de segurança para manter o equilíbrio moral do burguês” que “tripudia sobre a miséria do povo”. Consideravam uma “afronta aos sofrimentos e à miséria do povo trabalhador”.²⁵²

Em suma, os militantes construíam um discurso que opunha “o centro de estudos versus o bar ou o bordel; o estudo, a conscientização versus os prazeres da bebida, do sexo e do fumo; a razão versus os sentidos; o espaço ventilado e higiênico versus o salão abafado, escuro, aglomerado de corpos” (RAGO, 1985, p. 113), mas também criava a imagem de um trabalhador ideal - militante combativo, estudioso, sóbrio, produtivo - em oposição à de um “trabalhador degenerado” - bêbado, festeiro, lascivo, preguiçoso.²⁵³

Os jornais negros também referiam-se constantemente ao caráter de suposta degeneração moral e social de sua comunidade, elegendo praticamente os mesmos elementos da imprensa libertária como causas disso. Também neste caso, percebe-se que o álcool não escolhia cor, era um problema generalizado dentro do mundo dos trabalhadores, fossem eles brancos, imigrantes ou negros. Nas palavras do militante Luiz Barbosa, “de todos os males [o álcool] é o que assola em quase todos os países civilizados, e por mais que se tenha combatido, pouco frutíferos tem surtido os resultados”, era um elemento “vil e incompatível com a sociedade”, pois “obstrui no cérebro, destrói a moral, a inteligência”.²⁵⁴

Praticamente como na imprensa operária, ao lado do abuso do álcool aparecia a condenação do excesso de tempo gasto pelos negros nos salões de dança e bailes, locais igualmente de depravação (DOMINGUES, 2008, p. 42). Conforme publicação d’*O Clarim*, “o baile da atualidade, corrompe, contamina, envenena, cria embaraços custosos de remediar-se, e isso quando podem ainda serem remediados; esmaga, aniquila, e finalmente destrói como se fora uma lepra”.²⁵⁵ Os militantes da imprensa negra recomendavam que a comunidade aproveitasse seu tempo livre para “preparar o intelecto” em ambientes como os saraus literários,

²⁵¹ REYPIER. Guerra aos vícios! **A Plebe**, São Paulo, 25/06/1927, p. 1.

²⁵² SILVA, B. Após a orgia carnavalesca. **A Plebe**, São Paulo, 21/02/1920, p. 1.

²⁵³ Faço a ressalva de que, apesar das críticas, também os militantes circulavam em espaços culturais e organizavam festivais e eventos artísticos - não se trata de uma negação absoluta de tais ambientes.

²⁵⁴ BARBOSA, L. Alcoolismo. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 24/07/1926, p. 2.

²⁵⁵ SOUZA, M. T. Abreviando seus dias. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 13/05/1927, p. 15.

ao invés de frequentar as associações dançantes.²⁵⁶ Frederico B. de Souza propunha que os negros mostrassem que “não é somente os One-steps, Rag-time e Picadinho, que sabemos cultivar, também sentimos amor e boa vontade para coisas instrutivas. Os bons livros de literatura, poesia e moral”.²⁵⁷ Por isso também a insistência da imprensa negra de que deveriam centrar esforços para a criação de associações beneficentes e de auxílio mútuo, não recreativas.

Com base em sua perspectiva moralista, os jornais negros, principalmente aqueles da primeira fase, publicaram colunas em que denunciavam os indivíduos considerados desregrados, expondo seus nomes e até mesmo endereço. Os alvos da perseguição moralista eram aqueles que passavam tempo demais na rua, que não trabalhavam, que eram infiéis, mulheres que namoravam em público ou que frequentavam demais os bailes, rapazes que andavam bêbados pelas ruas.²⁵⁸ Boa parte do regramento moral visava o comportamento das mulheres negras, defendendo que seu lugar era dentro das casas, cuidando dos filhos e do marido, não nos espaços públicos.

Destoando dos jornais libertários, sobre o carnaval os escritores negros raramente fizeram críticas puritanas. Pelo contrário, geralmente apoiaram, divulgaram e registraram as festas e cordões carnavalescos, bem como o cotidiano de muitas agremiações desse tipo: os jornais negros consideravam que “alegria de pobre é um dia só, mas, no carnaval, é três dias” e observavam entusiasmados que “apesar da frieza reinante na nossa Paulicéia, os foliões daqui e d’além mar não se cansam em preparar para receber o supremo deus da folia”.²⁵⁹ De maioria católica, esses escritores ainda ponderavam que Deus permitia ao povo pobre os excessos mundanos típicos daquela data:

O Todo Poderoso na culminância do seu magno saber, conhece as nossas fraquezas sobrejamente: e vendo a nossa sinceridade em não esconder os nossos defeitos morais, consentirá que a gente brinque, à bessa nesses três dias de bem aventuraça diabólica... Depois da pândega nos perdoará [...] E assim, na quarta feira de cinzas, na Igreja estaremos para nos reconciliar com Ele.²⁶⁰

Também na imprensa negra os militantes elaboravam um discurso que propunha a figura de um “negro ideal”, disciplinado, estudioso, trabalhador, dedicado à família de composição tradicional, em acordo com os valores da civilização abrangente, em oposição a outros modos de vida e sociabilidade da comunidade afro-brasileira (MELLO, 1999, p. 114-115). Para os

²⁵⁶ RODRIGUES, A. Alfinetadas. **O Alfinete**, São Paulo, 30/10/1921, p. 1.

²⁵⁷ SOUZA, F. B. Ilusão. **O Alfinete**, São Paulo, 09/03/1919, p. 3.

²⁵⁸ D’ALENCASTRO. Grave erro! **O Bandeirante**, São Paulo, 09/1918, p. 3.

²⁵⁹ E’ CLARO. Echos do Carnaval de 1924. **Elite**, São Paulo, 02/03/1924, p. 5; STÁ na hora. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 05/02/1928, p. 1.

²⁶⁰ E’CLARO. Echos do Carnaval de 1924. **Elite**, São Paulo, 02/03/1924, p. 5.

militantes, as práticas de conduta que ditavam poderiam dissociar os negros da imagem estereotipada de vagabundo, alcoólatra, indisciplinado, incapaz e criminoso, recorrente nos discursos hegemônicos. De forma semelhante, Rago (1985, p. 115-116) enxergou no discurso moral anarquista o objetivo de destruir as representações burguesas sobre uma classe trabalhadora imoral, incivilizada, selvagem, criminosa e suja, de modo a não dar qualquer margem para o poder atuar repressivamente contra os trabalhadores. Portanto, “as imprensas negra e operária exibem muita concordância em seu julgamento dos desafios morais que suas respectivas comunidades enfrentavam” (ANDREWS, 1998, p. 130-133).

Para concluir, acredito que tais lamentos sobre a situação moral de suas comunidades, bem como as recomendações de práticas ideais contidas em todos esses jornais são evidências da perspectiva de sujeitos que se constituíram como lideranças nos movimentos sociais. São indicadores de um embate entre os ideais da militância e a situação/práticas reais da maioria dos trabalhadores. Ao pesquisador atento acaba sendo inevitável perceber certo distanciamento entre esses sujeitos e o restante do grupo que buscam representar - o desafio dos movimentos estava justamente em obter adesão dos demais a seus projetos e mensagens.

Até este ponto, a presente pesquisa tratou majoritariamente de consonâncias nas experiências da população negra e imigrante, pertencentes à classe trabalhadora de São Paulo, incluindo as dificuldades do cotidiano e as respostas que parte desses grupos elaboraram para transformar a realidade. Porém, a análise não deixou de destacar as especificidades nas vivências dessas populações. A partir dos jornais pode-se entender como foram constituídos os movimentos negro e operário, além de formas de atuação que guardam semelhanças entre si. Ainda assim, tais movimentos pouco se encontraram, fazendo suas lutas de forma isolada um do outro. Portanto, os próximos dois capítulos tratam das dissonâncias entre eles. A forma como se enxergaram uns aos outros, a identificação do conflito e de possíveis tentativas de diálogo serão as questões centrais.

CAPÍTULO 3. IMIGRAÇÃO, RAÇA E NAÇÃO NOS ESCRITOS DAS LIDERANÇAS NEGRAS

Ser negro é sofrer o vexame de não poder galgar as escadarias da conquista nos planos ilimitados das sociedades brasileiras. É ser quase um estrangeiro indesejável desterrado de longínquas plagas, talvez, por ter cometido um crime nacional!

*Gervasio Moraes (1927)**

Em 1924, o negro Bernardo Vianna, por motivos desconhecidos, deixou para trás o Rio de Janeiro e foi tentar a sorte em São Paulo. No entanto, percebeu seus planos rapidamente frustrados ao não encontrar trabalho em lugar algum. Após muito tentar, Vianna resolveu contatar a redação de *A Gazeta*, órgão de mídia vespertino de grande circulação na cidade, por meio de uma carta em que contou sua história. Publicado e comentado em edição do jornal, o depoimento de Vianna reverberou no meio negro, gerando revolta dos militantes que escreviam na imprensa negra.

A primeira reação veio de *O Getulino*, periódico negro de Campinas, que preparou uma série de artigos intitulada *Os pretos em São Paulo*, assinados por Benedicto Florêncio e publicados gradualmente entre setembro e outubro daquele mesmo ano. Na capital paulista, *O Kosmos*, órgão impresso de uma das maiores associações negras em atividade no período, reproduziu os textos pouco tempo depois, entre outubro de 1924 e janeiro de 1925, expandindo o alcance e o potencial mobilizador do caso. No primeiro artigo da série, Florêncio citou um trecho da publicação original de *A Gazeta*, onde Vianna denunciava que

por ser preto não encontra emprego em parte alguma. Vai às fábricas, mas não lhe dão serviço, muitas vezes nem lhe deixam falar com os gerentes. Procura anúncios nos jornais, acorre pressurosamente aonde precisam de empregados e, embora chegue primeiro do que outro qualquer candidato, por ser de cor é posto à margem e recusado.²⁶¹

Ao que tudo indica, a situação não era familiar às experiências de Vianna na capital fluminense,²⁶² visto que ele foi descrito como um missivista que “manifesta-se assustado diante

* MORAES, G. Carta de um negro. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 13/05/1927, p. 9.

²⁶¹ FLORÊNCIO, B. Os pretos em São Paulo. *O Kosmos*, São Paulo, 19/10/1924, p. 1.

²⁶² Não quero com isso dizer que não havia racismo no Rio de Janeiro, ou que essa era uma particularidade paulista. Existem provas fartas do racismo atuando em qualquer território brasileiro e, no caso do Rio de Janeiro, basta ver a história do escrivo Isaiás Caminha, personagem de Lima Barreto (1995, p. 42-43), com certo apelo autobiográfico, que passou por experiências muito semelhantes a de Bernardo Vianna em busca de trabalho. Porém, é possível que a menor incidência da imigração no Rio de Janeiro e sua característica como “cidade negra” (CHALHOUB, 2011) provavelmente atenuou a segregação do mercado de trabalho e misturou mais os negros e brancos, nacionais e estrangeiros, pelo menos em posições de baixo escalão e na classe trabalhadora - evidentemente, as posições de comando e prestígio devem ter sido monopolizadas por brancos. A obra já

das suas crescentes privações [...] protestando contra essa perseguição”.²⁶³ Por conta de um artigo em edição posterior do jornal, sabemos que ele “em vão andou por meses a cata de um emprego” e foi “recusado em toda parte mesmo nos ofícios de sua especialidade”.²⁶⁴ Além disso, Vianna aproveitou a ocasião e o espaço que teve nos jornais para clamar pela “conveniência de se fundar, a exemplo do Rio, uma *Associação de Homens de Cor*, em São Paulo”, para fortalecer o posicionamento do negro ante as injustiças que sofria.²⁶⁵ Esse ponto permite levantar a hipótese de que o meio negro na capital do país parecia estar mais bem organizado em órgãos associativos coesos naquele momento. Uma grande associação negra que agrupasse todas as outras e cumprisse as diversas funções (lazer, educação, cultura, política) foi sonho e projeto de militantes como José Correia Leite durante aquela década em São Paulo, mas fracassado até pelo menos a fundação da *Frente Negra Brasileira* (FNB), em 1931.²⁶⁶

Pouco depois, *A Gazeta* publicou uma nova história, muito semelhante, reproduzida em Campinas pel’*O Getulino*, acrescida de comentários de Euclides Oliveira, jornalista e poeta negro. Desta vez o jornal divulgava o caso de Joaquim Brandão Costa, sujeito que “escreve e lê correntemente, tem habilitação para muitos afazeres mas tão somente por ser preto não obtém colocação por mais que a busque”. Longe de ser um ocorrido isolado, o articulista de *A Gazeta* - provavelmente branco - destacou no título a “má sina a do preto! Não encontra emprego!”.²⁶⁷

mencionada da historiadora Lúcia Helena Oliveira Silva (2016) e o trabalho de Paulina Alberto (2017, p. 123-125) são bons indicadores desse caminho. Ambas propõem que, no Rio de Janeiro, brancos e negros eram mais integrados e havia maiores oportunidades para estes últimos do que em São Paulo.

²⁶³ FLORÊNCIO, B. Os pretos em São Paulo, *O Kosmos*, São Paulo, 19/10/1924, p. 1.

²⁶⁴ OLIVEIRA, E. A teoria do preconceito, *O Getulino*, Campinas, 05/10/1924, p. 1.

²⁶⁵ FLORÊNCIO, B. Os pretos em São Paulo, *O Kosmos*, São Paulo, 19/10/1924, p. 1.

²⁶⁶ Correia Leite e outros militantes repetidamente defendiam que os negros se organizassem em “uma grande associação dos homens de cor”, seguindo o exemplo do que haviam feito seus pares no Rio de Janeiro. Creio que ele se referia à *Federação dos Homens de Cor* (FHC), surgida em 1920. No final daquela década, reunidos em torno do *Clarim*, as lideranças paulistas tentaram organizar o *1º Congresso da Mocidade Negra*, cuja função seria abrir as portas para a criação de uma grande associação negra na cidade (MALATIAN, 2015, p. 113). No entanto, a iniciativa naufragou. Isso sempre me levou ao entendimento de que a luta dos afrodescendentes na capital do país estivesse mais avançada - pelo menos aos olhos dos militantes paulistas. Paulina Alberto (2017, p. 123-128) propõe uma análise em sentido contrário, sustentando que a militância negra carioca foi bem menos coesa e operante do que a de São Paulo e comenta que a própria FHC teria sido, na verdade, um modelo importado do associativismo paulista, fundada por um negro paulistano que migrou. Para ela, a maior integração dos negros no Rio de Janeiro levou-os a atuar em sindicatos e outras associações de classe, em que inseriram também as pautas raciais, mas sem constituir órgãos específicos para essa luta. De fato, a participação de negros junto aos imigrantes (lá, maioria portuguesa) e brancos nacionais em associações de classe vem sendo tema da historiografia há algum tempo, como nas pesquisas de Marcelo Badaró Mattos (2008) e Maria C. Velasco e Cruz (2008), que mostram um enredo oposto ao da Pauliceia. Alberto ainda indica outros aspectos que sugerem maior integração do negro no Rio de Janeiro: a ausência de uma “imprensa negra vibrante”, como a de São Paulo, e o espaço de atuação considerável que tiveram jornalistas e advogados negros dentro das instituições oficiais. Em todo o caso, acredito que a discussão esteja em aberto e careça de um estudo comparativo aprofundado entre as militâncias negras das duas cidades. Sobre as sucessivas tentativas de montar um grande congresso e associação negra em São Paulo, ver: LEITE, J. C. O verbo do preto. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 07/12/1924, p. 1; MORAES, G. 1º Congresso da Mocidade Negra. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 03/03/1929, p. 1.

²⁶⁷ OLIVEIRA, E. A teoria do preconceito, *O Getulino*, Campinas, 05/10/1924, p. 1.

Ambos os casos permitem retomar a situação do mercado de trabalho que se constituiu em São Paulo de forma racializada, tornando-se palco de uma concorrência cujas portas abriam-se mais aos imigrantes do que aos negros. Na linha do que já abordei no primeiro capítulo, o restante do artigo identificava que “raríssimos são os [negros] que se nos deparam no comércio, nas indústrias, nas repartições públicas. É que os brancos, como se houvesse um tácito acordo nesse sentido, os vão expulsando de seu meio”. E concluía com uma das maiores dúvidas que povoava o imaginário sobre a questão racial brasileira: “estaremos caminhando para a mesma situação em que se encontra a América do Norte, onde os pretos vivem à parte, tal o ódio que os brancos lhe votam?”.²⁶⁸

Tais casos, sintomáticos de uma situação mais ampla, radicalizavam os militantes do meio negro, os quais eram cada vez mais assertivos em seus jornais ao denunciar o racismo, criticar as lógicas de branqueamento e identificar a falta da tão propagada harmonia e fraternidade entre brancos e negros. Segundo a historiadora Paulina Alberto (2017), a carta de Vianna, após uma série de outros episódios de racismo - notadamente as tentativas de barrar imigração negra para o Brasil, nos projetos legislativos de Andrade Bezerra e Cincinato Braga (1921) e de Fidélis Reis (1923) -, foi um ponto de virada na imprensa negra paulista. De fato, a partir daquele ano, os escritos dos intelectuais negros passaram a ser mais incisivos na denúncia do racismo que descreviam como um

fenômeno muito conhecido em São Paulo, tanto na capital quanto em quase todas as cidades do interior paulista, fenômeno que a cada dia cresce, aumenta já constituindo uma grave ameaça para a nossa tranquilidade e para a estabilidade dos nossos direitos.²⁶⁹

Os artigos publicados passaram a tratar do assunto de forma muito mais frequente do que nos anos anteriores, onde o foco recaía mais sobre o cotidiano associativo dos negros e sobre formas de conduta e moral ideais para a ascensão e integração social. Na mesma linha do texto de Florêncio em Campinas, os periódicos negros surgidos na capital do estado daquele ano em diante foram os mais diretamente combativos - *O Clarim d'Alvorada* e *Progresso*. Para Alberto (2017, p. 78-79), os casos de Bernardo Vianna e Joaquim Brandão Costa sensibilizaram ainda mais os militantes da imprensa negra porque descreviam sujeitos qualificados, assim como eles - homens letrados e cultos, que “tinham feito de tudo a seu alcance para se comportar de acordo com as normas brasileiras de decoro e apresentar condições culturais para a

²⁶⁸ OLIVEIRA, E. A teoria do preconceito, *O Getulino*, Campinas, 05/10/1924, p. 1. Os próprios militantes negros percebiam astuciosamente a hipocrisia da situação, ironizando os ideais burgueses e republicanos, ao dizer que as situações descritas eram “algo pouco recomendável a um povo que se preza de ser liberal”.

²⁶⁹ FLORÊNCIO, B. Os pretos em São Paulo, *O Kosmos*, São Paulo, 19/10/1924, p. 1.

cidadania” - e que, mesmo assim, eram tratados de forma desigual, como cidadãos de segunda linha, afrontados pelas teorias do racismo científico e pelas políticas de branqueamento, tão introjetadas no cotidiano paulista.

Vale o pequeno parêntese de que, apesar da tradição da corrente de pensamento eugenista e branqueadora ainda estar em voga naquele momento, o fato de ambos os casos de racismo terem ganhado espaço na imprensa não-especializada, fora do meio negro e a partir de jornalistas provavelmente brancos, sugere, senão sua derrocada, no mínimo uma maior disputa intelectual acerca da questão racial dentro sociedade hegemônica. Tal disputa apenas arrefeceria no pós-1930, com a vitória dos discursos de harmonia e democracia racial, oficializados pelo Estado Vargasista.²⁷⁰

Segundo os militantes, a “guerra muda e odiosa” que vinha ocorrendo contra os negros de São Paulo arrancava deles qualquer sensação de pertencimento à nação, transformando-os em “estrangeiros dentro da própria terra onde nasceram”. Primeiramente usada pelo articulista de *A Gazeta* e, em seguida, por escritores negros em inúmeros artigos de seus periódicos - por exemplo, a epígrafe deste capítulo -, a metáfora de “ser estrangeiro em seu país de origem” expressava o sentimento de exclusão da cidadania e dos espaços sociais, um deslocamento em relação à nacionalidade. Tal sensação presente na imprensa negra foi categorizada por Paulina Alberto (2017, p. 42) sob o termo “estrangeiridade” (*foreignness*). Outra historiadora, Márcia Regina Naxara (1991), identificou essa expressão no imaginário da intelectualidade brasileira, desde o final do século XIX até meados do XX, como representação recorrente do trabalhador nacional, em situação de “atraso civilizacional”, esquecimento, isolamento e abandono – verdadeiros marginalizados da nacionalidade/civilização idealizada. Nos jornais analisados, a mesma metáfora era apropriada pelos escritores da imprensa negra, dessa vez não apenas como um lamento, mas como crítica aos efeitos do racismo que estruturava a sociedade.²⁷¹

O grande problema é que, ao entenderem-se como estrangeiros dentro da própria terra natal e olhar para os verdadeiros estrangeiros que adentravam o país a cada dia, os militantes negros percebiam-se como menos desejados e respeitados que estes. Neste ponto, entram em jogo em seus discursos as representações sobre os imigrantes, para quem o território da cidade

²⁷⁰ A reflexão acaba indo ao encontro da periodização proposta por Skidmore (1976, p. 212-213), que define o pós-Primeira Guerra Mundial como início da decadência do racismo científico no Brasil, ainda que o processo percorra toda a década de 1920 e, mesmo depois, sociedades defensoras de eugênia ainda tenham atuado no país.

²⁷¹ Curiosamente, na obra de Lima Barreto (1995) o personagem descreve a mesma sensação, de estar em um país estrangeiro, após ser recusado para uma vaga de emprego por questões de racismo. A semelhança de seu relato literário com as descrições dos escritores negros paulistas sugere que a forma de expressar o sofrimento causado pelo racismo a partir da noção de estrangeiridade pode ter sido algo generalizado entre a população negra letrada naquele período Brasil afora. As atitudes racistas dentro do próprio país dilaceravam qualquer pertencimento àquele território.

parecia estar pronto para recepcionar e privilegiar, em detrimento da população negra há tanto tempo estabelecida no Brasil. O próprio Euclides Oliveira resumiu esse sentimento ao comentar a matéria d'*A Gazeta*: “afinal não é elegante proteger nacionais... Nacionais, digo, negros pois, no dizer da gente que diz repudiar-nos, nacionais são essa raça imprestável”.²⁷² Assim, os reais estrangeiros também passaram a fazer parte das análises da imprensa negra sobre a questão racial e nacional, tornando-se um grupo que intensificava a referida sensação de estrangeiridade da população negra, por mais contraditório que possa parecer.

Menções aos imigrantes já eram correntes antes na imprensa negra, mas ganharam maior destaque e conotação negativa com o passar do tempo, sobretudo na segunda metade da década de 1920.²⁷³ Os militantes negros continuaram a utilizar as colônias estrangeiras como exemplo de associativismo a ser seguido, referindo-se a elas nessa chave ainda algumas vezes. Porém, esse caráter de inspiração e até mesmo admiração pelos imigrantes – abordado no capítulo anterior - cedeu espaço para uma visão conflituosa em que foi dada maior ênfase a estes sujeitos como concorrentes privilegiados dentro do mercado de trabalho e nos espaços da cidade. Também passaram a questionar e denunciar o racismo que esses indivíduos rapidamente assimilaram dos brancos brasileiros.

Em minhas leituras dos jornais negros, a última menção positiva que encontrei aos imigrantes foi em 1928,²⁷⁴ por José Correia Leite, sujeito tradicionalmente mais simpático a eles, pois conviveu com os italianos no Bexiga durante parte de sua vida. Possivelmente, Leite foi o militante que mais se espelhou nos moldes organizativos dos estrangeiros e, no entanto, conforme o passar dos anos, suas referências a eles no *Clarim* também foram ficando mais duras e negativas. Em suas memórias, por exemplo, ele escolheu por apontar muito mais dissensões com os italianos do que solidariedade e vivências em conjunto (CUTI; LEITE, 2007). Portanto, sustento que, junto à radicalização do movimento negro contra as múltiplas facetas do racismo, veio no pacote a interpretação de que o estrangeiro era um problema adicional para o negro.

²⁷² OLIVEIRA, E. A teoria do preconceito, *O Getulino*, Campinas, 05/10/1924, p. 1.

²⁷³ Em meu levantamento dos jornais *O Clarim d'Alvorada* e *Progresso*, os dois jornais negros mais longevos de minha amostra, 47% das edições abordaram o tema imigrante/imigração em ao menos um de seus artigos.

²⁷⁴ Em 1930 ainda encontrei passagens ambíguas, algumas neutras, mas a maioria negativa. Regina Pahim Pinto (2013, p. 145, 148) também fez esse levantamento, mas chegou a uma conclusão um pouco diferente. Em seu entendimento, de todas as referências ao imigrante na imprensa negra, apenas uma foi positiva, representando um momento isolado em que o articulista pedia para que os imigrantes fossem recebidos de forma acolhedora pelos brasileiros. Ao que parece, o conceito da autora de “positivo” - para ser mais preciso, ela usa o termo “tratamento simpático” - foi mais rígido que o meu, já que interpretei dessa forma as menções às associações imigrantes como exemplos a serem seguidos. De todo modo, ambos concordamos que há tendência crescente de conflito na relação.

Este capítulo tem como objetivo analisar as relações, os diálogos e as tensões que o movimento negro inicial estabeleceu em seus jornais com a figura do imigrante. Além disso, investiga como esses militantes colocaram-se contra o discurso oficial paulista, que privilegiava os estrangeiros. Primeiramente, analisarei como os próprios negros representaram a competição racializada no mercado de trabalho e como perceberam o papel dos imigrantes nesse processo enquanto “concorrentes privilegiados” a partir das políticas de Estado e da escolha dos empregadores. Em seguida, investigarei o ponto de conflito entre os grupos étnico-raciais - basicamente as denúncias da imprensa negra de que havia assimilação do racismo reinante na sociedade paulista pelos próprios imigrantes, fator que potencializava as fissuras no interior das classes populares. Longe de ser uma fantasia de caráter xenófobo, a leitura que fizeram encontrava subsídios na experiência concreta dos afrodescendentes na cidade.

Por fim, reflito sobre como essas questões influenciaram no projeto político e identitário dos militantes negros, em suas noções e seus debates sobre raça e nacionalidade, em contraponto ou diálogo com o repertório corrente no discurso oficial, em contexto de claro avanço do nacionalismo. Algumas propostas de intervenção do movimento negro para mudar essa situação, sobretudo após a criação da FNB, também serão analisadas. Resumidamente, meu argumento é que a presença do imigrante fortaleceu o senso de grupo dos afrodescendentes. Se toda identidade é relacional, ou seja, constrói-se a partir do contato com o outro, entendo que os estrangeiros, até mais do que os brancos nacionais, tornaram-se o principal grupo em relação ao qual as lideranças negras opuseram-se no cotidiano da Paulicéia.

3.1. “Na terra onde não há preconceitos de cor... Estrangeiros indesejáveis sim, negros não”

Apesar de a historiografia marcar os anos de 1923 e 1924 como momentos de radicalização da imprensa negra a partir de seus jornais mais combativos²⁷⁵ - *O Clarim d'Alvorada*, *O Getulino* e *Progresso* -, textos de denúncia do racismo e da situação de marginalidade da população afrodescendente já se faziam presentes em periódicos anteriores. Os imigrantes, contudo, não eram muito citados nos artigos sobre esses temas. Algumas exceções, porém, são notáveis. Foi o caso de um texto de Benedicto Florêncio em *O Alfinete*, em 1921, ocasião em que esse militante já denunciava o péssimo tratamento dado aos negros e

²⁷⁵ Segundo a periodização de Miriam N. Ferrara (1986) explanada no capítulo anterior. Não por acaso, *O Clarim*, em sua segunda fase, quando acentua seu caráter antirracista, passa a intitular-se em seu cabeçalho como “órgão de combate”.

notava a discrepância em relação à maneira hospitaleira com que via os estrangeiros serem recebidos:

[...] é assim que vivemos neste meio que foi formado e regado com o suor dos nossos maiores; é assim que vivemos nesta terra onde tudo se nos negam, desde os direitos político-sociais até a entrada em certas e determinadas congregações religiosas! A sociedade nos odeia, o povo branco nos persegue, e a religião nos exclui de seu completo patrimônio espiritual!!! Para todos existem aqui corações, venham eles até da China, mas, para o desgraçado que teve a infelicidade de nascer escuro, só há uma sentença: é preto [...] devemos por isso estar sujeitos a essa situação humilhante de desgraçados sociais? Somos por acaso responsáveis pela cor que Deus entendeu que devemos ter?²⁷⁶

Nota-se no artigo de Florêncio que o Brasil aparece como ambiente hospitaleiro e cordial, onde estrangeiros de diferentes nacionalidades seriam supostamente bem aceitos e encontrariam boas oportunidades - imaginário ainda ostentado pelo país atualmente, embora incondizente com a realidade. No entanto, a grande contradição era que os nascidos no próprio solo brasileiro não eram tratados com igualdade e respeito, por “questões de cor”, motivos raciais. Para Florêncio, o negro no Brasil estaria no final da escala de respeito e bom tratamento, perseguido pelos brancos e preterido até por chineses.²⁷⁷ Se esse militante já expressava tal pensamento no início daquela década, os casos publicados posteriormente em *A Gazeta* devem ter servido apenas como gota d’água para que seus escritos se tornassem ainda mais críticos.

Em outros momentos, assim como Florêncio, outros escritores da imprensa negra identificaram a exclusão de seu grupo étnico nas mais variadas esferas da vida social e econômica, desde a dificuldade de entrar em certos espaços, como escolas e igrejas, até a pouca representatividade na política e a impossibilidade do voto, justificada a partir do analfabetismo. Para eles, após a abolição houve o abandono da população negra pelo Estado e pelas classes dominantes, sem que qualquer política de inclusão fosse tentada para tratar as consequências de séculos de cativeiro. Simultaneamente, porém, esses escritores entendiam que as leis e políticas oficiais amparavam a população imigrante e lhes abriam boas oportunidades.

Mais para o final daquela década, reunidos em torno do periódico *O Clarim d’Alvorada*, Gervásio de Moraes e José Correia Leite, por exemplo, aprofundaram aquela crítica esboçada

²⁷⁶ FLORÊNCIO, B. Carta sem cor. *O Alfinete*, São Paulo, 11/1921, p. 2-3.

²⁷⁷ Não entrarei em questões específicas sobre os chineses, se eram bem recepcionados ou não na realidade histórica. Sabemos que a imigração asiática suscitou discussões e problemas mais profundos do que a europeia, por exemplo, inclusive envolvendo o racismo. Para o presente trabalho, importa a forma como o articulista se utiliza dessa figura estrangeira em seu discurso. É provável que ele tenha escolhido os chineses como exemplo para enfatizar ainda mais o lugar do negro como o mais desrespeitado. Ao contrário de italianos e espanhóis, os chineses também eram um povo taxado de inferior pelas ideologias racistas da época e vinham de terras ainda mais distantes.

por Florêncio. Ambos identificavam a permanência da opressão e exclusão do negro, dos tempos escravistas aos de então, ainda que sob nova roupagem. Segundo Moraes, os governos

não se ocuparam e não se ocupam da condição desta grande raça, ontem sufocada nas “gargalheiras”, agoniada no “torniquetes”, chicoteada nos “troncos”, enxovalhada nas “senzalas” e hoje preterida nas suas ambições, nos seus direitos de cidadania, abandonada no ridículo desdouro da usurpação indébita com que as levas estrangeiras lhe propinam um [ilegível] sistemático protegidas pelas leis deste país de francas e largas liberdades... [...] O único amparo que nos é dado é o de vivermos afastados dos meios, recusados nos exercícios distintos da sociedade, dominados pela influência dos imigrantes [...] ²⁷⁸

Correia Leite seguia com discursos na mesma linha, poucas edições depois, afirmando que, no pós-abolição, os negros “ficaram libertos, porém, sem pão e sem lar, embrutecidos pelos martírios do maldito regime”. Ele identificava privilégios na situação dos estrangeiros, pois os afrodescendentes “tiveram também de enfrentar as correntes imigratórias que sempre foram bem remuneradas e amparadas por todas as leis do nosso país”, enquanto que “do negro ninguém cuidou”.²⁷⁹ Conforme afirmou Regina Pinto (2013, p. 146), “soava-lhes [ao negro] como uma afronta que o estrangeiro pudesse gozar de direitos iguais, num momento em que havia tantos negros desempregados”. Os imigrantes também eram vistos como bem protegidos pela atuação dos cônsules e governos de seus países de origem que, em alguns casos, fiscalizaram as condições dos que migraram (PINTO, 2013, p. 149).²⁸⁰

Evidentemente, as leis brasileiras não amparavam dessa forma os imigrantes. Acredito ser desnecessário retomar todos os percalços vividos por esses sujeitos desde a chegada na Hospedaria no Brás até a exploração intensa nas fazendas, ou a situação precária, de emprego incerto e flutuante, encontrada nos centros urbanos. Decerto, aquele “amparo” vindo do governo do Brasil ia somente até um primeiro momento. O mesmo pode-se dizer da remuneração dos estrangeiros empregados, fosse na indústria ou no comércio. Soma-se a isso o fato de que a noção de “direitos” e “cidadania” da comunidade imigrante também era reduzida, visto que, além da ausência de leis trabalhistas, não podiam votar ou se envolver na política institucional. Além disso, foram alvos de medidas bastante arbitrárias de deportação e prisão quando se envolveram em qualquer tipo de luta (HALL, 2004, p. 124; FAUSTO, 2016, p. 262-272).

²⁷⁸ MORAES, G. 1º Congresso da Mocidade Negra. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 03/03/1929, p. 1.

²⁷⁹ LEITE, J. C. À mocidade negra. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 13/05/1929, p. 4.

²⁸⁰ Ver, por exemplo, o debate em torno do Decreto Prinetti, abordado no Capítulo 1, ou a atuação do consulado italiano nas brigas entre imigrantes e brasileiros, no tópico seguinte deste capítulo. Porém, não se deve tomar ao pé da letra os discursos de militantes negros sobre a “proteção” dos países europeus aos seus imigrantes, visto que foi algo pontual e, na prática, bastante limitado.

Porém, nesta análise estou preocupado em captar a percepção que as lideranças negras tinham dos imigrantes e de sua situação, pois esse foi um elemento que influenciou em seu projeto político - pouco importando a veracidade histórica de seu discurso. Também não se trata de uma espécie de competição para entender qual grupo sofria mais opressão. O que de fato interessa é saber como a figura dos imigrantes esteve presente no imaginário da militância negra, pois é certo que houve uma idealização dos estrangeiros, de forma “exagerada” em virtude de fins políticos e em prol da construção de uma identidade racial. O imigrante bem recebido descrito pela imprensa negra com certeza correspondia a uma experiência minoritária nesse grupo. Em todo o caso, ao tomá-los como ponto de comparação para sua própria experiência, as lideranças negras percebiam o ambiente da Pauliceia como ainda mais hostil e ingrato para seus pares. Horácio da Cunha em artigo n’*O Clarim* resumiu bem tal percepção: “o Brasil foi feito para os estrangeiros, nós, os brasileiros não temos sorte”.

Ocorre que, por toda a situação do mercado de trabalho racializado e do racismo paulistano, aquela exclusão não era mera questão de sorte e os escritores da imprensa negra captavam isso. Diversas vezes eles demonstraram ter o entendimento bem acurado da situação, percebendo que o fator determinante estava nas escolhas e atitudes bastante conscientes dos brancos brasileiros, geralmente na posição de empregadores e governantes.

Talvez o exemplo mais claro disso seja a matéria de uma página inteira que o jornal *Progresso* reservou, em 1929, para denunciar os anúncios de emprego que declaravam com todas as letras a exigência ou, no mínimo, preferência por brancos e estrangeiros. Tais anúncios foram citados no primeiro capítulo por meio da historiografia e de depoimentos de entrevistados afrodescendentes. No entanto, também não passaram despercebidos pelo meio militante jornalístico negro na própria época. Vale notar a permanência insistente dessa prática ao longo da Primeira República: historiadores encontraram-na ainda no século XIX (DOMINGUES, 2000, p. 82) e mais de trinta anos depois, a imprensa negra apontava a mesma problemática.

A matéria publicada, cujo título já é bastante sugestivo - “*Prefere-se branca*”: a observação que se vê nos pequenos anúncios cria uma onda de desocupados -, não teve autoria assumida diretamente, o que leva a crer que foi responsabilidade dos principais integrantes da equipe do periódico, duas figuras que àquela altura já tinham certo acúmulo na militância: Lino Guedes - provavelmente o mais famoso poeta e escritor negro da época, após a morte de Luís Gama - e Argentino Celso Vanderlei, figura onipresente no mundo do associativismo negro, tanto nos cordões carnavalescos quanto nas agremiações mais militantes.

De forma ácida, eles abriram o artigo “elogiando” as campanhas da polícia contra a vadiagem nas ruas. Dizendo-se contrários à ociosidade, declararam que os impressionava ver

“homens válidos, fortes, sem nada a fazer, andando à toa, dia e noite, pela cidade”. Até é provável que os escritores de fato tivessem tal opinião, afinal, o *Progresso* tinha tendências bastante conservadoras. Em seguida, porém, seu texto aprofunda o problema, escapando do moralismo ao revelar que os escritores saíram a campo, caminhando pela Santa Ifigênia e pelo Largo do Paissandú, locais frequentados por muitas negras e muitos negros, com o objetivo de checar a situação de perto e entrevistar os indivíduos que por lá perambulavam. Após a experiência, perceberam que a realidade era bem mais complexa: “Entre os sem-trabalho, avultam um número de pretos. Aptos são para todo e qualquer serviço, corteses e educados, como a maioria dos escravizados de ontem. E no entanto, vêm-se na contingência de passar por vagabundos. Negam-lhes trabalho”.²⁸¹

Imediatamente, o primeiro com quem conversaram explicou a questão dos anúncios. Vale reproduzir o diálogo:

- Olá “patricio”, está gostando da coisa [da ociosidade].
- Que remédio irmão. Enquanto não se encontra trabalho, “mata-se” o tempo assim...
- Que é isso! Não fale essas coisas na cidade dinâmica que é São Paulo.
- É uma verdade. Trabalho não falta. Mas não nos dão. Essa nossa cor...
- Não o entendo. Que tem a cor com o serviço...
- Espere [Desdobrando um jornal vespertino, disse-nos]. Leia essas coisas.²⁸²

Os anúncios mostrados pelo entrevistado diziam: “Precisa-se de um chauffeur, para carro de câmbio, à rua tal, n. tantos. Prefere-se branco” e “Família de tratamento, à rua ... n. ... procura copeiro japonês”. Para os escritores do *Progresso*, apesar de cada um ter direito de “mandar na própria casa” e escolher seus empregados de acordo com sua preferência, “não deixa de ser desaforo e mostra de má educação colocar-se aquela advertência no fim dos anúncios”.

A outra entrevistada por eles, desta vez uma senhora negra, também mencionou o critério racista aplicado pelas elites aos que queriam contratar. Segundo ela, apontando para o jornal que os entrevistadores portavam, “essa mesma folha que o sr. traz à mão, insere uma porção de pedidos de creados. Mas os patrões de hoje dizem não querer transformar seus palacetes em senzalas”.²⁸³ Em seguida, os escritores comentam uma série de queixas de patroas sobre suas empregadas, mas tomam partido destas últimas, das negras e negros trabalhadores do setor de serviço em geral:

²⁸¹ PREFERE-SE branca: a observação que se vê nos pequenos annuncios crêa uma onda de desoccupados. *Progresso*, São Paulo, 26/09/1929, p. 5.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ Ibidem.

Brasileiros, dentro de seu país, cujos antepassados ajudaram a construir esse Brasil grande, precisam ser tratados com mais consideração. Os patrões estão fortemente garantidos pelas cadernetas do “Serviço Doméstico”, devem melhorar os vencimentos de seus fâmulos [servidor, criado, subalterno], dando-lhes as regalias a que fazem jus seus afadigados serviços.²⁸⁴

A referência aos imigrantes aqui parece vaga, apenas sugerida pela preferência em um dos anúncios pelo copeiro japonês. Uma das ilustrações que acompanham o artigo, no entanto, reforça essa faceta do problema, retratando duas mulheres, provavelmente trabalhadoras domésticas, acompanhadas da legenda: “As preferidas. Pudera, não são brasileiras” - portanto, eram estrangeiras. Em outra, as personagens negras, de acordo com o que o artigo nos informa, “esperam um emprego com a mesma ansiedade de quem compra bilhete [na loteria] tirar a sorte”. Para o jornal, qualidade no serviço, empenho e vontade de trabalhar eram atributos daqueles negros que estavam nas ruas, contrariando o senso comum e a noção das autoridades de que eles optavam pela vadiagem devido à sua índole. Na verdade, a falta de oportunidades era a verdadeira causa da “onda de desempregados” que dava título ao artigo. Provavelmente, os jornalistas do *Progresso* concordariam com o personagem de Lima Barreto (1995, p. 43) quando, na passagem já mencionada de seu livro, resumiu aquele problema: “sendo obrigado a trabalhar, o trabalho era-me recusado por sentimentos injustificáveis”.

Imagem 13: “Prefere-se branca”



Fonte: *Progresso*, São Paulo, 26/09/1929, p. 5.

²⁸⁴ PREFERE-SE branca: a observação que se vê nos pequenos anúncios de desocupados. *Progresso*, São Paulo, 26/09/1929, p. 5.

Imagem 14: “Prefere-se branca” (detalhes)



Fonte: **Progresso**, São Paulo, 26/09/1929, p. 5.

Não parece difícil concluir que, se em trabalhos subalternos e precarizados, como era o caso do serviço doméstico, já ocorria a exclusão racista, em melhores ocupações o mesmo fenômeno provavelmente era ainda mais intenso. Esse foi o caso, por exemplo, da Guarda Civil de São Paulo que, durante muito tempo, não aceitava afrodescendentes em suas fileiras. Essa questão foi muito comentada na imprensa negra desde 1927, tornando-se uma pauta na luta do movimento negro inicial.²⁸⁵

Ao contrário dos serviços na polícia, nos bombeiros e mesmo no exército, cuja remuneração era baixa e as condições de trabalho ruins, e que foram majoritariamente ocupados por brasileiros, a Guarda Civil, recém-fundada em 1926, era uma instituição de prestígio dentro da segurança pública estadual. Representando uma polícia modernizada, estabelecida nos cruzamentos mais importantes da cidade, os guardas civis tinham funções de aproximação com a população e, para tal, era dado muito valor ao estado de seu uniforme e à sua aparência física. Conforme Marcelo Martins (2012, p. 151-153), “entre os recrutas da Guarda Civil havia um bom número de imigrantes letões, lituanos, polacos, alemães e austríacos, que haviam deixado

²⁸⁵ A primeira menção a essa questão que encontrei está em artigo de 1927, publicado em *O Clarim d’Alvorada*. Após esse marco, diversos artigos em periódicos diferentes abordaram a permanência do problema e o avanço da reivindicação do movimento negro para democratizar a guarda. A discussão ainda adentrou os primeiros anos da década seguinte, até 1932, quando o ingresso de negros finalmente foi contemplado na prática, após mobilizações da FNB, tratadas no tópico 4 deste capítulo. OS BARQUEIROS do Volga. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 17/07/1927, p. 3.

uma Europa em frangalhos para reiniciar a vida em terras brasileiras”, além de muitos que eram filhos de barões e antigos membros de cortes europeias. Segundo a imprensa negra, devido a essas ascendências arianas do leste europeu, de aparência loira, eram chamados nas ruas de “barqueiros do Volga” e ninguém entendia uma palavra que diziam.²⁸⁶

As críticas da militância negra à instituição, encabeçadas pelo Centro Cívico Palmares, reverberaram e parecem ter dado resultado pois, em 1928, foi emitida uma resolução de Júlio Prestes, então governador do estado, suspendendo quaisquer critérios étnico-raciais nos processos de admissão da Guarda (GOMES, 2005, p. 42). A imprensa negra comemorou a medida,²⁸⁷ mas no ano seguinte ainda foi possível encontrar José Correia Leite, bastante ressentido, escrevendo sobre o assunto:

o estrangeiro avança usurpando os direitos que nos assistem. Sim, antes de se nomear um negro brasileiro para uma repartição pública, é preciso ver se os estrangeiros já estão colocados. E assim fez-se uma guarda civil na terra onde não há preconceitos de cor... estrangeiros indesejáveis sim, negros não.²⁸⁸

Segundo Leite, havia hipocrisia nas atitudes dos brasileiros que consideravam sua terra como livre do preconceito de cor, mas ao mesmo tempo relegavam o negro ao segundo plano, preferindo empregar e conviver com estrangeiros brancos. Com sua ironia característica, o “velho militante” praticamente adiantou a crítica à ideologia da democracia racial e ao racismo institucional que continua reinando no país cerca de um século depois. Confirmando as críticas de Leite, pouco depois de seu escrito foi publicado um edital de alistamento para a Guarda Civil em que aparece explicitamente o recorte racial na lista de qualidades desejadas. Segundo o documento, os candidatos deveriam ter “1 metro e 72 centímetros de altura, no mínimo, saber ler e escrever, ter boa conduta, idade mínima de 22 anos, preferindo-se homens robustos, maiores de 25 anos, *de cor branca*, de boa dentição e de constituição física perfeita”.²⁸⁹

Esse edital reverberou na imprensa mais abrangente por meio do *Diário Nacional*,²⁹⁰ acompanhado dos comentários críticos de um jornalista anônimo - portanto, não podemos ter

²⁸⁶ OS BARQUEIROS do Volga. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 17/07/1927, p. 3. Sobre o trabalho realizado pelos guardas civis, ver também o depoimento de Marcelo Orlando Ribeiro, ex-integrante da corporação, em *Frente Negra Brasileira: Depoimentos* (BARBOSA, 1998, p. 83-85, 87-89).

²⁸⁷ GESTO nobre. *Progresso*, São Paulo, 19/08/1928, p. 1.

²⁸⁸ LEITE, J. C. À mocidade negra. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 07/04/1929, p. 1.

²⁸⁹ Documento original publicado no *Tribuna Popular*, de Itapetininga, periódico ao qual não tive acesso. Ele foi reproduzido, acompanhado de comentários críticos anônimos no jornal da grande imprensa *Diário Nacional* (12/06/1929), sob o título de *A cor e a Guarda Civil*, logo em seguida republicado em *O Clarim d'Alvorada* (14/07/1929). Esses dois últimos podem ser acessados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁹⁰ O *Diário Nacional* foi o jornal do *Partido Democrático*, dissidência do *Partido Republicano Paulista* (PRP), que atingiu grande circulação em São Paulo. Era um “instrumento de ação” do partido. Sua postura configura-se como “liberal democrática” e sua principal atuação foi em oposição à oligarquia paulista que dominava a política

certeza de sua cor, mas pela forma do discurso ele não parece incluir-se no grupo negro -, que considerava aquilo “uma afronta odiosa a uma parte considerável do nosso povo”. Ele questionava os moldes do documento, bem semelhantes aos anúncios debatidos anteriormente, em que a autoridade “não diz cruamente: ‘excluem-se homens de cor’. Usa uma expressão mais branda, porém, não menos deprimente: ‘preferindo-se a cor branca’”. Chama a atenção um fato novo em relação aos casos citados anteriormente, pois, nesse episódio, não são entes privados, mas o governo estadual que exclui os afrodescendentes da instituição, comprovando a segregação dentro das políticas do Estado - segundo o jornalista, algo “incompreensível, num país, cuja Constituição declara que todos são iguais perante a lei [...] num país como o nosso, de igualdade fraternidade, liberdade”.²⁹¹ Portanto, o *apartheid* paulista não era tão velado, pelo contrário, estava escancarado no discurso oficial.

Quase três anos depois da resolução de Prestes, ainda foi possível encontrar os redatores do *Progresso* denunciando que a nova política de emprego da Guarda Civil - que extinguiu a discriminação, no plano da teoria, da legislação - ainda não havia entrado em vigor na prática, pois mal se viam negros cumprindo a função. Reunidas em torno daquele jornal, as lideranças negras resolveram escrever uma carta à diretoria da instituição pedindo a “eliminação total de qualquer restrição oposta à entrada de pretos na milícia civil de São Paulo”.²⁹² Contrapondo a numerosa presença de italianos na guarda à ausência de negros, ainda que estes atendessem aos requisitos técnicos da função, os escritores insinuavam que a guarda agia de forma racista.²⁹³ Segundo eles, os dirigentes da guarda estavam preocupados em “embelezar” a instituição a partir de critérios de branquitude, pouco importando a habilidade e qualificação de seus praças:

É verdade que teoricamente não há hoje oposição a esse ingresso de nossos patrícios de origem africana, mas praticamente há. E a prova disso está em que não se veem guardas civis pretos. A predominância da preocupação de se fazer dessa corporação uma vistosa exibição de soldados elegantes levou a sua administração a aceitar em proporção surpreendente, estrangeiros que nem sabem falar corretamente o português, o que lhes dificulta enormemente o contato com o público, na sua missão de polícia que mais deve agir pela persuasão do que pela força.²⁹⁴

nacional. Em âmbito nacional, opunha-se a Washington Luis, e, em âmbito estadual, a Julio Prestes. Informações retiradas do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do CPDOC (ver *link* na bibliografia).

²⁹¹ A COR e a Guarda Civil. **Diário Nacional**, São Paulo, 12/06/1929, p. 1.

²⁹² A GUARDA Civil. **Progresso**, São Paulo, 02/1931, p. 3.

²⁹³ Apesar de historiadores como Martins (2012) enfatizarem a maior presença de estrangeiros do leste europeu na Guarda Civil e os próprios escritores da imprensa negra haverem ressaltado esse aspecto no primeiro dos artigos citados (sobre os “barqueiros do Volga”), é intrigante que, ao resolver citar uma nacionalidade específica para criticar, tenham escolhido os italianos. Provavelmente o fizeram porque esse era o grupo mais representativo dos estrangeiros na cidade, com quem os negros deviam ter mais conflito.

²⁹⁴ A GUARDA Civil. **Progresso**, São Paulo, 02/1931, p. 3.

Em escritos desse tipo, os militantes negros tentavam demonstrar como suas qualidades eram tão boas quanto, ou mesmo melhores, do que as dos estrangeiros, de quem eles somente se diferenciavam pela pigmentação, e por isso eram afastados do serviço público.²⁹⁵ Aos olhos do poder instituído, devido à sua aparência, a população negra não era digna de representar o Estado e sua nova guarda moderna. Desde os primeiros textos sobre a polêmica da Guarda Civil, a militância negra criticou os italianos como gente que não dominava sequer o idioma e a cultura dos paulistas, inaptos para lidar com o público, que apenas incomodava com seu “vozeio gutural” e ininteligível - ofensa que remete ao estereótipo do italiano gesticulador, grosseiro, expressivo, que fala alto.²⁹⁶

Na passagem para a década de 1930, os militantes defendiam os afro-brasileiros como igualmente preparados para qualquer trabalho perante o estrangeiro. Certos textos publicados na imprensa negra demonstram que os militantes faziam uma leitura bastante acurada de sua exclusão no mercado de trabalho. Temos algumas pistas de que, assim como o movimento operário, integrantes do movimento negro percebiam o problema do excedente de mão de obra como artifício para aquela exclusão - entendiam que uma oferta de trabalhadores inchada era positiva para a elite proprietária.

Isso fica evidente em texto de Alcides da Costa, no *Clarim*, onde discorreu sobre o fato de que, naquela década, muitos negros estavam sendo incorporados como mão de obra nas fazendas de café, onde até pouco tempo antes predominaram os italianos. O militante afirmava que os negros no interior do Estado estavam “em ótimas condições como trabalhadores, gozando das mesmas vantagens e benefícios que os demais homens da lavoura” e que o seu trabalho passou a ser “tão considerado quanto o do italiano, que é o colono paulista por excelência”.²⁹⁷ Costa, no entanto, alertava que na cidade isso não ocorria, e propunha uma resposta para os motivos que permitisse escapar da fácil ideia de que os negros no interior eram “superiores” ou mais preparados do que os da capital. Para ele, a verdadeira razão era o exército de reserva de mão de obra existente na cidade:

Ao espírito menos observador apresenta-se uma pergunta: são os homens de cor da cidade inferiores que seus irmãos do interior? Não! A vantagem alcançada por aqueles sobre estes é facilmente explicável: a falta de braços da lavoura contribuiu grandemente para a vitória daqueles homens de cor! E, se há falta de braços na lavoura, sobra-os na cidade... Eis a razão da vantagem conseguida pelos pretos do nosso interior sobre os da cidade.²⁹⁸

²⁹⁵ GESTO nobre. **Progresso**, São Paulo, 19/08/1928, p. 1.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ COSTA, A. Pequenas considerações. **O Clarim d'Alvorada**, São Paulo, 06/01/1929, p. 3.

²⁹⁸ Ibidem.

Em *Diário de Bitita*, a escritora Carolina de Jesus (2014, p. 30) apontou algo parecido com base nas memórias de sua infância, ocorrida exatamente naquela década. Segundo ela, “os fazendeiros estavam desesperados, os italianos abandonavam as fazendas. Quando eles viram os colonos brancos desinteressarem-se das labutas rudes dos campos foram às cidades à procura de colonos. Não faziam questão de cor. Não selecionavam. Quantas promessas!”. Esses relatos levam a crer que naquela década houve a abertura de espaços para que os negros se empregassem no campo. Os critérios raciais parecem ter prevalecido enquanto foi possível para a classe proprietária, ou seja, quando havia trabalhadores de sobra. Nos momentos em que isso não ocorreu, a cor não importava mais.

Neste tópico, as evidências coletadas da imprensa negra mostraram os militantes insurgindo-se contra o racismo resultante da atuação não apenas de indivíduos isolados, mas das *instituições*, com foco no mundo do trabalho. Tais escritos revelam que a dinâmica desses espaços conferia desvantagens aos negros, com base em critérios de raça – seja de forma velada ou declarada. Os exemplos contemplam tanto as instituições privadas, no caso do filtro empregatício dos setores comercial e industrial, quanto o Estado, no caso dos editais. Conforme propõe Silvio Almeida (2020, p. 37-42), a face institucional do racismo é apenas uma de suas dimensões, fundamental para a sua normalização, visto que as instituições são espaços onde as formas sociais se manifestam. Em uma sociedade racista, elas não criam o racismo, mas são responsáveis por reproduzi-lo, mantendo a hegemonia dos grupos detentores do poder.

De início, parece curioso que, mesmo fazendo a leitura acertada da situação - entendendo a lógica estrutural do mercado de trabalho e a estratégia das classes dominantes de se utilizar do excesso de trabalhadores -, o movimento negro tenha optado por centrar críticas também no imigrante, identificando neles um concorrente privilegiado a ser combatido, e tensionando provocações nas páginas de seus jornais. No final das contas, os escritores negros deram um salto da crítica aos empregadores e políticas racistas do Estado para identificar na presença do imigrante em si um problema adicional.

Na sensação de ser estrangeiro em sua própria terra, havia um ressentimento de ser substituído por sujeitos que vinham “com o fito de “fazer a América à nossa custa”, nos dizeres do *Progresso*.²⁹⁹ Esses passaram a ser os “estrangeiros indesejáveis” na ótica de militantes como Correia Leite, porém, “desejáveis” para o Estado e as elites paulistas – estas, por sua vez, empregavam o termo “nacional” no sentido de “trabalhadores indesejáveis”, como forma de identificar e menosprezar os negros (ALBERTO, 2017, p. 81). Já da parte dos militantes, outros

²⁹⁹ GESTO nobre. **Progresso**, São Paulo, 19/08/1928, p. 1.

termos pejorativos utilizados em referência aos imigrantes foram “usurpadores” - recorrente em vários dos trechos expostos neste tópico - e “invasão estrangeira”. Este último evidencia a dimensão de multidão dos imigrantes que aportaram no Brasil.³⁰⁰

No entanto, aquele ressentimento construído pelo movimento negro em relação ao imigrante somente pode ser compreendido ao olharmos de perto as relações sociais entre imigrantes e negros, no cotidiano interno à própria classe trabalhadora. Apenas dessa maneira é possível entender os pormenores da situação: a crítica da militância negra aos estrangeiros fundamentava-se no racismo que sofriam destes diariamente, o qual parecia cada vez mais intenso. Essa é a discussão do próximo tópico.

3.2. Dos racismos, o pior

Em uma das edições que continuava a série *Os pretos em São Paulo*, que abriu este capítulo, e evocando o mesmo vocabulário de estrangeiridade que começava a ser discutido, Benedito Florêncio declarou o que, segundo ele, era uma “triste e dolorosa verdade”: “até os estrangeiros querem nos transformar em hóspedes indesejáveis!”.³⁰¹ Conforme exposto anteriormente, o jornalista havia criticado a exclusão do negro no mercado de trabalho e o racismo na sociedade brasileira, que teria privilegiado o estrangeiro em detrimento dos negros. Agora, porém, mudava o foco, direcionando as denúncias e críticas aos próprios estrangeiros.

Florêncio não negava a existência do racismo vindo dos brancos brasileiros, sobretudo na classe agricultora, principais ex-proprietários de escravos. Para ele, o “senhor das fazendas” perdera de uma hora para a outra o grande poder que tinha, de empunhar a chibata, e, por isso, era quem demonstrava “a maior ferocidade do preconceito, do ódio contra o homem negro brasileiro”. No entanto, esse conflito não parecia incomodá-lo tanto, pois escrevera que:

esse é o ponto do problema que menor gravidade apresenta, não constituindo quase ameaça alguma, para a estabilidade dos nossos sagrados direitos de homens livres. Amanhã, a morte em obediência à sua eterna missão, terá exterminado esses nossos últimos inimigos patrícios, e os seus descendentes não mais terão necessidade de continuarem a ingrata missão de cultivar o ódio de raça contra nós.³⁰²

Tanto ele quanto outros militantes nutriam certa esperança de que os filhos dos escravistas não veriam no negro “um pedaço de propriedade ilegalmente usurpada, mas sim, um cidadão brasileiro” que dividiria com eles os variados espaços da sociedade - desde os

³⁰⁰ COLLABORAÇÃO de um congregado mariano, para “O Clarim d’Alvorada”. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 28/09/1930, p. 2.

³⁰¹ FLORÊNCIO, B. Os pretos em São Paulo. *O Kosmos*, São Paulo, 21/12/1924, p. 1.

³⁰² Ibidem.

bancos escolares até os pelotões militares. Independentemente de qualquer ingenuidade que possa parecer aos olhos dos que leem essas passagens quase um século depois, o articulista minimizava a questão do racismo dos fazendeiros, considerando-o “tolerável” ou esperado, e preferia destacar a outra face do problema, um racismo que parecia de tipo novo, “absolutamente intolerável e bárbaro pela sua origem”: aquele que “certa gente estrangeira está pondo em execução contra o pobre negro brasileiro”.³⁰³ Um trecho de seu texto resume toda a questão:

Que o velho fazendeiro carranca seja contra nós, que parte da sua geração tenha antipatias para conosco ainda se compreende sendo mesmo admissível, mas, que estrangeiros, simples hóspedes aqui em nossa terra, tenham a criminoso petulância de nos perseguir, isso é verdadeiramente bárbaro, ultrapassa os limites da estupidez e merece ser repellido, se preciso for até a ferro e fogo! Que tem eles que ver com a nossa situação de existência aqui?³⁰⁴

Ainda segundo Florêncio, a perseguição dos imigrantes contra os negros estava por toda parte, desde os barbeiros até as casas de bebidas e, caso os negros não se organizassem para lutar contra isso, no futuro seriam excluídos de todos os espaços: “Não teremos barbeiros, não teremos sapateiros, nem alfaiates, não poderemos entrar nos hotéis, nos bares, nos cinemas, nas lojas, nos teatros enfim, seremos expulsos dos bondes e enxotados dos trens ficando mesmo sem o direito de transitarmos pelas calçadas!”. Contra o que chamou de “feição estrangeira do problema”, Florêncio conclamava a população afrodescendente a lutar até nos tribunais, se fosse preciso.³⁰⁵

Em edição do *Progresso* alguns anos depois, outros militantes negros também enfatizaram essa “feição”, ao afirmar que “a afronta à Raça Negra nestas plagas, parte sempre daqueles que, por uma gentileza à hospedagem fidalga deveriam respeitar os princípios do país, que não vacilou em recebê-los como imigrantes”.³⁰⁶ Não parece exagero concluir que a figura do imigrante ganhou tal destaque no pensamento das lideranças negras que seu racismo passou a ser encarado como o pior de todos, o mais doloroso e ofensivo, pois vinha de sujeitos que, para os militantes negros, estavam na posição de “simples hóspedes” e, em vez de respeitarem o povo brasileiro que os acolhera e demonstrarem gratidão, assimilavam o racismo do branco brasileiro.

Ao que parece na leitura das fontes da imprensa negra, muitas das agressões que partiram dos estrangeiros reproduziam o vocabulário cientificista do período, bastante

³⁰³ FLORÊNCIO, B. Os pretos em São Paulo. **O Kosmos**, São Paulo, 21/12/1924, p. 1.

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ PRECONCEITO que não se justifica. **Progresso**, São Paulo, 31/01/1930, p.4.

difundido entre os brancos brasileiros. Eles reivindicavam superioridade a partir da noção de que os europeus representavam a civilização, ao passo que os negros simbolizavam a barbárie - pensamento que vinha sendo construído há séculos, mas se intensificou na Europa do século XIX. Apropriando-se desse mesmo vocabulário e com pitadas de ironia, Florêncio afrontou os imigrantes em seu artigo, dizendo que, se achavam os brasileiros tão bárbaros, deveriam ir embora do país:

A única coisa a fazer será procurarem outras pátrias, se transportarem para outros países onde não existam exemplares pretos, dessa gente imbecil, atrasada e inferior que por aqui é encontrada em tão grande escala. Deixem-nos aqui tranquilos e ignorantes; mudem-se para os grandes núcleos civilizados [...].³⁰⁷

José Correia Leite foi outro militante que abordou o assunto em suas memórias, ao relembrar suas relações com os italianos em seu bairro, o Bexiga. Em suas palavras, “no tocante à discriminação, eles [os italianos] seguiam a regra dos brasileiros brancos. Tratavam os negros com distância” (CUTI; LEITE, 2007, p. 52). Leite deixa transparecer a ambiguidade das relações entre os dois grupos, mas fica claro que prevaleciam os jogos de poder e as hierarquias em disputa nos diversos âmbitos do cotidiano. Parte dos italianos aceitava o negro, desde que submisso a um lugar de inferioridade em relação a eles. Para ser bem tratado pelos italianos, o negro precisava “aceitar seu lugar”, de servente bem comportado, mas de qualquer forma não seria considerado como um deles:

Agora, quando eles gostavam de algum negro, não faziam restrição. Isso é, sendo empregado deles, comia na mesa com eles e tudo. [...] Como eu já disse, naquelas sociedades como a que eu entrei, eu via a discriminação. Eles não queriam que eu participasse da entidade quando se tratava de ter contato com as moças. Eles também tinham suas restrições aos negros, à moda deles. O italiano adotou direitinho o modelo brasileiro de tratar a gente (CUTI; LEITE, 2007, p. 52-53)

Em suas lembranças, Correia Leite faz alusão às associações étnicas das colônias imigrantes que em alguns eventos aceitavam brancos brasileiros, mas não aceitavam a presença de afrodescendentes. Dentro do associativismo negro era diferente, não era raro que estrangeiros fossem aceitos como frequentadores na condição de convidados ou mesmo de sócios. Conforme propôs Maria Inês Borges Pinto,

Para inúmeros imigrantes europeus empobrecidos, a exacerbação do preconceito racial, a não-aceitação declarada do convívio íntimo, a exclusão da “gente de cor” e as hostilidades e a proibição taxativa de os negros e mulatos frequentarem as suas associações recreativas eram algumas das poucas formas de se distinguirem da massa miserável e de se identificarem com a classe dominante branca (1994, p. 253).

³⁰⁷ FLORÊNCIO, B. Os pretos em São Paulo. *O Kosmos*, São Paulo, 21/12/1924, p. 1.

As evidências coletadas nas fontes do movimento negro vão ao encontro de pesquisas historiográficas recentes que tem trabalhado com outras fontes, mais próximas ao universo imigrante. Para Jeffrey Lesser (2015, p. 119), por exemplo, na medida que os imigrantes constituíam sua nova identidade “euro-brasileira”, assumiam também uma nova consciência racial, reivindicando-se brancos e distanciando-se dos afro-brasileiros, quando não estabelecendo conflito direto. Um de seus receios era serem tratados pelos patrões e fazendeiros de forma semelhante ao tratamento recebido pelos negros, antigos escravizados – principalmente no contexto rural. A branquitude seria peça chave para o imigrante se diferenciar e clamar por melhor tratamento.³⁰⁸ Conforme abordarei mais à frente, a estratégia não foi integralmente sucedida, visto que diversos estereótipos de desordeiros, ladrões e subversivos recaíram sobre os estrangeiros e justificaram maus tratos na prática.

Neste momento, acredito ser positivo resgatar brevemente o histórico das tensões entre negros e estrangeiros no pós-abolição. Em geral, a historiografia que estudou os imigrantes e, principalmente, os italianos em São Paulo, seguiu uma linha demasiado assimilacionista, interpretando os conflitos entre estrangeiros e brasileiros como pontuais, restritos a alguns casos mais famosos, que logo foram superados pelo próprio fato de os imigrantes terem constituído maioria na cidade, sem passar pela experiência de ser uma minoria assediada, vítima de xenofobia. As afinidades de classe também teriam levado os trabalhadores estrangeiros a se unirem, independentemente de suas nacionalidades, mesmo contra os estrangeiros que faziam parte da burguesia. Boris Fausto (2016, p. 52-57), por exemplo, não nega a existência desses conflitos no início da imigração em massa, mas enfatiza que houve um processo de “gradativa simbiose” entre nacionais e estrangeiros e que “a condição de assalariado tendeu a predominar sobre a de estrangeiro, tanto no interior de cada grupo como em seu inter-relacionamento”. Angelo Trento (1989, p. 194; 2013, p. 55-56) também afirmou a ausência de atritos significativos e cravou que os italianos abraçavam com rapidez o novo ambiente, ao passo que foram facilmente acolhidos pelos brasileiros.

Na contramão dessa historiografia, trabalhos mais recentes, como o de Melina Rovina (2012), têm apostado que a integração do imigrante esteve envolta por maiores “dificuldades, tropeços, decepções, desilusões” do que se imaginou. Analisando apenas a década de 1890, a autora traz uma gama de exemplos que pintam um cenário mais conflituoso e difícil para o imigrante, mostrando como havia fortes correntes nacionalistas radicais, sobretudo o movimento jacobino, que rejeitaram a presença estrangeira. Além disso, ela identificou a

³⁰⁸ Para uma análise semelhante, no caso das fazendas e cidades do Oeste Paulista, ver: MONSMA, 2016.

herança que esses grupos receberam do abolicionismo e a participação de parte nada desprezível da população negra e liberta dentro deles.

Naquela década houve diversas manifestações anti-italianas em São Paulo, algumas organizadas justamente pelos jacobinos, em que negros e negras participaram. Em 1892, por exemplo, prisões de italianos no porto de Santos foram estopim para conflitos com os nativistas, abalando seriamente a relação diplomática entre Brasil e Itália. Como de praxe, cada lado narrou os casos a seu modo - os italianos acusando brasileiros de pisar na bandeira italiana e a polícia de ser violenta e conivente com as agressões, e os brasileiros dizendo que os estrangeiros é que haviam sido violentos. Segundo Rovina (2012, p. 54), daquele ano em diante “parecia haver uma verdadeira guerra civil entre brasileiros e italianos, e não faltaram insurreições populares contra o italiano em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Pernambuco”.

Para apaziguar os ânimos, em 1896 foi negociado um protocolo com o governo da Itália, em que o Brasil comprometia-se a pagar indenização pelos danos sofridos por italianos em manifestações contra eles. No entanto, a negociação não foi bem aceita pelos nativistas, que responderam com uma manifestação de três mil pessoas na Rua Quinze de Novembro, onde gritavam palavras de ordem como “morram os italianos!” e queimavam a bandeira da Itália, acirrando ainda mais as tensões.

Entre as narrativas da imprensa brasileira e as cartas de Brichanteau, o cônsul da Itália no Brasil, é possível apreender a dimensão e gravidade dos conflitos que se seguiram alguns dias depois, quando um grupo de brasileiros invadiu o teatro onde estava o próprio cônsul assistindo a uma apresentação em benefício do Hospital Italiano, proferindo gritos de “Morte à Itália!” e “Morte a Umberto! Viva Menelik!”. Na versão do cônsul sobre o episódio, também foi dito que “se há algum brasileiro aqui, saia! Queremos acabar com esta canalha de carcamanos!”. Ele próprio precisou se retirar escoltado da confusão formada a partir daquele momento - fica o registro de alguns relatos que o acusaram de sair gritando “Morte ao Brasil!” - e relatou que nos dias seguintes houve uma “verdadeira caça aos italianos” nas ruas.³⁰⁹

O cronista Raimundo Menezes (1969, p. 263-269), no entanto, relatou que, um dia antes, um grupo de italianos havia se juntado no Largo do Rosário - território negro, naquele momento, lembremos, com a Igreja do Rosário ainda ali - e provocado os brasileiros com gritos de “Viva a Itália!” e morras ao Brasil. Brasileiros que invadiram o teatro acusavam o cônsul de ter capitaneado esse grupo. Em ambos os dias e nos que se seguiram, houve tiros, bombas e

³⁰⁹ Aqui reproduzo, ao meu modo, a história dos incidentes, com base nas informações coletadas por Hall (2010, p. 53-54) e Rovina (2012, p. 54-57). A título de esclarecimento, Umberto (Humberto) era o rei da Itália no período e Menelik (ou Menelick) era líder dos povos etíopes - o valor simbólico deste último no Brasil é abordado a seguir.

conflitos - entre eles o empastelamento da redação do *Fanfulla* - no centro e em vários bairros, onde a polícia precisou intervir ostensivamente. Foi uma confusão generalizada que, segundo Menezes, resultou em pelo menos 40 feridos e 115 prisões, “ensanguentando a cidade, durante aqueles quatro dias, de cuja memória o paulistano nunca mais se esqueceu” e que ficou para a história como a “Questão dos Protocolos”. Como saldo do episódio, o cônsul Brichanteau acabou retornando à Itália, sendo substituído poucos meses depois.

Significativo para a nossa investigação é que, segundo Michael Hall (2010, p. 54-55), “os observadores italianos notaram a presença de número considerável de negros [cerca de trezentos ou quatrocentos] nos vários incidentes” e o ministro das relações exteriores da Itália “atribuiu a maior parte da culpa aos jacobinos, os quais, ‘quando o fogo estava aceso retiraram-se para deixar bradar uma gangue de vagabundos composta de negros e de mulatos e para agir os *camorristi* que aqui se chamam capoeiras”.

Soma-se a isso a menção direta a Menelik, por parte dos brasileiros envolvidos, o que fortalece a hipótese da participação negra nos eventos. Menelik foi o imperador que comandou os povos etíopes na vitória contra a invasão da Itália em seus territórios, durante a última década do século XIX. Esse episódio arrefeceu as pretensões italianas na África e marcou a região da Abissínia como uma das únicas a resistirem às garras do imperialismo europeu pós-Conferência de Berlim. Bradar o nome desse imperador era uma provocação aberta aos italianos e, não por coincidência, alguns anos depois, *O Menelik* foi o título escolhido para o periódico que marcou o *boom* da imprensa negra paulista na Primeira República. Inaugurado em 1915 como o “órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor”, a existência de um jornal com tal nome revela que a figura do imperador etíope foi tornada símbolo pelas lideranças negras, representando a um só tempo orgulho racial e clara afronta aos italianos residentes na cidade.

Imagem 15: Cabeçalho de *O Menelick*



Fonte: *O Menelick*, São Paulo, 01/01/1916.

Nas memórias de José Correia Leite, é possível apreender como o termo fazia parte do repertório da população da cidade, sendo apropriado de formas diferentes por italianos e afrodescendentes. Conforme relatou o militante, “os italianos aqui chamavam os negros de brasileiros. [...] E eles também gostavam de xingar os negros de ‘tizune’, ou seja, tição. Eles diziam ‘tizule’, ou também chamavam de ‘menilique’, no sentido do deboche, de avacalhar o negro” (CUTI; LEITE, 2007, p. 52-53). Dado o feito de Menelik e seus comandados em derrotar as tropas da Itália, não espanta que essa figura fosse evocada pelos italianos do outro lado do Atlântico em tom pejorativo, numa tentativa de ofender os negros brasileiros. Portanto, Menelik tornava-se um símbolo em disputa, repertório dos confrontos e tensões entre italianos e negros, como demonstra um poema publicado no jornal dos jacobinos paulistas, acessado a partir do trabalho de Rovina (2012, p. 69, 91): “Um italiano dizia: / ‘Ah Menelik, tua morte / À força está destinada: / Na derradeira agonia, / Verá a Itália ser forte, / Verei a Itália vingada...’ / Um negro, ouvindo-o abismado, / Diz: ‘Ó Menelik, de certo, / Poderá ser enforcado: / Tendo o pescoço amarrado / Com o bigode de Humberto...’”.

Por outro lado, a historiografia sobre o negro em São Paulo geralmente enfatizou as dissidências e distâncias entre ambos os grupos - mais do que os esporádicos momentos de união. Liana Trindade (2004, p. 105), por exemplo, toca diretamente no problema e na perspectiva de nossa investigação ao afirmar que “embora houvesse alguns momentos de sociabilidade não se atingia o grau de amizade. Havia, entre negros e brancos, a barreira do racismo, da discriminação que não era superada por identificações de interesses políticos e religiosos”. Poderíamos acrescentar que também não era superada pelos interesses de classe, pois, conforme ela mesma descreveu, enfatizando as organizações de ambas as comunidades em associações étnicas:

Nos bairros habitados por trabalhadores de baixa renda, como Penha, Mooca, Brás, Bom Retiro e no centro da cidade, estabelecia-se a coexistência entre os moradores brancos e negros. Espaços ocupados pela sociabilidade grupal, espontaneamente se formavam, não ocorrendo a livre circulação de indivíduos e nem a possibilidade individual de escolhas alternativas de grupos de amizade. As comunidades de imigrantes europeus organizavam-se por intermédio de suas famílias, vindas das mesmas regiões de origem. As crianças negras brincavam, por vezes, com as crianças brancas do seu bairro, porém, as famílias brancas, e mesmo as negras, evitavam um maior estreitamento de convívio e amizade” (TRINDADE, 2004, p. 105).

Nos depoimentos de idosas afrodescendentes e italianas coletados por Teresinha Bernardo (1998, p. 67. 69), fica evidente pela voz desses próprios sujeitos o distanciamento comentado pela bibliografia. Enquanto D. Cacilda, mulher negra, comentava que “os italianos olhavam para a gente, como se fôssemos de outra categoria, inferior, era só frustração”, D.

Rafaela, mulher italiana, confessava que “gostava muito de ir à festa da Achiropita, só que, às vezes, aparecia um bando de pretos, sabe como é, a gente não gostava”. No jornal *Zuavos*, publicado por poucas edições junto ao *Clarim*, aparecia algo similar sobre as atitudes dos imigrantes, como sujeitos que tratavam os negros com menosprezo e “desfilam pelas ruas da S. Paulo moderna com ares de superioridade”.³¹⁰ De relatos como esses, Bernardo (1998, p. 86) concluiu que “na memória das velhas brancas italianas, o negro é o elemento estranho no espaço do Bexiga” - por mais que aquele fosse um espaço compartilhado - e que “as relações entre negros e italianos no Bexiga eram fortemente marcadas pela discriminação contra os negros”. Outro italiano, Ubaldo Moriconi, diretor do jornal *Il Messaggero*, escreveu em seu livro, de 1897, que havia “permanente conflito entre nós [italianos] e nossos anfitriões [brasileiros]”, além de ter descrito os negros como “sujeitos descorteses” (apud ROVINA, 2012, p. 121-122). Interessante notar como ele próprio, no entanto, alimenta o conflito ao nomear sua obra de *No país dos macacos*.³¹¹

Se os casos que descrevemos até aqui se concentram na década de 1890, a historiografia que analisou processos criminais e documentação policial nas primeiras décadas do século XX também identificou a abundância de agressões físicas e verbais, homicídios e prisões decorrentes de confrontos entre negros e imigrantes (DOMINGUES, 2000, p. 151-155; ROCHA, 2019, p. 185-204). Para a continuidade dessa história, a imprensa negra constitui *locus* privilegiado, a partir das recorrentes denúncias em suas páginas sobre o racismo praticado pela população imigrante. Tais fontes são suficientes para concluir que o tensionamento descrito seguiu pelas décadas seguintes da Primeira República.

Nos trechos expostos anteriormente, o discurso criticava de forma genérica a atitude dos estrangeiros, caracterizando-a como a pior das afrontas contra o negro. No entanto, inúmeros casos específicos foram relatados pelos escritores para justificar sua indignação e a escolha do imigrante como “opositor” fundamental. Não me deterei em muitos desses casos, mas creio que alguns devem vir à tona.

Primeiramente, é necessário frisar que os estrangeiros não tinham noção muito clara nem do que era o Brasil, nem de como era um negro antes de aportarem aqui. Evidentemente, representações sobre os negros corriam pelos países europeus na época, sobretudo por meio de divulgações das campanhas do colonialismo e dos discursos científicos sobre a “barbárie” dos povos africanos. No entanto, parece que os pobres do campo que migraram surpreendiam-se ao

³¹⁰ PRECISAMOS do vosso apoio. Zuavos - Órgão do Club dos “Zuavos”. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 01/1930, p. 3.

³¹¹ No idioma e grafia original *Nel paese del’ macacchi*.

ter o primeiro contato com negros. D. Rafaela, citada poucos parágrafos atrás, contou que uma de suas colegas, D. Ione, ao desembarcar da Itália no porto de Santos, olhou para os negros e logo perguntou, “Que esto, sone e bichos? [sic]”.³¹² A própria depoente mostrava concordância com a visão racista da amiga ao dizer que “a gente achava eles meio bichos, seguravam suas crianças e andavam de cabeça baixa sem olhar para ninguém, era esquisito, ninguém gostava” (BERNARDO, 1998, p. 69).

Na imprensa negra, menções às representações pejorativas dos afrodescendentes em cartazes, revistas e propagandas feitos por estrangeiros frequentemente geraram revolta. Em 1930, o *Progresso* comentou sobre uma propaganda alemã de adubos e máquinas de matar formigas que exibia “pretos assustadiços e estuporados”, com vestes mexicanas, empurrando um carro de boi cheio de cana de açúcar, numa grande confusão sobre os povos e culturas latino-americanas. Na crítica, os redatores do jornal utilizavam tais afrontas como alimento para o sentimento antiestrangeiro em seus leitores: “Simplesmente ridículo. Que estes cartazes e as outras tantas coisas dentre as muitas provas da ignorância estrangeira, possa servir de base para sustar grande parte da nossa ingênua hospitalidade”.³¹³

Esse mesmo jornal estava atento às representações do Brasil que circulavam no exterior. Segundo eles, filmes e propagandas mostravam o país como um lugar onde havia apenas “cafezais, cachoeiras, florestas, e animais terríveis, [...] país de negros, índios, de florestas e de bichos que comem a gente”.³¹⁴ Em suma, um país incluído na lista de nacionalidades representantes da barbárie. Não é ilusório apreender que parte dos estrangeiros deve ter desembarcado com o imaginário carregado de preconceitos alimentados por esse tipo de representação:

A ignorância do estrangeiro em relação ao nosso país é um fenômeno clássico. Desconhecem, em regra, nossa potência econômica, nossa expressão intelectual, nosso caráter político. Não sabem ao certo qual seja a nossa capital. Chegam mesmo à candura de ignorar a situação geográfica da nação no planeta. Só suspeitam a existência nacional no sentido do pitoresco: somos, para o europeu civilizado, o país da selva bruta e das largas praias do coqueiro, do índio e do negro...³¹⁵

Na própria Itália, um vespertino de Milão chegou a publicar em sua primeira página uma gravura de “um bando de negros que ataca a residência de colonos brancos”.³¹⁶ O *Progresso* dizia-se espantado que tal “fantasia” viesse justamente dos italianos, que tanto

³¹² Não há tradução exata no italiano contemporâneo para o trecho, mas o significado é algo como “O que é isso, são bichos?”.

³¹³ PAIZ de negros. *O Progresso*, São Paulo, 15/02/1930, p. 5.

³¹⁴ VOYAGE au Brésil. *O Progresso*, São Paulo, 13/01/1929, p. 3.

³¹⁵ PAIZ de negros. *O Progresso*, São Paulo, 15/11/1928, p. 6.

³¹⁶ ORA vejam só. *Progresso*, São Paulo, 30/11/1930, p. 4.

deviam ao Brasil e tanto haviam se relacionado com o país. Jornais de colônias estrangeiras, como o *Fanfulla*, há tempos retratavam os bairros populares com assertivas racistas, descrevendo seus habitantes como “tristes figuras de permanentes exposições repugnantes”, em sua maioria “negros doentes com elefantíase, epilepsia, ebriedade perene, sujos, fedidos, horríveis”³¹⁷. Em suas páginas, frequentemente depreciavam os afro-brasileiros e costumavam “apresentar os imigrantes italianos [no caso do *Fanfulla*] como superiores aos brasileiros “típicos”, criando assim novas categorias raciais, étnicas e nacionais” (LESSER, 2015, p. 146).

Sobre os casos específicos de racismo no cotidiano, poderíamos citar muitos. Apenas considerando o que foi polemizado pela imprensa negra, é possível encontrar, por exemplo: um barbeiro estrangeiro que negou o atendimento a um oficial do exército por sua cor; um estrangeiro que rompeu relações com o filho por este ter se envolvido amorosamente com uma negra - não bastasse a briga, o pai ainda estendeu uma faixa na porta de sua oficina dizendo-se em “luto pela morte do meu filho ‘Fulano’ que se casou com uma negra”; publicações em jornais italianos dizendo que os negros deixavam mau cheiro nos salões onde faziam seus bailes e concursos de beleza; estrangeiros proprietários de salões que cobravam caro dos negros, fato que fez algumas associações defenderem alugar somente de proprietários nacionais, combinando um preço justo.³¹⁸

No entanto, há dois casos mais paradigmáticos que merecem maior atenção pois envolvem diretamente dois jornais italianos, o *Fanfulla* e *Il Piccolo*. Esses casos misturam a questão étnico-racial com questão político-ideológica pois, no final da década de 1920, quando se deram os ocorridos, ambos os periódicos haviam passado por mudanças em seu posicionamento político, aproximando-se do fascismo de Mussolini (TRENTO, 2013, p. 107-108).

Em fins de 1929, o *Fanfulla* publicou uma reclamação em relação aos negros de São Paulo, que aumentavam em quantidade nos anos finais daquela década, fenômeno estimulado sobretudo pela migração interna dos estados do norte do país. Os redatores do jornal pareciam estar incomodados ao verem o risco de São Paulo perder a cada dia seu caráter de “cidade italiana”. Em seus dizeres: “Se observa com desconfiança o estrangeiro e se permite, assim, que

³¹⁷ ESPOSIZIONI ripugnanti. **Fanfulla**, São Paulo, 04/11/1904. Citado em: TRENTO, 2013, p. 54. Jornais da classe trabalhadora, com ativa participação de estrangeiros, também reproduziam estereótipos do tipo e serão foco do próximo capítulo.

³¹⁸ Os casos encontram-se relatados, na ordem mencionada no corpo do texto, em: EDIFICANTE! **Progresso**, 13/01/1929, p. 5; REPULSIVA atitude. **Progresso**, São Paulo, 31/12/1929, p. 1; FERREIRA, B. H. Que atrevimento. **O Getulino**, Campinas, 04/11/1923, p. 2; OBSERVANDO. **O Kosmos**, São Paulo, 20/04/1924, p. 1; SOUZA, F. B. Uma explicação. **A Liberdade**, São Paulo, 28/09/1919, p. 2-3.

São Paulo assuma de pouco em pouco etnograficamente a fisionomia da Bahia. Já parou para contar quantos negros e mulatos se encontra num pequeno passeio pelas ruas?”.³¹⁹

A afronta racista gerou reações instantâneas tanto na imprensa negra, por meio do *Clarim* e do *Progresso*, quanto na mídia abrangente, nas páginas do *Diário Nacional*, mesmo jornal que havia denunciado o edital da Guarda Civil poucos meses antes. Assim como naquela ocasião, dessa vez a notícia apareceu primeiro no *Diário Nacional*, novamente sem autoria, e, em seguida, os jornais negros reproduziram alguns de seus trechos, acrescentando seus próprios comentários.

Primeiro, foi o *Clarim* que reconheceu a atuação do vespertino, chamando-o de “imprensa independente de São Paulo” e afirmando que a atuação daqueles jornalistas serviu para demonstrar que “o Brasil é dos brasileiros” ao “órgão do Dulce que intrometeu-se romanamente, em assuntos que somente a nós dizem respeito”. Em seu cabeçalho, a equipe d’*O Clarim* deixava “os seus agradecimentos em nome de um pugilo de negros sensatos, aos órgãos livres da nossa imprensa e aos distintos moços do *Centro Acadêmico XI de Agosto* [da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco], que, apesar dos pesares, ainda são os vanguardeiros da nossa nacionalidade ainda em formação”.³²⁰ Pelo jornal não é possível entender a atuação dos estudantes de direito no caso, integrantes da entidade mencionada. Quem explica, porém sem grandes detalhes, é José Correia Leite em seu relato memorialístico, anos depois: na verdade, os estudantes já andavam irritados com a posição abertamente fascista do *Fanfulla* e aproveitaram a oportunidade para empastelar a redação do jornal (CUTI; LEITE, 2007, p. 117). Um detalhe importante é que a faculdade de direito tradicionalmente reuniu grupos de estudantes nativistas, sendo que muitos integraram o movimento jacobino na virada para o século XX e foram organizadores de manifestações anti-italianas (ROVINA, 2012, p. 62, 78, 88). Lembremos que gerações anteriores desses estudantes já haviam empastelado o mesmo jornal no contexto da Questão dos Protocolos e que naquele momento também se uniram com muitos negros. Cerca de um ano depois, sabemos através do *Progresso* que “a mocidade acadêmica” - provavelmente os mesmos estudantes de direito - havia empastelado a redação de *Il Piccolo*, mais um órgão de imprensa fascista italiano, pois este havia proferido nas suas colunas “palavras que ofendiam o brio do hospedeiro povo do Brasil”.³²¹

³¹⁹ OS REPAROS do Fanfulla refletem nova investida do Fascio. **Diário Nacional**, São Paulo, 10/10/1929, p. 1; SOUSA, Luis de. Sem título. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 27/10/1929, p. 1; ORA, então, nos não estamos na nossa terra? **Progresso**, São Paulo, 31/10/1929, p. 2.

³²⁰ SOUSA, Luis de. Sem título. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 27/10/1929, p. 1.

³²¹ PARA uma affronta outra affronta. **Progresso**, São Paulo, n. 27 (20.08.1930), p. 4.

No *Diário Nacional*, tem-se a sugestão de que esse tipo de ofensa partindo dos jornais das colônias não era rara, pelo contrário, parecia prática comum, pois, de acordo com o primeiro, “sucessivas vezes, jornalistas estrangeiros, arrebatados por impulsos inferiores, tem-nos atacado insultos de todo o naipe”. Provavelmente, o posicionamento alinhado ao fascismo no jornal italiano deve ter elevado suas declarações racistas ao longo daqueles anos. O *Diário Nacional* ainda fez a advertência de que enquanto “país de imigração, o Brasil precisa acautelarse com o elemento alienígena que conosco colabora física e moralmente”, demonstrando certa preocupação de parte da classe média ilustrada, e mesmo das elites, com possíveis efeitos negativos da presença estrangeira, principalmente para a construção da nacionalidade brasileira.³²² Para desconstruir o discurso étnico-racial do *Fanfulla*, o *Diário* optou por atacar a noção de “pureza racial”, bastante cara ao fascismo, preferindo enfatizar o caráter miscigenado dos povos da Europa Meridional:

Percebe-se que no articulista fascista a ideia de que ele pertence a uma raça pura. Só o membro de uma tal raça que não existe, poderia olhando as demais julgá-las com a superioridade afetada pelo *Fanfulla*. [...] sabemos também que o moreno dos napolitanos e dos sicilianos revela o sangue preto que foi enxertado na península pelos árabes, negamos essa pretendida pureza, que só subsiste alimentada pela falsa vaidade. Demais o xadrez de dialetos existentes na península é o traço dos elementos heterogêneos que se caldearam ali gerando o italiano moderno.³²³

No início do capítulo, quando da citação de *A Gazeta*, sugeri que os discursos avessos à segregação racial e simpáticos à fraternidade e convivência igualitária entre raças pareciam penetrar nos jornais fora do meio negro na década de 1920. Apontei que provavelmente essa é uma evidência do crescimento de uma nova postura sobre a questão racial no país, rumo ao que depois se convencionou chamar de “ideologia da democracia racial” (FERNANDES, 2008). Acredito que a forma com que o *Diário Nacional* encaminhou a discussão contra o *Fanfulla* fortalece essa hipótese. Parte das camadas ilustradas urbanas parecia caminhar para esse tipo de discurso, abandonando as noções do racismo científico, de superioridade e pureza racial. Faz parte desse contexto a derrocada das políticas de imigração e novos discursos sobre identidade nacional e nacionalismo.

Concomitantemente, em resposta à publicação dos italianos no caso do *Fanfulla*, os militantes negros traziam a questão do pertencimento de seu grupo étnico-racial à nação e dos direitos de ser cidadão brasileiro, distintos da condição de estrangeiro do imigrante: “essas queixas aquele que aqui não nasceu não pode fazer”. No próprio título da notícia do *Progresso*

³²² GESTO cavalheiresco. *Diário Nacional*, São Paulo, 16/10/1929, p. 1.

³²³ OS REPAROS do *Fanfulla* refletem nova investida do Fascio. *Diário Nacional*, São Paulo, 10/10/1929, p. 1.

- *Ora, nós não estamos na nossa terra?* -, já aparece essa relação, em que o negro, por ser genuinamente brasileiro, teria o direito de se locomover ao longo de todo o território nacional.³²⁴ Outras provocações foram escritas pela equipe do jornal, acentuando a tensão entre os grupos. Entre elas está, por exemplo, a afirmação de que “aos pretos da Bahia [...] os italianos muitas vezes não conseguem substituir”, em clara menção à ideia, tão generalizada à época, de que houve um processo de “substituição” da mão de obra nacional por imigrantes após a abolição.³²⁵ No fundo, o articulista sugere que os negros estavam mais bem preparados do que os italianos.

Nos dias seguintes à primeira publicação, o *Fanfulla* desculpou-se pelo incidente, por meio da figura de seu diretor, Angelo Poci. Sabemos disso pelas edições subsequentes do *Diário Nacional* que acompanharam e elogiaram a atitude. Nem mesmo isso, contudo, impediu o empastelamento do jornal. Sabe-se também que, durante os conflitos políticos de 1930, *Fanfulla* e *Il Piccolo* voltaram a ser empastelados, dessa vez por motivações de antifascistas, sem qualquer questão racial envolvida, até onde se sabe (TRENTO, 2013, p. 131).

Disso tudo, somos levados à conclusão de que nacionalismos, nativismo e o racismo, somados à competição no mercado de trabalho precário, transformaram as relações entre negros e estrangeiros no interior da classe trabalhadora em um barril de pólvora que não raras vezes explodiu. Os ressentimentos dos trabalhadores brasileiros, principalmente negros e mestiços, contra imigrantes - que cada vez mais dominavam os postos de emprego existentes e reproduziam afrontas racistas e noções de superioridade - estimularam (e foram estimulados por, em via de mão dupla) discursos nacionalistas, seja dos jacobinos na década de 1890, seja posteriormente dentro do movimento negro que se formava. Embora o conflito tenha aparecido mais aberta e violentamente, na última década do século XIX, período mais inicial da imigração, ele persiste de forma latente nas décadas seguintes da Primeira República.

Tomando as análises e os trechos extraídos da imprensa negra nos dois tópicos, entendo a disputa no mercado de trabalho como catalisador dos conflitos interétnicos na classe trabalhadora. No entanto, não se pode ignorar que tais conflitos foram, na maior parte das vezes, expressos em vocabulário racial, por meio de estereótipos sobre negros e sobre imigrantes. Num contexto pós-abolição, com negros e brancos, incluindo estrangeiros, partindo de uma condição de igualdade - não de direitos civis, pois o imigrante não os tinha, mas no sentido do liberalismo

³²⁴ ORA, então, nós não estamos na nossa terra? **Progresso**, São Paulo, 31/10/1929, p. 2. O *Diário Nacional* concordava com essa posição, pois publicou em suas páginas: “O preto no Brasil é brasileiro. Está na sua própria terra e tem a faculdade plena de se locomover para qualquer ponto do território nacional”. OS REPAROS do *Fanfulla* refletem nova investida do Fascio. **Diário Nacional**, São Paulo, 10/10/1929, p. 1

³²⁵ ORA, então, nós não estamos na nossa terra? **Progresso**, São Paulo, 31/10/1929, p. 2.

econômico, perante um mercado de trabalho capitalista -, era necessário encontrar um fator de diferenciação, que garantisse vantagem na disputa. Nesse ponto o racismo já existente encaixou-se perfeitamente. Ao que tudo indica, os estrangeiros assumiram a branquitude como forma de diferenciação em relação à população negra, de modo a obter melhor tratamento.

3.3. “Exigimos respeito, pois não somos colônia, mas sim, metade da nacionalidade”

Ao contrário do que se poderia imaginar, ao se depararem frente a uma maioria imigrante na cidade, que inundava os mesmos territórios com suas tradições e seus modos de vida, a população negra não passou por uma “fusão” com os recém-chegados ou uma “estrangeirização”. Ainda que tenham ocorrido sociabilidades e trocas culturais, é válido afirmar que, no confronto com o imigrante, a identidade dos negros e seu senso de grupo fortaleceram-se, inclusive mantendo as vivências e características singulares nos territórios negros. Conforme propôs Wissenbach (2018, p. 100),

Com os fluxos de migrações - de estrangeiros e de nacionais -, os trabalhadores negros perderam muito da primazia que desfrutavam no mercado citadino e tiveram suas experiências marcadas por outros grupos étnicos e sociais: dividindo bairros e coabitando moradias coletivas, compartilhando oportunidades de trabalho, amalgamando crenças religiosas e tradições culturais, a diversidade das classes populares implica por certo adaptações, mas não significou de modo geral a diluição desses territórios. Pelo contrário, aumentando ainda mais o terreno das pluralidades sociais, é lícito supor que a identidade dos grupos negros manteve-se acentuadamente, em especial se for levado em conta que esta, de um lado, fundamentava-se na resistência contra a discriminação racial e, de outro, estruturava-se a partir da noção de pertencimento, conceito vital para a reconstituição de suas vidas após os traumatismos da experiência da escravidão.

Tal posição encontra-se alinhada com as noções antropológicas de que a cultura do grupo étnico é forjada, reelaborada e fortalecida ao longo de sua organização social e de seu contato com o “outro”, em um processo de auto-atribuição e atribuição pelos outros das características que passam a definir o coletivo (BARTH, 2000, p. 26-28). Portanto, o grupo étnico não existe em isolamento, precisa estar inserido em relações de contato e conflito com outros grupos para que haja formação da identidade e ideologia. Não existe essência cultural dos grupos étnicos, mas um repertório que se modifica historicamente de acordo com suas experiências, justamente nesse contato com os outros, os “diferentes”.

Os movimentos associativos de afrodescendentes elaboraram projetos políticos próprios, com base em uma noção específica de raça, do que era ser negro e ser brasileiro - em contraposição direta ao imigrante branco, europeu, e em diálogo com o repertório do pensamento racial da época. Nos projetos presentes na imprensa negra do final da Primeira

República, vislumbra-se um modelo de integração à nação a partir de atitudes politicamente ativas, do diálogo e da solidariedade coletiva, somadas à politização da cultura e da identidade racial.

Segundo o sociólogo Antonio Sérgio Guimarães (2004), esse foi um segundo modo de integração reivindicado pelos negros ao longo da história, e substituiu a posição preponderante em intelectuais anteriores, do século XIX e início do XX, para quem a integração seria promovida de forma politicamente passiva, individualizada. Nesse primeiro modelo, o foco era a assimilação de elementos das elites brancas (obviamente não sem ressignificações), com o objetivo de provar que a única diferença entre negros e brancos era a cor. Esse modelo aparece na imprensa negra inicial, mas vai transformando-se em uma atitude de mobilização coletiva e afronta, durante o processo de radicalização mencionado. Guimarães (2004, p. 274) destaca ainda dois fatores fundamentais para esse novo modelo emergir:

[o] processo de etno-identificação crescente que acompanhou a segunda leva de colonização europeia no Brasil no pós-abolição, depois da chegada maciça de italianos, espanhóis, portugueses, alemães, japoneses, sírio-libaneses, e outros europeus, principalmente do Sul e Sudeste do país; e por outro lado, o processo de politização das diferenças raciais por que passou o mundo ocidental no entreguerras e que, no Brasil, teve no integralismo sua maior expressão.

No presente trabalho, concentro-me apenas no primeiro desses fatores. De tudo que foi abordado até agora, tem-se a ideia do lugar que o imigrante ocupou dentro do pensamento dos intelectuais negros paulistas. Primeiro, eram considerados exemplos de mobilização e solidariedade étnica, devido às suas associações beneficentes e mutualísticas, as quais naquele momento encontravam-se relativamente consolidadas. Simultaneamente, porém, apareciam como concorrentes privilegiados no mercado de trabalho e no cotidiano da cidade, amparados pelas elites e políticas de Estado, posição em que se tornaram reprodutores do racismo brasileiro contra os negros. As duas imagens do imigrante, aparentemente opostas - “modelo a ser imitado e concorrente privilegiado a ser repellido” (PINTO, 2013) -, foram fatores a impulsionar as ações da militância negra, tornando-se praticamente um referencial para os ativistas.

Conforme já adiantei, os militantes afrodescendentes percebiam-se lesados em seu pertencimento à nacionalidade. Após a abolição e com a promulgação de uma Constituição republicana, pautada por ideais democrático-liberais, nutriram esperança de que igualdade, fraternidade e liberdade não fossem apenas palavras vazias. Na posição de cidadãos, portanto nascidos em solo brasileiro, esperavam que fossem tratados de forma digna e respeitosa, mas viram-se cada vez mais marginalizados ante a enxurrada de imigrantes que os afrontava.

A partir dos trechos expostos até o momento, é possível perceber noções de nacionalismo e nativismo perpassando todo o discurso daquela intelectualidade negra. Juntamente com a noção de “raça” que elaboravam, o conceito de nacionalidade constituiu a pedra angular de sua identidade. Em seu projeto, reivindicavam reconhecimento a partir da posição de trabalhadores “nacionais”, enquanto para o imigrante não havia lugar nessa construção de Brasil (ALBERTO, 2017, p. 183).

No contexto das mobilizações para tentar formar o *1º Congresso da Mocidade Negra*, em 1930, Gervásio Moraes expôs o raciocínio que vinculava o negro à nacionalidade, reivindicando melhor tratamento, e enfatizou a estrangeiridade dos imigrantes e seu caráter de intruso no país:

E nós, os negros do Brasil, que estamos identificados em todas as angústias desta pátria, exigimos que nos respeitem porque não somos colônia, mas sim, metade da nacionalidade. Queremos justiça praticada por todas as leis, queremos que seja de fato reconhecido por todos os nossos direitos de cidadania, o qual está nos sendo arrancado em favor de elementos ontem aqui aportados e para cá remetidos como perniciosidades em suas próprias pátrias!³²⁶

Para Moraes, era absurdo que “elementos ontem aqui aportados” usufríssem de melhores condições e dirigissem ofensas contra os negros, que tinham tradição histórica no país, pois fixaram-se aqui havia pelo menos trezentos anos, através de várias gerações e, por isso, já integrados nacionalmente. Portanto, o peso da ideia de nacionalidade era evidente no projeto dos escritores da imprensa negra, em unidade com a ideia de raça. Conforme Luis de Sousa resumiu em publicação no *Clarim*, era preciso “Lembrar o estrangeiro que o preto no Brasil é a raça que mais contribuiu”.³²⁷

A contribuição de que o articulista fala não era mero detalhe, mas peça chave no pensamento geral dos escritores da imprensa negra. Segundo eles, o negro havia contribuído de forma significativa para o desenvolvimento do país e, portanto, era merecedor de um lugar consolidado na nacionalidade brasileira. Na condição de escravizados, os negros foram as “máquinas de trabalho” que “construíram os alicerces para o progresso” do país, fato que impunha ao Brasil uma dívida histórica com esse grupo, nas palavras de José Correia Leite.³²⁸ Era assim que os militantes da imprensa negra “reivindicavam um lugar na construção da brasilidade que naquele momento se esboçava” (MELLO, 2005, p. 8).

³²⁶ MORAES, G. Dar tempo ao tempo. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 13/04/1930, p. 1-2.

³²⁷ SOUSA, Luis de. Sem título. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 27/10/1929, p. 1, 4.

³²⁸ LEITE, J. C. À mocidade negra. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 13/05/1929, p. 4.

A memória da escravidão era resgatada como elemento central de mobilização nos discursos do movimento negro, mas não de forma depreciativa, vitimista ou “coisificante”.³²⁹ O objetivo era valorizar os antepassados negros como os reais construtores das bases do país - afinal, tudo fora feito com o suor do seu trabalho e com seu sangue derramado. Nessa posição, o negro era “o povo que construiu na América o maior edifício da moderna geração e cimentou as bases econômicas d’uma Pátria”.³³⁰ Em contraponto, segundo esse discurso, o imigrante havia acabado de chegar ao Brasil, nunca havia feito nada pela nação e desejava apenas enriquecer às suas custas para depois abandoná-la, retornando à pátria de origem. Como se não bastasse, ainda tomava o lugar do negro, este sim, personagem central para a formação da nacionalidade. Arlindo Veiga dos Santos, militante que depois dirigiu a FNB, ilustrou essa oposição entre o negro construtor da nação e o imigrante explorador: “a única espécie de imigrantes que aqui não veio para depredar as nossas riquezas naturais, exaurir as nossas minas, e nos beber lentamente o sangue, foi a imigração preta”.³³¹

Tal raciocínio de resgate da escravidão pode ser encontrado de forma paradigmática, por exemplo, em uma das edições do *Clarim*, a partir de um artigo sem autoria, provavelmente escrito por Leite:

A colaboração grandiosa emprestada pela pujança da raça negra, no desbravamento do nosso querido solo, tornou-se um fato inegavelmente valorizado. Sobre tudo em se tratando da sua colaboração, na formação do primeiro alicerce da riqueza econômica da nossa querida pátria. O negro, embora escravizado, entrou no caldeamento racial, daqueles primitivos tempos. Prestando desta arte o seu concurso valioso à formação desta grande nacionalidade brasileira. Não se torna necessário revivermos aqui, os dias negros da escravidão, para evocarmos o valor da grande máquina de trabalho que foi o braço épico e hercúleo do negro africano.³³²

³²⁹ Referência ao tipo de pensamento que internaliza a noção jurídica e senhorial dos tempos escravistas, considerando o escravo como “coisa” também socialmente, ou seja, um ser sem subjetividades ou agência na história, vítima de opressão absoluta. Para uma crítica à assimilação dessa noção da classe dominante pela historiografia, ver: CHALHOUB, 2011, p. 42-56, 96-98.

³³⁰ MORAES, G. O parto da montanha. **Auriverde**, São Paulo, 29/04/1928, p. 1. A evocação do passado de escravidão e da história do negro na América a partir dessa perspectiva positiva fica clara nas inúmeras edições comemorativas do 13 de maio nos jornais negros. *O Clarim d’Alvorada* relembra a efeméride todos os anos com edições especiais, geralmente maiores do que o padrão do jornal. Essas publicações variavam de 6 até 20 páginas, dependendo do ano, e traziam ilustrados os grandes heróis do movimento negro de então - os abolicionistas. Outras figuras lembradas positivamente eram os membros da família imperial e os parlamentares que contribuíram de alguma forma com a aprovação das leis que extinguíram gradualmente a escravidão. Todos eles foram homenageados nos jornais, embora alguns, como os abolicionistas negros Luís Gama e José do Patrocínio, tenham recebido maior destaque. Ver as edições d’*O Clarim* de número 5, 21 e 33 da primeira fase, e 4, 16, 26, 32, 41 e 42 da segunda fase, todas publicadas em 13/05, entre 1924 a 1933, com exceção de 1925, quando o jornal encontrava-se em um breve hiato.

³³¹ SANTOS, A. V. dos. Congresso da Mocidade Negra Brasileira - Mensagem aos negros brasileiros. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 09/06/1929, p. 1.

³³² A VOZ da história e os pretos modernos. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 13/05/1927, p. 14.

Com essa contribuição, frequentemente os negros eram colocados como “os mais úteis desinteressados colonizadores da nossa terra que fecundaram com o seu trabalho”.³³³ Ou seja, os militantes da imprensa negra inverteram a lógica dos discursos hegemônicos sobre a colonização, em que ela aparece como obra do português e o papel do negro é visto como secundário.

Esse tipo de pensamento não era inovação da imprensa negra paulista. Na verdade, ele compunha o argumento de integração nacional de diversos intelectuais negros desde os tempos do abolicionismo, utilizado como peça central para pleitear um lugar para o negro na nação e contrapor-se aos discursos oficiais da intelectualidade brasileira. O sociólogo Antonio Sérgio Guimarães (2004, p. 273-274) aponta que reivindicar a nação como produto do trabalho do negro, elogiando o papel do africano na história, foi um dos elementos centrais na forma de autorrepresentação de intelectuais negros desde o fim do século XIX até a década de 1930, pelo menos. Conforme ele demonstrou, o exemplo mais bem definido deste pensamento encontra-se nos textos de Manuel Querino, letrado baiano e ativo no movimento abolicionista, que muito escreveu sobre a contribuição da população negra e africana no país. Ao pensar os africanos e as características da “raça negra” a partir de uma perspectiva positiva, Querino opunha-se a outros intelectuais e cientistas da época, em geral brancos, como foi o caso de Nina Rodrigues.

Em ensaio de 1918, por exemplo, Querino defendeu a mesma ideia presente na imprensa negra acerca do “africano como colonizador”, deslocando o foco da colonização, tradicionalmente pensada como um empreendimento do português/europeu. Em sua visão, não só o trabalho braçal, mas os saberes e técnicas dos africanos e seus descendentes tiveram papel fundamental em todo o processo - perspectiva que acabou sendo corroborada décadas depois pela própria historiografia (CUNHA JUNIOR, 2015). Segundo ele, em escrito que lembra muito os trechos dos periódicos discutidos:

foi o trabalho do negro que aqui sustentou, por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil; foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas. Letras, artes, comércio, indústria etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque como fator da civilização brasileira (QUERINO, 2011, p. 34)

O autor percebe a continuidade da posição do negro enquanto trabalhador também no pós-abolição, responsável pela produção das riquezas do país, ao afirmar que “tratando-se da riqueza econômica, fonte da organização nacional, ainda é o colono preto a principal figura, o fator máximo” (QUERINO, 2011, p. 34). Para Querino, devido à contribuição material e

³³³ OS NEGROS. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 26/07/1925, p. 4.

cultural do negro ao Brasil, não haveria incompatibilidade entre a “raça africana” e a civilização, como era afirmado pelos cientistas da época. Evidentemente, em afinidade com os discursos da intelectualidade de seu tempo, ele não negava o suposto atraso do negro, mas considerava-o fruto do processo histórico, dos séculos de escravidão, em vez de enxergar quaisquer causas naturais, inatas e imutáveis. Segundo a historiadora Wlamyra Albuquerque,

deslocando a constituição da diferença entre negros e brancos do campo da natureza (inferioridade inata) para o da história (escravidão), Querino descredenciava a própria noção de raça propagada pela ciência em franco desenvolvimento na conceituada Faculdade de Medicina da Bahia (2010, p. 223).

Em seu trabalho, Albuquerque (2010) reconstitui parte do embate intelectual entre Querino e Nina Rodrigues, cânone da ciência racial brasileira, como evidência das diferentes formas de politização da noção de raça nas décadas finais do século XIX. Albuquerque seguiu a trilha da historiografia norte-americana dos anos 1980 que questionou a utilização do conceito de raça como trans-histórico/atemporal, posição que ainda era predominante nas ciências humanas do período. Historiadores como Barbara Fields (1982, p. 144) afirmaram que raça não é algo verificável fisicamente no mundo real, mas uma construção histórica, social e, portanto, ideológica.³³⁴ Tal construção se dá quando são atribuídos significados morais, psicológicos, intelectuais e culturais para características físicas e biológicas - por exemplo, a cor da pele. Como toda a ideologia é uma abstração que depende do contexto e este varia no tempo, é necessário atentar-se para as questões que estão em jogo no momento histórico analisado, pois são elas que fornecem suporte para a manipulação política da ideia de raça, de diferentes maneiras, por diferentes grupos sociais, de acordo com os objetivos de cada um. Segundo Fields (1982, p. 155), a ideologia é como “um vocabulário para interpretar a experiência social, e, assim, tanto molda quanto é moldada por essa experiência”, a qual não é a mesma para os diversos grupos sociais que vivem determinado contexto. O raciocínio leva à conclusão de que o “vocabulário” usado por diferentes sujeitos pode até ser o mesmo - no caso, o conceito de raça -, mas o sentido que ele carrega é diferente.

Pensando nessa lógica, o Estado e as classes dominantes paulistas apropriavam-se de uma noção específica de raça - aquela que era elaborada pelos cientistas e intelectuais, em geral brancos, inspirada principalmente pelo darwinismo social e por outras correntes do racismo científico - em função de seus próprios interesses, de manutenção da desigualdade, hierarquia e de privilégios oriundos do período escravista. Essa noção pode ser resumida na ideia de que

³³⁴ Outros que indicaram esse caminho foram os pioneiros da nova historiografia do pós-abolição nas Américas, Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott, a partir de obra coletiva consagrada, *Beyond slavery: explorations of race, labor, and citizenship in post emancipation societies* (2000).

a mestiçagem no Brasil simbolizava o atraso e até mesmo a inabilidade de realização da nação, devido à existência do elemento negro, símbolo da barbárie, da anticivilização (SCHWARCZ, 1993, p. 18). Ao mesmo tempo, porém, intelectuais negros traziam outros sentidos para a noção de raça, positivando-a e enfrentando as ideias racistas dominantes. Esse foi o caso de Querino, mas também dos ativistas da imprensa negra paulista. Ambos disputaram os conceitos de raça na sociedade, batendo de frente com o discurso do branqueamento.

Ao valorizar o negro na contramão das teorias científicas de raça que lhes cerceavam na São Paulo do pós-abolição, lideranças como Leite, Aguiar, Souza, Florêncio e Moraes “tendo sido definidos “de fora” como “os outros”, internalizaram a identidade que lhes era imputada, mas rejeitaram a orientação que falhou em lhes garantir aceitação e reconhecimento nos círculos dominantes” (GUIMARÃES, 2004, p. 275). Ou seja, apreendiam o conceito científico e antropológico que estava em jogo para “numa reviravolta, auto-afirmar-se psicologicamente” (MOURA, 1988, p. 211).

Assim como fez Querino, em vez de introjetar a ideia de que negros eram naturalmente inferiores, os militantes da imprensa negra aceitaram que sua raça vivia em atraso, mas jogaram a responsabilidade para a história, simbolizada pelos mais de trezentos anos de escravidão, e para a opressão do presente, simbolizada pela situação do negro no pós-abolição, acuado pelo racismo e pelas correntes migratórias. Talvez o melhor exemplo dessa “reviravolta conceitual” seja um texto em forma de diálogo publicado no *Clarim*, onde o articulista Theophilo Booker Washington³³⁵ apropriou-se do darwinismo de forma alternativa da intelectualidade branca no Brasil, mesmo que sem negar sua validade como ciência:

³³⁵ Filho de outro Theophilo, o Dias de Castro (1870-1926), importante militante abolicionista e jacobino, o nome desse militante merece uma reflexão à parte. Foi inspirado em Booker Tagliaferro Washington (1856-1915), ativista e educador negro estadunidense, apelidado de “o negro mais famoso do mundo” após a publicação de seu livro *Up from slavery*, em 1901. Porém, era uma figura um tanto controversa por pregar a coexistência pacífica com supremacistas brancos e aceitar a segregação racial e a ideia de inferioridade do negro. Além disso, propunha que o progresso do negro deveria ser atingido por meio da educação, indústria e trabalho - posição que encontra eco na imprensa negra paulista e em outros intelectuais negros, como Manuel Querino -, e condenava o enfrentamento e a ação política contra os brancos. Considerava que os próprios negros é que deveriam ser responsáveis, individualmente, pela superação de sua condição social. Sabrina Gledhill (2013) investigou a recepção de Booker T. Washington no Brasil e atestou que ele era bastante conhecido do público brasileiro. Ou seja, com certeza foi lido por militantes da imprensa negra e influenciou suas ideias. Nesses jornais, é possível encontrar certa semelhança com algumas de suas ideias, sobretudo nos anos iniciais menos radicais e nos textos de Theophilo Booker, ainda que estes tenham um tom bastante politizado. Estudante de direito no Largo de São Francisco, T. Booker pertenceu à elite intelectual negra de São Paulo na década de 1920. Em seus textos, afirmou o negro não apenas como produtor da nação brasileira, mas como responsável por lançar as bases da civilização humana, como aquele que forneceu tudo que os brancos tinham. Ele também concebeu a África de forma bastante positiva (algo não tão comum na imprensa negra) e teve a preocupação de citar os inúmeros negros que prosperaram em diversos âmbitos da sociedade, com destaque para os estadunidenses. Alguns de seus textos são: *ÁGUA mole. O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 25/01/1925; *RAÇA maldita. O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 26/07/1925; *CONTINENTE negro, O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 15/01/1927; *NEGRO! O Clarim*

- Não há raças superiores nem raças inferiores mas, umas mais adiantadas e outras menos adiantadas. São palavras do ilustre Charles Darwin.
- Ora, pois. É a raça negra inferior?
- Não!
- Que foi que aconteceu?
- É que o seu adianto desde séculos está sendo estrangulado pelas ambições e pelos interesses inconfessáveis dos que a odeiam.³³⁶

A conclusão dos intelectuais negros é que, em parte, o contexto social impedia os negros de alcançarem o mesmo patamar dos brancos na escala da evolução humana. Por isso, usavam os termos “adiantados” e “atrasados”, em vez de “inferiores” e “superiores”, dando sempre a ideia de que era possível mudar a posição do grupo étnico-racial no caminhar histórico. Entre o amplo grupo dos “que a odeiam” estavam as classes dominantes brasileiras, sobretudo a oligarquia paulista, mas também os imigrantes.

É possível identificar ainda outros pontos de valorização do negro nos jornais e que, provavelmente, faziam parte de uma tradição maior do pensamento negro. Um deles é o deslocamento da contribuição do negro como trabalhador braçal escravizado para, em vez disso, enfatizar sua participação em profissões intelectuais e cargos de destaque. Fazia parte da tática enumerar afrodescendentes autores de grandes feitos, de modo a estimular a população negra a se esforçar na batalha do dia a dia, sem absorver as noções de inferioridade e incapacidade que lhes eram impostas (PINTO, 2013, p. 252). José Correia Leite constantemente afirmava que “muitos patrícios nossos ficaram imortais nas letras, ciências e outras disciplinas, pelas suas aptidões que possuíam” e os periódicos costumavam destacar conquistas de formação e de ascensão social dos indivíduos negros.³³⁷ Procurar os pontos positivos do negro era um dos passos para contrapor-se ao imigrante que, “recém-chegado, passara a gozar de grande prestígio no cenário nacional”, sendo valorizado nos discursos hegemônicos como sujeitos que “tudo fizeram pelo Brasil e os negros nada” (PINTO, 2013, p. 149, 256-257).

Além dos intelectuais negros e do abolicionismo, é importante destacar que outros setores da sociedade, mesmo intelectuais brancos, também chegaram a endossar a perspectiva do negro como construtor da nação e como fundamental dentro do caldeamento das raças do Brasil - sobretudo grupos em que o nativismo teve alguma incidência. Um exemplo claro foram os próprios jacobinos paulistas que, em polêmicas com grupos italianos, afirmavam o Brasil como um país bastante civilizado, “mesmo sendo um povo de negros”, em oposição à Itália, uma monarquia de brancos pouco civilizados. Os negros da África foram exaltados no jornal

d'Alvorada, São Paulo, 21/03/1926; DR. TEOPHILO Booker Washington. **O Clarim d'Alvorada**, São Paulo, 03/03/1929.

³³⁶ BOOKER. O continente negro. **O Clarim d'Alvorada**, São Paulo, 15/01/1927, p. 4.

³³⁷ LEITE, J. C. NOSSA união. **O Clarim d'Alvorada**, São Paulo, 26/07/1925, p. 2.

desse grupo, como patrióticos guerreiros abissínios que expulsaram os italianos, colonizadores interesseiros, das terras de Menelik (ROVINA, 2012, p. 88-89).³³⁸ Se a historiadora Melina Rovina (2012, p. 91-92) percebeu o elo entre pensamento sobre o negro no abolicionismo e no jacobinismo, nas décadas de 1880 e 1890, podemos estendê-lo ao movimento negro do restante da Primeira República, representado pelo associativismo e pela imprensa negra.³³⁹

Na década de 1920, esse tipo de raciocínio aumentava a influência dentro de outros grupos de brancos, como foi o caso dos jornalistas do *Diário Nacional* que, em seus textos de resposta aos racismos do *Fanfulla*, elaboraram uma discussão que poderia muito bem ser confundida com qualquer jornal da imprensa negra, de tão semelhante. O trecho é longo, mas vale a citação, pois além de trabalhar toda a ideia da contribuição do negro à nação, é conferida a esse grupo étnico primazia sobre os estrangeiros, e a participação destes últimos dentro da nacionalidade é diminuída:

os fascistas [italianos do *Fanfulla*] devem saber que os mulatos que eles tanto aborrecem, forneceram ao Brasil vários luminares da literatura, nas ciências e na arte militar, que honrariam qualquer país civilizado. [...] Sobre o aspecto econômico, antes de o europeu aportar no Brasil, já aqui se desenvolvera a agricultura graças ao braço negro. Não foi o estrangeiro que derrubou florestas seculares e plantou o nosso café,

³³⁸ A troca de farpas ocorrida entre os jornais *Correio Nacional* e a *Tribuna Italiana* (jornal de Roma) guarda diversas semelhanças com os argumentos debatidos até aqui a partir da imprensa negra. Os articulistas jacobinos fazem o uso do mesmo artifício de “os incomodados são os que mudam” em referência aos italianos que rotulavam os brasileiros de “macacos”, “negros” e “selvagens”. Chama a atenção a circulação de jornais da Itália no Brasil, provavelmente trazidos ou recebidos por correspondência pelos próprios imigrantes e, de alguma forma, indo parar nas mãos dos nativistas, gerando contendas que ultrapassavam fronteiras e oceanos. A briga completa pode ser encontrada na obra de Rovina (2012).

³³⁹ Provavelmente, a maior prova desse elo, no que diz respeito aos personagens negros que circularam por tais movimentos, é Theophilo Dias de Castro. A historiadora Ana Flávia M. Pinto (2019, p. 279-284) reconstituiu parte da trajetória desse militante que atuou no abolicionismo e foi redator-chefe e fundador de *O Progresso*, um dos dois órgãos de imprensa negra paulista que se tem registro no século XIX - e que não guarda nenhuma relação com o jornal *Progresso*, que surge em fins da década de 1920 e que é citado aqui como parte do corpo documental deste trabalho. Theophilo foi morador de territórios negros como o Bexiga e do Sul da Sé, além de ter ocupado cargos importantes na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, inclusive o mais alto grau, o de juiz provedor. Foi sob sua gestão como secretário que o acordo com Antonio Prado para desapropriação da Igreja e sua transferência para o Largo do Paissandu foi fechado, debaixo de suspeitas e polêmicas. Ana Flávia Pinto, no entanto, não teve acesso a outra informação importante: Theophilo participou do movimento jacobino no PRN e atuou, inclusive, como articulista do *Correio Nacional*, onde, sob a alcunha de “Teodias”, escreveu textos nativistas contra os imigrantes e que incentivavam a população a participar das reuniões do movimento. Quem traz essa informação é Rovina (2012, p. 90-91), que, no entanto, não consegue cravar que o articulista era negro e não identifica toda a sua trajetória. Conforme informado há algumas páginas, o filho de Theophilo atuou em jornais da imprensa negra na década de 1920 e ecoava argumentos parecidos com os do pai, cuja figura ainda era lembrada em algumas edições. Sua morte, por exemplo, foi comentada e lamentada pela equipe do *Clarim*, em 1926. Somando as duas bibliografias e as fontes da imprensa negra, parece que a interessante história desse militante e de seu filho se completa - prova de que cruzar a historiografia do negro e da imigração pode gerar frutos interessantíssimos e inesperados. Apesar de não poder investigar mais a fundo esses laços no presente trabalho, fica em aberto um instigante tema de pesquisa, a partir da sugestão desse elo discursivo sobre nação, raça e projetos de país que perpassou pelo menos cinquenta anos de história, entre as décadas de 1880 e 1930, e conectou três gerações de afrodescendentes em participações no abolicionismo, republicanismo, jacobinismo e associativismo do pós-abolição. É provável que a leitura do *Correio Nacional* forneça novos nomes de militantes jacobinos que se envolveram no movimento negro posterior, ou que vieram do abolicionismo.

mas sim o preto. O colono europeu para nós não foi mais que um substituto do negro, um continuador da obra do africano. E talvez seja por isso que o preto é hostilizado. [...] Uma coisa aconselhamos ao Fanfulla: modere a sua linguagem e jamais se esqueça que está no Brasil!³⁴⁰

Na edição seguinte, o *Diário Nacional* trouxe uma homenagem a Luís Gama e se posicionou a favor da campanha levantada por grupos de afrodescendentes em prol da construção de um busto para o abolicionista ilustre.³⁴¹ Portanto, seus articulistas, que se opunham aos oligarcas paulistas do café, vale lembrar, eram brancos simpáticos a uma mudança nas políticas e no tratamento racial que São Paulo dava aos negros. Em edição posterior iriam debater que o Brasil vivia de fato uma harmonia de raças, sendo o racismo uma atitude desviante e condenável, não compatível com a índole do brasileiro e, muitas vezes, perpetrada pelos estrangeiros. Um discurso que ganharia cada vez mais espaço e se consolidaria nacionalmente após a Primeira República.

Essas ideias, portanto, formaram um repertório no pensamento negro que permeou movimentos como o abolicionismo e o jacobinismo do século XIX, mas também o associativismo negro do século XX, penetrando na sociedade hegemônica em diversos grupos mais abertos à integração racial. Por meio dessas ideias, sobretudo considerando o negro como construtor essencial da nação, intelectuais afrodescendentes reivindicaram a um só tempo uma dupla identidade - de brasileiros e de negros. Dentro desse raciocínio, pensaram o Brasil como um país mestiço, formado pelas três raças que se fundiram em uma só, cada qual com suas contribuições específicas. Essa posição batia de frente com a ideologia oficial, para a qual o Brasil era um país branco onde havia lugar garantido para os imigrantes como estratégia de branqueamento.³⁴²

³⁴⁰ OS REPAROS do Fanfulla refletem nova investida do Fascio. **Diário Nacional**, São Paulo, 10/10/1929, p. 1.

³⁴¹ Essa campanha foi iniciada pelo grupo do *Progresso* e durou alguns anos, resultando na construção da herma de Luís Gama existente até hoje no Largo do Arouche. Ao acompanhar o jornal, edição por edição, tem-se ideia da verdadeira saga que os militantes negros enfrentaram para atingir o objetivo, que incluiu ações como campanhas de arrecadação no meio negro, divulgação da causa em diferentes espaços da sociedade - como Centros Acadêmicos e associações operárias - e negociações com a prefeitura para a cessão do terreno e permissão para a obra. Anhaia Mello, então prefeito da cidade, não se comprometeu com o financiamento, mas providenciou o espaço e o escultor que construiria a herma, além de conceder o Theatro Municipal para um festival em prol da arrecadação de fundos. Esse evento foi uma das primeiras vezes (senão a primeira) em que grupos negros se apresentaram naquele simbólico palco, espaço tradicional da elite cafeeira. Finalmente, a herma foi lançada em novembro de 1931, com grande ato de inauguração em que várias figuras importantes participaram, tanto do meio negro quanto do governo e da sociedade. Ver: NOSSO dever. **Progresso**, São Paulo, 26/09/1929, p. 1; AURORA de um grande feito. **Progresso**, São Paulo, 15/11/1931, p. 1. Para detalhes da campanha, ver: DOMINGUES, 2016.

³⁴² Antonio Sérgio Guimarães (2004) sustenta que a luta por integração dos negros à nação brasileira demandou dos intelectuais e movimentos respostas sobre “o que era o Brasil”, em termos de cor, e “quem era o povo brasileiro”. Em seu artigo, o sociólogo discutiu as múltiplas elaborações de intelectuais negros para tais questões, em diferentes momentos históricos. Em contrapartida ao Brasil branco, da grande imigração, empunhado pela memória dominante do Sudeste, pensaram o Brasil ora como país multiracial e o povo como mestiço - principalmente até os anos 1950, em intelectuais da imprensa negra, Manuel Querino, Jorge Amado, entre outros - ora como “um povo negro dominado por uma minoria branca” - em Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, Joel

Os militantes negros enfrentaram o desafio de forjar uma identidade que se contrapusesse àquela estereotipada que os brancos tentavam impor a eles, mas ao mesmo tempo não podiam evidenciar uma via segregacionista, deixando claro que o objetivo maior era a integração na sociedade brasileira. Integração nacional e afirmação racial andaram juntos nesse projeto (PINTO, 2013, p. 45, 53). Conforme demonstrou Paulina Alberto (2017), a palavra-chave que resume as formas de integração vislumbradas pelos intelectuais negros na Primeira República era fraternidade. Nos primeiros anos da imprensa negra, os militantes acreditavam de fato em um Brasil sem preconceitos, onde reinava a fraternidade racial. Contudo, na medida em que se radicalizaram, assistindo às constantes privações de cidadania em São Paulo, a fraternidade passou a ser representada não mais como uma realidade, mas como um horizonte utópico, um ideal que deveria ser atingido no país quando o negro fosse plenamente integrado.

Para militantes como Benedicto Florêncio, o racismo tinha seus dias contados - lembremos da passagem sobre os fazendeiros, no início do tópico anterior - e alegar a fraternidade entre negros e brancos poderia atrair aliados importantes para além do meio negro. Filhos do mesmo solo, misturados em uma mesma cultura, negros e brancos brasileiros poderiam construir esse Brasil fraterno e inclusivo. Dentro dessa lógica, no entanto, era a presença do imigrante que conturbava tal projeto, já que eram representados como os principais semeadores do racismo. Além disso, a enxurrada de estrangeiros ameaçaria a própria identidade nacional, podendo diluí-la a partir de suas culturas europeias específicas - pensamento que começou a permear até mesmo as camadas médias ilustradas e as classes dominantes, que identificavam o “bolchevismo” e o nazifascismo como ideologias que vinham importadas com a imigração e ameaçavam a harmonia típica do ambiente brasileiro.³⁴³

Conforme propôs Alberto (2017, p. 89), “os escritores da imprensa negra paulista tentavam usar as ideias de fraternidade e fusão racial como armas no combate a seus novos adversários”, os imigrantes. Nas mãos das classes dominantes brancas, a fusão racial tinha sentidos eugenistas, pois era a estratégia de branquear as gerações seguintes. Já na apropriação que militantes negros faziam, a mestiçagem era um meio de afirmar o pertencimento da comunidade negra à nação, colocando-se como parte dela e justificando seu direito à cidadania plena.

Rufino dos Santos. No entanto, o autor alerta que os intelectuais flutuaram entre essas ideias, não sendo possível cravar de forma rígida qual predominou. Para aprofundar essas interpretações ver também: ALBERTO, 2017.

³⁴³ O artigo já citado do *Diário Nacional* em que aceitam as desculpas do *Fanfulla* pelos insultos racistas traz esse tipo de discurso, propondo que o Brasil seja hospitaleiro com os imigrantes, mas com cautela. Ver: GESTO cavalheiresco. **Diário Nacional**, São Paulo, 16/10/1929, p. 1.

Equilibrar noções de uma nacionalidade mestiça e a reivindicação da negritude era um dos desafios enfrentados pelos escritores negros. Dependendo do momento e do autor, eles oscilaram entre afirmar a perspectiva de um Brasil de raça mestiça ou afirmar o Brasil birracial. Porém, ambas as posições preocupavam-se em defender o pertencimento do negro à nação e excluíaam de seu projeto o imigrante. Em geral, afirmavam que, mesmo no Brasil mestiço e inclusivo, haveria espaço para as raças formadoras contribuírem com suas próprias especificidades. Tratava-se de um embate entre projetos diferentes de país:

A troca de insultos [entre negros e imigrantes] sobre inferioridade racial e estrangeiridade era parte de uma mesma conversa sobre o futuro do Brasil – que tipo de nação seria e o lugar, se houvesse, que cada grupo ocuparia dentro dela. Em um Brasil branqueado e racialmente exclusivista que continuava a acolher os imigrantes como cidadãos ideais, os brasileiros negros podiam de fato ser condenados à posição de “estrangeiros” - forasteiros ou cidadãos de segunda classe. No Brasil mestiço e racialmente inclusivo que os escritores negros imaginavam, eram os imigrantes estrangeiros e os brasileiros racistas que se tornariam estrangeiros. Havia muita coisa importante em jogo, pois essas eram visões mutuamente excludentes da nação (ALBERTO, 2017, p. 89).

Justamente para não desvincular sua identidade negra do pertencimento nacional e sustentar a crítica a qualquer estrangeiridade, a reivindicação da África ou da africanidade foi um ponto geralmente evitado pelo movimento negro inicial. Para manter a coerência do pensamento, era necessário deixar claro que eram brasileiros, não africanos como seus ancestrais, ainda que essa cultura fizesse parte da brasilidade por meio da fusão racial ocorrida ao longo dos séculos.³⁴⁴ Portanto, a África era reivindicada apenas como raiz distante dos negros que aqui criaram outra cultura juntamente com outros elementos raciais. Não há valorização dessa origem como recurso de mobilização política (FERRARA, 1986, p. 189; SANTOS, 2012, p. 158).

Para os militantes negros, apenas o nascimento em solo brasileiro não bastaria para tornar alguém “nacional”. Aos filhos de imigrantes era permitido considerar-se cidadãos brasileiros por meio do chamado *jus solis*, o direito por ter nascido em solo brasileiro, mas a

³⁴⁴ Há um artigo de *O Bandeirante* onde os escritores declaram com todas as letras: “não somos africanos, somos brasileiros”. Evidentemente, houve momentos em que ocorreu maior aproximação dos militantes com o continente africano. O uso da figura de Menelik nos jornais iniciais é um exemplo disso. José Correia Leite representou uma exceção nesse aspecto, pois bebeu na fonte do pan-africanismo, a partir dos escritos de Marcus Garvey. Leite estabeleceu uma coluna nos últimos anos do *Clarim* chamada *Mundo Negro*, em que traduziam trechos do jornal pan-africanista *Negro World*. Segundo Alberto, a partir de 1924, “à medida que os escritores da imprensa negra começaram a incorporar o nativismo em seu repertório político, as rejeições em relação à África [...] cada vez mais repercutiram em seus jornais” (2017, p. 90). Na FNB e no jornal que foi seu porta-voz, *A Voz da Raça*, a África tendia a ser representada de forma negativa ou mesmo ignorada. Sobre esse assunto, é importante a dissertação de Rael Santos (2012), *A África na imprensa negra paulista (1923-1937)*, cuja conclusão é que o continente não figurou como elemento central na luta política daquela fase do movimento negro, embora não esteja ausente e seja reconhecido como sua origem. D’ALENCASTRO. Grave erro! **O Bandeirante**, São Paulo, 09/1918, p. 2-3.

militância negra defenderia que era necessário algo a mais, que os imigrantes e seus filhos não tinham e que os negros tinham: o *jus sanguinis*, caracterizado pela língua, cultura e sangue misturado com o de outros brasileiros através de gerações (ALBERTO, 2017, p. 87). Os articulistas do *Clarim* chegaram mesmo a inventar um personagem italiano em suas páginas, sem avisar o leitor de que se tratava de sujeito fictício. Por meio desse personagem, que misturava o português e o italiano de forma esdrúxula em seu texto, divulgaram ideias bastante ácidas sobre os imigrantes. O “Dottore”, como era chamado, não compreendia o porquê de não ser considerado nacional, se era casado com uma “mulatinha”, tinha “dinheiro à beça” e seus filhos estudavam com os de Matarazzo. A ideia do jornal era ridicularizar essa voz imigrante e insinuar que nenhum dinheiro, matrimônio ou instrução transformaria um estrangeiro em um verdadeiro brasileiro.³⁴⁵

Portanto, as noções de “imigração” e de “imigrante” tornaram-se parte do caldo teórico do pensamento negro do pós-abolição, essenciais para as definições do que era ser brasileiro, nacional e negro nos escritos desses intelectuais militantes engajados. Lutar contra a “estrangeirização” em sua própria terra implicava afirmar-se como parte integrante da nação. Como propôs Regina Pinto (2013, p. 45-53), “o discurso anti-estrangeirista articulou-se com a bandeira do nacionalismo”, ambos em circulação na sociedade, e serviu para “reforçar o processo de afirmação étnica e busca por direitos e espaços em que o negro estava empenhado e que o imigrante aparece como empecilho”. Falar contra o estrangeiro foi um dos artifícios mais acessados pela militância afrodescendente para gerar a sensação de pertencimento a uma minoria injustiçada e perseguida na cidade, ou seja, consistiu-se como elemento de mobilização do grupo. Raça, nação e imigração foram pilares fundamentais do projeto político expresso na imprensa negra e não podem ser compreendidos isoladamente.

3.4. Mudanças e continuidades no alvorecer da década de 1930

Durante as primeiras décadas do século XX em São Paulo, o pensamento nativista e anti-imigrantista conviveu com as ideologias dominantes do branqueamento. Apesar desta última ter predominado em boa parte do período e sustentado políticas de Estado e costumes, diversos setores da sociedade viam no imigrante uma ameaça à cultura nacional e temiam perder postos de trabalho na concorrência com este novo grupo social. Esse foi o caso de parte da população negra e das camadas médias no meio urbano – profissionais liberais, detentores de

³⁴⁵ NAZIUNALE. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 06/01/1924, p. 4.

negócios de pequeno e médio porte, funcionários e gerentes de escritório e funcionários públicos da burocracia estatal - que cresciam ano após ano com o desenvolvimento da cidade.

Porém, esses grupos não foram os únicos. Parte das elites, sobretudo industriais, também via nos imigrantes uma ameaça, devido ao envolvimento destes no movimento operário. Se é verdade que grande parte dos estrangeiros não se mobilizou nas associações de classe, a imagem do imigrante radical, subversivo e temido foi recorrente nos discursos, principalmente a respeito do trabalhador urbano e, aos poucos, fez com que setores das classes dominantes questionassem a continuidade das políticas de imigração em massa (RIBEIRO, 1985). Segundo Paulina Alberto,

Apesar da esperança inicial de muitos políticos e empresários de “branquear” a nação, eles achavam que a propensão dos imigrantes europeus ao anarquismo e ao sindicalismo e, em muitos casos, sua falta de vontade de assimilar a cultura brasileira e a ela se integrar faziam com que esses estrangeiros deixassem muito a desejar. Em São Paulo, com um número enorme de imigrantes, a xenofobia estava presente entre os setores tanto da elite como das classes trabalhadoras (2017, p. 86).

Até a década de 1920, ser “nacional” era uma condição que carregava sentidos negativos, de inferioridade, incapacidade e anticivilização. Conforme vimos, esse termo estava estritamente vinculado à cor e origem dos sujeitos, em geral, descendentes de africanos e povos indígenas ou mestiços. Ser “nacional”, dentro da classe trabalhadora, era basicamente ser um cidadão de segunda classe, com cidadania incompleta e direitos conspurcados - dialogando com os termos dos próprios escritores da imprensa negra.

Durante aquela década, essa situação começou a mudar e os discursos sobre nacionalidade que incluíam os negros e viam problemas na imigração massiva tornaram-se mais comuns, criando um ambiente melhor para as ideias dos militantes afrodescendentes. Encontrar grupos na sociedade abrangente que partilhavam do sentimento contra os imigrantes fortaleceu a busca do movimento negro pela negociação de seu pertencimento como brasileiros nativos (ALBERTO, 2017, p. 86). Foi o caso dos diálogos travados com jacobinos e com os jornalistas e intelectuais que publicavam em jornais de mídia hegemônica ou outros meios, conforme os exemplos já citados ao longo deste capítulo.

Em contraposição, ser imigrante, principalmente no caso dos europeus, significou, em muitos momentos, ser desejado como mão de obra ideal e símbolo de um modelo de civilização a ser alcançado. No entanto, tal pensamento não foi unânime e conviveu com outras imagens sobre os estrangeiros, retratados ora como interesseiros que buscavam enriquecer às custas do Brasil, ora como usurpadores do lugar dos brasileiros, ora como incendiários semeadores da discórdia através das lutas de classe. Tal dualidade fez a historiadora Maria T. Janine Ribeiro

(1985) concluir que o imigrante foi, ao mesmo tempo, desejado e temido durante a Primeira República em São Paulo. Outras historiadoras, como Melina Rovina (2012) ou Maria Luiza Tucci Carneiro (2003), seguiram a mesma trilha ao propor que, dependendo do momento e da necessidade política, os discursos da imprensa e de figuras políticas pendiam ora para o lado dos imigrantes, ora em apoio às ideias nativistas - os dois discursos convivendo sem nenhum problema nos mesmos jornais. Para Carneiro,

Sua [do imigrante] identidade de cidadão desejável ou indesejável – por sua raça, cultura, moral ou religião – foi sempre construída pela diferença em relação ao “outro”. Dependendo dos interesses em questão, o imigrante era olhado como estrangeiro inassimilável, atrasado, grosseiro ou então como símbolo do progresso, da civilização e, até mesmo, de raça pura (2003, p. 21).

Ideias que vinculavam o imigrante à subversão foram muito comuns desde a última década do século XIX, conforme mostraram trabalhos como os de Cláudia Leal (2006) e Silvia Magnani (1982). Esta última mostrou que a chamada “teoria da planta exótica” - segundo a qual as ideologias antissistêmicas eram trazidas mecanicamente do exterior por imigrantes como ideias fora do lugar, que não faziam parte do repertório e da índole pacífica do brasileiro - foi uma constante nos discursos das elites proprietárias, da polícia e do Estado. No entanto, é seguro afirmar que, após o auge dos movimentos grevistas, em 1917 e 1919, o temor, o ódio e a repressão contra o estrangeiro acentuaram-se, de modo a tornar-se uma questão ainda mais preocupante para os detentores do poder (FAUSTO, 2016, p. 262-270). A reação do Estado e das classes dominantes contra os estrangeiros foi intensa e, na década de 1920, é possível dizer que nenhum proprietário nutria grande simpatia pelos estrangeiros.

Nesse contexto de tensão, o ambiente da Pauliceia foi tornando-se um pouco mais favorável para os trabalhadores que se afirmavam sob a categoria de “nacional”. Devido, principalmente, à ideologia que vinculou a luta de classes à estrangeiridade dos operários, ocorreu uma espécie de inversão no plano dos discursos sobre a mão de obra a respeito dos trabalhadores imigrantes e nacionais.³⁴⁶ Paulatinamente, a ideologia da vadiagem do trabalhador nacional cederia espaço para outros discursos. Agora,

a instabilidade e indisciplina no trabalho deixaram de ser marcos inerentes à índole dos nacionais. Não se trata mais de aversão congênita para trabalhar, fruto do espírito errante por natureza ou de uma mentalidade falsa e viciada, propensa, devido a uma degeneração irremediável, à vida fácil, ao alcoolismo e à imoralidade de toda sorte.

³⁴⁶ Outros fatores influenciaram essa virada, como foi o caso da diminuição natural do número de imigrantes europeus após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Depois dessa data, o número de italianos que se dirigiram ao Brasil, por exemplo, não voltaria a ser alto como antes. Vislumbrar a possível falta de mão de obra estrangeira nos anos futuros com certeza influenciou os proprietários a buscarem mais trabalhadores dentro do próprio país. Ver: KOWARICK, 2019, p. 125-126.

Ao contrário, tradicionalmente estigmatizado de apático, preguiçoso ou vagabundo, o braço pátrio poderia e deveria ser regenerado (KOWARICK, 2019, p. 127).

As características negativas do trabalhador nativo passaram a ser vistas como resultado do abandono, da miséria e da falta de oportunidades dos quais foi vítima ao longo da história. Era possível recuperar o braço nacional, fazendo-o passar pela escola do trabalho e inculcando-lhe a disciplina do capitalismo industrial. Nessas condições, o trabalhador nacional seria até melhor que o estrangeiro, visto que “trabalha a preços módicos, aceita qualquer tarefa sem reclamar ou lançar mão de paralisações” (KOWARICK, 2019, p. 128). Claro que essas últimas características derivavam da condição de ser mão de obra de reserva, de estarem sujeitos a ter de aproveitar uma das únicas oportunidades que tinham de ingressar no mercado de trabalho: quando os patrões tentavam desarticular os movimentos de trabalhadores organizados.

Lúcio Kowarick (2019, p. 127-129) elencou em detalhes as inúmeras inversões no discurso dominante, em jornais, boletins oficiais e pronunciamentos parlamentares, sobre o trabalhador nacional: sua desambição tornou-se, de uma hora para a outra, “parcimônia, de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil”; sua inconstância tornou-se “versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas”; sua indisciplina tornou-se “brio e dignidade”; entre outras metamorfoses ideológicas. Alguns jornais chegaram a elogiar até mesmo o trabalhador negro, abordando o recorte étnico-racial de forma explícita, sem o eufemismo do termo “nacional”. Semelhantemente aos discursos proferidos na imprensa negra, esses autores brancos reconheciam o papel do negro como iniciador das plantações de café, das derrubadas de florestas, enfim, como trabalhador na construção inicial da nação (ALBERTO, 2017, p. 142).

Corroborando essa transformação discursiva na prática social, George Reid Andrews (1998, p. 144) apontou que, em 1925, uma enquete com fazendeiros de café sobre mão de obra concluíra que a maior parte deles desejava agora empregar trabalhadores nacionais. Em 1929, uma curiosa nota em edição do *Progresso* contava sobre uma conferência do Rotary Clube de São Paulo - instituição filantrópica, formada por pessoas de elite -, em que o palestrante afirmara que “os imigrantes que aqui tem vindo, são constituídos de famílias mal organizadas, impróprias à nossa lavoura de café”.³⁴⁷ Na mesma direção vão os relatos do *Clarim*, citados anteriormente neste capítulo, que atestam o maior número de colonos negros nas fazendas, propondo que o trabalho do negro passou a ser “tão considerado quanto o do italiano, que é o colono paulista por excelência”.³⁴⁸

³⁴⁷ IMMIGRAÇÃO. *Progresso*, São Paulo, 31/10/1929, p. 4.

³⁴⁸ Ver a citação de Alcides da Costa, no tópico 1 deste capítulo.

De fato, os estímulos à migração nordestina datam do mesmo período, sendo de 1915 a primeira experiência de utilização de subsídios estatais para trazer cerca de cinco mil cearenses às lavouras paulistas, empreendida por um conjunto de fazendeiros (KOWARICK, 2019, p. 126). Já a imigração estrangeira declinou no pós-Primeira Guerra, até que o programa de subvenção estatal encerrou-se definitivamente em 1927. No ano seguinte, o número de migrantes brasileiros ingressantes no estado de São Paulo superou pela primeira vez o de imigrantes estrangeiros. Tal foi o processo comumente referido como “nacionalização do mercado de trabalho paulista”, em que, ao longo da década de 1930 e nas seguintes, o domínio imigrante declinaria e os nacionais, incluindo os afrodescendentes, ingressariam de forma mais efetiva no proletariado industrial (ANDREWS, 1998, p. 144-145).

Esse processo foi impulsionado por medidas promovidas pelo governo Vargas não apenas em relação ao mundo do trabalho, mas também no pensamento oficial sobre a nacionalidade. Nesse movimento, o governo transformaria muitas das ideias sobre o pertencimento dos negros, defendidas nos anos anteriores pelos escritores afrodescendentes e também por setores intelectuais brancos, em ideologia de Estado. Conforme propôs Paulina Alberto (2017, p. 161-162), “em vez de uma cidadania dividida por raça, etnia e língua, Vargas iria promover a brasilidade – um sentimento que combinava patriotismo, nacionalismo e uma identidade nacional racial e culturalmente integrada”. O marco fundamental para essa transição costuma ser considerado o lançamento da obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, pois sintetiza todo o pensamento que já circulava sobre a formação do Brasil a partir das três raças que se misturavam e conviviam fraternalmente.

No Brasil da década de 1930, os negros seriam integrados à nação, não na prática, mas no plano de um discurso oficial que negava o racismo e as desigualdades raciais, celebrava o hibridismo cultural, a harmonia racial como característica natural da brasilidade e uma identidade nacional mestiça. Posteriormente, tal ideologia seria rotulada como “democracia racial” e coroava o fim da hegemonia do branqueamento no pensamento brasileiro sobre raça e nação (ALBERTO, 2017, p. 166; GUIMARÃES, 2004).

Nessa linha, Getúlio Vargas estabeleceria medidas cujo objetivo seria promover aquela “brasilidade” e barrar a influência estrangeira sobre a cultura do país, sobretudo nos anos próximos à Segunda Guerra Mundial, quando as ideologias totalitárias faziam-se presentes em parte da população alemã e italiana. Para Vargas, assim como para parte das elites há algum tempo, as colônias imigrantes que não assimilassem a cultura brasileira e a língua portuguesa eram ameaças ao país. Poucos anos depois, associações, escolas e jornais de língua estrangeira seriam alvos de censura e repressão por parte do Estado Novo, em 1938. Ao mesmo tempo,

elementos culturais relacionados às populações negras e às culturas afro-brasileiras foram apropriados para fazer parte do repertório de símbolos nacionais e de uma identidade que se propunha racialmente inclusiva - casos do samba, do carnaval e da capoeira, por exemplo.

Todo esse contexto atenuaria o sentimento de estrangeiridade dos negros, que passaram a ser reconhecidos como membros da comunidade brasileira, pelo menos no discurso oficial, e passaram a ver os estrangeiros tornarem-se alvos de políticas repressoras. Provavelmente, essa postura nacionalista e antiestrangeirista do governo Vargas foi um dos fatores que o tornaram popular entre os afrodescendentes. O fim do domínio do PRP na política nacional representou um período de esperanças por mudanças estruturais, melhorias de vida e obtenção de cidadania efetiva para a população negra (DOMINGUES, 2005, p. 51-54).

Os três jornais de imprensa negra vigentes entre sua chegada ao poder e o Estado Novo - *O Clarim d'Alvorada*, *Progresso*, e *A Voz da Raça* - elogiaram o governante e demonstraram esperanças com o novo regime. Para o *Clarim*, a Revolução de 1930 libertou o Brasil “da ignomínia ladravaz das oligarquias famintas” e os editores do *Progresso* publicaram que o movimento foi causado por “opressões exageradas”, representava “um dos mais ardentes anseios do nosso povo” e tinha o objetivo de “criar um Brasil novo com um regime integralmente realizado, dentro das mais rigorosas normas da moralidade política”. *A Voz da Raça* publicou recorrentemente o apoio da FNB - àquela altura sob o comando de Arlindo Veiga dos Santos, representante do movimento ultranacionalista Pátria Nova - ao governo de Vargas, “um dos mais estimados homens do Brasil e em quem o povo brasileiro deposita ilimitada confiança”, inclusive estampando sua foto mais de uma vez na capa do jornal (PINTO, 2013, p. 145; DOMINGUES, 2005, p. 185-191).³⁴⁹

Logo no segundo mês de sua gestão, ainda em dezembro de 1930, Getúlio Vargas instituiu novas restrições à entrada de imigrantes no país, que até então ainda era livre, apesar de não mais subsidiada. Seu comentário sobre os motivos da nova medida resume nossa discussão: “a aglomeração de braços em nossos centros industriais viria ser fator de perturbação e constituiria ameaça para o trabalhador nacional e estrangeiro, já localizado no País” (apud

³⁴⁹ MORAES, G. Com o negro, para o Brasil! *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 07/12/1930, p. 2; NOVOS caminhos. *Progresso*, São Paulo, 30/11/1930; MISSA votava em ação de graças ao casal Getúlio Vargas. *A Voz da Raça*, São Paulo, 24/06/1933, p. 1. Evidentemente, a posição da população afrodescendente sobre o novo regime não foi unânime. Alguns setores da militância negra não apoiaram Vargas, como pode ser verificado até mesmo em artigos de jornais de imprensa negra simpáticos ao regime, como *Progresso*. O caso mais célebre foi a dissidência surgida dentro da FNB no contexto do levante paulista de 1932. Um grupo de fretenegrinos, liderados por Guaraná Santana, desligou-se da instituição e formou a Legião Negra, por meio da qual lutaram do lado de São Paulo. A FNB, por sua vez, manteve-se neutra no confronto, ainda que seus dirigentes assumissem simpatia pelo presidente. Ver: O PASSO agigantado de S. Paulo e a valiosa cooperação dos negros. *Progresso*, São Paulo, 07/1932, p. 1; PINTO, 2013, p. 135-138; DOMINGUES, 2008, p. 96-145.

GERALDO, 2009, p. 178). Em 1934, no contexto da Constituinte, a regulamentação da imigração seria muito discutida e desembocou na chamada Lei de Cotas, que instituiu que o número de ingressantes de cada nacionalidade não poderia ultrapassar, anualmente, o limite de 2% do total de imigrantes da mesma nacionalidade já estabelecidos no país nos últimos cinquenta anos.³⁵⁰

Com as primeiras restrições no final de 1930, Vargas decretou a Lei de Nacionalização do Trabalho, comumente referida como “Lei dos 2/3”. Isso, porque a medida impunha que dois terços das vagas de cada empresa do setor industrial e comercial fossem reservadas aos brasileiros nativos, “na falta destes, a prioridade seria para os naturalizados e, por último, para os estrangeiros” (GERALDO, 2009, p. 178). No discurso, a ideia era garantir que os trabalhadores nacionais tivessem participação igualitária na força de trabalho em relação aos estrangeiros.

Com tudo isso, era de se esperar que os escritores da imprensa negra ficassem entusiasmados com a nova situação. É o que sugere um pequeno trecho de Lino Guedes no *Progresso*, propondo que “agora que foram estancadas as fontes da imigração, devemos fazer tudo, para sermos dignos, no Brasil de amanhã, do sacrifício dos nossos avós”.³⁵¹ No entanto, nos discursos dos articulistas durante os anos iniciais daquela década, continuou a percepção de que imigrantes e seus filhos ainda se faziam presentes em número elevado, além de continuarem usufruindo de privilégios sociais e, por consequência, reduziam as oportunidades para a população afrodescendente. Casos de preferência por imigrantes nos postos de trabalho de São Paulo continuaram a povoar as páginas daqueles jornais, o que fornece indícios de que, na prática, não houve uma “inversão do privilégio imigrante”, expressão utilizada pela historiadora Paulina Alberto (2017, p. 182-183), e a paridade entre os grupos não se realizou de imediato.

Em 1931, quase um ano após o decreto da Lei dos 2/3, o *Progresso* relatava a história de Amâncio Silva, um operário negro que buscava trabalho nas fábricas e nas docas de Santos. Segundo o jornal, o sujeito, “chefe de uma numerosa família”, repetidas vezes não era

³⁵⁰ As políticas imigratórias de Vargas são complexas e não cabe discuti-las a fundo neste trabalho. Deixo indicado que as discussões raciais sobre imigrantes desejados permaneceram e, em geral, os brancos europeus não foram prejudicados com suas leis. Segundo historiadores, os limites da Lei de Cotas jamais atingiram as nacionalidades que tiveram maior imigração ao longo dos anos, caso dos italianos. Por outro lado, as discussões entre o Legislativo tiveram influências eugenistas e miraram nos japoneses como principal alvo da restrição ao ingresso no país. Africanos, por sua vez, continuaram sendo indesejados. Obviamente, as políticas varguistas faziam parte de leituras e estratégias para buscar apoio nas camadas populares e em outros grupos, traço característico de seu estilo conciliador. Não devemos sustentar ilusões sobre quaisquer motivações humanitárias, antirracistas ou puramente assistencialistas. Para detalhes sobre tais discussões, ver: GERALDO, 2009; CARNEIRO, 2003.

³⁵¹ GUEDES, L. Sem título. *Progresso*, São Paulo, 30/11/1930, p. 1.

contratado sob a justificativa de que as firmas não aceitavam “empregados brasileiros”. Em uma das ocasiões, na firma Teodoro Willie, o capataz afrontou Silva com os dizeres “entre e veja se aí há negros como você...”. Na tentativa seguinte, no armazém das docas, onde era feito o embarque do café, Silva descobriu que lá “também são preferidos estrangeiros” e, ao contestar o empreiteiro, lembrando-o da vigência da referida lei que lhe garantiria o direito ao serviço, recebeu como resposta que “qual lei nem meia lei [...]. A lei aqui sou eu”.³⁵²

Casos como esse, muito semelhantes ainda aos relatados no início do capítulo, sugerem que, na prática, os efeitos das novas legislações chegaram de forma lenta. Provavelmente, muitos proprietários ignoravam a legislação e a continuidade da exclusão dos negros nas fábricas perdurou mais tempo. A historiografia corrobora essa hipótese, sobretudo no trabalho de Andrews (1998, p. 160), que verificou em duas empresas (a Light e a Jafet) que “os brasileiros brancos [ou seja, gerações de descendentes de imigrantes, já estabelecidas no país] foram visivelmente os principais beneficiários das mudanças na política do trabalho durante este período”. Segundo ele, ainda que os afrodescendentes gradualmente aumentassem sua presença nas fábricas, foram admitidos principalmente nas empresas que demandavam trabalho pesado e em postos mais precarizados, sendo excluídos dos “cargos de colarinho branco” e tendo a ascensão nas hierarquias das empresas travada. Ele também identificou que a possibilidade de demissão sem justa causa foi mais recorrente para os trabalhadores negros. Portanto, mesmo dentro da carreira do proletariado industrial, havia mais oportunidades de ascensão para os brancos (ANDREWS, 1998, p. 173-191).³⁵³

Outro estudo que pode elucidar a situação é o de Marcelo Chaves (2005), sobre a força de trabalho da Companhia de Cimento Portland, primeira fábrica do tipo no país, situada na região de Perus, entre 1925 e 1945. Aquela fábrica era conhecida por empregar um número maior de “nacionais” do que a média.³⁵⁴ Segundo ele, os dados mostraram que a fábrica encontrou dificuldades para se adequar à lei dos $\frac{2}{3}$, o que ocorreu gradualmente com o aumento de brasileiros, mas sem uma queda abrupta no número de imigrantes. A empresa manteve uma pequena taxa destes acima do estipulado pela lei durante a maior parte da década de 1930. Outra

³⁵² ENTRE e veja se aí há negros como você... **Progresso**, São Paulo, 15/11/1931, p. 2. Outro exemplo pode ser encontrado em artigo de Arlindo Veiga dos Santos, que afirma haver “patrões e chefes de obras estrangeiros que, sistematicamente, não contratam operários brasileiros, sobretudo se são operários negros”. SANTOS, A. V. dos. Preocupação de proteger estrangeiros. **A Voz da Raça**, São Paulo, 29/12/1934, p. 1.

³⁵³ De acordo com o autor, os trabalhadores brancos que começavam em serviços braçais também tinham dificuldade em ascender a outros tipos de cargos, mas sua chance era cerca de 10 vezes maior do que os trabalhadores negros. Segundo ele, os cargos de colarinho branco eram preenchidos por funcionários contratados diretamente para isso, e a maioria era branca.

³⁵⁴ Chaves considera que a fábrica é exemplo da “tendência de nacionalização do emprego da força de trabalho no Brasil desde os anos 1920”. Porém, também faz a ressalva de que os baixos números de estrangeiros encontrados colocam-na em um “panorama de exceção” frente a outras indústrias paulistanas da época (2005, p. 109-110; 117).

questão é que “os trabalhos de maior responsabilidade” estavam entregues aos estrangeiros, pelo menos no final dos anos 1920 (CHAVES, 2005, p. 119-121).

Em relação à cor, o caso dessa fábrica corroborou as conclusões de Andrews, pois mostrou a maior parte dos “nacionais” como brancos (CHAVES, 2005, p. 128-130) - provavelmente filhos de imigrantes, considerados “nacionais” pelo critério do *jus solis*, mas “estrangeiros” sob o olhar das autoridades brasileiras e dos negros. Em relação ao total de negros na cidade, o percentual de empregados da fábrica correspondia a números parecidos, levando o autor a concluir que os dados “podem revelar parcialmente o processo de absorção dos negros no mercado de trabalho industrial em São Paulo, em consonância com a crescente incorporação da força de trabalho nacional”. Significativo é que a COBAST, subsidiária da Light no ramo da construção civil observada por Andrews, “operava com pessoal menos qualificado” e tinha índices bem maiores de trabalhadores negros (CHAVES, 2005, p. 129; ANDREWS, 1998, p. 159). Somada ao caso da fábrica de Perus, sugere o ingresso da mão de obra negra nas fábricas de serviços mais pesados.

Acredito que a permanência da desigualdade racial e o ingresso lento dos negros no mercado de trabalho fabril são explicativos das permanentes queixas da FNB sobre os imigrantes. Durante sua história na década de 1930, uma de suas principais pautas foi justamente a luta contra a entrada dos estrangeiros no país e contra seus “privilégios” no mercado de trabalho e outros âmbitos do cotidiano (DOMINGUES, 2005, p. 182) - pauta herdada de todas as discussões do movimento negro em suas associações e sua imprensa nos anos anteriores. Um telegrama enviado a Vargas e divulgado em *A Voz da Raça* mostra que as lideranças da FNB faziam perfeitamente a relação entre a massa imigrante e o desemprego do negro, dando continuidade àquela interpretação construída pelos militantes em anos de debate acumulado:

A Frente Negra Brasileira enviou o seguinte telegrama ao exmo. senhor dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório:
 “O Grande Conselho da Frente Negra Brasileira representando milhares de patrícios, protesta perante V. Excia. contra a contínua entrada de imigrantes estrangeiros, quando nada se faz para melhorar a situação de infinidade de negros desempregados”.³⁵⁵

Essa não foi a única vez que a FNB buscou intervir diretamente na política institucional. Um ano antes daquele telegrama, o problema do ingresso do negro na Guarda Civil ainda não fora corrigido na prática. Tal fato levou os militantes a recorrerem ao interventor de Vargas em São Paulo por meio de uma carta aberta, com a exigência de que os negros fossem igualmente

³⁵⁵ SEM TÍTULO. *A Voz da Raça*, São Paulo, 23/12/1933, p. 1.

contratados em todos os cargos públicos, incluindo a Guarda Civil. Vale a pena reproduzir o trecho, escrito por Isaltino Veiga dos Santos, que revela o sentimento de injustiça e até de traição pelo governo que tanto declarava ideais de integração nacional:

venho em nome da “Frente Negra Brasileira”, como seu secretário geral protestar contra o não cumprimento do referido programa [da Revolução de 1930], na parte em que o mesmo se refere aos brasileiros natos, os quais deveriam ser preferidos nos empregos públicos, uma vez provada a sua capacidade física, moral e intelectual, embora porém o programa não se refira aos negros brasileiros especialmente, penso eu, o pensamos nós, que referindo-se a brasileiros natos, esteja também incluída a gente negra brasileira, que, é, foi e continua sendo parte integrante da Nacionalidade. [...]

A Guarda Civil de São Paulo, está repleta de estrangeiros, uns naturalizados, outros não, no Gabinete de Investigações, no Palácio da Justiça, idem, e assim sucessivamente; no entretanto, na Guarda Civil, apesar dos nossos pedidos não temos conseguido colocar um negro sequer como guarda, pois, é sempre a eterna desculpa “Não há vagas”, mas quase que diariamente são admitidos lá estrangeiros. Até então, está um negro esperando um lugar na guarda Civil, cujo foi conquistado, por um concurso que ele venceu, e nesse lugar, está agora um italiano, que para lá entrou sem concurso, sem coisa alguma.³⁵⁶

Em seguida, a carta pedia uma audiência de cinco membros da FNB, entre eles o próprio Isaltino, com o interventor. Os militantes conseguiram mais: Getúlio Vargas aceitou recebê-los pessoalmente no Rio de Janeiro, para discutir a questão e ajudar na integração racial da Guarda. Tal prática parecia ser recorrente na política corporativista do novo presidente. Vargas atendia comissões de sindicatos e associações de diversos âmbitos da sociedade civil, e resolveu atender também a maior associação negra do país (ALBERTO, 2017, p. 185).

Finalmente, a luta deu certo e a reunião teve desfecho favorável à FNB: após esse episódio, a Guarda passou a recrutar negros em suas fileiras. Os efeitos positivos de tal conquista foram bem descritos por um ex-militante da FNB, Marcello Orlando Ribeiro, que ingressou na corporação em 1932, junto a outros duzentos homens negros (MALATIAN, 2015, p. 240). Segundo seu depoimento, a conquista

Foi um fato muito interessante porque a Guarda Civil tinha um bom ordenado para a época, e como a sociedade paulista via a mulher negra como cozinheira, a entrada de negros na Guarda fez com que as negras passassem a ser donas de casa. Daí em diante as negras não iriam mais trabalhar como domésticas, obtendo um *status* social. [...] A partir dessa época, se concretizou o impacto, porque esses negros que trabalhavam na Guarda tiveram a oportunidade de por seus filhos para estudar em escolas, colégios e outros negros puderam construir sua casinha própria, ou adquirir uma propriedade. Realmente houve uma profunda mudança de *status* no ambiente negro da época.³⁵⁷

³⁵⁶ SANTOS, I. V. Comunicados da Frente Negra Brasileira: “A Frente”. **Progresso**, São Paulo, 31/01/1932, p. 2.

³⁵⁷ Depoimento de Marcello Orlando Ribeiro, em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 83-84).

A atuação da FNB deixa transparecer que o ressentimento do movimento negro em relação aos imigrantes adentrou a década de 1930 e continuou forte, a despeito das limitadas mudanças no contexto. Principalmente no período em que a instituição foi dirigida pelos irmãos Veiga dos Santos (Arlindo e Isaltino), até 1934, a oposição aos estrangeiros para a defesa da “Gente Negra Nacional” deu o tom de seu projeto nacionalista e de muitas de suas ações (DOMINGUES, 2005, p. 182-184).

Os escritos de Arlindo Veiga dos Santos no principal porta-voz da FNB sempre reforçavam o caráter de usurpador do imigrante e sua responsabilidade na situação de exclusão do negro. Segundo ele, havia no Brasil e especialmente em São Paulo a “mania de proteger exageradamente o estrangeiro”. Sua postura era combativa e estimulava os negros a lutarem contra o imigrante: “Frentenegrinos! Negros em geral! A postos contra a onda estrangeira, que, além de vir tomar o nosso trabalho, ainda quer dominar, por um regime iníquo e bandalho, o Brasil de nossos avós”.³⁵⁸ Vale destacar também que a instituição era politicamente conservadora e seus dirigentes, assim como vários grupos da sociedade branca brasileira, viam no imigrante o canal de propagação das ideologias de esquerda no país.³⁵⁹

O ápice dessa história ocorreu em maio de 1933, quando o próprio Arlindo Veiga dos Santos candidatou-se à Assembleia Constituinte de Vargas, com uma campanha que pautava especificamente os problemas da população afrodescendente. No programa-manifesto de sua candidatura, publicado em edição de *A Voz da Raça*, Santos defendia a “nacionalização do comércio e a proteção da lavoura”, além de privilegiar as “indústrias nativas”. Entre suas propostas, estava “Toda a terra do Brasil a todos os brasileiros, extinção das concessões estrangeiras” e “a suspensão da imigração por 20 anos”, até que houvesse “valorização moral, intelectual, física e econômica das populações negras e mestiças”, para, somente depois da integração completa do negro, o país pensasse em “assimilar nacional e racialmente todos os elementos adventícios”. Em resumo, seu programa recolocava a velha rivalidade entre

³⁵⁸ SANTOS, A. V. dos. Preocupação de proteger estrangeiros. *A Voz da Raça*, São Paulo, 29/12/1934, p. 1; SANTOS, A. V. dos. Resposta a um boletim... *A Voz da Raça*, São Paulo, 09/12/1933, p. 1.

³⁵⁹ Apesar de suas conquistas e seu exemplo de associativismo louvável, é impossível não comentar que durante a maior parte de sua história, a FNB adquiriu um posicionamento próximo ao fascismo, principalmente no período em que sua direção foi hegemonizada pelos irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos. A radicalização do nacionalismo e a adesão às teorias raciais levaram a instituição a defender uma postura segregacionista e xenófoba em relação aos estrangeiros, aliada à defesa da “raça brasileira” (a qual incluía os negros e mestiços). Autoritarismo e o anticomunismo ferrenhos também marcaram essa posição da FNB. Em *A Voz da Raça*, foram publicados artigos elogiando a postura de Hitler de defender a Alemanha para os arianos, postura que deveria inspirar o Brasil a defender os verdadeiros brasileiros nativos. Nesse processo, os sujeitos identificados como uma “ala esquerda” dentro do meio negro foram marginalizados na FNB e acabaram formando dissidências. José Correia Leite, Gervásio Moraes, Benedicto Florêncio e Guaraná Santana foram alguns desses nomes. Para boas análises do tensionamento político dentro da FNB e de suas relações com o fascismo e o integralismo, ver: DOMINGUES, 2005; MALATIAN, 2015.

afrodescendentes e imigrantes brancos, declarando: “Enforquemos o tal ‘espírito de arianos’, que faz tanto mal aos negróides do Brasil”.³⁶⁰

A candidatura de Arlindo Veiga dos Santos não foi bem sucedida, recebeu poucos votos, mas foi importante para que setores do movimento negro buscassem maior incidência na política institucional. Na verdade, tanto ele quanto as demais lideranças da FNB declararam que o objetivo realista da empreitada era que servisse como ferramenta de conscientização para a população afrodescendente acerca de seus direitos políticos (MALATIAN, 2015, p. 249). Nos anos seguintes, a FNB conseguiu tornar-se um partido político, mesmo que por um curto período e sem nenhuma experiência em eleições, visto que logo depois a ditadura varguista fechou as portas de todas as instituições políticas.

Pode-se concluir, portanto, que a oposição ao imigrante ainda adentrou a década de 1930, repercutindo forte no meio negro organizado e solidificando-se em propostas de intervenção na política institucional. Fica a ressalva de que as posições xenófobas, ultranacionalistas e anti-imigrantistas não eram exclusividade desse meio que, na verdade, dialogava, influenciava e era influenciado pelo contexto de crescente polarização política daqueles anos.

³⁶⁰ SANTOS, A. V. dos. Programa Orgânico-Sindicalista. **A Voz da Raça**, São Paulo, 29/04/1933. Uma versão transcrita do documento pode ser facilmente obtida nos anexos da dissertação de André Côrtes de Oliveira (2006).

CAPÍTULO 4. TRABALHADORES NACIONAIS, NEGROS E A QUESTÃO RACIAL NA IMPRENSA OPERÁRIA

Por mais de vinte anos, nós anarquistas estrangeiros, lutamos para confraternizar com o proletariado indígena, o proletariado da imigração [...].

Guerra Sociale (1917)*

No ano de 1917, período de pleno aumento das organizações de trabalhadores em São Paulo e em meio a um cenário internacional de guerra, os grupos de militantes estrangeiros e nacionais intensificavam sua atuação, sobretudo por meio da propaganda em seus jornais. Uma de suas táticas era buscar a maior união possível entre as diversas entidades e fortalecer a identidade de classe dos trabalhadores, para obter ganho concreto em suas lutas.

Assim, os escritores de *Guerra Sociale*, de maioria italiana, publicaram, desta vez em língua portuguesa, um manifesto por uma *Aliança Anarquista ao Povo*, onde fica evidente a preocupação em abafar quaisquer outros sentimentos e interesses que pudessem gerar conflitos entre os próprios trabalhadores - principalmente o nacionalismo. Em um momento em que as bandeiras nacionais eram exaltadas nos discursos oficiais em meio à Primeira Guerra Mundial, os anarquistas italianos exprimiam dúvidas “se este manifesto será bem aceito pela maioria do povo brasileiro”, por quem eram vistos como estrangeiros. Jogando com estes termos, os articulistas propunham que:

Nascidos aqui ou além, estrangeiros em todas as pátrias, somos inimigo de todos os governos, de todas as classes privilegiadas e amigos de todos os povos, defensores de todas as vítimas. Devido, portanto, a essa mentalidade nova, inteiramente liberta de preconceitos, graças ao caráter essencialmente universal da doutrina professada, [...] nós anarquistas queremos estender-lhes a nossa mão limpa de sangue e dizer-lhes, qualquer que seja a sua raça ou pátria em que tiverem nascido.³⁶¹

Essa postura de negar as diferenças para além da questão de classe foi uma constante nos jornais de trabalhadores desde sempre, mas seria reiterada cada vez mais na medida em que

* STRANIERI! *Guerra Sociale*, São Paulo, 26/07/1917, p. 2. Na imprensa operária de língua italiana, junto ao termo “nazzionale”, é bastante recorrente encontrar a palavra “indígeno” para se referir ao povo e aos trabalhadores não imigrantes do Brasil. Também é comum nos poucos artigos que falam dos povos africanos. Segundo o Tommaseo (1861), dicionário italiano da época, a acepção predominante de “indígeno” era “gerado no país”, “oposto a forasteiro ou adventício”. Portanto, o termo por si só não possui carga evolucionista ou preconceituosa. Contemporaneamente, o vocábulo ainda guarda significado parecido - “população que sempre existiu em um determinado território”, “não imigrada” – além de indicar os povos originários dos locais ocupados pela colonização europeia (TRECCANI, 2020). Apesar de sua tradução em português ser intercambiável por “nativo” ou “autóctone”, a historiografia tem optado por traduzir ao pé da letra, utilizando a palavra “indígena” e optei pelo mesmo caminho. Ver, por exemplo: BIONDI, 1998.

³⁶¹ ALLIANÇA Anarquista ao Povo. *Guerra Sociale*, São Paulo, 01/03/1917, p. 4. Reproduzido também em: *A Plebe*, São Paulo, 23/06/1917, p. 4.

os anos avançavam na Primeira República e as lideranças compreendiam os obstáculos oferecidos pelo ambiente multiétnico de São Paulo às suas organizações. Era necessário enfatizar, sempre que houvesse oportunidade, que “o socialista anarquista [...] não reconhece diferença de raça ou de nacionalidade”,³⁶² postura assumida por esses militantes não só em relação ao cenário doméstico, mas sobretudo em seu posicionamento contrário à guerra mundial - um conflito do capital, em que os trabalhadores de cada país eram sacrificados uns contra os outros nos exércitos das burguesias nacionais. De forma internacionalista, *Guerra Sociale* levantava o lema “guerra à guerra” e clamava por união “aos trabalhadores de todos os países. Austríacos ou turcos, franceses ou russos, saxões ou ibéricos, negros ou brancos”, considerando todos como “irmãos nossos”.³⁶³

Significativamente, os anarquistas estrangeiros fizeram questão de especificar entre os “trabalhadores de todos os países” - alvos da união - as categorias de cor, entre negros e brancos. Também enfatizavam, conforme os trechos citados, não apenas o quesito de nacionalidade entre as diferenças que os cercavam e que deveriam ser superadas, mas o de raça. Esses discursos sugerem que a relação étnico-racial em geral estava na ordem do dia para os militantes e, por isso, a categoria cor era percebida também como um marcador da diferença entre eles, para além das muitas nacionalidades dos trabalhadores que povoavam São Paulo. Portanto, a chamada de *Guerra Sociale* faz transparecer que, para trabalhadores do contexto brasileiro, a fraternidade almejada não era somente entre aqueles provenientes de “todos os países”, mas possivelmente de “todas as raças” e “cores”.³⁶⁴

Se no capítulo anterior argumentei que os tensionamentos étnicos - com destaque para as relações entre imigrantes e afro-brasileiros, das classes populares - muitas vezes transformaram a cidade de São Paulo em um barril de pólvora, é de se imaginar que o movimento dos trabalhadores não tenha ficado imune a tais problemáticas. As atenções dadas pela militância das diversas matizes de esquerda à questão da heterogeneidade étnica dos trabalhadores na Pauliceia foram permanentes desde seus primeiros movimentos em finais do século XIX, via de regra enxergando-a como um obstáculo às suas organizações - conforme adiantado brevemente no Capítulo 2. O jornal italiano *Il Pungolo* chegou a descrever a situação

³⁶² MERLINO, S. Qual é a nossa atitude. **A Plebe**, São Paulo, 31/01/1920, p. 1.

³⁶³ 1º MAGGIO. **Guerra Sociale**, Suplemento, São Paulo, 01/05/1916.

³⁶⁴ Deve-se considerar que o termo “raça”, no final do século XIX e início do XX, muitas vezes confundia-se entre etnias e nacionalidades. Expressões como “raça alemã” e “raça brasileira” eram comuns, bem como a identificação de “raça” por critérios de cor ou outras características fenotípicas. Frequentemente, portanto, “raça” poderia equivaler à forma como hoje pensamos “nacionalidade”, “etnia” ou “povo”. Em outros momentos, aparece de forma mais próxima a caracterizar negros e brancos (SILVA, K; SILVA, M., 2009, p. 346-350).

como de uma “guerra latente no próprio seio da classe operária”,³⁶⁵ fragmentada não só em nacionalidades, mas também em rivalidades regionais.³⁶⁶

Para ilustrar a questão, em 1903, o anarquista italiano Gigi Damiani assumiu que “o ambiente, a diversidade de raças, o lar instável dos trabalhadores e muitas e muitas outras causas [...] fazem abortar de início qualquer tentativa de organização”, enquanto que pouco mais de dez anos depois, Giovanni Scala, também italiano, desta vez um socialista, ainda elegia como uma das “primeiras causas” da relativa fragilidade do movimento operário “a [heterogeneidade] étnica e a nacional, [que] persistem e persistirão”.³⁶⁷ Os articulistas não falavam sem conhecimento de causa: o conflito étnico fez naufragar muitos protestos, greves e associações de resistência (TRENTO, 2013, p. 99; HALL, 2004, p. 263-265).

A historiografia sobre os trabalhadores no período tem enfatizado que a postura dos militantes estrangeiros no período anterior à Primeira Guerra muitas vezes contribuiu para acirrar a tensão étnica, entre os diferentes grupos imigrantes ou entre brasileiros e imigrantes.³⁶⁸ Era comum que estes se enxergassem como culturalmente ou racialmente superiores e carregassem estereótipos etnocêntricos em relação ao Brasil e aos brasileiros (MARAM, 1979, p. 30; BIONDI, 1998). Porém, costuma-se marcar que, após a eclosão daquele evento, os grupos militantes em geral seguiram a tendência de propor maior união entre nacionalidades e raças, sobretudo com os brasileiros. Passaram a assumir uma postura a favor da superação das identidades étnicas, amenizando e revendo os tais discursos etnocêntricos (SANTOS, 2017, p. 85-89). As novas estratégias teriam sido relativamente bem sucedidas, considerando o auge da agitação da classe trabalhadora que ocorreu depois, entre 1917 e 1920.

Segundo a conhecida tese de Sheldon Maram (1979, p. 57), as razões para essa mudança de atitude deram-se, principalmente, à percepção por parte dos trabalhadores imigrantes do fracasso do sonho de “fazer a América”, somada às dificuldades do retorno à pátria no contexto de conflito bélico e crise econômica. A partir daí, muitos não viram alternativa que não encarar

³⁶⁵ **Il Pungolo**, São Paulo, 01/05/1909. Citado em: HALL, 2004, p. 264.

³⁶⁶ Notadamente esse foi o caso dos italianos. Devido à unificação nacional ainda recente de sua pátria, muitos se enxergavam a partir de identidades regionais, como lombardos, calabreses, sicilianos, vênets, entre outros, nutrindo rivalidades históricas entre essas regiões e transportando-as para o Brasil. Segundo a historiografia, a identidade nacional dos imigrantes formava-se de maneira mais simples e precoce no próprio destino da imigração, uma vez esses sujeitos eram vistos e tratados no novo país como um grupo único e homogêneo - eram simplesmente “os italianos”, por exemplo -, compartilhando entre si a marca de uma mesma estrangeiridade no exterior. Tal fato fazia com que localismos e identidades regionais tendessem a serem diluídos mais rapidamente, a partir dos primeiros anos do século XX. Ver: BERTONHA, 1998, p. 54-55; TRENTO, 2013, p. 38.

³⁶⁷ DAMIANI, G. Parla l'operaio. **La Nuova Gente**, São Paulo, 15/11/1903, p. 3; **Avanti!**, São Paulo, 25/07/1914. Este último, citado em HALL, 2004, p. 264.

³⁶⁸ Caso queira-se aprofundar, os textos citados de Hall, Trento e Maram estão repletos de casos sobre rivalidades entre italianos e espanhóis, italianos e portugueses ou entre imigrantes de mesma nacionalidade, mas de regiões distintas. Aqui concentrei-me apenas nas relações entre estrangeiros e brasileiros.

o Brasil como sua nova terra permanente e aceitar construir uma vida deste lado do Atlântico - finalmente “aclimatando-se”, nas palavras deles próprios.

Essa nova condição estimulou a participação de imigrantes em movimentos coletivos, em busca de melhorias sociais e econômicas.³⁶⁹ Consequentemente, estimulou também a união e mesmo a mistura com os diferentes, ou seja, a amenização das identidades étnicas, em um ambiente em que, naturalmente, devido à estabilização e diminuição dos fluxos migratórios, a classe trabalhadora “tornava-se cada vez mais ‘brasileira’ ou, pelo menos, ‘paulista’” (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 99). O maior exemplo disso foi a própria Greve Geral de 1917, momento em que a afirmação da identidade de classe predominou sobre as identidades nacionais e étnicas. Nas palavras dos historiadores Luigi Biondi e Edilene Toledo sobre o evento:

ainda que a composição da classe trabalhadora fosse em sua maioria de estrangeiros e seus filhos, com uma grande maioria de italianos e minorias consistentes de portugueses e espanhóis, as diferenças nacionais e regionais étnicas [...] funcionaram mais para agregar, e não para dividir (2018, p. 99).

Não pretendo negar tais conclusões, geradas por muito acúmulo de pesquisa nas últimas décadas. No entanto, a leitura dos jornais de trabalhadores mostra que a perda de força das tensões étnicas, devidamente alimentadas pelos nacionalismos, foi um processo lento e ultrapassou o período da guerra, de certa forma, confirmando os receios de Scala de que tal tensão persistiria como uma fraqueza dos movimentos - se não no ambiente brasileiro, pelo menos no de São Paulo. Há de se notar que clamar demais por união e afirmar tantas vezes que a diversidade étnica não era motivo de desigualdade entre os trabalhadores é sinal de que, na prática, muitos deles não pensavam assim e a militância lutava para convencê-los. Os discursos constantes de união e internacionalismo podem ofuscar a percepção da continuidade das outras tensões e de conflitos identitários.

Essa incômoda persistência aparece, por exemplo, em 1917, quando um militante de *Guerra Sociale* foi agredido sob gritos nacionalistas, no interior do estado, para onde viajou com a missão de divulgar o jornal e o anarquismo. Um grupo de brasileiros exaltados impediu que discursasse na praça pública, acusando-o não só de “estrangeiro foragido”, como de “falso operário”.³⁷⁰ Pouco depois, uma das greves de 1919 recebeu ataques nacionalistas e grupos de

³⁶⁹ Os motivos secundários citados por Maram são a expansão do proletariado urbano da capital paulista e as péssimas condições econômicas e sociais da época – a expansão da atividade industrial, em virtude da guerra, aumentava os lucros da burguesia, mas os preços inflacionados dos itens básicos e os salários de fome dos anos anteriores se mantiveram. No entanto, o autor enfatiza que tais aspectos não são suficientes para determinar o sucesso de movimentos operários, e, sim, o grau de organização deles - no caso paulista diretamente relacionado às novas atitudes dos imigrantes. Ver também: HALL, 2004, p. 278; BIONDI, 2011, p. 325-326.

³⁷⁰ UMA PROEZA dos patriotas de opereta. **A Plebe**, 09/07/1917, p. 2.

fura-greves brasileiros foram organizados para quebrar o movimento, com grande participação de estudantes de direito e politécnicos (HALL, 2004, p. 265). Os acadêmicos também empastelaram a redação de *A Plebe*, jornal que articulava muitas das greves.³⁷¹ Passados alguns anos, adentrando a década de 1920, militantes brasileiros de destaque continuavam reproduzindo as mesmas teses expressadas por Damiani e Scala, a respeito da heterogeneidade étnico-racial do país como obstáculo. Foi o caso de Astrojildo Pereira, em artigo de 1921:

Somos um país sem tradições de luta proletariana. Nossa população operária é essa mescla de raças que se sabe. [...] Esses são, creio, os três fatores que mais concorrem para que seja o ambiente brasileiro desfavorável à organização: ausência de tradição revolucionária, heterogeneidade social e ignorância elementar das massas.³⁷²

Seguindo as posições anarquistas já comentadas, o militante enfatizava a necessidade de superar o problema por meio do ponto essencial que todos os trabalhadores tinham em comum, independente de raças ou nação - a condição de serem vítimas da exploração burguesa. Juntamente, Astrojildo fazia uso do referencial racialista:

Os operários do Brasil não formam um bloco homogêneo do ponto de vista racial: país de imigração, de raças e sub-raças diversas aqui se mesclam. Mas todo o proletariado do Brasil forma um bloco mais ou menos homogêneo do ponto de vista econômico. Os trabalhadores das cidades ou dos campos, das indústrias, ou das fazendas, sejam brasileiros ou estrangeiros, brancos, pardos ou pretos, louros ou trigueiros, são todos igualmente explorados pelo patronato industrial ou agrícola. Seus interesses, suas necessidades, seus sofrimentos são pois perfeitamente idênticos [...].³⁷³

Apesar de ter se tornado uma questão de certa forma clássica nos estudos sobre os trabalhadores de São Paulo no início do século passado - e mesmo do Brasil -, o problema das divisões étnicas em uma classe cuja formação se dava por meio do papel importante da imigração costumou ser abordado a partir dos conflitos entre as nacionalidades (ou regionalidades) estrangeiras e entre elas e os “brasileiros”, esta última categoria tomada em sentido abstrato. Da mesma forma os jornais operários utilizavam os termos “povo/proletariado brasileiro” sem qualquer especificação sobre sua composição, recorrentemente com intuito de destacar e diferenciar os trabalhadores sem laços com a imigração.

No entanto, como bem observou Luigi Biondi (1998, p. 143-144) em sua análise do periódico *La Battaglia*, naquele momento de pós-abolição o tal “proletariado brasileiro” não era simplesmente o “proletariado brasileiro”, ele “era composto em boa parte de ex-escravos e dos seus descendentes, ainda que no estado de São Paulo eles viraram, com o passar do tempo,

³⁷¹ GUARANY. Respondamos aos acadêmicos. *A Plebe*, Número Extraordinário, São Paulo, 22/11/1919, p. 2.

³⁷² PEREIRA, A. Problemas de reorganização. *A Plebe*, São Paulo, 11/06/1921, p. 2.

³⁷³ Ibidem.

uma minoria dentro do proletariado de fábrica”, sem contudo “desapareceram de um momento para o outro, assim como à primeira vista se poderia pensar lendo os artigos da imprensa operária”. As colocações de Biondi colocam em pauta o fato de que esse trabalhador brasileiro tinha cor, afirmação que não é mero detalhe para um momento de vigência do pensamento racista e dos projetos de branqueamento.

Pouca atenção foi dada na historiografia sobre o lugar do negro nesses jornais e, em consequência, pouco se explorou a fratura específica entre negros e brancos no interior da classe trabalhadora em formação, sobre a qual os discursos etnocêntricos contidos nos periódicos nos fornecem pistas. Essa “quase ausência” dos estudos é em parte justificada pelo fato de realmente serem raras as referências diretas aos afrodescendentes nas páginas da imprensa operária, bem como qualquer discussão racial ligada à cor. Da mesma forma, Biondi (1998, p. 144) notou para os jornais anarquistas que “é difícil encontrar categorias e considerações explicitamente racistas ou discriminatórias entre os militantes”, sendo mais comum que elas apareçam camufladas em noções muitas vezes sutis de superioridade do mundo europeu ante o brasileiro e, de certa forma, sobre a África e os povos africanos.

Outro provável motivo é que, diferentemente de outros locais do Brasil, é difícil identificar os negros dentro do movimento operário de São Paulo. Se é verdade que a classe trabalhadora brasileira não era “branca e europeia”, conforme propôs o mito por muito tempo dominante na memória coletiva do país e que a historiografia vem desconstruindo nas últimas décadas, ainda é um desafio identificar a presença e atuação de afro-brasileiros nos ambientes tradicionais do movimento operário para o caso paulistano do pós-abolição imediato – uma provável consequência da exclusão da população negra das fábricas e oficinas.³⁷⁴

Neste capítulo, meu objetivo é identificar quais posições sobre o negro aparecem nos jornais operários analisados. Considerando que elas frequentemente estão ocultas dentro das posições sobre o “povo brasileiro” e o “trabalhador nacional” em geral, estas também serão foco da análise.³⁷⁵ Através da imprensa negra, no capítulo anterior, foi possível verificar posições racistas e etnocêntricas expressas por imigrantes no cotidiano e na imprensa étnica,

³⁷⁴ Tal problemática deve constar urgentemente na agenda de pesquisa dos historiadores nos próximos anos. Embora seja certo que os afro-brasileiros foram minoria nesses espaços e no movimento operário tradicional de São Paulo, alguns com certeza participaram desses locais. Sem desconsiderar toda a dificuldade em termos de documentação, suas experiências devem ser trazidas à tona, na medida do possível, pela historiografia vindoura.

³⁷⁵ Conforme demonstrei em outros momentos, nos discursos oficiais dos jornais burgueses, relatórios de Estado, legislações e cronistas, a noção de trabalhador nacional era comumente usada em referência aos negros e mestiços. A imprensa operária e imigrante, assimila parcialmente essa tendência em seu vocabulário, mas, nos jornais analisados, de meados da década de 1910, o termo brasileiro/nacional também aparece com sentido mais amplo, englobando, por exemplo, os trabalhadores filhos de imigrantes. Nesse momento, muitos escritores se incluem naquela categoria, reivindicando-se brasileiros. Contudo, a noção anterior ainda se faz presente e é um desafio para o historiador perceber a sutileza de cada caso.

sobretudo nos casos do *Fanfulla*. Diante disso, levantei a questão se o fato de o imigrante ser libertário modificava as atitudes e impressões sobre o brasileiro e o negro. Ou seja, procurei identificar como esses militantes pensavam ao serem confrontados com uma alteridade incomum em sua terra natal.

Optei por dividir a análise em uma parte sobre as formas como aparecem os trabalhadores brasileiros, em geral, e outra sobre os negros, em específico. Para esta última foram especialmente importantes os artigos da imprensa operária que discutem a efeméride da abolição, textos em que sempre é possível captar alguma posição perante o trabalhador negro, escravizado ou não. Comumente, tais leituras históricas dedicam espaço para interpretações sobre a imigração e a generalização do trabalho livre assalariado no pós-emancipação. Por tal motivo, é fácil identificar representações sobre o imigrante, em oposição ao brasileiro e ao negro - duas figuras que andam juntas nesses textos. Na disputa pela memória e história nas páginas desses jornais, há a identificação da presença e agência negra, mas também o reforço da presença imigrante a partir do período republicano.

Por fim, dedico um pequeno espaço para discutir como os periódicos consideraram (ou não) a questão racial no Brasil. Coerentemente às demais correntes da esquerda do período - notadamente os comunistas ligados ao PCB e os antifascistas na virada para a década de 1930 - os anarquistas também evitaram falar da existência do racismo. Nos raros momentos em que abordaram o tema, recusaram qualquer problema específico dos negros na sociedade brasileira. Sua posição de que aceitar a questão racial geraria um desvio em relação à luta de classes provavelmente foi um elemento que aumentou a distância entre trabalhadores negros e o movimento operário, sobretudo em um período de intensificação das organizações negras na cidade, que atuavam no sentido de construir uma identidade racial. Voltando à imprensa negra, analiso também a ausência da questão de classe nessas fontes e no ativismo negro, o que leva a refletir sobre a inexistência de uma atuação conjunta entre as duas militâncias e o pouco envolvimento de lideranças negras nos movimentos de classe.

4.1. As cisões entre o “proletariado indígena” e o “proletariado imigrado”

Em sua análise do jornal *La Battaglia* - um dos principais órgãos de propaganda anarquista em língua italiana de São Paulo, do qual participavam figuras da principal rede de militantes italianos como Gigi Damiani, Orestes Ristori, Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni -, o historiador Luigi Biondi (1998) mostrou que a divisão entre trabalhadores brasileiros e os imigrantes aparecia como uma das chaves de análise a respeito do Brasil e de sua situação

social. As noções de trabalhador nacional e estrangeiro eram elementos fundamentais na reflexão sobre a possibilidade de sucesso dos movimentos de classe no país e na elaboração de suas estratégias.

Em geral, as publicações daquele periódico identificavam na imigração o elemento responsável por instaurar as doutrinas libertárias em um país onde, de início, não havia uma “verdadeira classe operária constituída por nacionais”, onde “todo o elemento ativo industrial é importado”. O papel essencial dos imigrantes era destacado a partir de leituras evolucionistas ou positivistas um tanto estranhas, à primeira vista, ao ideário do anarquismo (BIONDI, 1998). Segundo os redatores de *La Battaglia*, os imigrantes eram “pessoas que no fim das contas possuem uma alma muito mais evoluída que a dos brasileiros [...] Tudo, portanto, pode ganhar o Brasil com a infiltração estrangeira”.³⁷⁶

Essa análise não ficou restrita àquele periódico. Pelo contrário, ela foi paradigmática nos jornais da classe trabalhadora que tiveram grande influência de estrangeiros. Segundo Angelo Trento (2013, p. 50, 92-93), a exaltação de um caráter mais evoluído dos imigrantes europeus e sua função de levar o progresso e a civilização para a América foi ponto presente tanto da imprensa étnica de caráter burguês e cultural quanto da imprensa operária. Esse era praticamente o mesmo argumento - de matriz positivista e evolucionista - utilizado pelas burguesias europeias para justificar as incursões do imperialismo no continente africano e no Oriente. Também era nada menos do que a narrativa ideológica das classes dominantes paulistas que sustentava as políticas de imigração e a europeização do país - a noção de que os estrangeiros eram os “elementos indiscutíveis de nosso progresso” (SANTOS 2017, p. 31).

Constantemente nos jornais operários os imigrantes foram retratados como sujeitos construtores da nação brasileira e de suas riquezas, através do trabalho. Conforme os periódicos reivindicavam, na condição de trabalhador, o estrangeiro foi “quem fez tudo aqui”, “vem contribuir grandemente para o progresso destas plagas, porém com a condição de se sujeitarem a ser máquinas de produção” e “nas oficinas ou nos campos, damos toda a nossa energia, nosso suor para produzir tesouros que outros dispersam”.³⁷⁷

No discurso da imprensa operária, a superioridade dos estrangeiros justificava-se não apenas por serem filhos de uma Europa cujo progresso industrial já havia sido atingido, mas apresentava um elemento novo em relação a esse imaginário positivista: ao contrário dos

³⁷⁶ VIVA la Repubblica. **La Battaglia**, São Paulo, 05/07/1908. Citado em Biondi, 1998, p. 139.

³⁷⁷ MAGRO, A. É vero, o non é vero? **La Barricata-Germinal**, São Paulo, 06/04/1913, p. 1; “OS ITALIANOS vivem aqui ao abrigo e felizes”... **A Plebe**, São Paulo, 06/12/1919, p. 2; **STRANIERI! Guerra Sociale**, São Paulo, 26/07/1917, p. 2.

nativos, os imigrantes eram sujeitos conscientes de seus direitos, pois vinham de locais com tradição revolucionária e eram formados nos ideais do anarquismo e do socialismo. Para os articulistas de *Guerra Sociale*, referindo-se ao ambiente brasileiro, “em qualquer outra parte do mundo existe um povo. Aqui não existe. Ou, se existe, não tem consciência de suas necessidades nem de sua dignidade”.³⁷⁸ Basicamente, o argumento era: os imigrantes haviam trazido “o pão e o progresso” ao Brasil, lutavam para defender a “causa do proletariado de além mar”, mas também para superar os diferentes nacionalismos e cuidar “da liberdade de um proletariado em gestação: o indígena”.³⁷⁹

Nos momentos de fracasso de agitações operárias ou de pouca adesão dos trabalhadores aos movimentos, jornalistas como os italianos de *La Battaglia* mostravam grande desilusão com o futuro das lutas no país e não escondiam sua decepção com o tal “proletariado indígena”, distanciando-se destes:

Deixemos de lado o proletariado nacional, este é ainda em formação e com ele ninguém nunca pode contar. É um rebanho de eleitores a bom preço. Falta a preparação histórica, talvez também o próprio ambiente econômico com o qual possa se formar um proletariado indígena. Temos bons companheiros brasileiros, operários ou profissionais, mas, por favor, não vamos procurar o socialismo, o sindicalismo e o anarquismo nas sociedades operárias indígenas, organizadas com fins políticos, de vulgar política. O proletariado que se preocupa da própria sorte nesse país de imigrantes, embora aqui aclimatado, trouxe consigo do além-mar, junto com a bagagem dos seus trapos, todo um passado de lutas e de aspirações. E era, e é, o único que possa nos seguir e entender. Sobre a evolução dele nós contávamos para chamar à luta o proletariado indígena, destruindo todas aquelas prevenções que dividiam os produtores exóticos dos nativos. [...] Também disso nós estávamos iludidos”.³⁸⁰

Dentre as colocações deste periódico, é possível antever a oposição fundamental que enxergam dentro da classe trabalhadora. De um lado, o trabalhador brasileiro, sob a pecha de “indígena” ou “nacional”, aparece como sujeito sem tradição revolucionária e incapaz de compreendê-la: passivo e desinteressado, não conhece seus direitos. Portanto, a militância não podia contar com ele. De outro lado, o trabalhador imigrante era aquele que trazia em sua bagagem as ideias de libertação: vindo de locais com tradição de luta, era “preocupado com sua própria sorte” e, por isso, mais apto a aprender as doutrinas revolucionárias.

Obviamente, essa visão sobre o imigrante era bastante idealizada, uma vez que a maioria chegou ao Brasil sem conhecimento da tradição revolucionária e sequer se envolveu nos movimentos. Os próprios jornais operários sabiam disso e criticavam também esse grupo, destacando aqueles imigrantes que se esforçavam para ascender individualmente, mas se

³⁷⁸ SICRANO. Il nuovo salasso. *Guerra Sociale*, São Paulo, 19/08/1916, p. 3-4.

³⁷⁹ I NEMICI del Brasile. *La Battaglia*, São Paulo, 21/02/1913. Citado em BIONDI, 1998, p. 140.

³⁸⁰ PARLIAMOCI chiaro. *La Battaglia*, São Paulo, 21/07/1912. Citado em BIONDI, 1998, p. 143.

recusavam a construir os movimentos coletivos.³⁸¹ A imprensa operária costumava reclamar do estado de ignorância e passividade generalizadas que dominava a massa de trabalhadores. Mesmo assim, fazia clara distinção entre os estrangeiros, considerados sempre capazes e prontos, e os “indígenas”.

As noções negativas sobre o proletariado nacional também faziam referência ao caráter rural e agrícola do Brasil, ambiente ainda em estágio de barbárie, contraposto à modernidade e civilização do mundo europeu. Tais representações faziam parte do repertório comum do pensamento hegemônico, de matriz europeia, e acabaram reproduzidos, ao menos parcialmente, pelos militantes.

A visão negativa do Brasil também era composta pela análise de suas estruturas políticas, econômicas e sociais. A partir das perspectivas de esquerda, os militantes identificavam o atraso nas características antidemocráticas, autoritárias e antiliberais do domínio das oligarquias que mantinham o poder e a base agroexportadora do país. O Brasil era retratado como um país “medieval”, “semifeudal” ou “escravista”, que não adentrara nas relações verdadeiramente capitalistas, ainda preso às amarras de seu passado. No “Regime do Fazendeiro”, o Estado, a Igreja, a polícia e as elites rurais e industriais exploravam e controlavam o povo trabalhador com mãos de ferro, mantendo-o na miséria. Para os militantes, as classes dominantes brasileiras também eram símbolo de anticivilização, barbárie e atraso, bem como o modelo de país que construíram.³⁸² Nos períodos de maior repressão e violência dirigidas aos trabalhadores, mas especialmente aos estrangeiros, as críticas desses jornais ao Brasil acentuavam-se (TRENTO, 2013, p. 50).

As análises sobre o trabalhador nacional, bastante carregadas de etnocentrismo, não são meros discursos, são evidências de práticas sociais: elas sugerem que muitos militantes estrangeiros portavam-se como superiores frente aos brasileiros. Apenas para dar um exemplo, Everardo Dias, anarquista espanhol, comentou em suas memórias que alguns militantes italianos acabavam por afastar trabalhadores brasileiros do movimento organizado devido aos seus constantes insultos ao Brasil (apud MARAM, 1979, p. 30). De forma alguma essa atitude ficou circunscrita aos italianos. Também foi visto que os escritores da imprensa negra reclamavam da forma como eram tratados pelos imigrantes em geral. Para George Reid Andrews (1998, p. 108), “apesar de seus apelos pela igualdade racial e solidariedade da classe

³⁸¹ Abordei tal problemática no tópico 2.1 deste trabalho, com citações encontradas nos jornais.

³⁸² DAMIANI, G. La servitù della gleba - a proposito di Emigrazione per il Brasile. **A Obra**, São paulo, 15/08/1920, p. 7. Ver também: BIONDI, 1998.

trabalhadora, muitos líderes operários imigrantes não conseguiam superar completamente os sentimentos de superioridade étnica e racial em relação a seus companheiros brasileiros”.

Tais análises consolidaram-se no imaginário do movimento operário, e tornaram-se lugar comum não somente em escritos de militantes estrangeiros, mas assimiladas também por militantes nascidos em solo brasileiro. Isso pode ser percebido a partir da permanência desse pensamento alguns anos depois, em artigos de *A Plebe*, escritos num contexto completamente diferente, em que os estrangeiros buscavam muito mais a integração.³⁸³

Em 1920, foi publicado nesse jornal um importante e extenso artigo cujo título é bastante sugestivo sobre a presente discussão: “Imigração e civilização”. Assinado pela abreviatura “A”, é possível apenas conjecturar sobre sua autoria: poderia tratar-se do português Adelino de Pinho, do italiano Angelo Bandoni ou do brasileiro Astrojildo Pereira. Em seu conteúdo, o texto propõe que “o grau de civilização de um povo é a resultante do grau de cultura e de adiantamento do conjunto de cidadãos que formam esse aglomerado chamado nação”. No Brasil, portanto, o esforço e trabalho dos homens de todas as nações que aportaram em suas terras faziam parte integral da civilização, perspectiva que integra o imigrante como construtor da nação.³⁸⁴

Para o autor, imigração e civilização tinham relação causal em uma cidade como São Paulo. Esta havia sido completamente transformada pela imigração, base de sua “evolução/adiantamento”:

Até há trinta anos atrás esta cidade e todo o Estado achava-se num tal atraso, relativamente ao adiantamento de hoje, fora de toda a comparação. [...] Com o início da imigração italiana, portuguesa e espanhola em larga escala, o Estado, de um lado ao outro extremo, parece que se transformou ao toque de varinha mágica. A capital alargou-se, estendeu-se, refundiu-se, remocou-se.³⁸⁵

De fato, a cidade foi profundamente modificada a partir da grande imigração, com o aumento demográfico, urbanização e industrialização, ganhando outra cara. Segundo o próprio artigo cita, houve alargamento das ruas, criação de avenidas, canalização dos rios, surgimento de teatros, escolas, instalação de infraestrutura de tratamento de esgoto e água encanada, entre

³⁸³ A atuação deste jornal deu-se no pós-guerra em momento de diminuição da imigração, maior integração entre estrangeiros e nacionais, fortalecimento do movimento de classe com experiências positivas de greves. Em seus artigos, havia contribuições de muitos brasileiros. Vale destacar também que esse periódico propunha-se ao diálogo com as diversas associações de trabalhadores, a partir da estratégia organizacionista, com objetivos de expandir ao máximo a luta e disputar todos os ambientes da classe trabalhadora, com destaque para os sindicatos. Postura que destoa do *La Battaglia*, geralmente associado ao antiorganizacionismo e ao espontaneísmo. Essas diferenças tornam ainda mais interessantes as permanências da “análise clássica” sobre o trabalhador nacional e o estrangeiro em um periódico como *A Plebe*.

³⁸⁴ A. Imigração e civilização. *A Plebe*, São Paulo, 31/01/1920, p. 4.

³⁸⁵ Ibidem.

outras inovações da modernidade. Contudo, da mesma forma que muitos dos relatos produzidos pelas elites e burocracia estatal, vistos no primeiro capítulo, essa narrativa vem carregada de sentido ideológico de que esse momento inaugura a civilização na cidade, desconsiderando o que havia antes.

O destaque ideológico dado ao imigrante torna-se ainda mais claro na continuação do artigo, quando o autor entra na oposição discutida aqui, entre a figura do trabalhador nacional e a do estrangeiro. Desdobrando as ideias já vistas em *La Battaglia* e outros periódicos, o autor, primeiro, faz uma caracterização laudatória dos imigrantes: “o que nobilita o homem são os ideais. Porque os estrangeiros são tão empreendedores, tão ativos, tão enérgicos? Porque tem um ideal a realizar, o ideal da riqueza, [...] meta para onde caminham”.³⁸⁶ Em seguida, descreve o brasileiro, a partir de um novo personagem que se tornará recorrente na imprensa operária - o Jeca Tatu:

Porque Jeca Tatu é indolente, apático, descuidado? Por ausência de ideal leva uma vida quase vegetativa, de cócoras, à sombra da palhoça, pitando no caximbo de barro. Por que o não aproveitam para substituir o estrangeiro? Porque seria preciso que o animasse, que o sacudisse, que o dispusesse para a luta uma ideia ou princípio.³⁸⁷

Criado em 1914 por Monteiro Lobato nos contos *Velha Praga* e *Urupês*,³⁸⁸ o personagem Jeca Tatu, alegoria do caboclo, inicialmente simbolizava os preceitos eugenistas do autor, crítico à mestiçagem, e sua visão do mundo rural. Descrito como um parasita da terra, sem energia moral, preguiçoso, supersticioso e inferior, o Jeca estava condenado para sempre, sob uma visão ahistórica “a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”, “inadaptável à civilização”. Além disso, o caboclo da obra é manipulado eleitoralmente para votar no governo em troca de pouco, e não atua politicamente de outras maneiras - “social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se” (LOBATO, 2007, p. 162). No pensamento de Lobato, essa primeira versão do Jeca Tatu era um símbolo do atraso e da inviabilidade da nação mestiça, peças-chave do pensamento do escritor influenciado tanto pelas teorias raciais quanto pela longa tradição das teorias de vadiagem acerca do trabalhador nacional.³⁸⁹ Não bastasse toda essa representação, em uma

³⁸⁶ A. Imigração e civilização. **A Plebe**, São Paulo, 31/01/1920, p. 4.

³⁸⁷ Ibidem.

³⁸⁸ Ambos os contos foram publicados inicialmente em *O Estado de São Paulo* no ano indicado e, posteriormente, em 1918, foram reunidos em livro junto a outros 12 textos do autor.

³⁸⁹ Posteriormente, Lobato criou outras narrativas sobre o personagem, que expressam mudanças em suas posições ideológicas. Ainda que não tenha renunciado ao pensamento eugenista, a crença no sucesso da medicalização afastou Lobato da interpretação puramente racial e imutável dos problemas sociais. A partir de uma postura sanitarista, o personagem Jeca Tatu passou de culpado - inferior e inapto - à vítima de governantes irresponsáveis e da falta de políticas públicas, sobretudo na área da saúde. Em nova roupagem, o “Jeca Tatuzinho” passou a ser o “garoto-propaganda” do Biotônico Fontoura, suplemento fortificante apontado como cura para a desnutrição do

outra história de título *Jeca Tatu e a Ressurreição* (1920), há um elemento adicional importante para a presente análise, pois estabelece um contraponto direto com o imigrante: o vizinho do Jeca Tatu era um italiano próspero, que trabalhava o dia inteiro (NAXARA, 1991, p. 25).

Apesar da versão original de Lobato representar o “homem do campo”, a referência literária logo extrapolou esse universo no imaginário social do país, transformando o personagem em uma caricatura generalizada do povo brasileiro, por vezes contraposta à figura do imigrante. Na medida que a figura de Jeca Tatu tornava-se célebre no senso comum brasileiro, ela repercutia na imprensa dos trabalhadores e passou a aparecer com certa recorrência em suas páginas - conforme evidenciado no artigo supracitado de “A”. De acordo com essa lógica, expressa na obra original, mas também no artigo de *A Plebe*, o estrangeiro, munido de ideais, conseguia ascender socialmente, enquanto o brasileiro, tal qual Jeca Tatu, não possuía estímulo nem energia para alcançar o mesmo sucesso. Portanto, o trabalhador nacional não era sequer uma alternativa ao patronato para substituir a imigração. No fundo, o artigo de “A” justifica a necessidade da imigração para o Brasil, da mesma forma que *La Battaglia* já havia feito ao dizer que o país tinha muito a ganhar com “a infiltração estrangeira”. As ideias de passividade e indolência sobre o povo brasileiro difundidas pelas classes dominantes eram reproduzidas semelhantemente nos jornais dos trabalhadores, e a figura do Jeca coroava perfeitamente a narrativa.

No mesmo ano daquele texto, o articulista C. Denoy³⁹⁰ fez uso da metáfora no semanário anarquista *A Obra*, desta vez para falar do povo desmobilizado, sem necessariamente destacar sua nacionalidade. Aqui é possível notar a ênfase dada pelo autor à ação dos operários, portadores das ideias revolucionárias. Denoy estabelece uma oposição entre o operariado mobilizado e o “resto do povo”, que encarna o personagem de Lobato:

O operário, é quem faz a propaganda libertária no Brasil, com as suas agremiações e as suas greves, vai instruindo-se e rebelando-se contra a oligarquia façanhuda da burguesia, enquanto o resto do povo, como Jeca Tatu, espera o resultado da campanha, encarcerado nas suas imaginações improfícuas e estéreis!³⁹¹

Enfim, a imagem do trabalhador nacional na imprensa operária - inicialmente criada por militantes de origem estrangeira, mas posteriormente também endossada por lideranças

sertanejo. Depois, tornou-se símbolo da crítica de Lobato às oligarquias. Essas últimas versões, publicadas poucos anos depois da primeira, consolidaram-se mais fortemente no imaginário popular brasileiro, obscurecendo a versão original do Jeca Tatu, mais abertamente racista. Ver: DIWAN, 2015, p. 100-102; NAXARA, 1991, p. 17-29.

³⁹⁰ Segundo Nascimento (2000), esse é mais um dos pseudônimos do espanhol Primitivo Raymundo Soares, o Florentino de Carvalho.

³⁹¹ DENOY, C. Espectros sociaes. *A Obra*, São Paulo, 03/06/1920, p. 3. Outro artigo em que aparece o personagem de Lobato, apontado como “bem nacional, bem paulista”, é: LACERDA, M. Depondo. *A Plebe*, São Paulo, 14/02/1920, p. 1.

brasileiras - pode ser resumida em um artigo de *A Obra* assinado por “Prof. C. C.”, ou “Professor Coelho Cintra”, provável pseudônimo de Astrojildo Pereira.³⁹² Sua reflexão relaciona a passividade e inferioridade do povo brasileiro a aspectos como a influência da Igreja em sua formação supersticiosa e a tradição escravista - ambas responsáveis por moldar “almas servis” -, mas também a sua composição racial heterogênea - um caldeamento em que apenas “sub-raças” marcaram presença. Dessa vez não há menção direta ao Jeca Tatu, ainda que as semelhanças com o personagem sejam bastante claras. Sem energia e incapaz de agir politicamente, é um povo que sofre calado a exploração da classe dominante:

O povo brasileiro, sub-raça, produto de três raças inferiores, educado supersticiosamente, jesuiticamente, tem alma de escravo, alma servil incapaz de reação a tantas afrontas. Desanima o trabalhar para levantar os brios de um povo tão apático, tão indiferente e tão... sem vergonha. O povo brasileiro tem aguentado resignadamente o que nenhum tem sofrido. Além da carga pesadíssima dos impostos, com a fome por cima, a sobrecarga de todas as infâmias concebíveis, sem bufar, sem gemer!³⁹³

Ao contrário das posições racistas biologizantes e do Jeca Tatu de destino imutável de Lobato, a imprensa operária considerou, em muitos momentos, a possibilidade de mudança nas atitudes do proletariado nacional. Para as lideranças do movimento, por meio da ação e da propaganda militante seria possível engajar o trabalhador nacional e tirá-lo da inércia e apatia em que se encontrava. Certamente também houve publicações fatalistas, como nos trechos citados de *La Battaglia*, onde aparecia a impossibilidade do proletariado brasileiro ser companheiro nas lutas. Porém, geralmente essas afirmações ocorriam em momentos de derrotas para o movimento dos trabalhadores ou simplesmente de baixa adesão, e expressavam desilusões das lideranças. O tom pessimista alternava-se com publicações entusiasmadas, resultantes de episódios de vitória ou de acúmulo do movimento. Nesse caso, os militantes enxergavam um cenário de mudanças com o crescimento das mobilizações e acreditavam em um horizonte melhor para a classe trabalhadora. Naturalmente, teciam considerações mais positivas sobre os nacionais.³⁹⁴ Nos jornais em atividade a partir do final da Primeira Guerra, como *A Plebe*, tal valorização tornou-se recorrente.

Observando o crescimento do movimento dos trabalhadores de Santos, João Crispim - também pseudônimo do espanhol Primitivo Soares - elogiava que “se o elemento nacional é o

³⁹² Boris Fausto (2016, p. 287) é quem levanta a hipótese sobre o pseudônimo, em nota.

³⁹³ PROF. C. C. Dous pesos, duas medidas. *A Obra*, São Paulo, 15/08/1920, p. 4.

³⁹⁴ Luigi Biondi (1998, p. 145) chamou atenção para essa mudança de postura também no *La Battaglia*: “Depois das greves de 1907, notando que o movimento sindical crescia começa a prevalecer a idéia de que o Brasil esteja aberto à difusão das idéias libertárias, até virando de ponta-cabeça a tese geral que o grupo de *La Battaglia* tinha a propósito”.

que mais facilmente se deixa contaminar pelas teorias revolucionárias é porque goza de bom senso e de inteligência clara para assimilar ciência, a verdade e a justiça”. Os trabalhadores brasileiros agora apareciam como sujeitos que assimilavam “facilmente os modernos e elevados princípios de progresso e civilização”, expressos pelas ideias libertárias.³⁹⁵ No mesmo tom, em 1917, os italianos de *Guerra Sociale*, percebendo o aumento das mobilizações e o interesse de brasileiros nas associações de classe, consideraram publicar edições em língua portuguesa do jornal, ou aumentar os artigos no idioma.³⁹⁶ Segundo eles, estava “desaparecendo a indiferença do elemento indígena sobre os assuntos sociais” e agora havia um “avultado número de assinantes brasileiros”, muitos deles filhos de imigrantes, crescidos em um ambiente mais diverso.³⁹⁷ Os trabalhadores nacionais, tanto os “típicos” quanto os “novos”, tornavam-se alvo específico da estratégia propagandística dos militantes de *Guerra Sociale* - muitos dos quais eram os mesmos que haviam atuado em *La Battaglia*.

Vale citar também os escritos de Isa Ruti,³⁹⁸ em *A Obra*, no ano de 1920, contexto em que, segundo ela, o proletariado global acordava para a revolução após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Bolchevique e os diversos levantes de trabalhadores na Europa. Ao mesmo tempo em que reafirmava a imagem de passividade dos brasileiros, a militante percebia esperançosa a mudança em sua atitude: “A alma brasileira, se bem que desafeita a lutas sociais, acorda também” e “num relance compreende tudo: compreende a grandeza da luta; compreende a nobreza da causa; compreende que a questão também lhe diz respeito, e decide-se a segui-los [a grande massa dos explorados]”. Nota-se que o proletariado brasileiro segue quase a reboque da “grande massa dos explorados” do resto do mundo, ele “ainda vai com passos titubeantes”, e precisava ser puxado, mas aos poucos tomava consciência de que era parte daquele grupo maior, a classe trabalhadora global. Isa Ruti concluía otimista que “em breve a veremos [a classe operária brasileira], com os seus irmãos de além-fronteiras, trocar o amplexo para firmar a vitória e celebrar o triunfo da Anarquia”.³⁹⁹

De fato, nos artigos publicados por volta de 1919 e 1920, há clara percepção de que os militantes nascidos em solo brasileiro precisavam tomar a dianteira, como já vinham fazendo, devido principalmente às perseguições sofridas por lideranças estrangeiras. A condição de

³⁹⁵ CRISPIM, J. O jornalismo dos ladrões, assassinos e incendiários - “A Tribuna” de Santos e os trabalhadores. **La Barricata-Germinal!**, São Paulo, 20/04/1913, p. 3.

³⁹⁶ Até meados dos anos 1910, não houve a necessidade do aprendizado da língua local para a militância estrangeira, sobretudo aqueles da primeira geração de imigrantes, visto que os trabalhadores italianos eram maioria em muitos ambientes de trabalho e bairros populares. Além disso, a elite paulistana nem sequer dialogava com eles.

³⁹⁷ **Guerra Sociale**, São Paulo, 27/01/1917, p. 1.

³⁹⁸ Pseudônimo da militante, provavelmente italiana, Isabel Cerruti.

³⁹⁹ RUTI, I. O triunfo da anarquia. **A Obra**, São Paulo, 01/05/1920, p. 7.

imigrante, por mais tempo que o sujeito estivesse no Brasil, era utilizada pelas classes dominantes para facilitar expulsões e detenções arbitrárias, tornando-os os alvos preferenciais da repressão durante toda a Primeira República, intensificada naquele momento, em resposta ao crescimento das mobilizações (BIONDI, 2011, p. 358; FAUSTO, 2016, p. 269).⁴⁰⁰

Desconstruir a ideia dominante de que os movimentos sociais não eram formados apenas por estrangeiros tornou-se uma das grandes preocupações dos jornais operários. Eles destacavam o envolvimento dos brasileiros como evidência de que os movimentos não eram invenções trazidas do exterior, mas germinadas pelas condições sociais da classe trabalhadora. Em tese, isso ajudaria a eliminar o estigma do “estrangeiro subversivo” perante a sociedade brasileira, deslegitimando as políticas de deportação de imigrantes empenhadas pelo Estado. Trajetórias de imigrantes que conheceram as ideias da esquerda somente no Brasil eram reivindicadas nesse sentido, como foi o caso de Lucifero, desembarcado no país aos nove anos de idade e convertido ao anarquismo pouco depois, a partir de sua experiência como trabalhador.⁴⁰¹

No contexto da repressão e das campanhas anti-imigrantes em 1919, o militante brasileiro Coimbra propunha em *A Plebe* que após “uma terceira ou quarta leva de deportados como anarquistas estrangeiros”, era chegada a hora que

nós, os brasileiros natos, os verdadeiros filhos do país, arregimentemo-nos, preparemo-nos, organizemos agora a nossa linha de frente [...]. Deixemos, nós brasileiros, a posição de retaguarda em que até aqui nos mantivemos e, com um passo à frente, preenchamos os claros deixados pelos companheiros deportados.⁴⁰²

Cerca de um mês antes, o mesmo jornal havia sido alvo de um empastelamento. Alguns integrantes do periódico resolveram publicar um “número extraordinário”, onde repudiavam as investidas policiais contra o movimento operário. Em nota, afirmavam que o “antigo grupo editor” d’*A Plebe*, formado amplamente por estrangeiros e seus descendentes, encontrava-se ausente, perseguido ou detido pelas autoridades e, por isso, aquela edição saía por inteira responsabilidade de Francisco Pereira Lisboa, Alexandre Marcondes e Mario Brazil, “todos brasileiros natos”.⁴⁰³

⁴⁰⁰ Acredito ser desnecessário uma longa explicação sobre as medidas repressivas ao movimento operário na Primeira República e seu foco na expulsão de militantes estrangeiros, amparado pelas legislações - tema largamente conhecido. Uma boa retrospectiva desde o Código Penal de 1890 e a primeira das leis de Adolfo Gordo pode ser encontrada na obra clássica de Boris Fausto (2016, p. 262-272).

⁴⁰¹ LUCIFERO. Sono straniero! **Alba Rossa**, 01/05/1920, p. 2-3. Segundo Edilene Toledo (2004b, p. 277), essa assinatura era do italiano Giulio Sorelli.

⁴⁰² COIMBRA, J. M. Brasileiros, despertae! **A Plebe**, 06/12/1919, p. 1.

⁴⁰³ LISBOA, F.; MARCONDES, A.; BRAZIL, M. Aviso aos nossos amigos e assinantes. **A Plebe**, São Paulo, 22/11/1919, p. 1.

Sem contestar a forte participação imigrante ainda no pós-guerra dentro das associações de trabalhadores de São Paulo, é perceptível que se vivia um momento de maior participação de indivíduos que passavam a se identificar como “brasileiros”, mesmo sendo filhos de imigrantes e mesmo que guardassem parte da identidade de seus pais. Naquele momento, sobretudo na segunda metade da década de 1910, as ideias de “estrangeiridade” e “brasilidade” passavam a ser disputadas a partir de novos elementos em jogo. O discurso das classes dominantes sobre o imigrante começava a pender mais para o negativo, apontando para uma maior valorização dos trabalhadores nacionais - uma inversão que se completaria somente no pós-1930, conforme tratado no último tópico do Capítulo 3. Ser brasileiro tornava-se a condição que legitimava a permanência no país.⁴⁰⁴

Por outro lado, os movimentos lutavam para garantir direitos aos imigrantes e reforçavam os discursos de que estes contribuíram para o engrandecimento da nação brasileira, na condição de trabalhadores. Esse fator deveria legitimá-los como habitantes do país e merecedores de bons tratamentos.⁴⁰⁵ Para a imprensa operária, se havia algum imigrante usurpador do Brasil não era o trabalhador, mas a burguesia, formada em grande parte também por estrangeiros - os Matarazzo, Crespi, Schmidt, entre outros. Estes últimos eram apontados como os verdadeiros responsáveis pelo aumento do preço dos alimentos, entre outras mazelas sociais. Jornais operários tentaram, portanto, reforçar a imagem do “imigrante desejado” e rebater o estereótipo de “imigrante temido” (RIBEIRO, 1985).⁴⁰⁶

Provavelmente, todo esse contexto impulsionava as análises de tom mais positivo sobre o trabalhador nacional também na imprensa operária, ainda que com claras permanências dos traços etnocêntricos há tempos consolidados no imaginário da militância. Em 1920, com a realização do 3º Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, evento que reuniu militantes

⁴⁰⁴ Sheldon Maram afirma que era comum estrangeiros aparecerem identificados como brasileiros na imprensa operária, enquanto em discursos oficiais do governo e na imprensa burguesa muitos brasileiros natos apareciam como imigrantes (1979, p. 26, nota 48). Esse jogo de identificações em torno da brasilidade era, na verdade, uma disputa pela estadia no país. Os estrangeiros também reivindicavam seu direito de permanecer por estarem estabelecidos há tempos - muitos haviam migrado quando crianças -, não importando onde nasceram, mas onde construíram a vida e o país para o qual contribuíram (MARAM, 1979, p. 61).

⁴⁰⁵ Conforme analisado no capítulo anterior, os militantes negros utilizaram a mesma estratégia para reivindicar sua integração dentro da nacionalidade brasileira, enfatizando que haviam sido os sujeitos que construíram os alicerces do país, na condição de trabalhadores escravizados. Para uma discussão que reivindica esse fator para os negros frente à imigração, há um artigo onde o *Progresso* argumenta que, antes da imigração, todas as condições de riqueza do país já haviam sido preparadas pela população negra. Ver: A RIQUEZA do Brasil, que o tornou grande perante o número civilizado, encontrou, no braço Escravo, nos seus primeiros dias, um forte esteio. *Progresso*, São Paulo, 28/04/1929, p. 1.

⁴⁰⁶ Artigos que tratam dessas problemáticas são, por exemplo: STRANIERI! *Guerra Sociale*, São Paulo, 26/07/1917, p. 2; AINDA o discurso do Dr. Washington Luiz. *A Plebe*, 07/02/1920, p. 2; LUCIFERO. Sono straniero! *Alba Rossa*, São Paulo, 01/05/1920, p. 2; OSIRIS. Carne para fazendeiros. *A Plebe*, São Paulo, 12/06/1920, p. 2.

de várias regiões do país, incluindo o Norte e Nordeste, as lideranças de São Paulo puderam confirmar que o movimento em âmbito nacional era composto em sua maioria por “brasileiros bem brasileiros, pois havia-os lá de todas as cores e latitudes, além de que o seu falar característico regional não podia ser iludido, nem fazê-los passar por estrangeiros”.⁴⁰⁷ Dessa forma, contestavam a imprensa local que taxava os militantes todos de forasteiros e considerava que ideias revolucionárias não davam frutos entre os trabalhadores nacionais. Evocando novamente a figura do Jeca Tatu, *A Plebe* identificou que o brasileiro aos poucos acordava de sua letargia:

Ela [a imprensa brasileira] julgava o Jeca Tatú ainda acororado debaixo da bananeira, pitando no cachimbo à espera que o cacho de banana amadurecesse, e eis senão quando dá com ele em numerosa assembleia discutindo os problemas transcendentais da humanidade, transformado em filósofo, em sociólogo, em orador, dando lições de dignidade, de honradez, de inteligência e de pundonor a muitos jornalistas velhacos.⁴⁰⁸

Portanto, ao contrário da figura original criada por Lobato, incapaz de assimilar qualquer progresso, o trabalhador nacional analisado na imprensa operária poderia ser “transformado”. Porém, essa mudança de atitude sempre vinha de fora, dava-se a partir do contato com as ideias de emancipação trazidas por outro agente - o estrangeiro. Este havia chegado ao país pronto para a luta social e, por isso, foi o grupo que assumiu a posição de vanguarda, conforme ficou claro na análise dos jornais: em *La Battaglia*, o imigrante era responsável por trazer “o pão e o progresso”, por “gestar o proletariado indígena”; em *A Plebe*, alguns anos depois, o brasileiro precisava ser “animado para as lutas”, precisava de alguém que “o dispusesse para seus princípios e ideais”. Segundo um desses artigos, “quando isso suceder, Jeca Tatu, de mãos dadas com o estrangeiro, saberá pelejar e engrandecer o Brasil, demonstrando aos potentados que a sua tirania jamais deterá o surto dos ideais regeneradores”.⁴⁰⁹

4.2. Permanências etnocêntricas: o negro na imprensa operária

Após analisar a imagem do trabalhador nacional dentro do pensamento militante, é possível questionar, a partir de um recorte mais estreito, qual era o lugar do negro nos periódicos da imprensa operária. Ou seja, o quanto os discursos sobre os trabalhadores brasileiros condiziam também com o que se pensava dos negros? Ou ainda, o quanto o pensamento

⁴⁰⁷ DEMÓCRITO. A verdade é amarga. *A Plebe*, São Paulo, 08/05/1920, p. 3. Esse autor é apontado como pseudônimo do libertário português Adelino de Pinho.

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ A. Imigração e civilização. *A Plebe*, São Paulo, 31/01/1920, p. 4.

racialista e a linha de cor existente na sociedade brasileira permeavam o imaginário militante sobre o povo brasileiro? Como se dá a racialização do negro nos jornais operários? Há indícios de reprodução do racismo no setor mobilizado dos imigrantes?

As constantes referências da imprensa operária à heterogeneidade racial do povo brasileiro como entrave para a unidade e formação de consciência de classe, à ideia de que este era composto por “sub-raças”, à falta de tradição revolucionária e ao caráter atrasado do país, decorrente de seu passado colonial e da herança da escravidão, fornecem importantes pistas iniciais acerca do viés etnocêntrico e pejorativo com que o negro seria tratado no pensamento militante. Esses elementos sugerem que as ideologias positivistas e racialistas do saber dominante no período incidiram também dentro dos grupos de esquerda. Estes não ficaram isentos a tais discursos, mesmo que não os assimilassem integralmente de forma acrítica, mas ressignificassem-nos a partir de seus repertórios libertários e revolucionários.

De início, é preciso ressaltar que há uma notável ausência de escritos e análises sobre os afro-brasileiros nos jornais da imprensa operária. Conforme historiadores já alertaram, a leitura dessas fontes leva à impressão de que os negros, sobretudo os ex-escravizados, simplesmente desapareceram do cenário nacional após a emancipação, uma vez que praticamente não são lembrados (TRENTO, 2013, p. 98-99; BIONDI, 1998, p. 143-144). Para o caso de São Paulo, essa impressão é a mesma que aparece nas fontes oficiais e nos relatos de viajantes - de que a Pauliceia transformara-se em uma cidade de imigrantes, europeizada, apagando as manchas de seu passado escravista, representado pela população afrodescendente.

No entanto, havia pelo menos um momento em que os jornais abriam espaço para falar desses sujeitos: a efeméride do 13 de maio, data da abolição no Brasil e, àquela época, feriado nacional muito comemorado, principalmente pela população negra. Em todos os órgãos de imprensa operária analisados e em outros encontrados a partir da bibliografia, em pelo menos um ano de sua vigência foi publicado algum artigo rememorando a abolição no mês de maio, quando não uma capa ou uma página inteira.

A importância imediata da efeméride para o movimento operário é um tanto óbvia: ela representava o ponto alto na história da luta das classes oprimidas no Brasil. Seu resultado positivo deveria servir de exemplo para os trabalhadores do tempo presente, espécie de combustível a animar suas ações e, mais do que isso, prova concreta de que a agência dos explorados é capaz de transformar a realidade social. Ao contrário da memória hegemônica sobre a data, produzida imediatamente após a assinatura da Lei Áurea - de que a abolição fora uma concessão aos negros, fruto de um processo conduzido por parte das elites parlamentares

e, principalmente, pela monarquia, na figura da Princesa Isabel -, e que levou anos a ser desconstruída pela historiografia, a imprensa operária identificava que

Os negros, longe de se acovardarem, ofereceram resistência. Houve luta. [...] A nossa geração homenageia a lei Áurea: mas, a grande verdade é que, o feito grandioso da extinção da escravidão no Brasil, foi meramente obra dos revolucionários, para o que concorreu unicamente a ação direta dos interessados.⁴¹⁰

Retrocedendo no tempo, pouco mais de uma década após a abolição, grupos de trabalhadores organizados já rememoravam a data. Em 1901, os socialistas italianos do periódico *Avanti!* registraram a ocorrência de um comício de trabalhadores no Largo da Memória - local historicamente negro, onde nos primórdios da cidade ocorriam leilões de escravizados -, em função daquela efeméride. Segundo consta na nota, um dos oradores, o brasileiro Bernardino Ferraz de Campos, estabeleceu o elo entre a luta dos escravizados - indicada como fonte de “lições para nossa luta e nosso trabalho” - e a dos trabalhadores no pós-emancipação, ao afirmar que “a abolição da escravidão foi obra dos escravos, que resistiram aos patrões, fugiram das fazendas e se dispuseram a combater pela própria liberdade”, e, portanto, “a redenção dos trabalhadores deve ser obra dos trabalhadores mesmo”.⁴¹¹

Na disputa pela memória de evento tão importante para o país em que se encontravam, anarquistas estrangeiros como Isabel Cerruti (assinando Isabel Silva) e Primitivo Soares mostraram amplo conhecimento histórico sobre o Brasil, ressignificando a efeméride. Em curto intervalo de tempo, ambos escreveram artigos na imprensa operária - a primeira em *A Obra*, o segundo em *Guerra Sociale* - em que identificaram entre os responsáveis pelo evento os geralmente esquecidos “heróis anônimos que de armas na mão expuseram e sacrificaram a vida em prol da libertação geral da grande família escrava”.⁴¹²

O artigo de Isabel Silva foi publicado em edição especial de *A Obra*, dedicada a relembrar o 13 de maio, no ano de 1920. Sua capa também fazia referência ao tema e mostrava um escravizado quebrando as correntes, de braços abertos de frente para o sol, onde estava escrita a data da efeméride, representando a liberdade. Impossível não notar a semelhança desta representação imagética e as ilustrações de *O Clarim d’Alvorada*.⁴¹³

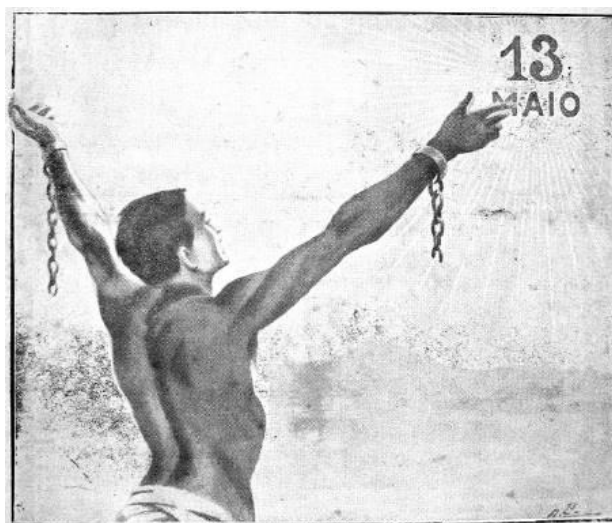
⁴¹⁰ SILVA, I. Treze de maio - A abolição. *A Obra*, São Paulo, 13/05/1920, p. 4.

⁴¹¹ O evento parece ter sido um bom exemplo de atuação conjunta entre trabalhadores italianos e brasileiros. Os dois oradores - Bernardino de Campos Ferraz e Alcibiade Bertolotti - falaram cada um em um dos idiomas. A fala do segundo militante é explorada no próximo tópico. 13 MAGGIO. *Avanti!* São Paulo, 20-21/05/1901, p. 2.

⁴¹² SILVA, I. Treze de maio - A abolição. *A Obra*, São Paulo, 13/05/1920, p. 4; SOARES, P. 13 de Maio - Aos escravos modernos. *Guerra Sociale*, São Paulo, 20/05/1916, p. 2.

⁴¹³ Refiro-me à Imagem 9, no Capítulo 2.

Imagem 16: O 13 de maio na imprensa operária



Fonte: **A Obra**, São Paulo, 13/05/1920.

Em seu texto, a militante fez um retrospecto de todas as ações de luta dos grupos explorados desde o período colonial até 1888, destacando os quilombos, a “República dos Palmares”, os escravizados fugitivos e rebeldes, além do movimento abolicionista, representado nas figuras de Luís Gama, “o Espartaco baiano”, Antonio Bento e José do Patrocínio. Citou também todas as legislações que, gradualmente, limitaram a escravidão antes de sua extinção definitiva, e alguns políticos republicanos de fora do universo revolucionário, como Rui Barbosa, à época considerado inimigo do movimento operário.⁴¹⁴ Sua análise identificava como importante para o acontecimento não apenas a ação direta, mas também a atuação de propaganda e agitação empreendida principalmente pela imprensa abolicionista. Essa aliança entre as ideias e a prática revolucionária também era almejada pelo movimento operário e a militante, que escrevia em jornais com esse objetivo, não por acaso escolheu destacar a importância de uma imprensa contra-hegemônica na amplificação das lutas:

Durante algum tempo a ação abolicionista desenvolveu-se dentro do foro, indenizando-se a carta de alforria. Mas a ativa propaganda dos abolicionistas, entre os quais Rui Barbosa e José do Patrocínio, deslocou a peleja libertadora, da esfera restrita dos tribunais para a das agitações revolucionárias. A onda avassaladora avolumava-se e avançava, atraindo novos e numerosos contingentes para as fileiras revolucionárias. São dignos de menção os relevantes serviços prestados pela imprensa defensora da liberdade dos escravos.⁴¹⁵

⁴¹⁴ Isabel Silva elogia a atuação de Rui Barbosa no contexto das lutas abolicionistas, mas faz questão de deixar uma nota de rodapé, com a ressalva de que após o advento da República ele havia se tornado “um dos principais defensores da escravatura vigente” da classe trabalhadora.

⁴¹⁵ SILVA, I. Treze de maio - A abolição. **A Obra**, São Paulo, 13/05/1920, p. 4.

No outro artigo, de *Guerra Sociale*, Primitivo Soares notou pontos semelhantes, combatendo a memória dominante ao afirmar que quando a Lei Áurea foi assinada, o destino da escravidão já “estava ditado pela opinião pública e pela força dos revoltados”, e destacando a ação da imprensa abolicionista e dos que batalharam nas tribunas. Esse articulista optou por inaugurar seu texto por meio de uma longa recapitulação sobre a luta de classes em toda a história do mundo - de modo similar à abertura do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels -, destacando os grupos oprimidos que se revoltaram, primeiro na Europa - “hilotas e párias”, “vilões”, “escravos [servos] da gleba” -, em seguida, na colonização do continente americano - os indígenas submetidos ao cativeiro e, finalmente, os africanos sequestrados no tráfico transatlântico. Depois, Soares avançava no tempo, refletindo sobre a situação do proletariado no mundo industrial capitalista e no pós-abolição brasileiro. Portanto, sua análise integrava os negros escravizados e suas lutas como parte da longa história dos trabalhadores do mundo.⁴¹⁶ Tal ideia também aparecia no artigo de Isabel Silva, que terminava celebrando “num preito de gratidão os mártires de Chicago” e saudando “num preito de homenagem os mártires negros do Brasil”, estabelecendo as lutas anarquistas e as dos escravizados como parte da mesma história.⁴¹⁷

A participação dos afrodescendentes na história da libertação dos oprimidos era enfatizada em outros momentos nos jornais operários, com referências positivas àquele que se tornava um dos principais heróis negros: o Zumbi dos Palmares. Esse personagem fazia parte do rol de figuras inspiradoras dos trabalhadores e era homenageado nas páginas da imprensa operária - ainda que menos frequentemente, claro, do que outros indivíduos diretamente vinculados à história da esquerda global. Em 1920, *A Plebe* publicou um poema de Octávio Brandão, intitulado “A morte de Zumbi, o nosso Spártacus negro”, estabelecendo o elo entre as revoltas de escravos da Antiguidade Clássica e da colonização do Novo Mundo. Em seus versos, Zumbi é citado como um herói “entre tantos bandidos”.⁴¹⁸ No ano anterior, o mesmo jornal havia noticiado o surgimento do *Grupo Comunista Brasileiro Zumbi* no Rio de Janeiro, para os que desejavam contribuir para “um Brasil grandioso, sem amos e sem escravos”. Novamente homenageando o “admirável Spartacus negro da nossa história”, o anúncio afirmava que seu nome seria “a bandeira dos que se rebelam contra o jugo do sindicato político,

⁴¹⁶ Essa é a interpretação dominante na imprensa operária. Por muito tempo, a historiografia brasileira separou a história do trabalho e a história da escravidão, como duas coisas completamente distintas. Chama a atenção que o movimento operário já considerasse o período escravista como parte da história do trabalho no país, uma mesma história – embora separasse os dois períodos de forma bastante rígida. SOARES, P. 13 de Maio - Aos escravos modernos. *Guerra Sociale*, São Paulo, 20/05/1916, p. 2.

⁴¹⁷ SILVA, I. Treze de maio - A abolição. *A Obra*, São Paulo, 13/05/1920, p. 4.

⁴¹⁸ BRANDÃO, O. A morte do Zumbi - o nosso Spártacus negro. *A Plebe*, São Paulo, 19/06/1920, p. 2.

clerical e industrial em cujas garras o nosso amado Brasil se debate”.⁴¹⁹ Não encontrei referência a qualquer grupo semelhante em São Paulo, mas o surgimento dessa organização na capital fluminense, onde havia maior equilíbrio entre a população afrodescendente e estrangeira, indica a existência de intersecções entre as tradições de luta do mundo negro e as novas tradições operárias de base europeia.⁴²⁰

Para além da disputa e resignificação em torno do 13 de maio, ao escrever sobre a efeméride os militantes preocupavam-se em destacar as limitações daquela conquista, apontando-a como uma libertação incompleta, que inaugurou uma nova fase de opressão na história dos trabalhadores. E era justamente essa limitação que impunha a continuidade da luta dos explorados, já que existia continuidade da exploração do trabalho, mesmo que sob nova forma.

As análises da imprensa operária identificavam que as elites brasileiras conseguiram que o processo de abolição não atingisse seus privilégios de proprietários. Apontavam também que havia interesses econômicos na mudança do regime de trabalho, tanto de agentes externos - o capital britânico - quanto internos, de parte da classe dominante que passava a enxergar a escravidão como mais custosa que o trabalho livre.⁴²¹ Segundo essa interpretação, no novo momento histórico houve um rearranjo da exploração sob a forma do assalariamento, uma “nova escravidão” que subjugava novos sujeitos, agora de todas as raças e cores. Nesse processo, a imigração dos despossuídos da Europa surgia como estratégia fundamental das classes dominantes para viabilizar o novo modelo de exploração do trabalho.

A analogia entre a condição do trabalho contemporâneo e a escravidão foi lugar comum nos textos da imprensa operária, bem como a comparação entre capitalistas, industriais, fazendeiros e os antigos senhores de escravos, ou entre trabalhadores de fábrica, colonos e afrodescendentes escravizados. Também eram enfatizadas as continuidades entre práticas escravistas e a violência sofrida pelos colonos nas fazendas ou pelos operários nas fábricas - inclusive com castigos físicos. Desde o título escolhido para alguns jornais libertários até as

⁴¹⁹ GRUPO Comunista Brasileiro Zumbi. **A Plebe**, São Paulo, 27/12/1919, p. 1.

⁴²⁰ Para uma análise sobre as ligações e continuidades entre tradições abolicionistas, republicanas, socialistas e sindicalistas na formação da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, unindo negros e imigrantes, ver o livro de Marcelo Badaró Mattos (2008).

⁴²¹ Pinho de Riga (Adelino de Pinho) cravava que “se alguém lucrou, com a evolução da escravatura, foram precisamente os negreiros, os fazendeiros, os industriais, não propriamente os escravizados”. João Crispim também analisou que “para este partido [Republicano], como para os clubs libertadores [abolicionistas], salvo raras e honradas exceções, a abolição da escravatura era uma questão de economia” e “favoreceu a burguesia o meio de atrair homens de cor para a escravidão do salário, que é para os agiotas, mais lucrativa, e livra-os de todos os cuidados e responsabilidades”. Em: RIGA, P. de. Escravidão moderna. **A Rebelião**, São Paulo, 17/05/1914, p. 2; CRISPIM, J. 13 de maio. **A Rebelião**, São Paulo, 09/05/1914, p. 1. Outro trecho que traz a análise econômica completa é: 13 DE MAIO. **A Plebe**, São Paulo, 14/05/1921, p. 1.

ilustrações em suas páginas e cabeçalhos houve diálogos com tais referências. Não por acaso, o nome escolhido para o primeiro jornal libertário italiano de que se tem notícia em São Paulo foi *Gli Schiavi Bianchi* (“Os Escravos Brancos”), vigente entre 1892 e 1893, e a imagem de cabeçalho do *La Bestia Umana*, fundado no ano seguinte, trazia um trabalhador maltrapilho, com restos de correntes quebradas nos braços e pernas, rebelando-se contra os capitalistas e empurrando-os da carroça que era obrigado a carregar, feito besta de carga, referência do título do jornal.

Imagem 17: Cabeçalho de *Gli Schiavi Bianchi*



Fonte: *Gli Schiavi Bianchi*, 10/1892.

Imagem 18: Cabeçalho de *La Bestia Umana*



Fonte: *La Bestia Umana*, 31/03/1894 (apud LEAL, 2006, p. 202).

Já em relação aos conteúdos, os dois artigos citados anteriormente são bons exemplos. Isabel Silva escreveu que no pós-emancipação “os escravos sobreviventes continuaram a sua rota pelo mundo. E hoje, a história se repete: não mais a escravidão de uma raça infeliz mas a escravidão hodierna, de todas as raças, salariadas, se quer abolir”, e Primitivo Soares expandiu

ainda mais a reflexão, ressaltando a permanência do caráter escravista na moderna exploração do trabalho:

As aspirações que animaram os combatentes pela extinção da escravatura dos homens de cor foram grandes e generosas, mas, em realidade a maldita escravidão das massas proletárias ainda não foi abolida. [...] O regime da escravidão continua, mas agora não são somente os homens de cor os que estão sujeitos à canga. Nos nossos tempos de progresso, de cultura e de civilização, de república e democracia, a escravatura abrange a todas as pessoas que não dispõem de um capital que lhe permita explorar os seus semelhantes. Nas épocas contemporâneas os colonos de todas as raças, cores ou nacionalidades vivem trabalhando para os fazendeiros, recebendo em troca pólvora e chumbo quando reclamam seus salários. [...] Na cidade a situação não é muito melhor. Os patrões exploram do trabalhador a última gota de sangue. [...] A remuneração que estes escravos recebem é irrisória e está longe de bastar para a sua subsistência. [...] O proletário, o homem do trabalho não é considerado como ser humano. [...] Não se pode, pois tolerar por mais tempo o domínio estúpido de uma classe que nos explora, nos degrada e nos escraviza. É necessário que os escravos modernos, brancos, pretos, ou amarelos se unam e se armem para a conquista da sua completa emancipação. [...] Escravos modernos trabalhadores, somos mais úteis, constituímos pelo número e pelo valor a verdadeira humanidade. É chegada a hora de iniciar uma nova cruzada redentora. Surjam pois os novos campeões, os novos propagandistas da *abolição* – do regime capitalista, do Estado e de todas as iniquidades sociais.⁴²²

Em seus textos, Soares enxergava a nova condição como um progresso em relação ao atrasado e incivilizado mundo da escravidão. Ainda assim, sempre enfatizava que a ordem do trabalho liberal, sob a democracia burguesa, pouco mudara as condições de vida do trabalhador: apenas eliminara a linha de cor da escravidão, mas a expandira para todos os trabalhadores - não à toa o subtítulo escolhido para o texto foi “aos escravos modernos”. Aqui, o negro fazia parte do novo mundo do trabalho e deveria agir junto aos trabalhadores “brancos e amarelos” - imigrantes. Enxergando a condição de classe comum, Soares aproveitou para novamente pedir a união dos trabalhadores, nos moldes recorrentes da imprensa operária. Somente a partir dela conseguiriam a “completa emancipação”, ou seja, o fim da dominação de classe imposta pelo Estado e pelo capitalismo.

Uma série de outros artigos que abordaram a abolição e os tempos da escravidão negra não seguiram a mesma linha de Soares e Silva. Na verdade, a leitura de muitos desses textos deixa a mesma impressão que os historiadores apontaram sobre a ausência dos negros na imprensa operária: que estes simplesmente desapareceram após aquela data. Sob essa outra perspectiva, a nova escravidão não era mais citada como “de todas as raças”, ela ganhou nova cor, era a “escravidão branca”, da qual as vítimas eram os trabalhadores estrangeiros. Nesses textos, existe uma demarcação muito clara que diferencia os dois tempos - o do negro era o passado, o do branco, o presente.

⁴²² SOARES, P. 13 de Maio - Aos escravos modernos. **Guerra Sociale**, São Paulo, 20/05/1916, p. 2.

Em 1914, o imigrante português Adelino de Pinho, sob outro de seus pseudônimos, “Pinho de Riga”, defendeu essa perspectiva no periódico *A Rebelião*, da substituição total do negro pelo imigrante, afirmando que “aboliu-se a escravidão africana, mas a escravidão nem por isso desapareceu. Deixou-se de importar negros da África, mas importa-se brancos da Europa e amarelos da Ásia: variou-se de cor, não de sistema”.⁴²³ Em sua análise, bem como em outros artigos da imprensa operária, a escravidão moderna, dos brancos, era retratada até mesmo como pior que a escravidão histórica, dos negros. Nessa última, o senhor detinha a posse do escravo, havia empatado capital em sua compra como mercadoria e gastava com sua subsistência: “o escravo constituía um valor [...] havia o cuidado de não o matar de fome, dava-se-lhe milho com fartura”.⁴²⁴ Do ponto de vista do burguês, o novo trabalhador necessitava apenas de um salário baixo, podia ser maltratado e despedido a qualquer momento devido à abundância de desempregados na cidade. Pinho escreve que o “operário pode rebentar de frio, de fome, de acidente de trabalho, morrer envenenado pela falta de ar na oficina, sobrecarregado de trabalho e insuficiência de alimento” e que sua única liberdade era “morrer de fome”.⁴²⁵

Defender que houve piora nas condições de trabalho e que os trabalhadores brancos sofriam mais até mesmo que os antigos escravizados negros provavelmente foi uma estratégia discursiva da militância para canalizar a revolta contra o sistema. Porém, esse tipo de discurso demarcava uma linha rígida entre os dois tipos de trabalhadores, seu caráter étnico-racial, e os distintos tempos históricos.

Alguns anos depois, em 1921, *A Plebe* publicou uma edição em que dava bastante destaque para a efeméride da abolição, dedicando-lhe um artigo longo na primeira página, acompanhado da mesma ilustração que no ano anterior servira de capa para a edição de 13 de maio d’*A Obra*.⁴²⁶ Sem autoria específica, o texto transparece ainda mais o suposto sumiço ou invisibilização do negro na história, completamente substituído por trabalhadores brancos a partir das políticas estatais de imigração no final do século XIX:

Como as condições econômicas, as formas de propriedade não mudaram, também não mudou, a não ser no apelativo e na cor da pele, o escravo antigo. Na essência ficou tudo como estava. Não quer isto dizer que o escravo se fez proletário, valendo este, no fundo, o mesmo que aquele. Não. Surge-nos ainda, a cada passo, o escravo, do mesmo modo, com as mesmas formas, as mesmas servidões. Temos literalmente, a escravatura pessoal. D’antes havia a empresa privada, o negreiro, que se encarregava de ir comprar ou caçar o negro, em regra pela astúcia, e o vendia depois aqui ao agricultor. Hoje o empresário desse negócio é o Estado. Este não compra o escravo,

⁴²³ RIGA, P. Escravidão Moderna. *A Rebelião*, São Paulo, 17/05/1914, p. 2.

⁴²⁴ Ibidem.

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ Refiro-me à Imagem 16, neste capítulo. A essa altura, *A Obra* não era mais publicada. A reincidência desta imagem é indício de que não só os militantes, mas também os mesmos materiais circulavam entre esses jornais.

mas paga-lhe a passagem. [...] O escravo chama-se *colono* e é branco, e o Estado não é “negreiro”, mas agente de imigração, representante dos fazendeiros. Temos aqui um exemplo típico de “governo de classe”.⁴²⁷

Ao retomar mais atentamente a imagem que acompanha o texto - do homem se libertando -, nota-se, pela sua cabeça e rosto, que ele não contém traços negros. Na verdade, trata-se de um “escravo branco” libertando-se sob o sol do 13 de maio.⁴²⁸ Desta vez, a ilustração apresentava uma legenda com uma pergunta que reforça ainda mais a impressão do desaparecimento dos negros: “Quando brilhará para a multidão oprimida dos escravos brancos, o sol de um 13 de maio de fato?”. Não é exagerado afirmar, portanto, que todo o repertório da escravidão e da luta negra foi acionado para a composição da imagem, porém, tirando o negro de cena e destacando apenas um trabalhador branco.

Longe de ser uma exceção, tal análise é assumida como a interpretação tradicional da esquerda sobre a abolição, visto que na própria introdução do artigo os autores afirmaram estar apenas repetindo “o que temos dito e antes de nós disseram outros, desde que em publicações socialistas se começou a analisar este fato histórico”. Batizar um jornal de *Gli Schiavi Bianchi*, pouco depois da abolição, também nos dá uma ideia do caráter antigo e mais consolidado dessa abordagem.

Acredito que esse tipo de discurso, que estabelece dicotomias rígidas entre o antes e o depois da escravidão, talvez de forma involuntária, entrega a percepção dos militantes de que sua vivência se dava em um “mundo de brancos”, em que não participavam trabalhadores negros - ou, se participavam, não apenas eram uma minoria, como estavam bastante invisibilizados.⁴²⁹ Os autores enxergavam-se como brancos em um país de heterogeneidade racial e mestiçagem, e assim também enxergavam o público a quem se dirigiam - os trabalhadores que pretendiam cooptar não eram “os escravos modernos” de “todas as raças”, como propôs Primitivo Soares, mas os “escravos brancos”. Sua militância acabava atravessada por traços etnocêntricos, por mais que sustentassem que a missão libertária de converter todos os explorados. Nos momentos em que o negro desaparece da análise sobre o mundo do trabalho, ele é desconsiderado como parceiro de luta - da mesma forma como, em geral, o trabalhador nacional foi desconsiderado. Ou, pelo menos, não são considerados de forma igualitária.

⁴²⁷ 13 DE MAIO. *A Plebe*, São Paulo, 14/05/1921, p. 1.

⁴²⁸ Na realidade, a imagem parece ser uma colagem da cabeça de um homem branco em um corpo negro.

⁴²⁹ Talvez por esse mesmo motivo a abolição fosse uma efeméride menos comemorada nos jornais operários do que eventos ligados ao mundo do trabalho europeu e às esquerdas - como o 1º de maio e o 18 de março, aniversário da Comuna de Paris. Essas datas referem-se a um universo mais próximo dos trabalhadores brancos, revolucionários, militantes e leitores da imprensa operária. Há que se considerar que essas datas tornavam-se mais interessantes também pela impossibilidade de serem disputadas pelas classes dominantes, ao contrário do que ocorria com a abolição.

Em síntese, através das reflexões da imprensa operária sobre a abolição foi possível identificar posições distintas sobre o papel do negro nos processos históricos e no presente. Primeiro, de forma positiva, são integrados na história de luta dos trabalhadores, com sua agência contra a escravidão reconhecida. Em seguida, aparecem como parceiros dos brancos e imigrantes, identificados sob a mesma condição de classe. Simultaneamente, em outros textos são invisibilizados, desaparecendo do tempo presente, relegados ao passado da escravidão, substituídos pelo proletariado da imigração, os “novos escravos”. O mundo do trabalho no pós-abolição paulistano aparecia como um universo de trabalhadores brancos.

Para além desse papel histórico, nas análises da imprensa operária sobre a escravidão ainda emerge uma outra imagem carregada de etnocentrismo, desta vez sobre o negro do pós-abolição, ou seja, do tempo presente aos militantes que escrevem. Refiro-me às proposições sobre o caráter desumanizador da escravidão, que perpassava as gerações de afrodescendentes, incidindo sobre a índole até mesmo de sujeitos que nem sequer chegaram a ser escravizados. Refletindo sobre a dificuldade de mobilizar os trabalhadores nacionais para o ideal anarquista, o militante espanhol José Romero publicou:

O Brasil é um país que há vinte anos saiu da escravidão da raça negra; ressent-se extraordinariamente de todos os atavismos próprios de um regime em que imperavam o tronco e o látego. O espírito de submissão, o indiferentismo e a preguiça mental, que existem no proletariado indígena derivam disso.⁴³⁰

Nesse trecho, reencontramos a análise do tópico anterior sobre o “proletariado indígena”, mas, ao contrário de outros momentos, aqui ele aparece explicitamente como formado por “aqueles que foram escravizados” ou que acabaram de sair da escravidão. Portanto, o termo é perpassado por uma noção racial, usado como sinônimo para a população afrodescendente - o proletariado indígena era, na verdade, composto por negros.⁴³¹ Conforme o raciocínio, as características essenciais desse grupo - indolente, passivo, indiferente, conformista, submisso -, tão enfatizadas nas discussões sobre o trabalhador nacional e na metáfora do Jeca Tatu, tinham causa justamente na experiência da escravidão, cuja força era tamanha que prosseguia reverberando nas gerações seguintes, moldando sua índole.

Essas características dotavam de sentido a linha de cor que separava os trabalhadores nacionais e afrodescendentes dos imigrantes, colocando-os em diferentes patamares, com os primeiros em condição de inferioridade. Em certos trechos, a oposição entre os negros do

⁴³⁰ ROMERO, J. Há muito o que fazer. **A Plebe**, São Paulo, 12/06/1920, p. 4.

⁴³¹ Essa equivalência entre “proletariado indígena” e “trabalhador negro” não foi explorada no tópico anterior pois nem sempre ela aparece clara. Creio não haver evidência suficiente de que em todos os artigos da imprensa operária os termos sejam equivalentes. Deixo indicada essa possibilidade.

passado e os operários do presente aparece acompanhada de adjetivos esclarecedores sobre tal divisão: o primeiro é “ignorante” e “de cerebração atrofiada pela falta de cultura”, enquanto o segundo é “inteligente, cômico dos seus destinos”, “intelectual, que escreve e analisa corretamente os desatinos da burguesia”.⁴³² Portanto, o operário entende o sistema de opressão e age politicamente de forma organizada, enquanto o negro sofre da ação brutalizante e desumanizadora da escravidão. Everardo Dias, militante anarquista espanhol, chegou a assumir que somente após a conquista dos direitos civis, na abolição, é que o “negro começou a ser gente” - posição que remete à “teoria do escravo-coisa” (CHALHOUB, 2011), já mencionada anteriormente nos capítulos anteriores deste trabalho.

Ainda que a imprensa operária carregue as noções etnocêntricas de inferioridade gerada pela escravidão, vale atentar que a ideologia dominante do período, enformada pelo racismo científico, era contestada por esses militantes em muitos momentos. De forma crítica, Primitivo Soares (desta vez assinando como João Crispim) em mais de uma ocasião denunciou que as classes dominantes utilizaram-se de diferentes discursos ideológicos para justificar a dominação dos negros e as incursões coloniais na América, África e Ásia - primeiro através da religião cristã, em seguida através da ciência biológica. Neste trecho, o militante coloca em dúvida a ciência racista e o vocabulário biologizante, ao mesmo tempo em que se utiliza dele:

Para encontrar argumentos que satisfizessem o desejo de justificar este princípio e, ainda, a bárbara escravatura, há pouco nominalmente abolida, estudou-se o homem de cor e observou-se e propagou-se que tem muito pronunciados os caracteres de bestialidade, tanto sob o ponto de vista físico como intelectual. A sua conformação craniana, cuja fronte é, como a do símio, pouco elevada, os pômulos salientes e as mandíbulas formidáveis, o nariz achatado, são caracteres próprios do tipo que vive a vida vegetativa, que não tem outras funções que as da nutrição. Para justificar a caça e a escravidão dos negros, os cientistas definiam-nos como bestas ferozes, às quais era preciso não domar, mas amansar. Os padres diziam que os negros não tinham alma, e, portanto, não era pecado tratá-los como aos outros animais. Mas o certo é que nunca se procurou educar essa raça, para saber se realmente era suscetível de uma evolução e aperfeiçoamento mais rápido como o é a raça branca. [...] No entanto, os escravos tinham rasgos de inteligência e compreendiam bem a tremenda injustiça do regime a que eram submetidos. Tal é assim que se mantiveram em constante rebeldia, castigada com a morte, e infinidade de revoltas se produziram [...].⁴³³

Naquele momento, o militante ainda expressava dúvida sobre a validade dos argumentos científicos, mas, dois anos depois, ele escreveu linhas mais assertivas em *Guerra Sociale*, classificando como “pseudocientistas” os que “sustentam que a raça negra e a mestiça constituem espécies ou variedades inferiores incapaz[es] de evoluir”.⁴³⁴ Juntamente, porém,

⁴³² SOB O IMPÉRIO dos vândalos. **A Obra**, São Paulo, 13/05/1920.

⁴³³ CRISPIM, J. 13 de Maio. **A Rebelião**, São Paulo, 09/05/1914, p. 1.

⁴³⁴ SOARES, P. 13 de Maio - Aos escravos modernos. **Guerra Sociale**, São Paulo, 20/05/1916, p. 2.

deixava transparecer um estranhamento carregado de preconceitos frente ao negro: ele não vê problemas em aceitar a descrição dos cientistas de que os afrodescendentes assemelhavam-se aos símios e eram dotados de elementos de bestialidade, daqueles que “vivem uma vida vegetativa”. Restava descobrir empiricamente se tais elementos significavam menor capacidade de evolução do que a dos brancos - ele suspeitava que não, com base nos “rasgos de inteligência” dos afrodescendentes, outra expressão problemática.

Apesar de assimilar parcialmente o ideário europeu acerca da hierarquização das raças, artigos como os de Romero e Soares deixavam claros os limites da ciência natural sobre a análise social e adicionavam uma visão histórica à condição do negro. No texto de Romero, fica claro que o “proletariado indígena” é inferior não por simplesmente ser negro e descender de africanos, mas porque foi escravizado. Não eram as características naturais, biológicas, que colocavam o negro em condição de inferioridade e sim a imposição do cativeiro ao longo de séculos. Já Soares defendia a possibilidade de superação do atraso dos negros através da educação - sobretudo se fosse uma educação libertária -, a qual nunca tiveram acesso. Assim como nas considerações sobre o trabalhador nacional e o Jeca Tatu, também nesse caso havia a noção de que os negros precisavam ser esclarecidos para atingirem o grau de igualdade com os demais trabalhadores, de ascendência europeia, que já se encontravam mais preparados.⁴³⁵

Portanto, as análises da imprensa operária sobre o negro e sobre o trabalhador nacional revelam-se semelhantes. Ambas são enformadas pela persistente e inusitada mescla entre um ideário libertário, com princípios de igualdade entre raças, união de classe e internacionalismo, e os resquícios de um ideário etnocêntrico profundamente arraigado, com noções de superioridade europeia e seu modelo de civilização urbana e industrial, além de incidências do racismo científico e do evolucionismo. Naquele momento, parecia estar em formulação um anarquismo que fosse realmente livre de preconceitos, mas que, para isso, enfrentava contradições complexas, decorrentes da tentativa de inserir-se em um ambiente e em uma sociedade que, além de racistas, eram bastante heterogêneos e novos para o pensamento libertário. Certas tradições herdadas de sua origem europeia e vícios positivistas e racialistas ainda estavam por ser desconstruídos na história do movimento.

⁴³⁵ Aqui, a análise das lideranças operárias encontra as reflexões da imprensa negra, expostas nos capítulos anteriores, ambas sem contestar absolutamente as ideologias dominantes, mas ressignificando-as. Tanto o movimento negro quanto o movimento operário deslocavam as considerações sobre o negro do plano fatalista da ciência para o plano mutável da história. Militantes negros também acreditavam que seu grupo racial vivia em um estágio de atraso, causado pelos séculos de cativeiro e pelas permanências do racismo após a emancipação. Também enxergaram na educação o caminho para superar aquela condição.

Apesar da exaustiva militância a favor da união e do abafamento de identidades étnicas, nos momentos em que houve tensões entre os próprios trabalhadores o ideário etnocêntrico ressurgia com força nos discursos dos jornais operários, mostrando que tais identidades ainda tinham peso dentro da classe trabalhadora. Conforme observou o historiador João Fábio Bertonha (1998, p. 57), as situações cotidianas de conflito entre os grupos subalternos raramente ocorriam por motivos de pura rivalidade étnica, xenofobia ou racismo, sendo bem mais comum que emergissem das dificuldades do viver em São Paulo e do caráter precário do mercado de trabalho. Segundo ele, tais conflitos eram resultado de oposições entre setores organizados e não organizados, grevistas e fura-greves, não de choques entre identidades nacionais e étnicas.⁴³⁶

No entanto, acredito ser impossível ignorar que, naqueles momentos, as disputas verbais nas páginas dos periódicos costumavam assumir formas racializadas, reforçando os preconceitos e estereótipos que circulavam no imaginário dos trabalhadores. Parece mais acertado interpretar as tensões dentro da classe trabalhadora como resultado de uma combinação entre preconceitos étnico-raciais cristalizados em um sistema racista e a disputa no mercado de trabalho precário - posição também defendida na análise sobre a imprensa negra.

Para encerrar este tópico, acredito ser importante analisar brevemente alguns momentos-chave em que a conjuntura disparou conflitos entre negros e brancos, mostrando como os afrodescendentes foram retratados de forma racializada na imprensa operária. Em se tratando dessa relação étnico-racial, três situações se destacavam, todas derivadas da posição de exclusão do trabalhador negro das ocupações mais dinâmicas da economia: primeiro, quando negros, que compunham o exército de reserva de mão de obra, entravam na competição por postos de trabalho, acirrando-a; segundo, quando negros eram usados diretamente como fura-greves pelos patrões; finalmente, quando negros atuavam como empregados da força pública, agindo na repressão dos movimentos. Sempre nesses momentos a crítica à atuação dos negros era feita a partir de referências ao fenótipo, adjetivando-os de forma racista, da mesma forma com que a imprensa étnica de caráter liberal ou conservador costumava fazer.

Todas essas situações, de certa forma, interconectam-se e têm origem na abundância de trabalhadores gerada, entre outros fatores, pela própria política de imigração. O italiano Gigi Damiani, em 1914, queixava-se do “exército de desempregados” que eram obrigados a

⁴³⁶ George Reid Andrews (1998, p. 108-109) encontrou em alguns poucos jornais operários do estado de São Paulo referências explicitamente racistas aos negros, retratando-os como animais, em artigos puramente satíricos. No meu caso, não encontrei nenhum, o que leva a crer que foram poucos os momentos desse tipo de ofensa gratuita em escritos de militantes. Em geral, ou os negros não eram sequer assuntos dos jornais, ou, conforme abordado nas próximas páginas, o racismo aparecia como instrumento dentro de contextos de disputa e conflito no cotidiano.

mendigar nas ruas pela caridade burguesa, e fez questão de especificar que entre eles havia “muita gente de cor, eterna inimiga da fadiga”.⁴³⁷ Esse excedente não era de forma alguma apenas de negros ou brasileiros, contava também com indivíduos de todas as outras etnias e nacionalidades. Por vezes, mesmo em jornais de trabalhadores, a concorrência no mercado de trabalho aparecia não somente sob lentes liberais, mas atravessada por identitarismos étnicos, que acirravam rivalidades. Em *Il Falegname*, por exemplo, jornalistas italianos reclamaram de empregadores compatriotas que preferiam contratar negros ou portugueses quando o salário desses fosse menor, seguindo a lógica de mercado, e não a identidade étnica.⁴³⁸

Em São Paulo, trabalhadores brasileiros e portugueses adquiriram fama de fura-greves ou *krumiros* (MARAM, 1979, p. 32).⁴³⁹ Em relação aos negros, relegados aos piores trabalhos, com parca remuneração e barrados em muitas ocupações pelo racismo, furar greves frequentemente tornou-se o caminho encontrado para ingressar em certos setores (ANDREWS, 1998, p. 109). Os patrões, por sua vez, sempre souberam utilizar do excedente de trabalhadores como estratégia para derrubar os movimentos. Na imprensa negra, um artigo conta que, após a eclosão de uma greve dos trabalhadores da Light, em 1923, negros foram contratados para atuarem como condutores dos bondes, função antes restrita aos brancos e estrangeiros. Foi a partir de então, segundo o jornal, que os afrodescendentes se estabeleceram definitivamente no

⁴³⁷ CUYUM. Variazione sulla carità. **La Propaganda Libertaria**, São Paulo, 10/10/1914, p. 3. Segundo Trento (2013, p. 98), Cuyum era pseudônimo de Gigi Damiani.

⁴³⁸ **Il Falegname**, São Paulo, 01/06/1905. Citado em HALL, 2010, p. 51. Esse era o jornal do sindicato dos marceneiros e carpinteiros, fundado em 1905 pelo famoso militante italiano Giulio Sorelli.

⁴³⁹ *Krumiro*, jargão do universo dos trabalhadores que significava “fura-greve”, foi um termo popularizado entre o movimento operário europeu, principalmente italiano, no século XIX, e exportado para as Américas com a imigração. Sua origem remete a povos do norte da África que eram integrados ao capitalismo através de atividades de contrabando. Para Hobsbawm, a popularização do termo trata-se de exemplo da absorção de palavras oriundas da experiência imperialista pela linguagem coloquial europeia, reflexo do choque cultural do Ocidente “civilizado” ao se defrontar com o que considerava “exótico/primitivo”. Em geral, o vocabulário assimilado dessa experiência carregava visões negativas dos povos coloniais, reforçando ideologicamente os sentimentos de superioridade dos europeus. Ver: HOBBSAWM, 1988, p. 75; MACHADO, 2006, p. 248. Já sobre os imigrantes portugueses, além de fura-greves, também ficaram com a fama de serem resistentes à atuação dos sindicatos. No entanto, a ligação entre desmobilização e nacionalidade portuguesa é frágil historicamente. Houve lideranças operárias importantes de origem portuguesa em São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, a começar por Neno Vasco e Adelino de Pinho, figuras constantes nos jornais libertários. Essa última cidade, destino de intensa imigração ibérica, foi palco de um forte movimento operário na Primeira República, apelidada de Barcelona Brasileira. Em parte, a ideia de lusos desmobilizados vem de memórias consolidadas por italianos. Na capital paulista, portugueses chegaram mais tarde, quando aqueles já estavam bem colocados nas fábricas e oficinas, o que tornou a integração dos primeiros mais difícil. Segundo a historiografia, os dois grupos protagonizaram inúmeros conflitos entre si. Ver: MARAM, 1979, p. 31-32; HALL, 2004, p. 133-134; ANDREWS, 1998, p. 109-110.

setor.⁴⁴⁰ Outras greves na mesma empresa foram citadas em jornais operários, sem destaque a um conflito étnico muito claro.⁴⁴¹

Alguns outros casos são bastante conhecidos da historiografia, em São Paulo ou em outras cidades próximas que receberam fluxo migratório. Na região de Santos, os ex-escravizados que, antes da abolição, fugiram das plantações e formaram o quilombo Jabaquara foram arregimentados para ocupar o lugar dos trabalhadores das docas, durante as primeiras grandes greves do setor, entre fins do século XIX e início do XX. No pós-abolição santista, os negros tornaram-se mão de obra barata, geralmente restritos aos serviços braçais pesados, como carregadores de sacos, uma vez que o patronato preferia contratar imigrantes para as demais funções. Nessa ocasião, como frequentemente ocorria, o conflito foi vendido pelos patrões e pela imprensa oficial como de caráter étnico-racial, entre imigrantes e nativos (MACHADO, 2006).

Apesar dos exemplos dados pela historiografia, na minha amostra de jornais operários não encontrei artigos relatando casos especificamente de fura-greves negros.⁴⁴² No entanto, encontrei sobre outro tema correlato, igualmente importante: o ressentimento do movimento operário quando policiais negros atuavam na repressão das greves. De fato, boa parte da força pública de baixa patente era formada por negros e mestiços.⁴⁴³ Em nova referência ao universo escravista, os negros policiais eram comparados aos capitães do mato, antes responsáveis por caçar escravizados fugidos, agora na função de perseguir os militantes organizados:

O que dói, o que magoa, o que punge é que os filhos dos escravos de ontem sejam hoje os que substituam os antigos capitães do mato na negregada missão de engrossar as fileiras das falanges de “secretas” espancadores de operários que procuram a sua liberdade econômica, o melhoramento da sua classe pelo único recurso de que podem dispôr presentemente: a greve.⁴⁴⁴

Nesses artigos, o fator “cor” sempre aparecia, mesmo que escondido por trás de menções à escravidão ou, principalmente, de referências racistas ao continente africano como um lugar sem civilização, onde habitavam povos bárbaros. Ao invés de condenar o aspecto violento da repressão ou seu caráter de controle de classe, os escritos de imprensa operária frequentemente

⁴⁴⁰ Antes do episódio, negros eram contratados pela Light apenas para fazer a limpeza e manutenção dos trilhos, jamais para função de condutores. **O Getulino**, Campinas, 09/12/1923, p. 1.

⁴⁴¹ No início deste capítulo, comentei sobre um episódio de 1919 em que os trabalhadores nacionais foram articulados para tomar o lugar de grevistas - certamente havia muitos negros entre eles. Ver também: RESPOSTA aos acadêmicos. **A Plebe**, Número Extraordinário, São Paulo, 22/11/1919, p. 2.

⁴⁴² Para um exemplo de artigo sobre os patrões empregando outros trabalhadores para substituir os grevistas, porém sem qualquer recorte racial, ver: MAIS uma infâmia. **A Plebe**, Suplemento - No Reino da Senegâmbia, São Paulo, 15/09/1917.

⁴⁴³ Retomando a Tabela 6 do Capítulo 1, sobre a estrutura ocupacional de São Paulo em 1920, os “nacionais” correspondiam a 90% dos trabalhadores do setor. Provavelmente, a porcentagem de negros era alta.

⁴⁴⁴ DIAS, E. Sobre a data - o 13 de maio **A Plebe**, São Paulo, 15/05/1920, p. 1.

utilizaram o imaginário racialista e evolucionista sobre a África para criticar a polícia brasileira. No contexto das repressões nos meses seguintes à grande greve de 1917, após a invasão da tipografia de *A Plebe*, o jornal publicou um suplemento com o título “No Reino da Senegâmbia”, onde criticava ironicamente “a heroica polícia de São Paulo” e afirmava que um país que se pretendia parte da civilização, como era o caso do Brasil, não podia ter uma polícia bárbara, típica da Senegâmbia.⁴⁴⁵ O artigo, sem especificação da autoria, é todo baseado na visão eurocêntrica sobre a África e, portanto, sobre seus povos, dos quais descendiam os tais policiais brasileiros:

A Plebe está sendo escrita na Senegâmbia, vasta região de pretos no continente preto. Não poderíamos escrever este suplemento em São Paulo, nem noutra qualquer cidade brasileira, porque S. Paulo é um rico e poderoso centro de civilização e o Brasil inteiro um país de nobres e antigas tradições de liberalismo. Só na Senegâmbia era possível escrevermos o suplemento de nosso jornal, porque só neste país escuro de escuras leis, poderiam ocorrer os fatos que acabaram de se produzir [...]. *A Plebe* jornal não existe desde ontem. Não existe porque a polícia da Senegâmbia invadiu a tipografia onde era impressa [...]. Eis porque afirmamos que o nosso suplemento não é escrito e São Paulo, nem em nenhum outro ponto do Brasil. Esta república não é a da Libéria, não é uma república de negros, de selvagens de tanga e de usos e leis rudimentares. É um vasto país de muitos milhões de habitantes, seres civilizados, generosos e livres, com um corpo de leis escritas, com tribunais, com parlamentos. Todas estas instituições traduzem a civilização dos séculos, representam um estádio na evolução [...]. Por isto o Brasil se chama um povo culto [...]. Numa coisa, porém, o Brasil não é o que são os outros países, e essa coisa é a polícia. A polícia não é, nunca foi brasileira, a polícia é da Senegâmbia, usa os processos senegambozos e são senegambezes os seus funcionários.⁴⁴⁶

Referências parecidas ao continente africano encontram-se em outros momentos no mesmo jornal, onde a polícia brasileira é ridicularizada como “o *clown* do dia”, “irresistivelmente picaresca” em seus tipos, processos e ideias, “absolutamente cômica”, “sem ferocidade”. Em seguida, era comparada à dos países caribenhos, africanos e asiáticos, sob intervenção imperialista: “Não conhecemos o instituto policial da Libéria (república de pretos na costa da África) nem do Haiti, nem do Sião, mas acreditamos que a polícia destes consideráveis países se pareça, em muitos pontos, com a polícia do Brasil”.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ Na noite anterior e na manhã da publicação do suplemento houve terrível repressão ao movimento operário. Segundo *A Plebe*, figuras como Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Antonio Candeias, importantes lideranças e participantes do periódico, haviam sido presos. Além disso, a polícia invadiu associações, sindicatos e o Salão Germinal, sede de reuniões de trabalhadores. Também empastelou a tipografia de *A Plebe*, e confiscou móveis e arquivos da redação de *Guerra Social*. AS VIOLÊNCIAS. *A Plebe*, Suplemento - No Reino da Senegâmbia, São Paulo, 15/09/1917.

⁴⁴⁶ DA SENEGAMBIA. *A Plebe*, Suplemento - No Reino da Senegâmbia, São Paulo, 15/09/1917.

⁴⁴⁷ R. F. Comentários de um plebeu. *A Plebe*, São Paulo, 11/08/1917, p. 1. Essa assinatura é provavelmente do brasileiro Rodolpho Felipe, que posteriormente ocupou a direção do jornal.

Nos artigos, encontra-se toda a visão dicotômica europeia de “civilização” e “barbárie”, com base em noções evolucionistas, colonialistas e positivistas.⁴⁴⁸ Novamente, reforça-se a ideia de que apesar de construírem um pensamento de igualdade e liberdade, os anarquistas não haviam se livrado completamente desses atributos, que acabavam compondo a estrutura de suas críticas. Quando evocavam a África e os africanos como ponto de comparação ao Brasil, havia um elemento de ironia crítica às classes dominantes brasileiras: estas se julgavam muito evoluídas e civilizadas, mas, no fundo, bancavam práticas típicas da “selvageria africana”. As atitudes de repressão, sobretudo à liberdade de pensamento, simbolizadas pela ação das imprensas, eram apontadas como um elemento exógeno à civilização e, por isso, relacionada à barbárie. Em suma, a crítica é que as classes dominantes brasileiras acreditavam ser europeias, mas eram mais próximas à África.

Da mesma forma, quando os jornais operários falavam sobre o continente africano, ainda que seu objetivo fosse criticar a atuação imperialista europeia, os africanos sempre apareciam retratados através da lente eurocêntrica como povos supersticiosos, atrasados, que se deixavam enganar facilmente. Sob a alcunha de Demócrito, Adelino de Pinho escreveu que enquanto a Europa laicizava-se, com seus proletários livrando-se das amarras do pensamento religioso, a África passava a ser o novo centro para onde a Igreja Católica voltava sua atenção em busca da expansão da fé. Os africanos, “pobres selvagens” - também referidos frequentemente como “pigmeus”, “indígenas” ou “aborígenes” -, poderiam ser facilmente iludidos através de trapos e bugigangas oferecidos pelos missionários.⁴⁴⁹

Em outro artigo sobre a atuação religiosa no continente africano, é descrito um diálogo fictício entre um negro e um missionário. Na voz do primeiro, que recusa a doutrina cristã, todo o pensamento do missionário é desconstruído criticamente. Por outro lado, o africano é retratado de forma absolutamente estereotipada, rude, com falas conjugadas erroneamente e preso aos seus próprios misticismos e crenças.⁴⁵⁰ Os textos eram contra-hegemônicos, denunciavam as violências contra os povos nativos e comemoravam suas ações de resistência, porém, o faziam a partir de elementos do pensamento hegemônico.

⁴⁴⁸ Em relação à interpretação positivista, o texto sobre a “Senegâmbia” apresenta pistas claras. Aparecem citados alguns dos elementos constituintes do mais alto estágio do progresso, o científico/positivo: leis escritas, tribunais, parlamentos. No restante do capítulo, já foram mostrados outros elementos, relacionados ao mundo industrial, à ciência e tecnologia. Em oposição, os “povos atrasados”, representados pelos africanos, são apresentados no primeiro estágio de evolução, de base teológica, fetichista.

⁴⁴⁹ DEMÓCRITO. Os malabarismos da Igreja. **A Plebe**, São Paulo, 12/06/1920, p. 2.

⁴⁵⁰ A caráter de exemplo do retrato do africano: “O preto” diz “Cristãos bem pobres. Eu mais rico que eles. Eu tem deuses, muitos, muitos”. DESHUMBERT, M. Em um país longínquo. **A Plebe**, São Paulo, 18/08/1917, p. 4.

Tais considerações sobre o africano assemelham-se às descrições do negro recém liberto da escravidão, bem como às descrições do “trabalhador brasileiro”. Esses três elementos, na verdade, fazem parte de um mesmo todo, segundo uma linha de raciocínio que os reduz à condição de não europeus, não brancos, racializados a partir do imaginário etnocêntrico. Os traços desse pensamento no discurso militante demonstram a permanência das identidades étnicas e noções de estrangeiridade no seio de um movimento de trabalhadores que por muito tempo foi dominado por imigrantes. Por outro lado, essas análises, produzidas e consolidadas nas páginas de jornais operários por sujeitos estrangeiros, acabaram assimiladas e reproduzidas mesmo por indivíduos que já se identificavam como brasileiros, casos de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Rodolpho Felipe, entre outros.

Portanto, ser libertário também não isentou os militantes do racismo e dos pressupostos etnocêntricos vigentes no imaginário dominante da época, ainda que o arsenal anarquista fosse um facilitador da fraternidade e do questionamento das opressões entre as classes populares. Em seu caráter estrutural e ideológico, o racismo é naturalizado por toda a sociedade, moldando o inconsciente coletivo (ALMEIDA, 2020, p. 64). Dessa forma, esses trabalhadores não escaparam de reproduzi-lo naquele momento.

Ainda que os militantes lutassem para desconstruir as identidades étnicas em prol das de classe - e do internacionalismo-, ambas sempre coexistiram, embora não com a mesma intensidade a longo prazo, com uma predominando sob a outra a depender do contexto e dos objetivos (TRENTO, 2013, p. 94). Afinal, identidades não são meras abstrações que se expressam no vácuo. No confronto com a alteridade em terra brasileira, a noção de estrangeiridade e as identidades étnicas acabaram, de certa forma, fortalecidas, mesmo involuntariamente.

Conforme outros historiadores já propuseram, esses trabalhadores enxergavam-se, por exemplo, como “operários italianos”, mobilizando uma dupla identidade, de classe e nação (TRENTO, 2013, p. 94; BERTONHA, 1998, p. 55, 66-67). Dado que os sujeitos constituem-se de forma múltipla e plural, assumir um aspecto identitário não significa negar o outro, e assumir uma identidade étnica não significa necessariamente agir de forma exclusivista, embora isso possa ocorrer em alguns casos. Para o historiador, é ilusório buscar nos sujeitos uma agência norteada apenas por um desses ideais, de forma rígida e sem contradições. Somam-se a essa problemática as identidades “euro-brasileiras” expressas em muitos filhos de imigrantes que se enxergavam sim como brasileiros, mas também como sujeitos distintos pela estrangeiridade de sua origem familiar imediata (LESSER, 2015). O caso estudado vai na direção da máxima proposta por Hobsbawm (2000, p. 80), de que “todas as classes operárias nacionais tendem a

ser heterogêneas e com identificações múltiplas, embora, para certos fins e em certas épocas, algumas identificações sobressaíam mais do que outras”.

Longe de ser apenas discurso, os sentimentos de superioridades dos europeus e, mesmo dos seus filhos nascidos no Brasil, refletem as práticas sociais. No capítulo sobre a imprensa negra ficou claro como os afrodescendentes ressentiam-se dos imigrantes não apenas pela marginalização no mercado de trabalho, mas pelo tratamento que recebiam no cotidiano. Ao longo deste capítulo comentei alguns outros exemplos, dessa vez, no movimento operário. Esse tipo de atitude foi provavelmente um dos fatores pelos quais a tão procurada união entre nacionalidades e etnias sob o fator de classe não se completava - sobretudo quando envolvia a população negra e os nacionais, em geral. Sheldon Maram resumiu bem o problema:

Brasileiros e imigrantes constituíam o conflito mais sério. Os primeiros ressentiam-se do fato de serem preteridos no mercado de trabalho e de serem considerados cultural e racialmente inferiores aos trabalhadores europeus. Os imigrantes militantes ressentiam-se dos operários brasileiros que, confinados às ocupações subalternas não qualificadas, aproveitavam-se das greves para substituí-los (1979, p. 161-162).

Por outro lado, a falta de apoio e popularidade da militância de esquerda entre os brasileiros e negros pode ter contribuído para a efetividade da repressão e para enfraquecer o movimento - ainda que esse grupo fosse minoritário no cenário da cidade em relação aos de origem imigrante. Segundo Maram (1979, p. 67), mesmo quando o sindicalismo acumulou forças na sociedade, “alguns dos setores mais importantes da classe operária brasileira recusaram-se a tomar parte nas greves dos sindicatos militantes”. É possível imaginar que as campanhas antiestrangeiros promovidas pelo Estado podem ter sido vistas com bons olhos, ou então com indiferença por parte considerável dos trabalhadores nacionais.

Para completar, o movimento operário e as correntes de esquerda, em geral, jamais incluíram as demandas específicas da população negra, sobretudo de suas lideranças, em suas lutas. Também não conseguiram estabelecer diálogos sólidos ou deram ouvidos ao movimento negro que, naquele momento, ganhava corpo na cidade com o crescimento de suas associações étnicas e da própria imprensa negra. A inexistência dessas articulações pode ter significado a perda de um aliado importante nas lutas sociais. Esse é o tema do meu próximo e último tópico.

4.3. Uma História das Ausências

Nas páginas da imprensa operária a discussão em torno de “raça” aparecia frequentemente. Porém, na maior parte das vezes, o termo adquiria sentido mais próximo à ideia de “nacionalidade” ou da forma como entendemos “etnia”, sem vínculo à cor. A discussão

girava em torno das relações entre os diferentes grupos imigrantes e entre eles e os nativos. Muito embora seja possível apreender noções e discursos sobre os negros implícitos nas reflexões sobre trabalhadores nacionais, conforme demonstrado, foi raro esses jornais publicarem alguma reflexão explícita sobre as relações raciais entre brancos e negros, por mais que a linha de cor na sociedade brasileira atravessasse o cotidiano desses trabalhadores.

Uma questão importante a ser investigada é como a questão racial – no caso específico das relações entre negros e brancos - aparecia no pensamento dos militantes da imprensa operária e, em consequência, qual seria a posição desses militantes acerca do racismo vigente na sociedade brasileira.⁴⁵¹ Para a frustração do pesquisador interessado, tal assunto é praticamente ausente nos jornais de trabalhadores tão combativos e atentos às opressões cotidianas. Quando militavam pela igualdade e união de raças não havia qualquer especificação de um recorte de cor. Consequentemente, quase inexistem nessas fontes qualquer abordagem sobre o racismo antinegro, assim como a identificação de sua existência ou referências sobre a particularidade da experiência dos negros em relação aos demais trabalhadores. Ou seja, não havia uma “questão racial negra” de interesse para os trabalhadores organizados.

No entanto, acredito tal motivo não seja o suficiente para que o tema seja abandonado. Pelo contrário, considero que, na maioria das vezes, a ausência de um tema relevante para a sociedade da época na documentação é, por si só, um elemento importante para a análise do historiador e, portanto, este deve se perguntar quais os possíveis significados da ausência. Parece ser o caso da questão racial na imprensa operária, no movimento de trabalhadores e na esquerda, em geral. Uma história das ausências e dos silêncios, sejam eles voluntários ou não, pode trazer bons frutos para a pesquisa histórica e, por isso, julgo válido investigar minimamente a questão, até onde for possível.

Tudo o que foi visto neste capítulo permite explicar, em parte, a ausência da raça na imprensa operária: a invisibilização do trabalhador negro nas análises do cotidiano da classe; o sentimento de superioridade de alguns trabalhadores de origem europeia perante os nacionais; a consideração de que estes eram menos capazes e estavam menos preparados para a luta revolucionária. Manifestações de racismo dentro da classe trabalhadora também devem ter contribuído. Ainda assim, talvez mais importante do que tais aspectos tenha sido a postura estratégica dos militantes de sempre enfatizar a identidade de classe, de modo que ela se sobressaísse às demais. Para convocar a união dos trabalhadores era necessário defender o que

⁴⁵¹ No restante do tópico, utilizo o termo “questão racial” com o mesmo significado desse parágrafo. Ou seja, em referência específica às relações entre brancos e negros, vinculada à cor da pele, não em sentido mais amplo ou de nacionalidade, como por vezes era empregado pelos coevos.

tinham em comum em suas experiências, não suas diferenças. Tal postura resume-se na proposição publicada por um grupo de anarquistas em *Guerra Sociale*: “não queremos a guerra de raças pois que estas não existem, os interesses é que estão divididos, os interesses é que são opostos entre os homens; portanto queremos a guerra de classes”.⁴⁵² Se a estratégia dos libertários e do movimento operário em geral era de combate aos sentimentos que pudessem separar e causar conflito entre os trabalhadores - representados principalmente pelo nacionalismo -, era natural que a divisão de cor também fosse ocultada, deixada de lado, engada ou mesmo enfrentada.

De forma coerente, para superar tais divisões, os militantes de esquerda, sobretudo os anarquistas, preocuparam-se em acolher a maior quantidade de trabalhadores possíveis, inclusive negros, nos sindicatos e entidades de classe, fundando espaços abertos a todos – aspecto distinto das associações de recorte étnico das colônias imigrantes, cujo critério era, evidentemente, a origem ou tradição cultural dos indivíduos (LUCA, 1990, p. 124). É seguro afirmar que, em São Paulo, não houve experiência de segregacionismo em relação aos afrodescendentes nas associações de caráter classista (ANDREWS, 1998, p. 103).

Alguns estatutos, publicados nos jornais operários, confirmam essa postura, como foi o caso da *União Operária de Offícios Vários*, cujo anúncio em *A Plebe* declarava o objetivo de reunir “em seu seio, sem distinção de classes, raças, sexos ou idades, crenças ou princípios ideológicos os trabalhadores de todos os ramos e categorias”.⁴⁵³ De forma semelhante, o estatuto da *Liga de Resistência dos Operários e Operárias das Fábricas de Tecido de São Paulo* afirmava sua abertura a “todos os que trabalham nas ditas fábricas, tanto em tecelagem como em fiação, tinturaria, máquinas, etc. de qualquer idade, sem distinção de cor ou nacionalidade” (apud TOLEDO, 2004, p. 80). A inclusão explícita da categoria “cor” demonstra não somente a identificação dessa linha divisória entre os trabalhadores, mas também preocupação ou, ao menos, disposição de integrar trabalhadores não brancos em suas bases. Também nos ambientes das Escolas Modernas é possível identificar por meio de fotografias de seus estudantes que havia jovens negros, mesmo que poucos.⁴⁵⁴

Outros episódios pontuais sugerem a percepção desse problema por setores do movimento operário, ainda que ele pareça nunca ter sido prioridade. No comício do 13 de maio de 1901, mencionado em tópico anterior, em que participaram brasileiros e imigrantes, o

⁴⁵² O QUE OS ANARQUISTAS querem. *Guerra Sociale*, São Paulo, 30/12/1916, p. 1. Trata-se da reprodução de um escrito coletivo publicado primeiramente em Niterói, assinado por “Um punhado de anarquistas”.

⁴⁵³ A UNIÃO Operária de Ofícios Vários. *A Plebe*, São Paulo, 06/08/1927, p. 3.

⁴⁵⁴ Ver Imagem 12, no Capítulo 2.

periódico *Avanti!* registrou a fala do italiano Alcibiade Bertolotti, direcionada aos negros: o “proletário escravo liberto” deveria “se unir ao irmão branco que veio da Europa, igualmente mísero e servo, para substituí-lo, para travar as batalhas que conduzirão ao 13 de maio futuro, bem mais vasto e solene que aquele que se estava comemorando”.⁴⁵⁵ Da mesma forma, Florentino de Carvalho nos artigos expostos sobre a abolição afirmava ser “necessário que os escravos modernos, brancos, pretos, ou amarelos se unam e se armem para a conquista da sua completa emancipação”.⁴⁵⁶

Sem menções explícitas à cor, os jornais operários davam atenção às categorias mais precarizadas ou com menos tradição de luta e organização, buscando incluí-las nos movimentos. Foi o caso dos cozinheiros, copeiros, empregados domésticos, informais e dos “operários de farda”, soldados e policiais de baixa patente. Estes últimos seriam peça chave para as mobilizações caso se identificassem como parte da classe trabalhadora e como igualmente explorados pela burguesia, e se juntassem “aos operários de blusa”.⁴⁵⁷ Conforme já demonstrei, em todos esses setores havia muitos negros e trabalhadores nacionais empregados, o que leva a entender que os militantes disputavam esses trabalhadores, ainda que através do recorte de categoria, não racial. Dificilmente os ambientes das ligas e dos sindicatos escaparam do racismo em seu interior, mas não há como negar que, em alguma medida, eles procuraram dar atenção à organização e mobilização da população brasileira e afrodescendente – importante inclusive para desmontar os apelos xenofóbicos das campanhas repressoras das autoridades (ANDREWS, 1998, p. 105).

Embora seja incontestável essa abertura dos espaços de militância a todos os trabalhadores, outras fontes indicam que os negros podem não ter se sentido muito à vontade naqueles ambientes. Um dos possíveis motivos é a preocupação de parte da população negra – sobretudo daqueles que se organizaram em movimentos coletivos e buscaram contato com a militância operária – com a superação do racismo, debate considerado inválido dentro das associações de classe. Conforme observou o historiador Aruã Lima (2015, p. 107), “no anarquismo havia, portanto, distintas possibilidades de atacar a questão negra. Inclusive a opção de não enfrentá-la”, ou seja, simplesmente ignorando-a.⁴⁵⁸ De fato, em minha amostra de jornais, encontrei apenas dois textos que mencionam a existência de racismo ou do “ódio de

⁴⁵⁵ 13 MAGGIO. *Avanti!*, São Paulo, 20-21/05/1901, p. 2.

⁴⁵⁶ SOARES, P. 13 de Maio - Aos escravos modernos. *Guerra Sociale*, São Paulo, 20/05/1916, p. 2.

⁴⁵⁷ PENTEADO, J. Coisas de burguezes. Os criados e cosinheiros não servem, precisam de lei que os sujeite por um contrato aos caprichos dos patrões. *A Plebe*, São Paulo, 24/04/1920, p. 2; O APELLO aos soldados. *A Plebe*, São Paulo, 21/07/1917, p. 2. Este último assinado por “um grupo de mulheres grevistas”.

⁴⁵⁸ No contexto da frase, o autor havia identificado caricaturas animalescas sobre trabalhadores negros em um jornal anarquista de Salvador.

raças” no pós-abolição – ambos escritos pelo mesmo autor, Florentino de Carvalho - e um discordando explicitamente da existência de qualquer questão racial do negro no Brasil.

Nos textos de Carvalho, a percepção do racismo toma forma estranha: eram os negros, por causa da escravidão, que mantinham ódio contra a raça branca, “para eles, a raça branca é raça dos escravistas”, pois ainda no tempo presente era dentre os brancos “que ainda saem os escravocratas modernos”. Para o militante, desta vez, porém, havia o atenuante de a raça branca também fornecer “os maiores contingentes de rebeldes revolucionários”.⁴⁵⁹ Em seu outro texto, Carvalho não considera o racismo como generalizado, mas como um elemento essencialmente das classes dominantes - os ex-escravistas e os “negreiros nacionais ou estrangeiros” (burguesia em geral), os padres, os pseudocientistas e os funcionários do Estado. Em suas palavras

os homens de cor continuam a ser considerados como escravos, como bestas. Hoje diz-se entre a gente burguesa que quem escapou de branco é preto e preto não é gente. O ódio de raça perdura em toda a sua intensidade, voltando-se aos homens de cor o mais profundo desprezo.⁴⁶⁰

Juntando os dois textos, compreende-se que Carvalho identifica o racismo como elemento presente na realidade brasileira, mas não o percebe como algo do cotidiano interno da classe trabalhadora. Pelo contrário, ele destaca o papel emancipador dos movimentos revolucionários, cuja maioria era branca, para a opressão do negro. O problema racial é enxergado de fora, integrado ao conflito entre os detentores do poder e dos meios de produção e os trabalhadores negros.

Ainda que a postura predominante nos jornais operários fosse simplesmente de não falar sobre a questão racial, encontrei um artigo que sugere tal ausência não como mero acaso, mas fundamentada em uma discordância acerca da existência desse problema no Brasil. Publicado em *A Plebe* no ano de 1920, provavelmente pelo imigrante português Adelino de Pinho - a assinatura P. de R. indica seu codinome “Pinho de Riga” -, o texto consiste em uma crítica a um jornal carioca que afirmava a existência de racismo e desigualdade de raças no Brasil. Este foi o único artigo encontrado com referência explícita à questão negra, refutando-a.

Segundo Pinho, os jornalistas, chamados por ele de estúpidos e selvagens (“calinos” e “alarves”, em seus dizeres), queriam “desmoralizar as doutrinas comunistas” mostrando ser impossível atingir igualdade social, a partir de histórias a respeito de um negro que sofria racismo. Os exemplos usados eram sobre brancos que não admitiam suas filhas casando com homens negros e sobre mulheres brancas que se recusavam a dançar com negros nos bailes,

⁴⁵⁹ CRISPIM, J. 13 de Maio. **A Rebelião**, São Paulo, 09/05/1914, p. 1.

⁴⁶⁰ SOARES, Primitivo. 13 de Maio - Aos escravos modernos. **Guerra Sociale**, São Paulo, 20/05/1916, p. 2.

devido à cor. Pinho recebeu os relatos como uma acusações de racismo nos ambientes populares e no movimento de trabalhadores, e usou o espaço do jornal operário para rebater, extremamente irritado:

O jornalista calino quer desviar a questão econômica para a questão de raça. Quer, por ignorância ou por má-fé, confundir igualdade de condições econômicas, o que é possível, justo e natural, com o que não depende da vontade dos homens transformar: ser mais branco ou mais escuro. Cada um é como nasceu.⁴⁶¹

Seguindo a reflexão, o militante endossou uma ideia semelhante àquela que viria a ser batizada como “democracia racial brasileira”. Conforme visto neste trabalho, tal ideia já circulava em alguns ambientes intelectuais da sociedade hegemônica e no meio negro, e ganharia maior destaque ao longo da década de 1920 e principalmente após 1930, quando seria abraçada pelo Estado como narrativa oficial e exportada como imagem internacional do país. Nas palavras de Adelino de Pinho:

E aqui no Brasil, onde as raças estão confundidas, cruzadas, caldeadas e onde todos gozam do mesmo respeito, havendo tantos casais em que brancos e morenas ou vice-versa se conjugam - formando tantos lares e tantas famílias, pretender levantar essa odiosa diferença de cores, talvez para despeitar os pobres e honestos trabalhadores de cor com os seus irmãos de miséria e escravidão, que são trabalhadores brancos, é uma infâmia ignóbil que só revela muita ignorância ou muita falta de escrúpulo e que é preciso repelir.⁴⁶²

Pode-se dizer que os libertários posicionavam-se junto ao que era uma espécie de vanguarda do pensamento racial do período, contrapondo-se às noções biológicas de raça, ainda dominantes no mundo paulista pela narrativa do branqueamento. No início deste tópico, o trecho de *Guerra Sociale* indicava a posição anarquista de que “as raças não existem”.⁴⁶³ Porém, assim como parte das camadas intelectuais, militantes como Adelino de Pinho equivaliam a inexistência biológica de raças à inexistência de desigualdade racial e do próprio racismo, analisando o Brasil como um país de harmonia e fraternidade entre negros e brancos. Além de acusar o jornalista carioca de inventar a história, Pinho considerava aquela situação impossível. Para ele, dependia apenas da moça escolher com quem se casaria, se com um branco ou com um negro, negando que a recusa pudesse ocorrer por conta da cor. O autor não enxergava a permanência do racismo como estrutural e estruturante da sociedade brasileira após a abolição.

Com o objetivo de reiterar que o projeto dos libertários não corroborava com discriminações, nem fazia distinções para além da classe - sendo trabalhadores brancos e negros “irmãos de miséria e escravidão” -, o militante português acabou revelando que não reconhecia

⁴⁶¹ P. de R. Ecos e Notas. Calinos e alarves. **A Plebe**, São Paulo, 21/02/1920, p. 1.

⁴⁶² O QUE OS ANARQUISTAS querem. **Guerra Sociale**, São Paulo, 30/12/1916, p. 1.

⁴⁶³ P. de R. Ecos e Notas. Calinos e alarves. **A Plebe**, São Paulo, 21/02/1920, p. 1.

o significado social da divisão de cor entre os trabalhadores, para além da mera diferença fenotípica. Portanto, não apoiaria uma luta racial. Quando os anarquistas ou qualquer outro grupo da esquerda expressavam tais argumentos, o faziam a partir da noção de que a única desigualdade possível no capitalismo seria a de classe. “Raça” era um conceito negado não apenas em seu sentido biológico, mas também enquanto constructo social e histórico. O artigo de Adelino de Pinho é valioso pois, apesar de ser uma amostragem pequena, sugere que a invisibilização da questão racial nos jornais libertários tinha origem na *discordância* em relação a ela, não em fatores como desconhecimento ou simples desinteresse. Portanto, a ausência não era vazia de significado, mas decorrente de uma postura política provavelmente discutida e deliberada – pelo menos em alguns setores e grupos dos movimentos.

No entanto, vincular essa posição apenas aos anarquistas seria injusto, visto que ela era hegemônica na esquerda brasileira do período. Aruã Lima (2015), em sua análise da questão negra no projeto do PCB, cuja importância aumentava dentro do cenário político na década de 1920, mostrou que os comunistas agiram de forma semelhante até meados da década seguinte, resistindo a encarar a questão racial como um problema real no Brasil, contrariando até mesmo orientações da Internacional Comunista (IC/Comintern). No trabalho de Lima é possível identificar a posição de dois dos principais militantes e fundadores do PCB que eram ex-anarquistas e haviam participado de publicações de *A Plebe* poucos anos antes - Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. É curioso notar que ambos fizeram uma transmutação política significativa - do anarquismo ao socialismo de matriz soviética - porém, no que diz respeito à questão racial, mantiveram-se fiéis às mesmas posições do início de suas trajetórias libertárias.

Brandão, por exemplo, em textos sobre suas primeiras visitas a São Paulo – em 1920, quando ainda reivindicava o anarquismo -, não escrevera uma única linha sobre a população negra, em um período em que esta aumentava demograficamente e começava a se mobilizar de forma intensa, radicalizando-se em suas próprias imprensas e associações nos bairros populares (LIMA, 2015, p. 107). Três anos depois, já como militante do PCB, ele foi responsável por responder uma correspondência direta de Moscou, em que a Comintern preocupava-se com a questão negra no Brasil. Sua resposta foi bastante direta, seguindo a mesma posição do artigo de Adelino de Pinho:

Nós lhes enviaremos um relatório sobre os negros no Brasil e a Comissão Central Executiva do nosso partido irá pensar sobre a possibilidade de enviar um delegado à Conferência. Existem negros no Brasil. Mas não há no Brasil uma questão negra. Fraternalmente, Octávio Brandão, Secretário do Exterior (apud LIMA, 2015, p. 107).

Aruã Lima (2015) elencou inúmeros episódios em que os comunistas brasileiros passaram por cima da questão racial, negando-a e batendo de frente com o comando central de Moscou que, baseado nos casos sul-africano e estadunidense, aventava a possibilidade de existência de uma questão negra e indígena no Brasil. Não espanta a preocupação dos soviéticos, afinal, eles apenas reconheciam que uma análise das especificidades dos países da América e da África, cuja população era heterogênea, seria essencial para organizá-la para derrotar o imperialismo e o capitalismo em colônias e países periféricos.⁴⁶⁴

Após a carta de Brandão, demasiado direta e evasiva, a Comintern não se deu por satisfeita e exigiu um plano de estudos sobre o Brasil, em 1924, em que os pecebistas deveriam resolver “como se coloca a questão de raças no Brasil [tanto negra quanto indígena] e de que maneira é possível fazer coincidir as reivindicações de classe com as de raça?” (apud LIMA, 2015, p. 112). Em outro relatório apresentado pela militância brasileira, quatro anos depois, o tema foi novamente ignorado, contrariando os pedidos soviéticos. Lima argumenta que o assunto tornou-se frequente motivo de tensão entre Moscou e o PCB (2015, p. 111-116), mostrando calorosas discussões em Congressos da Internacional Comunista e em suas sessões latinoamericanas entre os representantes brasileiros e figurões do comando central. Estes acusavam o PCB de negligenciar a disputa pelos trabalhadores negros e de iludir-se em análises baseadas em falsas “igualdades formais” entre eles e os brancos no país.

Apenas a título de exemplo, em um dos congressos, em reuniões em Moscou, no ano de 1929, Astrojildo Pereira e Heitor Ferreira Lima - sob os pseudônimos de Ledo e Sylva, respectivamente - negaram diversas vezes a existência da questão negra no Brasil, argumentando que havia igualdade de oportunidades e direitos formais para todos, além da inexistência de segregação institucionalizada. No entanto, foram acuados diversas vezes pelos questionamentos de nomes fortes do comitê central. Segundo Aruã Lima, ao rebater os pecebistas, o chefe da seção latina do Comitê Executivo da Internacional Comunista, Stoïan Minev (de codinome Stepanov), demonstrou um conhecimento bastante acurado da realidade brasileira, chegando a tocar até mesmo no problema da imigração. Sua fala ataca diretamente a interpretação da esquerda brasileira, não só comunista, sobre a questão dos negros:

Eu creio que entre os camaradas brasileiros existe uma falsa apreciação da realidade e que eles se satisfazem sobre o terreno da democracia formal. O camarada Ledo nos disse que os negros podem vir a ser presidentes da república, que eles podem ocupar não importa qual posto e ao mesmo tempo nós vemos que 7/8 da população do Brasil

⁴⁶⁴ O fato de até mesmo a Comintern, inclusive sob stalinismo, preocupar-se em como enfrentar questões de raça e etnia nos diferentes países mostra que não há anacronismo em investigar como os diferentes grupos da esquerda na época encaravam a questão do negro e sua luta. Ainda que sob outras formas, o debate das relações entre raça e classe já existia naquele momento, não se trata de uma questão fora de seu tempo.

são de iletrados e que a maior partes desses iletrados, senão todos, é de negros e formalmente os iletrados não têm direitos políticos. Isso é justo? [...] Não existem negros que são insultados constantemente, que são, sem descanso, mal-tratados, desmoralizados? [...] Eu creio que essa questão dos negros não pode ser liquidada ao declarar que os negros têm os mesmos direitos que o restante da população; direitos formais? Todo o mundo tem direitos formais. [...] A essa questão dos negros está relacionada uma outra que não se acha exatamente sob o mesmo plano, mas que tem importância para que o PCB examine a fundo e concretamente, porque ele determinará igualmente as palavras de ordem do trabalho do partido nas diferentes camadas da população trabalhadora: a heterogeneidade étnica da população. No Brasil, isso difere de outros países, foi depois de 1860, creio eu, existiu uma política de imigração (apud LIMA, 2015, p.118-120).

Em resposta aos soviéticos, Astrojildo Pereira continuou insistindo que “em geral, eu não conheço no Brasil que existem antagonismos entre trabalhadores brancos e negros”, e ao ser questionado por Stepanov se achava isso “uma bobagem”, reiterou que “não, mas eu digo que até o presente não houve essa questão”. Para ilustrar sua posição, Pereira afirmava que havia negros nos sindicatos e no partido, inclusive na posição de dirigentes, e que a cor não era critério para escolha dos militantes e lideranças. Pintava um quadro fictício do país, ao dizer que negros e brancos tinham salários iguais e mesmas oportunidades nas fábricas - e seguiu sendo criticado em todas suas posições (LIMA, 2015, p. 130-131).⁴⁶⁵

Enquanto Astrojildo Pereira, no ano de 1929, reeditava a mesma tese de Octávio Brandão em 1923 e de Adelino de Pinho em 1920, a Comintern enxergava ser necessário ao partido uma estratégia específica para cooptar os trabalhadores negros, uma vez que eram numerosos e nenhuma revolução ocorreria sem seu apoio. Orientava que o PCB atentasse para as múltiplas nacionalidades e origens étnicas da classe trabalhadora, sobretudo nas cidades que foram polo de imigração (LIMA, p. 120-126; 139-140). Da mesma forma que alguns anarquistas, os comunistas endossaram a narrativa de um Brasil racialmente fraterno e harmônico, pelo menos antes de meados da década de 1930, ignorando as pressões de Moscou até que se tornassem insustentáveis.

Tal postura de anarquistas e comunistas explica, ao menos parcialmente,⁴⁶⁶ o baixo envolvimento da população negra nas associações da classe trabalhadora em São Paulo. Ajuda

⁴⁶⁵ Segundo Aruã Lima (2015, p. 125), outro membro da Internacional, Jules Humbert-Droz, contrariou as descrições dos militantes brasileiros. Ele utilizou como exemplo o caso de Cuba, onde não havia segregação institucional, mas na prática os negros eram privados de entrar em vários espaços e ocupar diversos cargos de trabalho, recebiam salários menores e sofriam racismo entre os próprios trabalhadores. Apontava que a divisão de cor era utilizada pelos patrões para criar conflitos entre o proletariado. Meses antes, Humbert-Droz viajara pela América Latina em nome do partido, justamente para estudar o contexto da região. Citado no tópico 1.4, nas cartas que enviou à esposa ele reparou que, no Brasil, os negros sempre faziam os trabalhos pesados.

⁴⁶⁶ Parcialmente porque a realidade histórica é sempre mais complexa e raramente explicada por apenas uma variável. Outros fatores devem ser buscados, fora das relações internas da classe trabalhadora e da agência da esquerda, para o entendimento completo do problema. Por exemplo, a repressão brutal ao movimento operário no período afastava qualquer trabalhador, não apenas negros, do envolvimento com a militância organizada.

a explicar também as principais organizações negras terem ficado alheias à influência da esquerda - até pelo menos o momento chave de maior polarização da sociedade brasileira no início dos anos 1930. Afinal, os participantes desse tipo de organização identificavam-se a partir do critério racial e enxergavam cada vez mais sua experiência como específica, distinta da parcela branca e imigrante da classe trabalhadora, e construíam demandas próprias. Espaços que ignorassem, ou pior, deslegitimassem suas pautas provavelmente não os interessariam. O depoimento de Francisco Lucrécio, ex-militante FNB, fornece uma pista de que a esquerda - anarquistas e socialistas - não se fez influente nos ambientes em que ele conviveu: “a ideologia do socialismo na época valia muito pouco porque as sociedades socialistas eram escondidas. Vieram os anarquistas naquela época daqueles movimentos populares de operários, mas não assumiam grandes posições diante da sociedade, não tinham força”.⁴⁶⁷

Também as memórias de José Correia Leite e os poucos artigos na imprensa negra que fizeram relação com esse universo ajudam a complementar os argumentos. Correia Leite geralmente foi associado a uma “esquerda” dentro do meio negro da época, apesar de nunca ter proposto a luta de classes como um tópico central ao movimento e sempre ter enfatizado o caráter distinto das duas lutas, de raça e de classe, as quais não deviam ser misturadas. Em suas memórias, o militante contou alguns casos de envolvimento com anarquistas e comunistas ao longo de sua juventude. Em relação aos primeiros, Leite teve os contatos iniciais no contexto das grandes greves, em que se interessou pelas mobilizações e chegou a frequentar algumas reuniões. Segundo ele,

em 1918, mais ou menos, houve uma greve aqui em São Paulo que parou tudo. Não se podia imaginar que o proletariado brasileiro tivesse essa consciência tão grande. Parou bonde parou tudo. Eu ainda era lenheiro naquele tempo. E tinha umas casas que, se eu não levasse lenha, não podiam funcionar. Então, me lembro muito bem que eu precisava levantar de madrugada pra pegar a carrocinha. Na boleia, junto comigo, ia um soldado. Naquela greve eu saía de madrugada e com medo. Entregava a lenha e depois saía também para a rua. Até que um dia eu vi, na Praça da Sé, aquele montão de gente. A maioria era espanhol, de buenas, alpargatas – uns sujeitos mal-encarados. Depois eles fizeram uma marcha, descendo a Rua 15 de Novembro com bandeiras vermelhas cantando e com os punhos erguidos. Eu disse comigo: “Que negócio bonito!” (CUTI; LEITE, 2007, p. 53-54).

Segundo Leite, os trabalhadores cantavam a “Internacional” e a partir daí ele passou a se inteirar dos movimentos de classe. No contexto dos protestos, foi convidado para uma reunião de anarquistas, em que haveria uma conferência de José Oiticica. Apesar de afirmar

⁴⁶⁷ Depoimento de Francisco Lucrécio, em **Frente Negra Brasileira: Depoimentos** (BARBOSA, 1998, p. 48). Esse militante mudou-se de Campinas para São Paulo em 1931. Apesar de ser um momento em que o anarquismo havia realmente declinado, outras correntes de esquerda eram bastante significativas e disputavam a classe trabalhadora. Mesmo assim, não fizeram parte do repertório de vivências de Lucrécio, que se deu em bairros populares e no associativismo negro.

que gostou do contato, sua narrativa é de decepção: além de sair com a ideia de o anarquismo ser algo utópico, descreveu que todos os militantes estavam “de chapéu na cabeça, ninguém se tratando de igual para igual” (CUTI; LEITE, 2007, p. 54). Difícil saber o que Leite realmente quis dizer com essas palavras - seria essa a sensação de um negro que foi estranhado em um ambiente majoritariamente de brancos? De qualquer forma, sua história é exemplo do potencial e interesse dos trabalhadores informais e negros em relação aos movimentos de esquerda, confirmando a tese de que disputar esses sujeitos era promissor, como pensava a IC e como tentaram agir alguns grupos anarquistas. Ao mesmo tempo, indica os possíveis ruídos nesse contato.

Em relação aos comunistas, Correia Leite teve contato com membros do PCB, ao que parece no final da década de 1920, mas, principalmente, no início dos anos 1930, em meio às mobilizações contra a condenação dos jovens negros de Scottsboro. Segundo ele, o caso reverberou na esquerda e nas classes populares tanto quanto o dos anarquistas Sacco e Vanzetti, ocorrido alguns anos antes.⁴⁶⁸ Provavelmente por enxergar o negro como integrante da classe trabalhadora, Leite admite que ficou “simpatizante, por muito tempo, do comunismo porque achava que de fato havia uma desigualdade muito grande entre ricos e pobres” (CUTI; LEITE, 2007, p. 55).

Porém, o mais significativo de seu relato sobre os contatos com os comunistas é a crítica que faz a eles, a qual permite entender os motivos de não ter se envolvido completamente nessa militância. Segundo ele, “para os comunistas era a mesma coisa que se vê hoje⁴⁶⁹. O comunista sempre entendeu que não havia questão racial, não havia causa de negros. A questão era econômica, de classe” (CUTI; LEITE, 2007, p. 55). Em diversos outros momentos de suas memórias ele reafirmou a tensão entre raça e classe dentro dos meios populares e, principalmente, das militâncias. Sobre as reuniões dos ativistas negros, logo após a dissolução do *Centro Cívico Palmares*, Correia Leite conta que “às vezes elementos comunistas iam para dizer que a gente estava errado” (CUTI; LEITE, 2007, p. 76), e anos depois, em período que extrapola o recorte desta pesquisa, tinha as mesmas discussões com Solano Trindade - poeta

⁴⁶⁸ Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti foram dois italianos envolvidos com o anarquismo e o sindicalismo nos Estados Unidos. Na década de 1920, foram presos e condenados à morte de forma injusta, servindo de bode expiatório para a investida contra o anarquismo e o movimento operário estadunidense. O caso repercutiu globalmente e mobilizou a classe trabalhadora em vários países contra a execução, incluindo o Brasil. Já os *Scottsboro Boys* foram nove jovens negros injustamente acusados de atacar um grupo de rapazes brancos e estuprar duas mulheres brancas em um trem no Alabama. Quatro deles terminaram condenados à prisão e um à morte, até que sua inocência foi provada anos depois. Na ocasião, o Partido Comunista agiu em conjunto com associações negras para impedir que os garotos fossem sentenciados à morte.

⁴⁶⁹ Leite referia-se à década de 1980, tempo presente de seu relato.

negro comunista - cujas “ideias esquerdizantes” eram de que “não havia problema de raça e sim uma luta de classes” (CUTI; LEITE, 2007, p. 157).⁴⁷⁰

Em contrapartida, tanto ele como muitos outros companheiros do meio negro identificavam-se e lutavam cada vez mais a partir das categorias de “negro” e “cidadão brasileiro”, associando o comunismo com uma esfera diferente da vida - a disputa institucional pelo poder do Estado. Em suas palavras, “eu exponho a minha situação de não misturar minhas convicções políticas com as minhas ideias de movimento negro”, e o “comunismo era um conjunto de ideias políticas, e eu não podia confundir as minhas ideias. Então, nunca misturei uma coisa com a outra. Sempre agi como negro. Quando eu tinha de tomar as minhas atitudes políticas eu era outra coisa” (CUTI; LEITE, 2007, p. 54-55, 94). Correia Leite concordava com as análises da esquerda sobre a sociedade, apoiava a esquerda e, anos depois, até votava na esquerda, mas sua militância se dava de outra forma.⁴⁷¹ Para ele, empunhar outras bandeiras políticas dividiria os negros, desviando-os de sua luta específica e se o negro não tratasse de seus próprios problemas, ninguém o faria (CUTI; LEITE, 2007, p. 118; 210). É difícil crer que seu caso tenha sido excepcional dentro do movimento negro, embora alguns tenham se envolvido em grupos da esquerda e da direita na virada para a década de 1930.

Correia Leite sempre reconheceu os pontos em comum da experiência da população negra com os demais trabalhadores, sobretudo os imigrantes, porém, sempre destacou o racismo sofrido no interior da própria classe, o qual se assemelhava ao tratamento recebido das classes dominantes, “dos que estavam lá em cima” que os tratavam ainda como “descendentes de escravos ou filhos de escravos” (CUTI; LEITE, 2007, p. 55). No mais, a experiência de Leite dentro dos movimentos classistas confirma as suspeitas de que tais espaços não eram confortáveis para os afrodescendentes:

O proletariado era tão sofrido, tão explorado quanto o negro. Eu nunca concordei com isso. Sempre me debati que havia nesse meio também um prejuízo do negro que era sempre mal recebido em casa de proletários brancos. O italiano era a classe proletária mais baixa, juntamente com espanhóis e outros. Era com eles o contato que podíamos ter na época. [...] Por outro lado, no meio proletário, o negro era visto, não de igual para igual, mas sempre com qualquer sentido de inferioridade (CUTI; LEITE, 2007, p. 55).

⁴⁷⁰ Correia Leite contou as mesmas histórias com pequenas variações em outra ocasião, em depoimento a Florestan Fernandes (2008, p. 23-24).

⁴⁷¹ Segundo suas memórias, a distinção entre ideologia política e luta racial foi o cerne de sua dissidência com a FNB, quando esta começou a esboçar contatos com os conservadores, a extrema direita e o monarquismo, a partir da hegemonia dos irmãos Veiga dos Santos na direção da instituição. Em sua carta de ruptura, Correia Leite admitiu ter inclinações republicanas, democráticas e socialistas, mas ser contrário à confusão de qualquer “convicção política” com as “ideias de movimento negro” (CUTI; LEITE, 2007, p. 94).

Esse tratamento nos ambientes da esquerda foi reiterado por outros militantes negros. Vicente Ferreira, por exemplo, era convidado para participar de comícios e eventos nas sociedades de resistência, devido à sua habilidade como orador. Apesar de ser muito admirado nessas ocasiões, nas festas que sucediam os comícios Ferreira chamava mulheres brancas para dançar e sempre era recusado, segundo acreditava, por causa de sua cor. Por entender que naqueles ambientes havia permanência do racismo, Ferreira afastou-se dos comunistas (LEITE, 2007, p. 64-65). Curiosamente, esse caso é semelhante à historieta reproduzida pelos jornalistas cariocas criticados por Adelino de Pinho em *A Plebe*.⁴⁷²

Portanto, aquele racismo analisado para o caso genérico dos imigrantes podia ser igualmente verificado na experiência de contato dos negros com os trabalhadores de movimentos organizados. Pode-se argumentar que o baixo envolvimento e diálogo entre o movimento negro, a população negra e o movimento operário deveu-se também ao fato de parte das lideranças afrodescendentes ser politicamente conservadora e aspirar à ascensão social dos negros nos moldes burgueses. Não recuso que esse possa ser um componente da questão, uma vez que o nacionalismo, o antiestrangerismo e o anticomunismo foram elementos ideológicos da sociedade dominante que incidiram com força nos debates do meio negro. Porém, o argumento não dá conta de explicá-la por inteiro.

De início, ele oculta que houve um setor importante no interior do movimento negro caracterizado como uma “esquerda”, que contava com figuras como Gervasio Moraes, Benedicto Florêncio, Guaraná de Santana, Manoel dos Passos e o próprio José Correia Leite (MALATIAN, 2015, p. 255).⁴⁷³ Em segundo lugar, já demonstrei ao longo deste trabalho que os afrodescendentes, em geral - tanto as lideranças do associativismo quanto o restante do grupo -, circulavam entre os múltiplos ambientes das associações, fábricas e também dos bares, cordões carnavalescos e clubes de futebol, muitos desses locais sem caráter de exclusividade étnica, onde eram travados contatos e trocas com brancos, imigrantes, enfim, trabalhadores que

⁴⁷² Não descarto tratar-se da mesma pessoa e da mesma história, já que Vicente Ferreira veio do Rio de Janeiro para São Paulo na década de 1920 e sempre foi envolvido em meios intelectuais, além de conhecer jornalistas e professores. No entanto, ficamos no terreno da hipótese.

⁴⁷³ É verdade que tal setor foi minoritário e se afirmou mais na década de 1930, como resposta à fascistização da FNB. Também foram “derrotados” pelos militantes da ala mais reacionária na disputa por aquela que era a maior organização negra já formada. Outra questão é relativizar o significado dessa “esquerda”, que se assemelhava mais a uma postura republicana e democrática, de oposição ao regime autoritário das oligarquias, do que propriamente uma posição socialista ou anarquista - ainda que militantes como Guaraná de Santana efetivamente utilizassem o termo “socialismo”, inclusive formando uma *Frente Negra Socialista*, experiência bem curta e sobre a qual temos pouca informação. *Grosso modo*, pode-se dizer que era uma postura compatível com uma “social-democracia”. Tudo isso não anula a importância e existência de sujeitos inclinados à esquerda ou abertos a uma opinião progressista dentro do ativismo negro. Moraes, Florêncio e Leite foram personagens muito influentes, com grande protagonismo na imprensa negra ao longo da Primeira República. Isso é evidência de uma disputa ideológica em jogo no meio negro. Sobre esse tema, ver: MALATIAN, 2015, p. 251-284.

viviam outras experiências.⁴⁷⁴ Ou seja, o grosso dessa população provavelmente teve oportunidades de contato com a militância da esquerda, mas a relação não se completou.

Por último, a imprensa negra fornece importantes evidências de contatos entre seus militantes e o movimento operário. Não foi tão raro encontrar menções de trocas com a imprensa operária nos jornais negros, mesmo naqueles de posição claramente conservadora, casos de *O Kosmos* e *Progresso*.⁴⁷⁵ Foram encontrados, por exemplo: elogios e parabenizações à atuação de jornais operários e de imigrantes; informações sobre a inauguração ou comemorações de alguns deles; avisos do recebimento de algum jornal operário pelas redações negras.⁴⁷⁶ Vez ou outra, jornais negros informaram sobre notícias do mundo sindical, mais uma prova de contato entre os dois universos.⁴⁷⁷

Um caso emblemático foi quando o periódico negro *Elite*, em uma única edição de 1924, rememorou o aparecimento de um jornal italiano de classe na capital paulista, *La Lotta*, de 1885, e parabenizou a *União dos Trabalhadores Gráficos* (UTG), onde atuavam nomes como Leuenroth, pelas festas que fizeram no “Dia dos Gráficos”, mencionando também a luta da categoria pela conquista recente do salário mínimo, que a colocava na “vanguarda das demais sociedades co-irmãs”. Segundo os articulistas do *Elite*, diversos militantes negros compareceram à festa no Salão Celso Garcia e depois visitaram a nova sede da UTG, na Rua Wenceslau Brás, onde elogiaram a biblioteca da entidade. Apesar da nota reiterar que o jornal “não pertence a nenhum credo político ou religioso”, sua equipe sentiu-se confortável em elogiar a associação e a luta dos gráficos.⁴⁷⁸

Acredito que esses elementos sugerem uma série de conclusões: os redatores de ambas as imprensas liam uns aos outros, minimamente; os negros inspiravam-se nos jornais do movimento operário - como já mostrado neste trabalho; os trabalhadores organizados tentaram cooptar pessoas do meio negro para sua luta, mesmo que de forma esporádica, utilizando como

⁴⁷⁴ Nesse aspecto, o trabalho de Marcelo Silva (2018) é exemplar, pois rompe com a ideia de mundos muito fechados dentro do meio negro, a partir do conceito de “redes negras”.

⁴⁷⁵ Perto da totalidade de jornais analisados, essas notas são pequenos fragmentos esparsos a serem caçados pelo historiador, mas existem. Já o inverso, a menção de jornais negros por parte da imprensa operária, não ocorria. Pelo menos nas fontes desta pesquisa, foi inexistente.

⁴⁷⁶ GAZETA do Operário. **A Liberdade**, São Paulo, 01/02/1919, p. 3; REVISTA. **O Kosmos**, São Paulo, 22/06/1924, p. 4. Uma troca que aparece bastante é entre *O Clarim* ou outros da imprensa negra e *O Combate*. No entanto, este último, periódico dos irmãos Nereu e Alcino Rangel Pestana, não era um jornal estritamente “operário”, ainda que tivesse opinião simpática às classes populares, abrisse espaço ao movimento operário e fizesse oposição ao governo oligárquico. Sobre esse contato, ver: VIDA social. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 30/08/1925, p. 4; A NOSSA revista. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 03/06/1928, p. 1; CAMPOS ELYSEOS. O Combate confere-lhe o título de campeão do Carnaval de 1929. **Progresso**, São Paulo, 24/03/1929, p. 5.

⁴⁷⁷ Por exemplo, quando o *Progresso* parabenizou a Sociedade dos Trabalhadores em Café, de Santos, pela eleição de Salvador de Paula, um negro, como seu novo dirigente. SOCIEDADE dos Trabalhadores em Café. **Progresso**, São Paulo, 04/1931, p. 4.

⁴⁷⁸ EPHEMERIDES; CHRONICA social. **Elite**, São Paulo, 17/02/1924, p. 3-4.

estratégia a divulgação dos periódicos de classe. Porém, o mais importante nesta discussão é perceber que houve certa abertura no meio negro para a disputa política e ideológica, mas que ela não foi sistematicamente explorada na esquerda, pelos diversos motivos discutidos. Além disso, a integração do negro no mundo da militância dos trabalhadores parecia ter um preço - o de que suas questões específicas passassem a fazer parte do universo de demandas em jogo.

Chego a questionar, portanto, uma segunda ausência, que a esta altura creio já ter ficado clara: o silêncio sobre a discussão de classe na imprensa negra. De fato, foi muito raro os periódicos negros publicarem artigos com uma análise classista e quando o fizeram, foi justamente através de reproduções de artigos da imprensa operária. Tal fato atesta que a tentativa de contato das redações de operários com os militantes afrodescendentes deu algum fruto, ainda que pouco.

Em 1924, o *Elite* reproduziu um artigo de *O Trabalhador Gráfico*, de autoria de Protta, provavelmente um italiano. O texto contestava a liberdade incompleta dos negros no pós-abolição e relacionava-a com o sofrimento de todos os trabalhadores submetidos ao novo mundo do trabalho. Protta defende o socialismo e a Revolução Russa, além de fazer críticas profundas ao capitalismo.⁴⁷⁹ Já em 1929, um artigo de M. Freire foi endereçado “Para O Clarim” e publicado pelo jornal. Trata-se basicamente de uma valorização do operário, como o verdadeiro construtor das riquezas do país, junto de críticas à exploração de classe.⁴⁸⁰ Não consegui localizar quem era esse autor, mas não há mais nenhum outro artigo seu na imprensa negra – o que permite a hipótese de se tratar de um militante do movimento operário ou de grupos de esquerda.

Encontrei uma única ocasião em que a imprensa negra militou pela primazia da questão de classe sobre a de raça. Tal artigo, presente em *O Clarim d’Alvorada*, é uma republicação de uma carta do leitor Moacyr Marques, jornalista de *A Folha da Noite*, originalmente enviada meses antes a *O Getulino*, que a publicou em Campinas. Quem trouxe de volta a carta de Marques n’*O Clarim*, misturando-a com seus próprios comentários, foi um sujeito de assinatura “Ejalves”. O argumento do texto, tanto de Ejalves quanto de Marques, é que o verdadeiro inimigo era a classe proprietária, os capitalistas - fossem estes brancos ou negros. Usando todo o repertório visto nos jornais operários, comparando a escravidão do passado com a situação do presente e clamando pela união de trabalhadores de todas as cores para a verdadeira emancipação, o texto propõe:

⁴⁷⁹ PROTТА. Ironia sangrenta. *Elite*, São Paulo, 02/03/1924, p 3.

⁴⁸⁰ FREIRE, M. Glória ao operário. *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 14/07/1929, p. 2.

No Brasil, há duas classes que combatem corpo a corpo: porém, não é a branca nem a preta – é o capital privilegiado e o trabalho escravo. É necessário que nós pretos esqueçamos da cor, e tenhamos na mente, que somos os produtores, os escravizados, os espoliados, os sacrificados, os infelizes, enfim somos aqueles que trabalhamos para a grandeza da Pátria; mas, em primeiro lugar para o enriquecimento de meia dúzia de exploradores privilegiados, sejam eles brancos ou pretos. [...] Por isso nós trabalhadores devemos [nos] unir para combater os que gozam o capital privilegiado, embora sejam da nossa cor. [...] nós trabalhadores pretos devemos formar ao lado de nossos irmãos trabalhadores brancos, na conquista da liberdade, que não nos veio em 88 e que só poderá ser conquistada a golpes de pensamentos; de devotamento, de sacrifícios, até com o próprio sangue.⁴⁸¹

Acredito que, apesar de Correia Leite e Jayme de Aguiar terem cedido espaço para essa opinião destoante em seu jornal, o texto não pode ser considerado representativo da imprensa negra. Nem Ejalves nem Moacyr Marques jamais publicaram qualquer outro artigo nesses jornais - se o tentaram ou se houve outras cartas desse tipo endereçadas às redações negras, foram barrados pelo filtro dos editores. Ainda que fossem negros, Ejalves e Marques provavelmente não faziam parte diretamente do universo do associativismo negro.⁴⁸² Excetuando-se caso e embora seus escritores tenham se definido em diversos momentos como “trabalhadores”, “pobres” ou “proletários”, a imprensa negra não enfrentou diretamente a problemática de classe - ao menos não nos termos vocabulares do movimento operário. Sua identidade e luta eram construídas prioritariamente sob o recorte racial. Portanto, é correto afirmar que, na maior parte do tempo, imprensa negra e imprensa operária, assim como os movimentos que representavam, falaram idiomas distintos.

Com a radicalização política do Brasil na entrada da década de 1930, essa situação começaria a mudar, mesmo que lentamente. Os movimentos comunista, fascista e negro cresciam significativamente, com acúmulos da década anterior. Ao passo que o meio negro se envolvia de vez com as ideologias e partidos políticos, setores da esquerda e da direita passaram a enxergar nessa população uma oportunidade de fortalecimento. Após tantas insistências da IC, o PCB, por exemplo, efetuaria o que a pesquisadora Jessica Graham (2014) chamou de uma “virada antirracista”. Como estratégia para atrair afrodescendentes para sua base, o partido ensaiaria novos discursos, aceitando a existência de uma opressão especificamente racial no país, em paralelo à exploração de classe. Para Graham (2014), além do fator externo da pressão de Moscou, os comunistas brasileiros abriram os olhos para elementos da conjuntura doméstica, principalmente a crescente investida dos integralistas e dos conservadores da FNB sobre a população negra.

⁴⁸¹ EJALVES. O inimigo do preto é o preto! **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, 13/05/1924, p. 3; MARQUES, M. Sem título. **O Getulino**, Campinas, 30/03/1924, p. 1.

⁴⁸² Ambos os escritores utilizaram expressões como “nós, trabalhadores pretos”.

Em 1931, o mesmo Octávio Brandão que anos antes negara qualquer questão do negro, parecia ter mudado substancialmente de opinião. Agora ele afirmava que era preciso “dedicar a maior atenção aos trabalhadores negros”, e pedia aos companheiros do partido uma análise acurada sobre os afrodescendentes no Brasil, que deveria compreender, entre outros quinze tópicos: “as formas de exploração dos trabalhadores negros pelos trabalhadores brancos”; “as organizações dos negros, o número de aderentes e as tendências políticas”; “as lutas dos negros - no passado e no presente”; “o papel dos negros no movimento proletário e no PC”; “a burguesia negra” (LIMA, 2015, p. 141-142). Segundo Aruã Lima, em 1934 a nova postura do partido estava consolidada (2015, p. 154).⁴⁸³

Há indícios de que outros segmentos da esquerda - entre eles os anarquistas, os antifascistas e os socialistas italianos - também estabeleceram maior contato com os afrodescendentes e consideraram o meio negro como um universo em disputa nesse novo momento. Enquanto o *Fanfulla*, já abertamente fascista, publicava artigos racistas em suas páginas contra o aumento de negros na cidade de São Paulo, o *La Difesa*, principal periódico do antifascismo italiano, logo se apressou em se postar ao lado dos negros, criticando seus compatriotas e publicando uma homenagem a Luís Gama. A nota dizia:

Luiz Gama: a imprensa fascista, isto é, a imprensa do regime da escravidão italiana não pode reconhecer a glória puríssima deste antigo escravo, que hoje é honrado pelo seu País livre e por todo o mundo civilizado. Mas os antifascistas, os italianos dignos, hoje mais do que nunca se sentem em comunhão fraternal com os Brasileiros, na homenagem a Luiz Gama, grande filho desta grande terra, astro, luminoso da liberdade humana e universal.⁴⁸⁴

Não bastasse a publicação da homenagem, os militantes de *La Difesa* devem tê-la divulgado entre o meio negro, pois *O Clarim d'Alvorada*, que rebatia os artigos racistas do *Fanfulla*, reproduziu a nota em sua edição, agradecendo o apoio dos antifascistas italianos.⁴⁸⁵

⁴⁸³ Ainda segundo Lima (2015, p. 219), em 1936, em seus escritos e reuniões em Moscou, Brandão passou a salientar “que a vida do negro no sul do país era problemática por causa dos espaços vívidos de segregação. Havia condições precárias frutos de tensão com colônias italianas”.

⁴⁸⁴ LUIZ Gama. *La Difesa*, São Paulo, 31/08/1930, p. 1.

⁴⁸⁵ LUIZ Gama. *O Clarim d'Alvorada*, São Paulo, 28/09/1930, p. 3.

Imagem 19: Cabeçalho de *La Difesa*, em homenagem a Luís Gama



Fonte: **La Difesa**, 31/08/1930.

Finalmente, a *Frente Única Antifascista* (FUA) também é um exemplo do maior contato entre a esquerda e os afrodescendentes, pois chegou a incorporar o setor dissidente da FNB em suas fileiras. Liderados por Guaraná de Santana, alguns negros de esquerda organizaram o periódico *Brasil Novo*, sempre citado entre os grupos e movimentos presentes nos eventos da FUA. Na reunião de oficialização dessa nova frente, em 1933, eles participaram como integrantes e oradores lado a lado com a *União dos Trabalhadores Gráficos* (UTG); a *Federação Operária de São Paulo* (FOSP), onde militavam muitos anarquistas e integrantes do grupo de *A Plebe*; a *Liga Comunista*, de orientação trotskista; o *Partido Socialista Brasileiro* (PSB), que contava com forte presença italiana; além de outros italianos como Orestes Ristori e o grupo antifascista *L'Italia Libera* (CASTRO, 2002, p. 360).⁴⁸⁶ Por ter sido a organização que protagonizou a Batalha da Praça da Sé em 1934, é provável que os negros que a compunham tenham participado do confronto contra os integralistas, da mesma forma que os fretenegrinos devem ter participado a favor destes (MALATIAN, 2015, p. 257-260).

Esses diálogos com afrodescendentes e integrantes do movimento negro não significam que toda a esquerda soou unânime no tocante à questão racial. Na realidade, a postura oficial da FUA, através de seu principal veículo de comunicação e instrumento de ação política, o jornal *O Homem Livre*, foi de embate com qualquer ideia de luta racial - afinal, a organização pautava-se na luta contra o fascismo, ideologia cuja pedra angular é justamente a noção de raça, sobretudo em sua versão alemã.⁴⁸⁷ Pode-se dizer que *O Homem Livre* foi “o principal espaço

⁴⁸⁶ O COMÍCIO da Frente Única Antifascista na Lega Lombarda. **O Homem Livre**, São Paulo, 17/07/1933, p. 1; QUEM quer lutar contra o fascismo? **O Homem Livre**, São Paulo, 12/09/1933, p. 1.

⁴⁸⁷ Hitler e a Alemanha nazista, além da Itália de Mussolini, ganhavam destaque na crítica do jornal. No ambiente doméstico, eram os integralistas e, em menor medida, a FNB os principais alvos.

de sociabilidade da intelectualidade antifascista paulista” (CASTRO, 2002, p. 269) e durante os dois anos de sua curta atuação, uma de suas principais discussões se deu com a FNB.⁴⁸⁸

Apesar da crescente fascistização chauvinista e xenofóbica da organização negra sob a direção de Arlindo Veiga dos Santos justificar os termos do debate, o periódico sustentou a narrativa tradicional da esquerda até então: a de que não existia qualquer questão do negro no Brasil, estes viviam lado a lado com brancos, harmonicamente, e sob as mesmas condições. Em suma, reafirmavam a narrativa das “igualdades formais” no pós-emancipação. Em seu primeiro número, um artigo assinado por “Homo” usava como epígrafe uma citação de Nina Rodrigues, “o negro é um cidadão como qualquer outro”, e dava o tom do debate:

A “Frente Negra Brasileira” está nucleando, com alguns milhares de sócios, a afirmação da existência de um problema “social e político da raça negra” no Brasil. A associação da rua Liberdade, explorando o filão do preconceito, que só existe na imaginação dos seus líderes, cria um caso, que pode dar o que fazer aos futuros governos. [...] começam a criar uma barreira para a absorção do negro no amálgama que se verifica no país, referentemente à assimilação das raças, que aqui se cruzam, numa mestiçagem violenta, cotidiana, solucionadora e indiferente às desigualdades étnicas. O problema do negro, é possível que venha a preocupar um dia, quando a Frente Negra Brasileira tiver concretizado em toda a plenitude o que tem por finalidade realizar: separar o negro do branco, do mulato e do japonês, fazer bairros de negros nas cidades, organizar escolas primárias, secundárias e superiores só de negros, estabelecerem enfim no mosaico indefinido da formação racial da nacionalidade, o quadro do elemento negro, separado de tudo o mais...⁴⁸⁹

Ao recusar as raças biológicas e o nacionalismo pautado em uma “raça brasileira”, como defendia a FNB, os antifascistas jogavam fora o bebê junto da água do banho. Fechavam os olhos para a existência de qualquer racismo, desigualdade ou questão específica da população negra no país, ratificando a narrativa de que o Brasil “não conhece nem perquire ancestralidade de ninguém, de brancos, de amarelos, de mestiços ou bronzeados, mas tão somente quer ir arranjando gente que trabalha e produza”.⁴⁹⁰ Segundo essa perspectiva, o problema do negro não existia, era inventado pelos próprios negros.

Em edição posterior, o mesmo autor reiterava as acusações, dizendo que por meio da “união política e social da raça”, um dos motes da FNB, a organização jamais iria “acabar com o preconceito da cor, descoberto não sabemos onde”, pelo contrário, fomentariam o preconceito, a partir de ideias de divisões inexistentes na sociedade brasileira. Para o redator d’*O Homem Livre*, os trabalhadores brancos, tanto na região industrial como no meio rural do interior do estado, encontravam-se “bestificados no mesmo ‘nível’ intelectual em que vive o

⁴⁸⁸ Esse mesmo embate é tema do trecho escolhido para a abertura desta dissertação, em minha introdução.

⁴⁸⁹ HOMO. Frente Negra, problema do negro, fascismo e as conclusões de Stoddard. **O Homem Livre**, São Paulo, 27/05/1933.

⁴⁹⁰ HOMO. Frente Negra - “União política e social da raça”. **O Homem Livre**, São Paulo, 03/06/1933, p. 4.

elemento tirado da ínfima condição de escravo em 88”.⁴⁹¹ Contrapondo-se ao argumento fretenegrino de que o 13 de maio não modificou a situação moral e intelectual do negro no país, o periódico afirmava que os afrodescendentes, sobretudo os nascidos livres, rapidamente se adaptaram à nova realidade e seguiam em condições de igualdade com os brancos da classe trabalhadora:

a grande maioria, o homem novo, que não nasceu escravo, esse trabalha e progride, mesmo através das dificuldades mais acres como toda a população pobre do país, e vence excepcionalmente, como, também, excepcionalmente, os elementos brancos das camadas mais desfavorecidas do povo consegue romper a barreira dos lugares privilegiados... Mas o adiantamento do homem negro em nada fica a dever, proporcionalmente, ao grau alcançado pelo homem branco, considerando-se que este não foi tirado do estofo de escravidão.⁴⁹²

Não era a primeira vez que os militantes negros defrontavam-se com a acusação de serem criadores de um segregacionismo inexistente no país. Eles estavam acostumados com essa crítica, recorrente também na imprensa e nos discursos da classe dominante, direcionada a todas as organizações do ativismo negro desde que este se consolidou na cidade (PINTO, 2013, p. 405-406). Na ocasião de lançamento da FNB, a imprensa de várias capitais do país iniciou uma campanha de repúdio, com termos semelhantes aos que foram usados pelos antifascistas.⁴⁹³ Acusações desse tipo continuariam a ressoar por longo tempo contra o movimento negro. Daí a necessidade de José Correia Leite, décadas depois em suas memórias, ainda mostrar preocupação em negar o caráter segregacionista de seu movimento, descolando-se das ideologias racistas do nazifascismo:

A guerra do Hitler foi uma guerra racista, uma questão de superioridade racial. O negro nunca fez movimento racista, com ideia de ser superior a quem quer que seja. Nosso movimento, pode ter certo cunho racista e, no dizer de Jean Paul Sartre, é um racismo antirracista, no sentido defensivo, não de superioridade racial. [...] Essa palavra racismo, depois da guerra, veio reforçar aquela situação meio chata: o negro toda a vez que queria falar dos seus problemas era chamado de racista (CUTI; LEITE, 2007, p. 158).

Mesmo os expoentes mais conservadores do meio negro, os irmãos Veiga dos Santos, adotaram no jornal da FNB uma postura próxima à de Correia Leite, defendendo que o tipo de ativismo da organização não propunha hierarquização das raças ou segregacionismo. Sua resposta a esse tipo de crítica trazia à tona todo o acúmulo do movimento negro até então, reafirmando como centro de seu projeto a luta pela integração efetiva dos afrodescendentes no grupo nacional, em condição de cidadania plena:

⁴⁹¹ HOMO. Frente Negra - “União política e social da raça”. **O Homem Livre**, São Paulo, 03/06/1933, p. 4.

⁴⁹² Ibidem.

⁴⁹³ SANTOS, I. V. dos. Liberdade utópica. **A Voz da Raça**, São Paulo, 13/05/1933, p. 1.

Outros dizem que a ação da F.N.B. pode trazer para o Brasil uma *QUESTÃO*, que não existe, com tendência a uma divisão racial, mas nada disso existe, não adianta esse *envenenamento*, não é nada disso o que se prega na *Frente Negra Brasileira*, o que desejamos é estar sempre ao lado dos nossos irmãos brancos, em todos os ramos de atividade, especialmente na parte que toca a nossa nacionalidade [...] porque só compreendemos um Brasil forte e unido, com a união de todos os brasileiros, sem distinção de cor ou credo político [...] assim sendo de cabeça altiva, a raça quase unida pleiteia e pleiteará dentro da ordem os seus direitos como brasileiros que são e que nunca deixarão de ser.⁴⁹⁴

De fato, a FNB nunca propôs uma segregação racial nos termos que parte da esquerda apontava, de uma divisão entre negros e brancos no interior da sociedade brasileira. Em seus momentos de maior radicalidade, o projeto frentenegrino expressou um ultranacionalismo avançando contra os imigrantes e defendendo um “Brasil para os brasileiros”. Isso incluiria, naturalmente, a devida integração do negro em todos os espaços e, principalmente, no mercado de trabalho - a tão falada “integração da raça”, jargão desde os tempos iniciais da imprensa negra. Portanto, havia uma postura segregacionista em relação ao estrangeiro, mas não com os grupos pertencentes à categoria “brasileiros”.

A ascensão das lideranças conservadoras aos cargos de direção da FNB tornou a organização ferrenhamente antiesquerdista e oficializou o discurso que identificava nos estrangeiros a chegada e difusão das ideias subversivas no Brasil. O embate, portanto, estava formado: além de tomarem o lugar do negro e deturpar a construção da brasilidade, os estrangeiros traziam valores de esquerda a serem combatidos. Novamente surgia o imigrante como grande opositor do negro no cenário de São Paulo. Assim, o discurso da FNB passou a unir de forma completa o aspecto político-ideológico com o étnico-racial/nacional.

Os artigos de Homo em *O Homem Livre* geraram reações diretas da FNB - uma troca de farpas jamais vista entre os jornais negros e da esquerda no período anterior. Nos meses seguintes aos ataques daquele periódico, *A Voz da Raça*, órgão de comunicação oficial da FNB, publicou um artigo intitulado “Resposta a um boletim lançado pela canalha anarquista-comunista-socialista, que obedece aos padrões judeus e estrangeiros”. No texto, Arlindo Veiga dos Santos colocava-se contrário à análise da luta de classes, apontando-a como uma “conspiração estrangeira”. Além disso, reafirmava que o compromisso do negro era com a raça, em integrá-la à nação, e com o Brasil, contrapondo-se, simultaneamente, ao capitalismo e à esquerda: “o frentenegrino não é lacaios da burguesia injusta, nem lacaios de vocês, bolchevistas embuçados”.⁴⁹⁵ Seu discurso reforçava a união sob um nacionalismo abstrato e pretensamente

⁴⁹⁴ SANTOS, I. V. dos. Liberdade utópica. *A Voz da Raça*, São Paulo, 13/05/1933, p. 1.

⁴⁹⁵ SANTOS, A. V. dos. Resposta a um boletim lançado pela canalha anarquista-comunista-socialista, que obedece aos padrões judeus e estrangeiros. *A Voz da Raça*, São Paulo, 09/12/1933, p. 1.

apolítico, mas que enfatiza o caráter não segregacionista de cor de pele: “os verdadeiros brasileiros são SÓ BRASILEIROS: não há negros, não há brancos, não há fretenegrinos, não há chapa-única, não há patrianovista, não há fascista. HÁ SÓ BRASILEIROS”.⁴⁹⁶ Os únicos excluídos do projeto de Brasil da FNB, que incluía devidamente os negros e mestiços, eram os estrangeiros. Em seu projeto, a luta racial continuava no centro e a luta de classes continuava negada.

Portanto, as “(quase) ausências” de raça e classe dentro dos movimentos operário e negro, respectivamente, tinham seus fundamentos bem estabelecidos, não se trata de meros acasos ou desconhecimento. Suas impressas, cotejadas com outras fontes, permitem ao historiador compreender essas posições. Do lado da esquerda, em suas múltiplas vertentes, havia a noção de lutar contra a narrativa de raças biológicas e os nacionalismos, estabelecendo que a única divisão social possível sob o capitalismo era a de classes. A partir daí, militaram para construir uma identidade de classe que unisse os trabalhadores, nivelando todas as diferenças internas. Na perspectiva desses movimentos, os negros eram sujeitos a serem disputados, desde que aderissem às ideias e aos princípios classistas e, nesse sentido, foram irredutíveis à influência de ideias do ativismo negro em seus grupos e lutas.

Pelo lado dos afro-brasileiros, foi possível notar três posições em relação ao movimento operário e à questão de classe. A primeira era abertamente antiesquerdista, representada pelos irmãos Veiga dos Santos e pela FNB no pós-1930 - apesar de já existir de forma pontual e atenuada na imprensa negra da Primeira República. Tal posição foi estimulada pela escalada dos nacionalismos no contexto entreguerras e pela identificação do anarquismo e do socialismo com os imigrantes, grupo social com quem a população afrodescendente, sobretudo suas lideranças ativistas, estabeleceu rivalidades significativas. A segunda posição foi aquela encontrada em Correia Leite, hegemônica no ativismo negro antes da polarização de 1930. Nela não existe um confronto direto com a identidade de classe e com as propostas da esquerda, mas há a ideia de tratar-se de lutas distintas, que não deveriam ser misturadas. Assim, o objetivo do movimento negro era pleitear sua inclusão na nação enquanto negro e brasileiro, não sob outras ideologias, mesmo que seus militantes pudessem simultaneamente construir a luta de classes em outros ambientes. Para essa posição, contribuiu a pouca atenção dada pelo movimento operário à causa do negro, além do fato de ser um ambiente dominado pelos estrangeiros. Por fim, existiu uma terceira posição, desta vez favorável ao debate classista e à integração do negro

⁴⁹⁶ SANTOS, A. V. dos. Resposta a um boletim lançado pela canalha anarquista-comunista-socialista, que obedece aos padrões judeus e estrangeiros. **A Voz da Raça**, São Paulo, 09/12/1933, p. 1.

com o restante dos trabalhadores brancos na luta de classes. Porém, além de ser minoritária no universo do ativismo negro, ela é pouco identificável através das fontes da imprensa negra.

CONCLUSÃO

As relações de poder que colocavam o povo negro na camada inferior tinham origem no uso do racismo como ferramenta da classe economicamente ascendente - a capitalista. O racismo significava mais lucro e, no que dizia respeito à classe trabalhadora branca, divisão e confusão.

Angela Davis (2019, p. 162)

Enquanto a solidariedade racial entre brancos for mais forte do que a solidariedade de classe inter-racial, tanto o capitalismo quanto a branquidade continuarão a existir.

Asad Haider (2019, p. 81)

Chegado o final da trajetória desta dissertação, é possível sublinhar os objetivos atingidos por meio do confronto analítico entre as fontes da imprensa negra e da imprensa operária; e dos diálogos encontrados na encruzilhada entre as historiografias da imigração, do pós-abolição e dos mundos do trabalho. No transcorrer da análise, foi possível captar características consonantes e díspares dos movimentos sociais em ebulição na capital paulista de início do século XX, além de importantes aspectos da experiência de grupos distintos que integraram a classe trabalhadora, em suas variáveis étnico-raciais. Foram identificados pontos de contato e atrito entre os projetos políticos do movimento negro e operário, estabelecendo conexões entre as histórias e escapando dos perigos de cair em descrições formais e/ou isoladas de cada grupo. De forma direta ou nas entrelinhas, as fontes revelaram importantes percepções que os articulistas negros, imigrantes e ativistas do movimento operário em geral elaboraram uns dos outros, e indicaram pistas sobre os debates da época no interior das classes populares – sobretudo no tocante às relações entre raça e classe.

Negros e imigrantes depararam-se com problemas análogos na busca cotidiana pela sobrevivência e os tomaram como pautas de mobilização. Seguindo a trilha da historiografia e as fontes da época, com destaque para os relatos dos próprios militantes em suas imprensas alternativas foi possível identificar as questões de moradia, saúde, educação, violência policial e, claro, as questões diretamente relacionadas ao mundo do trabalho. Juntas, elas compõem um panorama acerca da precariedade estrutural imposta às classes populares na Pauliceia. Em sua constituição, o movimento negro e o movimento dos trabalhadores reconheceram tais problemáticas na elaboração de seus projetos políticos, de modo a lutar por transformações.

Em que pesem as similaridades enfrentadas pela população negra e imigrante devido à posição de classe, a presente pesquisa sustentou-se no fato de que esta não é a única condicionante da experiência dos sujeitos históricos - seguramente, ambos os grupos vivenciaram pobreza, porém não da mesma maneira. Embora seja uma componente

imprescindível nas análises históricas, em determinados contextos é insuficiente tomar “classe” como “categoria guarda-chuva” para se aproximar da totalidade das relações sociais. No caso estudado aqui, as diferenças étnico-raciais, em uma cidade que carregava as marcas da sociedade escravista e ambicionava embranquecer a qualquer custo, atuaram como fator complicador dessas relações, sobretudo entre trabalhadores de origens tão heterogêneas.

A luta de classes poderia ter sido um terreno fértil de encontro entre a população negra e os imigrantes das variadas nacionalidades, cujos interesses de classe, grosso modo, coincidiam. Porém, em geral isso não se concretizou. Entre as camadas da classe trabalhadora, a heterogeneidade cumpriu papel importante e, sobretudo no caso específico entre negros e imigrantes, constituiu um desafio para a sua unidade. Dentro de uma conjuntura extremamente difícil, elementos como o excesso de mão de obra proporcionado pelas políticas de imigração, o racismo estrutural brasileiro rapidamente assimilado e reproduzido pelos estrangeiros, e os nacionalismos, explicam muito dos desencontros entre os dois grupos. Esses temas ganham importância nas fontes das imprensas e integram seus debates.

Considerando que as classes dominantes alcançaram êxito em forjar um cenário de abundância de mão de obra, a disputa por trabalho acirrou rivalidades e deixou as populações pobres sem grandes margens de negociação. Diante de um mercado de trabalho precário cuja competição assumia caráter racializado, os ressentimentos étnicos encontraram ambiente favorável para germinar. Confrontos entre trabalhadores organizados e fura-greves, ou entre empregados e desempregados, frequentemente foram expressos em termos étnico-raciais ou nacionais, os quais eram reforçados através de estigmas e discriminações. Se as tensões étnico-raciais não podem ser explicadas em sua totalidade como simples reflexo da concorrência no âmbito econômico, é inegável que o mercado de trabalho atuou como catalisador dos conflitos.

Especificamente em relação à população negra, a pesquisa evidenciou o caráter estrutural do racismo em suas múltiplas dimensões, na cidade que se constituía como epicentro de sua reprodução no alvorecer do período republicano. Apesar de historicamente o racismo ser um fenômeno cujas origens remontam ao colonialismo e à sociedade escravista, ele não apenas sobreviveu à destruição desta, mas se reconfigurou acompanhando as grandes mudanças da sociedade brasileira na passagem para o século XX, em todas suas instâncias – política (derrocada do império), econômica (fim da escravidão e transformação nos mundos do trabalho); cultural/ideológica (positivismo, cientificismo, racismo, novas expressões do nacionalismo), demográfica (imigração). Longe de ser mera herança ou resquício da escravidão, o racismo é renovado no avançar do capitalismo, assumindo novas formas, visto que é uma das expressões de suas estruturas (ALMEIDA, 2020, p. 184).

Na sociedade do “*apartheid* paulistano”, entre os anos finais da escravidão até os anos 1930, o racismo apresentava-se amparado no projeto de branqueamento cuja centralidade foi a imigração, permeando todos os âmbitos sociais e configurando a experiência dos trabalhadores de forma absolutamente racializada – tanto no caso dos negros quanto de imigrantes europeus. Nesse momento, o racismo tornava-se um dos fatores de peso na distribuição da desigualdade, das oportunidades e das hierarquias, em uma ordem social em que negros passaram a ter cidadania e estatuto jurídico de homens livres.

Minha análise mostrou as reações dos militantes do movimento negro inicial às diversas faces da manifestação do racismo. Primeiro em âmbito institucional, quando eram barrados das fábricas, comércios, cargos de prestígio do setor público; ou quando o Estado ora os abandonava em termos de garantia de condições dignas de vida, ora os perseguia como vadios, criminosos, ameaças à ordem e aos valores da civilização. Em seguida, no plano individual e das relações cotidianas, em que o foco era notadamente os imigrantes, principais sujeitos com quem afro-brasileiros dividiram os espaços populares da cidade.

Por ser um fenômeno estruturante da ordem social, já naturalizado em solo brasileiro, o racismo perpassa todos os grupos sociais, incidindo não apenas na classe dominante, mas também no interior da classe trabalhadora. Tal fato tornou-se claro no decorrer da pesquisa, à medida que as relações entre negros e imigrantes foram se revelando essencialmente tensas e conflituosas – antes de qualquer solidariedade de classe, o que mais se verificou foi a manifestação do racismo na camada dos brancos pobres. Uma das conclusões significativas é que, de fato, os imigrantes distanciaram-se dos negros, e em muitos casos aproveitaram de sua branquitude como diferencial.

Mesmo na militância do movimento operário, cuja parte significativa era de origem estrangeira, a reprodução do racismo aparece de forma clara – seja quando falam diretamente dos negros ou, ao contrário, quando silenciam sobre eles e a existência de uma questão racial no Brasil. Parte disso são as elaborações teóricas nas páginas da imprensa operária que sustentavam divisões, às vezes involuntárias, entre um “proletariado imigrante”, supostamente mais aguerrido, pois formado em tradições revolucionárias; e um “proletariado nacional”, sem tradição, preso às amarras do escravismo, formado majoritariamente por negros e mestiços. Por mais que as lideranças dos trabalhadores gradualmente se empenhassem em superar tais interpretações, percebendo-as como armadilhas, as permanências do pensamento dominante de raiz positivista, etnocêntrica e racalista frequentemente voltavam à tona em seus debates. No caso dos trabalhadores imigrantes, defrontar-se cotidianamente com a diferença, em relação à

população negra e às outras nacionalidades, reforçou identidades étnicas que coexistiram com a construção da identidade de classe.

Diante dessa situação, os militantes afrodescendentes percebiam-se na condição de “estrangeiros em sua própria terra”, marginalizados em prol de sujeitos há pouco tempo desembarcados no país. Em sua perspectiva, paulatinamente se tornavam minoria frente a imigrantes privilegiados em uma ordem social que assistiu à reformulação do racismo após a abolição e onde a branquitude ganhava peso determinante. Assim, a figura do estrangeiro constituiu um dos elementos centrais no discurso do movimento negro que tomava corpo na cidade e seria importante para a elaboração de seu próprio projeto identitário e político. Nos segmentos mais moderados e progressistas do movimento, o confronto com o imigrante fez parte da elaboração de uma ideia positivada de “raça” e de negritude, como integrante legítima da nacionalidade brasileira, em pé de igualdade com os brancos. Dessa forma, contrapunham-se às ideologias de branqueamento, cujo projeto de Brasil os excluía de antemão. Já nas vertentes mais conservadoras, o movimento negro incorporou um anti-imigrantismo radical, alimentado pela intensificação do nacionalismo.

Todo esse cenário transformou-se, aos poucos, na virada para os anos 1930, principalmente a partir de fatores como: a mudança nas políticas de imigração; a diminuição da influência imigrante nas classes populares; as novas posturas do Estado em relação ao mercado de trabalho e nas mediações dos conflitos entre capital e trabalho; a vitória de um projeto político nacionalista que incorporou em seu discurso a ideia de “democracia racial”; a polarização ideológica do entreguerras. Na nova conjuntura, houve a reformulação dos desafios no caminho dos trabalhadores, tanto do movimento de classe quanto do movimento negro.

Porém, é certo que, nas décadas seguintes e até os dias de hoje, as contradições entre as questões de raça e classe, entre a esquerda e o movimento negro, continuaram ensejando debates acalorados, conflitos e alianças. Novas páginas dessa história continuam sendo escritas a cada dia. Felizmente, acredito que houve inegáveis avanços para atuações conjuntas dos movimentos, sobretudo a partir do entendimento de que capitalismo, racismo e outras formas de opressão são elementos essencialmente interligados. A esquerda já não pode ignorar a existência da questão racial como estruturante da sociedade brasileira e busca reconhecer suas contradições em relação a isso. Paralelamente, o movimento negro de forma geral obteve ganhos importantes a partir de diálogos e alianças com a esquerda, integrando alguns de seus setores. Dito de outra maneira, passos significativos foram dados em direção às considerações de Angela Davis e Asad Haider, nas frases de abertura desta conclusão.

Enfim, a narrativa apresentada trata de uma pequena parte da história de enfrentamento e resistência dos grupos populares à imposição da ordem capitalista e racista na São Paulo da Primeira República. Quando dei meus primeiros passos nessa pesquisa, estava ansioso para encontrar maior solidariedade, conversas e atuações conjuntas entre os movimentos, já naquele momento histórico longínquo. No entanto, a análise revelou maior existência de contradições e tensões. Daí o entendimento, óbvio, é verdade, de que nem sempre (ou quase nunca) o passado apresenta-se ao historiador da maneira como este espera encontrá-lo. Embora meu desejo fosse contar uma história menos sombria, acredito que a pesquisa contribuiu para o melhor entendimento das fissuras no interior da classe trabalhadora. Partes mais animadoras dessa história - principalmente as lutas contra a classe dominante - vêm sendo reveladas de forma competente por inúmeros outros historiadores e historiadoras.

Acredito que esta dissertação evidenciou as potencialidades de se juntar as historiografias da imigração e do negro, reforçando a necessidade de maiores diálogos entre elas. No caso de São Paulo, o trabalho soma-se a uma gama de pesquisas que vem redirecionando o olhar sobre a história da cidade, interpretando-a não somente pela via imigrante, mas incorporando a perspectiva das populações negras. Esse é um passo fundamental para romper a tendência ainda bastante comum de se pensar a história do negro apenas como um parêntese, um “recorte” na História do Brasil, não como integrante de sua totalidade.

Se os trabalhos em História devem servir às inquietações da sociedade no tempo presente, creio que esta análise cumpriu seu propósito, uma vez que pode estimular as reflexões e a continuidade dos diálogos entre raça e classe, questões na ordem do dia na universidade, na política e na sociedade em geral. Até porque a classe trabalhadora continua e continuará atravessada por heterogeneidades de vários tipos. Tais diálogos tornam-se ainda mais fundamentais na conjuntura desenhada no horizonte - de retrocesso nos direitos e condições trabalhistas a níveis próximos aos da Primeira República; e de avanço do racismo, declarado abertamente por setores da sociedade e representado nos mais altos cargos do poder. Por outro lado, os trabalhadores seguem reinventando suas formas de luta e organização, e o movimento negro adquire protagonismo cada vez maior, pautando os debates da sociedade.

REFERÊNCIAS

1.Fontes

1.1. Jornais de Imprensa Negra

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade:

O Menelik (1915-196)

A Rua (1916)

O Xauter (1916)

O Alfinete (1918-1921)

O Bandeirante (1918-1919)

A Liberdade (1919-1920)

A Sentinella (1920)

O Kosmos (1922-1925)

O Getulino (Campinas, 1923-1924)

Elite (1924)

O Clarim d'Alvorada (1924-1933)

Auriverde (1928)

Progresso (1928-1932)

A Chibata (1932)

A Voz da Raça (1933-1934)

1.2. Jornais de Imprensa Operária, Imigrante e Antifascista

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp):

Gli Schiavi Bianchi (1892)

Avanti! (1901)

La Nuova Gente (1903)

La Battaglia (1908, 1912 e 1913)

La Propaganda Libertaria (1914)

Guerra Sociale (1915- 1917)

A Plebe (1917, 1919-1922, 1924, 1927, 1932)

Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP):

La Barricata-Germinal (1913)

A Rebelião (1914)

Guerra Sociale (1915- 1917)

A Plebe (1917, 1919-1922, 1924, 1927, 1932)

Alba Rossa (1919-1922)

A Obra (1920)

O Homem Livre (1933-1934)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e Museu da Imigração:

La Difesa (1930)

1.3. Jornais de Grande Imprensa

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

Diário Nacional (1929)

A Gazeta (1924)

1.4. Coletânea de Documentos

PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael. **A classe operária no Brasil (1889-1930): documentos**. São Paulo: Alfa Omega, 1979, v.1.

_____. **A classe operária no Brasil (1889-1930): documentos**. São Paulo: Alfa Omega, 1982, v. 2.

1.5. Relatórios, Anuários Estatísticos e Demografia

ARAÚJO, Oscar Egydio de. Enquistamentos étnicos. **Revista do Arquivo Municipal**, v. 65, p. 227-246, mar. 1940.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B. (org). **São Paulo do passado: dados demográficos** (1890; 1920; Capital). Campinas, SP: NEPO/Unicamp, 1998, v. 5, 6 e 7.

BETHELL, Leslie. The Cambridge History of Latin America, c. 1870-1930. Cambridge University Press, 1986, v. 4, p. 131. Disponível em **Dossiê Era Vargas – CPDOC**: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria/Imigracao>. Acesso em 20/08/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico dos censos demográficos**. 1993. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em 20/08/2020.

HISTÓRICO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Tabelas**. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php. Acesso em 20/08/2020.

RELATÓRIO da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Districto de Sta. Ephigenia ao Secretário de Negócios do Interior, Cesário Mota, 1893. Disponível em: http://arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/corticoss_ephigenia. Acesso em 20/08/2020.

1.6. Legislação

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal. **Código de leis do Brasil - 1890**, p. 2664. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/08/2020.

1.7. Cartas, Cronistas, Literatura, Memórias e Outros

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Ubu, 2017.

BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira**: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**. São Paulo: Ática, 1995.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC, Ed. Unesp, 1998.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CUTI; LEITE, José Correia. **...E disse o velho militante**: José Correia Leite. São Paulo: Noovha América, 2007.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1980.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRANZINA, Emilio. **Merica! Merica!** Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina, 1876-1902. Milano: Giangiacomo Feltrinelli Editore, 1979.

FILME, Geraldo. **A música brasileira deste século por seus autores e intérpretes**. São Paulo: Sesc – Serviço Social do Comércio, 2000. CD (53 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NvoQ5s6v9XU&t=39s>. Acesso em 27/07/2020.

JESUS, Carolina de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI, 2014.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora Globo, 2007.

MACHADO, Alcântara. **Brás, Bexiga e Barra Funda**. São Paulo: Nova Alexandria, 2012.

MENEZES, Raimundo. **São Paulo de nossos avós**. São Paulo: Saraiva, 1969.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910**: retrato de uma época. São Paulo: Martins, 1962.

QUERINO, Manuel. O africano como colonizador. In: ARAUJO, Emanuel (Org.). **Textos de negros e sobre negros**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Museu Afrobrasil, 2011, p. 24-35.

2. Obras de Referência e Instrumentos de Pesquisa

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel (orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 20/08/2020.

_____. **Dicionário da Elite Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 20/08/2020.

CPDOC. **Navegando na História: A Era Vargas – 1º Tempo – dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em 20/08/2020.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira (coord) [et al]. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT)**. 3 ed. rev. ampl. mod. São Paulo: SIBiUSP, 2016, 100 p. (Cadernos de estudos, 9).

SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

TOMMASEO, Nicolo; BELLINI, Bernardo. **Dizionario della lingua italiana**. Torino: Società L'Unione Tipografico-Editrice, 1861. Disponível em: <http://www.tommaseobellini.it/#/> . Acesso em 20/08/2020.

TRECCANI. **Dicionário Online de Língua Italiana**. Disponível em: <http://www.treccani.it/>. Acesso em 20/08/2020.

3. Bibliografia

AHAGON, Vitor Augusto. **A trajetória militante de Adelino de Pinho: passos anarquistas na educação e no sindicalismo**. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos Cebrap**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 30-

56, jul. 1988.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER (org.). **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA; FGV, 2002, p. 11-18.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

ALVARENGA, Lucas T. R. Nos bastidores de um jornal anarquista: as particularidades do processo de produção de um jornal libertário na Primeira República (1900-1935). **Crítica histórica**. Maceió, n. 21, p. 66-92, jul. 2020.

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANDERSON, Benedict. **Sob três bandeiras**: anarquismo e imaginação anticolonial. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Fortaleza, CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

AZEVEDO, Amailton Magno. **A memória musical de Geraldo Filme**: os sambas e as micro-áfricas em São Paulo (1927-1995). 2006. 243 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. **Boletim de Sociologia**. FFLCH/USP, n. 2, Estudos Afro-Brasileiros, 2ª série, 1951.

BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. São Paulo: Edusp, 2005.

BERTONHA, João Fábio. Trabalhadores imigrantes entre identidades nacionais, étnicas e de classe: o caso dos italianos em São Paulo. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 19, p. 51-67, nov. 1998.

BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal *La Battaglia* e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 8/9, p. 117-149, 1998.

_____. **Classe e nação**: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920.

Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

_____. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico; FRANZINA, Emilio (Orgs.). **História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil** (séculos XIX e XX). São Paulo: Edusp, 2010, p. 23-48.

_____. TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. Barueri, SP: Nobel, 1985.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, v. 3.

BUTLER, Kim D. **Freedoms given, freedoms won**. Afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador. Nova Jersey: Rutgers University Press, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. **Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH**. Campinas, SP, p. 225-239, set. 1969.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. **Seminários – Imigração, Repressão e Segurança Nacional**, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, n. 3, p. 23-44, out. 2003.

_____. CROCI, Frederico; FRANZINA, Emilio (Orgs.). **História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil** (séculos XIX e XX). São Paulo: Edusp, 2010.

CARVALHO, Gilmar. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASTRO, Cristián. The transnational imagined community of the Black Press of São Paulo and Chicago, 1900 – 1940s. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 71-92, jan-abr. 2017.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 354-388, dez. 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São

Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**. Campinas, v. 14, n. 26, p. 15-46, 2009.

CHAVES, Marcelo. **Da periferia ao centro da(o) capital**: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil, São Paulo, 1925 – 1945. 2005. 285 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 103-131.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Beyond slavery**: explorations of race, labour, and citizenship in postemancipation societies. The University of North Carolina Press, Chapel Hill e Londres, 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CRUZ, Maria Cecília V. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 188-209, dez. 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes da. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá/PR, n. 166, p. 104-111, mar. 2015.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. A aurora de um grande feito: a herma de Luiz Gama. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 389-416, jul. 2016.

_____. **A insurgência de ébano**: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). 2005. 341 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, p. 100-122, 2007.

_____. **Uma história não contada**: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930). 2000. 343 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 83-102.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **O sono da indolência sob a árvore da liberdade**: os caminhos da emancipação do escravo no Brasil (1880-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008, v. 1 e 2.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

FIELDS, Barbara J. Ideology and race in american history. In: KOUSSER, J. Morgan; McPherson, James M. (Orgs.). **Region, race and reconstruction**: essays in honour of C. Vann Woodward. New York: Oxford University Press, 1982, p. 143-177.

FRACCARO, Glaucia Candian. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016. 198 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2016.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. **Fronteiras em definição**: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal *O Clarim da Alvorada* (1924-1932). 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GERALDO, Endrica. A lei de cotas de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 15, n. 27, 2009.

GLEDHILL, Sabrina. Expandindo as margens do Atlântico Negro: leituras sobre Booker T. Washington no Brasil. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 122-148, 2013.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____; DOMINGUES, Petrônio J. (Orgs.). **Políticas da Raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços**: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. 2008. 519 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GRAHAM, Jéssica. A virada antirracista do Partido Comunista do Brasil, a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Políticas da Raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 353-376.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan/jun. 2003.

_____. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, jan/abr. 2004.

HALL, Michael. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico; FRANZINA, Emilio (Orgs.). **História do trabalho e histórias da imigração**: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX). São Paulo: Edusp, 2010, p. 49-63.

_____. Imigrantes na Cidade de São Paulo; O movimento operário na Cidade de São Paulo: 1890-1954. In: PORTA, Paula (Org.). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3, p. 121-151; 258-289.

_____. Immigration and the early São Paulo working class. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas (Anuário de História de América Latina)**, n. 12, p. 393-407, 1975.

HAHNER, June. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920. Brasília: Ed. UnB, 1993.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSBAWM, Eric, J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leuenroth: uma vida e um arquivo libertários. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 112-149, 1997.

KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019.

_____; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 74-91.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 25-38, fev. 1998.

LEAL, Cláudia F. Baeta. **Pensiero e Dinamite**: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

LIMA, Aruã da Silva. **Comunismo contra o racismo**: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939). 2015. 250 f. Tese (Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma História Global do Trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LUCA, Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto; Brasília/DF: CNPq, 1990. (Série República).

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. From slave rebels to strikebreakers: the Quilombo of Jabaquara and the problem of citizenship in late-nineteenth-century Brazil. **Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 86, n. 2, p. 247-274, mai. 2006.

_____. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2010.

MAGNANI, Silvia. **O movimento anarquista em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALATIAN, Teresa. **O cavaleiro negro**: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira. São Paulo: Alameda, 2015.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Marcelo T. Quintanilha. **A civilização do delegado**: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. 2012. 315 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Volume 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013, v. 1.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Escravizados e livres**: experiências em comum na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MELLO, Marina Pereira Almeida. **Não somos africanos... somos brasileiros**: povo negro, imigrantismo e identidade paulistana nos discursos da imprensa negra e da imprensa dos imigrantes (1900-1924) – dissensões e interações. 2005, 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **O ressurgir das cinzas**: negros paulistas no pós-abolição. 1999. 196 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo (1889-1930)**. 2010. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca/SP, 2010.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros, e imigrantes no Oeste paulista (1880-1914). São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MORSE, Richard. **A formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1970.

MOTT, Maria Lúcia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). **Projeto História**, São Paulo, n. 25, p. 197-219, dez. 2002.

MOTTA, Ubirajara Damaceno. **Jornegro**: um projeto de comunicação afro-brasileira. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1986.

MOURA, Clóvis, Organizações negras. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis, RJ: Vozes/CEBRAP, 1983, p. 142-175.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set-dez. 2016.

NASCIMENTO, Rogério. **Florentino de Carvalho**: pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

NAXARA, Márcia Regina. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do trabalhador nacional (1870-1920). 1991, 246 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1991.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

OLIVEIRA, Andre Cortes. **Quem é a “gente negra nacional”?** Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

OLIVEIRA, Ivan Thomaz L. **Definindo atitudes**: sindicalismo de intenção revolucionária e as escolas modernas de São Paulo (1900-1919). 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2018.

PASTORE, Victor. A imprensa negra paulista frente à experiência dos negros nos Estados Unidos: diálogos transnacionais, imprensa e circulação de ideias (1915-1932). In: XXIV Encontro Estadual da ANPUH – Seção São Paulo, 2018, Guarulhos. **Anais...** Guarulhos: Unifesp, 2018.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010, 268 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no início do século XX. **Revista de História**, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

_____. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

PINTO, Maria Inêz M. Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp, 1994.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa, PR: Uepg, 2013.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 307-329, jan-abr. 2019.

PORTA, Paula (Org). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REGO, Yarácê Morena. **Movimentos e tensões: experiências de liberdade de afrodescendentes em São Paulo (1880-1900)**. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REIS, Ruan. **Letras de fogo, barreiras de lenha: a produção intelectual negra em movimento (São Paulo, 1915-1931)**. 2017. 262 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Jonatas Roque. História social dos clubes negros no pós-abolição. In: Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional, 9, 2019, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2019.

RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. **Desejado e temido: o preconceito contra o imigrante italiano em São Paulo na Primeira República**. 1985. 201 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe M. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; _____. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan-jun. 2004.

ROCHA, Fábio Dantas. **Saindo das sombras: classe e raça na São Paulo pós-abolição (1887-1930)**. 2019. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos/SP, 2019.

RODRIGUES, Edgar. Figuras exemplares do anarquismo e/ou “escritos” pouco convencionais. **Verve**, São Paulo, v. 5, p. 88-111, 2004.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP; Studio Nobel, 1997.

_____. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Territórios em conflito: São Paulo, espaço, história e política**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori: uma aventura anarquista**. 1998. 242 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1998.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. 2014. 332 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2014.

ROVINA, Melina R. **Fogo cruzado: imigrantes italianos entre o barrete frígio e o saco de coar**

café. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2012.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2017.

SANTOS, Kauan Willian dos. **Paz entre nós, guerra aos senhores: anarquistas em São Paulo diante à Primeira Guerra Mundial**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

_____. Uma pedra no sapato: anarquismo e o sindicalismo revolucionário na década de 1920 no Brasil e as conexões translocais de práticas e ideias além do eixo Rio-São Paulo. **Revista Hydra**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 55-82, jul. 2019.

SANTOS, Rael F. E. **A África na imprensa negra paulista (1923-1937)**. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954. In: PORTA, Paula (Org). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3, p. 341-385.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **Revista USP**, São Paulo, n. 63, p. 16-35, set-nov. 2004.

_____. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Volume 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Orfeu extático na metrópole: literatura como missão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, José Carlos Gomes da. **Os suburbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo 1900-1930, cotidiano, lazer e cidadania**. 1990. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1990.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1888-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2016.

SILVA, Marcelo Vitale Teodoro da. **Territórios negros em trânsito: Penha de França, sociabilidades e redes negras na São Paulo do pós-abolição**. 2018. 302 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Rodrigo Rosa. A caixa postal 195 e o *modus operandi* do DEOPS/SP: anarquistas sob controle na metrópole (São Paulo, 1941). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 7, n. 19, p. 108-129, jan-jul. 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STOLCKE, Verena & HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 80-120, set. 1983.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Travessias revolucionárias**: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004b.

TRENTO, Angelo. **A imprensa italiana no Brasil**: séculos XIX e XX. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

_____. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel; Instituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.

TRINDADE, Liana Salvia. O negro em São Paulo no período pós-abolicionista. In: PORTA, Paula (Org). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3, p. 101-119.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Letramento e escolas. In: SCHWARCZ, Lilia M.; Gomes, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 307-313.

_____. **Práticas religiosas, errância e vida cotidiana no Brasil** (finais do século XIX e inícios do XX). São Paulo: Intermeios, 2018.